

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**Jemima Bispo Sanches**

**Sob as lentes da esperança: as potencialidades do Jornalismo de Soluções para a narrativa da fome no telejornalismo brasileiro**

Juiz de Fora

2024

**Jemima Bispo Sanches**

**Sob as lentes da esperança:** as potencialidades do Jornalismo de Soluções para a narrativa da fome no telejornalismo brasileiro

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutorado em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade. Linha de Pesquisa: Mídias e Processos Sociais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iluska Maria da Silva Coutinho

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Bispo Sanches, Jemima.

Sob as lentes da esperança: as potencialidades do Jornalismo de Soluções para a narrativa da fome no telejornalismo brasileiro / Jemima Bispo Sanches. -- 2024.

357 p.

Orientadora: Iluska Maria da Silva Coutinho

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2024.

1. Telejornalismo. 2. Jornalismo de Soluções. 3. Fome. 4. Análise da Materialidade Audiovisual. I. Maria da Silva Coutinho, Iluska, orient. II. Título.

**Jemima Bispo Sanches**

**Sob as lentes da esperança:** as potencialidades do Jornalismo de Soluções para a narrativa da fome no telejornalismo brasileiro

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutorado em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade. Linha de Pesquisa: Mídias e Processos Sociais.

Aprovada em 9 de dezembro de 2024

BANCA EXAMINADORA

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iluska Maria da Silva Coutinho - Orientadora**

Universidade Federal de Juiz de Fora

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dione Moura**

Universidade de Brasília

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edna Mello**

Universidade Federal de São Paulo

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia de Albuquerque Thomé**

Universidade Federal de Juiz de Fora

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Telma Sueli Pinto Johnson**

Universidade Federal de Juiz de Fora

Juiz de Fora, 18/11/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Iluska Maria da Silva Coutinho, Professor(a)**, em 09/12/2024, às 12:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia de Albuquerque Thome, Professor(a)**, em 09/12/2024, às 12:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edna de Mello Silva, Usuário Externo**, em 09/12/2024, às 12:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Telma Sueli Pinto Johnson, Professor(a)**, em 09/12/2024, às 12:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DIONE OLIVEIRA MOURA, Usuário Externo**, em 16/04/2025, às 22:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-UIF (www2.uif.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2108429** e o código CRC **2EC300FD**.

Ao Otto, minha estrela, e ao Benício, meu arco-íris.

## AGRADECIMENTOS

Ao concluir esta jornada, o sentimento que me inunda é o de profunda gratidão.

Primeiramente a Deus, por ser uma força constante em minha vida. Cada passo dado, cada conquista alcançada, foi guiado por Sua mão generosa e cheia de amor. Sou grata por Ele ter permitido vitórias diárias e me concedido a graça de trilhar este caminho com fé e perseverança.

À minha família, que é meu porto seguro, meu alicerce. A cada palavra de incentivo, a cada gesto de carinho, vocês me sustentaram. Dedico um agradecimento profundo à Simone, que foi mais que uma segunda mãe para mim. Sua generosidade e amor me deram forças nos momentos mais difíceis. Por isso, sou eternamente grata.

Ao meu esposo Everton, que esteve/está ao meu lado celebrando cada conquista e me abraçando nos momentos de incerteza. Sua paciência, compreensão e amor incondicional foram fundamentais para que eu pudesse seguir adiante. E que assim seja nos desafios vindouros.

Aos meus amigos, que, de forma tão generosa, me ofereceram alegria e ombro ao longo deste percurso. Vocês trouxeram leveza e felicidade nos momentos em que eu mais precisava, e sou grata por tê-los ao meu lado. A amizade de vocês me lembrou que, embora o caminho fosse árduo, eu nunca me sentiria sozinha.

À professora Iluska Coutinho, minha orientadora, que, com sua sabedoria, paciência e dedicação, foi uma luz sempre presente e disponível. Suas contribuições foram essenciais para que eu pudesse crescer não só como pesquisadora, mas também como pessoa.

Aos colegas do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual, com quem compartilho tantas discussões, riquezas e aprendizados. Vocês fizeram parte deste processo de forma singular, e a troca de experiências que vivenciamos será sempre viva em minha memória, embora nosso trabalho na pesquisa continue para além da conclusão do doutorado.

Aos pesquisadores e amigos da Rede Telejor e SBPJor, pela colaboração e inspiração que tanto me motivaram. Compartilhar com vocês esse espaço acadêmico, cheio de tanto afeto, é um presente.

Aos professores do PPGCOM da UFJF, por terem me guiado com sabedoria, rigor acadêmico e generosidade. Saibam que cada ensinamento deixará marcas permanentes em minha trajetória. É uma honra ter aprendido com profissionais tão comprometidos e inspiradores.

Ao ensino público, gratuito e de qualidade, que recebi na Universidade Federal de Juiz de Fora. Esse ambiente me proporcionou não só conhecimento, mas também oportunidade de

lutar por um país mais justo e igualitário. Hoje, sem dúvidas, defendo e acredito no poder transformador da educação pública.

Aos amigos conquistados por meio do trabalho Intercom Júnior, que me trouxeram novas perspectivas sobre o compromisso com aqueles que estão ingressando na vida acadêmica.

Por fim, reafirmo que esta conquista é fruto de muitos corações que pulsaram junto ao meu. A todos os que caminharam comigo, meu eterno e emocionado agradecimento.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo *esperançar*; porque tem gente que tem esperança do verbo *esperar*. E esperança do verbo *esperar* não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir (Freire, 1992, p. 5).

## RESUMO

Esta tese de doutorado em Comunicação investiga de que maneira o Jornalismo de Soluções pode contribuir para ampliar as narrativas tradicionais sobre a fome presentes nos telejornais e promover um conhecimento mais profundo sobre o problema. O foco central da pesquisa está no modo de os telejornais *Jornal Nacional* e *Fantástico*, da Rede Globo, abordarem o tema ao longo dos últimos 20 anos. A principal hipótese sugere que, embora as reportagens sobre a fome nesses telejornais retratem de maneira significativa a realidade vivida por milhões de brasileiros, ainda não oferecem um entendimento aprofundado sobre a questão. Outrossim, as matérias apresentam oportunidades no que diz respeito à indicação de possíveis soluções para a violação do direito à alimentação ou a iniciativas que apontem caminhos viáveis e propositivos de combate à fome. A pesquisa considera a cobertura da fome nos telejornais como importante campo de estudo no âmbito da Comunicação, uma vez que o jornalismo, ao informar sobre questões sociais urgentes, contribui para a construção de conhecimento na sociedade. Nesse sentido, o Jornalismo de Soluções surge como uma possibilidade de preencher as lacunas presentes nas narrativas tradicionais, ao propor uma abordagem que não apenas retrate o problema, mas também explore perspectivas para enfrentá-lo. Logo, esta tese tem o objetivo geral de analisar como a prática do Jornalismo de Soluções pode ser aplicada no telejornalismo para uma abordagem mais completa sobre a fome. Entre os objetivos específicos, destaca-se a análise da possibilidade de integrar essa abordagem no contexto do telejornalismo brasileiro, buscando fortalecer a percepção social sobre a fome e ampliar o entendimento público sobre o tema. A pesquisa também visa investigar como a Rede Globo tem abordado a temática nas reportagens dos telejornais analisados, explorando a evolução da cobertura ao longo das últimas duas décadas. Para corroborar as descobertas da análise das reportagens, a pesquisa inclui entrevistas semiestruturadas e em profundidade com profissionais-chave que contribuíram para a produção de matérias sobre a fome. Entre os entrevistados, o jornalista Marcelo Canellas, reconhecido por suas reportagens de impacto social e sobre direitos humanos; o cinegrafista Lúcio Alves; a diretora de Jornalismo e Esporte do Grupo RBS, Marta Gleich, e a gerente de Produto da Operação Multimídia do Grupo RBS em Caxias do Sul, Andreia Fontana. As entrevistas trazem pontos de vista valiosos sobre os desafios da cobertura jornalística em relação à fome e ainda às potencialidades da abordagem focada em soluções. Para dar conta desses objetivos, tomamos como metodologia principal a Análise da Materialidade Audiovisual, proposta por Iluska Coutinho (2016), que permite uma detalhada avaliação dos materiais audiovisuais, considerando não apenas o conteúdo verbal, mas também os aspectos visuais, sonoros e narrativos das produções jornalísticas. A partir de uma ficha de avaliação, as matérias selecionadas no *corpus* da pesquisa, que acionam o tema da fome, são submetidas a análise. Ao final, a tese pretende contribuir para o campo do telejornalismo ao apontar a relevância do Jornalismo de Soluções como ferramenta para transformar a cobertura sobre a fome, apresentando proposições capazes de inspirar ações concretas e também maior compreensão social do problema. Assim, espera-se que esta abordagem possa auxiliar na superação da fadiga e da evasão de notícias, bem como na construção de uma narrativa que alie informação e esperança, promovendo o direito à alimentação e à dignidade humana.

**Palavras-chave:** Telejornalismo; Jornalismo de Soluções; Fome; Análise da Materialidade Audiovisual.

## ABSTRACT

This doctoral thesis in Communication investigates how Solutions Journalism can contribute to expanding traditional narratives about hunger in television news and promoting a deeper understanding of the problem. The central focus of the research is on how the TV programs *Jornal Nacional* and *Fantástico*, broadcast by Rede Globo, have addressed the theme over the past 20 years. The main hypothesis suggests that, although the reports on hunger in these programs significantly portray the reality experienced by millions of Brazilians, they still do not offer a deep understanding of the issue. Furthermore, the reports present opportunities in terms of pointing to possible solutions for the violation of the right to food or initiatives that suggest viable and proactive paths to combat hunger. The research considers the coverage of people's hunger in television news as an important field of study in the field of Communication, since journalism, by reporting on urgent social issues, contributes to the construction of knowledge in society. In this sense, Solutions Journalism emerges as a possibility to fill the gaps present in traditional narratives, by proposing an approach that not only portrays the problem, but also explores perspectives for tackling it. Therefore, the general objective of the thesis is to analyze how the practice of Solutions Journalism can be applied in television journalism for a more complete approach to hunger. Among the specific objectives, the analysis of the possibility of integrating this approach into Brazilian TV journalism is highlighted, aiming to strengthen social awareness about hunger and broaden public understanding of the issue. The research also looks to investigate how Rede Globo has approached the theme in the reports of the analyzed TV news programs, exploring the evolution of the coverage over the last two decades. To support the findings from the report analysis, the research includes semi-structured and in-depth interviews with key professionals who contributed to the production of reports on hunger. The interviewees include journalist Marcelo Canellas, known for his impactful social and human rights reports, the cameraman Lúcio Alves, the Director of Journalism and Sports at Grupo RBS, Marta Gleich, and the Product Manager for the multimedia operation at Grupo RBS in Caxias do Sul, Andreia Fontana. The interviews provide valuable insights into the challenges of journalistic coverage of hunger and the potential of the solutions-focused approach. To achieve these objectives, the main methodology adopted is the Analysis of Audiovisual Materiality, proposed by Iluska Coutinho (2016), which allows for a detailed evaluation of the audiovisual materials to be analyzed, considering not only the verbal content but also the visual, sound, and narrative aspects of journalistic productions. Based on an evaluation form, the articles selected in the research section that address the issue of hunger are submitted for analysis. In the end, the thesis aims to contribute to the field of television journalism by highlighting the relevance of Solutions Journalism as a tool for transforming coverage of hunger, presenting proposals capable of inspiring concrete actions and a greater social understanding of the problem. Therefore, it is hoped that this approach can help overcome fatigue and avoidance news and build a narrative that combines information and hope, promoting the right to food and human dignity.

Keywords: TV Journalism; Solutions Journalism; Hunger; Audiovisual Materiality Analysis.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Estrutura da tese .....	31
Figura 2 – Notícias de soluções publicadas na página da Fundação Gabo .....	115
Figura 3 – Página inicial da plataforma Red/Acción.....	117
Figura 4 – Página inicial da plataforma Mi Voz .....	118
Figura 5 – Página inicial da plataforma La Voz de Guacanaste.....	119
Figura 6 – Esquema das propostas do programa Fome Zero .....	174
Figura 7 – Entrevista com o jornalista Marcelo Canellas.....	189
Figura 8 – Post do jornalista Marcelo Canellas sobre críticas à reportagem.....	205
Figura 9 – Repost do jornalista Marcelo Canellas sobre críticas à reportagem .....	205
Figura 10 – Texto da Constituição estampado na panela sugere reflexão sobre o direito à alimentação.....	212
Figura 11 – A evolução da insegurança alimentar no Brasil.....	212
Figura 12 – A evolução da insegurança alimentar no Brasil Infográfico sobre o aumento da insegurança alimentar em relação ao índice de desemprego .....	213
Figura 13 – Dados sobre a parcela de famílias brasileiras com dificuldades alimentares.....	213
Figura 14 – Famílias ao redor do país que receberam doações de alimentos.....	214
Figura 15 – Legendas com o número de desempregos no Brasil em 2021 .....	214
Figura 16 – Evolução da insegurança alimentar no Brasil .....	215
Figura 17 – Número de brasileiros em situação de fome .....	215
Figura 18 – Avanço do garimpo versus aumento de malária em terras Yanomami.....	216
Figura 19 – Legendas apresentam dados sobre o desperdício no Brasil .....	217
Figura 20 – Recursos gráficos mostram aumento dos alimentos no país.....	217
Figura 21 – Legenda com trecho de livro exemplifica sensação provocada pela fome .....	218
Figura 22 – Créditos conferidos aos cinegrafistas.....	219
Figura 23 – Créditos conferidos à equipe de edição.....	220
Figura 24 – Mapa contextualiza público sobre território Yanomami ameaçado.....	221
Figura 25 – Mapas apresentam estado a partir do qual a história é contada .....	222
Figura 26 – Apresentadora convida público a participar da campanha Panela Cheia Salva..	223
Figura 27 – Grupo de mulheres vasculham caminhão de lixo em busca de comida.....	226
Figura 28 – Repórter Marcelo Canellas aborda fome na periferia do Rio de Janeiro .....	231
Figura 29 – Catadora Niniane alimenta a família com ossos doados por açougue .....	231
Figura 30 – Reportagem expõe problemática da fome no contexto da pandemia de Covid-19 .....	232
Figura 31 – Duas décadas depois, Marcelo Canellas revisita personagens em situação de fome .....	233
Figura 32 – Nuvem de palavras que conceituam a fome no Brasil .....	235
Figura 33 – Criança Yanomami em situação de fome e desnutrição .....	237
Figura 34 – Imagem em plano conjunto apresenta dicotomia entre escassez e desejo .....	242
Figura 35 – Imagem em primeiro plano de criança com desnutrição .....	243
Figura 36 – Plano médio preconizado para entrevistar personagem .....	243
Figura 37 – Close na geladeira quase vazia evidencia cenário de escassez .....	244
Figura 38 – Câmera baixa mostra criança se alimentando no chão.....	244
Figura 39 – Plano aberto mostra contraste entre a riqueza natural e a crise humanitária .....	245
Figura 40 – Plano médio mostra situação de Yanomami, com desfoque no rosto.....	246
Figura 41 – Plano detalhe mostra criança Yanomami com desnutrição.....	246
Figura 42 – Uso de câmera alta evidencia situação de vulnerabilidade .....	247
Figura 43 – Close nos pés cria conexão emocional e aproximação com personagem .....	247
Figura 44 – Plano conjunto contextualiza público e o situa na história .....	248
Figura 45 – Imagem de projetos de combate à fome sugere esperança .....	249

Figura 46 – Imagem retrata desesperança diante da falta de solução para a fome.....	249
Figura 47 – Close em panelas vazias intensifica gravidade da fome .....	250
Figura 48 – Imagem apresenta doações de alimentos .....	250
Figura 49 – Entrevista com Daniel Balaban, diretor do WFP.....	256
Figura 50 – Dona de casa, Andressa, fala sobre sensação de fome.....	257
Figura 51 – O então presidente Jair Bolsonaro, erroneamente, minimiza situação de fome no Brasil.....	258
Figura 52 – Legenda mostra salário médio da população em Vargem Grande (MA).....	267
Figura 53 – Legenda apresenta dados sobre desperdício de alimentos .....	268
Figura 54 – Mapas apresentam locais onde equipe de reportagem produziu matéria.....	268
Figura 55 – Gráfico mostra evolução da segurança alimentar no Brasil entre 2009 e 2013 ..	269
Figura 56 – Família indígena caminha 5 km para pedir ajuda e comida, em Dourados (MS) .....	272
Figura 57 – Nordeste se destaca como a mais frequentemente retratada em relação à fome.	275
Figura 58 – Nuvem de palavras que conceituam a fome no Brasil .....	282
Figura 59 – Plano médio mostra realidade de família na periferia de Salvador.....	285
Figura 60 – Câmera baixa sugere vulnerabilidade social .....	286
Figura 61 – Primeiro plano apresenta crianças merendando .....	286
Figura 62 – Primeiro plano usado para mostrar a terra seca .....	287
Figura 63 – Passagem gravada em plano aberto.....	288
Figura 64 – Plano aberto mostra extensão da mesa no aniversário da Campanha Natal Sem Fome .....	289
Figura 65 – Personagem Douglas em primeiro plano .....	289
Figura 66 – Drama do pai alimentando o filho, ambos em situação de rua .....	291
Figura 67 – Plano médio mostra alimentos na triagem para serem reaproveitados .....	291
Figura 68 – Close de alimentos prontos para serem consumidos após higienização .....	292
Figura 69 – Infográfico apresenta dados da pesquisa sobre desnutrição infantil .....	298
Figura 70 – Especialista explica dados da pesquisa sobre desnutrição infantil.....	299
Figura 71 – Dona Maria fala sobre falta de merenda escolar para as filhas.....	300

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Proporção que “às vezes” ou “frequentemente” evita ativamente as notícias (2017-2022) .....	77
Gráfico 2 – Pontuação geral de confiança (2015-2022) .....	78
Gráfico 3 – Abordagens consideradas muito importantes para combater a fadiga de notícias	79
Gráfico 4 – Mudanças no conhecimento percebido e no senso de eficácia da abordagem ....	109
Gráfico 5 – Conhecimento e interesse percebidos.....	110
Gráfico 6 – Desejo de aprender mais sobre o assunto .....	111
Gráfico 7 – Trabalhos sobre Jornalismo de Soluções publicados (2019-2023) .....	152
Gráfico 8 – Distribuição percentual da Segurança Alimentar (SA) e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) segundo as categorias de renda familiar mensal per capita (múltiplos de salário mínimo per capita – SMPC) .....	179
Gráfico 9 – Distribuição percentual de Segurança Alimentar (SA) e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) em domicílios com pelo menos um(a) morador(a) desempregado(a) .....	180
Gráfico 10 – Distribuição percentual da Segurança Alimentar (SA) e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo o sexo da pessoa de referência do domicílio.....	181
Gráfico 11 – Distribuição percentual da Segurança Alimentar (SA) e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo a raça/cor da pele autorreferida.....	182
Gráfico 12 – Distribuição percentual da Segurança Alimentar (SA) e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo a escolaridade.....	183
Gráfico 13 – Objetivo das narrativas sobre a fome nas reportagens do Fantástico.....	224
Gráfico 14 – Regiões mais afetadas pela fome representadas nas reportagens.....	230
Gráfico 15 – Menção direta à temática dos direitos humanos e da dignidade humana.....	238
Gráfico 16 – A cobertura está ligada a ciclos noticiosos específicos? .....	261
Gráfico 17 – Gráficos e mapas utilizados nas reportagens.....	265
Gráfico 18 – Objetivo das narrativas sobre a fome nas reportagens do JN.....	270
Gráfico 19 – Regiões mais afetadas pela fome representadas nas reportagens do JN .....	274
Gráfico 20 – Uso de estatísticas e pesquisas nas matérias sobre a fome.....	279
Gráfico 21 – Há menção à violação de direitos humanos ou dignidade humana? .....	283
Gráfico 22 – Notícias sobre a fome no JN utilizam BGs?.....	294
Gráfico 23 – Tom utilizado pelo repórter nas matérias sobre a fome .....	296
Gráfico 24 – Vozes ouvidas nas matérias sobre a fome no JN.....	297
Gráfico 25 – A cobertura sobre a fome está atrelada a ciclos noticiosos? .....	302
Gráfico 26 – Eventos episódicos predominantes nas matérias do JN .....	303

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Etapas para a criação de uma história de soluções .....	86
Tabela 2 – Número de entrevistados por artigo.....	108
Tabela 3 – Reportagens sobre a fome exibidas no Fantástico (2003-2023).....	203
Tabela 4 – Ficha de leitura dos objetos (AMA) .....	207
Tabela 5 – Síntese dos conceitos de planos e ângulos.....	241

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
1.1 DA ESTRUTURA DA PESQUISA DA EPISTEMOLOGIA À TÉCNICA .....	29
<b>2. O JORNALISMO COMO DIREITO HUMANO .....</b>	<b>32</b>
2.1 REFLEXÕES PRÉVIAS SOBRE DEMOCRACIA, ESFERA PÚBLICA, JORNALISMO E DIREITOS .....	32
2.2 O JORNALISMO, ALÉM DE TUDO, É UM DIREITO HUMANO .....	43
2.3 A CIÊNCIA DOS JORNAIS E A NATUREZA DO JORNALISMO.....	50
2.4 ENTRE A NOTÍCIA E O CONHECIMENTO: AS CONTRIBUIÇÕES DE ROBERT PARK.....	62
2.5 UMA FORMA DE CONHECIMENTO CENTRADA NO SINGULAR.....	65
<b>3. A PROPOSTA DO JORNALISMO DE SOLUÇÕES: POTENCIALIDADES E LIMITES .....</b>	<b>74</b>
3.1 O CONSUMO DE NOTÍCIAS NO BRASIL E NO MUNDO: ENTENDENDO OS CONCEITOS DE FADIGA E EVASÃO DE NOTÍCIAS.....	75
3.2 UMA ABORDAGEM NASCIDA NA PRÁTICA PROFISSIONAL .....	82
3.3 AS FRONTEIRAS ENTRE O JORNALISMO CONSTRUTIVO E O JORNALISMO DE SOLUÇÕES .....	95
3.4 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS PARA UMA AGENDA DE SOLUÇÕES .....	103
3.5 PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E CONEXÃO COM O PÚBLICO VIA..... JORNALISMO DE SOLUÇÕES.....	107
<b>4. EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS DA ABORDAGEM DE SOLUÇÕES NO JORNALISMO .....</b>	<b>112</b>
4.1 DE DENÚNCIAS DE PROBLEMAS A PROPOSTAS DE SOLUÇÕES: ALGUNS APRENDIZADOS NA AMÉRICA LATINA .....	113
4.2 A ABORDAGEM DE SOLUÇÕES NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	120
4.3 OPORTUNIDADES PARA O TELEJORNALISMO BRASILEIRO: ALGUNS EXERCÍCIOS DE ANÁLISE .....	130
4.3.1 Telejornalismo, racismo e direitos humanos no caso João de Freitas .....	131
4.3.2 Embate entre direitos humanos e segurança pública: a operação policial no Jacarezinho narrada pelo <i>Jornal Nacional</i> .....	136
4.3.3 Ossos no prato: a negação do direito à alimentação narrada no telejornal.....	142
4.4 LIMITAÇÕES E LACUNAS NA COBERTURA TELEJORNALÍSTICA DA FOME .....	150
4.5 MAPEAMENTO DAS PESQUISAS RECENTES EM JORNALISMO DE SOLUÇÕES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA .....	151
<b>5. UM PROBLEMA SOCIAL QUE DESAFIA DIREITOS NO BRASIL: A FOME REPRESENTADA NOS TELEJORNAIS .....</b>	<b>159</b>
5.1 O DIREITO À ALIMENTAÇÃO NA LUTA CONTRA A FOME NO BRASIL .....	164

5.2 A CONSTRUÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE COMBATE À FOME NO BRASIL .....	171
5.3 O CONTEXTO DA FOME NO BRASIL EXPRESSO EM NÚMEROS .....	176
5.4 A FOME NO PAÍS SOB AS LENTES DO JORNALISMO AUDIOVISUAL .....	185
5.4.1 Marcelo Canellas e a atuação com os Direitos Humanos no telejornalismo brasileiro .....	188
5.4.2. Lúcio Alves e o papel da câmera ao documentar as desigualdades no telejornalismo .....	195
<b>6. POR UM JORNALISMO DE SOLUÇÕES EM TELA COMO ENFRENTAMENTO DA FOME NO BRASIL: ABORDAGEM E CAMINHOS POSSÍVEIS NA PESQUISA .....</b>	<b>198</b>
6.1 PERCURSO ANALÍTICO: MAPEAMENTO DA FOME NO TELEJORNALISMO BRASILEIRO .....	199
6.2 A MATERIALIDADE AUDIOVISUAL DA FOME NO <i>JORNAL NACIONAL E FANTÁSTICO</i> .....	207
<b>7. A FOME NAS TELAS: UM MAPEAMENTO DA COBERTURA DO FANTÁSTICO .....</b>	<b>210</b>
7.1 NARRATIVAS DA FOME NO <i>FANTÁSTICO</i> .....	211
7.1.1. Elementos paratextuais .....	211
7.1.2 Estrutura narrativa predominante .....	224
7.1.3 Geografia da fome .....	229
7.1.4 Roteiro e textualidade .....	234
7.1.5 Elementos visuais .....	239
7.1.6 Elementos sonoros .....	251
7.1.7 Protagonismo e vozes .....	255
7.1.8 Temporalidade e ciclos noticiosos .....	260
<b>8. UMA ANÁLISE HISTÓRICA SOBRE INSEGURANÇA ALIMENTAR NO <i>JORNAL NACIONAL</i> .....</b>	<b>264</b>
8.1 NARRATIVAS DA FOME NO <i>JORNAL NACIONAL</i> .....	264
8.1.1 Elementos paratextuais .....	265
8.1.2 Estrutura narrativa predominante .....	270
8.1.3 Geografia da fome .....	273
8.1.4 Roteiro e textualidade .....	278
8.1.5 Elementos visuais .....	284
8.1.6 Elementos sonoros .....	293
8.1.7 Protagonismo e vozes .....	297
8.1.8 Temporalidade e ciclos noticiosos .....	301
<b>9. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>305</b>
9.1 MUDANÇA NA PERCEPÇÃO POR MEIO DOS PARATEXTOS .....	306

9.2 DE UMA NARRATIVA DE DENÚNCIA PARA A DE ESPERANÇA.....	307
9.3 VISÃO GEOGRÁFICA DAS DISPARIDADES ALIMENTARES .....	309
9.4 ASPECTO TEXTUAL NA ABORDAGEM SOBRE A FOME.....	310
9.5 EM BUSCA DE UMA ESTÉTICA DE TRANSFORMAÇÃO .....	311
9.6 OS SONS NAS HISTÓRIAS SOBRE A FOME .....	312
9.7 PROTAGONISTAS E VOZES PRESENTES NAS MATÉRIAS.....	313
9.8 COBERTURA AUMENTADA PELA RELEVÂNCIA PÚBLICA.....	314
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>318</b>
<b>APÊNDICE A – Entrevista Marcelo Canellas - Ex-repórter especial da Rede Globo ..</b>	<b>331</b>
<b>APÊNDICE B – Entrevista Lúcio Alves - Cinegrafista de Rede Globo .....</b>	<b>337</b>
<b>APÊNDICE C – Entrevista Marta Gleich   Diretora de Jornalismo e Esporte do Grupo RBS .....</b>	<b>339</b>
<b>APÊNDICE D – Entrevista Andreia Fontana   Gerente de Produto da operação multimídia em Caxias do Sul – Grupo RBS.....</b>	<b>344</b>
<b>ANEXO A – Textos dos artigos baseados em soluções e sem soluções .....</b>	<b>348</b>
<b>ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....</b>	<b>353</b>
<b>ANEXO C – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa .....</b>	<b>355</b>

## 1. INTRODUÇÃO

*O maior espetáculo do pobre da atualidade é comer*

(Carolina Maria de Jesus)

Esperança. Com essa palavra abro o diálogo deste trabalho e também encerro tão importante obra da minha carreira acadêmica. Escrevo na última madrugada do mês de julho de 2024, após amamentar Benício, meu maior símbolo de esperança.

Se, para mim, o exercício de esperar veio por meio da expectativa de um segundo filho após a morte precoce e imatura do primeiro, para outros – tantos –, pode emergir como a expectativa por um prato de comida. Com Carolina Maria de Jesus foi assim. Na minha mente de leitora e agora mãe, sua realização por ter parido três filhos vivos possivelmente conviveu, em alguma medida, com a árdua missão de mantê-los alimentados. Em seu livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada (2014)*, ela nos confidencia uma realidade incomum a muitos de nós, descrevendo a fome que se sente, e não aquela que ouvimos nos discursos.

Carolina (1960) lhe atribuiu cor: “Eu sou negra, a fome é amarela e dói muito”. Sobre isso, o saudoso Audálio Dantas pontuou que “a fome aparece no texto [de Carolina] como uma frequência irritante. Personagem trágica, inarredável. Tão grande e tão marcante que adquire cor na narrativa tragicamente poética de Carolina” (Dantas, 2014). O jornalista, que na década de 1960 foi designado para escrever uma matéria sobre a ascensão da favela no bairro Canindé, às margens do rio Tietê, em São Paulo, encontrou a história que procurava nos “cadernos encardidos” (Dantas, 2014) de Carolina. Da reportagem – reprodução dos trechos do diário – publicada na *Folha da Noite*, em 1958, e mais tarde, em 1959, na revista *O Cruzeiro*, chegou-se ao livro em 1960. Audálio também escreveu o prefácio da décima edição da obra, sendo o responsável, na época, pela edição de texto, após a leitura atenta de todos os 20 cadernos. Os escritos de Carolina – registros do dia a dia angustiante da miséria na favela, embora permeados de esperança – foram impressos em letra de forma, em um livro que correu o mundo e foi publicado em 13 idiomas.

Paulo Freire, nome potente que nos orientou em muitos pontos deste trabalho, também é mobilizado em nosso diálogo sobre esperança. Na obra *Pedagogia da esperança (1992)*, ele traz uma didática definição do tema aqui ensejado:

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo (Freire, 1992, p. 5).

Por outro prisma, ele enfatiza que “a desesperança nos imobiliza e nos faz sucumbir no fatalismo, onde não é possível juntar as forças indispensáveis ao embate recriador do mundo” (Freire, 1992, p. 5). Defende que a esperança é um ato de resistência e uma força transformadora, sobretudo para os oprimidos. Ainda enfatiza que a esperança, quando crítica e engajada, não é uma esperança passiva, mas sim uma força que impulsiona a ação e a busca por mudanças. Nesse ponto, relacionamos o postulado de Freire (1992) à condição de Carolina, em *Quarto de Despejo*, que documenta o cotidiano de miséria, fome e exclusão social que ela e seus filhos enfrentam na favela. Trata-se de uma situação que também revela sua resistência e determinação em sobreviver e buscar um futuro melhor.

Embora a realidade narrada por ela seja marcada pela desesperança em muitos momentos, a própria escrita de seu diário é um ato de esperança. Escrever sobre seu contexto é uma maneira não apenas de registrar suas vivências, mas também de dar visibilidade àquelas historicamente silenciadas, trazendo à tona as contradições sociais e a necessidade de transformação. Naquele cenário, entende-se a esperança como ato de resistência e não se aceitam de maneira passiva a fome e a pobreza enfrentadas por Carolina, o que Freire (1992) conceitua como *esperança ativa*. Ao contrário, ela resiste, cuida de seus filhos e também registra. A prática de escrever, mesmo em meio à extrema pobreza, reflete a crença de que sua voz pode fazer a diferença e que, de alguma forma, tudo pode mudar.

Neste início de conversa, convocamos ainda outro conceito proposto por Freire, empregado pela primeira vez durante entrevista concedida à professora Arlete Dantro, da PUC, citada por Maria de Lourdes Freitas da Silva em seu texto em homenagem ao centenário do educador<sup>1</sup>. Mestre em extrair do senso comum e de seu cotidiano certas palavras às quais conferia novos significados pedagógicos e políticos, Freire falou sobre a “boniteza” da vida como sinônimo de uma postura elevada da vida, que consiste em trabalhar para um mundo melhor. Para ele, o termo é o antagônico de feiura; é comportar-se diante do mundo na perspectiva de que não prepondere o mal. “Boniteza é a ética, a moral, a coerência, é o convívio saudável e respeitoso com o outro [...] É o saber dividir com os outros aquilo que se faz, com expressões simples como: ‘nós fizemos juntos’, ‘nós criamos juntos’”. Para o educador, na

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.bibliotecapublica.mg.gov.br/a-boniteza-na-visao-de-paulo-freire/>. Acesso: 02.10.2024.

boniteza da vida é preciso ter também um pouco de ousadia e rebeldia, e o diálogo é essencial e libertador, capaz de levar ao conhecimento. Trata-se, portanto, de uma possibilidade de esperar, de resistir, de reinventar-se. No diálogo, segundo ele, está a grande beleza da vida.

Para além de prefaciá-la, a relação entre esperança, transformação e “beleza” extrapolam o âmbito de pesquisa e atravessam minhas questões pessoais. Essa é uma pontuação importante, considerando que os últimos quatro anos foram marcados por profundas mudanças em diversos aspectos da vida – o processo de doutoramento atravessado pela pandemia de Covid-19, a mudança de Minas para São Paulo, o emprego novo, o casamento, a compra do apartamento para a espera do Otto, a perda do Otto, o luto, a pausa necessária para reprogramar a rota, a chegada do Benício, a retomada da pesquisa. Eis meu maior exercício de esperar. E, antevejo possíveis críticas sobre a comparação com tão potentes obras, afirmo que não há nenhuma pretensão além da constatação de que é possível “fazer de outro modo”, como postulado por Freire (1992) e Jesus (2014). Isso cabe a todos e independe de qualquer contexto ou realidade.

Cabe também ao jornalismo – justamente o que orienta nossa conversa a partir de agora. “O que nos move enquanto ser humano também precisa nos mobilizar enquanto profissional da informação”. A frase, proferida pelo jornalista Marcelo Canellas, introduziu a entrevista realizada para esta pesquisa, em 1.º de junho de 2022. Aqui a retomamos como forma de justificar os impulsos e atravessamentos que também nos induziram ao longo de todo o desenvolvimento da tese. Abordar a fome ou suas variantes semânticas e nutricionais – como insegurança alimentar leve, grave ou moderada – e sua incidência na cobertura (tele)jornalística não é tarefa simples. Em certa ocasião, numa das aulas da disciplina *Epistemologia da Comunicação*, no PPGCOM/UFJF, o professor foi enfático ao falar sobre a complexidade em atrelar direitos humanos a jornalismo em um trabalho de pós-graduação em Comunicação. A intenção, penso eu, era fazer com que a proposta do trabalho fosse substituída por outra menos espinhosa – o que, aliás, não ocorreu. Antes, a temática de direitos se avultava a cada dia e começou a tomar forma em 2020. O projeto, que recebeu o título provisório de *A vida nas telas: desafios e novos olhares para um telejornalismo pautado na busca pela efetivação dos direitos humanos*, visava olhar para a atuação do telejornalismo brasileiro na veiculação de notícias que abordam os direitos humanos – em especial, o direito à vida. Naquela circunstância, nos ativemos à pesquisa sobre o direito à vida, entendendo que se trata não apenas de um direito autônomo, mas dotado de um caráter instrumental para a concretização de outros direitos.

Posto isso, era imperativo verificar se as informações, nas telas, davam conta de proporcionar um efetivo entendimento sobre a temática ou se apenas assumiam o papel de denunciar situações de violações ou negações de direitos. Assim, era preciso jogar luz na consciência sobre os direitos humanos, sobretudo em um país no qual as negações e as violações são recorrentes e acontecem em diferentes instâncias sociais. Portanto, nosso entendimento era o de que caberia ao jornalismo o papel de construtor de insumos para incutir na sociedade a importância da defesa e da promoção de direitos e a necessidade urgente de repudiar toda e qualquer manifestação contrária a isso.

Ponderamos que democracia e direitos deveriam ser discutidos e conhecidos pelo maior número possível de pessoas, porque deles se origina a dignidade da pessoa humana. Nesse aspecto, consideramos a imprescindibilidade do telejornalismo para a promoção de debates sobre direitos, por conta de seu poder de penetração e difusão de conteúdo. Na prática, contudo, alguns exercícios prévios de análise nos levaram a inferir que, em muitos casos, nos vemos diante de um impasse: por um lado, os telejornais coletam informações e tomam decisões a respeito da seleção e apresentação da questão, controlando, em algum grau, a entrada de tópicos e de atores no espaço midiático; por outro, percebe-se que há circulação de opiniões e discursos oriundos de diferentes esferas sociais a defender interesses distintos. Diante da coexistência desses discursos, o desafio do fazer jornalístico consistiria em construir uma comunicação pautada na complexidade e no aprofundamento do tema, buscando propostas de soluções e também mitigação, tanto para os casos de negação quanto para os de violação dos direitos. Assim, seria possível alcançar um jornalismo democrático, diverso e condizente com os princípios dos direitos humanos.

Outro tema sobressalente no projeto inicial dizia respeito ao Jornalismo de Soluções. Embora experimente progressiva expansão, ainda não há um conceito específico e estabelecido para designá-lo, e poucas articulações têm sido encontradas em relação à sua prática na televisão ou sua intersecção com a temática dos direitos humanos. Nesse sentido, a pesquisa do estado da arte possibilitou constatar a escassez de artigos científicos sobre os temas principais analisados em convergência (telejornalismo, direitos humanos e Jornalismo de Soluções), o que ratificou o ineditismo da pesquisa.

A proposta de trabalho se mostrou importante na medida em que elucidava essa prática jornalística ainda não difundida de forma vasta no Brasil, especialmente no âmbito do telejornalismo, despontando como um terreno fértil também para a pesquisa empírica. O estudo ainda buscava investigar se as potencialidades do Jornalismo de Soluções poderiam, de alguma forma, suprir eventuais lacunas na cobertura de notícias sobre os assuntos analisados, haja vista

que a prática preconiza reportagens aprofundadas e rigorosas, centradas em soluções, sobre respostas a problemas sociais.

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) em abril de 2022 e aprovado em maio do mesmo ano, sob parecer de número 5.389.420, conforme consta no Apêndice G – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa.

A partir das considerações da banca no momento da qualificação, realizada em 31 de outubro de 2022 – dia histórico marcado pela retomada da democracia e da esperança no país após os resultados do segundo turno das eleições presidenciais –, a proposta da tese foi revisada como forma de condensar e equilibrar os objetivos, aprimorar o delineamento do objeto de pesquisa e converter o extenso material prévio em uma abordagem mais concisa e viável. Vale lembrar a metáfora utilizada pela professora Dione Moura: era preciso transformar toda a madeira bruta em uma gamela, bem urdida, funcional e airosa.

Portanto, o que apresentamos agora é o resultado do esforço de produzir um trabalho que suprisse nossas expectativas de pesquisa, abarcasse as preciosas considerações da banca no âmbito da qualificação e alcançasse dados relevantes, com encaminhamentos metodológicos adequados, culminando no que o professor José Luiz Braga conceituou como *cultura de pesquisa*, ou seja, a oportunidade de usar a própria pesquisa de tese como “campo de prática, de formação de experiência sobre modos de encaminhar a pesquisa, e para aprender com seus desafios” (2011, p. 2).

Sob esse aspecto, no guarda-chuva da temática dos direitos humanos, tomamos como recorte a questão da fome no Brasil, atrelada aos estudos sobre a essência do jornalismo (Groth, 2011) enquanto forma de conhecimento (Park, 1976; Genro Filho, 2012; Meditsch, 1992) e ainda as proposições sobre o Jornalismo de Soluções (Rede de Jornalismo de Soluções, 2020; McIntyre, 2019; Murray e Stroud, 2019; McIntyre e Sobel, 2017; Curry e Hammonds, 2014).

A cada avanço na investigação, caminhamos também para a percepção de que, além do conhecimento de e sobre a realidade, o jornalismo é potente para aproximar o público de temas sensíveis, promovendo, além do conhecimento sobre as desigualdades sociais, a consciência de que é preciso mitigá-las, em alguma medida, sem a utopia do heroísmo de transformar a realidade e extirpar todas as mazelas do mundo.

Essa forma de perceber o jornalismo segue convivendo com um cenário desafiador: uma parcela do público evita notícias negativas e se distancia do jornalismo (Newman *et al.*, 2024), preferindo o uso das redes sociais para se informar. Nesse cenário, como apontado pelo *Relatório de Notícias Digitais de 2024*, muitas pessoas compartilham da opinião de que as plataformas TikTok, Instagram e YouTube são mais autênticas e confiáveis que a mídia

tradicional e se alinham melhor às suas visões pessoais (Newman *et al.*, 2024). Nesse contexto, buscamos a abordagem de soluções como possibilidade para aprofundar o conhecimento a respeito de temas sensíveis, por vezes apresentados pelo jornalismo a partir de um viés negativo, e para propor uma visão mais otimista e esperançosa.

A partir do novo desenho de pesquisa, o objetivo geral da tese se estabeleceu no sentido de entender de que forma as potencialidades do Jornalismo de Soluções poderiam ampliar o conhecimento do público dos telejornais a respeito da temática da fome no Brasil, retratada ao longo de mais de 20 anos de forma tocante no *Jornal Nacional* e no *Fantástico* (Rede Globo). Na sequência, os objetivos secundários também foram elencados: 1) entender e relacionar a práxis jornalística como direito humano; 2) analisar como se dá o consumo de notícias no Brasil e no mundo, entendendo os conceitos de Fadiga e Evasão de Notícias; 3) explorar o papel do telejornalismo brasileiro no fomento ao debate público sobre a fome, destacando oportunidades e desafios na adoção de narrativas baseadas em soluções.

A escolha pelo *Jornal Nacional*, que em 2024 completa 55 anos no ar, se justifica por ser o principal programa da Rede Globo de Televisão. Desde sua estreia, mantém a liderança de audiência, tendo conquistado a preferência do público, conforme dados do instituto de pesquisa Kantar Ibope Media (2020), e sendo amplamente reconhecido como um dos telejornais mais respeitáveis do país. O *Fantástico*, exibido na mesma emissora nas noites de domingo desde 1973, é tomado como objeto de investigação pelo fato de se configurar como uma revista eletrônica que, embora se caracterize como programa híbrido que congrega informação e entretenimento, apresenta reportagens especiais e séries historicamente consagradas na televisão brasileira.

Para delinear o problema de pesquisa, utilizamos a proposta de Lopes (2014), que o conceitua como parte de um conjunto mais amplo, abrangendo o assunto ou tema central da investigação. Segundo a autora, o engajamento teórico, o compromisso social, as condições institucionais são fatores intervenientes na escolha e dirigem os alvos tanto teóricos quanto práticos da pesquisa. Sob essa perspectiva, a seguinte pergunta é tomada como questão de investigação: de que maneira o Jornalismo de Soluções pode ampliar as narrativas tradicionais sobre a fome nos telejornais e promover um conhecimento mais aprofundado sobre o problema? A questão é encarada como um problema empírico, passível de solução e delimitado a uma dimensão viável, motivos que asseguraram a efetivação do projeto para o doutorado em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, na linha de pesquisa de Mídias e Processos Sociais.

A pergunta de pesquisa demanda o esclarecimento de diversos conceitos abordados na fundamentação teórica e surge como um conjunto de proposições que estabelecem relações entre termos que, até então, estavam em estágio inicial de desenvolvimento. Assim, nessa fase foi necessário proceder à operacionalização dos conceitos, processo que atravessa o nível técnico da pesquisa, conforme descrito por Lopes (2014). Tal aspecto será detalhado na próxima seção, acerca da elaboração teórica do objeto de estudo.

A partir dos diversos pontos de vista em relação ao papel do jornalismo e suas eventuais potencialidades, temos como principal hipótese a ideia de que as notícias sobre a fome apresentadas nos telejornais em análise são importantes retratos da realidade vivida por milhares de brasileiros, embora ainda não se configurem como oferta de um conteúdo capaz de permitir o entendimento aprofundado sobre a temática, assim como apresentam lacunas no que diz respeito ao apontamento de possíveis soluções para casos de negação e/ou violação do direito à alimentação.

Logo, compreender de que forma o problema da fome está presente na produção de notícias nos telejornais é, indubitavelmente, uma forma de encontrar novas possibilidades de conhecimento no campo da Comunicação. Em menor grau, apesar de não menos importante, a ideia é confirmar ou refutar, total ou parcialmente, nossa hipótese de trabalho ou mesmo reformular hipóteses. Para delimitar esses dois cenários, os telejornais da Rede Globo são utilizados como objetos empíricos, demandando abordagens em categorias que implicaram considerá-los, ao mesmo tempo, como um produto de jornalismo televisivo – o que exigiu uma abordagem que levasse em conta a linguagem televisiva e os elementos próprios do campo jornalístico – e como um produto cultural, processo geral de permanente produção de sentido, que se dá nas etapas de produção e consumo, nos processos de reconhecimento social do telejornalismo e no contexto político de disputa sobre o que o telejornalismo pode ou deve ser. Além disso, os telejornais despontam como cenários nos quais acontece a práxis jornalística.

Como estratégia de ação para efetivarmos a pesquisa, o pontapé inicial foi a pesquisa bibliográfica. De acordo com Oliveira (2007), trata-se de um estudo e análise de documentos de domínio científico, tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos, com a principal finalidade de proporcionar aos pesquisadores o contato direto com obras, artigos ou documentos que abordem o tema em estudo. Gil (2002) afirma que tal pesquisa acontece quando elaborada a partir de material já publicado, livros e artigos de periódicos. Todavia, para Marconi e Lakatos (2009) materiais dos meios de comunicação também podem ser utilizados como fontes bibliográficas, tais como vídeos. Dessa forma, a

pesquisa bibliográfica permite melhor exame sobre o tema, com a possibilidade de se chegar a uma abordagem ou conclusão fecunda e relevante.

A primeira etapa consistiu na determinação dos conceitos básicos explorados pela pesquisa. Para isso, a revisão consistiu na elaboração de um rol de palavras-chaves relacionadas ao tema do projeto – como *democracia, jornalismo, telejornalismo, Jornalismo de Soluções, fome, insegurança alimentar* – para que se realizasse a busca em periódicos e anais de eventos da área, além de livros. Foram usados motores de busca, recorrendo à Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, Portcom – Portal de Livre Acesso à Produção em Ciências da Comunicação e anais de congressos da área. Essas palavras-chave foram consideradas como unidades de registro para a análise proposta. A prioridade recaiu sobre publicações recentes, dos últimos cinco anos.

Após esse levantamento qualitativo, o próximo passo se deu com a realização de uma pré-análise – ou leitura flutuante do objeto. Na prática, o intuito foi o de assistir previamente às edições dos telejornais compreendidas no recorte (2003 a 2023) com a perspectiva de resultados que nos permitissem sustentar a existência de uma narrativa jornalística que leva em conta a preocupação quanto aos temas relacionados à fome no país. Nessa etapa, nos deparamos com um embate: a falta de acesso às edições mais antigas do *Jornal Nacional* e do *Fantástico* no repositório *Globoplay*. O percurso para o acesso aos demais materiais será explicitado no Capítulo 6.

A partir da constatação de notícias que acionem o tema da fome, selecionamos os referidos conteúdos e os somamos àqueles disponibilizados pela Rede Globo, via Globo Universidade – processo também a ser detalhado no sexto capítulo. Ambos os materiais foram submetidos à ficha de análise, uma das etapas descritas na metodologia da Análise da Materialidade Audiovisual (AMA) – a ser explicada posteriormente, como forma de investigarmos em que medida tais produtos audiovisuais ratificam ou refutam nossa hipótese de pesquisa. Os dados foram organizados por meio dos eixos de análises previamente definidos.

Corroborando as descobertas promovidas pela análise das reportagens, ainda realizamos entrevistas semiestruturadas e em profundidade com o jornalista Marcelo Canellas, então repórter especial da Rede Globo; o cinegrafista Lúcio Alves, também da Rede Globo; a diretora de Jornalismo e Esporte do Grupo RBS, Marta Gleich, e a gerente de produto da operação multimídia do Grupo RBS em Caxias do Sul, Andreia Fontana.

A partir desse desenho de pesquisa, estruturamos a tese em seis capítulos, incluindo esta introdução. O Capítulo 2 – *Da produção de conhecimento à abordagem de soluções: práxis do*

*jornalismo como direito humano*— aborda a importância do jornalismo na produção de conhecimento e sua relevância como prática essencial para a garantia dos direitos humanos, inserida em um contexto democrático. Inicialmente, o capítulo discute a interconexão entre democracia, esfera pública e o papel do jornalismo como mediador da informação, destacando sua função de garantir uma sociedade participativa e informada. Partimos da perspectiva de que se entende o jornalismo não apenas como meio de veiculação de notícias, mas também um direito humano fundamental ao pleno exercício da cidadania e ao acesso a outros direitos, reforçando sua ligação com a promoção da dignidade humana.

As discussões do capítulo apresentam ainda que o jornalismo, por trabalhar com algum método e buscar superar as definições do senso comum, configura-se como uma forma de conhecimento (Park, 1976), situando-se entre o senso comum e o conhecimento científico. Robert Park influenciou Genro Filho (1987) na formulação do jornalismo como conhecimento, permitindo-lhe construir uma concepção original baseada em reflexões marxistas. Genro Filho (1987), por sua vez, reconhece o jornalismo como forma de produção social de conhecimento, complementando o projeto de Otto Groth (2011) e seus estudos sobre a Ciência dos Jornais. Eduardo Meditsch (1992) continua esse debate, destacando que o jornalismo, embora não faça ciência, produz um tipo específico de conhecimento e promove outras formas de saber.

Com essa conjectura teórica estabelecida, partimos para o Capítulo 3, que explora os conceitos de Fadiga de Notícias (*News Fatigue*) e Evasão de Notícias (*News Avoidance*), usados na pesquisa para justificar a ascensão do Jornalismo de Soluções (JS). Baseando-se em estudos, especialmente norte-americanos e dinamarqueses, apresentamos pesquisas recentes sobre a prática do JS, na tentativa de traçar um mapeamento teórico. Buscamos também explorar os pressupostos fundantes da prática profissional, que vem ganhando espaço em redações de todo o mundo e que, em vez de envolver diretamente o público na discussão sobre soluções ou apresentar alternativas públicas, se sobressai por focar nas ações daqueles que já estão implementando medidas eficazes para enfrentar desafios comuns. A questão central, conforme Beer (2010), consiste na seguinte: “Quem está mostrando o caminho?” (2006, p. 121). Tal enfoque exige dos jornalistas uma investigação dos possíveis futuros alternativos, relatando tanto experimentos locais e em pequena escala quanto grandes iniciativas nacionais ou internacionais.

O capítulo também enfatiza as eventuais críticas atribuídas ao Jornalismo de Soluções, em especial as que ressaltam os desvios de seu compromisso normativo e temporal. Em seu modelo tradicional, o jornalismo relata eventos imediatos, enquanto essa abordagem pode exigir a cobertura de questões hipotéticas e futuros utópicos, desviando o foco do presente.

Dodd (2021) observa que, devido a essas incertezas, o processo de normalização do Jornalismo de Soluções ainda é considerado minimalista, avançando de maneira normativa e empírica.

Algumas proposições sobre a hipótese do *Agenda Setting* (agendamento) também são exploradas – isso porque acreditamos que se alinham em alguma medida à proposta do Jornalismo de Soluções, que visa influenciar a agenda pública de forma positiva e construtiva. Em outras palavras, enquanto a mídia tradicional tende a focar em problemas e conflitos, criando uma visão negativa da realidade, o Jornalismo de Soluções se dedica a destacar respostas a esses problemas e promover uma agenda mais otimista. Assim, a relação entre o *Agenda Setting* e o Jornalismo de Soluções reside no esforço deste último em priorizar a cobertura de soluções, moldando a percepção do público sobre quais questões são relevantes e merecem atenção na agenda pública. Em vez de apenas reagir aos temas da mídia tradicional, a prática focada em soluções busca ativamente moldar a agenda, apresentando exemplos inspiradores e promovendo um diálogo construtivo sobre questões sociais.

No quarto capítulo, a pesquisa apresenta a América Latina, com suas profundas desigualdades e complexos desafios sociais, como terreno fértil para o Jornalismo de Soluções. No México, na Colômbia e na Argentina, por exemplo, jornalistas têm experimentado essa abordagem para retratar questões de violência, pobreza e acesso à educação. Os exemplos mostram como a referida prática pode transformar a narrativa midiática e promover mais conscientização e ação em torno de problemas sociais. Apontamos também a implementação do Jornalismo de Soluções no Brasil, onde enfrenta desafios particulares, incluindo um ambiente midiático polarizado e uma sociedade marcada por desigualdades extremas. Mais que os desafios, o capítulo exhibe as iniciativas exitosas no país, como o caso do Grupo RBS, que, a partir de 2018, profissionalizou todas as equipes do conglomerado de mídia para a prática do JS.

Para compreender melhor o impacto do Jornalismo de Soluções na cobertura da fome e de outros tipos de violações de direitos, o capítulo expõe os primeiros exercícios de análise sobre o tema publicados em revistas científicas e eventos da área, tendo gerado valiosas inspirações sobre como as narrativas de soluções são construídas, como engajam o público e quais são os resultados tangíveis em termos de conscientização e ação social. As análises prévias também foram essenciais para chegar a inferências que apontaram lacunas e oportunidades relacionadas ao JS.

Com o cenário do Jornalismo de Soluções delineado na prática jornalística, partimos para a investigação de como o tema vem sendo trabalhado no âmbito acadêmico. Para isso, empregamos a Revisão Sistemática de Literatura (RSL), de Kitchecham e Charters (2007),

como método para entender e situar a abordagem nas pesquisas desenvolvidas nos últimos cinco anos. Tal movimento se mostrou necessário não apenas para ampliar a compreensão do Jornalismo de Soluções no campo acadêmico, mas também para repensar e, potencialmente, reformular práticas profissionais que favoreçam um jornalismo mais responsável, engajado e transformador.

Reconhecendo essa relevância, no quinto e no penúltimo capítulos, a intenção foi a de revelar o problema da fome, questão estrutural e duradoura que impacta a vida de milhões de brasileiros, evidenciando significativas desigualdades sociais, econômicas e regionais. Examinamos a reentrada do Brasil no *Mapa da Fome* de 2022, um marco alarmante que joga luz sobre a persistência da fome como problema social crítico a desafiar os direitos humanos no país. A partir da análise desse retrocesso, buscamos compreender a fome não apenas como questão de privação alimentar, mas como violação dos direitos humanos fundamentais, refletindo as desigualdades estruturais enraizadas na sociedade brasileira.

Inicialmente, apresentamos um retrato da fome no Brasil a partir de dados históricos relacionados à luta pela inserção da alimentação no campo de direitos. Também problematizamos as conquistas asseguradas, ainda hoje desafiadas pela realidade de que um grande contingente de brasileiros não se alimenta da forma devida. Nesse panorama, incluímos a discussão de fatores como a desigualdade econômica, a descontinuação de políticas públicas de combate à pobreza e as crises econômicas/sociais que contribuíram para a crescente insegurança alimentar, além das implicações da reinserção do Brasil no *Mapa da Fome*, discutindo como o problema permanece como um dos maiores desafios para garantir os direitos humanos no país.

Em consonância com os objetivos da pesquisa, o capítulo ressalta o papel fundamental do jornalismo brasileiro de dar visibilidade à questão da fome, muitas vezes dissimulada nas esferas políticas e sociais. Ao cobrir histórias de insegurança alimentar, o jornalismo traz à tona a realidade de milhões de brasileiros que diariamente enfrentam o problema. Nesse sentido, especial atenção será dada à atuação do jornalista Marcelo Canellas e do cinegrafista Lúcio Alves, cuja colaboração produziu algumas das reportagens mais impactantes sobre a temática no Brasil nos últimos 20 anos. Ambos participaram da pesquisa por meio de entrevistas semiestruturadas nas quais comentaram as respectivas trajetórias profissionais. Algumas das matérias produzidas pela dupla serão posteriormente analisadas, tanto pela qualidade jornalística quanto pelo papel que desempenharam ao trazer luz à crua realidade da fome e ao pressionar o Estado por mudanças sociais e políticas.

Por fim, o último capítulo apresenta o processo empírico da pesquisa, a saber, as análises das reportagens sobre a temática da fome apresentadas no *Jornal Nacional* e na revista eletrônica *Fantástico*, ambos exibidos na Rede Globo. Foi o momento de discorrermos detalhadamente sobre o percurso da pesquisa, a metodologia abarcada – a AMA –, a apresentação da ficha e categorias de análise, além dos resultados suscitados a partir do trabalho. Examinamos também a dramaturgia (Coutinho, 2012) presente na apresentação do cenário da fome no Brasil, ou seja, a forma como é apresentada na mídia televisiva, envolvendo elementos de dramaturgia que ajudam a criar uma conexão emocional com o público.

### 1.1 DA ESTRUTURA DA PESQUISA DA EPISTEMOLOGIA À TÉCNICA

Para fins de desenho desta pesquisa, lançamos mão do modelo metodológico proposto por Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2014), que visa articular uma abordagem conceitual e analítica servindo tanto para investigações empíricas quanto para reconstruções teóricas de obras concluídas. Fundamentado em quatro níveis metodológicos – epistemológico, teórico, metódico e técnico –, proporciona uma estrutura sólida para pesquisa em Comunicação.

Propor um modelo metodológico é propor um método que visa apreender a construção da estrutura da obra científica. Essa construção é feita à base de opções, seleções, combinações etc., cujo resultado é a produção do conhecimento científico. Em outras palavras, o discurso científico é o resultado do fazer de um sujeito que, possuidor de uma série de competências, visa buscar um objeto de valor que é o saber. O sujeito investigador é então o responsável pela organização do discurso e é nessa organização que se deve buscar a inteligência de suas asserções (Lopes, 2014, p. 116).

Resumidamente, o nível epistemológico refere-se à base filosófica e às concepções de conhecimento que sustentam a investigação. Nesse momento o pesquisador define como compreende a realidade e como se relaciona com ela em termos de pesquisa. Como apontado por Lopes (2014), esse nível se traduz em operações destinadas “à explicitação dos obstáculos epistemológicos da pesquisa e sua autocorreção e à construção do objeto científico” (2014, p.121).

Na pesquisa em questão, definimos a natureza do conhecimento que desejamos produzir na tese, abordando a intersecção entre o jornalismo e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Objetivamos também compreender como o Jornalismo de Soluções pode contribuir para ampliar a compreensão pública de um tema social complexo como a fome. Para

isso, a base epistemológica sustenta-se na visão do jornalismo como meio de produzir conhecimento, inspirado por autores como Park (1976), Genro Filho (1987) e Meditsch (1992), conectando-o com a promoção de justiça social e o DHAA.

O nível teórico engloba os referenciais teóricos que orientam a investigação, ou seja, as teorias e os conceitos que guiam a interpretação dos fenômenos comunicacionais. Lopes (2014) explica que esse ponto da pesquisa corresponde fundamentalmente às operações de adequação dos modelos teóricos ao objeto empírico de investigação. Esses últimos funcionam como “quadros de referência” (Lopes, 2014, p. 124) e, nas Ciências Sociais, se referem ao paradigma marxista, ao funcionalista e ao compreensivo.

Nesse ponto, estabelecemos o Jornalismo de Soluções como conceito central e, a partir disso, embasamos a pesquisa em autores e pesquisadores que discutem essa prática (Rede de Jornalismo de Soluções, 2020; McIntyre, 2019; Murray e Stroud, 2019; McIntyre e Sobel, 2017; Curry e Hammonds, 2014). As teorias da comunicação, como as evidenciadas no trabalho de Otto Groth, que veem o jornalismo como poder cultural (2011), e a hipótese do *Agenda Setting* (Wolf, 1987) em conexão com a prática de soluções, também são acionadas nesse nível. Apontamos ainda os conceitos ligados à Fadiga e Evasão de Notícias, propostos por Zamith (2022), e a abordagem de soluções como enfrentamento desses fenômenos.

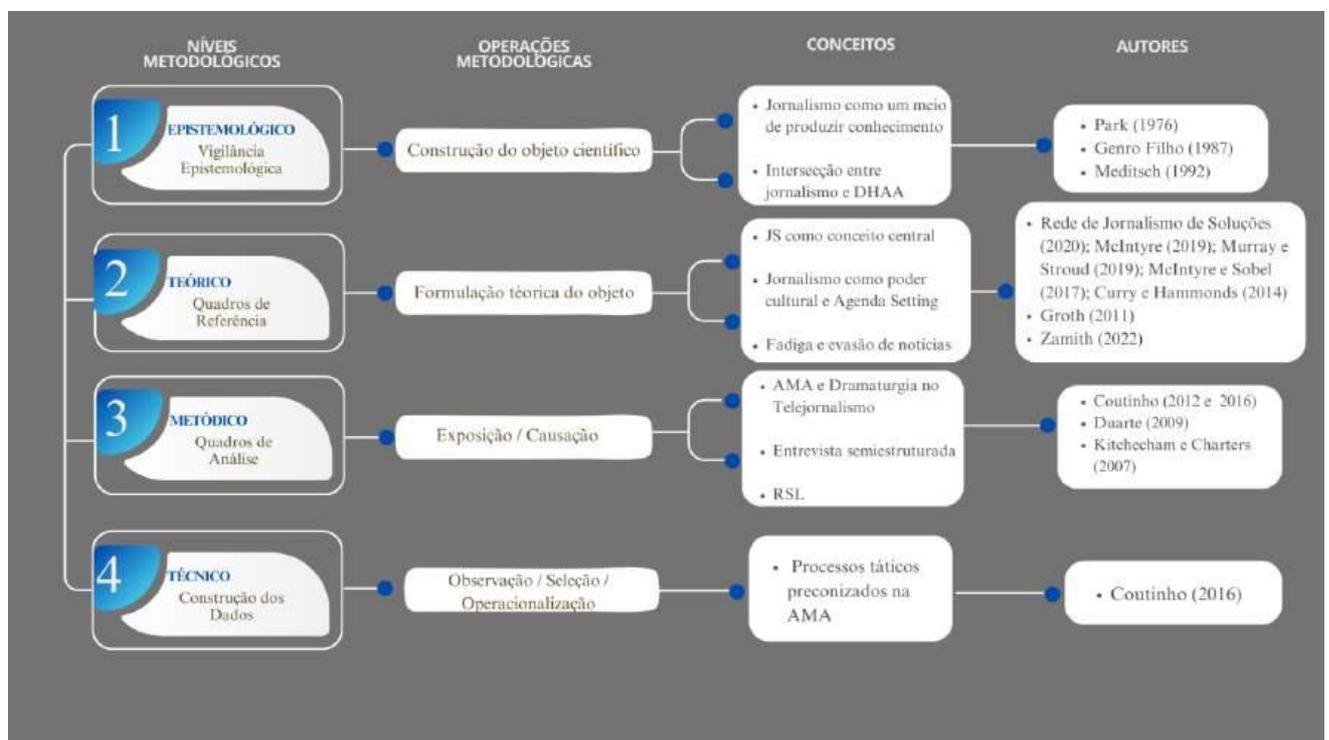
O terceiro nível, denominado pela autora como “nível metódico”, trata das estratégias e procedimentos a serem adotados para conduzir a pesquisa. Inclui as escolhas metodológicas, como estudo de caso, análise de conteúdo, entre outras técnicas que moldam a coleta e análise de dados. Segundo Lopes (2014, p. 127) “os métodos aqui comparecem para fornecer quadros de análise através dos quais são coordenados e articulados os conceitos, elementos e variáveis, numa espécie de ‘arquitetônica’ do discurso”. Assim, a AMA (Coutinho, 2016) e a Dramaturgia no Telejornalismo (Coutinho 2012) serão fundamentais para guiar nossa análise empírica ao examinarmos as reportagens sobre a fome veiculadas no *Jornal Nacional* e no *Fantástico* ao longo dos últimos 20 anos. A metodologia descreve os elementos visuais e narrativos dessas reportagens, destacando como o telejornalismo abordou o problema e como, a partir de uma perspectiva do Jornalismo de Soluções, essa abordagem poderia ser potencializada.

Por último, o nível técnico diz respeito às ferramentas práticas empregadas para realizar a pesquisa, como entrevistas, observações ou qualquer outro método de obtenção de dados. Nessa etapa, Lopes (2014) propõe operações que dialoguem com a perspectiva teórica adotada. Algumas têm o caráter indutivo e são operações que transformam os fatos em dados, isto é, conceitos ou objetos científicos; outras, de caráter dedutivo, percorrem o caminho inverso, de transformar os conceitos em fatos, que passam a ser diretamente observáveis. Lopes (2014, p.

128) traduz as operações em: observação (da informação ao dado), seleção (do dado ao objeto) e operacionalização (do objeto à informação). Isso inclui a escolha de reportagens específicas do *Jornal Nacional* e do *Fantástico* que abordam a fome no Brasil e os demais processos táticos preconizados pela AMA. As entrevistas semiestruturadas com os quatro profissionais (Marcelo Canellas, Lúcio Alves, Marta Gleich e Andreia Fontana) também compõem o nível metódico da pesquisa.

À luz dessa proposta metodológica, estruturamos a tese da seguinte forma:

Figura 1– Estrutura da tese



Fonte: Adaptação pela autora a partir do modelo metodológico de Lopes (2014).

## 2. O JORNALISMO COMO DIREITO HUMANO

*Para reinventar o jornalismo é preciso entender sobre que bases foi originalmente inventado*

(Groth, 2011)

Neste capítulo, propomos uma reflexão sobre o jornalismo enquanto prática fundamentalmente associada à produção de conhecimento e ao fortalecimento dos direitos humanos. A trajetória do jornalismo ao longo dos anos é marcada por sua vocação para registrar, informar e, sobretudo, construir uma base de conhecimento social que transcenda o mero relato dos fatos. É essa essência que buscamos resgatar aqui, partindo de algumas matrizes teóricas que sustentam a prática jornalística como elemento central na estruturação do entendimento coletivo sobre temas essenciais, como a fome e outros níveis de insegurança alimentar.

Para que esta análise seja devidamente fundamentada, é necessário situar o jornalismo no lugar onde, de fato, deve ser compreendido: como um direito humano essencial. Ao considerar a comunicação jornalística como um direito, ampliamos sua função social, destacando o papel transformador que pode exercer nas sociedades contemporâneas. Nessa perspectiva, o jornalismo não é apenas um serviço ou uma profissão; ele se configura como um poderoso instrumento de garantia de acesso à informação.

Essas reflexões teóricas não apenas embasam a compreensão do jornalismo como um direito humano, mas também orientam o caráter empírico desta pesquisa. Assim, na medida em que exploramos a cobertura jornalística sobre a fome no Brasil, procuramos evidenciar como as reportagens podem ir além da denúncia e do relato, apresentando também soluções viáveis e acessíveis que inspiram mudanças sociais.

### 2.1 REFLEXÕES PRÉVIAS SOBRE DEMOCRACIA, ESFERA PÚBLICA, JORNALISMO E DIREITOS

O jornalismo está entre as atividades humanas mais essenciais para a democracia e a formação da opinião pública. Essa importância deve-se ao papel fundamental que desempenha na produção e na disseminação de conhecimento sobre eventos, questões sociais, culturais e políticas, bem como na análise e na interpretação dos acontecimentos que moldam a sociedade.

Segundo o que nos diz Esteves (2004, p. 168), nas sociedades pós-industriais já em estágio avançado de midiaticização, o campo midiático “cumprir a função primordial da mediação simbólica das relações sociais” – ou seja, crê-se que a maior parte das experiências dos indivíduos com os fatos ocorrentes no mundo se dá pela mídia. Trata-se, portanto, de uma relação mediada, na qual a mídia se transformou em referência diária na vida em sociedade.

Isso sugere que, todos os dias, o indivíduo recebe informações do mundo selecionadas pelo campo jornalístico. Walter Lippmann (2010, p. 40) afirma que “o mundo que temos que tratar politicamente está fora do alcance, fora da vista, fora da mente. Tem que ser explorado, informado e imaginado”. Assim, o caráter do espaço público da mídia está diretamente relacionado ao regime de visibilidade inerente ao campo midiático disseminado no conjunto do tecido social na fase pós-industrial.

Nesse ambiente, a visibilidade pública que a mídia dá a fatos, temas, pessoas e grupos dos mais diversos setores da sociedade lhe concede o *status* de espaço público da contemporaneidade. Assim, é o campo midiático que detém a legitimidade e a autonomia para produzir e guardar aquilo que se diz público.

Tal processo de consolidação da legitimidade do campo midiático consiste no reconhecimento da competência própria de tal campo para selecionar e distribuir a informação ao maior número possível de pessoas no tecido social, conferindo aos discursos um caráter público (Esteves, 2004, p. 148).

Aqui, o espaço público é tomado como uma instância de mediação, definido por Habermas (1997) como fundamental nas sociedades democráticas, entre a sociedade civil e o Estado, refletindo a dinâmica conflitual da opinião e da vontade coletivas.

Como algo basilar para o desenvolvimento desta seção e para o entendimento das sociedades democráticas, retomamos ainda o conceito de sociedade, descrita por Habermas (1997) como uma estrutura composta, essencialmente, por dois grandes sistemas – o Estado e o mercado –, submetidos, em termos dinâmicos, a um crescente processo de diferenciação e estratificação de grupos, o que resulta no surgimento de diversos outros subsistemas especializados, como o da política, da administração, do conhecimento, da cultura e da mídia. Além dos subsistemas, Habermas (1997) expõe uma terceira dimensão: o mundo da vida, considerado como o substrato das relações cotidianas do qual emerge a sociedade civil, onde indivíduos e grupos assumem formas de representação coletiva.

Sobre o conceito de espaço público na contemporaneidade, também são precisas as palavras de Fernando Resende (2006, p. 179-80). Para ele, “espaço público contemporâneo diz

respeito ao modo como se negociam saberes e poderes”, tendo seu funcionamento na dinâmica conflitual.

No espaço público contemporâneo, pródigo em conflitos, as vias pelas quais se pode dar o exercício da narrativa – exatamente por se fazerem múltiplas, infinitas – ressaltam a importância de se considerar o modo como se narra e os seus sujeitos narradores: é a pluralidade dos meios que nos impõe a reflexão sobre a narrativa (Resende, 2006, p. 180).

O espaço público, portanto, desponta como lugar mediador de sentidos, sendo o palco em que a sociedade civil enfrenta as tensões em torno dos diversos olhares acerca dos problemas públicos.

Gomes (2008), ao descrever a ideia de esfera pública segundo Habermas (1997), aponta que os novos meios de comunicação ocupam um lugar decisivo para a mudança estrutural da esfera pública. Nas palavras do autor:

A esfera pública moderna é um modo de se entender e de se configurar este âmbito da apresentação e da negociação das pretensões que afetam a coletividade. Ela consistiu, historicamente, em defender, segundo Habermas, que a apresentação é necessariamente discursiva, que as negociações se dão numa disputa argumentativa conduzida com racionalidade, que elas são por princípio abertas a todos os concernidos e que, enfim, essa disputa se destina à produção de uma posição teórica e prática em face da questão posta, isto é, a opinião pública (Gomes, 2008, p. 51).

Para Gomes (2008), embora esse não seja mais o modelo vigente de esfera pública, é assim que continua sendo um conceito-chave da ideia de democracia. Isso explica, na contemporaneidade, por que a concepção de esfera pública continua normativa, “fonte fundamental de legitimação social das decisões concernentes ao bem comum” (Gomes, 2008, p. 52).

Aqui, tratamos ainda do paradoxo evidenciado na mídia: é empresa privada e, simultaneamente, espaço público, fundamental para a democracia. Nesse aspecto, há uma percepção, pela própria natureza do campo, de que o jornalismo dá cobertura a todos os setores, os quais, por sua vez, procuram dar a sua definição, exigindo garantia de terem voz, já que o direito à comunicação e à informação é um dos pilares da cidadania. Há consenso de que, quanto mais plural a cobertura da mídia, mais democrática se torna. Um cenário pelo qual se constata a existência de uma democracia saudável é aquele em que circula uma variedade de grupos e ideias divergentes sobre questões e problemas públicos. Para esse debate, o espaço próprio seria o jornalismo.

Gomes (2008) também nos embasa na descrição dos conceitos de comunicação e democracia. Para ele, há uma limitação bastante aparente nas pesquisas no tratamento do tema referente a comunicação e democracia, que consiste, frequentemente, numa abordagem pouco cuidadosa no que se refere ao segundo termo da relação.

Todo mundo sabe o que é democracia, ainda mais depois que o século XX expandiu as práticas e os imaginários dos sistemas democráticos ao seu limite histórico máximo. Mas o inegável *consensus gentium* obtido é satisfatório apenas para ficarmos no nível das práticas políticas, às quais ele fornece um ingrediente indispensável para adesão dos espíritos e, portanto, para ao menos dificultar a tentação das alternativas autocráticas (Gomes, 2008, p.12).

Para o autor, quando se fala em pesquisa, atinge-se apenas o nível básico do estudo da teoria democrática. O diagnóstico da então designada “crise da democracia liberal” (grifos do autor), com os típicos movimentos que o acompanham, gerou uma enorme pluralidade de linhas de força em teoria democrática. Isso implicou um novo realinhamento no nível das macroteorias ou modelos, como a tradição liberal, a tradição republicana e, ultimamente, o modelo de democracia deliberativa.

Assim, nos parece importante retomar os pressupostos e as questões de cada abordagem. A primeira diz respeito à tradição liberal, sobre a qual, segundo Gomes (2008, p.13), o centro das preocupações está na autonomia privada, de forma que a sua agenda inclui a proposta, o reforço e a defesa de uma arquitetura institucional destinada a assegurar as liberdades igualitárias dos cidadãos privados, materializada na proteção de seus direitos, na igualdade de acesso à justiça, nos meios normativos que protegem os indivíduos da tirania e do autoritarismo do Estado etc. “Nesse horizonte, os problemas concernentes ao tema ‘*comunicação e democracia*’ dizem respeito, sobretudo, ao papel dos meios de massa no que tange aos direitos e liberdades dos indivíduos” (Gomes, 2008, p.13).

Já a tradição republicana se preocupa com a cidadania, entendida aqui como “a inscrição fundamental na comunidade política”. Portanto, a questão central para essa tradição refere-se a como fazer com que a dimensão civil da sociedade recupere e assegure o controle sobre o Estado, considerado como comunidade política, “como coisa realmente pública” (Gomes, 2008, p.14). O modelo republicano dá conta ainda dos direitos igualitários e das oportunidades concretas de participação política e de engajamento na vida coletiva por parte da esfera civil, seja nos assuntos de interesse coletivo, mas de alcance da comunidade local, seja nos negócios públicos, com influência em toda a comunidade política e imposição de obrigações. Ao tratar dos problemas relacionados ao tema “comunicação e democracia” nesse modelo, há questões

que envolvem o *ethos* comunitarista, isto é, o sistema culturalmente compartilhado de atitudes, valores e representações, além de questões relacionadas aos meios e às oportunidades de engajamento cívico e participação política – ou seja, há ainda o aspecto de eventuais falhas impedirem a comunicação de massa de cumprir o seu papel quanto à formação e ao reforço do *ethos* cívico e ao favorecimento da participação política.

Por outro lado, Gomes (2008) aponta que o elogio feito à tradição republicana recai sobre a ideia de um provimento adequado de novos canais de participação política, de produção, pela própria esfera civil, da informação política necessária à formação de um *ethos* comunitarista, e, enfim, de constituição de redes que atravessem e unam o corpo civil da sociedade, sem a mediação dos meios de massa ou da classe política.

Por fim, há o deliberacionismo, considerado pelo autor como “o caçula da tríade”, justamente por sua entrada no mercado de ideias nos avançados anos de 1990. Logo no início do século XXI, já se posicionou como a principal novidade no contexto das teorias da democracia, sendo submetido a muitas críticas e revisões. Embora com fortes inspirações republicanas, às quais se soma uma ancoragem fundamental em certas intenções de pensamento kantianas (principalmente a ideia de razão pública) e iluministas, pretende “corrigir” o incorrigível idealismo do republicanismo com aquilo que, para uns, é uma saudável dose de realismo e, para outros, uma resignação à democracia liberal (Gomes, 2008, p.16).

Democracia deliberativa e democracia discursiva são outras formulações para designar o modelo, cujo centro de atenção democrática deve ser a existência de uma arena discursiva que funciona como esfera intermediária entre o Estado e a sociedade. Tal arena daria lugar à concretização do pressuposto primordial do deliberacionismo: os cidadãos devem ter a capacidade e a oportunidade de deliberar racional e publicamente sobre as decisões coletivas que os afetam e que lhes importam.

Portanto, os deliberacionistas acreditam que o meio fundamental para a produção de decisões políticas legítimas é o debate razoável, a prática coletiva da troca pública de argumentos. Para Gomes (2008, p.17), o deliberacionismo em teoria democrática considera que um Estado democrático, para ser legítimo, depende sobremaneira do tipo de relação e vínculo entre o centro produtor de decisão política e o corpo da sociedade civil.

Quem quer que decida, deve fazê-lo levando em consideração os fluxos de comunicação circulantes em arenas discursivas públicas, por meio das quais os problemas sociais são percebidos, formulados e discutidos, e questões sobre o estado da república são enunciados e examinados. Essas arenas discursivas, cujo sistema materializa a esfera pública política, são a condição social básica para a formação de uma opinião pública política formulada coletivamente e testada por meio de procedimentos argumentativos abertos, que refletem os interesses e preferências representados no corpo da sociedade (Gomes, 2008, p. 17).

Nesse cenário, o papel básico da comunicação de massa consiste em integrar-se, favoravelmente, na constituição de uma esfera pública política forte, extensa, efetiva, definitivamente arraigada na esfera civil, e ainda abrir brechas na guarda do sistema político que permitam nela a entrada da vontade e da opinião públicas. Resumidamente, como apontado por Habermas (2006, p. 415-16), os meios de massa assumem uma dupla tarefa e uma também uma dupla agenda, conjunto de oportunidades para a existência de uma esfera pública qualificada (constituição da esfera pública) e como conjunto de instrumentos para que a esfera pública se faça valer nas esferas da decisão política (governo da opinião pública).

Dadas as proposições sobre o cenário democrático em que o jornalismo se insere, é importante retomar uma das grandes discussões ainda presentes na pesquisa acadêmica das Ciências da Comunicação, isto é, a busca pela compreensão mais aprofundada sobre qual tipo de conhecimento produz a atividade jornalística. Sob essa perspectiva, este capítulo traz um breve desenho do percurso teórico, com vistas a analisar, mesmo que em linhas gerais, as bases que descrevem o jornalismo enquanto forma de conhecimento e, a partir disso, apresentar o desenvolvimento de outras teorias que foram sendo empreendidas ao longo dos anos, para refletir sobre como as transformações na práxis jornalística estão atreladas às mudanças e demandas da própria sociedade, em especial às reivindicações pela garantia dos direitos e da dignidade humana.

A ideia de práxis é utilizada como embasamento teórico que possibilita a reflexão sobre a realidade como um todo dinâmico, em constante evolução, em que os desafios frequentemente se entrelaçam com o dilema entre manter o *status quo* e promover mudanças, como observado no contexto do jornalismo contemporâneo.

Logo no prefácio de *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*, uma das obras utilizadas para construir este capítulo e ensejar o debate, Adelmo Genro Filho (2012), pensador e teórico marxista, verifica a incomunicabilidade entre teoria e prática no jornalismo, chamando a atenção sobretudo do campo teórico, que deveria transformar as evidências e contradições no cotidiano da profissão em uma atividade racional, ou seja,

“orientar a prática num sentido crítico e revolucionário” (Genro Filho, 2012, p. 10), colocando o jornalismo sob forma de produção social de conhecimento e considerando, ainda, suas potencialidades socializantes e humanizadoras.

Ele também coloca em oposição os chamados “teóricos” e “práticos”. Os primeiros, afirma Genro Filho (2012, p. 9), não fazem muito no sentido de lançar uma ponte de mão dupla com a prática. O autor exemplifica sua asserção citando as teorizações acadêmicas que oscilam entre “a obviedade dos manuais, que tratam apenas operativamente das técnicas, e as críticas ideológicas do jornalismo como instrumento de dominação” (Genro Filho, 2012, p. 9). Os práticos, por sua vez, consideram a simplicidade das técnicas jornalísticas capaz de dispensar uma abordagem teórica específica e uma formação especializada.

Com base nessas proposições, o autor marxista pondera que o profissional realmente interessado em refletir sobre o significado político e social da atividade que exerce, cujas imprecisões e contradições ele percebe em seu dia a dia, coloca-se em um impasse. Logo, ou o jornalista passa a ter conhecimento sobre as variações em torno de um tema que já domina ou busca contato com enfoques teóricos que desprezam as contradições e potencialidades críticas do jornalismo, com as quais se depara na prática da profissão.

Para a construção dessa ponte de reflexão, é essencial o uso da pedagogia freiriana. Consciente de que o ser humano é impreciso e, por isso mesmo, constantemente em busca de mais conhecimento, Freire (1996) afirma que há a possibilidade de promoção de um saber ingênuo sobre as coisas do mundo para outro, um tanto mais crítico. Isso é possível por meio de pesquisa, apuração e disponibilidade para o diálogo, questões indissociáveis do trabalho dos jornalistas, considerados, nesse sentido, construtores de conhecimento acerca da realidade concreta de uma localidade.

Freire (1996) afirma que a disponibilidade para o diálogo provém da dimensão coletiva do conhecimento. Esse, por sua vez, não se esgota individualmente. Assim, o ser humano sempre quer saber sobre o mundo mais do que individualmente é possível. Dessa forma, dirige-se ao outro como alternativa para conhecer mais – basicamente a premissa do jornalismo, ao esgotar suas possibilidades individuais para entender os acontecimentos.

Para Freire, apenas alguém comprometido com a práxis poderia transformar aquilo que é naquilo que deve ser (devir). Assim, “é exatamente esta capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com finalidades propostas pelo homem, associada à sua habilidade de refletir, que o faz um ser da práxis” (Freire, 1983, p. 17).

Além da inspiração freiriana para pensar a práxis jornalística, nos valem do conceito aristotélico, interpretado por Sánchez Vázquez (1977). Empregada na Antiguidade a partir da

obra de Aristóteles *Ética a Nicômaco*, a práxis explicava uma ação que tem seu fim em si mesma, ou seja, que não cria ou produz qualquer objeto exterior a si (Et. Nic. VI, 5, 1140 b, 4). Da Filosofia Clássica Grega até a contemporaneidade, o termo passou por diversas interpretações, tornando-se, na mais importante delas, o foco da crítica marxista ao idealismo hegeliano. Tal observação foi proposta por Sanchez Vázquez (1977), que entendeu a práxis como “a categoria central da Filosofia [marxista] que se concebe ela mesma não só como interpretação do mundo, mas também como guia de sua transformação” (1977, p. 5).

Como nos aponta o autor, porém, esse conceito não pode ser tratado de forma desvinculada à prática:

O conceito de uma atividade que, ao colocar o homem em relação com o mundo, define o que é o homem, o que é o mundo para o homem, o que é propriamente o conhecimento do mundo e o que é a prática como caminho para a transformação não só do mundo, mas ainda do próprio homem, de suas relações e instituições (Sánchez Vázquez, 2002, p. 148).

A análise da dinâmica do fazer jornalístico a partir desse referencial implica entender a teoria como elaboração de valores e potencialidades. Assim, a reflexão sobre o jornalismo no âmbito de suas limitações e possibilidades pode ser o caminho para a construção de um futuro para a profissão.

Pretendemos lançar mão do conceito de práxis em todo o encadeamento da tese, do exercício teórico-metodológico até a proposta empírica. No primeiro movimento, houve a predileção por autores que, para além das teorias que propuseram, também atuaram na prática jornalística. Já no caráter empírico – que tem na abordagem do Jornalismo de Soluções o exemplo mais atual para a reflexão sobre o tipo de conhecimento produzido pelos profissionais da área na contemporaneidade, especialmente aquele que diz respeito a como o telejornalismo pode atuar de forma mais propositiva na veiculação de notícias sobre a fome no Brasil – também há a tentativa de teorizar o Jornalismo de Soluções e investigar como isso se dá no dia a dia do fazer profissional.

Essas considerações introdutórias permitirão o resgate de algumas importantes matrizes teóricas para balizar este trabalho, a começar por aquelas que abarcam a essência do jornalismo enquanto produtor de conhecimento ao longo dos anos. Para que esse exercício seja possível, no entanto, pretendemos posicionar o campo jornalístico no lugar onde, de fato, deve ser compreendido: um direito humano fundamentalmente constituído.

A proposta de enquadrar o jornalismo no campo dos direitos humanos não é nova, embora necessite, ainda hoje, de efetiva regulamentação. Nessa perspectiva, o diálogo sobre a construção de alternativas e a efetivação do direito à comunicação torna-se cada vez mais essencial em um país cujo sistema democrático se encontra em processo de amadurecimento, carente de reformas estruturais capazes de elevar o nível social e cultural da população. Em alguma medida, esse nos parece um dos caminhos estruturantes para sair definitivamente da condição de subdesenvolvimento que ainda o caracteriza.

Quando inserida no rol dos direitos humanos, a comunicação revela-se fundamental, já que expressa as condições essenciais da vida em comum com outras pessoas e a possibilidade de transformação dessa mesma vida. Liesen (2020, p.103) salienta que se trata de direito conformado pelo e para o espaço público, representando um domínio que se nega a qualquer tipo de apropriação individual ou de um grupo específico, na mesma medida em que se exige a responsabilidade do que é posto em comum por qualquer um que toma parte nesse espaço:

Como uma espécie de “pele” dos regimes democráticos, é no espaço público que se percebem e se tornam visíveis os direitos humanos, suas demandas, conquistas e violações. Por isso, pensar a relação entre comunicação e direitos humanos significa refletir não apenas sobre como os temas relacionados aos direitos fundamentais são tratados – ou destratados – pelos meios de comunicação, mas também implica uma reflexão sobre os direitos que garantem as condições de possibilidade de existência dos próprios regimes comunicacionais e sua pluralidade (Liesen, 2020, p. 103).

Embora o objetivo, *a priori*, não foque no aspecto da regulação da comunicação social, o pensamento do autor é notável na medida em que reflete sobre as liberdades que compõem os direitos à comunicação, marcadas por uma tensão indissolúvel entre as dimensões públicas e privadas na vida social.

Ao dizer, no início da seção, que não se trata de algo novo, relembramos que a comunicação passou a ser reconhecida como um direito humano fundamental por meio da iniciativa de organismos como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A *Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)* também a considera um direito humano fundamental, ao estabelecer que “todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.

No âmbito nacional, a comunicação está garantida no plano da *Constituição Federal* (1988), em seu Artigo 220, onde se destaca o direito à liberdade de expressão e informação:

“Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”.

Contudo, embora tal direito esteja consagrado em documentos de ampla representatividade, o país ainda lida com a ausência da tão necessária e pleiteada regulamentação dos artigos constitucionais que tratam da comunicação social, para que então possa ganhar força a democratização de um setor com ampla importância para a democracia.

Compreender a comunicação como instrumento para acesso a outros direitos, como a saúde e a educação, passa pelo entendimento de que essa prerrogativa inclui tanto o direito ao acesso à informação quanto ao de transmiti-la. Portanto, a comunicação garante direitos porque faz com que o cidadão protagonize sua cidadania e confere voz àqueles que não a tinham.

Se o propósito da tese é jogar luz sobre um tema tão sensível quanto o da fome no Brasil, é oportuno, desde já, provocar o debate em torno de questões que legitimem o jornalismo profissional como ponto central e estratégico para produzir conhecimento e efetivar sua função pedagógica e, portanto, reiterar sua centralidade. Isso será possível desde que, prontamente, seja aceitável a premissa de que a informação ofertada pelo jornalismo é um direito fundamentalmente instituído.

Na tentativa de construir uma trilha capaz de conduzir o leitor pela intersecção de perspectivas teóricas para a compreensão da essência do jornalismo, o ponto de partida são as questões constitucionais que inserem a comunicação na condição de direito humano. Posteriormente, partimos para os estudos do alemão Otto Groth (1875 -1965). Em 1910, o autor empreendeu uma série de pesquisas na tentativa de criar uma enciclopédia do jornalismo em seis volumes, visando firmar e reconhecer a Ciência dos Jornais. Otto Groth seguia os caminhos de Max Weber (1840-1920), que, também em 1910, publicou o artigo *Sociologia da imprensa*, programa de pesquisa no qual salienta a necessidade de se pesquisarem os jornais como fenômeno à luz da Sociologia, que àquela época estava se firmando como disciplina autônoma.

Outra referência aqui apresentada: o ensaio *A notícia como conhecimento*, do sociólogo americano Robert Park, pertencente à primeira geração da Escola de Chicago. O texto, publicado em *The American Journal of Sociology* (em português, *Jornal Americano de Sociologia* – tradução nossa) em 1940, na Universidade de Chicago (Estados Unidos), representa também um importante marco teórico para a discussão. A análise de Park, apesar de muito referenciada no Brasil, quase sempre recebe um enfoque crítico no qual se apontam os limites de sua abordagem, tida como funcionalista.

Retomamos aqui o legado de Genro Filho (2012) em sua dissertação de mestrado, que deu origem ao livro *O segredo da pirâmide*, publicado em 1987. O autor postula a “singularidade” como categoria a caracterizar o tipo de conhecimento socialmente produzido pela atividade jornalística. Essa noção filosófica é originária de Hegel, no século XIX, mas Genro Filho traz à luz as discussões sobre estética de Georg Lukács (1885-1971) para analisar as categorias “universal”, “particular” e “singular” (Genro Filho, 2012, p. 11).

Diferentemente do universal (ligado às ciências) e do particular (associado principalmente às artes), a preocupação com a singularidade dos fatos ou com o caráter específico dos acontecimentos sociais é inerente ao jornalismo, na análise do autor, para quem a ciência opera com noções lógicas e universais, enquanto no jornalismo o “singular” é, por natureza, efêmero.

Professor da Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do CNPq, Eduardo Meditsch (1992), contemporâneo de Genro Filho, deu continuidade a esse debate delineando os limites do jornalismo dentro das chamadas “epistemologias do conhecimento”. O pesquisador retoma a ideia de singularidade sem o viés marxista fortemente presente em *O segredo da pirâmide* (Genro Filho, 2012).

Na obra *O conhecimento do jornalismo*, publicado em 1992, Meditsch centra-se nas ideias de Genro Filho, embora sua contribuição ganhe corpo anos depois, com a inclusão de autores fora da área de comunicação. Seus estudos discutem o que é, de fato, conhecimento. Consensualmente, para o autor, o jornalismo não faz ciência, mas promove outras formas de saberes.

O breve desenho desta fundamentação teórica materializa um exercício de compreensão de conceitos e teorias do jornalismo, partindo das ideias originadas por Groth, as quais influenciaram a análise crítica de Genro Filho sobre a mídia jornalística, passando pelos desdobramentos que resultaram nas contribuições de outros pesquisadores. Trata-se de uma revisão bibliográfica alinhada a uma análise comparativa dos principais pontos teóricos e conceituais presentes nas obras tomadas como referência.

Com base nessa orientação, temos por objetivo sugerir uma relação entre a proposta de jornalismo como forma de conhecimento e o Jornalismo de Soluções – esse último caracterizado como objeto de análise desta tese, a partir do pressuposto de que o jornalismo pode oferecer mais do que simplesmente o relato de eventos e notícias, sendo hábil para inspirar ações construtivas.

Em essência, consideramos aqui a abordagem de soluções como aplicação prática da ideia de que o jornalismo é uma forma de conhecimento, à medida que utiliza sua narrativa para

informar o público sobre maneiras eficazes de lidar com problemas e desafios da sociedade. Sob essa perspectiva, o capítulo traz as bases teóricas para atestar que o jornalismo, ele mesmo um direito humano, deve voltar-se à defesa dos direitos humanos, em especial e oportunamente das questões sobre a fome no país.

## 2.2 O JORNALISMO, ALÉM DE TUDO, É UM DIREITO HUMANO

As lutas pelos direitos humanos e pela sua constante progressão representam a trajetória da democracia. Historicamente, até os chamados “direitos naturais” precisaram ser afirmados. Novos direitos foram surgindo a partir das necessidades humanas que se criavam com o desenvolvimento econômico, social e cultural, e foi sempre em decorrência da luta política, não sem resistência, que se conseguiu afirmá-los e garanti-los.

Nesse contexto, com vistas a tornar a história didaticamente compreensível, foi preciso categorizar o surgimento dos direitos, esclarecendo, desde já, que os fundamentais não surgiram de forma simultânea, mas em diferentes períodos ao longo da história, de acordo com a demanda de cada época. É o que explica Marcelo Novelino (2014), em sua obra intitulada *Manual de Direito Constitucional*, na qual afirma ainda que “a consagração progressiva e sequencial nos textos constitucionais deu origem às chamadas gerações de direitos fundamentais” (Novelino, 2014, p. 433). Essa obra recebe destaque nesta seção pela necessidade de se explicitar como surgiu cada uma das gerações, valendo ressaltar que parte dos estudiosos sobre a temática tem optado pelo termo “dimensão”.

Assim, a primeira geração compreende os direitos de liberdade, sejam individuais, civis ou políticos – ou seja, trata-se de um direito voltado às prestações negativas, abstendo-se o Estado do dever de proteger a esfera de autonomia do indivíduo. É possível também estabelecer um papel ativo desses mesmos direitos, como lembra Ramos (2018, p. 59), “pois há de se exigirem ações do Estado para garantia da segurança pública, administração da justiça, entre outras”.

Nas revoluções liberais (francesa e norte-americana) ocorridas no final do século XVIII, a burguesia apresentava como principal reivindicação a limitação dos poderes do Estado em prol do respeito às liberdades individuais. Nesse período, conforme aponta Novelino (2014, p. 434), acreditava-se na ideia de que a sociedade só poderia se regulamentar se seus membros estivessem face a face de forma igualitária e livre, razão pela qual o direito era necessário apenas como garantia de igual liberdade individual. Foi nessa época também que surgiram as primeiras

Constituições escritas, conforme explicado por Novelino (2014, p. 433), consagrando os direitos fundamentais ligados ao valor liberdade, os chamados “direitos civis e políticos”. Tem-se aí a consolidação dos direitos de primeira dimensão, que têm o indivíduo como titular, exigindo diretamente uma abstenção do Estado.

Já os direitos sociais, compreendidos como os de segunda geração, apesar de já serem encontrados em alguns textos dos séculos XVII e XIX, passaram a ser amplamente garantidos a partir das primeiras décadas do século XX. Trata-se daqueles ligados à igualdade material, aos direitos sociais, econômicos e culturais.

A implementação das prestações materiais e jurídicas exigíveis para a redução das desigualdades no plano fático, por dependerem, em certa medida, da disponibilidade orçamentária do Estado, faz com que estes direitos geralmente tenham uma efetividade menor que os direitos de defesa (Novelino, 2014, p. 434).

Nessa perspectiva, o autor destaca o direito à vida, à liberdade, à propriedade, à liberdade de expressão, à liberdade de religião e à participação política como exemplos de direitos de primeira dimensão, enfatizando ainda que as garantias institucionais, embora consagradas nas Constituições, não se configuram como direitos subjetivos atribuídos diretamente ao indivíduo, mas como normas protetivas de instituições enquanto realidades sociais objetivas, tais como a família, a imprensa livre e o funcionalismo público. Por não garantirem aos particulares posições subjetivas autônomas, não lhes é aplicado o regime dos direitos fundamentais.

Os direitos de segunda geração ou dimensão relacionam-se com as liberdades positivas, reais ou concretas, assegurando o princípio da igualdade material entre o ser humano. Tal contexto reflete o papel da Revolução Industrial, que implicou a luta do proletariado e a defesa dos direitos sociais a partir do século XIX.

Ao contrário da dimensão precedente, que negava ao Estado um papel atuante, o direito de segunda geração lhe exige investimentos em políticas públicas, tratando-se, portanto, de direitos positivos. Assim, impõe-se ao Estado uma obrigação de fazer, em correspondência aos direitos à saúde, à educação, ao trabalho, à habitação, à previdência social e à assistência social, entre outros campos. Esse papel ativo, conforme apontado por Ramos (2018, p. 59), embora indispensável para proteger os direitos de primeira geração, anteriormente era visto com desconfiança pelo fato de representar uma ameaça aos direitos do indivíduo. Contudo, sob a influência das doutrinas socialistas, constatou-se que a inserção formal de “liberdade” e “igualdade” em declarações de direitos não garantia sua efetiva concretização. Isso levou os

movimentos sociais a reivindicarem um papel ativo do Estado para assegurar uma condição material mínima de sobrevivência.

Já os direitos de terceira geração são aqueles de titularidade da comunidade, como o direito ao desenvolvimento, à paz, à autodeterminação e, em especial, ao meio ambiente equilibrado – características descritas por Ramos (2018, p. 59). O autor considera que esses podem ser chamados também “direitos de solidariedade”, advindos da constatação da vinculação do homem ao planeta Terra, com recursos finitos, divisão desigual de riquezas em verdadeiros círculos viciosos de miséria e ameaças cada vez mais concretas à sobrevivência da espécie humana. Sob a mesma perspectiva, Novelino (2014, p. 434) destaca que o surgimento de direitos ligados à fraternidade (ou solidariedade) teve como causa “a constatação da necessidade de atenuar as diferenças entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, por meio da colaboração de países ricos com os países pobres”. Categoriza-os ainda como direitos transindividuais<sup>2</sup>, destinados à proteção do gênero humano.

Para além das três gerações inicialmente idealizadas por Karel Vasak (1979)<sup>3</sup>, diversos autores hoje desenvolvem os conceitos de quarta, quinta e até sexta geração dos direitos fundamentais. Após a terceira, contudo, não há mais unanimidade doutrinária, ao que se atribui, inclusive, a utilização do termo “dimensão”, tendo em vista que o surgimento de novas gerações não implica a extinção das anteriores.

Ampliando tais conceitos, Paulo Bonavides (2011) ratifica a existência de uma quarta dimensão de direitos. Mesmo na ausência de consenso quanto à concepção, muitos estudiosos defendem sua existência. Bobbio (1992, p.6) compreende que essa dimensão está ligada aos direitos relacionados à engenharia genética. Já Bonavides (2011, p. 571), que também acredita na nova dimensão, afirma que está relacionada à informação, à democracia e ao pluralismo político. Para ele, esta dimensão se apresenta como uma resposta à globalização política neoliberal, sendo a universalização dos direitos humanos uma reação ao neoliberalismo. Nas palavras do autor, “globalizar direitos fundamentais equivale a universalizá-los no campo institucional. Só assim aufere humanização e legitimidade um conceito que, doutro modo, qual vem acontecendo de último, poderá aparelhar unicamente a servidão do porvir” (Bonavides,

---

<sup>2</sup>Para o autor, os direitos transindividuais têm natureza indivisível e podem ser entendidos como aqueles de que “sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato” (direitos difusos) ou de que “seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base” (direitos coletivos) (Lei 8.078/1990, art. 81, parágrafo único, I e II).

<sup>3</sup> No ano de 1979, o jurista Karel Vasak proferiu um discurso em que buscou dividir a perspectiva histórica de entendimento dos direitos humanos em gerações, usando como referência os princípios da Revolução Francesa.

2011, p. 571). Sendo assim, a consagração dos direitos de quarta dimensão corresponde à universalização dos direitos humanos do modo mais abrangente possível.

Novas dimensões continuam surgindo, a revelar o caráter dinâmico da trajetória histórica dos direitos humanos. Bonavides (*apud* Ramos, 2014, p. 61) agrega ainda uma quinta geração, composta pelo direito à paz em toda a humanidade. Anteriormente, essa concepção foi classificada pelo jurista francês Karel Vasak (1979) como de terceira geração. Parte da doutrina critica a criação de novas gerações, apontando falhas na diferenciação entre as novas e as anteriores, a dificuldade em se precisar o conteúdo e a efetividade dos novos direitos e a falta de precisão nos limites na quantidade de novas dimensões.

Cita-se ainda a inserção da paz como um direito fundamental que integra a quinta dimensão, segundo proposto por Bonavides no contexto jurídico brasileiro. Sobre esse ponto, a explicação de Ramos (2018, p. 435):

O reconhecimento do direito à paz como requisito indispensável à convivência humana impõe a necessidade de sua positivação no texto das diversas constituições, como ocorre com a Constituição de 1988, na qual a defesa da paz está elencada como um dos princípios fundamentais que regem o Estado Brasileiro em suas relações internacionais (CF, art. 4º, VI). Bonavides considera que o tratamento conferido originariamente por Karel Vasak – que inclui a paz no rol de direitos ligados à fraternidade (terceira dimensão) – teria se revelado incompleto e lacunoso, permitindo que o referido direito caísse no esquecimento. Por esta razão, com o objetivo de conferir a relevância devida ao direito à paz, propõe a sua reclassificação em uma dimensão nova e autônoma (Ramos, 2018, p. 435).

A partir da apresentação das cinco dimensões, salientamos que a teoria geracional recebe diversas críticas atualmente devido a, particularmente, quatro defeitos apontados por Ramos (2018, p. 435): *i*) transmissão, de forma errônea, do caráter de substituição de uma geração por outra – ou seja, os direitos humanos representam um conjunto mínimo de direitos necessários a uma vida única, e conseqüentemente uma geração não poderia suceder a outra, mas interagir, estando em constante e dinâmica relação; *ii*) enumeração das gerações, o que pode sugerir a ideia de antiguidade ou posteridade de um rol de direitos em relação a outros – perspectiva na qual os direitos de primeira geração teriam sido reconhecidos antes dos direitos de segunda geração e assim sucessivamente, algo que de fato não ocorreu; *iii*) apresentação dos direitos humanos de forma fragmentada e ofensiva à indivisibilidade, o que, embora à primeira vista seja razoável para fins didáticos, na prática, serve como justificativa para a diferenciação do regime de implementação de uma geração em face da outra; *iv*) uso criticável dessas divisões entre direitos diante das novas interpretações sobre o conteúdo dos direitos – como, por

exemplo, a dificuldade de classificar o direito à vida, em tese tradicionalmente inserido na primeira geração de Vasak, embora atualmente existam vários precedentes internacionais e nacionais a exigir do Estado a realização de diversas prestações positivas para assegurar uma vida digna, relativas, por exemplo, a questões de saúde, moradia, educação, alimentação etc., o que o colocaria na segunda geração.

Como proposta para evitar esses riscos, a solução, segundo Ramos (2018, p. 92), reside em utilizar o termo “dimensões” em vez de “gerações”.

Teríamos, então, três, quatro ou cinco dimensões de direitos humanos. Apesar da mudança de terminologia, restaria ainda a crítica da ofensa à indivisibilidade dos direitos humanos e aos novos conteúdos dos direitos protegidos, que inviabilizam também a teoria dimensional dos direitos humanos (...) Apesar de não existir muita precisão sobre a consequência prática de considerarmos um direito como pertencente a uma “quarta” ou “quinta” geração (ou dimensão), essas novas gerações ou dimensões apontadas pela doutrina auxiliam o estudioso a compreender o fenômeno da produção de novos direitos, também denominado inexauribilidade dos direitos humanos, para atender a recentes demandas sociais da atualidade (Ramos, 2018, p. 92).

Por outro lado, inserindo a dignidade com o objetivo global pelo qual se luta utilizando, entre outros meios, o direito, Herrera Flores (2009, p. 69) afirma que, por mais que se trate de uma boa medida pedagógica, é preciso ter cuidado no uso da teoria das gerações, pois “pressupõe uma visão exageradamente unilateral e evolutiva da história do conceito”. A teoria das gerações, a partir desse pensamento, acaba permitindo que se perceba o avanço da concepção dos direitos no reconhecimento jurídico das lutas pela dignidade. Contudo, induz a pensar que a fase atual ou geração de direitos já superou as anteriores. Por exemplo, aparentemente, os direitos de quarta geração tornaram obsoletas as velhas lutas pelos direitos civis e sociais.

Para além das críticas, consideramos que a teoria das gerações continua a ser um instrumento didático de compreensão dos direitos humanos, ponderando que novas demandas sociais podem acarretar a necessidade de novos direitos.

Nessa categorização, o enfoque no direito à comunicação, entendido como de quarta geração, é justificado por sua potencialidade de valorizar a dignidade humana e buscar soluções para problemas existentes na sociedade.

Em 1948, a *DUDH* assim estabeleceu:

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de ter opiniões sem interferência e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras (ONU, 1948).

Anos mais tarde, em 1976, os países assinaram o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, ampliando os limites da comunicação, atualmente reconhecida como um direito humano fundamental por parte de organismos como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

No Brasil, a *Constituição Federal* (Brasil, 1988) determinou as normas para a comunicação, estabelecida como um serviço a ser explorado pelo governo federal, podendo ser exercido diretamente pelo órgão competente ou mediante autorização, concessão ou permissão.

Só em 2009 o direito à comunicação foi oficialmente reconhecido pelo Estado, por meio do Decreto n.º 7.037, promulgado em 21 de dezembro daquele ano, instituindo a terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Foi a partir dessa iniciativa que se concretizou nominalmente o direito à comunicação, inaugurando-se um novo contexto no debate sobre o tema, até então relegado a direito à informação. O direito à comunicação resultou da percepção de que os direitos à informação e à liberdade de expressão eram conceitos insuficientes para assegurar as garantias necessárias ao exercício da comunicação, algo entendido como essencial à dignidade humana e ao pleno desenvolvimento dos indivíduos. Trata-se de um conceito distinto daqueles, embora estejam relacionados.

Uma das novidades trazidas a partir do conceito, especialmente após a publicação do *Relatório MacBride* (1983), é o compromisso com a democratização da informação e com a multiplicidade de vozes, entendendo-se o direito à informação também como a liberdade que toda pessoa tem de produzir informação e ser ouvida, e não somente de consumir informação produzida por outro.

O direito à comunicação constitui um prolongamento lógico do progresso constante em direção à liberdade e à democracia. A exigência de circulação de dupla direção, de intercâmbio livre e de possibilidades de acesso e participação dá nova dimensão qualitativa às liberdades conquistadas sucessivamente no passado (MacBride, 1983).

O resultado do trabalho da comissão que estabeleceu o *Relatório MacBride* tornou-se a base conceitual para o direito à comunicação, por ter apresentado um diagnóstico em termos do desequilíbrio no fluxo de informação e comunicação do mundo, da concentração dos meios de comunicação e formação de monopólios.

Como estratégia para um novo modelo de comunicação global, criou-se um processo mais horizontal no fluxo de informação e conhecimento, com diálogo, tendo a sociedade civil como protagonista, com maior foco na valorização das diferentes culturas e da democracia.

O *Relatório MacBride*, que se transformou em referência no mundo acadêmico, ganhou força principalmente na América Latina, onde muitos passaram a defender a inclusão do reconhecimento da comunicação como direito humano na pauta das nações, visto que, assim como outros direitos, elucida uma necessidade humana básica, o fundamento de todas as relações e organizações sociais.

O título do *Relatório* faz referência ao sobrenome do presidente da comissão que o produziu, Sean MacBride, ex-ministro das relações internacionais da Irlanda e prêmio Nobel da Paz, junto a uma equipe de trabalho composta por relatores de quinze países, contemplando quatro continentes: América, Europa, África e Ásia. Juntos, chegaram a importantes consensos, que resultaram na delimitação dos problemas a serem discutidos e analisados, como também a possíveis soluções.

É necessário esclarecer que a construção do documento foi realizada em um contexto geopolítico marcado pela Guerra Fria. No cerne do conflito estavam as duas maiores potências da época: Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), que dividiam o mundo em dois grandes blocos – ocidental (capitalista) e oriental (socialista). Todos os demais países eram classificados como Primeiro, Segundo ou Terceiro Mundo, sendo os capitalistas desenvolvidos, e os socialistas, subdesenvolvidos. Nesse período, o Brasil vivia sob ingerência militar, cujo cenário foi essencial para a aposta democrática expressa pelo *Relatório*. No país, o documento foi publicado em 1983, com o título *Um mundo e muitas vozes – comunicação e informação na nossa época*.

Ainda hoje, o *Relatório MacBride* constitui-se como referência fundamental para os estudos na área, estabelecendo a defesa de que a comunicação deve pertencer à sociedade civil, e não ao Estado ou ao mercado, e apontando diretrizes que priorizam o diálogo, a emancipação de todos os povos e a democracia. Tomamos o *Relatório* como referência delineada neste trabalho para fortalecer o debate impulsionado pela premissa de que a comunicação, em especial o jornalismo, é um direito humano, sobretudo em uma realidade marcada por processos de colonização, cujas heranças socioculturais se traduzem em violações de direitos que, corroboradas com a monopolização dos meios de comunicação, impedem tais populações de reivindicarem coletivamente suas garantias.

### 2.3 A CIÊNCIA DOS JORNAIS E A NATUREZA DO JORNALISMO

No início do século XX, o jornalista alemão Otto Groth (1875-1965) empreendeu uma série de estudos na tentativa de criar uma enciclopédia capaz de firmar e reconhecer a história e a natureza do jornalismo. Seu esforço direcionou-se a propor uma fundamentação teórica, denominada por ele de “ciência jornalística autônoma”. Esse trabalho resultou na publicação, de 1961 a 1966, da obra *O poder cultural desconhecido: fundamentos da Ciência dos Jornais*, composta por sete textos (um inacabado) e mais de 2 mil páginas. Como explicado por Berger (2011) em artigo intitulado *Otto Groth e a essência do jornalismo*, o alemão é um caso emblemático entre os autores muito citados, embora não seja tão bem compreendido quando se argumenta sobre a pertinência de uma ciência ou disciplina autônoma do jornalismo. Nesse sentido, uma das justificativas diz respeito à limitação do idioma, uma vez que não houve circulação da obra nas línguas inglesa e francesa, pois a discussão de suas ideias aconteceu em língua espanhola, a partir de uma análise realizada por Faus Belau (1966).

O livro de Groth, pioneiro dos estudos de jornalismo e rádio, permanece praticamente inédito em português, e o pouco que se conhece resulta, em geral, da tradução de terceiro. A versão original ultrapassa dez volumes densos, sintetizada pelo autor, anos mais tarde à veiculação, em um trabalho menor. Em 2011, a Editora Vozes selecionou, a partir do sumário da obra original, os principais tópicos, a fim de propiciar o pensamento completo do pesquisador, com tradução realizada por Liriam Sponholz, professora brasileira que leciona disciplinas vinculadas à Teoria do Jornalismo, na Alemanha, doutora em Comunicação pela Universidade de Leipzig e pesquisadora/pós-doutoranda da Universidade de Erfurt.

Fiel ao título original em alemão, o volume no Brasil contém três importantes blocos que somam 460 páginas: “A Ciência dos Jornais”; “As características centrais do jornalismo” e “O jornalismo”.

O prefácio, escrito por Eduardo Meditsch e Liriam Sponholz (2011, p. 9), apresenta a Alemanha como provável berço do estudo acadêmico do jornalismo. Embora remonte a 1690 a defesa da primeira tese de doutorado sobre o tema, caiu no esquecimento da corrente hegemônica dos *journalism studies* contemporâneos<sup>4</sup>. À proporção que o jornalismo se profissionaliza, vai conquistando também um espaço nas universidades ao redor do mundo, a partir da virada do século XX. Mesmo assim, o caso alemão é considerado especial pelo fato de os institutos universitários terem sido já criados com foco na pesquisa, e não na formação

---

<sup>4</sup> PEUCER, T. *Os relatos jornalísticos. Estudos em jornalismo e mídia*, 2004, p. 13-30.

profissional, a despeito do que ocorreu em outros países. A Ciência dos Jornais (*Zeitungswissenschaft*), nomenclatura surgida entre o final do século XIX e o início do XX, na Alemanha, propunha investigar cientificamente um fenômeno novo para a época: a imprensa de massa.

A proeminência alemã no campo da Ciência do Jornalismo foi admitida no primeiro livro de metodologia do campo, publicado nos Estados Unidos<sup>5</sup>. Houve um importante impulso no início do século XX a partir da tentativa de analisar cientificamente a imprensa. Institutos de pesquisa foram fundados, além da primeira cátedra em uma universidade. Mesmo assim, o desenvolvimento dessa ciência ainda carecia de conhecimento próprio capaz de justificar o motivo de sua existência, tendo em vista que uma nova ciência não se faz apenas com espaços institucionais. Nesse cenário, a grande contribuição de Groth consiste na proposição de um sistema de leis próprias relacionadas à essência do periódico e, com isso, os fundamentos epistemológicos para a Ciência dos Jornais. Para Groth (2011, p.12) “o que faz uma nova ciência é uma forma própria de contemplação de um objeto, que não só analisa, observa o novo objeto, mas também o produz”.

A história do pesquisador soma-se a um episódio emblemático na história recente mundial. Nascido em 1875, estudou Ciência do Estado, precursora da Ciência Política, na Universidade de Munique. O jornalismo, porém, sagrou-se como sua missão e profissão. Além de acadêmico, atuava como jornalista desde 1899, aos 22 anos, e só saiu da redação em 1934, ao ser proibido de trabalhar pelo regime nazista, por ser judeu. Aluno de Max Weber, terminou seu doutorado em 1915, em Tuebingen. Apesar de ter escrito uma das obras mais importantes da Ciência dos Jornais, nunca pôde se tornar professor efetivo em uma universidade em razão de sua ascendência judaica. O pesquisador passou a vida acadêmica sem manter permanente relação de trabalho com uma instituição de ensino superior. A obra *O poder cultural desconhecido* exigiu 30 anos de trabalho, sendo o último dos sete volumes publicado após sua morte, ocorrida em 1965, aos 90 anos.

No prefácio do livro de Otto Groth, escrito por Eduardo Meditsch e Liriam Sponholz (2011, p. 9), ressalta-se outro ponto preponderante que prejudicou o desenvolvimento do jornalismo enquanto disciplina: a ascensão do nazismo. Isso porque a comunicação de massas era entendida como estratégica pelo regime nazista, e a intervenção tanto no ensino quanto na pesquisa da área foi condizente com a lógica de um regime totalitário – ou seja, os acadêmicos

---

<sup>5</sup> MOTT, F.L. Conclusion. In: NAFZINGER, R.; RALPH, O.; WILKERSON, M. *An introduction to journalism research*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1949, p. 126 – 130.

que não aderiram à instrumentalização da comunicação pelo nazismo foram destituídos de seus cargos e expulsos da universidade. De outra forma, os que ficaram reescreveram seus trabalhos anteriores para adequá-los à ideologia nazista e torná-los úteis ao Estado.

Nesse cenário, a Ciência dos Jornais, ou Jornalística, acabou sendo instrumentalizada pelo regime nazista com o consentimento e a iniciativa de seus cientistas. Assim, os motivos políticos tiveram papel crucial para o banimento da ciência do campo acadêmico e também para o esquecimento da obra de Groth.

O sucesso da propaganda na mobilização do povo alemão e o esforço de guerra contra o nazismo provocaram uma reação semelhante nos Estados Unidos: a partir dos cientistas sociais chamados a colaborar com o governo naquele momento dramático, foi criada a “Ciência da Comunicação” como uma nova disciplina científica. Se até então o estudo do jornalismo estava vinculado ao papel inquestionável da atividade como um dos pilares da democracia norte-americana, a nova disciplina vinha substituir esta “ciência da liberdade” por uma “ciência do controle” da opinião pública (Meditsch e Sponholz, 2011, p. 14).

Dessa forma, seguiu-se o modelo alemão, em que a própria Ciência dos Jornais assumiu a pesquisa dos estudos sobre os meios de liderança, e também o soviético, no qual a imprensa e seu estudo eram vistos como instrumentos do Estado para o alcance de seus objetivos políticos. Segundo Meditsch e Sponholz (2011, p. 14), a nova ciência americana e a antiga doutrina marxista sobre a imprensa, que ocuparam os dois lados do muro de Berlim depois do final da Segunda Guerra, moldaram o desenvolvimento da área acadêmica contemporânea da Comunicação. Em relação à Alemanha Ocidental, a ciência norte-americana passou a servir como modelo para os acadêmicos da área, encaixando-se em suas tentativas de construir uma ciência nova sem a obrigação de olhar para o passado.

Na tentativa de consolidar o jornalismo enquanto ciência, hoje se evidencia a necessidade epistemológica de uma Teoria do Jornalismo no Brasil. Genro Filho chegou a essa conclusão justamente ao dar-se conta de que a Teoria da Comunicação havia se perdido na busca por explicar a realidade do jornalismo:

Existe uma grande defasagem entre a atividade jornalística e as teorizações que se fazem em torno dela. Esse distanciamento se dá em tal grau que, inclusive, tem gerado falsas e absurdas polêmicas opondo “teóricos” e “práticos”. (...) É bem verdade que os teóricos não têm feito muito no sentido de lançar uma ponte com mão dupla entre a teoria e a prática. Em geral, as teorizações acadêmicas oscilam entre a obviedade dos manuais, que tratam apenas operativamente das técnicas, e as críticas puramente ideológicas do jornalismo como instrumento de dominação. A prática, por sua limitação natural, jamais soluciona a teoria. Ela apenas insiste, através de suas evidências e contradições, que deve ser ouvida. Mas só pode se expressar racionalmente através da teoria. Responsabilidade maior, portanto, cabe à própria teoria que está muda em relação às evidências e contradições da prática, quando deveria transformá-las numa linguagem racional. Isto é, elucidar e direcionar a prática num sentido crítico e revolucionário (Genro Filho, 2012, p. 9).

Como forma de reaver a essência do jornalismo, que, segundo ele, consistiria em uma forma de produção social de conhecimento, Genro Filho (2012, p.14) reconhece o seu próprio trabalho como uma complementação do projeto desenvolvido por Groth:

Otto Groth definiu claramente o objeto sobre o qual erigiu sua teoria (...) Seu método de análise – ao contrário do que afirmam alguns pesquisadores – não é funcionalista, mas tipicamente weberiano. Os periódicos, para ele, são uma obra cultural produzida por sujeitos humanos dotados de finalidades conscientes, como parte da totalidade das criações humanas (Genro Filho, 2012, p. 14).

É interessante perceber que Genro Filho só acessou as ideias de Groth por meio do livro do professor Faus Belau (1966), que as divulgou em língua espanhola, com reflexões epistemológicas sobre a disciplina apresentadas de modo diferente do atual.

Antes mesmo de Genro Filho, porém, a ideia de uma Teoria do Jornalismo já havia sido introduzida no Brasil pelo professor Luiz Beltrão, em seu projeto pedagógico para a Universidade Católica de Pernambuco, na década de 1960. Ele foi o autor do que se pode considerar o principal livro acadêmico sobre jornalismo produzido antes da Era da Comunicação, devido à ampla revisão bibliográfica internacional ali compilada.

Assim como Genro Filho e Luiz Beltrão, Otto Groth foi um importante defensor da necessidade da organização profissional para o desenvolvimento do jornalismo. Sua reflexão epistemológica, segundo Meditsch e Sponholz (2011, p. 18), pode ser uma ferramenta essencial para a reinvenção do jornalismo e também da comunicação como disciplinas científicas, abrangendo todos os seus outros ramos de atuação.

Tal redescoberta é fundamental ainda para o reconhecimento e a sobrevivência da autonomia do campo, conforme apontado por Berger (2010, p.25):

Aprofundar o conhecimento entre a prática jornalística e o conhecimento sobre o jornalismo é buscar formas de estabelecer diálogos menos truncados e menos dissonantes entre o saber e o fazer na esperança de que o jornalismo possa, ao informar sobre a realidade, contribuir para o esclarecimento do mundo (Berger, 2010, p.25).

Essa proposição será oportunamente detalhada no decorrer da tese, uma vez que a aproximação entre epistemologia e prática integra os objetivos do presente trabalho, a partir da pressuposição de que o jornalismo é uma simbiose entre forma e conteúdo, não se caracterizando em uma relação dicotômica, e sim complementando teoria e prática.

Conforme os autores, as ideias de Groth não perderam valor científico para quem queira compreender, afinal, o jornalismo, continuando atual e urgente entender que é ditado pelas leis da atualidade e da universalidade, que ao mesmo tempo o limitam, o expandem e o diferenciam de outras ciências.

A obra *O poder cultural do desconhecido* pode ser considerada um clássico fundador da Jornalista, uma ciência projetada para entender e orientar a prática do jornalismo. Provavelmente, ninguém mais no mundo foi tão longe no desenvolvimento de uma Teoria do Jornalismo, na delimitação de seu lugar em relação às outras ciências, na definição de seu objeto próprio, da metodologia que necessariamente é derivada deste objeto e de sua aplicação clínica à prática profissional (Meditsch e Sponholz, 2011, p. 21).

A partir de seu livro, Groth propõe uma fundamentação da ciência jornalística como periodismo, expressando o objetivo de preparar caminho para uma disciplina autônoma das ciências da cultura. Constata que o objeto e o método dessa disciplina ainda precisariam ser demonstrados, pretendendo apresentar a possibilidade e a fecundidade da pesquisa teórica. Para ele, conforme apontado por Marhenke (2006), teorizar significa “desvendar elementos típicos e recorrentes, tendências gerais do desenvolvimento no transcurso da história” (Marhenke, 2006, p. 161). Isso porque toda transformação dos fatos, segundo Groth (2011), coloca a teoria diante de novas tarefas de exame. Em suma, o periodismo pode expressar “a reivindicação de ser reconhecido como uma ciência autônoma”<sup>6</sup> se os conhecimentos obtidos estão unidos em um sistema, sendo que a Sociologia, a Psicologia Social e a Ciência Literária deveriam ser correlacionadas com o periodismo como ciências auxiliares.

Partindo da ideia de que jornais e revistas são obras culturais (2011, p. 33) e de que a cultura é o conjunto das criações mentais humanas que cresce e muda continuamente, o autor apresenta os principais conceitos de sua obra. Para ele, a Ciência dos Jornais remete obras

---

<sup>6</sup>Marhenke, 2006, p. 161.

culturais, configurando-se, então, como uma ciência da cultura.

Para uma Ciência dos Jornais, o essencial, ou seja, o importante fundamentado, é exclusivamente a ideia, a essência, a natureza das obras – a similaridade do seu sentido, seus lados considerados essenciais, suas qualidades constantes, as características e a estrutura desta unidade – e o que está ligado a isto. É no essencial que ela tem o seu objeto e o seu método próprio, ele fundamenta o sistema dela. A investigação do essencial gera a ciência da cultura “Ciência dos Jornais” (Groth, 2011, p. 35).

Segundo Groth (2011, p. 35) só depois seria possível também constatar isoladamente as manifestações que deveriam ser incluídas na área das ciências, ou seja, demarcar os seus limites com segurança. Assim, após uma classificação teleológica básica, a separação segundo as manifestações “objetos” pode, então, ganhar espaço em cada ciência da cultura. “Nós podemos, por exemplo, separar as nossas análises na própria Ciência dos Jornais entre jornais, revistas e outros tipos de produtos culturais com a mesma essência” (2011, p. 37).

Em seus estudos, ele expõe ainda o quanto as obras históricas de um sistema cultural estão sujeitas a um processo dialético entre o real e a ideia, como a sua força intelectual mobilizante, processo no qual a sua configuração – e, com isso, o desenvolvimento do sistema cultural – se concretiza, mas no qual os sistemas culturais também lutam uns contra os outros para impor as suas ideias da forma mais aprimorada possível. Cada sistema cultural busca realizar os seus princípios e, se possível, alcançar supremacia também em outros sistemas.

Além disso, Groth (2011, p. 41) considera que cada sistema cultural preserva sua essência imaterial em todas as manifestações historicamente diferentes. Assim, “neste sincretismo paradoxal de atemporalidade e humanidade histórica”, de essência atemporal e do que se tornou acaso histórico, há um problema geral e central da Filosofia das Ciências Humanas. No entanto, para cada ciência cultural e social, vale a ideia de que, sem o conhecimento da essência da obra cultural ou do sistema social, estes não podem ser conhecidos, nem mesmo em suas manifestações históricas. Qualquer ciência específica de um sistema cultural somente pode ser assim reconhecida se estiver submetida à pesquisa da essência, a primeira tarefa da disciplina teórico-sistemática, sem a qual nenhuma ciência de um sistema cultural é possível.

Para Groth (2011, p. 41) isso também é válido para o sistema cultural dos jornais e das revistas, embora eles sejam uma criação da sociedade moderna contemporânea. Também o seu sentido e seus aspectos únicos (periodicidade, universalidade e até mesmo publicidade), pelo menos no seu desdobramento completo, são, na verdade, manifestações contemporâneas.

Um importante aspecto dos achados do autor a ser destacado nesta seção, que preambula as discussões sobre o jornalismo enquanto forma de conhecimento, tanto em sua prática quanto na busca por sua epistemologia, diz respeito à relação que Groth (2011) traça entre história e teoria. Segundo ele, seria fundamental para a práxis científica que ambas não sejam trabalhadas de forma independente uma da outra. Apesar do aparente antagonismo, os dois conceitos se aproximam por meio da relação com a realidade.

O trabalho de ambas depende incontestavelmente uma da outra no seu progresso. Uma sempre tem que recorrer aos resultados da outra. A teoria histórica empírica obtém não só as suas similaridades e regularidades do material histórico. A pesquisa puramente histórica forma os seus conceitos. Estes conceitos a teoria não encontra em lugar nenhum de forma pura e sim a partir da experiência das manifestações históricas isoladas. Diante de cada conceito geral, sempre se encontra a experiência do concreto, e o pensamento recebe constantemente impulso e direção, confirmação e questionamento a partir da experiência do concreto (Groth, 2011, p. 44).

Essa passagem explica como o concreto precisa ser reunido, classificado pela história e disponibilizado para a teoria como o que ele chama de “material limpo”, para só então ser útil à teoria. Em seguida, o volume constante do material histórico deve manifestar-se cada vez mais fortemente perante a necessidade teórica de um panorama e de síntese, de classificação e de esclarecimento.

Seguindo essa ideia, os conceitos teóricos não seriam, portanto, algo fixo e fechado, definitivo e válido no sentido de estarem acima de qualquer verificação e confirmação. Pelo contrário, sempre têm que ser comprovados, esclarecidos, verificados e, em caso de emergência, corrigidos ou modificados, ampliados ou limitados.

Eles [conceitos teóricos] não podem ser colocados de uma vez por todas dogmaticamente, rígidos contra o devir, contra o desenvolvimento e o desaparecimento de fenômenos históricos. Ao seguir estes fenômenos em todas as suas fases, ao buscar entender e explicar cada fase como resultado de uma regularidade permanente, a teoria é obrigada a considerar os acontecimentos de fato e a defender a validade dos seus conceitos e de suas frases também diante deles (Groth, 2011, p. 45).

É nesse sentido que o autor pontua algo fundamental nas pesquisas em jornalismo na contemporaneidade: cada mudança nas ocorrências coloca a teoria diante de novas tarefas de verificação. Em tudo isso, mostra-se a ligação estreita e indissolúvel de toda teoria.

Por outro lado, ele esclarece que tampouco é possível ter uma história científica sem os conceitos esclarecidos pela teoria. Considerando, portanto, a correlação entre história e teoria,

não haveria, nas palavras de Groth (2011), nenhum outro caminho para o progresso da ciência a não ser o do retorno da teoria para a história e da história para a teoria.

A partir desse debate, propõe uma resposta à pergunta sobre quando se pode falar de fato da existência de uma ciência autônoma de um sistema cultural. De antemão, o autor já esclarece que, sozinha, a história não basta. Na sequência, esclarece as características dos individualistas e universalistas na epistemologia. Os primeiros entendem que tudo o que é geral na pesquisa só funciona como passagem para o unicamente real – ou seja, conhecer significa ver a realidade concreta da forma mais completa possível. Para isso, é preciso abstrair os elementos constituintes e as leis gerais das coisas e dos diversos processos, construí-los teoricamente e colocá-los em um sistema do saber, mas sem esquecer que o objeto verdadeiro e o objetivo do conhecimento é o mundo da essência e das coisas singulares.

Já os universalistas, para Groth (2011), seriam aqueles que abominam o rebaixamento daquilo que é geral e acreditam que só a superação e a dominação do real, sempre mutante e diverso, podem alcançar o auge da ciência. “A práxis que se preocupe com o particular” (Groth, 2011, p. 47).

Na opinião do autor, qualquer trabalho científico se tornaria sem sentido tendo como único e último objetivo exclusivamente o geral imaterial, abstrato.

O objetivo da ciência como uma ação criadora é a unidade do geral e do especial, é o feito de apoderar-se imaterialmente do especial por meio do geral e do geral por meio do especial. Todo conhecimento consiste na validade mútua do geral atemporal para o especial (na lei) e do especial temporal para o geral (na história). Mas ambas as formas de conhecimento juntas completam o conhecimento da realidade. Por isso, nós declaramos ambos como o objetivo final da pesquisa, o geral e o especial, a teoria e a história, na sua unidade de fato inseparável, só aparentemente apartável (Groth, 2011, p.48).

Essa é uma das principais contribuições do autor para subsidiar a presente pesquisa, como arcabouço teórico capaz de debater a questão do jornalismo enquanto conhecimento, que, por sua complexidade, admite muitas interpretações. Groth (2011) apresenta algumas pistas iniciais sobre o caminho para o conhecimento na pretendida Ciência dos Jornais. Para ele, a via para se chegar ao conhecimento é a dos métodos – não apenas um, mas formas de procedimento e elaboração. “Método”, em um sentido científico, significa todo procedimento planejado para alcançar o conhecimento. Ele argumenta que métodos são todas as percepções, experiências e ideias testadas quanto à sua adequação para os objetivos científicos e capazes de contribuir para captar, esclarecer ou compreender objetos científica, correta e completamente.

Para Kant, método é a forma e o modo de como um objeto determinado, para cujo conhecimento eles são utilizados, pode ser conhecido totalmente. Para quais finalidades o conhecimento total do objeto serve, isto também tem que ser considerado pela ciência. Destes procedimentos ou métodos, há uma quantidade quase incontável. E para o tratamento do seu objeto o pesquisador de cada disciplina da ciência da cultura tem que utilizar todos os que são apropriados para trazer o seu objetivo de pesquisa para mais perto de si (Groth, 2011, p.64).

Com esse pensamento, Groth (2011) estabelece que, para qualquer ciência da cultura, vale o pluralismo – ou o sincretismo – dos métodos. Esse seria o caminho para se chegar a um único resultado, considerando que não se pode utilizar qualquer método para qualquer objeto, mas determinados métodos para determinados objetos. Assim, cada método precisa nortear-se pelo material que deve ser trabalhado.

Voltando o foco para as Ciências Humanas, ele esclarece que o método específico mais importante é o compreender. Nesse âmbito, trata-se, em primeiro e principal lugar, do conhecimento das finalidades, estabelecidas devido às necessidades e ideias de valores, e do sentido que essas finalidades dão ao pensamento e à ação humanos. Para o estudioso, qualquer criação de um ser humano, ainda que uma única ideia, é final e surge a partir de motivos voltados para uma finalidade. Dessa forma, o objetivo do estudioso das Ciências Humanas é o conhecimento do sentido, das finalidades e dos motivos das criações humanas. Não se obtém tal conhecimento por meio de mera observação e dedução; a compreensão é uma forma bem diferente do processo de reflexão que deve levar ao conhecimento.

Entre as vastas contribuições da obra *O poder cultural do desconhecido* (2011) estão ainda as características dos jornais, compreendidas unicamente na relação com o sentido, conforme esboçado anteriormente pelo pensamento de Groth (2011).

Quatro características são apresentadas: periodicidade, universalidade, atualidade e publicidade. Não se trata de elementos justificáveis pelo produto jornal, mas por finalidades da sociedade e da história. Groth (2011) propõe uma inversão de raciocínio, pois as características não são um catálogo para classificar a realidade dos jornais, ou mesmo seus produtos, mas servem para entender finalidades da comunidade para a qual o jornal é produto, cristalização. As características do jornal são respostas a necessidades sociais e, como tais, precisam ser compreendidas, pois papel, *bite*, imagem, som... não são o jornalismo; são meios que somente ganham sentido jornalístico na manifestação dessas finalidades na qual o jornal (independentemente do meio) está inserido. Para ele, essas finalidades da cultura, denominadas “espírito objetivado”, têm cunho histórico e variam de região para região.

O jornalismo tende a responder a cada local com os recursos e necessidades de sua comunidade. Isso significa que periodicidade, universalidade, atualidade e publicidade são categorias analíticas sob a forma de tipo ideal, que ajudam a compreender as características jornalísticas de dada comunidade/sociedade cristalizadas em produtos (jornal, radiojornal, telejornal). Por isso, conforme demonstrado, Groth (2011) define os jornais como “obras culturais”.

Como primeira característica está a periodicidade. Antes de tudo, o que representa o jornal é a sua aparição periódica – uma especificidade que o distingue de outras obras culturais análogas, como livros, folhetos ou circulares, de aparição isolada. Assim, embora outros objetos culturais também possam se repetir regularmente, seja por uma obra sucessivamente reeditada, seja a partir da continuação de obras literárias em fascículos, a sua essência não reside nem se altera nessas repetições. O jornal, portanto, é essencialmente periódico, e nisso reside sua natureza temporal. Groth (2011) ressalta que a periodicidade do jornal não deve ser entendida como regularidade absoluta, com igualdade de períodos no aparecimento do jornal. Para ele, o ideal da periodicidade jornalística não se constitui por intervalos perfeitamente iguais entre os números de um jornal, mas pela sucessão mais rápida possível de uma nova edição. Dessa forma, a periodicidade tem como ideal atingir o objetivo da simultaneidade do acontecimento e da notícia. Logo, como atributo mais marcante para a periodicidade jornalística figura a simultaneidade, e não a regularidade.

A segunda característica, a universalidade, exige a compreensão do mundo objetivo em que o homem se move. Tal mundo não se restringe ao aspecto físico da natureza, mas abarca também a sociedade e a cultura. Como a obra jornal potencialmente absorve em si o conjunto do ser e do acontecer, a universalidade, segundo Groth (2011), é conceito de algo objetivo, conceito espacial do conteúdo do periódico. Para ele, a partir de sua universalidade, o jornal abrange todas as áreas da natureza, da sociedade e da cultura, buscando as coisas em todo o mundo para compilá-las nos seus espaços. Em vista disso, define-se a universalidade como a capacidade de um objeto de extrair o seu conteúdo de toda a realidade da natureza, da sociedade e da cultura objetiva. O autor, contudo, salienta que o jornal e a revista extraem apenas o que pertence aos mundos diante dos seus leitores, o que os toca, lhes diz respeito, do qual tomam parte; o que faz sentido para o leitor de todas as áreas da natureza, da sociedade e da cultura.

Como terceira característica, a atualidade designa em si a tarefa do jornal de oferecer, de mediar algo atual e, portanto, presente, no agora, em voga, novo. Groth (2011) chama a atenção de que o atual não é idêntico ao novo. A atualidade, em si, guarda uma relação puramente temporal. A novidade, em contrapartida, não é propriamente um conceito temporal,

mas significa apenas algo que o sujeito não sabia. É novo tudo o que o sujeito desconhecia e passa a conhecer. É, pois, uma relação de qualidade entre o sujeito cognoscente e o objeto conhecido. Segundo o autor, essa característica é importante porque, embora determinado pelo passado e sob as expectativas do futuro, o homem tem o seu campo de ação no presente – ou seja, a revisão do passado e a previsão do futuro ficam condicionadas pela vivência do presente. É deste, por isso, que o jornal tem de dar notícia.

Depreende-se, até aqui, que a universalidade e a atualidade são características que se cristalizam no conteúdo dos jornais. Já a publicidade, última característica apresentada, resulta do vínculo do produto com a comunidade, ao assumir dois sentidos distintos, ainda que complementares. Em um primeiro sentido, refere-se aos conteúdos que devem ser tornados públicos, passíveis de conhecimento geral, por todos. Em uma segunda mirada, essa característica refere-se à difusão do jornal, dos seus exemplares, de uma distribuição tão ampla quanto possível. A publicidade do jornal como característica essencial é, portanto, a acessibilidade a cada um e, com isso, a notoriedade de tudo aquilo que o jornal traz, de tal forma que cada um possa tomar conhecimento e que ninguém esteja excluído da recepção do conteúdo.

As quatro características essenciais dos jornais, embora apresentadas de maneira breve e sintética, são basilares para a compreensão de novas particularidades do jornalismo, observadas na confluência com outras perspectivas teóricas trabalhadas a partir desta seção. O esforço do autor para firmar o jornalismo como ciência ou disciplina autônoma no universo das Ciências Sociais é o ponto de partida na discussão sobre a essência do jornalismo e sobre sua natureza no trato com o seu objeto social: a notícia.

Entre os conceitos mais difundidos da obra *O poder cultural do desconhecido* (2011), estão as características dos jornais. Entendemos que tais padrões podem ser compreendidos a partir de sua relação com a interioridade da obra, ou seja, com o sentido. Groth (2011) explica que essas características não são o sentido, mas partes, como a decomposição do todo que se mostra sistematizado e objetivado na vida prática, a auxiliar a apreensão, mas, se vistas de forma isolada, perdem sua razão de ser no sentido.

Groth (2011) trabalha as peculiaridades pelo conceito de tipo ideal de Weber, categoria construída pelo analista que permite se aproximar da realidade e reconhecer racionalmente elementos que estão, em um primeiro momento, desconexos, embora recorrentes. São construtos, por isso, não presentes na realidade tal como descritos e capazes de oferecer idealizações que possibilitam ao pesquisador estabelecer contrastes com a realidade prática observada.

Groth (2011) defende a essência do jornalismo com um projeto eminentemente subjetivista e culturalista. Para ele, as características dos jornais não podem, portanto, servir de catalogação mecânica, sem considerar as teias que conectam o jornalismo com seu público.

Como considerações finais da seção, vale esclarecer que as reflexões de Otto Groth continuam pertinentes e atuais, na medida em que destacam a natureza dinâmica e multifacetada do jornalismo, enfatizando sua relação única com a atualidade, a universalidade e sua diferenciação em relação à ciência e à literatura. Essas ideias permanecem relevantes e úteis para aqueles que desejam entender e estudar o papel e a natureza do jornalismo na sociedade contemporânea.

O diálogo com concepções encontradas em textos clássicos do século XIX e do início do século XX, forjadas em um contexto distinto, revela-se imprescindível para se discutir o futuro do jornalismo no século XXI, sobretudo quando se trata de um campo ainda não reconhecido como ciência.

Em artigo intitulado *Bases para uma Teoria do Jornalismo 2.0*, publicado em 2011 no site *Observatório da imprensa*, Eduardo Meditsch e Liriam Sponholz esquadriham as bases epistemológicas a partir do legado de Otto Groth e suas eventuais contribuições para os estudos contemporâneos sobre o jornalismo. Na publicação<sup>7</sup>, eles defendem o exercício de revisitar textos clássicos:

Não há sociólogo digno deste nome que não tenha dialogado com Marx, Weber ou Durkheim, não há psicólogo que não tenha estudado Freud e Lacan ou semiólogo que despreze Peirce e Saussure. A Física de ponta segue dialogando com as teorias centenárias de Einstein, a Biologia com Darwin, e o médico que inicia sua vida profissional no Século XXI repete o juramento milenar de Hipócrates. Todas as ciências e profissões universitárias dignas de respeito se renovam e se realimentam dialogando com seus clássicos. Apenas em relação ao jornalismo, o desprezo e a soberba ignorância dos clássicos parecem ser uma atitude ainda reverenciada, e talvez por isso a Comunicação ainda não tenha adquirido reconhecimento como ciência.

De fato, depois de meio século de introdução da Teoria da Comunicação nos currículos das faculdades, admite-se hoje sua incapacidade de explicar o que o jornalismo é “em essência”, porque não conseguiu, ou talvez não tenha se interessado, em entender. E sem entender o passado e o presente da profissão, como falar do futuro?

---

<sup>7</sup> MEDITSCH, Eduardo; SPONHOLZ, Liriam. **Bases para uma Teoria do Jornalismo 2.0**. Observatório da imprensa, 26 de setembro de 2011. Disponível em: [<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/bases-para-uma-teoria-do-jornalismo-20/>] Acesso: 15.06.2023.

## 2.4 ENTRE A NOTÍCIA E O CONHECIMENTO: AS CONTRIBUIÇÕES DE ROBERT PARK

Na tentativa de situar o jornalismo como forma singular de narrar e conhecer os acontecimentos, as contribuições do jornalista e sociólogo Robert Ezra Park oferecem indícios reveladores que ainda hoje norteiam as discussões na academia.

Por um período de onze anos, Park desempenhou as funções de repórter e editor nos Estados Unidos nas cidades de Mineápolis, Detroit e Nova York, onde se especializou na abordagem de diversos aspectos da realidade, como marginalidade, emigração, delinquência e corrupção política. No ano de 1898, decidiu deixar a prática jornalística para aprofundar sua compreensão sobre a atividade no ambiente acadêmico, matriculando-se em Harvard com o objetivo de “compreender a natureza e a função de um tipo de conhecimento que chamamos notícia” (Park,1976).

Durante seus estudos, dedicou-se à Filosofia, fortemente influenciado pelo pragmatismo americano, especialmente por seu professor à época, John Dewey, que, juntamente com Charles Sanders Peirce e William James, é considerado um dos principais expoentes dessa corrente filosófica nos Estados Unidos. Embora compartilhasse algumas ideias com seus contemporâneos, Dewey também discordava em certos pontos, acreditando que ideias, valores e sensações derivam das ações práticas. Sua visão contrastava com a de James, pois defendia que a experiência (seja social, cultural, tecnológica ou filosófica) poderia ser utilizada como critério de avaliação para a verdade.

Assim, sob a influência da perspectiva da práxis e da empiria pragmatista adquirida durante sua formação nos Estados Unidos, Robert Park decide seguir o conselho de Dewey e aprimorar seus estudos na Alemanha. Lá, ele inicia sua formação em Sociologia na Universidade de Heidelberg, sob orientação de Georg Simmel, cuja influência se revela significativa para ele. Park reconhece a importância dessa experiência, afirmando que recebeu sua principal formação nessa área pelo contato com seu orientador.

É Simmel também quem enfatiza o caráter empírico da formação de Park, porém, ao contrário dos pragmatistas americanos, não se limita à construção do real baseada unicamente na experiência da vida prática, mas argumenta que a realidade é moldada, principalmente, pelas relações sociais, conceituadas por ele como “sociação”. Para Simmel, a vida social se desenrola na interação entre os indivíduos na vida cotidiana, formulação que contrasta tanto com as visões totalizantes da vida social quanto com a pura subjetividade dos indivíduos. Ele adota, assim,

uma perspectiva fenomenológica na apreensão da realidade social, em que as formas adquirem vida e estabilidade dentro do próprio fluxo da vivência social, conforme expresso na noção de “jogar em sociedade”.

Permanecendo na Alemanha por quatro anos, em 1903, aos 39 anos de idade, Park defende sua tese de doutorado intitulada *Masse und Publikum. Eine methodologische und soziologische Untersuchung* (em português, *Multidão e público: um estudo metodológico e sociológico* – tradução nossa), orientado por Wilhelm Windelband. Esse trabalho marca Park como um dos fundadores da Sociologia da Comunicação de Massa.

Já de volta aos Estados Unidos, aos 49 anos, em 1912, Robert Park ingressa na Escola de Chicago, instituição com frequência destacada teoricamente nos estudos da Comunicação. A proposta dessa escola consiste em congregar noções, como a de “ecologia humana”, para pensar grupos segregados nas cidades – de negros, jovens, imigrantes e outros – em que a noção de organismo, funcionamento e relação com o ambiente permitiria a busca por ferramentas para a análise de atitudes e comportamentos de tais grupos naquilo que foi considerado como “laboratório social”, isto é, as cidades, e na fundação dos meios de comunicação nesses processos de assimilação e mobilidade.

Em 1924, ele é eleito presidente da Sociedade Americana de Sociologia e passa a coordenar o programa de doutorado do Departamento de Sociologia da Escola de Chicago.

Na perspectiva pragmatista da instituição, encontra-se uma íntima conexão entre o método de investigação adotado pelo jornalismo interpretativo e a abordagem de observação utilizada por um sociólogo. Após se aposentar, em 1936, Park se transfere de Chicago para a Nashville, na Universidade Fisk, fundada em 1866 e uma das primeiras a educar os negros recém-libertados da escravidão. Lá, continua orientando trabalhos de doutorado e publicando artigos em periódicos especializados até seu falecimento, em 7 de fevereiro de 1944.

Como explica Machado (2005, p. 24), na publicação *O pioneirismo de Robert E. Park na pesquisa em jornalismo*, apenas um artigo da vasta obra sobre o tema foi traduzido para o português – justamente o mais conhecido: *A notícia como uma forma de conhecimento*. Daí advêm as principais contribuições de Park, basilares para esta seção. Interessa-nos abordar as duas categorias evidenciadas pelo autor no referido ensaio – o conhecimento por familiaridade (ou adquirido) e o conhecimento sobre (ou acerca de) algo – para fundamentar o conceito de notícia como manifestação da Sociologia do Conhecimento.

As duas categorizações de conhecimento foram tomadas como referência a partir do trabalho do psicólogo norte-americano William James, considerado um dos maiores representantes do pragmatismo americano e de quem Park foi assistente.

A primeira diz respeito a uma espécie de conhecimento que o indivíduo, inevitavelmente, adquire no curso de encontros pessoais e de primeira mão ao longo da vida. Nesse caso, “tal conhecimento pode ser concebido como uma forma de ajuste organizado ou adaptação ao entorno social, representando uma acumulação e se apresentando como uma mistura de experiências” (Park, 1976, p. 34). O tipo de conhecimento mencionado orienta os indivíduos em suas atividades cotidianas, podendo ser considerado como o conhecimento fundamental que sustenta o senso comum na sociedade. Embora adquiridas de forma inconsciente pelos indivíduos como resultado de suas experiências, essas características, conforme afirmado por Park (1976), uma vez adquiridas, tendem a se transformar em atributos individuais e pessoais.

Sob outra perspectiva, o conhecimento acerca de (ou sobre) algo seria formal, racional, sistemático, resultante da observação sistemática dos eventos, classificados segundo os objetivos e pontos de vista de determinada metodologia científica:

O conhecimento acerca de é formal porque é o conhecimento logrado com algum grau de extensão e precisão por substituição da realidade concreta pelas ideias e de palavras pelas coisas... Os três tipos fundamentais de conhecimento analítico são: 1) filosófico e lógico, que estão preocupados primeiramente por ideias; 2) as ciências históricas, que estão primeiramente preocupadas por eventos e 3) as ciências naturais, que estão primeiramente preocupadas por coisas (Park, 1976, p. 36-7).

No modelo delineado por Park, o que distinguiria o conhecimento científico de maneira única, quando contrastado com outras formas de conhecimento, seria sua capacidade de ser comunicável por extensão. Portanto, um conhecimento que possa ser acumulado, mas também passível de transmissão e, assim, também de verificação por outras pessoas. Conforme o sociólogo, o conhecimento científico é comunicável porque seus problemas e soluções não se apresentam apenas em termos lógicos e inteligíveis, mas também porque essas proposições podem ser comprovadas por meio de experimentação ou por referência à realidade empírica descrita nos conceitos.

De acordo com o autor, o jornalismo, por trabalhar com algum método e buscar superar as definições mais banais do senso comum, configura-se como uma forma de conhecimento e se localiza, sumariamente, entre o senso comum e o conhecimento científico – isto é, o jornalismo é capaz de ultrapassar o senso comum, sem chegar, no entanto, ao patamar no qual se poderia qualificar como ciência.

Na ainda atual teoria do *newsmaking*, que se dedica a pesquisar como as rotinas produtivas e organizativas de trabalho influenciam na construção da notícia, também se encontram evidências da concepção do jornalismo como conhecimento. A teoria busca responder às questões relacionadas à imagem do mundo fornecida pelos noticiários televisivos e como tal imagem se associa às exigências radiotelevisivas. Perguntas desse teor balizam os problemas que envolvem a abordagem do *newsmaking*, articulada principalmente a partir de dois limites: a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos.

Antes mesmo de apresentar os aspectos dessa abordagem, Wolf (1987, p. 165) descreve a questão metodológica que a caracteriza. Segundo o autor, as pesquisas de *newsmaking* têm em comum a técnica da observação participante, como forma de reunir e obter, de maneira sistemática, as informações e os dados fundamentais sobre as rotinas produtivas que operam na indústria dos *mass media*.

## 2.5 UMA FORMA DE CONHECIMENTO CENTRADA NO SINGULAR

A obra de Robert Park teve importância crucial para o brasileiro Genro Filho (1951-1988) encontrar a formulação de jornalismo como conhecimento que lhe permitiu construir uma concepção do jornalismo original, fundada especialmente, nas reflexões marxistas, sobretudo na obra de Georg Lukács (1885-1971).

A relação entre os estudos de Genro Filho, evidenciados em *O segredo da pirâmide* (2012) e de Otto Groth sobre a Ciência dos Jornais nos parece propícia para estabelecer uma interseção de perspectivas teóricas criadas pelos autores para a compreensão da complexidade da produção jornalística.

Enquanto Groth fornece uma base contínua para analisar as técnicas jornalísticas e a relação entre o jornalista e a notícia, Genro Filho expande essa análise ao incorporar a dimensão crítica e sociopolítica do campo jornalístico e apresenta, no último parágrafo de seu livro, uma importante reflexão para preambular esta seção. “A consumação da liberdade humana exige o desenvolvimento da imprensa em geral. Vale acrescentar: em especial, do jornalismo” (Genro Filho, 2012, p. 233). A citação é um convite para revisitarmos teorias e revermos possíveis direções relacionadas à teoria e também à prática noticiosa.

Em abril de 1987, Genro Filho legou uma importante contribuição teórica, sobre o diapasão de que o jornalismo é uma forma de conhecimento cristalizada no singular, inserindo

a atividade profissional como um produto histórico da práxis humana que responde ao processo crescente de universalização do gênero e que, potencialmente, contribui para a liberdade humana. O debate epistemológico sobre a essência do jornalismo permeou suas pesquisas e resultou na dissertação de mestrado que deu origem ao livro *O segredo da pirâmide*, em 1987.

A partir de uma inflexão da sentença de Marx, Genro Filho (2012) inaugurou uma corrente crítica de interpretação da notícia a partir da distinção entre imprensa e jornalismo, ainda hoje válida e essencial. A primeira diz respeito ao corpo material, à processualidade técnica e ainda ao modelo industrial ao qual se assenta a prática da produção da notícia. O jornalismo, por outra via, embora tenha se desenvolvido nessa materialidade de produção, busca suprir as necessidades histórico-sociais de comunicação, gerando uma nova forma social de conhecimento que atende à demanda por “notícia”, experimento coletivo que sintetiza, na reconstrução de fatos, a possibilidade de conexão entre os indivíduos.

Respalado no pensamento de José Marques de Melo (1973), em especial na tese de doutorado *Sociologia da imprensa brasileira*, Genro Filho (2012) relembra que o desenvolvimento da imprensa se articula ao crescente interesse pelos livros a partir do Renascimento e, de outra parte, com as demandas burocráticas e institucionais da burguesia em ascensão. Por outro lado, no jornalismo, as necessidades sociais apontadas seriam mais difusas, à medida que a procura por mais informações – inacessíveis diretamente aos indivíduos – possibilitou o surgimento de uma indústria da informação. O jornalismo, então, surge como uma prática social que, ao se apropriar de linguagens e técnicas próprias, constrói conhecimento ao reproduzir a “imediatez do mundo” e “apanhar a realidade pelo movimento” (Genro Filho, 1987, p. 04; 06). Há o argumento de que, por um lado, o jornalismo seria visto apenas como instrumento particular da dominação burguesa, como estratégia para “manipulação e consciência alienada” (1987, p.32), e de que, por outro, se encontrariam as visões meramente descritivas ou apologéticas, de cunho funcionalista, que tachariam a prática jornalística como “crítica social voltada para o aperfeiçoamento das instituições democráticas” (1987, p. 33). Em outras palavras, Genro Filho (2012, p.33) postula que se tratava de uma atividade voltada para a denúncia e a correção das “patologias sociais” e, por isso, para a coesão e a reprodução do estado normal da sociedade, ou seja, o capitalismo.

Rememorar o legado da teoria Genro Filho é uma tentativa de demonstrar o quanto seus estudos ainda são urgentes e pertinentes, mesmo após 36 anos da publicação de sua principal obra. Na perspectiva do autor (2012, p. 9), existe uma defasagem entre a atividade jornalística e as teorizações que se fazem em torno dela, o que gera algumas polêmicas capazes de deixar teóricos e práticos em situações opostas. Essa polarização corresponde, assim, a uma

incomunicabilidade entre as teorizações existentes e a riqueza da prática. Nesse aspecto, ele propõe um enfoque teórico para apreender, em certa medida, os prós e os contras da prática jornalística, na tentativa de fornecer elementos para uma Teoria do Jornalismo, entendido como uma forma de conhecimento, historicamente condicionada pelo desenvolvimento do capitalismo, mas dotada de potencialidades que ultrapassam a mera funcionalidade a esse modo de produção.

Na obra, o autor não trata o jornalismo apenas como atividade ligada ao jornal, nascida a partir da segunda metade do século XX, já com características empresariais e voltada à crescente diversificação das informações. O destaque do livro se alicerça nas categorias do “universal”, “particular” e “singular”, noções de larga tradição no pensamento filosófico, em especial na vertente clássica alemã, que atingiram sua plenitude a partir das determinações lógicas no pensamento de Hegel, apesar de inseridas dentro de seu sistema idealista.

À luz da estética de Lukács, que definiu a arte como uma forma de conhecimento cristalizada no particular, Genro Filho defende que o jornalismo se caracteriza como “uma forma de conhecimento centrada no singular” (2012, p. 11), ou seja, uma forma de conhecimento que surge, objetivamente, com base na indústria moderna, mas se torna indispensável ao aprofundamento da relação entre o indivíduo e o gênero humano nas condições da sociedade futura. Assim, a ideia de um jornalismo informativo dá espaço a uma possibilidade política efetiva.

Logo na introdução do livro, Genro Filho (2012) faz uma crítica em relação ao trabalho de Otto Groth, cujo objetivo era obter o reconhecimento da ciência jornalística como disciplina independente:

Essa meta hoje parece como algo, no mínimo, duvidoso, considerando-se que a tendência atualmente dominante nas Ciências Sociais é a confluência de disciplinas e perspectivas. No entanto, o principal mérito de Groth, que consiste em ter estudado o jornalismo (ou os “periódicos” como objeto autônomo entre os demais processos de comunicação social, não teve muito herdeiros (Genro Filho, 2012, p.13).

Nesse sentido, Genro Filho (2012) postula algumas críticas em relação às quatro características fundamentais do jornalismo, apontadas por Groth (2011). Para ele, periodicidade, universalidade, atualidade e difusão – consideradas numa perspectiva histórico-social – formam a dimensão estrutural do fenômeno jornalístico, embora não caracterizem a sua essência. Por outro lado, segundo Genro Filho (2012), ao afirmar a significação do periódico como mediador na comunicação de bens imateriais, Otto Groth permaneceria em um

terreno excessivamente genérico e abstrato. “O que é preciso definir é a especificidade desses bens imateriais produzidos por essa estrutura jornalística historicamente determinada. Em outras palavras, qual o tipo de conhecimento produzido pelo jornalismo?” (Genro Filho, 2012, p. 15).

Ao falar sobre a questão do método, Genro Filho (2012, p. 16) retoma o senso comum nas ciências de que o objeto teórico – ou objeto do conhecimento – é diferente do objeto real, entendido apenas enquanto manifestação fenomênica. O pesquisador reconhece, na referida obra, que o objeto teórico de fato é distinto do objeto real.

Dessa maneira, conforme o autor, o objeto real é o próprio fenômeno, aquilo que aparece imediatamente aos sentidos e se anuncia na experiência presente, assimilada de forma isolada e fragmentada. Já o objeto teórico – ou objeto do conhecimento – é a realidade observada sob o ângulo dos conhecimentos acumulados preliminarmente, ou seja, nos limites em que isso foi possível já vinculada ao seu princípio.

Genro Filho (2012, p. 20) aborda o jornalismo como modalidade de conhecimento a partir de três categorias advindas do pensamento filosófico desde a Antiguidade, sobretudo da Filosofia Clássica Alemã: o singular, o particular e o universal. Tais categorias foram aplicadas por Lukács na formulação de uma estética marxista. Nessa perspectiva, o objetivo de Genro Filho era aplicá-las visando constituir uma Teoria do Jornalismo.

As limitações da estética proposta por Lukács, com base em categorias eminentemente epistemológicas, reforçam a ideia de que as categorias utilizadas por ele (singular, particular e universal) são mais fecundas para caracterizar as representações que se referem estritamente a formas de conhecimento. Ao contrário do que ocorre em relação à arte, essas categorias podem fornecer o axioma teórico para uma Teoria do Jornalismo. Os conceitos de singular, particular e universal expressam dimensões reais da objetividade e, por isso, representam conexões lógicas fundamentais do pensamento, capazes de dar conta, igualmente, de modalidades históricas do conhecimento segundo as mediações que estabelecem entre si as suas formas predominantes de cristalização (Genro Filho, 2012, p.167).

Segundo esse raciocínio, o autor pondera que a ciência seria uma dessas modalidades do conhecimento. Quanto mais específico o objeto e quanto mais especializado o saber, mais se acredita na imagem falsa de que existe ou tende a existir um conhecimento científico cristalizado no singular. Isso porque, para o autor, o conhecimento científico objetiva sempre o universal, buscando, portanto, uma pluralidade ilimitada.

Já no caso do jornalismo, as informações que circulam entre os indivíduos na sociedade oscilam entre a singularidade, que se manifesta por meio de uma experiência vivida de modo

relativamente direto, e a particularidade, apresentada a partir de um contexto mais subjetivo e abstrato, embora naturalmente constituídos na atividade social.

Somente o aparecimento histórico do jornalismo implica uma modalidade de conhecimento social que, a partir de um movimento lógico oposto ao movimento que anima a ciência, constrói-se deliberada e conscientemente na direção do singular. Como ponto de cristalização que recolhe os movimentos, para si convergentes, da particularidade e da universalidade (Genro Filho, 2012, p. 168).

O autor sustenta que a informação jornalística surge e ganha espaço quando os indivíduos na sociedade passam a depender, para as suas existências, de informações que já não estão ao alcance das suas relações pessoais nos âmbitos da economia, da política, da religião, para citar alguns exemplos. Tal necessidade social do jornalismo resulta no que Genro Filho considerou uma forma social de conhecimento contida no jornalismo demandado.

Para ele, de modo prevaemente sobre suas outras características e origens, o jornalismo, além de derivar da demanda social, ou seja, do esforço vital do ser humano para apropriar-se do mundo, também é uma forma social de conhecimento centrada na categoria filosófica denominada “singular”.

Valendo-se dessa categoria, Genro Filho (2012) conceitua e explicita de modo revolucionário a geração de conhecimento proporcionada pelo jornalismo. Ele a conjuga com as categorias “particular” e “universal” originárias do pensamento filosófico, notadamente o clássico alemão, e o faz guiado pela dialética marxista, que, referida de modo simples, sustenta que o ser precede a consciência e que as sociedades se estruturam coletivamente, no devir histórico, em permanente autoconstrução.

Para Genro Filho (2012), o jornalismo não lida originalmente com fatos, e sim com fenômenos. É da percepção e da interpretação destes, da compreensão e da revelação de suas conexões, propósitos ou resultados que devem advir os fatos constituintes da notícia, a serem relatados a partir de seus aspectos singulares, vistos pelo autor como a matéria-prima do jornalismo. Neles se cristalizam, ou para eles convergem, as dimensões particulares e universais do evento a ser narrado. Cabe ao jornalista escolher a dimensão singular que será destacada, por meio da qual estabelecerá os nexos com as particularidades do evento.

Para o autor, essa dimensão singular do ocorrido, por si só, nos conduz a determinado tipo de conhecimento, nos remetendo à percepção das injustiças, desigualdades e opressões constituintes do mundo mediato, que se torna próximo e, assim, imediato. A singularidade será

completada, na notícia, com as particularidades do evento, como a situação da reforma agrária, o quadro fundiário regional e a postura das autoridades responsáveis, por exemplo.

Quanto às dimensões universais, não integram o relato, mas o orientam; representam a nossa compreensão do mundo, a nossa capacidade de percebê-lo como um processo e como resultado da ação humana. Nesse momento, serão valiosos os ensinamentos epistemológicos que possamos ter tido, porque orientarão a construção da matéria, partindo do aspecto singular escolhido. Sim, pois, como antes assinalado, sempre teremos muitas singularidades à nossa disposição. A escolha que fizermos determinará se a matéria contribuirá para a perpetuação da desigualdade ou para a sua redução ou eliminação.

Seja como for, teremos proporcionado à sociedade um tipo de conhecimento. Como o conceituou Genro Filho (2012), teremos viabilizado uma forma social de conhecimento, por meio do jornalismo. Certamente conhecimentos sobre a questão agrária podem ser obtidos por meio da ciência, que transita pelo sistema educacional e oferece explicações de caráter universal, ou por meio da arte, outra forma de conhecimento, que se cristaliza no típico, apoiado em particularidades.

Mas essas formas de conhecimento – a ciência e a arte – podem ser (e geralmente são) de difícil acesso e, ademais, não acompanham o cotidiano. Então, o conhecimento necessário à sobrevivência diária é suprido pelo jornalismo, ao reproduzir um evento pelo ângulo da singularidade. O jornalismo, assim, se constitui como uma forma social de conhecimento, diversa das demais.

Naturalmente, matérias jornalísticas redigidas a partir de singularidades são publicadas há muito tempo, orientadas pela sensibilidade profissional dos repórteres e seus editores. O que fez Genro Filho (2012) foi, de forma inédita, demonstrar teoricamente a potencialidade do singular para o método jornalístico e, a partir dele, tipificar o conhecimento oriundo do jornalismo.

Além disso, ao evidenciar que as manifestações singulares são muitas, cabe a nós escolhê-las; ao demonstrar que os fatos narrados expressam determinadas conexões entre fenômenos – conexões estas que devemos perceber e apreender, para além do aparente –, sua teoria combate os conceitos de objetividade e neutralidade tal como foram historicamente aceitos pelo jornalismo.

Ele sustenta que a objetividade pura não tem significação própria, sendo necessário extraí-la, estabelecendo sempre uma mediação com a objetividade concreta, para que a notícia não se reduza à concepção de quem a relata. No caso da neutralidade, defende que a captação de um fato constitui uma relação subjetiva do sujeito com a história.

Não se trata, porém, apenas de o jornalista perceber um fato e atribuir-lhe uma qualidade, mas de perceber-se em um mundo em construção, onde se posicionará prática, teórica e eticamente. Em relação ao *lead*<sup>8</sup>, para o autor, e pelas razões já expostas, a notícia se estrutura do singular para o particular, não necessariamente do mais importante para o menos importante. Todavia, na sua concepção, o *lead* não perde a importância e não deve ser desprezado, pois sua técnica inverte o processo de percepção do senso comum e nos coloca na cena do fato.

Esses são aspectos básicos do jornalismo como forma de conhecimento, segundo Genro Filho (2012). Abordá-los requer mais do que reconhecer a sua potência epistemológica, advinda de um inovador sistema teórico-prático que revisa conceitos e altera técnicas clássicas do relato jornalístico. Não se pode perder de vista esse aspecto.

Ao fazê-lo, o autor não pretende reivindicar para o jornalismo o estatuto de ciência social, mas sim qualificar a sua práxis. Ele reposiciona socialmente a atividade, permitindo-nos pensar a cultura em geral e o jornalismo em particular como práxis, não apenas como manipulação e controle. De um lado, em virtude da propriedade privada dos meios de comunicação e da hegemonia ideológica burguesa, o jornalismo reforça a cosmovisão dominante. De outro, a apreensão e reprodução do fato jornalístico podem estar alicerçadas na perspectiva de uma cosmovisão oposta e de uma ideologia revolucionária.

Tais observações podem ilustrar o legado de Genro Filho. Não está posta a possibilidade revolucionária tal como ele a pensava, ao escrever seu clássico, mas está sobre os nossos ombros a responsabilidade e a tarefa árdua de, por meio da práxis jornalística, contribuir para o fortalecimento de uma cosmovisão oposta àquela que hoje governa nosso país, bem como contribuir para a formulação e a disseminação de um sistema de ideias que proporcione o esclarecimento e a autonomia dos indivíduos, de modo que todos possam atribuir um sentido humano às suas vidas, construindo uma nação onde predomine a diversidade, a solidariedade e a igualdade.

A Teoria do Jornalismo como forma de conhecimento defendida por Genro Filho e endossada por Meditsch tem como primazia a superação da ideia funcionalista da comunicação, pressupondo o jornalismo como método de compreensão da realidade, um conhecer para agir –

---

<sup>8</sup> Trata-se do primeiro parágrafo de uma notícia e deve narrar, resumidamente, o fato mais relevante da série de fatos que compõem a notícia (Callado, 2002, p.46). Nele, são respondidos os seis elementos básicos da informação: o quê (a ação), quem (o agente), quando (o tempo), como (o modo), onde (o lugar) e por quê (o motivo).

muito mais do que mero transmissor de informação, mas um elemento que subsidia um saber da práxis.

Eduardo Meditsch, contemporâneo de Genro Filho, deu continuidade a esse debate de forma mais equilibrada, delineando os limites do jornalismo dentro das chamadas “epistemologias do conhecimento”. O pesquisador retoma a ideia de singularidade, sem o viés marxista fortemente presente em *O segredo da pirâmide* (2012).

Em *O conhecimento do jornalismo*, publicado em 1992, Meditsch centra-se nas ideias de Genro Filho, mas sua contribuição ganha corpo anos depois, com a inclusão de autores fora da área de comunicação. Para ele, o jornalismo produz um tipo específico de conhecimento, mas existem problemas e limites quando se compara a atividade com outras áreas do saber. O foco dos seus estudos, contudo, muda para discutir o que é de fato conhecimento, estabelecendo o consenso de que o jornalismo não faz ciência, mas promove outras formas de saberes.

Discernindo entre os métodos de análise da ciência e do jornalismo é que poderemos nos aproximar de uma compreensão deste nosso “patinho feio” conhecimento. O primeiro aspecto a considerar é que ciência e jornalismo são formas sociais de conhecimento, desenvolvidas e condicionadas historicamente pelo desenvolvimento da sociedade industrial capitalista. A verdade histórica prevalece sobre as verdades que uma ou outra possam produzir (Meditsch, 1992, p. 54).

Críticas mais contundentes, mapeadas pelo pesquisador, destacam que a prática jornalística pode não somente reproduzir outros saberes como também degradar o conhecimento científico, sobretudo porque o método empregado pelo jornalismo é frágil e sem rigor. Sob essa perspectiva, Meditsch (1992) esclarece que o fato de não trabalhar com hipóteses, por exemplo, leva a diferenças importantes, sob o ponto de vista metodológico, em relação à ciência:

A hipótese pressupõe uma experimentação controlada, isto é, um corte abstrato na realidade através do isolamento de variáveis que permita a obtenção de respostas a um questionamento baseado num sistema teórico anterior. A teoria científica expõe uma relação entre fatos, e a partir dela surgem novas deduções através da lógica. Estas deduções – as hipóteses – conduzem os cientistas a novas teorias, num processo infinito de acumulação. O jornalismo, por sua vez, não parte de uma hipótese, mas de uma pauta. Diferente da hipótese, a pauta não surge de um sistema teórico anterior, mas da observação não controlada da realidade (Meditsch, 1992, p. 55).

Outra consideração de Meditsch relaciona-se ao fato de que o jornalismo não revela mal nem revela menos a realidade do que a ciência, mas opera isso de forma diferente. Ele pode

mostrar, inclusive, aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar, sobretudo porque a singularidade não interessa à ciência.

O autor ressalta uma distinção importante entre a abordagem da ciência e a do jornalismo no que diz respeito ao conhecimento e à compreensão dos fatos. A primeira busca estabelecer leis universais e padrões que regem os fenômenos observáveis; abstrai e generaliza os dados para formular teorias e leis que possam explicar e prever o comportamento dos sistemas naturais. A ênfase, portanto, está na identificação de padrões recorrentes e na formulação de explicações que se aplicam a uma ampla gama de situações. A ciência muitas vezes busca objetividade e neutralidade, enfocando a coleta e a análise sistemática de dados.

Por outro lado, o jornalismo está mais preocupado com a revelação do próprio evento ou fato em sua singularidade e complexidade. Diferentemente da ciência, que busca abstrações e generalizações, valoriza a especificidade e os detalhes de cada evento; destaca a importância do contexto, das nuances e das diferentes perspectivas envolvidas em um evento específico. Além disso, muitas vezes se concentra em aspectos emocionais, éticos e políticos que podem ser negligenciados pela abordagem científica.

Os prós e contras evidenciados por Meditsch possibilitam discutir se o jornalismo é, de fato, uma forma de conhecimento ou um simples instrumento para transmitir conhecimentos produzidos por terceiros.

Até aqui, apresentamos uma mirada teórica para refletir sobre em que medida é possível considerar o jornalismo como uma forma de conhecimento. Na próxima seção, ampliamos a discussão, partindo da suspeita de que o foco em abordar soluções pode gerar um conhecimento mais aprofundado dos problemas sociais – nesse ponto, voltamos o olhar sobre a questão da fome no Brasil. Ademais, pode ainda dar conta de minimizar a apatia e rejeição de notícias por parte do público, fenômeno que nitidamente vem crescendo entre aqueles que ainda buscam informação e conhecimento por meio do jornalismo profissional.

### 3. A PROPOSTA DO JORNALISMO DE SOLUÇÕES: POTENCIALIDADES E LIMITES

*O Jornalismo de Soluções complementa e fortalece a cobertura dos problemas*  
(Bornstein, 2004)

À medida que o público evita notícias negativas e tem percepções de risco que se fraturam nas ecologias polarizadas da mídia, os jornalistas vão sendo chamados a contar histórias envolventes e otimistas sobre o futuro. Consequentemente, o Jornalismo de Soluções (JS) passou a ser tematizado em âmbito global, resultando em uma pluralidade de novas práticas focadas em respostas propositivas. Nesse sentido, este capítulo tem por objetivo elencar os conceitos de Fadiga de Notícias (*News Fatigue*) e Evasão de Notícias (*News Avoidance*), tomados nesta pesquisa como justificativas para a ascensão da referida abordagem jornalística.

Com base em leituras de artigos, sobretudo norte-americanos e dinamarqueses, importamos ainda apresentar pesquisas recentes sobre a prática, explorando a dinâmica profissional e as tensões relacionadas ao JS, considerado consensualmente como “prática”, e não como “movimento”.

Esses diferentes pontos de vista são substanciais para prefaciar este capítulo, cuja promessa é mapear os aspectos favoráveis e desfavoráveis ao uso da abordagem, entendida como uma prática capaz de apresentar uma percepção mais resolutiva, focada na promoção e garantia dos direitos humanos no cenário brasileiro. Para dar conta de tal propósito, partimos de uma investigação sobre o tema a partir do trabalho da *Solutions Journalism Network* (SJN), em português, Rede de Jornalismo de Soluções (RJS), precursora na prática no campo do jornalismo impresso nos Estados Unidos.

De posse das informações sobre o desenvolvimento da prática, a partir de 2013, a meta consiste em traçar um mapeamento teórico a respeito do tema, ressaltando-se, desde já, os desafios na busca de referências nacionais, haja vista que, no Brasil, tais pesquisas ainda estão sendo consolidadas. Tomamos como universo de investigação, portanto, os estudos produzidos sobre a temática, colocando em destaque os estadunidenses, dedicados a experimentos sobre a leitura de notícias focadas em soluções. Comparativamente àqueles de acesso às histórias focadas em conflitos, os resultados mostram que os leitores do Jornalismo de Soluções se sentem mais positivos (McIntyre, 2019; McIntyre e Sobel, 2017; Murray e Stroud, 2019) e manifestam interesse em aprender mais sobre o tema (Curry e Hammonds, 2014; McIntyre e

Sobel, 2017; Murray e Stroud, 2019). Em contrapartida, há quem ressalte os reveses, apontando que não haveria como tomar partido em conflitos políticos e problemas complexos para os quais não existem soluções simples (Haas, 2006). As críticas ainda apontam para a descaracterização do jornalismo quanto a seus compromissos normativos e temporais.

Mesmo em um cenário discutível, muitas organizações de notícias têm assumido esse desafio, e a prática se dissemina em programas, *podcasts* e segmentos especializados em soluções. A partir da criação da RJS, atualmente mais de 500 organizações de notícias e 20 mil jornalistas em todo o mundo seguem trabalhando e se inspirando para integrar a modalidade em suas reportagens.

### 3.1 O CONSUMO DE NOTÍCIAS NO BRASIL E NO MUNDO: ENTENDENDO OS CONCEITOS DE FADIGA E EVASÃO DE NOTÍCIAS

Na contramão de grupos de mídias que comemoram os números recordes de assinaturas digitais e receitas crescentes, em muitos países verifica-se que as notícias têm gerado considerável diminuição em consumo e interesse, enquanto a confiança caiu em quase todos os lugares – embora permaneça maior do que antes do início da crise do coronavírus. O cenário aponta ainda para a instauração do que vem sendo denominado *Fadiga de Notícias* – não apenas em torno da Covid-19, mas da política e de uma série de outros assuntos. A constatação se deu a partir do estudo *Relatório de notícias digitais* (Newman *et al.*, 2022), realizado pelo Instituto Reuters para Estudos de Jornalismo em Oxford, cuja base reuniu dados de 46 países em seis continentes.

Desde a coleta de dados, em fevereiro de 2022, uma nova ameaça à segurança global surgiu com a invasão da Ucrânia pela Rússia, evento que, segundo a pesquisa, aumentou o consumo de notícias em todas as fontes. Contudo, uma segunda pesquisa em cinco países, no início de abril do mesmo ano, mostrou níveis adicionais de evasão seletiva, mesmo na Polônia e na Alemanha, que sofreram diretamente o impacto do conflito.

Os dados confirmam como os vários choques dos últimos anos, incluindo a pandemia do coronavírus, aceleraram ainda mais as mudanças estruturais em direção a um ambiente de mídia mais digital, móvel e dominado por plataformas, com implicações diretas nos modelos e nos formatos de negócios do jornalismo. Nesse cenário, a pesquisa apontou movimentos distintos nos países e mercados participantes, bem como o modo de diversas empresas de mídia lidarem com os vários impasses e desafios que enfrentam. De um lado, há um quadro de redução

de custos e demissões em alguns lugares; de outro, desponta uma conjuntura otimista em torno de novos modelos de negócios, em especial aqueles focados na cooperação do setor, na inovação e na tentativa de reaproximação com os públicos.

O estudo destaca outras descobertas: a confiança nas notícias caiu em quase metade dos países participantes e subiu em apenas sete, revertendo parcialmente os ganhos obtidos no auge da pandemia do coronavírus. Em média, de dez participantes da amostra total, cerca de quatro (42%) declaram confiar na maioria das notícias na maior parte do tempo. A Finlândia continua como o país com os mais altos níveis de confiança geral (69%), enquanto para as notícias nos EUA acusou-se decréscimo de mais três pontos percentuais, permanecendo como o índice mais baixo (26%).

O consumo de mídia tradicional – como TV, rádio e impressos – caiu ainda mais no último ano em quase todos os mercados (período da pré-invasão da Ucrânia), sem compensação da diferença pelo o consumo *online* e social. Enquanto a maioria continua muito engajada, outra parte está se afastando da mídia de notícias e, em alguns casos, desconectando-se completamente. O interesse caiu drasticamente em todos os mercados, de 63% em 2017 para 51% em 2022, conforme Newman *et al.* (2022).

Enquanto isso, aumentou acentuadamente entre os países a proporção de pessoas que declaram evitar notícias com frequência ou às vezes. Nos últimos cinco anos, esse tipo de evasão seletiva dobrou no Brasil (54%) e no Reino Unido (46%), com muitos entrevistados dizendo que as notícias têm efeito negativo em seu humor. Significativa proporção de pessoas mais jovens e menos instruídas afirma evitar notícias pela dificuldade de acompanhar ou entender, sugerindo que a mídia noticiosa poderia fazer muito mais para simplificar a linguagem, explicar melhor os fatos ou contextualizar histórias complexas.

As preocupações globais sobre informações falsas e enganosas permanecem estáveis em 2022, com variação no Quênia e na Nigéria (72%), na Alemanha (32%) e na Áustria (31%). As pessoas alegam ter visto mais informações falsas sobre o coronavírus do que sobre política na maioria dos países, mas a situação se inverte na Turquia, no Quênia e nas Filipinas, entre outros.

Embora as mídias sociais tenham aumentado o número de seguidores de muitos jornalistas digitais, descobriu-se que os mais conhecidos ainda são âncoras de TV e apresentadores na maioria dos países pesquisados. Quando solicitados a nomear jornalistas aos quais prestam atenção, poucas pessoas nomearam correspondentes estrangeiros. Além disso, percebeu-se que colunistas de jornais impressos têm maior reconhecimento de nome no Reino Unido e na Finlândia do que no Brasil, nos Estados Unidos ou na França.

Apesar de a maioria das pessoas em todos os países permanecer engajada e consumir notícias regularmente, os pesquisadores observaram que muitas também optam cada vez mais por racionar ou limitar sua exposição – pelo menos a certos tipos de notícias. Esse comportamento tem sido denominado *Selective News Avoidance* (em português, Evasão Seletiva de Notícias). Segundo a pesquisa, a proporção que evita o noticiário, às vezes ou com frequência, dobrou no Brasil (54%) e no Reino Unido (46%) desde 2017 e aumentou em todos os outros mercados, como pode se observa no Gráfico 1. Esse tipo de evasão seletiva parece menos difundido em países do norte da Europa, como Alemanha (29%), Dinamarca e Finlândia (20%), e ainda em alguns asiáticos, como o Japão (14%).

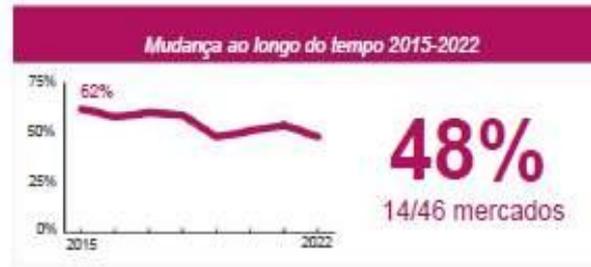
Gráfico 1 – Proporção que “às vezes” ou “frequentemente” evita ativamente as notícias (2017-2022)



Fonte: adaptado pela autora a partir do *Relatório de notícias digitais* (Newman et al., 2022).

Especificamente no Brasil, a evasão seletiva de notícias atingiu novo recorde, com mais da metade dos entrevistados (54%) dizendo que, muitas vezes ou às vezes, se decide por uma pausa nas notícias. Essa é a terceira maior proporção de todos os mercados pesquisados, como apontado no estudo. A forte tendência de alta, com evasão de notícias de 34% em 2019, parece refletir o conceito de *News Fatigue*, segundo a denominação de pesquisadores norte-americanos, ou Fadiga de Notícias: a inflação apresentou alta de 6% em 2021, enquanto a pandemia permaneceu em destaque na mídia.

Gráfico 2 – Pontuação geral de confiança (2015-2022)



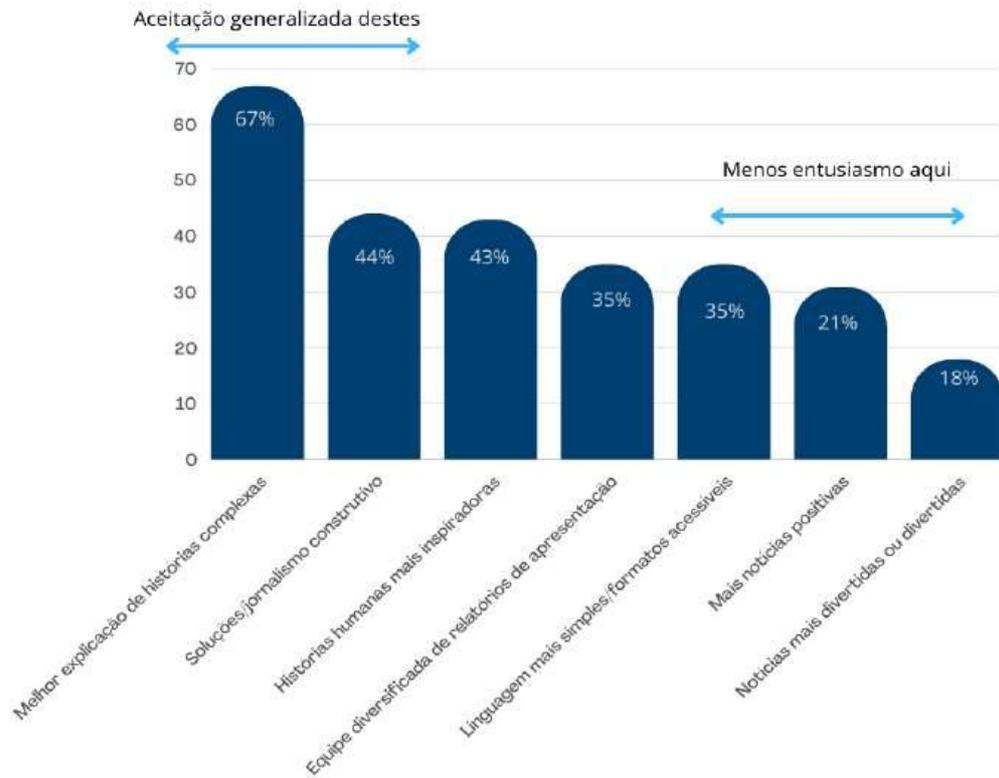
Fonte: Newman *et al.* (2022).

Como observado no gráfico acima, a confiança nas notícias sofreu acentuada queda (Newman *et al.*, 2022, p. 117), compensando a recuperação experimentada nos últimos dois anos. A confiança geral nas notícias caiu seis pontos percentuais, para 48%, em meio à antecipação de uma campanha presidencial altamente polarizada nas eleições de 2022. Como resultado, o país caiu sete posições em relação ao ano passado e agora ocupa o 14.º lugar entre os 46 mercados pesquisados.

Acompanhando a tendência dos últimos cinco anos, o *Relatório jornalismo, mídia e tendências tecnológicas* (Newman *et al.*, 2024) aponta que os consumidores de notícias continuam se sentindo sobrecarregados pela quantidade de escolhas que já têm. Nesse universo, empresas e plataformas de mídia continuam buscando maximizar a atenção, sem esbarrar nas expectativas do público. O novo relatório reflete esse dilema à medida que as organizações noticiosas tentam equilibrar suas necessidades e com os interesses dos consumidores de notícias.

Os veículos de mídia seguem delineando diferentes maneiras para resolver o problema neste ano, incluindo formas de explicar questões complexas (67%), fornecimento de notícias que não apenas apontem problemas, mas também ofereçam soluções potenciais (44%), e produção de histórias humanas mais inspiradoras (43%). Tal como nos anos anteriores, percebe-se que os líderes das redações estão menos interessados na ideia de notícias mais positivas (21%) ou no aprimoramento daquelas com abordagens mais divertidas (18%).

Gráfico 3 – Abordagens consideradas muito importantes para combater a fadiga de notícias



Fonte: adaptado pela autora a partir do *Relatório jornalismo, mídia e tendências tecnológicas* (Newman *et al.*, 2024).

Como apontado pelo pesquisador da Universidade de Massachusetts Rodrigo Zamith, a evasão de notícias refere-se a um “fenômeno no qual o público reduz seu consumo de mídia jornalística durante um período contínuo de tempo devido a uma antipatia ativa ou preferência por outros tipos de conteúdo de mídia” (Zamith, 2022, s/p).

Embora muitas teorias sobre os impactos da mídia jornalística presumam implicitamente o consumo regular por grandes parcelas do público, é importante reconhecer que isso realmente não vale para significativos segmentos da população. Conforme os números apontados pelo *Relatório de notícias digitais* (Newman *et al.*, 2022), o número de pessoas que evitam o jornalismo também aumentou nas últimas décadas. Para entender essa dinâmica, são esclarecedores os apontamentos de Zamith (2022), para quem o uso da mídia jornalística pelo público caracteriza-se, geralmente, por uma combinação de gêneros, como o esportivo, o político e o ambiental. A evasão de notícias está ligada à exclusão de certos gêneros e questões (embora possa ser estendida a todo o uso da mídia jornalística). Em outras palavras, o autor explica que algumas pessoas podem rotineiramente consumir o jornalismo esportivo, mas intencionalmente evitam o de cunho político.

Esse desenvolvimento pode ter profundos impactos nas sociedades democráticas que dependem de cidadãos bem informados para se autogovernar, pois níveis mais altos de exposição a notícias, historicamente, estão ligados a maiores graus de conhecimento e engajamento político. Uma segunda proposição do autor apresenta que a evasão de notícias tem consequências econômicas negativas para os meios jornalísticos, pois reduz o tamanho potencial de sua audiência. Isso, por sua vez, também pode ter consequências para aqueles que não evitam notícias, já que os meios têm menos recursos para produzir jornalismo de qualidade.

Existem muitas razões pelas quais membros da audiência podem evitar notícias, mas, segundo Zamith (2022), geralmente se colocam em uma de duas categorias de evasão: intencional e não intencional.

Conforme explica o autor, indivíduos que sintonizam de modo consciente a mídia evitam intencionalmente as notícias por três razões principais, todas ligadas a disposições negativas em relação aos meios jornalísticos.

A primeira razão consiste no fato de que percebem a cobertura jornalística como muito negativa e pessimista. Embora algumas audiências sejam atraídas por notícias particularmente negativas ou pessimistas (por exemplo, crimes violentos), as informações sobre tais ocorrências têm sido ligadas ao aumento de emoções negativas e à diminuição do bem-estar de um indivíduo ao longo do tempo. “O desejo de buscar emoções positivas pode, assim, resultar em um comportamento de evitar intencionalmente notícias presumidas como muito negativas” (Zamith, 2022, s/p).

O segundo motivo reside na falta de confiança de algumas audiências em relação a meios jornalísticos (Zamith, 2022). Isso pode acontecer devido à percepção de que certos grupos de veículos jornalísticos estão empurrando seus próprios interesses políticos e econômicos, sendo seletivos sobre os temas que cobrem e as informações que incluem em sua cobertura. A ideia de que tal conteúdo será tendencioso, colocando-se contra os pontos de vista ou o modo de uma pessoa ver a realidade, pode, então, incentivar a evasão intencional.

Há ainda uma terceira razão: sempre há uma enorme quantidade de produtos jornalísticos facilmente acessíveis, o que pode criar sensação de sobrecarga de informações, algo denominado por Bispo *et al.* (2022) de “erosão de confiança dos espectadores”. Não somente há sobrecarga aparentemente interminável de questões abordadas a todo momento, mas também excesso de histórias sobre cada questão, de modo a tornar impossível para qualquer pessoa consumir ou processar. A percepção desse excesso pode criar estresse, confusão e ansiedade, resultando em evasão intencional como estratégia de uma pessoa para recuperar um estado emocional positivo.

Nota-se também a ocorrência de evasão de notícias não intencional, conforme explica Zamith (2022). Nesse caso, há relativa preferência da audiência por mídia não jornalística. Dito de outra forma, a evasão não se dá porque uma pessoa está ativamente tentando evitar a mídia jornalística, mas sim porque prevalece sua preferência por outra opção.

De fato, os estudiosos têm argumentado que as grandes audiências atraídas pelos noticiários de televisão nas décadas de 1960 e 1970 foram devido, em parte, ao público assistindo ao noticiário enquanto esperava o início dos programas de entretenimento vespertino (que se seguiram aos noticiários noturnos) (Zamith, 2022, s/p).

Para o autor, a evasão de notícias não precisa refletir um permanente estado no qual os membros da audiência evitam completamente certos tipos de mídia ou produtos jornalísticos. Muitas vezes, trata-se de um estado temporário, como acontece quando os indivíduos se sentem sobrecarregados e precisam dar-se uma pausa de determinado problema.

Como exemplo, cita-se a pandemia do coronavírus em 2020. Depois de exposta a várias histórias sobre a pandemia todos os dias, ao longo de meses, uma pessoa pode ter sentido a necessidade de se desconectar de suas fontes de notícias preferidas para evitar a deterioração de seu estado mental. No entanto, depois da pausa, a pessoa pode ter retomado a audiência a tais histórias – e talvez precisasse de outra pausa mais tarde.

Esse fenômeno, denominado *Fadiga de Notícias*, conota uma sensação temporária de exaustão que pode ser abordada como um período de desconexão (recarga). Ressalta-se que a fadiga de notícias pode ocorrer em relação a qualquer tema ou gênero, como um casamento real ou o jornalismo político. No entanto, é tipicamente mais pronunciada no caso de desastres naturais, doenças, pobreza e questões políticas que, por sua própria natureza, já tendem a gerar respostas emocionais negativas.

Nessa conjuntura global, cada vez mais o jornalismo é convocado a contar histórias envolventes e de transformação da realidade. Em resposta tanto à fadiga quanto à evasão de notícias causadas pela abordagem tradicional de reportagem orientada para o problema relativo à negatividade transmitida, vem crescendo substancialmente a adoção do Jornalismo de Soluções, prática de notícias que se volta a relatar as soluções para uma questão social em vez de concentrar-se apenas no problema (Curry; Stroud; McGregor, 2016). Trata-se, portanto, de apresentar mais “o que pode dar certo amanhã e quem está mostrando o caminho” do que se voltar a entender o “que deu errado ontem e quem é o culpado” (Beers, 2010, p. 121).

Todo esse quadro enseja a próxima seção, no intuito de explorar os pressupostos fundantes de uma prática profissional que vem ganhando espaço em redações de todo o mundo.

A aposta gira em torno de reportagens que investigam os conflitos à procura de alternativas, apresentando explicações e respostas confiáveis a problemas sociais.

### 3.2 UMA ABORDAGEM NASCIDA NA PRÁTICA PROFISSIONAL

A RJS foi fundada em 2013 pelos jornalistas David Bornstein, Tina Rosenberg e Courtney Martin. Antes do lançamento da rede, o trabalho dos três cofundadores envolvia o destaque de soluções para problemas sociais.

Diante da crise pela qual passava o jornal em que atuavam, os profissionais desenvolveram propostas para responder à apatia política, à queda na credibilidade jornalística e à crescente perda de assinantes, identificando no enviesamento pessimista uma causa fundamental para as dificuldades enfrentadas pelo setor. Ao voltarem seus esforços apenas para os problemas, a percepção era a de que estavam produzindo uma visão distorcida da realidade e, assim, fomentando sensações de impotência e descrença nos cidadãos, o que desestimulava o consumo de notícias. A opção encontrada foi investir em uma abordagem mais precisa em relação à realidade: um jornalismo focado na cobertura de soluções para os problemas sociais, com a promessa de investigar e explicar, de forma crítica e lúcida, como as pessoas tentam resolver problemas amplamente compartilhados. Na prática, a ideia consiste em contrapor a produção de notícias baseadas no que definiram como “o que deu errado”, expandindo esse sentido, de modo que a busca por respostas aos problemas apresentados também se mostre digna de notícia.

O Jornalismo de Soluções complementa e fortalece a cobertura dos problemas. Bem feitas, as histórias de soluções fornecem informações valiosas que ajudam as comunidades no difícil trabalho de lidar com problemas, como falta de moradia ou mudança climática, preços de moradia em alta ou baixa participação eleitoral. Também sabemos, por meio de pesquisas, como histórias de soluções podem mudar o tom do discurso público, tornando-o mais construtivo. Ao revelar o que funcionou, essas histórias levaram a mudanças significativas (Rede de Jornalismo de Soluções, 2022, *online*).

O diferencial da nova prática, portanto, diz respeito à “cobertura rigorosa e convincente de respostas a problemas sociais” (Rede de Jornalismo de Soluções, 2020), com destaque para a precisão da apuração e a maior autonomia investigativa por parte dos jornalistas. Assim, as histórias são capazes de “fornecer aos cidadãos dados e experiências da vida real a partir dos

quais se pode fazer julgamentos sobre como responder às injustiças e, coletivamente, escolher um caminho diferente” (Beers, 2010, p. 122).

Ao longo dos anos, para promover o Jornalismo de Soluções, a rede oferece a jornalistas e educadores treinamentos *online*, ferramentas educacionais, *workshops*, oportunidades de *networking* e subsídios. Também rastreia e promove milhares de histórias narradas sob essa vertente ao redor do mundo.

Atualmente, a prática tem amplo apoio entre jornalistas dos Estados Unidos (McIntyre; Dahmen; Abdenour, 2016), consumidores de notícias locais e comunidades subrepresentadas (Wenzel; Gerson; Moreno, 2016), bem como o público jovem em todo o mundo.

Jornalistas que já atuam com a prática a comparam com reportagens investigativas que também relatam soluções existentes, o que pode ajudar a reconstruir a credibilidade perdida e aumentar o interesse do público pelas notícias (Lough; McIntyre, 2018). Eles descrevem as matérias orientadas para a solução como sofisticadas, baseadas em evidências, precisas e equilibradas, além de terem identificado objetivos como levar um problema adiante, fornecer aos indivíduos informações sobre as quais podem agir e, em última análise, estimular mudanças sociais (Lough; McIntyre, 2019).

Em vez de envolver o público diretamente na conversa sobre soluções ou apresentar alternativas públicas, o Jornalismo de Soluções se distingue por sua ênfase nas ações de quem já está implementando ações resolutivas para desafios comuns – ou seja, é articulada uma nova marca de liderança pragmática a serviço do público, cujas ações, individuais ou coletivas, demonstrem caminhos eficazes, inovações e alternativas viáveis. A centralidade, segundo Beer (2010), reside na seguinte pergunta: “Quem está mostrando o caminho?” (2006, p. 121). Esse tipo de questão exige que os jornalistas investiguem um possível futuro alternativo, reportando experimentos locais em pequena escala ou mesmo de grandes feitos nacionais ou internacionais.

A ideia de explorar boas práticas internacionais em prol do interesse público foi apresentada no documentário de Michael Moore intitulado *Where to invade next* – em português, “Onde vamos invadir agora” (2015). Logo na abertura, o filme apresenta o documentarista Michael dizendo que foi convocado pelos militares do Pentágono a viajar por diversos países em busca de novas e boas ideias para os Estados Unidos. Assim, o telespectador acompanha sua viagem pela Europa e norte da África, citando também países como o Brasil e o Canadá. As conversas ocorrem com pessoas especialistas em determinados temas, como a primeira presidente da história na Islândia, estudantes franceses, o presidente da Eslovênia, o CEO da Ducati, os guardas e os detentos da Noruega, a ministra da Educação na Finlândia e outros. Durante o longa, ocorrem constantes comparações de atitudes simples e eficazes

implantadas por esses países e o atual funcionamento nos Estados Unidos. “Em vez de enviar os fuzileiros, minha sugestão: mande-me. Eu invadirei países... pegarei as coisas de que precisamos deles e trarei tudo de volta para casa, para os Estados Unidos da América, pois temos problemas que nenhum exército poderia resolver” (Moore, 2015).

O exemplo induz ao entendimento de que mudanças simples, já testadas em outros países, podem oferecer grandes contribuições ao Brasil, por exemplo, resguardados os devidos contextos. A princípio, essa perspectiva se mostra um tanto quanto otimista, configurando-se como algo possível. O documentário mostra uma gama de soluções encontradas por diversos países em relação a saúde, justiça, direitos humanos, educação, entre outros temas, com vistas a oferecer serviços básicos de forma eficiente e igualitária.

O exemplo do longa é importante para a compreensão de outra característica atribuída ao JS: a ausência da figura do herói. Comparado ao Jornalismo Público, por exemplo, que depende, em maior medida, de líderes eficazes e inovadores como principais fontes e protagonistas (Fernandes, 2008), o JS rejeita a “adoração aos heróis da vida real” (Rede de Jornalismo de Soluções, 2022, *online*) como dispositivo narrativo. Nesse sentido, Benson (2013, p. 143) explica que, ao contar as histórias, o jornalista precisa adotar um interesse mais pragmático, por meio de uma “narrativa personalizada” (2013, p. 143). Portanto, histórias orientadas a soluções tendem a focar menos nas qualidades intrínsecas de um personagem e mais no trabalho realizado por ele (Bansal; Martin, 2015, p. 21). Em contraste com a dependência tradicional de fontes especialistas, que fazem pronunciamentos sobre os problemas (Beers, 2010, p. 121), a abordagem de soluções tende a buscar fontes no nível comunitário, que trabalham ativamente para superar desafios comuns usando meios inovadores.

Essa prática, no entanto, evidencia a preferência por um tipo específico de atividade comunitária, a qual David Bornstein, cofundador da RJS, designou como “empreendedorismo social”. O termo representa indivíduos que buscam oportunidades e soluções para grandes questões sociais, empreendendo em novas ideias que preenchem o déficit de políticas públicas e a ausência de envolvimento do Estado em prol do bem-estar das comunidades. Para Bornstein, para remediar essa situação,

os cidadãos tomaram os problemas nas suas próprias mãos, estabelecendo organizações comunitárias e religiosas, sindicatos, organizações voltadas para os direitos das mulheres, grupos de serviço especializados, como o Exército da Salvação e Alcoólicos Anônimos, e assim por diante (Bornstein, 2004, p. 274).

Ao midiaticizar essas iniciativas de inovação social e empreendedorismo social, via Jornalismo de Soluções, o autor argumenta sobre a capacidade da abordagem em acelerar os efeitos transformadores e melhorar as respostas aos problemas, de baixo para cima, mitigando crises consideradas complexas. Para ele, os “empreendedores sociais” são os protagonistas centrais na prática: “pessoas com novas ideias para resolver grandes problemas implacáveis na busca de suas visões” (Bornstein, 2012, p. 1).

Contudo, essas práticas emergentes baseadas em soluções permanecem controversas. Enquanto os defensores caracterizam o JS como bom jornalismo, capaz de contar uma história mais aprofundada, muitos profissionais expressam reservas. Comunicando soluções, alguns criticam: “embaça a distinção entre relatórios imparciais e advocacia política, obriga-os a tomar partido em conflitos políticos e encobrir problemas complexos para os quais não existem soluções simples” (Haas, 2006, p. 248).

As críticas apontam, especialmente, para desvios do cerne do jornalismo, ou seja, seu compromisso normativo e temporal. “Enquanto as notícias, tradicionalmente, oferecem um relato de eventos imediatos, a abordagem de soluções pode exigir que os jornalistas cubram e até avancem questões hipotéticas e futuros utópicos” (Dodd, 2021, p.22). Especulando sobre “o que pode ser solucionado e quem está mostrando o caminho” (Beers, 2006, p. 121), o jornalismo perderia, portanto, o foco temporal no aqui e agora.

Como apontado por Dodd (2021), devido a essas dúvidas, o projeto de normalização do Jornalismo de Soluções tem procedido de maneira normativa e empírica, a partir de uma concepção ainda minimalista. Sob esse aspecto, destaca-se a iniciativa da Rede de Jornalismo Soluções em disponibilizar uma plataforma virtual chamada “Laboratório de Aprendizagem”, que orienta os usuários na prática desde a primeira etapa, a de identificar uma resposta que vale a pena investigar, até a última, de envolver os leitores na notícia após sua publicação (Rede de Jornalismo de Soluções, 2023). Na tabela abaixo estão as principais diretrizes para que o jornalista produza uma notícia baseada em soluções:

Tabela 1– Etapas para a criação de uma história de soluções

<b>Etapa</b>	<b>Ação</b>
01	Identificar problema ou tópico relevante: p. ex., mudança climática, segurança pública, baixas taxas de conclusão dos estudos.
02	Questionar: o que falta no debate público? Existe falta de conscientização sobre o problema? Se as lacunas da conversa pública incluírem “O que poderia ser feito sobre isso?” e “Quem está fazendo um trabalho melhor ao lidar com esse problema?”, então a história é boa candidata para uma investigação no âmbito do JS.
03	Buscar exemplos para histórias de JS. “Existem lugares que se saíram melhor do que a média? Existem respostas dignas de nota para o problema?” Veja nossas dicas na seção “Como encontro uma história orientada a soluções” para guiá-lo.
04	Procurar evidências: “Existem lugares que se saíram melhor do que a média? Existem respostas dignas de nota para o problema?”
05	Relatar a história: se houver várias respostas operando de maneiras diferentes, a história pode ser candidata a uma série maior sobre o assunto.
06	Após a publicação, promover e interagir com os leitores/ouvintes/espectadores.

Fonte: elaborada pela autora (2024).

Histórias que exibem falhas como “adoração ao herói”, por exemplo, são excluídas do rigoroso relatório de soluções que a rede endossa, fornecendo, assim, um alvo menor para os críticos. A tendência de policiar essas fronteiras reflete uma lógica de distinção cultural, especialmente relevante em metadiscursos<sup>9</sup> jornalísticos (Carlson, 2016), ou seja, evita que a prática se fragmente em subgêneros, como Jornalismo para a Paz, Jornalismo Público, Jornalismo Interpretativo (Aitamurto; Varma, 2018), cada qual com seus próprios imperativos, práticas e proponentes.

Seguindo as bases do Instituto de Jornalismo Construtivo (Haagerup, 2017) e da Rede de Jornalismo de Soluções (Bornstein, 2004), o JS vem desenvolvendo e testando uma prática

<sup>9</sup>Metadiscursos, aqui, refere-se ao discurso sobre essas novas formas de jornalismo publicadas em reportagens e nos sites das organizações que as promovem.

padronizada para a abordagem das matérias. Elia Powers e Alex Curry (2019) realizaram um estudo, por meio de métodos mistos, que investiga como os jornalistas que praticam o Jornalismo de Soluções veem seu propósito, avaliam seu impacto e definem seus limites (Powers; Curry, 2019, p. 3). Uma análise textual revelou como a prática é conceituada e como o impacto é referenciado nos materiais da RJS e nos comentários dos representantes da organização.

A pesquisa examina como os jornalistas que integram a rede e atuaram em uma reportagem de JS avaliam e discutem sua repercussão. No estudo, os pesquisadores apontam a definição da missão da RJS, disponível no site. Na seção “Quem somos”, a rede descreve a reportagem orientada para soluções como “uma visão mais abrangente e representativa do mundo” que pode “fortalecer a democracia” e “melhorar a qualidade geral e o impacto do jornalismo” (“Quem somos”, *online*, 2022). Causar mobilização desempenha papel central para a autocompreensão jornalística e é um propósito comumente citado nessa prática (Lough; McIntyre, 2019).

No entanto, os autores explicam que jornalistas e acadêmicos carecem de uma estrutura compartilhada para avaliar seu impacto e suas contribuições para a democracia. Como iniciativa emergente, essa estrutura se beneficiaria de objetivos mais claros, métricas usadas para medir seu efeito e diretrizes para quando e como compartilhar as implicações. Nesse sentido, Carlson (2016) explica que estabelecer definições e limites para normas e práticas profissionais são processos interpretativos importantes para as comunidades legitimarem novas formas de jornalismo. Para além de definir, seria preciso compartilhar as percepções em relação à prática referida, como também explicam Power e Curry (2019):

Compartilhar publicamente o impacto da cobertura de notícias é central para o processo jornalístico e os esforços das organizações de notícias para demonstrar seu valor para audiências e financiadores. Isso permite que os jornalistas articulem suas contribuições para a democracia e se enquadrem como agentes de mudança (Powers; Curry, 2019, p. 3).

Importa-nos destacar, conforme explicitado pelos autores, que, à medida que oscilam os modelos de receita dependentes de publicidade, os meios de comunicação que precisam cada vez mais de assinantes e financiadores filantrópicos enfrentam pressão para demonstrar sua repercussão positiva na sociedade. A mudança para o ambiente *online* de notícias e a consequente disponibilidade de dados sobre audiências criaram oportunidades para medir o impacto do jornalismo.

Contudo, explicam ainda que existe pouco acordo entre profissionais e acadêmicos sobre como avaliar os desdobramentos do jornalismo, especialmente quando definido em relação a resultados sociais em vez de análises de audiência quantificáveis. A importância do estudo recai sobre a necessidade de avaliar as implicações sociais do jornalismo a partir de abordagens que vão além das medidas financeiras de sucesso para esferas de impacto potencial, como atitudes/comportamentos individuais, debate/discussão na mídia e políticas públicas. As partes interessadas têm, portanto, diferentes razões para medir os resultados e os objetivos variados para sua cobertura de notícias. Isso porque, como o jornalismo é vivenciado de maneiras heterogêneas, as avaliações devem ser adaptativas, abrangendo uma variedade de considerações – desde métricas de audiência até o relacionamento de uma organização de notícias com seu público.

A medição do impacto começa com a quantificação do alcance – o tamanho e a demografia de um público de notícias. No entanto, alcance e impacto não são sinônimos, uma vez que audiências maiores para uma notícia não necessariamente se correlacionam com uma maior mudança resultante. Mesmo supondo que as métricas de audiência sejam medidas com precisão e sejam razoavelmente compreendidas, o alcance não revela praticamente nada sobre a qualidade do contato que mede, nem seu impacto sobre o membro da audiência. Os jornalistas, geralmente, consideram as métricas que medem o tamanho do público como de valor limitado para medir o impacto, preferindo métricas de engajamento, como tempo gasto consumindo notícias (Powers; Curry, 2019, p. 4).

A mesma pesquisa examinou, principalmente, o envolvimento do público e as medidas de impacto em nível micro. As histórias de soluções envolvem o público em vários aspectos.

Curry, Stroud e McGregor (2016) descobriram que as histórias de soluções aumentaram o tempo de permanência dos leitores, mas levaram a taxas de rejeição e saída mais altas da página da organização de notícias. Verificaram-se resultados mistos na probabilidade de compartilhar artigos nas redes sociais. Em outro teste empírico, Curry e Stroud (2016) descobriram que mais pessoas clicaram em títulos escritos para enfatizar uma solução em vez de problemas.

Estudos para examinar mudanças nos comportamentos e crenças dos indivíduos apontaram que, em comparação àqueles que leem uma versão sem solução de uma história, os leitores de notícias com soluções: *i*) se sentem mais otimistas sobre o assunto (Curry e Hammonds, 2014; Curry, Stroud e McGregor, 2016; Gielan, Furl e Jackson, 2017; McIntyre, 2019; McIntyre e Sobel, 2017); *ii*) sentem que, juntamente com a sociedade, são mais capazes de contribuir para soluções (Curry e Hammonds, 2014; Curry, Stroud e McGregor,

2016;Gielan, Furl e Jackson, 2017; Wenzel, Gerson e Moreno, 2016) e têm maiores intenções de realizar ações positivas (Baden, McIntyre e Homberg, 2018); *iii*) sentem-se mais energizados e conectados à sua comunidade (Gielan, Furl e Jackson, 2017); e *iv*) têm maior desejo de buscar mais informações sobre o tema (Curry e Hammonds, 2014; McIntyre e Sobel, 2017; Wenzel, Gerson e Moreno, 2016).

Enquanto Curry e Hammonds (2014) descobriram que as histórias de soluções influenciaram opiniões sobre um problema, nas pesquisas de McIntyre e Sobel (2017) os resultados mostraram que não há impacto na opinião do leitor. Também ficou demonstrado que, por meio das histórias de soluções, os leitores adquiriram mais conhecimento e ainda manifestaram intenções de doar valores em dinheiro para uma organização que trabalha para resolver um problema (Curry e Hammonds, 2014; McIntyre, 2019).

Um dos poucos estudos a examinar as mudanças de nível médio descobriu que as histórias do JS ajudaram a mudar o discurso público sobre uma questão social controversa (McGregor; Stroud, 2016). Em vez de analisar como o público de notícias responde após ler as histórias propositivas, o estudo analisa como os jornalistas que praticam e promovem o Jornalismo de Soluções acreditam que seu impacto é – e deve ser – medido, a partir da seguinte pergunta: até que ponto a RJS e seus membros avaliam a repercussão dessa prática por meio de seus resultados sociais, em vez de medidas quantitativas de alcance ou envolvimento do público?

A pesquisa apontou ainda que os membros da rede, que contabilizaram um universo de 50 participantes, geralmente pensam sobre a consequência de seu trabalho. Questionados em uma pergunta aberta sobre como definiram o impacto, na maioria das vezes disseram aumentar a conscientização/compreensão do público (n=19), influenciar a opinião/discurso público (n=17), mudar a política pública (n=12) e estimular a ação individual ou comunitária (n =9). Solicitados a listar até três maneiras pelas quais o resultado do JS deve ser idealmente medido, as respostas incluíram: política pública (n=12), opinião pública/discurso (n=11), ação individual ou comunitária (n=9), deliberação pública (n=7), comunicação pessoal (n=6), atuação nas redes sociais (n=5), tamanho do público (n=5), saber se as soluções cobertas em uma história são adotadas por outros (n=4), consciência/compreensão (n=3) e eficácia das soluções cobertas em uma história (n=2).

Em outro momento, questionados sobre até que ponto concordaram que as métricas listadas conseguem apontar efetivamente a eficácia do JS, os participantes classificaram de forma mais evidente as políticas públicas, seguidas pela conscientização/compreensão do público, ação individual/comunitária e deliberação pública. De acordo com Powers e Curry

(2019), os envolvidos no estudo disseram que as mudanças nas políticas públicas “refletem mudanças importantes” e “parecem o objetivo final”.

A importância percebida da ação (política pública, do indivíduo ou comunidade) é resumida neste comentário: “Todo jornalismo visa informar e conscientizar, levar à discussão e criar um corpo de opinião que leve a um ponto de inflexão na definição de normas sociais e políticas, mas, em última análise, o impacto deve ser medido por ações que levem à mudança (para melhor)” (Powers; Curry, 2019, p. 15).

Mudanças no discurso público e no debate entre os formuladores de políticas sugerem também, segundo o estudo, que “a comunidade está engajada na questão”. No entanto, vários comentaram que “solução significa que chegou a algum fim” e que “discursos e posturas políticas são sobre popularidade, não para causar impacto” (Powers; Curry, 2019, p.15).

O tamanho do público e o engajamento nas mídias sociais eram raramente vistos como medidas de impacto significativas. Aqueles que assim consideraram, normalmente, apontavam os minutos de atenção *online* como os mais importantes, muitas vezes explicando que “os números de audiência e os minutos de atenção, embora medidas imperfeitas, são pelo menos relativamente objetivos”. Outros observaram que o engajamento da mídia social difere do efeito, considerando que “a medição do impacto acontece ao longo do tempo e pode não aparecer nas métricas digitais tradicionais”. Os participantes concordaram amplamente que uma história tem relevância se outras adotarem as soluções mencionadas na referida notícia (81,4% concordaram parcial ou fortemente) ou provarem ser eficazes ao longo do tempo (72,1%).

Quase metade (48,9%) disse que o impacto de suas histórias de soluções nunca havia sido medido, e 10,6% não conseguiam se lembrar. Entre os 40,4% que afirmaram que o resultado foi medido, as métricas mais usadas foram as políticas públicas (n=7), comunicação pessoal (n=6), opinião pública (n=3) e análise de audiência (n=3), como visualizações de página e tempo engajado, além de tração de mídia social (n=2), como curtidas e interações.

No mesmo estudo, os profissionais viram o compartilhamento público da força de seu trabalho como parte do processo jornalístico, conforme ilustrado pelo comentário: “Discutir se uma comunidade acompanhou um problema depois que você escreveu sobre ele – e seguir mais histórias se essa resposta se mostrar ineficaz ao longo do tempo – é totalmente apropriado”<sup>10</sup> (Powers; Curry, 2019, p. 14). Poucos consideraram que debater o resultado fora da redação era muito promocional ou bastante parecido com *lobby*.

---

<sup>10</sup>A partir deste ponto, considera-se a mesma referência para as citações diretas relativas às falas dos participantes da pesquisa. As posteriores integram o mesmo texto.

Os participantes concordaram amplamente (82,9%) que a discussão pública sobre a implicação do JS deve evitar defender soluções específicas, porque “se transforma em reforço ou endosso”. No levantamento, um dos participantes disse: “Não vejo o jornalismo como defensor de nada”. Outro comentou: “Advogar por soluções específicas significa tomar uma posição, e isso pode significar, às vezes, ignorar os fatos ou ser seletivo com sua narrativa. Melhor deixar para os ativistas”. Alguns notaram problemas em relação à escolha dos destaques dados às notícias baseadas em solução e afirmaram: “Defendemos maior conhecimento sobre um problema e sobre o que é possível. Isso é diferente de defender uma solução específica”.

Outros, no entanto, afirmaram que houve momentos em que a defesa de soluções específicas foi justificável. Os exemplos incluem as seguintes afirmações: “Não tenho problemas em advogar por mudanças positivas, embora compreenda os problemas potenciais” e “Não acho que você precise – ou provavelmente deveria – advogar por soluções específicas na maioria das vezes, a menos que sejam um bem público, claro”. Outro escreveu: “Esta é, definitivamente, uma linha difícil de percorrer, e sinto essa tensão o tempo todo. Não sou um advogado e não deveria agir como um. Ao mesmo tempo, parece covarde se esconder atrás desse argumento ao escrever – ou quando solicitado a compartilhar sugestões”.

Consistente com pesquisas recentes (Lough; McIntyre, 2018), o estudo descobriu que os jornalistas viam o impacto como central para a missão do Jornalismo de Soluções. De acordo com Powers e Curry (2019), a RJS e seus representantes citam evidências do resultado do JS para ressaltar sua importância. Eles, frequentemente, veem as imbricações de forma ampla, deixando sua definição aberta a interpretações. Acredita-se que criar um conceito de impacto abrangente seja um tanto complexo, porque as histórias de soluções dão conta de uma ampla gama de tópicos e técnicas de reportagem (por exemplo, notícias concretas, investigativas e explicativas). A maioria dos membros da rede considerou o resultado ao apresentar ou atribuir histórias de soluções, ao produzi-las e após a publicação. Eles concordaram que fazer isso é natural, dado o foco em destacar possíveis soluções para os problemas.

Os profissionais ainda indicaram o que é Jornalismo de Soluções por meio de perguntas abertas, fazendo menção espontânea e classificando a abordagem como capaz de: *i*) aumentar a conscientização/compreensão de um problema e *ii*) influenciar a opinião pública e/ou o discurso. Isso indica que definir a agenda de notícias e mudar o tom ou a natureza da conversa estão entre suas principais prioridades.

Conforme apresentado em pesquisas anteriores (Powers, 2018; Lewis e Niles, 2013), os participantes valorizaram mais a realização de mudanças nas políticas públicas ou ações individuais/comunitárias do que o envolvimento do público segundo métricas quantitativas,

como engajamento em mídia social e tamanho do público. Eles, geralmente, consideraram evidências de mudanças em nível individual, de grupo e institucional como as mais significativas na medição dos resultados do que a atenção da mídia (por exemplo, pela imprensa e prêmios) e *feedback* (por exemplo, comentários de leitores e comunicação pessoal).

Salienta-se também a ênfase da RJS na mudança de atitude – aumentando a confiança nas redações e no jornalismo em sua totalidade, além do crescente otimismo sobre o potencial para resolver problemas aparentemente intratáveis –, refletindo sua missão de fortalecer a democracia e melhorar a percepção pública da mídia de notícias. A rede também enfatiza o papel do JS de estimular mudanças comportamentais, principalmente a intensificação do engajamento cívico, mas não propôs formas de avaliar essa questão, de acordo com a pesquisa. Isso pode refletir a dificuldade em avaliar com precisão a capacidade dessa prática de estimular ações individuais e preocupações – expressas pelo desconforto do cofundador Bornstein com os jornalistas “incitando os leitores a agir” –, ao endossar que certas ações constituem ativismo ou advocacia.

A RJS se concentra na capacidade do Jornalismo de Soluções de mudar a conversa pública, citando especificamente um arrefecimento na polarização e incivilidade como medidas de impacto em nível de grupo. Melhorar o discurso é ponto central para a conceituação de impacto da rede, mas influenciar a opinião pública rumo a uma posição ou resultado favorável não está entre os objetivos declarados, segundo a rede. Diferentemente de mudar o tom da conversa (por exemplo, maior civilidade ou foco em soluções potenciais), transformar o modo como as pessoas se sentem sobre determinado problema sugere críticas quanto à missão da rede, que seria a persuasão, e não a reportagem objetiva. Nesse sentido, a RJS faz referência e cita exemplos de mudanças de políticas em nível institucional, mas enfatiza com menos frequência esse tipo de impacto em materiais e declarações do que transformações em nível individual ou de grupo.

A pesquisa evidenciou ainda que a RJS e seus membros não estavam alinhados em várias métricas. Enquanto a rede enfatizou o “reforço do engajamento do público”, seus membros viam isso como forma de impacto menos significativo do que as métricas reveladoras dos resultados sociais. Os participantes viram a eficácia de uma solução implementada recentemente após ter sido relatada em uma história. Para os profissionais, essa foi uma métrica de impacto significativo, algo não mencionado pela rede como medida de relevância. A RJS citou outros exemplos de impacto, como restaurar a confiança no jornalismo e nas redações, algo não mencionado pelos membros, que também não foram solicitados a avaliar tal ponto.

A pesquisa explicita a predileção da rede em descrever sua atuação como “prática” em vez de “movimento” e não “procura expandir a definição tradicional do jornalismo *mainstream* dos EUA” (Rosenberg, 2016). Para a jornalista, trata-se de “uma ferramenta que qualquer repórter pode adotar para usar quando apropriado. Ele não procura expandir as definições tradicionais do jornalismo *mainstream* dos EUA, mas se encaixa perfeitamente dentro delas: relatar as notícias com altos padrões de rigor e justiça” (Rosenberg, 2016, p. 6).

A rede segue uma linha delicada – posicionando o JS como o antídoto para a tendência do jornalismo de focar nos problemas da sociedade, ao mesmo tempo que o distingue da defesa de uma solução específica para esses problemas. Ainda não se sabe se os jornalistas veem a prática cada vez mais como defesa apropriada para uma solução específica. Independentemente disso, quando o impacto da cobertura de notícias pode ser reivindicado com credibilidade, seu compartilhamento público deve ser considerado aceitável e necessário, pois os jornalistas procuram demonstrar as contribuições cívicas de seu trabalho. O desenvolvimento de ferramentas para medir os resultados sociais deve ser considerado uma prioridade para a área, demonstrou o estudo.

Como observado nas pesquisas apresentadas, embora experimente progressiva expansão, ainda não há um conceito específico e amplamente estabelecido para designar o Jornalismo de Soluções na prática profissional. Além disso, em jornalistas e acadêmicos nos parece evidente a carência de uma estrutura compartilhada para avaliar o impacto da abordagem e suas contribuições para a democracia.

Enquanto as categorias cuidadosamente delineadas do JS servem às exigências do campo jornalístico, fornecendo-lhe um escudo de legitimidade e profissionalismo, essas categorias normativas têm valor limitado na análise de suas abordagens. Historicamente, a reportagem de soluções tem sido destaque em uma gama de gêneros jornalísticos, incluindo o Jornalismo Público, o Jornalismo de Desenvolvimento, o Jornalismo Construtivo, e, mais explicitamente, o Jornalismo de Soluções. Em cada interação, o valor normativo de histórias de soluções e o método adequado para reportá-las têm variado. O Jornalismo Público endossa a democracia deliberativa localizada como meio de identificar soluções públicas (Merritt, 1996), o Jornalismo Construtivo parte da teoria de Prospecção Mobilizada e Psicologia Positiva como lógica e método para a abordagem baseada em soluções (McIntyre e Gyldensted, 2018, p. 668), enquanto o Jornalismo de Soluções tem em primeiro plano o rigor empírico na identificação e relatórios de soluções escaláveis (Rede de Jornalismo de Soluções, 2020). No entanto, como afirma Dodd (2021), a maioria das abordagens de soluções, globalmente, prossegue sem

consciência dessas convenções e limites, e seria um pouco arbitrária a análise do relatório de soluções de acordo com esses modelos normativos.

Apesar dessa lacuna, trata-se já de um consenso a afirmação de que as reportagens produzidas sob essa orientação “olham para os esforços feitos para resolver os principais problemas sociais” (Bornstein, 2007). Sob esse aspecto, a RJS define sua missão como a de apoiar e conectar jornalistas interessados em “reportagens rigorosas sobre respostas a problemas sociais” que podem “fortalecer a democracia” e “melhorar a qualidade geral e o impacto do jornalismo”. Outro aspecto referente à prática merece destaque: ao se concentrar criticamente em respostas eficazes, a reportagem é ancorada no passado recente em vez de no futuro utópico. Assim, para além de distribuir esperança, o JS fornece “dados e experiências da vida real a partir dos quais é possível responder a injustiças e, coletivamente, escolher um caminho diferente” (Beers, 2006, p. 122).

Da mesma forma, o termo Jornalismo Construtivo representa uma recente nomenclatura que, indiscutivelmente, evita a centralidade do otimismo e foca em características da Psicologia Positiva, que embasou a formulação do conceito (McIntyre; Gyldensted, 2018). Jornalistas de soluções, como Bornstein, são enfáticos ao dizer que não é trabalho do jornalismo “acalmar as pessoas ou fornecer esperança” (Bornstein, 2012), enquanto em outros lugares categoriza-se o Jornalismo de Soluções como algo “contra o medo, desamparo, desesperança, cinismo, depressão, isolamento, hostilidade, desprezo e ansiedade” (Bornstein; Rosenberg, 2016).

A abordagem envolve uma gama de atores sociais fora do jornalismo, pelos quais também é moldada. Em vez de examiná-la puramente como prática jornalística, Dodd (2021) argumenta que sua ocorrência se dá na intersecção de campos: o acadêmico, o de mercado, o jornalístico e o governamental. O autor explora essa interdisciplinaridade pelo prisma da teoria do campo, abordagem sociológica fundada por Bourdieu (1990). Como em todos os campos culturais de produção, o JS coloca-se no da prática: um ambiente de luta e distinção em que os indivíduos ocupam locais sociais únicos entre um polo orientado para o mercado e outro mais autônomo, formado por organizações que ensinam a prática, como a RJS e o Instituto Construtivo.

O JS tem sido adotado por profissionais do campo jornalístico nos Estados Unidos e na Europa, popularizado por publicações de prestígio (como na BBC e em *The New York Times*) e refinado por meio de pesquisas de estudiosos do jornalismo que, por sua vez, educam jornalistas emergentes para a prática de soluções. Curiosamente, alguns estudiosos fizeram a conclusão inversa. Amiel e Powers (2019) descreveram a abordagem tanto como uma fonte de renovação profissional para jornalistas que se apropriam dele quanto como um cavalo de Troia

para relações públicas, a corroer as práticas jornalísticas tradicionais com novas orientações voltadas ao marketing, sendo admissível apenas quando “jornalistas experimentam insegurança no emprego e falta de reconhecimento em seu trabalho” (Amiel; Powers, 2019, p. 236). Essa generalização, segundo Dodd (2021), confunde o conceito de autonomia do profissional do jornalismo, entendida como inércia e resistência à mudança, quando, de fato, autonomia (etimologicamente explicada como autogoverno) é precisamente o mecanismo pelo qual um campo como o jornalismo é governado, com práticas progredidas, refinadas e melhoradas, como consentido por seus principais praticantes.

Eu entendo o Jornalismo de Soluções como um esforço concertado e relativamente autônomo dentro do campo jornalístico para melhorar as boas práticas. No entanto, a abordagem, como a maioria dos produtos culturais e, especialmente, o jornalismo, é moldada através de uma negociação tácita de uma miríade de necessidades econômicas e políticas externas, resultando em uma prática que é simultaneamente comercializável e profissionalmente aceitável (Dodd, 2021, p. 8).

Esse compromisso reflete a localização relativamente cambiante do jornalismo. Retomando Bourdieu (1998): “muito mais do que os campos científico, artístico, literário e jurídico, o campo jornalístico é permanentemente sujeito a julgamento por mercado, seja diretamente, através de anunciantes, ou indiretamente, através de audiência” (Bourdieu, 1998, p. 71). Assim, em termos da teoria dos campos, o JS pode ser entendido como um esforço interno para relatar soluções de maneiras que vão além das demandas do mercado, pressão e conveniência política, no interesse pela democracia e pelo “bom jornalismo” (Rede de Jornalismo de Soluções, 2020, *online*), enquanto ainda produz um produto jornalístico viável.

### 3.3 AS FRONTEIRAS ENTRE O JORNALISMO CONSTRUTIVO E O JORNALISMO DE SOLUÇÕES

Nas seções anteriores, alguns trechos apontaram a relação entre o Jornalismo Construtivo e o Jornalismo de Soluções, ora considerando-os conceitos análogos, ora evidenciando características capazes de distingui-los. A partir deste ponto, procura-se estabelecer comparações mais aprofundadas sobre os conceitos.

Ressalta-se que a RJS não afirma ter inventado o Jornalismo de Soluções, mas sim o nomeado, criando um sistema que ensine a fazê-lo. Os defensores do Jornalismo Público/Cívico, movimento da década de 1990 ao qual o JS foi comparado, acreditavam que os

jornalistas deveriam ser francos sobre seu interesse em ajudar a resolver problemas sociais e melhorar a vida cívica (Merritt, 1998). A iniciativa posicionou o público não como espectador, e sim capaz de ação, convidando-o a identificar soluções para problemas.

Mais recentemente, o JS tem feito comparações com o Jornalismo Construtivo, movimento europeu com enquadramento de notícias orientado para soluções. Com o objetivo de examinar os limites entre as duas abordagens, um estudo empírico realizado por Tanja Aitamurto e Anita Varma (2018) analisa o metadiscorso em torno de ambas para responder a três questões principais de pesquisa. A primeira diz respeito aos modos de o Jornalismo de Soluções e o Jornalismo Construtivo contemporâneo se situarem no contínuo de mudança nas fronteiras do jornalismo. Em segundo lugar estão os papéis normativos sugeridos pelo discurso metajornalístico para soluções e o Jornalismo Construtivo. A terceira questão refere-se ao local que o discurso metajornalístico confere ao Jornalismo de Soluções e o Construtivo contemporâneo em relação a outros tipos de Jornalismo Construtivo (como o Público, o de Paz e o Ativista).

Os dados para análise do metadiscorso foram coletados de materiais *online* sobre as duas abordagens, assim como de materiais informativos nos *sites* das organizações que as promovem, com a finalidade de criar uma coleção abrangente sobre as práticas. Os dados também incluem reportagens e editoriais de opinião que discutem Jornalismo de Soluções e/ou Construtivo publicados por veículos como *The New York Times* e pelo Instituto Americano de Imprensa. Os artigos de notícias foram coletados no Google, em busca de artigos para Jornalismo Construtivo e Jornalismo de Soluções, e também em dois *feeds* proeminentes do X (antigo Twitter) sobre as duas práticas, de junho de 2016 a outubro de 2017.

Na pesquisa, as autoras argumentam que o Jornalismo Construtivo não constitui apenas um gênero de notícias, mas também desempenha um papel normativo distinto para a imprensa, que deve ser adicionado aos já amplamente aceitos de uma imprensa monitorial, facilitadora, radical e colaborativa.

Os principais aspectos a distinguir um papel construtivo são o foco em soluções para problemas sociais, um ideal de progresso social, práticas de reportagem orientadas em torno da esperança, alto intervencionismo e posicionamento do jornalista como o que Krüger (2017) chama “agente de mudança” (p. 410-411). O papel construtivo abrange ampla gama de “jornalisms”, como o de advocacia, o de impacto, o animador, o focado no futuro, o de transformação, o de desenvolvimento e o emancipatório (Krüger, 2017, p. 405-406), tendo precedentes em Jornalismo Público, de Paz e Ativista. Segundo Christians *et al.* (2009), determinada prática raramente se encaixa perfeitamente em uma única categoria normativa,

mas é conceitualmente útil distinguir e desenvolver essas categorias para entender os motivos e as aspirações singulares de diferentes tipos de jornalismo.

Para o autor, a taxonomia dos quatro papéis normativos da imprensa oferece um esquema organizacional instrutivo para entender os limites entre os papéis normativos do jornalismo e a relação do jornalismo com a advocacia e o progresso social. Nessa taxonomia, o jornalismo tem quatro papéis: monitorial, facilitador, colaborativo e radical (2009, p. 139-218).

A imprensa monitorial tem como objetivo informar o público, mantendo um olhar atento sobre os que estão no poder, a fim de destacar suas ações. Orientada para melhorar a transparência, desempenha importante papel para garantir que os funcionários não possam perpetuar irregularidades nos corredores escuros do poder (2009, p. 139-143).

A imprensa facilitadora, por outro lado, promove a deliberação pública entre as pessoas em uma sociedade. Em vez de procurar informá-las sobre as atividades dos que estão no poder, atua como moderador da deliberação, construindo uma arena para o debate e incentivando a participação pública (2009, p. 158-159).

Em contraste, uma imprensa radical vai ativamente “às raízes das relações de poder na sociedade” (Christians *et al.*, 2009, p. 181) para apresentar uma crítica sistêmica contra as estruturas que subjugam as pessoas. O papel de uma imprensa radical não se resume a simplesmente informar ou facilitar o discurso, mas condenar ativamente as estruturas sociais que podem perpetuar a dominação e a opressão (2009, p. 184).

Finalmente, conforme proposição do mesmo autor, a imprensa colaborativa trabalha harmoniosamente com instituições externas. Essa prática “implica uma parceria, [como] uma relação entre a mídia e o Estado construída sobre confiança mútua e um compromisso compartilhado com meios e fins mutuamente aceitáveis” (Christians *et al.*, 2009, p. 198).

As pesquisas de Aitamurto e Varma (2018) contribuem ainda com um quinto papel normativo da imprensa: um papel construtivo, que se distingue no sentido de que a imprensa oferece uma visão de como a sociedade pode avançar. Esse ponto de vista pode ou não ser de propostas imaginadas pelos próprios jornalistas, mas sua decisão de cobrir iniciativas que buscam abordar questões sociais em curso constitui um endosso latente de provocar mudanças sociais. McIntyre e Sobel (2017) caracterizaram o Jornalismo Construtivo como “um participante ativo na melhoria do bem-estar social” (2017, p. 1). Com um papel construtivo, pretende abrir caminho para uma sociedade melhor, apresentando soluções para problemas recorrentes.

Jornalistas construtivos tornam-se o que Krüger (2017) chama “agentes de mudança” (p. 403), pois tentam não documentar os problemas com postura desinteressada, mas, em vez

disso, lutam contra a inércia social, chamando a atenção para as perspectivas de mudança que já estão em ação. Ao mesmo tempo, os jornalistas são mais descolados de uma dinâmica colaborativa, de modo que sua independência assume a forma de endossar latentemente a ideia de progresso social, mas não necessariamente se aliando a determinado grupo ou abordagem para fazê-lo. Mais independente do que um papel colaborativo, mais comprometido do que um papel de monitoramento, com mais conteúdo específico do que a paixão por um papel facilitador e mais imparcial do que um papel radical, o Jornalismo Construtivo constitui uma função normativa separada para a imprensa que se orienta em torno da esperança e do potencial de mudança.

Faz-se importante destacar ainda que o discurso contemporâneo em torno da abordagem construtiva deve ser entendido como um ressurgimento – e não a invenção – do jornalismo como apresentador de soluções para problemas que afligem a sociedade. Embora iniciativas como o Projeto de Jornalismo Construtivo e a RJS sejam novas, o termo e o conceito de Jornalismo Construtivo não o são. Krüger (2017) remonta a prática a um serviço de notícias de 1948 sediado em Nova York chamado *Boletim de Boas Novas* (2017, p. 406), que se concentrou em “projetos bem-sucedidos e alternativas positivas” para cobertura focada em problemas (2017, p. 407).

Um segundo uso inicial do termo Jornalismo Construtivo surgiu em 1959, com a publicação de David Chalmers (1974), *Os muckrakers e o crescimento do poder corporativo: um estudo em jornalismo construtivo* como um de seus primeiros usos. Em seu estudo, Chalmers (1974) fornece evidências de que os jornalistas americanos da era progressista na virada do século XX desempenharam um papel construtivo, no sentido de buscarem informar os cidadãos sobre corrupção, e ofereceram “ideias específicas sobre o que deve ser feito para permitir que as pessoas reafirmem o controle sobre seus próprios assuntos” (Chalmers, 1974, p. 305). Jornalistas *muckrakers*, como os construtivos contemporâneos, não abandonaram o papel informativo da imprensa; em vez disso, procuraram enriquecer esse papel sugerindo soluções para os males sociais que expuseram (1974, p. 304-305).

Os *muckrakers*<sup>11</sup> são um excelente exemplo de como, na prática, os papéis normativos da imprensa se sobrepõem e se cruzam: classicamente entendidos como cumpridores de uma função de monitoramento, também cobriram soluções com endosso do progresso social além

---

<sup>11</sup> Grupo de jornalistas norte-americanos surgido na virada do século XIX para o XX – período conhecido como Era Progressista nos Estados Unidos, que ficou marcado na história da imprensa pela prática de um jornalismo voltado a desvendar escândalos. Esses profissionais da imprensa, que ficaram conhecidos como *muckrakers*, produziram textos e adotaram técnicas que transitavam entre a investigação e o sensacionalismo.

da observação imparcial. A esse respeito, os jornalistas *muckrakers* desempenharam tanto um papel de monitoramento quanto construtivo.

Como já explicitado, o Jornalismo Construtivo, que McIntyre e Sobel (2017) chamam “termo guarda-chuva” (p. 5), tem precedentes no Jornalismo Público, de Paz e Ativista, todos modos alternativos, por divergirem da mídia dominante, que defende um papel de monitoramento e imparcialidade para a imprensa. Por exemplo, o Jornalismo Público procurou reconfigurar a relação entre os jornalistas e as comunidades que cobrem, e viu o apego dos profissionais a essas comunidades como benefício para a cobertura, e não como conflito de interesses. A abordagem pública questionou a necessidade da imparcialidade jornalística e pediu aos jornalistas que servissem de facilitadores do discurso público por meio de, por exemplo, mesas-redondas sobre questões raciais nas cidades americanas, como apontado por Rosen (1999).

O Jornalismo de Paz, por outro lado, propôs novas formas de cobertura de conflitos com ênfase na reconciliação e no custo humano da guerra, em vez de focar na violência e nos quadros de vitória ou perda (Lynch; McGoldrick, 2005).

Por fim, o Jornalismo Ativista criou espaços para movimentos sociais e grupos desprivilegiados divulgarem seus esforços e demandas, tentando angariar apoio para uma agenda política específica (Ostertag, 2006). Cada um desses movimentos dentro do jornalismo pode ser agrupado como o que Carpentier (2005) chama, utilmente, “projetos de reforma” (p. 206-207), que lançaram as bases para o Jornalismo Construtivo contemporâneo e seu ideal de progresso social.

Carpentier (2005) defende que projetos de reforma, como o Jornalismo Público, vão além da imparcialidade e evitam uma interpretação demasiadamente absolutista da neutralidade. “Firma-se explicitamente que a neutralidade não se aplica quando estão em jogo valores universais, como paz, democracia, direitos humanos, igualdade (de gênero e raça), progresso social e libertação nacional” (p. 206-207). Os jornalistas variam de “advogado-campanha” a repórteres “objetivos”, segundo Carpentier (2015).

Como projetos de reforma anteriores, o Jornalismo Construtivo (incluindo o de Soluções) resiste à classificação fácil em binários como “objetivo” *versus* “ativista” ou “*mainstream*” *versus* “alternativo”, ou mesmo “antigo” *versus* “novo”, dada a história do Jornalismo Construtivo, que remonta a 1948 – o que aponta para a necessidade de explicar seu papel normativo para dar conta de práticas jornalísticas focadas em soluções e diversidade de ideais.

Além disso, em alguns casos, o Jornalismo Público e o Ativista podem, respectivamente, ser mais bem classificados como facilitadores e radicais, embora também possam desempenhar simultaneamente um papel construtivo. Nada impede o Jornalismo Público ou o Ativista de oferecerem soluções, ainda que não seja essa sua qualidade de definição. Dito isso, as fronteiras dos “projetos de reforma” (Carpentier, 2005) não devem ser traçadas com muita firmeza, já que parte do objetivo de projetos de reforma como o Jornalismo Público consistia em experimentar uma visão mais fluida de como o jornalismo pode servir suas comunidades (Voakes, 2004), o que significa a possibilidade de os projetos da abordagem pública, por definição, abrangerem múltiplas categorias normativas.

O Jornalismo de Paz, por outro lado, é mais um exemplo de Jornalismo Construtivo, devido à sua orientação para soluções. Krüger (2017) argumentou que se trata de um exemplo de Jornalismo Construtivo, pois, em contraste com o “Jornalismo de guerra e violência, não é orientado para a vitória, mas sim orientado para a solução e busca a reconciliação” (2017, p. 406). O mesmo poderia ser dito do Jornalismo Público e do Ativista, quando esses movimentos ofereciam cobertura de soluções. Cada um pode desempenhar um papel construtivo, no qual o objetivo e o propósito do jornalismo não se restringem a simplesmente informar as pessoas sobre os problemas (a extensão de uma imprensa monitorial), mas cobrir e oferecer maneiras concretas de lidar com tais problemas. A característica definidora do Jornalismo Construtivo, portanto, está no fato de que oferece soluções.

O discurso metajornalístico sobre o Jornalismo de Soluções e o Construtivo, analisado no estudo de Aitamurto e Varma (2018), define ambos como “jornalismo rigoroso” regular, que adere às normas e práticas jornalísticas tradicionais, mas com um novo foco: cobrir soluções acionáveis em vez de exclusivamente problemas. Tanto uma prática quanto a outra são definidas como um método que oferece aos jornalistas ferramentas adicionais para realizarem suas reportagens, o que lhes permite apresentar soluções capazes de surtir um efeito positivo na sociedade. O forte alinhamento das duas abordagens, como forma e prática paralelas ao jornalismo tradicional, é iluminado na citação de uma cofundadora da RJS, Courtney Martin, conforme mencionado em artigo publicado pelo Journalism.co.uk:

O Jornalismo de Soluções é sobre o que o jornalismo sempre foi: informar e capacitar as pessoas. O que é diferente é que estamos apenas pedindo aos jornalistas que façam isso de uma maneira mais completa, investigando o que funcionou de forma tão rigorosa e implacável quanto o que não funcionou (Courtney, 2018, s/p, *online*).

Da mesma maneira, em outro artigo, o cofundador da RJS, David Bornstein, no Instituto Americano de Imprensa, enfatiza a semelhança entre Jornalismo de Soluções e reportagem tradicional, com a adição de “exemplos de pessoas trabalhando em busca de soluções”. Como as citações ilustram, o JS, com uma reportagens rigorosas e convincentes, é de natureza investigativa e explicativa, semelhante à reportagem tradicional, com as mesmas qualidades. Os objetos da reportagem são soluções para problemas sociais e pessoas que trabalham para isso. Paralelamente, define-se o Jornalismo Construtivo de forma muito semelhante ao de Soluções e muito próximo ao modelo tradicional no *site* do Projeto Jornalismo Construtivo, como ilustra a citação a seguir:

Reportagem rigorosa e convincente que inclui elementos positivos e focados em soluções para capacitar o público e apresentar uma imagem mais completa da verdade, ao mesmo tempo que defende as funções e a ética essenciais do jornalismo (Aitamurto; Varma, 2018, p. 10).

No Jornalismo de Soluções e no Construtivo, a autoridade jornalística é canalizada para expor soluções ao público e legitimada ao colocá-las na agenda jornalística. O mesmo aparato de práticas e normas jornalísticas usadas pela prática tradicional para expor problemas é aqui aproveitado para cobrir soluções. As abordagens exigem, portanto, reinterpretar os valores das notícias, mudando o foco dos problemas para as soluções.

Ambas sugerem um valor-notícia da ação social como base para a noticiabilidade. Afastando-se do sensacionalismo, dos quadros de conflito e da negatividade como critérios, as práticas tratam as iniciativas para resolver problemas como um valor noticioso central que torna um assunto digno de notícia.

Além disso, o metadiscorso analisado por Aitamurto e Varma (2018) afirma que mudar o foco dos problemas para as soluções reforça a democracia. Fornecer soluções para questões vexatórias fortalece a cidadania ativa por meio do discurso público: “Ao expor as pessoas ao que funciona – e desmistificar o como e o porquê –, o Jornalismo de Soluções pode alterar seu senso do que é possível, promovendo um discurso público mais produtivo e uma cidadania catalítica”. Como mostra a citação, referente a uma entrevista com Bornstein publicada pelo Instituto Americano de Imprensa<sup>12</sup>, focar nos problemas leva a cidadãos desengajados e passivos, em razão da já citada fadiga de notícias – o cansaço que notícias negativas causam no

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.americanpressinstitute.org/publications/good-questions/moving-toward-whole-story-9-good-questions-david-bornstein-solutions-journalism-network/> Acesso: 13.06.2022.

leitor. Em contraste, expor o público a soluções levará a um discurso público mais produtivo e a uma cidadania ativa. Isso sugere como o metadiscorso do JS poderia fortalecer a democracia.

O engajamento do público também motiva tanto o Jornalismo de Soluções quanto o Construtivo no discurso metajornalístico. A abordagem positiva (de cobertura de soluções) deve atrair, engajar e capacitar os leitores, deixando-os com a impressão de que os problemas podem ser corrigidos e o mundo pode se tornar um lugar melhor, conforme indicado na página do NVCO<sup>13</sup> intitulada “O que é jornalismo construtivo”: “Outros estudos indicaram que o público se sente mais bem informado e mais otimista após ler histórias de soluções, mais propenso a procurar veículos de notícias que forneçam cobertura construtiva e muito mais propenso a compartilhar histórias que despertam sentimentos positivos” (2022, *online*).

O metadiscorso afirma que os objetivos bastante elevados do Jornalismo das Soluções e também do Construtivo são alcançáveis por meio da implantação de práticas jornalísticas tradicionais – desde que sejam “jornalismo rigoroso”, como afirmado ao longo dos resultados da pesquisa (Aitamurto; Varma, 2018). Não há diferenças substanciais quanto a fornecimento, coleta de dados, análise ou outras partes do processo jornalístico – desde que a solução seja abordada de maneira objetiva e precisa, sem preconceitos. Essa diretriz é refletida em uma citação do artigo da *International Journalists’ Network*<sup>14</sup> sobre Jornalismo de Soluções:

As histórias de soluções estão preocupadas com os resultados das soluções que relatam, mas essas histórias têm o cuidado de não exagerar ou simplesmente se concentrar nas qualidades notáveis das pessoas que cobrem. Um bom Jornalismo de Soluções, segundo Rosenberg, foca no trabalho feito para resolver o problema e explica como isso foi possível. Ele fornece evidências reais e baseadas em dados dos resultados do trabalho e produz *insights* tangíveis para que o leitor entenda como a solução pode ser replicada (IJNet.org, 2018, *online*).

O discurso metajornalístico sobre as duas abordagens revela uma questão contraditória quanto ao papel desempenhado na ação coletiva. Por um lado, há uma linha clara que vedaria o jornalismo de mobilizar mudanças sociais publicando apelos à ação ou mesmo recomendando soluções, como afirma o cofundador da RJS, David Bornstein, no artigo do Instituto Americano de Imprensa<sup>15</sup>: “Eles [jornalistas] não proclamam o que ‘deve’ ser feito. E eles não exortam os

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.ncvo.org.uk/guide-to-constructive-journalism> Acesso: 13.06.2022.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://ijnet.org/en/blog/what-makes-successful-solutions-journalism-story>. Acesso: 13.06.2022.

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.americanpressinstitute.org/publications/good-questions/moving-toward-whole-story-9-good-questions-david-bornstein-solutions-journalism-network/> Acesso em 13.06.2022.

leitores a tomar medidas específicas – como assinar uma petição ou doar dinheiro”. O JS situa-se, assim, simultaneamente, como uma força positiva na sociedade e como um ator neutro: ao apresentar soluções, pode contribuir para a mudança social, mas também pretende ser independente.

### 3.4 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS PARA UMA AGENDA DE SOLUÇÕES

A hipótese do *Agenda Setting* (agendamento), desenvolvida por Maxwell McCombs e Donald Shaw, em 1972, defende que os meios de comunicação têm o poder de influenciar a agenda pública, ou seja, de determinar quais temas e questões são considerados importantes pela sociedade. Essa teoria sugere que a mídia não apenas reflete a realidade, mas também a molda, ao selecionar e destacar determinados assuntos, temas e problemas.

A hipótese sustenta que:

Em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência a incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (Shaw, 1979, p. 96).

Essa passagem é explicada por Wolf (2005) como uma formulação clássica da hipótese, que se inscreve na linha que vai de Lippmann a Lang e a Noelle Neumann, salientando que o *Agenda Setting* não defende a intenção dos *mass media* de persuadir, mas apresenta ao público uma lista daquilo sobre o que é necessário ter uma opinião e discutir. Dito isso, ressalta-se que a ideia central do *Agenda Setting* já havia sido formulada por alguns quando McCombs e Shaw (1972) a apresentaram com esse nome. Em 1922, Walter Lippmann, em *Opinião Pública*, já destacava o papel da imprensa no enquadramento da atenção dos leitores sobre temas impostos como de maior interesse coletivo. Também antecipando a ideia central da hipótese, Robert Park (1940) enfatizava a prerrogativa que tinham os meios de comunicação de definir certa ordem de preferências temáticas. Foi, porém, em 1958, em artigo escrito por Norton Long, que a hipótese do agendamento temático foi pela primeira vez claramente enunciada:

De certa forma, o jornal é o primeiro motor da fixação da agenda territorial. Ele tem grande participação na definição do que a maioria das pessoas conversará, o que as pessoas pensarão que são os fatos e como se deve lidar com os problemas (Long, 1958 *In*: Barros Filho, 2008, p. 161).

Nessa perspectiva histórica do *Agenda Setting*, Lang e Lang (1966) denunciavam a prerrogativa de hierarquização temática dos meios de comunicação:

Os *mass media* centram a atenção em certas questões. Constroem imagens públicas de figuras políticas. Apresentam constantemente objetos que sugerem em que deveríamos pensar, o que deveríamos saber e o que deveríamos sentir... Os materiais que os meios de comunicação selecionam podem nos dar uma semelhança de um 'conhecimento' do mundo político (Lang; Lang, 1966 *In*: Moragas, 1985, p. 89-90).

Embora o conceito de agendamento já estivesse em discussão décadas antes da formulação do modelo teórico, a comprovação empírica só foi alcançada em 1968 por um estudo ainda preliminar. A evidência mais robusta e estruturada surgiu quatro anos depois, em 1972, conforme aponta McCombs (2004, p. 20). Na época em que eram jovens professores na Faculdade de Comunicação da Universidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, Maxwell McCombs e Donald L. Shaw uniram forças para investigar o possível fenômeno de influência dos meios de comunicação na definição dos temas considerados importantes pela sociedade.

No final dos anos 1960, recém-chegados à universidade, os dois professores-assistentes iniciaram um estudo na cidade de Chapel Hill, no estado da Carolina do Norte, nos Estados Unidos. O objetivo era investigar a hipótese de que os meios de comunicação influenciavam a percepção dos eleitores sobre os temas mais relevantes para o país. Durante a campanha presidencial norte-americana, na qual os principais candidatos eram o democrata Hubert Humphrey e o republicano Richard Nixon, McCombs e Shaw conduziram uma pesquisa. A hipótese explorada pelos professores foi denominada *Agenda Setting* (agendamento).

No estudo, foram comparadas duas coordenadas: a cobertura de temas pelos veículos de notícia selecionados e a descrição da agenda pública, obtida por um questionário respondido por 100 eleitores indecisos ao longo de um período de apenas 24 dias durante a campanha eleitoral. Os professores identificaram cinco temas predominantes na cobertura midiática que apresentavam correlação com os temas da agenda pública. Tais temáticas eram os assuntos mais frequentes entre os listados pelos entrevistados como os mais importantes. A conclusão foi a de

que “o nível de importância atribuído a esses cinco temas pelos eleitores se aproximou muito do nível de destaque na cobertura noticiosa” (McCombs, 2004, p. 23).

Segundo McCombs (2004), a pesquisa tinha limitações aparentes, que, embora não comprometessem os resultados, demandavam investigação mais detalhada e aprimoramento dos métodos utilizados. Em 1972, McCombs e Shaw publicaram seu estudo mais renomado, que deu nome ao modelo de *Agenda Setting*: o artigo *The agenda setting function of mass media*, divulgado na revista *Public Opinion quarterly*. A pesquisa foi conduzida em Charlotte Ville, também no estado da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, com duração de análise estendida para cinco meses e amostra aumentada: 227 eleitores foram entrevistados durante a disputa presidencial entre George McGovern e Richard Nixon.

Os resultados levaram McCombs e Shaw a concluir que os sete temas identificados pelo público como os mais importantes eram influenciados pelo padrão de cobertura noticiosa do jornal local.

A partir da pesquisa, foi definido o pressuposto fundamental da hipótese – a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida “por empréstimo pelos *mass media*” (Wolf, 1987, p. 128). O autor também especifica alguns aspectos gerais relacionados à hipótese. O primeiro justifica o motivo de o *Agenda Setting* não ser considerado um modelo de pesquisa preciso:

Mesmo apresentando o *Agenda Setting* como um conjunto integrado de pressupostos e de estratégias de pesquisa, na realidade, a homogeneidade existe mais em nível de enunciação geral da hipótese do que no conjunto de confrontações e de verificações empíricas, e isso devido, também a uma certa falta de homogeneidade metodológica. No estado atual, a hipótese do *Agenda Setting* é, portanto, mais um núcleo de temas e de conhecimentos parciais, suscetível de ser, posteriormente, organizado e integrado numa teoria geral sobre a mediação simbólica e sobre os efeitos de realidade exercidos pelos *mass media*, do que um modelo de pesquisa definido e estável (Wolf, 1987, p. 129).

Tal questão dialoga com o segundo aspecto: não sendo um modelo definido, é, portanto, um terreno fértil de associações com outras tendências de pesquisa. Por fim, o *Agenda Setting* ainda realça a diversidade existente entre a quantidade de informações, conhecimentos e interpretações da realidade social, apreendidos por meio dos *mass media*, e as experiências em primeira mão, pessoal e diretamente vividas pelos indivíduos.

Entre as principais críticas a esse estudo destaca-se a incapacidade de provar o nexo causal entre as agendas da mídia e do público. O fato de haver coincidência temática não indica, necessariamente, que os meios agendam o público.

Ao impor um menu seletivo de informações como sendo o que aconteceu, a mídia impede o conhecimento de outros temas e, portanto, comentários. Decretando seu desconhecimento pela sociedade, condena-os à inexistência.

Outras críticas apontadas por Wolf (2005) relacionam-se à concepção da natureza das agendas, tanto midiática quanto pública, aos métodos pelos quais são investigadas e ao modo de representar e tratar os dados como relevantes ou proeminentes. Sobre isso, o autor explica:

Avaliar a importância de um assunto (e pressupor que essa importância seja captada), tendo por base apenas o número de vezes que é citado, é mais o resultado de um processo metodológico de observação da agenda dos *mass media* (a análise do conteúdo) do que da reflexão teórica sobre o problema. Conceitualizar apenas a variável da frequência como índice da percepção da importância dos temas parece largamente insuficiente. A ideia de que uma grande frequência define uma grande importância associa-se a um modelo comunicativo hiper simplificado, pré-semiótico. O pressuposto de que a frequência da exposição de um assunto nos *mass media* seja a indicação utilizada pelos destinatários para se aperceberem do seu significado implica uma ideia de mensagem em que estejam explicitamente contidos todos os elementos necessários para a sua compreensão e interpretação (Wolf, 2005, p. 72).

Ao considerarmos, mesmo que brevemente, algumas das principais proposições referentes à hipótese do *Agenda Setting*, evidenciamos a busca por aproximar a base teórica à proposta do Jornalismo de Soluções. Parece-nos que essa relação seria possível pela tentativa de influenciar a agenda pública de maneira positiva e construtiva. Enquanto a mídia tradicional muitas vezes se concentra na cobertura de problemas e conflitos, contribuindo para a percepção de uma realidade predominantemente negativa, o Jornalismo de Soluções busca destacar eventuais respostas a esses problemas e promover uma agenda mais positiva.

Logo, a relação entre *Agenda Setting* e Jornalismo de Soluções reside no esforço desse último em influenciar a agenda pública, priorizando a cobertura de respostas e, conseqüentemente, moldando a percepção do público sobre quais questões são relevantes e merecem atenção. Em vez de apenas reagir aos temas definidos pela mídia tradicional, o Jornalismo de Soluções procura ativamente moldar essa agenda, destacando exemplos inspiradores e promovendo um diálogo construtivo sobre questões sociais.

Em suma, a partir da interseção entre a influência da mídia na percepção pública e o potencial transformador da cobertura jornalística centrada em soluções, acredita-se que o JS não apenas complementa, mas também tem o potencial de desafiar as narrativas predominantes na mídia, promovendo uma visão mais equilibrada e esperançosa do mundo.

### 3.5 PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E CONEXÃO COM O PÚBLICO VIA JORNALISMO DE SOLUÇÕES

As seções anteriores retratam uma tentativa de elucidar a concepção do JS, atribuições e questões relacionadas à sua prática por meio de estudos empíricos realizados, sobretudo, por norte-americanos. Importa ainda atrelar essas perspectivas ao nosso referencial teórico, cuja premissa é aproximar a nova abordagem, baseada em soluções, à ideia de que seja ainda produtora de conhecimento.

Nesse sentido, apresentamos as proposições do relatório conduzido pela RJS e pelo Centro de Envolvimento com a Mídia, da Universidade do Texas (Austin). As conclusões demonstram que a reportagem baseada em soluções pode ser uma ferramenta jornalística eficaz que serve às necessidades tanto do público como das organizações noticiosas, e que tem o potencial de aumentar o envolvimento dos leitores.

A metodologia adotada levou em conta o recrutamento dos entrevistados por intermédio da empresa de coleta de dados *Survey Sampling International*<sup>16</sup>, que administrou a pesquisa *online* a amostra nacional de 1.500 americanos. Os participantes foram convidados a ler “um artigo recente que apareceu num jornal dos EUA” e informados de que, depois de lerem o artigo, seriam feitas várias perguntas. O incentivo foi o de que lessem o artigo na íntegra, informados de que não conseguiriam retornar ao texto após terminarem a leitura. Os artigos eram publicações da seção *Fixes*, do *New York Times*.

Ao ler as instruções, os entrevistados viram um dos seis artigos, que consistiam em três pares de temas, nos quais cada um tratava de um assunto diferente: *i*) os efeitos das experiências traumáticas nas crianças em escolas americanas; *ii*) carência de moradia na América urbana; e *iii*) falta de vestuário entre as pessoas pobres na Índia. Cada par de artigos continha uma versão de soluções e a outra sem soluções. Exceto pela presença/ausência de conteúdo de soluções, os artigos eram idênticos. O texto de cada artigo se encontra nos apêndices desta tese.

Depois de ler o artigo, todos os entrevistados foram convidados a responder a uma série idêntica de itens da pesquisa, cuja maioria consistia em escalas do tipo Likert de cinco pontos, em que os entrevistados recebiam uma afirmação e eram solicitados a indicar seu nível de concordância (1 = discordo totalmente a 5 = concordo totalmente).

---

<sup>16</sup>A *Survey Sampling International* é líder global em dados de pesquisa digital para melhores *insights* e decisões de negócios. A empresa fornece soluções de dados de pesquisa de classe mundial que permitem melhores resultados para mais de 3.500 clientes corporativos, de pesquisa de mercado, consultoria, mídia e saúde.

Foi feita uma pergunta fechada (“Você gostaria de saber mais sobre como se envolver na busca de soluções para esse problema?”), bem como um item aberto (“Este artigo influenciou a maneira como você pensa sobre esse problema? Se sim, como?”)

Os entrevistados foram, então, questionados se acreditavam ou não que o autor da história relatava uma solução para cada problema. Essa questão foi utilizada como verificação de manipulação, para determinar se os respondentes atenderam ou não cuidadosamente aos estímulos experimentais. Dos 1.500 entrevistados que completaram a pesquisa, quase metade falhou na verificação de manipulação. Aqueles que falharam gastaram significativamente menos tempo no estudo. Nesse caso, os dados foram descartados da análise estatística.

Além disso, alguns itens da pesquisa foram contrabalançados para detectar quaisquer respondentes que pudessem selecionar respostas em uma única coluna para todos os itens (por exemplo, alguém que escolhe “concordo totalmente” para cada item). Todos aqueles que deram respostas com valência idêntica para os nove itens do tipo Likert foram removidos dos dados (n=55). Por fim, os dados de quatro respondentes foram descartados, porque, na questão referente à idade, selecionaram “menores de 18 anos”, e a amostra alvo da pesquisa era formada por adultos. Ao final, foram utilizados para análise os dados de 755 respondentes.

Tabela 2 – Número de entrevistados por artigo

	Trauma nas escolas	Sem abrigo	Roupas na Índia
Com solução	119	136	152
Sem solução	117	107	124

Fonte: adaptada pela autora a partir do estudo de Curry e Hammond (2014).

Os resultados do teste indicam que o jornalismo baseado em soluções é promissor em pelo menos três aspectos: aumentar o conhecimento percebido e o sentido de eficácia do público; fortalecer a ligação entre o público e os veículos noticiosos; e catalisar o envolvimento potencial em determinada questão.

O estudo mostrou que os leitores de artigos baseados em soluções eram significativamente mais propensos a encontrar as diferenças entre os artigos, perceber que obtiveram mais conhecimento sobre o assunto, indicar que se sentiram mais bem informados, responder que o artigo aumentou seu interesse pelo tema, acreditar que poderiam contribuir para solucionar o problema e que existem maneiras eficazes de fazer isso, entender que o artigo

influenciou sua opinião sobre o assunto e sinalizar que se sentiram inspirados e/ou otimistas após ler o conteúdo.

Segundo a pesquisa, também os leitores de soluções se mostraram mais predispostos a indicar que liam mais artigos do mesmo autor, mais conteúdos do jornal que fez a publicação e mais matérias sobre o assunto, além de conversarem com amigos ou familiares sobre o tema e compartilharem o leitura nas redes sociais. Também eram mais inclinados a envolver-se no trabalho para solucionar o problema e até mesmo doar quantias em dinheiro para uma organização de atuação direta no assunto.

Para os autores do estudo, Curry e Hammonds (2014), todas as três mudanças se refletem favoravelmente nas relações do público com as notícias e os veículos de mídia.

As principais evidências trazidas pela pesquisa dizem respeito às mudanças no conhecimento percebido e no senso de eficácia da abordagem. Logo, mais do que quem leu histórias sem soluções, os leitores de histórias baseadas em soluções expressaram concordar que o artigo era diferente dos tipicamente encontrados em jornais. Aqueles que leram as versões propositivas também informaram sentir-se mais “inspirados e/ou otimistas” do que os colegas que ficaram com as pautas sem soluções.

Deve-se notar que todos os resultados relatados no estudo – e exibidos nos gráficos indicam diferenças estatisticamente significativas nas respostas entre leitores de artigos de soluções e não-soluções. Em outras palavras, de acordo com a pesquisa, as chances são extremamente pequenas de que as diferenças nas respostas sejam meramente baseadas no acaso.

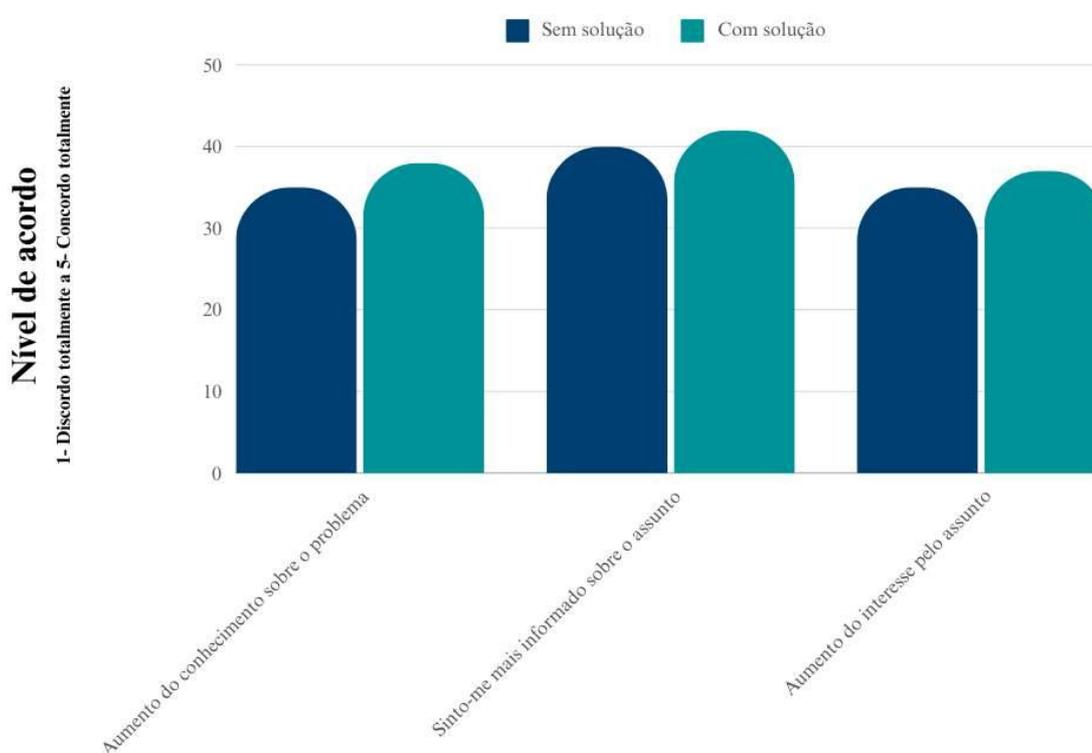
Gráfico 4 – Mudanças no conhecimento percebido e no senso de eficácia da abordagem



Fonte: adaptado pela autora a partir do estudo de Curry e Hammond (2014).

Os leitores também relataram diferenças no quanto acreditavam saber a respeito do assunto, bem como no grau de interesse e informação após a leitura do artigo. Em ambos os casos, as respostas foram maiores para leitores de artigos com soluções em comparação com aqueles sem soluções. Especificamente, os entrevistados concordaram com as seguintes afirmações: “O artigo aumentou meu interesse pelo tema”, “Sinto-me mais informado sobre o assunto abordado no artigo” e “O artigo não aumentou meu conhecimento sobre o assunto”.

Gráfico 5 – Conhecimento e interesse percebidos

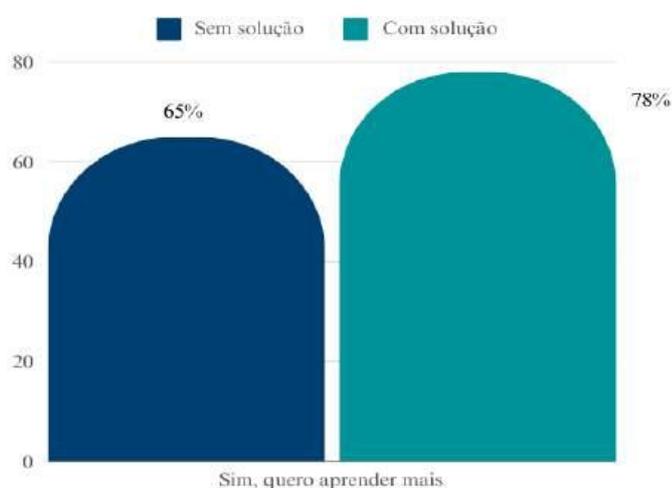


Fonte: adaptado pela autora a partir do estudo de Curry e Hammond (2014).

Os entrevistados também foram convidados a indicar como se sentiam em relação às soluções, incluindo sua própria capacidade de contribuir para resolver o problema sobre o qual leram no artigo. Eles manifestaram a sua concordância com as seguintes afirmações: “Agora que li este artigo, penso que posso contribuir para uma solução para este problema”, “Agora que li este artigo, acho que existem maneiras de resolver esse problema de maneira eficaz” e “O artigo influenciou minha opinião sobre o assunto”. Em todos os casos, os leitores de artigos com soluções eram mais propensos a concordar com tais afirmações do que aqueles que liam artigos sem soluções.

No estudo, os leitores responderam à seguinte pergunta com sim/não: “Gostaria de saber mais sobre como se envolver na busca de soluções para este problema?”. Como foi o caso em todos os outros pontos do levantamento, os leitores de artigos baseados em soluções deram significativamente mais respostas “sim” do que aqueles que leram artigos não relacionados a soluções.

Gráfico 6 – Desejo de aprender mais sobre o assunto



Fonte: adaptado pela autora a partir do estudo de Curry e Hammond (2014).

Os resultados da pesquisa, segundo os autores, sugerem que o JS pode ter ramificações significativas tanto para os leitores como para os veículos noticiosos, juntamente com o potencial de impactar a sociedade em geral. Comparados aos leitores de artigos que não tratam de soluções, aqueles baseados em soluções não apenas indicam que se sentem mais informados com as histórias de soluções, mas também desejam continuar a aprender sobre o problema e foram inspirados a trabalhar em direção a uma solução.

Para as organizações noticiosas, os benefícios residem na ligação mais profunda dos leitores com as soluções e no desejo de continuar a envolver-se nelas, na sua maior propensão para partilhar o que leem e no seu desejo por mais artigos do autor e do mesmo jornal.

Esses benefícios, para os indivíduos, para os veículos e, potencialmente, para a sociedade, poderão tornar o Jornalismo de Soluções uma alternativa valiosa à reportagem tradicional centrada nos problemas.

#### 4. EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS DA ABORDAGEM DE SOLUÇÕES NO JORNALISMO

*O Jornalismo de Soluções dá esperança, é transformador e motiva as pessoas a se engajarem nos problemas de suas comunidades*  
(Gleich, 2022)

Algumas ações empreendidas no Brasil e nos países vizinhos sinalizam que a abordagem ancorada em tentativas de apontar soluções no jornalismo já se faz presente nas práticas profissionais.

A partir desse olhar, este capítulo tem a proposta de analisar alguns projetos que se firmaram nos países latino-americanos concernentes ao Jornalismo de Soluções. Como visto, ainda não há consenso sobre as delimitações conceituais da abordagem jornalística, embora os esforços de pesquisadores e jornalistas ganham destaque em cada tentativa. Também, conforme pontuado, não há uma fórmula para colocar o JS em prática. Logo, o que se percebe é o empenho de cada meio para adaptar sua visão e práticas a partir de sua própria interpretação do que entende por Jornalismo Construtivo, de Soluções ou outro conceito similar.

Como consequência, o desfecho resulta em uma vasta miscelânea, em que a única semelhança reside no material utilizado em suas partes: o desejo de criar um jornalismo que vá além da simples transmissão de notícias desfavoráveis e, em vez disso, apresente uma opção para um público cada vez maior em busca de variedade de conteúdos.

Para a construção do capítulo, adotamos a recepção e o crescimento do Jornalismo de Soluções na América Latina a partir do projeto da Fundação Gabo, instituição criada em junho de 1994, legalmente constituída como FNPI (*Fundación para un Nuevo Periodismo Iberoamericano* – Fundação para um Novo Jornalismo Ibero-americano), tendo Gabriel García Márquez<sup>17</sup> (Gabo) como presidente precursor. Segundo descrição na página oficial da fundação, a empreitada consolidou-se como um espaço para formar, inspirar, incentivar e conectar

---

<sup>17</sup> Escritor, jornalista, roteirista e intelectual colombiano ganhador do Prêmio Nobel de Literatura em 1982. É considerado uma das figuras mais influentes do século XX e referência cultural para a América Latina. Em 24 de junho de 1994, constituiu a FNPI (em português, Fundação para um Novo Jornalismo Ibero-americano, criada a partir das preocupações de Gabo com a ética profissional, o rigor e a qualidade narrativa da profissão jornalística na América Latina. idealizou as oficinas da FNPI inspirado nas reuniões informais das antigas redações, que para ele eram a melhor escola de jornalismo possível. Disponível em: <https://fundaciongabo.org/es/institucion/fundador>. Acesso em 28.07.2024.

jornalistas de diferentes meios de comunicação, facilitando a troca de experiências entre professores especialistas na profissão e colegas que buscam excelência na jornada de trabalho. Nesse sentido, buscamos alguns projetos em países latinos que, de alguma forma, conseguiram efetivar a mudança em suas redações e veículos por meio dos estímulos da FNPI.

Já no Brasil, a prática do JS será exemplificada a partir da iniciativa do Grupo RBS, conglomerado de mídia brasileiro no sul do país e detentor de 12 emissoras afiliadas à TV Globo que, desde 2020, segue investindo na abordagem em seus veículos. Ressalta-se, no entanto, que outros arrojos vêm sendo desenvolvidos no sentido de implantar a abordagem tanto nas redações de mídia tradicional quanto no trabalho com profissionais e veículos independentes.

Conhecer o projeto do grupo foi possível a partir de entrevistas semiestruturadas com a diretora de Jornalismo e Esporte, Marta Gleich, e ainda com a gerente de Produto da Operação Multimídia em Caxias do Sul – Grupo RBS, Andreia Fontana. As considerações das jornalistas proveram insumos para entender e analisar a configuração e a rotina de uma redação brasileira adepta à prática do Jornalismo de Soluções.

Além disso, é necessário considerar o resultado dos esforços de produtores de notícias que, para além do entendimento sobre a concepção do Jornalismo de Soluções, não deixam de priorizar em suas produções pautas mais propositivas diante de problemas sociais.

#### 4.1 DE DENÚNCIAS DE PROBLEMAS A PROPOSTAS DE SOLUÇÕES: ALGUNS APRENDIZADOS NA AMÉRICA LATINA

Antes mesmo de adentrar no conteúdo destinado a esta seção, é imperativo explicar a proposta metodológica utilizada para rememorar a expansão do Jornalismo de Soluções em território latino-americano, mesmo que retratada de forma breve e introdutória.

Em uma perspectiva qualitativa, optamos por alguns caminhos oportunizados pela Análise de Conteúdo, cuja proposta está nas inferências do texto, ou seja, aquilo que podemos obter ao analisar as entrelinhas. No livro *Métodos de pesquisa em Comunicação: projetos, ideias, práticas*, Luís Mauro Sá Martino explica que a Análise de Conteúdo se interessa pela mensagem e se dirige, principalmente, ao “texto” – portanto, à mensagem em qualquer meio, das páginas de um livro aos *pixels* de uma tela. Segundo o autor, a análise procura os significados menos óbvios. Considerando o recorte como ponto principal, o objetivo é o de compreender melhor o que está sendo informado, seguindo alguns passos: *i)* verificação do

número de mensagens, *ii*) primeira leitura do material, *iii*) descrição do material, *iv*) identificação das unidades de análise e *v*) definição das categorias de análise.

Como a proposta desta seção consiste em apenas encontrar algumas pistas de como o JS tem sido trabalhado em países latino-americanos, não nos aprofundamos em todos os passos sugeridos pela metodologia, mas optamos por somente olhar as características pontuais e elementares que aproximam o fazer jornalístico dos portais às proposições da abordagem em análise.

A metodologia preconiza a importância de se delimitarem as mensagens a serem analisadas, ressaltando que o conteúdo precisa ser extraído de algum lugar – como campanhas publicitárias, *releases*, notícias, vídeos etc., considerando-se sempre a coerência entre os elementos selecionados e os objetivos da pesquisa.

No caso particular destacado nesta seção, a obtenção dos dados se deu pelo acesso à página da Fundação Gabo na internet, de onde foram selecionadas as informações sobre as ações da instituição para fomentar a prática de soluções entre os jornalistas dos países da América Latina.

Em 2019, a Fundação Gabo, em parceria com a RJS dos Estados Unidos, iniciou a promoção dessa perspectiva jornalística por meio de sua rede, com o apoio da Fundação Tinker<sup>18</sup>. Dessa forma, estabeleceu-se uma área dedicada no *site* exclusivamente à promoção de soluções jornalísticas.

---

<sup>18</sup>A Fundação Tinker foi criada em 1959 com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico na América Latina, apoiando pessoas, projetos e ideias. Desde então, fornece financiamento para organizações da sociedade civil – entre elas instituições sem fins lucrativos, institutos de pesquisa e universidades – trabalhando para enfrentar os desafios mais imperiosos da região. As organizações usam os recursos da Fundação Tinker para testar ideias promissoras, estender o impacto de modelos já comprovados e reunir as partes interessadas para resolver problemas de novas maneiras.

Figura 2 – Notícias de soluções publicadas na página da Fundação Gabo



Fonte: repositório *online* da Fundação Gabo.

Nesse espaço, regularmente compartilham orientações e materiais úteis para jornalistas, além de destacar trabalhos de profissionais e mídias latino-americanos que adotam essa abordagem em suas investigações. Simultaneamente, organizam *workshops* e eventos de capacitação, além de oferecer prêmios e bolsas de estudo para impulsionar o jornalismo com impacto social.

O primeiro evento oficial fruto da aliança sob a concessão da Fundação Tinker aconteceu em maio de 2019 em Cartagena, na Colômbia, com a presença de 15 jornalistas da região. O *workshop* foi ministrado pela jornalista argentina Liza Gross, uma das líderes latino-americanas em JS, além de editora e especialista em inovação na mídia. Na ocasião, cerca de 160 pessoas se inscreveram. Ao *site* do *Knight Center for Journalism in the Americas*, da Universidade do Texas<sup>19</sup>, Gross descreveu o avanço da abordagem em países latino-americanos:

<sup>19</sup>Desde 2002, o *Knight Center for Journalism in the Americas*, da Universidade do Texas, em Austin, lidera programas de extensão universitária e treinamento para jornalistas da América Latina e do Caribe. Desenvolve também um programa de ensino a distância para ajudar os jornalistas a melhorar suas habilidades e se adaptar às demandas da revolução digital. O projeto oferece ainda um ambiente digital para cobrir jornalismo na América Latina e no Caribe, além de organizar conferências e eventos para promover e facilitar o debate e o compartilhamento de conhecimentos entre jornalistas e acadêmicos sobre como elevar os padrões do jornalismo de interesse público.

O que aconteceu na América Latina é basicamente o que aconteceu com o Jornalismo de Soluções aqui, nos Estados Unidos. [Nos EUA] Muitos de nossos editores, repórteres e produtores estavam pensando em uma solução, estavam explorando essa possibilidade de “O que há além de apenas descrever o problema? Mais alguma coisa? O que mais podemos dar aos nossos leitores?”. Eles estavam muito motivados nesse sentido, só que não estavam chamando isso de Jornalismo de Soluções e não tinham um método para isso (Gross, 2019, *online*).

Segundo a jornalista, em Cartagena muitas pessoas buscavam soluções de problemas via jornalismo e estavam felizes em aprender a metodologia por trás disso, embora manifestassem certo ceticismo em relação à abordagem.

Eles tinham perguntas como: “Como não é militância? Como posso fazer com que não soe como perfumaria e como eu dou mais robustez às reportagens? Como eu consigo investir mais tempo nisso? Leva mais tempo? É mais uma tarefa difícil do que o jornalismo tradicional?” (Gross, 2019, *online*).

Entre os profissionais que se engajaram na iniciativa, Gross (2019) ressalta que criaram ainda um grupo do WhatsApp para compartilhar experiências e aprender uns com os outros, além de terem investido em projetos colaborativos para realização de *workshops* em seus respectivos países.

Outro importante produto oferecido pela Fundação Gabo: o Laboratório de Jornalismo de Soluções, espaço de formação e acompanhamento criado pela instituição em parceria com a Rede de Jornalismo de Soluções. A intenção é promover a adoção dessa prática diária de produção em veículos tradicionais ou alternativos, analógicos e/ou digitais.

A RJS também investe em treinamentos para jornalistas sobre como escrever reportagens segundo essa abordagem, com parceiros em diversas redações ao redor do mundo. Oferece ainda o Laboratório de Aprendizado, com materiais como os *kits* de ferramentas e guias sobre o assunto, voltados a jornalistas, professores, estudantes de Jornalismo e consumidores de notícias, organizados nos níveis principiante, intermediário e avançado. A rede mantém ainda o *Solutions Story Trackers* – em português, Rastreadores de Histórias de Soluções, banco de dados com curadoria de relatórios sobre ações em prol de questões sociais que, até 2023, contabilizou 15.900 materiais produzidos por 9 mil jornalistas e dois mil veículos de notícias de 90 países. As histórias cobrem resoluções em 193 países, em 17 idiomas.

De forma paralela às iniciativas da Fundação Gabo, outros veículos lançam mão da proposta e seguem direcionando seus conteúdos para a concepção do Jornalismo de Soluções. Na Argentina, a *Red/Acción*, desde 2018, vem inovando a partir da abordagem, baseando suas

publicações em novos formatos de notícias com foco nas respostas aos problemas sociais. A plataforma nasceu por intermédio do jornalista Carlos “Chani” Guyot, até então redator-chefe do *La Nación*. O fundador tinha por objetivo explorar as fronteiras do que se entende por jornalismo tradicional, deixando de lado o excesso de negatividade e desfazendo-se do modelo de difusão para adotar uma abordagem capaz de promover a participação cidadã.

Conforme anunciado em sua página na internet, a premissa da *Red/Acción* é “Vamos fazer jornalismo humano”. Daí surge, entre outros fatores, a importância atribuída à interação com os seus públicos: dos seguidores nas redes sociais aos que participam como assinantes e membros. Através da leitura de alguns conteúdos, percebemos diferentes universos de participação, como, por exemplo, pesquisas no Instagram a trazer um problema social que permite ao público dar sua opinião ou mesmo eventos em que a dinâmica assume o formato de uma conversa, mas articulada por meio do método jornalístico.

Atualmente, a *Red/Acción* conta com 17 membros em sua equipe, divididos em cinco áreas distintas: o *site*, onde são publicadas histórias que abordam questões sociais e soluções possíveis; *newsletters* temáticas; gestão das redes sociais; revista impressa bimestral (*MONO*); e Laboratório de Experimentação Jornalística, voltado a estudantes de Jornalismo. Com exceção da revista e de algumas *newsletters*, disponibilizadas apenas para assinantes, todo o conteúdo é de acesso público.

Figura 3 – Página inicial da plataforma *Red/Acción*



Fonte: redaccion.com.ar.

Outra plataforma que vem ganhando visibilidade na América Latina é a colombiana *Pacifista!*, descrita como um projeto de conteúdo independente sobre o fim do conflito armado e a construção da paz na Colômbia. É dividida em quatro seções principais: “Leer” (histórias com foco na busca pela paz), “Ver” (séries de vídeos), “Oír” (*podcasts*) e “Memoteca” (galeria de memes).

No Chile, a *Mi Voz* apresenta-se como agência de mídias regionais do país, cujo objetivo – descrito na seção “Propósito”, em sua página na internet – é o de contribuir para a qualidade do debate nacional, a visibilidade das regiões com suas vozes e o cuidado do bem comum e do futuro dos territórios chilenos, sendo composta por 14 meios digitais dispostos em 13 regionais distintas do país. As histórias são produzidas por mais de 600 especialistas em diversas agendas-chave, que, motivados pela vocação de influenciar, conquistam reputação, participam do debate público em suas respectivas regiões e geram conteúdo em multiformato pelos meios de comunicação pertencente ao grupo. O trabalho é realizado em coordenação com editores e jornalistas da rede.

Figura 4 – Página inicial da plataforma *Mi Voz*



Fonte: medios.mivoz.cl.

Na Costa Rica, o *La Voz de Guanacaste* é o primeiro jornal bilíngue sem fins lucrativos e o único meio de comunicação hiperlocal com unidade de investigação e verificação de fatos

no país. O propósito é proporcionar o acesso a conteúdos relevantes e unir as comunidades em prol de seu desenvolvimento, destacando-se entre as temáticas retratadas as alterações climáticas; o desenvolvimento costeiro e a gentrificação; a violência contra as mulheres; a migração e a exploração laboral; a cultura e o dinheiro público. Em funcionamento desde 2002, o jornal agora utiliza o Jornalismo de Soluções para contar histórias de como os moradores estão resolvendo os problemas de suas comunidades.

Figura 5 – Página inicial da plataforma La Voz de Guanacaste

**LA VOZ** de GUANACASTE ENG ESP UNÁMONOS POR LA VOZ NOTICIAS GUANACASTE VOTA ESPECIALES DERECHOS HUMANOS AMBIENTE

CATEGORÍA: DERECHOS HUMANOS Buscar ...

**DERECHOS HUMANOS, ESPECI...**  
**Costa Rica, un albergue con goteras para el periodismo centroamericano**  
 Jul 06, 2023  
 Periodistas y medios de Centroamérica se migran a Costa Rica por la criminalización...

**REGIONAL, DERECHOS HUMAN...**  
**¿Cómo viven las personas con discapacidad a quienes el gobierno quiere sumarle impuestos?**  
 Jun 09, 2023  
 El gobierno busca gravar audífonos, sillas de ruedas, bastones, lentes y otras herramientas para...

**NOSARA, DERECHOS HUMANOS**  
**Nosara Pride: calles de Nosara se llenaron de folclor y banderas de la diversidad**  
 Jun 06, 2023  
 Jeff Chajji viajó desde El Silencio de Tilarán hasta Nosara para marchar en la...

Fonte: vozdeguanacaste.com.

Em entrevista ao *site* da *Knight Center for Journalism in the Americas*<sup>20</sup>, da Universidade do Texas (Austin), Noelia Esquivel, à frente do projeto de Jornalismo de Soluções no La Voz de Guanacaste, disse que a prática tem ajudado na missão de capacitar as comunidades por meio de informações, não apenas dizendo às pessoas o que está acontecendo, mas como está acontecendo. A jornalista pontuou que as matérias produzem *insights* para que a população enfrente problemas semelhantes àqueles apresentados nas histórias de solução e, a

<sup>20</sup> Disponível em: <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-21019-jornalismo-de-solucoes-se-espalha-na-america-latina-com-foco-de-reporteres-em-como-cid> Acesso: 15.03.2023.

partir disso, possam replicar um modelo de sucesso e, assim, serem capazes de resolver seu problema também.

Iniciativas como as apresentadas na seção vêm ganhando espaço e notoriedade na América Latina. Foi possível conhecer e analisar brevemente cada uma delas por meio da Fundação Gabriel García Márquez para o Novo Jornalismo Ibero-americano (FNPI), que reconhece e cataloga ações e veículos que se dedicam ao JS.

Também de forma breve e sucinta, percebemos que a prática jornalística aqui mencionada avança em suas contribuições sobretudo nas mídias digitais e impressas, a exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos, em 2013. Há também ações sendo implementadas em veículos independentes. Em ambos os meios evidenciados nos exemplos, encontramos pistas que nos permitem entender como as notícias são produzidas, como as redações e os profissionais se mobilizam para abarcar histórias de soluções e quais os impactos nos consumidores de conteúdos.

A análise prévia realizada nos referidos *sites* nos conduz a entender que, embora amplamente caracterizado ao longo das matérias, o JS ainda não é uma prática recorrente no âmbito audiovisual. Isso demonstra a importância da pesquisa na busca por entender as faculdades da abordagem no universo do telejornal, considerando que a televisão ainda se configura como importante meio de acesso à informação por significativa parcela da população.

Posto isso, interessa-nos ainda investigar as potencialidades do Jornalismo de Soluções para o telejornalismo, partindo da ideia de que, para grande parte da população brasileira, os noticiários de televisão se constituem como uma nova praça pública (Motta; Porcello; Vizeu, 2006), na qual o país se (re)conhece cotidianamente. Tendo como âncora o entendimento de Vizeu e Correia (2008), que sugerem o telejornalismo representado como lugar de referência para os brasileiros, conferindo a esse tipo de produção um papel semelhante ao da família, dos amigos, da escola, do templo religioso e do consumo, a próxima seção apresenta o desenvolvimento da proposta de soluções no fazer jornalístico brasileiro.

#### 4.2 A ABORDAGEM DE SOLUÇÕES NO CONTEXTO BRASILEIRO

O desenvolvimento do Jornalismo de Soluções representa um avanço significativo na evolução do fazer jornalístico brasileiro, oferecendo uma abordagem mais equilibrada e construtiva para a cobertura de questões sociais, econômicas e ambientais. As iniciativas

pioneiras e os conceitos teóricos discutidos neste capítulo demonstram o potencial dessa prática para promover a busca por mudanças sociais e inspirar ações positivas na sociedade.

O JS, como atividade que intenciona destacar não apenas os problemas, mas também as soluções e as iniciativas propositivas em uma sociedade, tem ganhado cada vez mais espaço e relevância no cenário jornalístico global. No Brasil, esse movimento tem raízes em ações que surgiram nas últimas décadas, impulsionadas por uma necessidade de redefinir o papel e a função do jornalismo em um contexto de crescente descrença na mídia tradicional e de desafios sociais complexos.

Sob essa perspectiva, a presente seção destaca a atuação do Grupo RBS, conglomerado de mídia brasileiro fundado em agosto de 1957 que, em 2019, deu início à implantação do Jornalismo de Soluções em todos os veículos do grupo. O desenho dessa trajetória foi possível a partir da realização de entrevistas com a diretora de Jornalismo e Esporte do grupo, Marta Gleich, em 16 de julho de 2022, e ainda com a gerente de Produto da Operação Multimídia em Caxias do Sul, Andreia Fontana, em 19 de julho do mesmo ano.

Marta Gleich é formada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Graduiu-se em 1985, ano em que já trabalhava na RBS como revisora. Foi repórter durante sete anos e, depois, tornou-se editora da área de Geral, tendo exercido ainda a função de editora executiva e editora chefe do jornal *Zero Hora* durante dez anos. Foi ela a implementar os jornais *online* da empresa, inaugurando os *sites* de oito jornais e, posteriormente, tornou-se diretora de Internet, cuidando da parte digital, além dos jornais, televisão e rádio. Em 2012, foi promovida a diretora de Redação do *Zero Hora* e, atualmente, atua como responsável pela Diretoria de Jornalismo e Esporte do Grupo RBS, que congrega televisão, rádios, jornais e veículos digitais. Gleich possui ainda dois MBAs: Transformação Digital e Novos Negócios, realizado na PUC, e outro recente, *Exponential Business Administration*, pela *StartSe University*. Também finalizou dois mestrados profissionalizantes em Gestão de Jornalismo e Jornalismo Digital, pelo Instituto Internacional de Ciências Sociais (IICS), em São Paulo.

Sobre a adesão à prática do Jornalismo de Soluções no grupo, ela explica que anualmente realiza uma discussão sobre como a equipe pode melhorar a qualidade do jornalismo. Para ela, trata-se de uma discussão bastante aberta, com vários repórteres, colunistas, comunicadores e editores, durante a qual se pensa sobre o estágio em que estão e a possibilidade de melhorias. Afirma ainda que isso pode ser feito com projetos, melhorias de produto, treinamentos e de várias outras possibilidades para incrementar a qualidade do jornalismo e proporcionar atualização constante. Em um desses encontros, em 2019, foi mencionado o Jornalismo de Soluções.

Não fui eu quem trouxe o tema, mas dois colegas o apresentaram de forma genérica. Nós topamos entender melhor o que seria, e eu me apaixonei pela temática e comecei a estudar a fundo. Busquei conteúdos desenvolvidos na Europa, especialmente na Escandinávia, e nos Estados Unidos. Os dois últimos são locais em que a temática segue mais desenvolvida. Eu diria que é um avanço importante do jornalismo em relação a uma visão antiga e talvez de menos comprometimento com a sociedade que nos cerca. Aqui, me refiro a quem não faz Jornalismo de Soluções (Gleich, 2022, entrevista).

O treinamento nas redações teve início a partir do conhecimento adquirido pela entrevistada, por meio de estudos autodidatas, sem a participação em cursos formais. Ela ressalta que, atualmente, há uma vasta quantidade de materiais disponíveis para este fim. Na época, porém, deu início ao projeto de Jornalismo de Soluções nas redações da RBS, a começar pelos jornais. Posteriormente, introduziu duas pessoas de destaque internacional na área, por uma iniciativa conjunta do Instituto de Jornalismo Construtivo, da Dinamarca, e da RJS, em Nova Iorque. Os profissionais das instituições ministraram aulas sobre o tema, o que se mostrou muito motivador para a equipe, de acordo com a entrevistada.

Nesse período, o Jornalismo de Soluções já estava sendo praticado em todos os veículos da RBS: televisão, rádios, jornais e plataformas digitais. Gleich destaca a presença de uma página específica chamada “Jornalismo de Soluções”, hospedada em *Gaúcha Zero Hora (GZH)*, o *site* da empresa, e no G1 RS, onde todas as matérias produzidas sob essa abordagem são compiladas. Independentemente do veículo em que foram veiculadas, é possível acessá-las nesses dois grandes repositórios.

Ao longo do tempo, essa prática tornou-se parte da cultura das redações. O Jornalismo de Soluções foi incorporado como uma prática regular, e a iniciativa revelou-se transformadora, causando impactos positivos na sociedade. Com o sucesso da implementação, o Jornalismo de Soluções passou a fazer parte da linha editorial de todas as redações da empresa, com o engajamento de todos os jornalistas. Gleich destaca que a implementação ao longo do tempo foi uma experiência interessante e que veio para ficar.

Sobre o processo de implantação, ela ressalta que toda mudança cultural em uma empresa ou grupo resulta de um esforço coletivo, destacando a importância da comunicação nesse processo, além do envolvimento dos jornalistas, principais repórteres e editores no tema em questão. O fato de assumirem a responsabilidade de discutir o assunto e participar ativamente do projeto foi considerado crucial, segundo Gleich.

O treinamento desempenha papel fundamental nesse processo de comunicação, pois é a via pela qual são explicadas as razões por trás da iniciativa. A entrevistada diz que a motivação não é apenas estética, mas sim derivada da nobreza do propósito e do reconhecimento do poder transformador e positivo dessa abordagem na sociedade.

A missão do Grupo RBS é fazer jornalismo, esporte e entretenimento capaz de conectar os gaúchos e contribuir para uma vida melhor. Nesse sentido, o Jornalismo de Soluções se encaixa como uma luva no nosso propósito. Estamos aqui para fazer jornalismo que conecte as pessoas e contribua para uma vida melhor. Não acreditamos na possibilidade de crescer, florescer, cumprir nosso papel e deixar nosso legado se não estivermos comprometidos com a melhoria da sociedade em que estamos inseridos. Isso é básico, simples, mas, na prática, vira algo gigante, que nos mobiliza a acordar, levantar e ir trabalhar todos os dias. O Jornalismo de Soluções faz o nosso propósito se tornar ainda mais poderoso e verdadeiro. É motivador e nos mostra o porquê de fazermos jornalismo (Gleich, 2022, entrevista).

Outro questionamento à jornalista diz respeito ao nível de engajamento dos profissionais do grupo após receberem os treinamentos. Gleich observa que houve variação, destacando a rápida compreensão da proposta por aqueles mais ativos no projeto, que participaram de palestras internacionais e presentes desde o início. No entanto, ela também identifica certa resistência por parte daqueles mais distantes, evidenciando a necessidade de participação e comunicação ativas para promover o engajamento efetivo.

Em seguida, a entrevistada explora o conceito do Jornalismo de Soluções, ressaltando sua distinção em relação ao simples relato de problemas. Ela enfatiza a importância de não ignorar a questão, mas dedicar mais espaço e tempo para debater possíveis soluções ou destacar exemplos de sucesso. Além disso, esclarece equívocos comuns associados ao Jornalismo de Soluções, como a confusão com um jornalismo excessivamente positivo ou bajulador.

O Jornalismo de Soluções não desconhece o problema. Tomemos um exemplo corriqueiro: o atendimento a mulheres nos postos de saúde da periferia. Digamos que a cidade tenha um problema assim. Uma coisa é você, enquanto jornalista, ir lá e apresentar o cenário, mostrando a dimensão do problema, as reclamações da comunidade em relação à falta de dinheiro, à falta de saída, às condições estruturais do posto de saúde etc. Essas são as informações que serão retratadas. O Jornalismo de Soluções foca nesse problema real, mas não fica apenas nisso, dedicando muito mais espaço, tempo e energia em debater a solução ou mostrar e colocar um holofote em quem já resolveu isso. Continuando neste mesmo exemplo do posto de saúde, o jornalista, pela abordagem de soluções, falaria que há um problema sério em relação ao atendimento de mulheres na periferia. Esse é o retrato da situação, mas ele dedica grande parte da matéria para os diferentes atores da comunidade, que de fato entendem o contexto, debaterem sobre as possibilidades de como sair do problema. Ao jornalista, cabe ainda o dever de procurar exemplos em outras cidades, estados e países de quem já resolveu algo semelhante. Assim, essa história baseada em solução é contada inspirando a comunidade que, eventualmente, esteja vivendo o mesmo embate. É como se o jornalista desse a receita do que deu certo, para que outros se inspirem a fazer igual em seu bairro, cidade etc. (Gleich, 2022, entrevista).

Para ela, o Jornalismo de Soluções é feito de duas maneiras: debatendo em profundidade e acompanhando a questão até que seja resolvida, ou apresentando quem já resolveu o problema existente na comunidade e que pode, portanto, chegar a uma solução a partir da receita de outra localidade.

Embora não seja, essa abordagem é confundido com as seguintes situações: de um eventual jornalismo “fru-fru”, bobo, meio Pollyanna, cor-de-rosa, em um contexto em que esteja tudo bem, ou um jornalismo bajulador, de adesismos a governos, que bate palmas e só mostra o que é bom. E não é nada disso. O jornalismo não deixa de ser o *watchdog* do governo, fiscalizador. É preciso criticar, mostrar o que dá errado etc. Ao mostrar a solução, a abordagem, às vezes, é confundida com um tipo de jornalismo bajulador (Gleich, 2022, entrevista).

Gleich diz ainda que esse tipo de pensamento e entendimento justifica, inclusive, a falta de engajamento dos jornalistas no início da implantação do projeto. Felizmente, o destaque que o Jornalismo de Soluções começou a ter na redação acabou incentivando as pessoas a entenderem mais rápido e praticarem de forma natural.

Ao comparar o Jornalismo de Soluções a outras abordagens jornalísticas, Gleich destaca sua semelhança com o Jornalismo Construtivo, ressaltando a necessidade de encontrar soluções em meio aos desafios enfrentados pela sociedade. Ela explica que, no caso do veículo em que atua, a adoção do termo se justifica pelo fato de que a palavra “construtivo” remete a mostrar apenas o que é bom, um jornalismo meramente positivo. “E não é. Jornalismo de Soluções

comunica melhor, pois o objetivo é encontrar solução mediante tantos problemas que enfrentamos no país. O contrário de problema é solução. Portanto, trata-se de uma nomenclatura mais condizente com nossa realidade” (Gleich, 2022).

Quanto à implementação prática no Grupo RBS, a jornalista menciona que todos os profissionais, após terem sido treinados, praticam de alguma forma o Jornalismo de Soluções. Destaca-se a importância da comunicação com o público para explicar a mudança de abordagem, visando combater fenômenos como a evasão de notícias e a fadiga informacional.

Questionada sobre o papel do jornalista em apontar eventuais soluções, Gleich é enfática em negar, citando o exemplo dos métodos de educação pós-pandemia. Para ela, o jornalista não é especialista em educação. O papel do jornalismo é abrir espaço e ser uma arena ampla onde todas as vozes, de maneira plural, possam se manifestar e debater a melhor solução para a comunidade. Quem aponta a solução é quem entende do assunto, quem vive na comunidade. Mesmo que haja opiniões divergentes, o ouvinte, o leitor ou o telespectador vai ter à disposição esses pontos de vista e tomar a decisão que julgar pertinente, segundo a jornalista.

Sobre a forma de como se deu a comunicação para que o público entendesse a mudança de abordagem, Gleich explica que a recorrência com que publicavam as histórias fez com que o conceito fosse sendo bem assimilado. Ela enfatiza também que a abordagem pode estar em uma nota, em um boletim de rádio curto ou mesmo em uma série de reportagem extensa, sem se limitar a grandes peças jornalísticas, que demandam tempo de produção, apuração etc. Por isso, é muito importante comunicar ao público o que está sendo produzido e por quê.

Tomemos como exemplo os fenômenos *News Avoidance* e *News Fatigue*. São dois fenômenos ocorridos em nível mundial, de as pessoas desligarem o noticiário porque não aguentam mais notícias ruins ou mesmo evitarem temas relacionados às desgraças ou problemas. Elas estão cansadas da quantidade de notícias negativas disponíveis e passam a evitá-las deliberadamente. O Jornalismo de Soluções combate esse tipo de fenômeno, pois dá esperança, é transformador e motiva as pessoas a se engajarem nas questões de suas comunidades, ou seja, dá poder às pessoas, que percebem sua capacidade de resolver os problemas ou de, no mínimo, debatê-los. Por fim, esse tipo de jornalismo dá argumento à sociedade para discutir os temas de suas comunidades (Gleich, 2022, entrevista).

Gleich destaca a viabilidade de incorporar o Jornalismo de Soluções em todas as editoriais, inclusive na de esportes. Essa prática foi integralmente incorporada no treinamento da equipe, incluindo os colunistas, que frequentemente emitem opiniões sobre diversos temas. Ela enfatiza que, no cerne dessa abordagem, está a inclusão de uma pergunta adicional em entrevistas e reportagens. Por exemplo, ao entrevistar um político, ao invés de se concentrar

exclusivamente nos problemas apresentados, a pergunta adicional pode ser: “Como podemos encontrar uma solução para esta situação?” ou “Qual seria a saída possível para resolver esse problema?”. Além disso, questionamentos sobre como os políticos ou economistas podem contribuir para resolver a situação são encorajados. Essa pequena mudança na abordagem, mesmo em uma breve nota, pode fazer toda a diferença no tom e equilíbrio da matéria, apresentando uma perspectiva positiva e esperançosa. Assim, Gleich ressalta que não há tema que não possa ser abordado sob a ótica do Jornalismo de Soluções. De acordo com ela, embora nem todas as matérias adotem essa abordagem, todos os temas têm potencial para seguir essa linha, proporcionando uma cobertura mais abrangente e construtiva.

Em relação aos desafios percebidos e enfrentados no dia a dia de quem trabalha com histórias de soluções, ela destaca a falta de preparo das fontes para perguntas focadas em respostas propositivas, haja vista que estão, na maioria das vezes, aptas e preparadas para dizer claramente e discorrer longamente sobre o problema. Segundo Gleich, os entrevistados esclarecem com muita naturalidade o que é o problema, mas, quando questionados sobre como avançar, a conversa torna-se mais complexa. Outro desafio descrito por ela está em encontrar aqueles que resolveram determinado problema.

A gente procura, procura, procura e não acha. Nós fizemos algo bem interessante, criando uma interface com todas as universidades do estado do Rio Grande do Sul contando sobre nosso projeto de implementação do Jornalismo de Soluções. Isso porque as universidades são importantes celeiros de projetos ligados às suas comunidades, sobretudo focados na solução de problemas. É uma mina de ouro para o Jornalismo de Soluções. Então, vamos às universidades e conseguimos encontrar algum pesquisador que está fazendo um projeto sensacional para resolver o problema da alfabetização de crianças carentes, por exemplo. Foi sensacional o momento em que começamos a dar visibilidade para essas iniciativas. E, felizmente, o mundo está repleto de exemplos espetaculares, mas nem sempre estamos com o olhar voltado a isso. Começar a dar vazão a iniciativas assim e mostrar as soluções são pontos muito motivadores (Gleich, 2022, entrevista).

A diretora de Jornalismo ressalta que há ainda outra dificuldade, relacionada a tornar mais atrativas algumas matérias focadas em soluções, pois, em uma sociedade marcada pela atenção fragmentada, há a disputa pela atenção do público, que nem sempre para por uma hora para prestar atenção em algo mais aprofundado em uma matéria de fôlego. Segundo ela, é mais comum se debruçar sobre uma matéria relativa à rotina de uma celebridade, por exemplo. Portanto, fazer um interessante conteúdo de solução, considerando temas às vezes áridos e menos chamativos, transforma-se em um grande desafio.

No Grupo RBS, Gleich esclarece que a editoria de educação se destaca. Isso se justifica porque, historicamente, o veículo acredita que muitos problemas são solucionados no país por meio da educação. Trata-se, portanto, de um assunto amplamente abordado sob o viés do Jornalismo de Soluções, trabalhado com especial interesse. Ela ainda destaca assuntos ligados ao desenvolvimento social e econômico, inovação, empreendedorismo e uma série de áreas consideradas importantes para abarcar possíveis soluções.

Questionada sobre a implantação do JS no telejornalismo, levando em conta, de um lado, a rotina mais dinâmica para a produção das notícias e, de outro, a necessidade de aprofundamento, tão caro à prática de soluções, a entrevistada enfatiza não haver desculpa para deixar de fazer JS na TV, sendo possível apurar uma pauta normalmente, sem precisar falar com mais fontes ou demandar mais tempo de produção. Como ressaltado por Gleich, o que muda é o tipo de abordagem, focada na solução do problema. Assim, não se trata de uma questão de meio, mas uma frase a mais é crucial para encontrar a saída.

Outras considerações sobre a prática do JS no Grupo RBS foram destacadas em entrevista com Andreia Fontana, gerente de Produto da operação multimídia em Caxias do Sul (RS). Graduada em Jornalismo pela Universidade de Caxias do Sul, ela acumula duas especializações em Gestão de Comunicação, uma pela ESPM e outra pela Universidade de Navarra, além de ter frequentado o Instituto de Ensino Superior em São Paulo.

Com uma carreira de 28 anos na RBS, Fontana iniciou sua jornada como diagramadora em um jornal então adquirido recentemente pela empresa em Caxias do Sul, enquanto ainda frequentava o Ensino Médio. O convite para trabalhar na diagramação veio de uma professora que reconheceu sua habilidade comunicativa.

Posteriormente, dedicou-se ao jornalismo e se tornou editora de arte, responsável pela secretaria gráfica e revisão de páginas. Com crescente interesse em tecnologia, participou de diversas mudanças nos jornais da RBS, além de treinar equipes em *softwares* de diagramação, redação e edição.

Após trabalhar em jornais da RBS, em Santa Catarina, mudou-se para um jornal do Grupo em Santa Maria, onde pôde explorar sua paixão pelo jornalismo de texto e apuração. Ao longo dos anos, desempenhou diversos papéis, incluindo o de diretora executiva e editora-chefe do *Diário de Santa Maria*. Seu retorno para Caxias do Sul ocorreu em 2015, onde continuou como editora-chefe do jornal *O Pioneiro*. Em 2018, foi promovida a gerente de Jornalismo na RBS, supervisionando todas as redações integradas, tanto em rádio, TV e jornal tanto impresso quanto digital.

Durante sua permanência em Santa Maria, entre 2008 e 2015, também lecionou Jornalismo, atividade que a estimulava a estudar mais e a se aprofundar em diversas áreas. Para ela, o ambiente acadêmico proporciona uma oportunidade única de crescimento intelectual, complementando sua atuação na redação.

Na ocasião da entrevista, realizada em 19 de julho de 2022, via plataforma Teams, a jornalista compartilhou sua jornada de descoberta e implementação do Jornalismo de Soluções no Grupo RBS. Fontana descreveu como conheceu o conceito durante debates nos comitês editoriais da empresa, em que a qualidade do jornalismo era uma preocupação constante. Revelou que, mesmo antes de conhecer o termo “Jornalismo de Soluções”, os profissionais do grupo já estavam praticando essa abordagem de forma intuitiva. A revelação a animou profundamente, pois via nesse enfoque uma oportunidade de moldar positivamente a percepção do jornalismo no mundo.

Quanto à implementação do Jornalismo de Soluções, Fontana explicou que foi uma resposta à tendência global de afastamento do público devido ao excesso de notícias negativas. A constatação de que as pessoas se sentem desanimadas ao se depararem com manchetes repletas de tragédias e problemas resultou no início da exploração do Jornalismo de Soluções como forma de contrapor essa percepção negativa. A observação de experiências bem-sucedidas em outras regiões, nas quais essa abordagem promovia um diálogo mais positivo e construtivo, levou à decisão de adotá-la em suas práticas jornalísticas.

Fontana compartilhou detalhes sobre o treinamento dos profissionais para praticarem o Jornalismo de Soluções no dia a dia. No Grupo RBS, a transição começou com a participação em *workshops* que exploravam essa abordagem, experiências relacionadas ao conceito em diferentes contextos globais e os princípios fundamentais por trás do Jornalismo de Soluções. Todos os jornalistas foram envolvidos nesse processo, adaptado para ocorrer *online* durante a pandemia.

A implementação do JS exigiu uma significativa mudança cultural, especialmente devido à tendência anterior de focar em notícias negativas e problemas. No entanto, essa abordagem foi vista como uma oportunidade de diversificar as narrativas jornalísticas e promover um diálogo mais construtivo com o público. A criação de um guia de práticas ajudou a orientar as redações, mas houve desafios iniciais devido à falta de familiaridade e à tendência de valorizar o jornalismo investigativo tradicional.

A preocupação em evitar a aparência de adesismo político ou de produzir conteúdo considerado superficial também foi um ponto de atenção. À medida, porém, que a equipe se familiarizava mais com o Jornalismo de Soluções, percebia-se que a abordagem não apenas

facilitava o diálogo, mas também incentivava a busca por soluções e alternativas para os problemas.

No contexto dos telejornais, a implementação do Jornalismo de Soluções enfrentou desafios adicionais devido à natureza dinâmica e imediatista desse meio, mas a equipe aprendeu a adaptar a abordagem, buscando histórias que destacassem soluções e iniciativas positivas, mesmo dentro de um formato mais tradicional de noticiário televisivo. Exemplos práticos foram explorados, como a busca em outras cidades por soluções para problemas locais e a identificação de iniciativas simples, mas eficazes, que poderiam ser replicadas em outras comunidades.

Segundo Fontana, a nova abordagem não apenas transformou a maneira como as notícias eram relatadas, mas também incentivou uma mudança na mentalidade jornalística, promovendo uma visão mais otimista e proativa no jornalismo do Grupo RBS.

Ao falarmos sobre o conceito de empreendedores sociais, ou seja, aquelas pessoas diretamente envolvidas em algum projeto inovador com vista à solução de um problema social, formulado por David Bornstein, um dos fundadores da RJS, nos EUA, questionou-se sobre como esses personagens poderiam ser encontrados no contexto brasileiro.

Nós chamamos essa prática de “círculo virtuoso”. Quanto mais a gente tenta mostrar, mais aparece. Um dos nossos trabalhos iniciais ao lidar com a prática foi manter um diálogo frequente com todas as universidades do Rio Grande do Sul. Apresentávamos ao reitor, por exemplo, a prática do Jornalismo de Soluções, informando como funciona e quais benefícios traz. A partir daí, manifestávamos nosso desejo de conhecer iniciativas desenvolvidas por professores, programas de extensão e projetos realizados em grupos de pesquisa, entre outras. Não significa que tudo o que for abordado irá virar uma pauta, mas serão subsídios para analisarmos. A partir daí, recebemos centenas de ideias fantásticas. Exemplo: descobrimos uma produção de flores que não existem no Brasil a partir de sementes importadas. A pessoa possui um lote pequeno e é capaz de produzir flores caras para serem vendidas. Esse é apenas um exemplo, mas podemos citar diversos outros. Foi assim que começamos a encontrar as iniciativas. Treinamos o olhar para encontrar essas pautas. Sabemos que é mais trabalhoso debater solução em vez de problema. É um viés diferente. Nós, jornalistas, temos o olhar treinado para enxergar o problema, mas começamos a incentivar nossos profissionais a aguçarem o olhar para encontrar onde está a solução de determinada questão ou mesmo alguém que tenha descoberto possibilidades. Durante a pandemia de Covid-19, encontramos iniciativas que apoiavam a distribuição de alimentos, destinavam ajuda financeira ou prestavam outros tipos de suporte, inclusive por meio de projetos nas universidades, que são celeiros de ideias (Fontana, 2022, entrevista).

Ambas as entrevistas se mostraram eficientes para evidenciar todo o processo de implantação da abordagem de soluções em um conglomerado de mídia brasileiro. Mais que as

mudanças ocorridas na rotina dos profissionais, a partir da lógica de buscar alternativas e propostas eficazes aos problemas sociais, o novo cenário revelado pela iniciativa do Grupo RBS demonstra o quanto é possível atuar com o JS em grandes redações e, especificamente, no telejornal.

As falas das profissionais demonstram também algumas estratégias reveladas a partir da implementação do Jornalismo de Soluções no Grupo RBS e que representam, ainda, ações exitosas a serem consideradas por outros veículos ao redor do país. São elas: *i)* identificação de problemas locais – os telejornais poderiam dedicar recursos para identificar questões específicas em suas comunidades locais, o que envolve pesquisas, entrevistas e análises aprofundadas para entender as questões que afetam diretamente as pessoas na região; *ii)* abordagem construtiva – em vez de apenas relatar problemas de forma sensacionalista, o foco recairia em encontrar soluções ou iniciativas positivas relacionadas aos problemas identificados, com a possibilidade de incluir histórias de pessoas ou organizações que estão fazendo a diferença de maneira significativa; *iii)* parcerias com instituições e especialistas – o Grupo RBS trabalhou juntamente com universidades e instituições de pesquisa para desenvolver reportagens mais aprofundadas e embasadas em dados, abordagem que também pode ser adotada por outros veículos de telejornalismo para garantir a qualidade e a credibilidade das reportagens sobre soluções; *iv)* engajamento da comunidade – sua promoção é fundamental para o Jornalismo de Soluções, com a organização de eventos, fóruns ou debates realizados pelos telejornais para envolver a população local na discussão de problemas e soluções, além de receber *feedback* sobre o impacto das reportagens; *5)* acompanhamento e avaliação – após destacar uma solução ou iniciativa positiva, é importante acompanhar e avaliar seus resultados ao longo do tempo, algo que ajuda a mostrar a eficácia das ações e também a identificar áreas ainda carentes de atenção.

#### 4.3 OPORTUNIDADES PARA O TELEJORNALISMO BRASILEIRO: ALGUNS EXERCÍCIOS DE ANÁLISE

Esta seção destina-se a apresentar alguns exercícios de análise que marcam o percurso da pesquisa. Entender como a temática dos direitos humanos estava imbricada nos telejornais brasileiros foi o objetivo pretendido originalmente. A proposta era compreender de que maneira o telejornalismo brasileiro poderia atuar no sentido de apresentar soluções para temas que abordassem a perspectiva do direito à vida, sob a justificativa de impulsionar o debate e garantir

a efetivação desses direitos. Para isso, a ideia era, inicialmente, observar como o assunto emergia nas tela tal direito, tomando como objeto de pesquisa empírica os telejornais o *Jornal Nacional* (Rede Globo) e o *Jornal da Cultura* (TV Cultura), a serem, então, submetidos à metodologia da Análise da Materialidade Audiovisual (AMA).

A intenção era a de explorar as possíveis relações entre o jornalismo e os Direitos Humanos, especialmente o direito à vida, considerando a intersecção evidente entre seus pressupostos fundamentais. Esses possíveis cruzamentos precisariam ser evidenciados e estrategicamente articulados para que ambos fortalecessem suas ações na sociedade contemporânea.

Nessa tarefa, alguns artigos foram produzidos a partir de acontecimentos específicos noticiados nos telejornais caracterizados como objetos de pesquisa. Foram considerados como exercícios de análise, a partir dos quais a temática foi sendo acurada, bem como as fichas de avaliação – um dos passos realizados no decorrer da AMA (Coutinho, 2018). Para esta seção, selecionamos três textos que exemplificam o percurso da pesquisa e que contribuíram para a formação do tema da tese. Resumidamente, são apresentados a seguir:

#### **4.3.1 Telejornalismo, racismo e direitos humanos no caso João de Freitas**

No dia 19 de novembro de 2020, às vésperas das comemorações do Dia da Consciência Negra no Brasil, João Alberto Freitas foi agredido e morto nas dependências do supermercado Carrefour, em Porto Alegre (RS). A morte de um brasileiro negro gerou uma onda de protestos nas ruas de todo o mundo, ganhando destaque nos principais telejornais do país. Nas telas, as notícias ratificavam os discursos da rua, sobretudo aqueles que apontavam para um crime racial. A partir desse cenário, o trabalho teve por objetivo analisar a cobertura realizada pelo *Jornal Nacional* (JN), da Rede Globo, buscando evidências, à luz da metodologia da AMA, que nos possibilitaram afirmar em que medida o telejornalismo cumpriu sua função de não apenas denunciar um suposto crime motivado por questão racial, mas também propor caminhos para um conhecimento efetivo relacionado aos direitos humanos.

O texto destacou ainda algo que marca à exaustão as discussões estampadas nos telejornais e nos clamores da sociedade: a grave e bárbara violação de um dos mais imprescindíveis entre os direitos humanos: o direito à vida, previsto no Artigo 3 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (DUDH), promulgada em 10 de dezembro de 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU), anos após o fim da Segunda Guerra Mundial (de 1939

a 1945), período em que boa parte da população se encontrava abalada pelo sofrimento das vítimas do Holocausto. O objetivo da declaração era delinear direitos humanos básicos e construir um novo mundo sob alicerces ideológicos, buscando também evitar guerras e promover a paz e a democracia. Desde então, nota-se certa preocupação em âmbito mundial com toda e qualquer violação desses direitos, especialmente quando relacionados às minorias.

Nesse cenário, competiria ao jornalismo, em alguma medida, contribuir para a formação de uma cultura de direitos humanos, de forma que suas produções fossem capazes de fazer o cidadão compreender tais direitos como indispensáveis para uma vida mais digna em sociedade. Em especial ao telejornalismo, caberia o papel de fornecer informações eficientes, para dar subsídio à população na tomada de decisões, sejam políticas, civis ou econômicas, fazendo, desse modo, as pessoas exercerem sua cidadania de forma ativa. Portanto, o pontapé para a análise baseava-se na ideia de que as narrativas jornalísticas são de suma importância para a construção e interpretação da realidade.

A hipótese era a de que, para além de um crime racial – assassinato de João Alberto Freitas em Porto Alegre (RS), em 19 de novembro de 2020, ocorrido na véspera do Dia da Consciência Negra –, o fato poderia ter sido tratado também a partir da perspectiva da violação de um direito humano. Isso porque essa morte, nas condições em que se deu, fere frontalmente o direito à vida, preconizado na *DUDH*, a qual esclarece que “todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (*Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948).

Entender alguns fenômenos que emergem da sociedade a partir do viés comunicacional pressupõe jogar luz sobre uma questão central e necessária para nosso trabalho: analisar como a sociedade constrói a realidade e de que forma o jornalismo, sobretudo aquele realizado em televisão, se coloca como construtor ou mesmo como intérprete da realidade para os indivíduos nesse cenário.

Para o debate, trouxemos as proposições da obra *A construção social da realidade*, que aborda a Sociologia do Conhecimento. Segundo os autores, Berger e Luckmann (2014), o interesse sociológico nas questões da realidade e do conhecimento justifica-se inicialmente pelo fato de sua relatividade social – a saber, o que é real para um monge tibetano pode não o ser para um homem de negócios americano ou, ainda, o conhecimento do criminoso é diferente daquele entendido pelo criminalista, para expor alguns exemplos. Seguindo esse pensamento, os conceitos referem-se a contextos sociais específicos, e as relações precisam ser incluídas na correta análise sociológica de cada um. “A necessidade da Sociologia do Conhecimento está, assim, dada já nas diferenças observáveis entre as sociedades em termos daquilo que é admitido como ‘conhecimento’ nelas” (Berger; Luckmann, 2014, p. 13). Ambos consideram a realidade

como um fenômeno social, ou seja, “a realidade é construída socialmente” (2014, p. 11), e a Sociologia do Conhecimento tem a tarefa de analisar de que forma esse fato acontece.

Embasada nessas considerações, a abordagem empírica considerou a metodologia da AMA, a partir de uma ficha de análise construída por meio da articulação de perguntas e/ou eixos de análise que se constituem no fluxo de leitura e experiência de contato com a cobertura telejornalística tomada como recorte, buscando o entendimento sobre como o *JN* evidenciou a promessa de ser intérprete da realidade e difusor de temáticas relativas à defesa dos direitos humanos.

Com o recorte definido – ou seja, a reportagem exibida pelo *JN* no dia 20 de novembro de 2020 sobre o assassinato de Freitas –, definiu-se como pontos de análise, depois de uma primeira leitura de todo o corpo da amostra, o tipo de abordagem desde o anúncio da reportagem, a criticidade, as fontes (considerando o tempo e o teor da fala, bem como possível espaço para opiniões contraditórias e de que forma esse espaço é dado), a construção da narrativa a partir da cronologia dos fatos, as inserções de arte, os efeitos de edição, as informações paratextuais e ainda o papel que os próprios telejornais assumem na cobertura – a partir das proposições de Kellner (2001), segundo as quais a mídia pode reproduzir ou enfraquecer certos discursos.

O repositório *Globoplay*, no qual a reportagem foi acessada, não oferece por completo a edição do telejornal em análise. Portanto, nossa pesquisa se dá a partir da cabeça de reportagem, ou seja, do texto lido pelo apresentador para anunciar a matéria. Uma das primeiras observações feitas pelo âncora William Bonner diz respeito ao fato de a vítima ser um homem negro. Após apresentar ainda o perfil dos agressores, ele acrescenta como autoridades e representantes de entidades da sociedade civil se mobilizaram para protestar e denunciar o crime como um ato de racismo. A partir desse momento, já é possível encontrar indícios de que a matéria faz referência ao caso como um assassinato motivado por questões de raça.

A matéria apresenta imagens da agressão, registradas no estacionamento do Carrefour, enquanto o repórter, em *off*, narra o fato, que, segundo ele, durou cinco minutos e vinte segundos entre o início da agressão e o momento em que os seguranças soltaram a vítima. Há o *sobe som* quando a vítima pede ajuda e ainda quando uma das funcionárias intimida as pessoas que estão filmando.

Na passagem<sup>21</sup>, o repórter Jonas Campos, em Porto Alegre, apresenta as informações apuradas com a Polícia Civil, segundo as quais, momentos antes de ser espancado, Freitas deu um soco em um dos seguranças. Os vigilantes Giovane Gaspar da Silva, policial militar temporário, e Magno Braz Borges foram presos em flagrante após constatação de homicídio doloso triplamente qualificado, por motivo fútil, asfixia e recurso que impossibilitou a defesa da vítima. Ainda na passagem, o repórter informa que a Justiça havia decretado a prisão preventiva dos seguranças.

Informações adicionais são trazidas pela delegada Roberta Bertoldo. Ao longo de 30 segundos da reportagem, ela explica sobre a possibilidade de outras pessoas, presentes no momento da agressão, serem investigadas por omissão de socorro. As imagens são oriundas de uma coletiva de imprensa. Isso é evidenciado quando um repórter não identificado, presente no local da agressão, perguntou se ela considerava o fato de ele ser negro como decisivo para os seguranças o agredirem daquela forma. Ela responde que a Polícia Civil, iniciando a investigação, naquele momento não estava descartando nenhuma hipótese em relação ao caso, mas que, até então, não haviam vislumbrado nenhum indicativo de que pudesse estar relacionado a racismo. O tempo de fala da delegada, ao explicar as possíveis motivações do crime, foi de quase dois minutos (03min35s a 05min30s).

Outras fontes são ouvidas ao longo da cobertura, como Paulão Paquetá (10 segundos), presidente da Associação de Moradores Amigos do Obirici. Ele testemunhou a agressão, e o pai de Freitas (57 segundos), lamentando a covardia com que os seguranças agrediram seu filho. Há ainda a exibição de um vídeo do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), publicado nas redes sociais. Nesse vídeo, ele lamenta o ocorrido, aparecendo ao lado da chefe de Polícia Civil em Porto Alegre e do comandante da Brigada Militar.

A reportagem aponta ainda um retrato 3x4 da vítima, estampado na tela enquanto o *off* do repórter resgata a trajetória da vítima, trabalhador autônomo, pai de quatro filhos, residente a 600 m do supermercado. Segundo a Polícia Civil, ele tinha antecedentes criminais por violência doméstica, ameaça e porte ilegal de arma.

Outro ponto destacado na cobertura: o protesto realizado em frente ao supermercado por um grupo de vereadores negros, eleitos no último pleito, em 2020. Imagens exibem cartazes com a frase “Vidas negras importam”, em referência ao movimento Black Lives Matter,

---

<sup>21</sup>Paternostro (1987, p.147) descreve a passagem como a gravação feita pelo repórter no local do acontecimento, com informações, para ser usada no meio da matéria. A passagem reforça a presença do repórter no assunto que está cobrindo e, portanto, deve ser gravada no desenrolar do acontecimento.

organização contemporânea de ativistas norte-americanos contra a violência direcionada às pessoas negras.

Sobre as inserções de artes para otimizar a experiência com a produção audiovisual ou ainda para facilitar o entendimento do telespectador, o telejornal exibe as notas do Grupo Vector, responsável pela contratação dos seguranças, e do supermercado Carrefour.

Por fim, no estúdio, William Bonner faz um panorama do caso e dos desdobramentos até a ocasião do encerramento da reportagem. Informa a regularidade das operações do Grupo Vector, que, porém, ainda passaria por outras inspeções, segundo a Polícia Federal (PF). Ainda de acordo com a PF, um dos vigilantes é profissional e tem autorização para o trabalho, apesar da ausência de vínculo com a empresa de segurança. Ele teve a carteira suspensa. Já o outro segurança não possui carteira. Renata Vasconcellos informa, ainda, que o advogado de Magno Braz Borges disse estar aguardando as perícias e só iria se manifestar em juízo. Bonner finaliza a narrativa ressaltando que a equipe do telejornal ainda não havia conseguido contato com a defesa de Giovane Gaspar da Silva.

O trabalho está estruturado em forma de artigo, buscando responder conceitual e empiricamente ao seguinte problema: como a temática dos direitos humanos foi abordada na referida cobertura, considerando o telejornalismo como lugar onde essas discussões pudessem ocorrer?

Na conclusão, consideramos que o assassinato foi tratado como um caso factual, constatação feita a partir da observação do tempo de exibição da reportagem (10 minutos e 28 segundos). Assim, depreende-se que o tempo destinado à cobertura não foi suficiente para aprofundar a discussão referente à violação de um direito humano sofrida por Freitas. Se o telejornal é um importante norteador do pensamento coletivo e produtor de significados que contribuem para a construção da realidade, aprofundar o debate sobre a defesa do direito à vida de todo cidadão seria o ensejo ideal para a concretização desse pressuposto.

O trabalho destacou que a conscientização sobre os direitos humanos é extremamente necessária no Brasil, onde as violações são recorrentes e ocorrem em diferentes âmbitos sociais, seja por omissão ou negligência do Estado na promoção de direitos, por instituições que muitas vezes não reconhecem os direitos das pessoas ou nas relações interpessoais, marcadas por violência e desrespeito à dignidade humana. Tais violações acontecem em um contexto de ignorância e preconceito em relação a esse conjunto de direitos, que deveriam ser enfrentados por ações educativas. Caberia ao telejornalismo, portanto, o papel de construtor de insumos para educar a sociedade quanto à importância da defesa dos direitos humanos e à necessidade urgente de repudiar toda e qualquer manifestação contrária a isso. Fica evidente também a

ausência de informações ou menções aos direitos humanos, embora a reportagem tenha relação intrínseca com o tema.

Em contrapartida, outros indícios apontam para o cumprimento da função do *JN* como intérprete da realidade. O telejornal apresentou uma narrativa clara sobre o caso, deu voz a quem de fato testemunhou o incidente e destinou parte da cobertura à fala da delegada, que esclareceu de forma imparcial sobre a possibilidade de o crime ter sido motivado por questão de raça, embora não tenha sido ainda comprovado até a conclusão do presente trabalho.

A partir das inserções das artes, elucidando as notas de esclarecimento das empresas envolvidas, percebe-se o compromisso do telejornal de abrir espaço também para as instituições que, em certa medida, tiveram a reputação maculada mediante o assassinato de João Alberto.

Retomando às ideias de Kellner (2001), segundo quem a mídia pode reproduzir ou enfraquecer os discursos reacionários ou mesmo de racismo, acredita-se que, por meio da reportagem, o telejornal conseguiu jogar luz sobre a causa antirracista. Para isso, colocou em tela os protestos e as mobilizações que sucederam à morte de Freitas e apresentou as tomadas de decisão e as falas de autoridades – tudo isso em meio a forte comoção.

A produção analisada contribuiu, mesmo que timidamente, para o avanço da pesquisa sobre um fazer jornalístico brasileiro ainda mais alinhado às propostas da *DUDH*, em especial aquela que trata do direito à vida – nos supermercados, nas ruas e também nas telas.

#### **4.3.2 Embate entre direitos humanos e segurança pública: a operação policial no Jacarezinho narrada pelo *Jornal Nacional***

Além das potencialidades e novas experiências de “ver”, o telejornalismo desponta na contemporaneidade com múltiplas perspectivas de pesquisa. Seguindo essa premissa, o presente exercício de análise, a partir de um acervo de proposições teóricas sobre jornalismo, direitos humanos e violência policial, considerou como objeto de pesquisa empírica novamente o *JN* (Rede Globo) para investigar como se deu a cobertura da operação policial no Jacarezinho, no dia 6 de maio de 2021, que resultou na maior chacina já efetivada no Rio de Janeiro. Buscaram-se também evidências capazes de demonstrar o compromisso do telejornal em noticiar e aprofundar o conhecimento sobre o debate a respeito dos Direitos Humanos.

Na referida data, a Polícia Civil encabeçou uma ampla operação contra o narcotráfico na favela do Jacarezinho, na Zona Norte do Rio de Janeiro(RJ). Os policiais foram recebidos com tiros, que mataram um agente. A ação, que durou mais de seis horas, terminou com a morte de 28 pessoas, consagrando-se como a mais sangrenta da história do Rio de Janeiro (cidade e

estado) que há anos se destacam nas estatísticas brasileiras pela letalidade de suas forças de segurança.

A eloquência dos dados nos possibilitou constatar um problema generalizado. No Brasil, um dos países mais violentos do mundo, as forças policiais são responsáveis por parte significativa das mortes violentas. Só em 2020, policiais militares e civis no país causaram a morte de 5.660 pessoas, segundo dados do Monitor da Violência, publicado pelo *GI* em 10 de maio de 2018 e atualizado em 22 de abril de 2021.

A recorrência da barbárie noticiada encontrou respaldo no próprio documento que deveria determinar e regulamentar os atos considerados pelo legislador como infrações penais. Segundo o Artigo 23 do *Código penal*, “não existe crime se o agente o pratica em estado de necessidade, em legítima defesa ou em estrito cumprimento de dever legal/no exercício regular de direito” (*Código penal*, 1940). Dessa forma, criminaliza-se a vítima antes mesmo da investigação, supondo-se a inocência do policial que praticou o homicídio em legítima defesa. Embora essa nomenclatura tenha sido implementada como mecanismo para amparar legalmente o agente policial, tem cedido espaço a graves distorções, garantindo a impunidade de homicídios praticados por policiais.

O referido episódio em Jacarezinho nos instigou a olhar para o jornalismo televisivo como lugar comprometido com as causas dos direitos humanos, apesar de todas as críticas e disputas de poder que o cercam. Consideramos ainda que esse meio funciona como um espaço público fundamental para mostrar diversos aspectos da complexa sociedade atual e proporcionar um entendimento mais geral do que ocorre nas inúmeras esferas sociais. Sua pujança reside no fato de alcançar as muitas camadas sociais e se destacar em comparação às outras modalidades de jornalismo.

Neste ponto, trazemos a proposição de Wolton (2006), para quem a televisão se tornou uma forma de laço social, que pauta as discussões dos indivíduos no dia a dia. Esse espaço central de visibilidade nos pareceu uma passagem obrigatória para os temas relacionados aos direitos humanos, contribuindo para a reflexão sobre o exercício de direitos e deveres, ainda que de forma normativa.

A reportagem, intitulada “Operação policial com 25 mortes no Jacarezinho é a mais violenta da história do RJ”, foi ao ar no dia 6 de maio de 2021, no *JN*, com duração de oito minutos e 50 segundos. Enquanto promessa, a notícia buscou tornar públicas as informações sobre a operação policial no Jacarezinho, considerada uma das favelas mais violentas da cidade. No telejornal, a ação foi categorizada como a mais letal da história do estado, realizada sob o pretexto de desarticular uma quadrilha de traficantes de drogas que, entre outros crimes, era

suspeita de aliciar menores de idade. Até o momento da exibição do programa, 25 mortes haviam sido contabilizadas, justificando o título da reportagem. Ao longo da operação, contudo, o número subiu para 28.

Para a análise, nos valem do conceito de acontecimento, norteador dos trabalhos das pesquisadoras Vera França e Suzane Lopes (2017) para classificar a ação policial, que ganhou destaque nas telas dos principais telejornais do país, com intensa repercussão, inclusive no plano internacional. Para elas, o acontecimento, em uma perspectiva pragmatista, refere-se a uma ocorrência, “um fato do cotidiano com grande poder de afetação, que suscita inquietações, demanda escolhas e provocações, convoca e revela sentidos” (2017, p. 73 e 74). Assim, o potencial do Acontecimento reside no desafio de identificar tendências que apontam para a preservação e/ou renovação da vida social. São interessantes também as possibilidades analíticas do conceito no âmbito metodológico, ou seja, a maneira como pode ser operacionalizado no contexto de uma pesquisa científica.

Nesse sentido, elas apontam cinco possíveis abordagens, considerando Quéré (2005, p. 60): o poder hermenêutico do acontecimento, a dupla vida do acontecimento, a passibilidade do acontecimento, a espetacularização do acontecimento e, por fim, a individualização do acontecimento. A partir dessas categorizações, encontramos na proposição sobre a passibilidade um operador analítico para desvendar quais indivíduos são afetados por determinada emergência social, como se configuram sendo convocados como público, quais as suas (re)ações e afetações. Quéré (2014, p.191) denomina “poder de afetação” como o “modo como essas ocorrências [acontecimentos] tocam a experiência dos sujeitos” e sua capacidade de gerar ações em consequência.

A partir dessa concepção, recorreremos às promessas teóricas e metodológicas procedentes do conceito de acontecimento para analisar a reportagem sobre a ação policial no Jacarezinho, notadamente exibida no *Jornal Nacional*. Como aspirações metodológicas, contamos ainda com a metodologia da AMA (Coutinho, 2018) e a Dramaturgia no Telejornalismo (Coutinho, 2012).

Enquanto percurso metodológico, construímos uma ficha de avaliação, cujos eixos nos ajudaram no processo de análise. Assim, nossa investigação foi conduzida pelas principais questões mencionadas a seguintes. Qual promessa a notícia propõe? Tal promessa está vinculada à defesa e garantia dos direitos humanos? Há aspectos de encenação e elementos espetaculares na atuação dos profissionais que sinalizem a existência de uma dramaturgia? Quais são os personagens em cena? Quais públicos foram mobilizados? De que forma eles foram afetados pelo acontecimento? Quais reações foram provocadas entre eles? A partir destas

perguntas, iniciamos a análise que nos serviu como guia para a construção das inferências apresentadas ao longo deste tópico.

Ainda quanto às fichas de avaliação, Coutinho (2016) reforça que essas “balizas e parâmetros de análise” devem ser formulados tendo-se em vista as questões de pesquisa e o referencial teórico utilizados, podendo contemplar tanto questões quantitativas quanto qualitativas. A ficha de avaliação, então, é construída como um conjunto de perguntas dirigidas ao *corpus*, uma espécie de entrevista que segue uma pauta previamente estabelecida.

Para a análise, consideramos apenas a primeira reportagem sobre o acontecimento, sem levar em conta a chamada na cabeça do telejornal. O acesso ao vídeo se deu via *Globoplay*, repositório da emissora. A partir da edição na íntegra do telejornal do dia 6 de maio de 2021, seguimos para a referida matéria a ser analisada, que abriu o segundo bloco do programa.

Logo no início, a narrativa evidencia as posições assumidas por “mocinhos” e “bandidos”, por meio de imagens realizadas a partir do Globocop, helicóptero da emissora, mostrando fugitivos saindo pelos telhados das casas, à medida que policiais fortemente armados vão ao encontro dos suspeitos.

Imagens amadoras exibem os agentes interpellando um grupo de mulheres conhecido como Mães de Manguinho. Segundo o repórter Paulo Renato Soares, elas denunciavam a atuação dos policiais, que não queriam apenas prender os suspeitos, mas matá-los, relatando ainda outros abusos da corporação. Novas imagens feitas por moradores apresentam os protestos na favela, além de denúncias feitas à polícia por meio de vídeos divulgados nas redes sociais digitais, desvelando, literalmente, os rastros de sangue nas ruas e no interior das casas. Sobre essa estratégia, Coutinho e Mata (2010) explicam que a inserção de falas e depoimentos de populares ajuda a fortalecer a relação de confiança e pertencimento com os telespectadores, articulando ainda os vínculos do telejornal com seus públicos e sua própria identidade.

Sob outro ponto de vista, a partir das considerações relacionadas à dramaturgia no telejornalismo, as imagens e os relatos despontam como elementos que remetem à espetacularização da ação policial no Jacarezinho.

As fontes utilizadas na reportagem são, especialmente, moradores que vivenciaram a situação e relatam detalhes da ação policial. Moradores alegam que chegaram a testemunhar mais de uma execução sumária. As vozes e imagens dos rostos são devidamente alteradas e desfocadas para proteção das fontes. Vídeos amadores mostram ainda as pessoas que estavam como passageiros da linha de metrô na ocasião dos tiroteios.

Do Globocop, o repórter narra as imagens de policiais na linha de tiro, avançando para a favela armados com fuzis. Vídeos feitos em celulares mostram o apelo de moradores quando

a operação começou: “Que Deus proteja a todos. As crianças, os trabalhadores que neste momento estão saindo para trabalhar” (*Jornal Nacional*, 00min33s, 2021).

A reportagem revela ainda o confronto não tão latente entre os defensores de direitos humanos e os agentes de segurança pública. De um lado, há as falas do subsecretário operacional da Polícia Civil, Rodrigo Oliveira, afirmando, em coletiva, que a corporação não comemorou a ação, mas ratifica que “não se furta de fazer com que a sociedade de bem tenha seu direito de ir e vir garantido” (*Jornal Nacional*, 07min13s, 2021). Segundo ele, não seria razoável supor que crianças menores de idade fossem aliciadas para o tráfico de drogas. O delegado Felipe Curi atesta o discurso, dizendo que se tratava de 24 mortes de “criminosos, bandidos, traficantes e homicidas” (*Jornal Nacional*, 07min40s, 2021).

Apresentando outra perspectiva, a diretora da Anistia Internacional no Brasil, Jurema Werneck, em vídeo enviado ao telejornal, lamenta as mortes e fala sobre as denúncias recebidas: invasões de casas e patrimônios, violações de direitos, suspeitas de execuções extrajudiciais e mortes truculentas sem que os suspeitos tivessem chance de defesa. Ela critica a ação, afirmando que a incursão violenta não significa segurança pública. Já Maria Júlia Miranda, coordenadora de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, após visita à favela, descreve o cenário de sangue e horror que encontrou no local após a operação. Em vídeo, o advogado Joel Luiz Costa, que cresceu no Jacarezinho, também reconhece a ineficácia da operação, que, apesar de ter matado dezenas de pessoas, não solucionou o problema relacionado ao tráfico de drogas.

Na matéria, o *JN* realiza a contextualização da ação, aprovada a partir de uma denúncia do Ministério Público, que solicitou a prisão de 21 suspeitos, identificados por meio de fotos de suas redes sociais. A ação também se baseou em uma investigação, categorizada pela polícia como sigilosa, que tratava do aliciamento de crianças e adolescentes pelo tráfico de drogas. Na passagem, o repórter Paulo Renato Soares dá detalhes sobre a operação, que durou cerca de nove horas, com seis suspeitos presos e 25 mortes (até então), inclusive a do policial André Leonardo de Melo Frias, cuja foto é exibida no vídeo. Os demais mortos não haviam sido identificados pela polícia até o fechamento da reportagem.

Toda a narrativa é construída com base nos dados apurados, mas também apresentando as afetações proporcionadas nos indivíduos que vivenciaram o acontecimento, colocando-os no foco da discussão. As falas descrevendo o cenário de guerra e violência deixado pela polícia, o desespero dos moradores e passageiros no metrô, os protestos nas redes sociais e os testemunhos de quem presenciou a chacina configuram-se ainda como elementos dramáticos a contribuir para o entendimento a respeito dos papéis e enredos defendidos na reportagem.

Nas considerações finais, destacamos o fracasso operacional que a situação representa para qualquer força policial, em uma operação contra o tráfico de drogas que termina com dezenas de vítimas. Isso foi evidenciado na reportagem analisada, que, naquele momento, acatou um cunho estritamente informativo, sem apontar os possíveis desdobramentos do acontecimento. Ressalta-se que, no mesmo programa, foi ao ar outra matéria sobre o fato: “Especialistas em segurança pública condenam operação na favela do Jacarezinho” (*Jornal Nacional*, 6 de maio de 2021). No dia seguinte, o *JN* novamente exibiu reportagem sobre a operação, sob o título “Sobe para 28 o número de mortos na operação policial no Jacarezinho, no Rio” (*Jornal Nacional*, 7 de maio de 2021).

Respeitar os direitos humanos e evidenciar abusos estatais de qualquer ordem são ações fundamentais e necessárias. Trabalhar em prol da segurança pública, igualmente, é indispensável. Se os direitos humanos são individuais, abrangem todos os indivíduos, inclusive os autores de infrações penais. Por outro lado, a segurança pública consiste em um dever da coletividade, que dispõe de órgãos justamente constituídos para preservá-la, dando suporte a todos. Todo esse contexto, mediado pelo telejornalismo, precisa ser apresentado e discutido entre a sociedade. Como citado na parte inicial do artigo, as histórias narradas no telejornal devem estar associadas à defesa dos direitos humanos e sociais (Coutinho, 2020). Nesse sentido, a reportagem nos traz indícios desse compromisso, enquanto apresenta a inserção de falas de defensores dos direitos humanos e mostra, de forma clara, as cenas de violações e abusos provocados pelos policiais civis, nas ruas e nas casas.

A análise possibilitou ainda corroborar a afirmação de Mata (2016, p. 59), confirmando que a televisão vem experimentando, na atualidade, uma situação peculiar, pautada em uma espécie de reposicionamento da participação popular em suas produções telejornalísticas.

Ao cumprir o papel de apresentar a pluralidade de vozes nas telas, o *JN* demonstra o cuidado em expor não apenas os discursos dissonantes entre defensores dos direitos humanos e os agentes responsáveis pela segurança pública, designando como falantes os indivíduos que foram diretamente afetados pela operação.

Nesse aspecto, considerando França e Lopes (2017), retomamos o conceito de acontecimento. Como algo que acontece a alguém, não é independente nem autoexplicativo; não são suas características intrínsecas que fazem o seu destaque, mas sim o poder que tem de afetar um sujeito, uma coletividade. Assim, ao dar voz aos moradores do Jacarezinho, o telejornal dá a conhecer um acontecimento a alguém; provocou ruptura e desorganização, introduziu diferença, levando o telespectador a pensar, suscitando e afetando sentidos. Essa é a dimensão pragmática do acontecimento (França e Lopes, 2017, p. 73), que provoca reações

diversas nos indivíduos sensibilizados. No caso aqui apresentado, torna-se evidente a intensa repercussão da chacina do Jacarezinho, inclusive no plano internacional.

Toda essa afetação, aliada ao histórico de casos semelhantes no Rio de Janeiro e em outras regiões do país, mostrou que a visibilidade apresentada dentro e fora das telas do jornal não representa uma garantia contra a impunidade e o esquecimento. A chacina completou três anos em abril de 2024, sob o temor de mais um desfecho frustrante.

#### **4.3.3 Ossos no prato: a negação do direito à alimentação narrada no telejornal**

O trabalho intitulado *Ossos no prato: a negação do direito à alimentação narrada no telejornal* foi o primeiro texto produzido a partir da orientação da banca, na ocasião da qualificação, em outubro de 2022, para delimitar a discussão sobre direitos humanos, tendo em vista a amplitude do tema.

O ponto de partida é o estudo lançado em março de 2021 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), que indicou mais de 116,8 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar ou fome no Brasil. Por insegurança alimentar, segundo a pesquisa, entende-se a falta de acesso pleno e permanente a alimentos. Na prática, isso significa mais da metade do número de brasileiros e engloba pessoas que não se alimentam como deveriam, com qualidade e em quantidade suficiente.

Nesse universo, cerca de 43 milhões não contam com alimentos suficientes, enquanto outros 19 milhões, de fato, passam fome. Essa é a maior taxa desde 2004, representando ainda quase o dobro do que foi evidenciado em 2018, ocasião em que o IBGE identificou 10 milhões de brasileiros em tal condição.

Dados da mesma pesquisa trazem considerações ainda mais emblemáticas, ao apresentar o tipo de pessoa a despontar na linha da extrema pobreza: mulheres de periferia, chefes de família, negras e com baixo nível de escolaridade. O levantamento ainda indica que, além do aumento da insegurança alimentar, acentuaram-se as desigualdades regionais, com municípios do Norte e Nordeste no rol dos lugares afetados pela fome. O índice de insegurança alimentar ficou acima dos 60% no Norte e 70% no Nordeste, ressaltando-se que a média nacional é de 55,2%. A fome, por outro lado, atingiu 9% da população brasileira, mas esteve presente em 18,1% dos lares do Norte e em 13,8% das casas no Nordeste, segundo o estudo, que contou com entrevistas em 2.180 domicílios em todo o Brasil entre os dias 5 e 24 de dezembro de 2020.

A partir deste cenário, o trabalho foca na atuação do telejornalismo brasileiro em canais abertos. A partir da disseminação do novo coronavírus, divulgada em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), as coberturas realizadas focaram tanto na doença quanto em seus efeitos sociais, políticos e econômicos. Tais efeitos se mostravam ora agravados, ora amenizados, de acordo com o panorama da doença. Com a tomada de consciência da gravidade da situação e pela instauração de severas medidas de controle social, a pandemia alcançou o patamar de pauta dominante nos telejornais. Como descrito por Iluska Coutinho (2020) no prefácio à obra *Jornalismo em tempos de pandemia*:

Se a ciência e a pesquisa apontam que distanciamento e isolamento social são as estratégias adequadas para o enfrentamento da doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, o Jornalismo amplia horizontes, permitindo, entre outros aspectos, o acesso a informações confiáveis e capazes de reduzir incertezas, e garantir o exercício da cidadania (Coutinho, 2020).

Sob essa perspectiva, o texto apresenta a análise da revista eletrônica *Fantástico* (TV Globo) que em 25 de julho de 2021 exibiu reportagem tomada como potente recorte empírico para a análise realizada no artigo. Intitulada “Ossos e fragmentos de arroz e feijão entram no prato do brasileiro”, a matéria descortina a realidade agravada pela pandemia e acentuada pela ausência de políticas públicas capazes de mitigar a fome. A matéria mostra a distribuição de pedaços de ossos com retalhos de carne na fila de um açougue na cidade de Cuiabá (MT). Há dez anos, a proprietária do estabelecimento realiza a oferta, feita até então semanalmente. Contudo, a instauração da pandemia fez a fila crescer e, hoje, a distribuição ocorre três vezes ao longo de cada semana.

A partir de uma análise prévia, observa-se que a reportagem informa, mas também comove, o que a aproxima dos estudos sobre dramaturgia do telejornalismo propostos por Iluska Coutinho (2012). Aliados às proposições sobre o Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequada (Dhana) e ainda à centralidade do telejornalismo na sociedade brasileira, esses estudos se constituem no referencial teórico do trabalho.

Sob a perspectiva do Dhana, o artigo ainda expõe o seguinte questionamento: comer de maneira adequada no Brasil é um direito ou um privilégio? Com isso, apresenta os preceitos do Dhana que, à primeira vista pode parecer (e é) óbvio, haja vista que dele depende a vida. Acredita-se, nesse sentido, que a mesma obviedade seja fator preponderante a dificultar sua percepção como um direito, o que acarreta o desafio para sua efetivação.

Neste ponto, destacamos a centralidade do jornalismo, sobretudo aquele feito em televisão, considerado espaço público fundamental para a formação de imaginários,

representações, hierarquias e identidades, capaz de mostrar diversos aspectos da complexa sociedade atual e proporcionar um entendimento mais geral do que ocorre nas inúmeras esferas sociais. No texto, destacamos novamente os estudos de Vizeu (2008), para quem “os telejornais cumprem a função de sistematizar, organizar, classificar e hierarquizar a realidade”. Dessa forma, contribuem para uma organização do mundo circundante, contribuindo sobremaneira para a organização dos acontecimentos contemporâneos, dando-lhes alguma coerência. Sua potencialidade reside ainda no fato de alcançar a todas as camadas sociais e se sobressair-se em relação a outros meios em que o jornalismo é encontrado.

A partir dessas premissas, o estudo analisa a cobertura da revista eletrônica *Fantástico* sobre a negação – para tantos cidadãos e cidadãs brasileiras – do acesso ao direito à alimentação. Partimos do pressuposto de que, ao evidenciar a crise econômica e o aumento da miséria no Brasil, destacando a fome e a conseqüente busca por comida por tantos brasileiros, a revista eletrônica utiliza o que Vizeu e Cerqueira (2008, p. 42-43) denominam “pedagogia do telejornalismo”. Segundo os autores, os jornalistas de TV, tanto quanto os educadores, “são produtores de conhecimento, construtores de realidade e, de alguma forma, responsáveis pela reprodução de valores, hábitos”.

Como estratégia de observação, utilizamos ainda o conceito de dramaturgia do telejornalismo, proposto por Iluska Coutinho (2012); por sua construção narrativa, o *Fantástico* (Rede Globo) também é um personagem relevante na sociedade brasileira, assim como os telejornais veiculados pela Rede Globo. A análise da reportagem está ainda ancorada na metodologia de Análise da Materialidade Audiovisual, a mesma adotada ao longo desta tese.

Para o artigo, ao analisar a reportagem “Ossos e fragmentos de arroz e feijão entram no prato do brasileiro”, exibida na edição do dia 25 de julho de 2021, propusemos a observação de três eixos de análise, assim descritos: *i)* em que contexto e qual o desdobramento esperado com a veiculação da notícia no *Fantástico?*; *ii)* como a revista eletrônica aborda a fome, a dor e a miséria no país?; *iii)* há a romantização da informação ou algum vilão aparece como responsável pela falta do direito à alimentação, servindo o desfecho como lição moral?

Lixo. Cidadãos. Fome. Assim tem início a reportagem veiculada pela revista eletrônica *Fantástico* no domingo 25 de julho de 2021. Uma imagem em preto e branco de indivíduos mexendo no lixo, contrastante com as cores de uma “vida saudável”, retrata de forma dramática a busca por comida. Uma frase do livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus (1960), é colocada em destaque sobre a cena: “A tontura da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago”.

A repórter Tábata Poline (Rio de Janeiro), no corredor de um supermercado repleto de comidas e bebidas, apresenta a notícia informando que 19 milhões de brasileiros acordam atualmente sem saber se vão conseguir alguma refeição para o dia. E revela, em uma dramaturgia do telejornalismo tal como conceituada por Iluska Coutinho (2012), a discrepância existente na sociedade brasileira: para uns, fartura; para outros, a fome, que os obriga a buscar alternativas para conseguir seu alimento diário e sobreviver na miséria.

A reportagem prossegue ressaltando que a distribuição de ossos com retalhos de carne tem formado filas em Cuiabá (MT), em um relato doloroso para o estado com o maior rebanho bovino do país e o segundo que mais exporta no Brasil. Na sequência, a notícia destaca pedaços de ossos sendo jogados dentro de uma sacola na capital do estado do Mato Grosso e informa que o açougue a promover a ação os distribui há dez anos, mas ultimamente o número de pessoas pedindo ajuda teve um considerável aumento – “tanto que a distribuição, que antes acontecia uma vez por semana, agora acontece três vezes” (*Fantástico*, 00min53s, 2021). Dessa matéria, podemos depreender o primeiro eixo de análise deste trabalho: o contexto e o desdobramento esperado com a veiculação da notícia. Percebemos que a construção narrativa da reportagem pretende focalizar o aumento da miséria no país no intuito de causar comoção entre os espectadores, para que se sensibilizem e comecem a ser mais solidários com os necessitados nesse desolador cenário de fome.

A dona do açougue, Samara de Oliveira, diz que marca dia e horário para os cidadãos. Primeiro, “em respeito a eles, como uma forma de carinho” (*Fantástico*, 00min58s, 2021), como se a doação desse tipo de alimento expressasse de fato consideração ou preocupação com a fome em uma construção narrativa que desperta ainda mais comoção no público e salienta a diferença entre “ricos e pobres” no país. Ao nomear a pessoa que doa ossos para os mais necessitados de “dona do açougue”, o *Fantástico* dilata o desequilíbrio social, a nosso ver. A reportagem ainda revela que, para Samara de Oliveira, a crise provocada pela pandemia só fez a fila crescer. Mostrando-se emocionada, segurando o choro, ressalta que “tem gente que pega o ossinho e já come cru, mesmo ali” (*Fantástico*, 01min10s, 2021), salientando ainda a inexistência de políticas públicas adequadas por parte do governo federal e – acrescentamos – de humanidade para com os mais necessitados, negando-lhes o direito à alimentação, assegurado aos indivíduos pela própria *Constituição Federal* de 1988 como um direito social.

Nesse momento, a reportagem faz uso de mais uma personagem (a catadora Niniane de Souza) para aproximar a notícia dos espectadores e causar ainda mais comoção:

Niniane: Eu e meu marido, a gente trabalha no lixão de Cuiabá; a gente é ‘catadores’, né? De materiais recicláveis.

Repórter: Ela mora numa ocupação, tem medo de ser despejada e não ter pra onde ir com os três filhos.

Niniane: Eu vim aqui hoje pra ‘mim’ estar podendo pegar o ossinho, né? Porque inclusive o que eu peguei semana passada não dá pra semana inteira...

Repórter: Sem esse ossinho você acha que passaria fome?

Niniane: Passaria, sim, porque eu já passei fome com os meus filhos; então eu sei o tanto que é doído, entendeu? (*Fantástico*, 01min26s, 2021)

A sonora, editada na reportagem como um apelo dramático, foi coberta por imagens de outros tantos moradores de Cuiabá lutando por um pedaço de osso, a casa de Niniane com espaços vazios no armário da cozinha e repleta de filhos. Iluska Coutinho (2012) revela que os personagens, nas matérias televisivas, desempenham papéis que se assemelham à narrativa dramática clássica.

Entre os papéis que poderíamos chamar de essenciais ou fundamentais nas narrativas analisadas estão os de mocinho, vilão, herói, vítima, expert, parceiro/aliado, mediador, concorrentes e ainda o de “musa” ou troféu em disputa. (...) Essa predominância tem estreitas ligações com o fato de que as narrativas, (...) trazem em si os registros ou conexões com a já tradicional luta Bem-Mal e, na medida do possível, utilizam-se da história narrada para reforçar valores morais e de conduta. (Coutinho, 2012, p. 139-140)

Em seguida, outras personagens, mães solas, desempregadas, revelam o retrato da sociedade brasileira atual ao lutar para conseguir alimentar seus filhos, mesmo que apenas com ossos doados, em uma tentativa de comover os espectadores e, de certa forma, gerar empatia.

Em artigo que aborda o discurso de poder na dramaturgia do telejornalismo, Coutinho e Pereira (2020, p. 251) destacam que “as telas ou janelas em um primeiro momento mostram um dado enquadramento do mundo; nas notícias veiculadas, os jornalistas e o jornalismo parecem perseguir modelos de transparência, não assumindo em geral posição de protagonismo nos dramas editados”. Entendemos que, na grande reportagem em análise, o *Fantástico* exibe um novo Brasil: a miséria está escancarada na tela da revista eletrônica como nunca antes. Objetivando perseguir os modelos de transparência propostos pelas autoras, nossa hipótese é a de que – assim como toda a programação jornalística da Rede Globo, que tem se posicionado contrária à grande maioria das ações do governo federal – a visibilidade dada ao tema, para além da necessidade de explicitar o aumento da fome, principalmente em um contexto de pandemia, também revela, de forma implícita, a falta de políticas públicas adequadas à

população carente, visto que o auxílio emergencial se mostra insuficiente para cobrir as despesas mensais de toda uma família.

Amarrando uma reportagem em outra, Tábata Poline – sentada em uma cadeira no estúdio com fundo preto e um prato de arroz com feijão à sua frente – destaca também em arte gráfica o crescimento vertiginoso no preço do arroz e feijão, itens básicos componentes da cesta de alimentação dos brasileiros, desde o começo da pandemia.

O arroz ficou 56% mais caro, e o preço do feijão preto aumentou 71%. Por isso, assim como em Cuiabá o ossinho precisou entrar no prato, em outros lugares do Brasil. A combinação de arroz e feijão está precisando ser adaptada. Uma saída são os grãos de segunda linha, como o arroz fragmentado e o feijão bandinha, que vêm quebrados e com mais impureza (*Fantástico*, 03min41s, 2021).

Há a informação complementar de que o consumo de arroz fragmentado e feijão bandinha são regulados pelo Ministério da Agricultura, que não permite mais que 5% e 6%, respectivamente, de impurezas ou corpos estranhos nos grãos, como se essa determinação eximisse o governo da necessidade de promover políticas de assistência social. Na sequência, a pesquisadora da Embrapa Priscila Bassinello explica que, em termos nutricionais, não existe diferença entre os grãos inteiros e os fragmentados. Já o analista de políticas da *ActionAid*, Francisco Menezes, é enfático ao destacar que “a alimentação não pode ser considerada como ração. Se a partir da alimentação já se oferece esse nível de desigualdade, essas pessoas estão sendo humilhadas.” (*Fantástico*, 04min59s, 2021). A afirmação de Menezes vai de encontro à argumentação anteriormente repassada pela pesquisadora da Embrapa, intencionalmente editada para que não restassem dúvidas quanto à qualidade do tipo de alimento ofertado para os mais desassistidos.

Em *Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo*, Alfredo Vizeu (2005) explica que a notícia de TV é idealizada para ser totalmente compreendida pelo público. Para o autor, os jornalistas precisam ser didáticos com os espectadores. Ao desenvolver seu trabalho de pesquisa na redação do RJTV1, telejornal local da Rede Globo no Rio de Janeiro, Vizeu (2005, p. 127) percebeu que “os editores se mostraram sempre preocupados em que o público entendesse o que eles queriam dizer. Isso reforça não só a necessidade de ser claros e simples, mas também a imagem de pedagogo e tutor que se atribui à profissão, o que reafirma sua utilidade social”. Nesse contexto, entendemos que as entrevistas concedidas tanto pelo analista de políticas da *ActionAid* quanto pela pesquisadora da Embrapa demonstram a falta de cuidado, assim como ferem o princípio da dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos do estado democrático de direito e estrutura basilar da República, também previsto na *Constituição*

*Federal*, assim como o direito à alimentação, anteriormente mencionado. Aqui, podemos destacar o nosso segundo eixo de análise: como a revista eletrônica aborda a fome, a dor e a miséria no país. O *Fantástico*, na grande reportagem em observação, faz uma descrição de forma cruel, tentando retratar a realidade dessa parcela da população sem direito a alimentação e apresentando explicações contundentes de que o problema não está apenas em quem passa fome, mas em toda a sociedade, principalmente no governo federal, pela falta de oportunidades.

Uma nova reportagem aborda outra personagem. Moradora do Rio de Janeiro, Cátia é jovem mãe de três filhos que alimenta sua família com feijão bandinha doado, que “não é muito bom, não” (*Fantástico*, 5min53s, 2021), segundo ela, que sobrevive com o auxílio recebido pelo Bolsa Família. A notícia exhibe a casa humilde e os filhos privados de alimentação adequada, destacando a geladeira vazia e, em um enquadramento fechado, os caroços de feijão quebrados caindo em câmera lenta na palma da mão da personagem, em uma dramaturgia do telejornalismo responsável por emocionar e comover os espectadores da revista eletrônica.

Em seguida, o diretor-executivo da Ação da Cidadania, Rodrigo Kiko Afonso, apresenta o que Iluska Coutinho (2012) revela como sendo a lição moral, o desfecho do fato, ao destacar que a culpa não é da pandemia. De acordo com Afonso, o contexto de pandemia apenas agravou um problema que cresce no país há pelo menos cinco anos pela falta de incentivo do governo para que os pequenos e, inclusive, grandes produtores, mantenham a produção de arroz e feijão. Conseqüentemente, há falta do produto e aumento do preço para o consumidor, que muitas vezes se viu precisando recorrer a alimentos de segunda linha. Assim, depreendemos que não houve romantização da informação repassada, mas o reconhecimento do governo federal como vilão responsável pela negação do direito à alimentação, com o desfecho servindo não apenas como lição moral, como propõe nosso terceiro eixo de análise, mas ainda como possibilidade de reflexão para os espectadores do *Fantástico*, que exibiu uma conversa entre a repórter e a dona de casa Cátia Barbosa Gomes, moradora do Rio de Janeiro, revelando que oferece apenas arroz, feijão e ovo para seus filhos, confessando ainda que não se reconhece em uma vida feliz. Em um desfecho dramático, a reportagem destaca a pouca comida no prato, a tristeza no rosto e a rua, sem asfalto e com muita pobreza, permitindo a seus moradores apenas sobreviver.

A análise da reportagem nos ofereceu pistas para compreender que, por mais que pareça óbvio, o direito à alimentação e à nutrição adequada, na prática, nem sempre é assegurado aos brasileiros e brasileiras, como preconiza a legislação.

Longe dos olhares ou ao menos da ação do poder público do país, mas explicitada nas telas de TV, a negação do exercício do direito à alimentação se relaciona a outro direito não

experimentado por significativa parcela da população brasileira: o de comunicação. Cidadãos e cidadãs sem direito a voz e/ou visibilidade, agora alcançados(as) pelas lentes do telejornalismo.

A análise da materialidade audiovisual da reportagem veiculada no *Fantástico* evidenciou que, neste período pandêmico, a centralidade do telejornalismo como forma de esclarecimento foi reforçada. Os jornalistas, em sua ação, buscam oferecer elementos que vão além de seu papel de fiscalizar os poderes e denunciar suas fragilidades. Múltiplas telas e dispositivos explicitam situações reais de carência; em contraponto aos programas culinários e/ou de competição que na TV aberta ou em canais por assinatura colocam em tela a dramaturgia da alimentação (Pinto, 2021), a reportagem dá materialidade a uma parcela de brasileiros que lutam por uma rústia de alimento que lhes garanta sobrevivência. A fome não é mais apenas um conceito distante, um dado do imaginário de outros povos. Como narra a canção, das ruas das grandes cidades para as telas há quem dependa de “uma esmola pelo amor de Deus, uma esmola por caridade”.

Por meio da dramaturgia do telejornalismo, o *Fantástico* coloca em cena, para além dos dados alarmantes que explicitam o aumento da fome, as histórias de personagens comuns, que em suas dores comoveram os telespectadores. A representação da inação do poder público reflete-se na impossibilidade de garantia do acesso à segurança alimentar, que ganha vida por meio de rostos e vozes que testemunham a fome, compartilhada em relatos que, com seu efeito real, acionam reações empáticas por parte dos telespectadores.

A reportagem expõe na revista eletrônica semanal não apenas a ausência de alimentação para cidadãos e cidadãs, mas também a falta de políticas públicas em diferentes níveis de governo: federal, estadual e municipal. Por outro lado, o caráter dramático da cobertura pode suscitar demandas por respostas imediatas, que se associam muitas vezes na tela a discursos corriqueiramente vistos na TV como de solidariedade e voluntariado. Em certa medida, essa abordagem desmobiliza a busca por posicionamentos e soluções mais complexas, de caráter processual e que envolvam diferentes setores da sociedade e do conhecimento.

De forma latente tem-se na reportagem o reforço da necessidade de maior engajamento de autoridades públicas. A temática da alimentação inclui uma série de aspectos relacionados: saúde, cultura, economia, política, cidadania. Representar dessa forma toda a complexidade da questão requer reflexão e planejamento, demandas que ficam para depois na busca por reduzir a dor da fome ou os números das mortes por desnutrição no país. Em referência a uma série de reportagens de Marcelo Canellas veiculadas no *Jornal Nacional* e que integrou o DVD comemorativo dos 35 anos do noticiário (2004), no tempo televisivo de duração de uma matéria há brasileiros morrendo de fome.

#### 4.4 LIMITAÇÕES E LACUNAS NA COBERTURA TELEJORNALÍSTICA DA FOME

Mais que a evolução e maturação do desenho empírico da pesquisa, os exercícios de análise aqui destacados inspiram a crítica de que, embora o telejornalismo brasileiro apresente conteúdos relacionados às violações de direitos humanos – e aqui já destacamos o direito à alimentação adequada, foco da nossa pesquisa –, ainda há lacunas na cobertura da temática a serem preenchidas sob o viés da exibição de possíveis soluções ao apresentar o problema. Os resultados nos permitem fazer algumas inferências e mostram que, em certos casos, a abordagem segue a linha da denúncia, priorizando o aspecto factual dos acontecimentos ou episódios que envolvam a fome. Há a incidência de exibição de números e estatísticas sem explorar as causas estruturais da fome ou as histórias humanas por trás desses números. No entanto, essa abordagem, embora importante, é insuficiente para captar a totalidade da experiência humana associada à fome. Estatísticas são ferramentas essenciais para quantificar a fome e comunicar sua escala.

Dados como o número de pessoas subnutridas, a prevalência de insegurança alimentar e as taxas de mortalidade são fundamentais para a formulação de políticas públicas e a mobilização de recursos. Contudo, esses números têm significativas limitações: podem desumanizar a fome, dificultando a empatia e o entendimento da complexidade da vida daqueles que sofrem com o problema. Isoladamente, os dados não explicam as causas subjacentes da fome, como desigualdade econômica, conflitos, mudanças climáticas e políticas inadequadas. Sem esse contexto, torna-se difícil entender as raízes do problema e formular soluções eficazes.

As estatísticas também podem obscurecer variações regionais e individuais, ignorando as diferentes formas como o problema se manifesta em comunidades e indivíduos diversos. Há uma tendência a centralizar a narrativa em vozes de especialistas ou figuras públicas, enquanto as experiências das comunidades afetadas são menos exploradas.

Como apontado nos exercícios de análise, a cobertura tende a ser episódica, aparecendo apenas em momentos de crise aguda e efêmeras, sem um acompanhamento contínuo do problema. A fome é uma questão perene e estrutural que afeta milhões de pessoas em todo o mundo. Logo, a cobertura jornalística que se concentra na abordagem episódica e factual não basta para mostrar a complexidade e a persistência do problema.

Caracterizada por reportagens esporádicas e reativas, tal abordagem oferece ao público uma visão fragmentada e incompleta, impedindo-o de entender a natureza crônica da fome e

suas raízes estruturais. Quando a fome é retratada nos telejornais apenas em momentos de crise, o telespectador pode se sentir impotente ou indiferente nos períodos entre essas crises.

Creemos ainda que a ausência de uma narrativa contínua dificulta a mobilização para ações sustentáveis e a manutenção do interesse público, o que, em um mundo onde o esgotamento emocional e mental que as pessoas experimentam devido à exposição constante a notícias negativas, sensacionalistas ou angustiantes, pode levar à diminuição do interesse nas notícias, à desinformação e à apatia (Bispo, 2023).

Longe do objetivo de apresentar unicamente um modelo de telejornalismo que não contempla toda a complexidade envolta na temática da fome, este trabalho retrata ainda alguns exemplos de abordagens inspiradoras, emocionantes e sensíveis no país, como o trabalho do jornalista Marcelo Canellas, ao lado do cinegrafista Lúcio Alves, que culminou em reportagens históricas e mundialmente premiadas. Esse movimento demonstra que nosso objetivo não está baseado na crítica pela crítica ao telejornalismo brasileiro, mas na ideia firme e categórica de que há potencialidades na práxis jornalística capazes de alavancar ainda mais a confiança e a credibilidade nos telejornais, por meio de uma ótica da esperança.

Recapitulando, vimos como a adoção de práticas baseadas em soluções pode enriquecer a cobertura jornalística, promovendo uma narrativa mais equilibrada e informativa que não destaca unicamente as dificuldades, mas também aponta caminhos e soluções viáveis.

#### 4.5 MAPEAMENTO DAS PESQUISAS RECENTES EM JORNALISMO DE SOLUÇÕES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

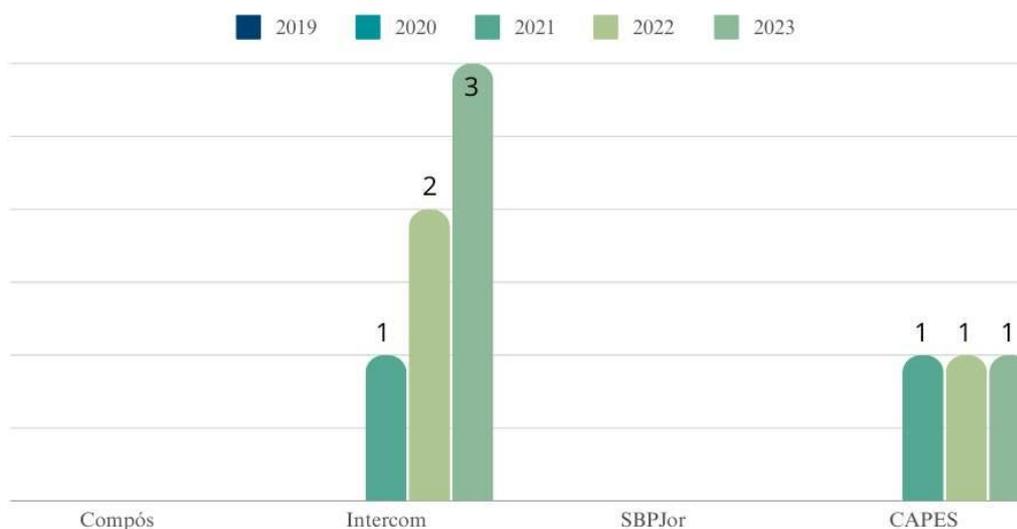
Com o cenário do Jornalismo de Soluções delineado na prática jornalística, partimos para a investigação de como o tema vem sendo trabalhado no âmbito acadêmico. Para isso, empregamos a Revisão Sistemática de Literatura (RSL) como método para entender e situar a abordagem nas pesquisas desenvolvidas nos últimos cinco anos. Sob essa perspectiva, o conceito de RSL utilizado é o mesmo proposto por Kitcher e Charters (2007), que o explicam como “um meio de identificar, avaliar e interpretar todas as pesquisas disponíveis relevantes a uma determinada questão de pesquisa, ou área de um tópico, ou fenômeno de interesse” (2007, p. 14). Segundo os pesquisadores, as revisões sistemáticas são consideradas estudos secundários, que têm nos estudos primários sua fonte de dados. Entendem-se por estudos primários os artigos científicos que relatam os resultados de pesquisa em primeira mão.

Aplicando ao escopo deste trabalho, os métodos para elaboração da RSL preveem: *i)* elaboração da pergunta de pesquisa; *ii)* busca na literatura; *iii)* seleção dos artigos; *iv)* extração dos dados; *v)* síntese e análise dos resultados. A ideia é que essas evidências forneçam uma forma estruturada de pesquisa e catalogação do material disponível sobre o Jornalismo de Soluções no campo da Pesquisa em Comunicação. Por meio desta metodologia, este trabalho servirá também como base para futuras pesquisas, mostrando as possíveis lacunas da área que permitam novas publicações acadêmicas.

Como estratégia de busca, acessamos os anais de três dos principais congressos na área de Comunicação do país: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), selecionando os artigos publicados a partir da palavra-chave “Jornalismo de Soluções”). No caso da Intercom, a procura se deu em dois grupos de pesquisa: Gêneros Jornalísticos e Telejornalismo, considerando nosso objetivo de investigação, em especial no jornalismo audiovisual. Já nos anais dos encontros da SBPJor, o rastreamento ocorreu nas sessões coordenadas e nas comunicações livres. Na Compós, buscamos os trabalhos publicados em todos os grupos de pesquisa disponibilizados no *site* do evento. Para a RSL, pesquisamos ainda os trabalhos indexados no portal de periódicos da CAPES a partir da mesma palavra-chave utilizada nas demais buscas.

Ao todo, foram encontrados nove artigos publicados nos indexadores mencionados, conforme mostrado no gráfico a seguir:

Gráfico 7 – Trabalhos sobre Jornalismo de Soluções publicados (2019-2023)



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Como observado, nos anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e do Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) não foi evidenciado nenhum trabalho sobre o tema.

Já no *site* da Intercom, foram encontrados seis artigos: um publicado em 2021, dois em 2022 e três em 2023. O primeiro deles, intitulado *Jornalismo de Soluções e os valores-notícia: um estudo de caso dos telejornais da RBS – Rio Grande do Sul em 2020*, de autoria de Camila Farias, sob orientação de Vítor Belém, da Universidade Federal de Sergipe, faz uma análise das estratégias do JS nas reportagens produzidas pelo grupo RBS durante a cobertura da Covid-19, identificando as características da abordagem presentes nesses conteúdos. A metodologia utilizada é o estudo de caso, utilizando observação direta das 14 reportagens e uma análise das fontes, valores-notícia e características presentes em cada uma delas. O artigo também busca relacionar os valores-notícia com o Jornalismo de Soluções. Alguns dos resultados propostos no trabalho demonstram que as reportagens do grupo RBS, do Rio Grande do Sul, implementaram o JS ao destacar respostas e soluções para os impactos da pandemia, utilizando o conceito e as práticas de *The Solutions Journalism tool kit* como referência. Apresenta também que as principais características da abordagem evidenciadas nas reportagens comprovadas foram a priorização de respostas e soluções para problemas sociais, a seleção de fontes que contribuíssem com soluções e a abordagem dos valores-notícia relacionados a resoluções de problemas. Identifica, por fim, os desafios na aplicação do modelo de Jornalismo de Soluções no contexto do telejornalismo, que incluem a necessidade de se adaptar ao distanciamento social e ao trabalho em *home office*, bem como a criação de conteúdo que destaque as respostas aos impactos da pandemia.

Em 2022, dois artigos foram publicados. *Pilares do jornalismo de soluções: uma análise das respostas propostas para a seca no programa Estação Agrícola*, de autoria dos mesmos pesquisadores mencionados anteriormente, apresentado no Grupo de Pesquisa de Telejornalismo, analisa as soluções veiculadas no programa *Estação Agrícola*, da TV Sergipe (Rede Globo), em relação à seca, identificando as características do JS e a profundidade das abordagens utilizadas. Os principais resultados indicam que 70% das matérias apresentaram uma resposta ao problema da seca, mas apenas 35,7% explicaram como essa resposta funciona. As lacunas da prática, mostradas no artigo, incluem a falta de evidências das soluções e a generalização do impacto da seca, o que compromete a profundidade e a contextualização das abordagens jornalísticas.

O segundo artigo encontrado nos anais do congresso da Intercom em 2022 foi publicado no Grupo de Pesquisa Gêneros Jornalísticos, assinado pelo professor Antonio Simões, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). *Jornalismo experimental na pandemia: reconfiguração das rotinas produtivas do projeto Anti-Horário* discute o Jornalismo de Soluções como uma abordagem que foca em reportar histórias positivas e soluções para problemas sociais, especialmente durante a pandemia de Covid-19. Ao destacar a importância de visibilizar o outro lado da realidade, contrapõe-se a narrativas centradas em violência e tragédias. O projeto Anti-Horário, mencionado no texto, exemplifica essa prática ao utilizar tecnologias de *live streaming* para disseminar informações e aumentar a conscientização sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O artigo aponta lacunas no Jornalismo de Soluções, como a necessidade de maior interação e engajamento do público nas transmissões ao vivo, que, apesar de alcançar um bom número de visualizações, apresentaram baixa participação. Além disso, menciona a falta de estudos aprofundados sobre as estratégias adotadas por estudantes e docentes para manter a produção jornalística durante o ensino remoto. Por fim, destaca a importância de melhorar a divulgação e a periodicidade das transmissões para aumentar a eficácia do projeto.

Na edição de 2023 do congresso da Intercom, publicamos, em parceria com a professora e doutora Iluska Coutinho, o artigo *Denunciar problemas ou propor soluções? A temática da fome retratada no telejornal*, em que discutimos como o Jornalismo de Soluções pode ser utilizado para abordar a temática da fome no Brasil, focando em propostas e iniciativas que ajudem a mitigar esse problema, em vez de apenas denunciar a situação. Por meio da metodologia da Análise da Materialidade Audiovisual (AMA), o artigo analisa a primeira reportagem da série *Geografia da fome*, de 2003, comparando-a a uma matéria com a mesma temática exibida em 2023. Os principais resultados da análise indicam que as reportagens abordam as desigualdades sociais relacionadas à fome, mas enfrentam limitações, como a falta de tempo para apresentar soluções efetivas. As lacunas encontradas incluem a necessidade de uma reinterpretação dos valores jornalísticos, mudando o foco de problemas para soluções, e a crítica de que o Jornalismo de Soluções pode obscurecer a distinção entre reportagens imparciais e *advocacy* político. Além disso, exalta a ausência de estudos que examinem as mudanças no discurso público geradas por esse tipo de jornalismo.

Na mesma edição do congresso, encontramos o artigo *Jornalismo de Soluções em pautas locais: estudo de caso sobre a plataforma digital Gaúcha ZH*, de Franciane Maria Silva de Freitas, da Universidade Federal de Juiz de Fora. A pesquisadora, a partir de um estudo de caso com 11 reportagens entre junho de 2021 e junho de 2022, identifica e analisa as estratégias

do Jornalismo de Soluções em pautas locais na plataforma digital *GZH*. O trabalho concluiu que as reportagens de Jornalismo de Soluções geraram *insights* para resolver problemas sociais e promover a identificação comunitária, destacando também a importância da nova prática na promoção da democracia e na utilidade do jornalismo contemporâneo. Por outro lado, aponta desafios relacionados à falta de profundidade, já que muitas reportagens não escutam fontes variadas nem apresentam dados, caracterizando-se como assessoria de imprensa; à necessidade de monetizar informações, o que pode comprometer a qualidade das reportagens; e às limitações das eventuais soluções, uma vez que não existe uma solução perfeita para problemas sociais, e as respostas apresentadas têm ressalvas e riscos que precisam ser documentados.

Nos anais da Intercom, por fim, encontramos ainda, na referida edição, o artigo *Desafio em pauta: como um tema negativo pode ser trabalhado com base no Jornalismo de Soluções*, de Gabriela Lucena em coautoria com o professor Antonio Simões, da UEPB. No trabalho, os pesquisadores investigam se existem notícias radiofônicas que, ao abordarem episódios negativos, podem ser consideradas exemplos de JS e se conseguem contribuir para reconfigurar a forma de construir histórias a partir desses acontecimentos. Além disso, busca dar visibilidade às respostas para os desafios sociais, promovendo um engajamento social mais efetivo. O artigo aponta a resistência de veículos de comunicação tradicionais que ainda acreditam na máxima *bad news is good news*, o que dificulta a adoção dessa abordagem. Além disso, há a superficialidade nas redações devido à necessidade de apuração rápida dos fatos e a dificuldade em destacar soluções em narrativas que costumam priorizar problemas.

No portal de periódicos da CAPES, foram encontrados três trabalhos nos anos de 2021, 2022 e 2023. O primeiro, *A experiência do Polo Audiovisual da Zona da Mata de Minas Gerais. uma reportagem arqueológica*, de Pedro Henrique Varoni de Carvalho, da Universidade Federal de São Carlos, descreve a emergência e a sustentabilidade do Polo Audiovisual da Zona da Mata, destacando a descentralização das narrativas audiovisuais e a cadeia produtiva do cinema. Utiliza Jornalismo de Soluções e arqueologia foucaultiana para investigar a história do Polo e sua singularidade como *cluster* audiovisual, propondo adaptações para outras realidades. Embora não foque especificamente na pesquisa sobre a prática de soluções, o trabalho sugere que essa abordagem possa complementar os estudos sobre arranjos produtivos locais, considerando aspectos simbólicos e imaginários nas ações culturais. Além disso, utiliza o JS para refletir sobre a utilização de ferramentas jornalísticas em estudos de casos de *clusters* culturais.

No caso do artigo publicado no portal em 2022, *Jornalismo de Soluções como estratégia de política editorial na multiplataforma do bicentenário The Guardian*, as autoras Telma Sueli

Pinto Johnson e Franciane Maria Silva de Freitas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, exploram o Jornalismo de Soluções como uma inovação nas práticas jornalísticas, analisando reportagens de saúde no *The Guardian* entre 2011 e 2019. Concluem que, embora abordem a relação problema-resposta, não fornecem evidências de soluções permanentes para problemas sociais sistêmicos.

Por fim, publicado em 2023, o artigo *Jornalismo de Soluções e a questão ambiental: uma análise do projeto SevenGrams*, de Dayana Melo da Silva e Carlos Eduardo Souza Aguiar, da Universidade de São Paulo, investiga a aplicabilidade do JS através do estudo de caso do projeto SevenGrams, que utiliza realidade aumentada para retratar a cadeia de suprimentos dos *smartphones* e os custos tanto humanos quanto ambientais envolvidos. Ressalta-se que o objetivo do projeto SevenGrams é descobrir a ligação entre os *smartphones* e as condições muitas vezes dramáticas em que são extraídos os minerais raros necessários à sua fabricação, particularmente na República Democrática do Congo. Além disso, o projeto busca não apenas apresentar esses problemas, mas também encontrar respostas, alinhando-se à noção de Jornalismo de Soluções.

Embora o volume de trabalhos realizados no campo acadêmico sobre a abordagem não seja expressivo, a qualidade e o aprofundamento da temática são pontos que merecem nossa atenção e análise. Há pontos convergentes entre as publicações, em especial quanto às muitas possibilidades oportunizadas pelo Jornalismo de Soluções no tocante à prática profissional. O foco em reportar histórias positivas e soluções para problemas sociais está entre tais possibilidades, além da promessa de visibilizar o outro lado da realidade, contrapondo-se a narrativas centradas em violência e tragédias. Destacam-se também nos trabalhos as observações sobre os possíveis efeitos no público: aumentar a sensação de estar bem informado, fortalecer a relação com os órgãos de imprensa e catalisar um potencial engajamento em determinada questão.

Os desafios para a implantação e o uso da abordagem focada em soluções também são recorrentes nos trabalhos. As lacunas evidenciadas revelam a complexidade de apresentar problemáticas sociais, econômicas e ambientais de maneira nuançada e não disruptiva, sugerindo que as respostas para questões sistêmicas devem partir das pessoas e de sua capacidade de engajamento. Além disso, sublinham a dificuldade e a profundidade crítica dos problemas narrados, que nem sempre podem ser resolvidos com soluções simples. A exploração e o abuso de territórios e vidas humanas na base da cultura digital são exemplos de tais desafios mostrados em um dos trabalhos. O artigo sobre as propostas para a seca em Sergipe também apresenta uma crítica na abordagem, ao concluir que a falta de evidências das soluções e a

generalização do impacto da seca compromete a profundidade e a contextualização das abordagens jornalísticas.

Além disso, há críticas de que o Jornalismo de Soluções pode enfraquecer a linha que separa a reportagem imparcial da defesa política. Também se evidencia a carência de estudos que investigam as transformações no discurso público provocadas por esse tipo de jornalismo.

Tais considerações, obtidas a partir da revisão sistêmica de literatura, nos fazem crer ainda mais na necessidade e na importância de se pesquisar sobre o tema, sobretudo no contexto do jornalismo contemporâneo. Em um cenário midiático saturado por narrativas centradas em violência, tragédias e crises, o Jornalismo de Soluções oferece uma abordagem que vai além da simples denúncia de problemas e busca proporcionar visibilidade para alternativas viáveis e respostas práticas a desafios sociais. Isso é relevante por várias razões. Primeiro, pesquisar essa abordagem permite refletir sobre como o jornalismo pode evoluir e adotar novas formas de contar histórias que não apenas informem, mas também inspirem ação e mudança social. A prática de ressaltar soluções bem-sucedidas e trajetórias de sucesso rompe com a tradicional visão negativa, apresentando o jornalismo como ferramenta de transformação social.

Como apontado na revisão de literatura, embora com lacunas a serem consideradas e analisadas, o Jornalismo de Soluções pode contribuir para estreitar os laços entre os meios de comunicação e o público, aumentando a confiança e o sentimento de estar bem informado. Essa confiança é essencial em um período em que as *fake news* e a desinformação são constantes ameaças à credibilidade jornalística.

A pesquisa sobre essa abordagem também se mostra elementar para explorar como a prática pode catalisar o envolvimento ativo do público nas questões sociais retratadas. A capacidade de apresentar soluções possíveis tem o potencial de mobilizar audiências para a ação, seja em questões de saúde, meio ambiente ou direitos humanos, tornando a prática uma aliada do ativismo e da cidadania.

O estudo acadêmico do Jornalismo de Soluções também enfrenta o desafio de explorar modos de equilibrar a narrativa de soluções sem reduzir a complexidade dos problemas sociais. Analisar tal tensão é essencial para compreender os limites da prática e evitar abordagens simplistas que não fazem justiça à profundidade das questões abordadas, como ilustrado nos casos da seca em Sergipe e da exploração humana na cultura digital.

Ao investigar o Jornalismo de Soluções no telejornalismo, novas luzes podem ser lançadas sobre as transformações do discurso público provocado por essa abordagem. Além disso, a crítica sobre a potencial mistura entre reportagens e defesa política merece ser explorada, pois impacta diretamente na percepção da imparcialidade jornalística.

Portanto, essa pesquisa é fundamental não apenas para ampliar a compreensão do Jornalismo de Soluções no campo acadêmico, mas também para repensar e potencialmente reformular práticas profissionais que favoreçam um jornalismo mais responsável, engajado e transformador.

Cientes dessa importância, o próximo capítulo tem como proposta descortinar o problema nacional da fome, questão estrutural e persistente que afeta milhões de brasileiros, refletindo profundas desigualdades sociais, econômicas e regionais.

## 5. UM PROBLEMA SOCIAL QUE DESAFIA DIREITOS NO BRASIL: A FOME REPRESENTADA NOS TELEJORNAIS

*Eu procurei entender  
qual a receita da fome,  
quais são seus ingredientes,  
a origem do seu nome.  
Entender também por que  
falta tanto o “de comê”,  
se todo mundo é igual,  
chega a dar um calafrio  
saber que o prato vazio  
é o prato principal.  
Do que é que a fome é feita  
se não tem gosto nem cor  
não cheira nem fede a nada  
e o nada é seu sabor.  
Qual o endereço dela,  
se ela tá lá na favela  
ou nas brenhas do sertão?  
É companheira da morte  
mesmo assim não é mais forte  
que um pedaço de pão.  
Que rainha estranha é essa  
que só reina na miséria,  
que entra em milhões de lares  
sem sorrir, com a cara séria,  
que provoca dor e medo  
e sem encostar um dedo  
causa em nós tantas feridas.  
A maior ladra do mundo  
que nesse exato segundo  
roubou mais algumas vidas.*

*Continuei sem saber  
do que é que a fome é feita,  
mas vi que a desigualdade  
deixa ela satisfeita.*

*Foi aí que eu percebi:  
por isso que eu não a vi  
olhei pro lugar errado  
ela tá em outro canto  
entendi que a dor e o pranto  
eram só seu resultado.*

*Achei seus ingredientes  
na origem da receita,  
no egoísmo do homem,  
na partilha que é malfeita.*

*E mexendo um caldeirão  
eu vi a corrupção  
cozinhando a tal da fome,  
temperando com vaidade,  
misturando com maldade  
pro pobre que lhe consome.*

*Acrescentou na receita  
notas superfaturadas,  
um quilo de desemprego,  
trinta verbas desviadas,  
rebolou no caldeirão  
vinte gramas de inflação  
e trinta escolas fechadas.*

*Sendo assim, se a fome é feita  
de tudo que é do mal,  
é consertando a origem  
que a gente muda o final.*

*Fiz uma conta, ligeiro:  
se juntar todo o dinheiro  
dessa tal corrupção,*

*mata a fome em todo canto  
e ainda sobra outro tanto  
pra saúde e educação*  
(Bessa, 2018, p. 52)

A poesia de Bráulio Bessa oferece uma análise contundente e poética do problema da fome no Brasil, revelando suas raízes e as complexas relações de poder que a sustentam. Na composição, Bessa (2018) explora a “receita” da fome, destacando como esse flagelo social é alimentado não pela escassez de recursos, mas pela desigualdade, pela ausência de políticas públicas efetivas e pela distribuição injusta das riquezas.

Ao perguntar “por que falta tanto o 'de comê', se todo mundo é igual” (Bessa, 2018, p. 52), o poeta sublinha a contradição central de um país como o Brasil, onde a abundância convive com a privação extrema. Ele identifica a fome não como consequência natural da falta de alimentos, mas sim um sintoma da desigualdade que permeia a sociedade. Assim, é personificada como uma “rainha estranha”, que governa na miséria, uma figura que impõe dor e medo, corroborando com a ideia de que o problema vai além da falta de comida e se enraíza nas estruturas sociais e políticas do país.

Bessa também desmascara as verdadeiras causas da fome, expondo como a corrupção, o desemprego, a inflação e a má gestão dos recursos públicos são ingredientes que “temperam” e perpetuam esse imbróglio no Brasil. Ele sugere que o combate ao cenário da insegurança alimentar comece com a correção dessas injustiças estruturais, argumentando que se os recursos desviados pela corrupção fossem redirecionados para o bem comum, seria possível erradicar a fome e ainda investir em saúde e educação.

A visão poética se alinha com a compreensão de que a persistência da fome no Brasil se deve sobretudo à má distribuição e ao egoísmo enraizado nas práticas políticas e econômicas do país. Essa perspectiva ganha protagonismo na narrativa de Carolina Maria de Jesus, uma catadora de papel e mãe solteira que descreveu com crueza e sensibilidade a luta constante para alimentar seus filhos, muitas vezes sem sucesso. Seu livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, publicado pela primeira vez em 1960, é uma obra profundamente impactante que narra as experiências da autora como moradora da favela do Canindé, em São Paulo. Escrito em forma de diário, expõe a dura realidade da pobreza extrema e das dificuldades diárias enfrentadas pelos moradores da comunidade.

A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago. Comecei a sentir a boca amarga. Pensei: já não bastam as amarguras da vida? [...]. Pensei em guardar para comprar feijão. Mas vi que não podia porque o meu estômago reclamava e torturava-me. Resolvi tomar uma média e comprar um pão. Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves, tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos. A comida no estômago é como combustível nas máquinas. Passei a trabalhar mais depressa. Meu corpo deixou de pesar. [...] Eu tinha a impressão que eu deslizava no espaço. Comecei a sorrir como se eu estivesse presenciando um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer? Parece que eu estava comendo pela primeira vez na minha vida (Jesus, 2007, p. 46).

A fome é uma presença constante ao longo de suas anotações, representando um dos principais desafios da sua vida. Na obra, não raro Carolina relata as humilhações sofridas, a busca incansável por comida e os esforços desesperados para sobreviver em meio à miséria. Ela oferece ao leitor um testemunho visceral da desigualdade social no Brasil, mostrando como a fome afeta não apenas o corpo, mas também a dignidade humana. *Quarto de Despejo* evidencia que a insegurança alimentar, em grande parte, é resultado de um sistema socioeconômico injusto, em que a riqueza é concentrada nas mãos de poucos, enquanto milhões vivem em condições desumanas.

Trata-se ainda de um documento histórico a dar voz a uma parcela significativa da população brasileira que vive à margem da sociedade, revelando as consequências devastadoras da desigualdade social e econômica. Assim como na poesia de Bráulio Bessa, a obra de Carolina Maria de Jesus denuncia que a fome é menos uma questão de escassez e mais um reflexo da distribuição desigual dos recursos e das oportunidades no país.

O conjunto de indivíduos que permanecem em situação de vulnerabilidade alimentar ganhou ainda mais vultuosidade a partir da constatação do retorno do país ao *Mapa da Fome*, documento produzido com base em relatórios anuais da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que em 2019 mostrou o Brasil de novo ultrapassando o percentual e sendo recolocado no indicador após oito anos. O critério para que um país integre o estudo é a chamada “prevalência de subalimentação”, condição de insuficiência de alimentos consumidos para a manutenção de uma vida ativa e saudável. Logo, fora das narrativas poéticas de Bessa e dos escritos no diário de Carolina Maria de Jesus, os números alarmantes ratificam o problema social que se acreditava já erradicado.

O 2.º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), é mais um indicativo a ser considerado: em 2022, não

havia o que comer para 33,1 milhões de pessoas, ou seja, 14 milhões de brasileiros a mais estavam em situação de fome na comparação com o ano anterior. Em outras palavras, o panorama representa mais da metade (58,7%) da população convivendo com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderada ou grave (fome). Tal cenário escancara a regressão do país e o coloca em um patamar equivalente ao da década de 1990.

Com essa concepção desenhada, mesmo que brevemente, o capítulo examina a reentrada do Brasil no *Mapa da Fome* de 2022, marco alarmante que traz à luz a persistência da fome como problema social crítico que desafia os direitos humanos no país. A partir da análise desse retrocesso, buscamos compreender a fome não apenas como uma questão de privação alimentar, mas como uma violação dos direitos humanos fundamentais, refletindo as profundas desigualdades estruturais que marcam a sociedade brasileira.

Inicialmente, será feito um retrato da fome no Brasil, utilizando dados históricos relacionados à luta por inserir a alimentação no campo de direitos. Convém ainda problematizar as conquistas asseguradas ainda hoje desafiadas pela realidade na qual um grande contingente de brasileiros não se alimenta como deveria. Nesse panorama, pretende-se incluir a discussão de fatores como a desigualdade econômica, a descontinuação de políticas públicas de combate à pobreza e as crises econômicas/sociais que contribuíram para a crescente insegurança alimentar, além de apresentar as implicações do retorno do Brasil ao *Mapa da Fome*, discutindo como o problema continua entre os maiores desafios para a garantia dos direitos humanos no país.

Em consonância com os objetivos da pesquisa, apresentamos neste capítulo o papel fundamental do jornalismo brasileiro de dar visibilidade à questão da fome, muitas vezes dissimulada nas esferas políticas e sociais. Ao cobrir histórias de insegurança alimentar, o jornalismo traz à tona a realidade de milhões de brasileiros que enfrentam a fome diariamente. Nesse sentido, especial atenção será dada à atuação do jornalista Marcelo Canellas e do cinegrafista Lúcio Alves, cuja colaboração produziu algumas das reportagens mais impactantes sobre a temática no Brasil nos últimos 20 anos. Ambos participaram da pesquisa concedendo entrevistas semiestruturadas nas quais abordaram as respectivas trajetórias profissionais. Algumas das matérias produzidas pela dupla serão posteriormente analisadas, tanto pela sua qualidade jornalística quanto pelo papel que desempenharam ao trazer à luz a realidade crua da fome e ao pressionar o Estado por mudanças sociais e políticas.

A ideia é destacar, sobretudo, o telejornalismo como prática profissional não apenas comprometida com a abordagem da temática, mas como palco que exhibe a busca por soluções viáveis, sustentáveis e equitativas, produzindo o devido conhecimento de que a segurança

alimentar é um direito básico que deve ser efetivamente assegurado a toda a população brasileira.

### 5.1 O DIREITO À ALIMENTAÇÃO NA LUTA CONTRA A FOME NO BRASIL

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) – ou, ainda, o termo mais atual, Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequada (Dhana), é um importante conceito que pressupõe o acesso regular e permanente a alimentos saudáveis e adequados, em quantidade e qualidade suficientes. Isso foi consagrado em diversos tratados internacionais, como o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc), além de incorporado na *Constituição Federal* de 1988, especialmente no Artigo 6.º, que elenca a alimentação como um direito social.

Em um país em que a escassez de alimentos não se configura como justificativa para que milhões de pessoas deixem de ter acesso básico ao que comer, a fome ainda hoje é uma grave e direta violação ao Dhana. A situação é agravada por uma série de fatores, como a concentração de terras, o modelo agrícola voltado ao agronegócio de exportação em detrimento da produção de alimentos para consumo interno e as desigualdades de renda que limitam o poder de compra das populações mais vulneráveis.

Visto sob a ótica dos direitos humanos, o problema segue atingindo de forma desproporcional grupos específicos, como mulheres, crianças, comunidades indígenas e quilombolas, já historicamente marginalizados.

O Dhana pode parecer, e é, um direito óbvio. Dele depende a vida. Talvez esta mesma obviedade dificulte sua percepção ou elaboração como um direito, de fato, o que pode ser um obstáculo para sua realização. Devido à sua simplicidade, por vezes, ele pode ser percebido como caridade ou favor, e caridade e favor não se exigem, apenas se aceitam com gratidão, diferente de um direito. Esta forma de lidar com o direito à alimentação, tão naturalizada em nossa sociedade, faz com que as pessoas que sofram sua violação de forma mais contundente e sistemática, especialmente em relação à sua primeira dimensão, que é a superação da fome, sintam-se humilhadas e enfraquecidas para reivindicá-lo, como se a responsabilidade por esta situação fosse individual e não coletiva (FIAN Brasil, 2020, p.17).

A Dhana, portanto, é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes,

correspondentes às tradições culturais do seu povo, e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva, conforme apontado no Curso Básico de Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (Dhana), organizado pela FIAN Brasil – Organização Pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas, lançado em 3 de junho de 2020.

Um ponto ressaltado no documento do curso que ganha atenção no nosso trabalho é a responsabilidade do Estado em relação à garantia dos direitos a toda a sua população, por ser, ainda que em tese, o portador das obrigações dos direitos humanos. Mesmo assim, faz-se importante frisar que, na medida em que o Estado se posiciona como facilitador da acumulação de capital, viola sua obrigação e nega algo basilar para a sobrevivência de milhares de brasileiros. Representa a instância capaz de criar condições favoráveis para assegurar alimentação adequada para todos. Tais condições podem ser expressas por políticas públicas em áreas distintas, como agricultura, abastecimento, saúde, educação, demarcação e regularização de terras, conforme apontado pela FIAN Brasil (2020).

No neoliberalismo, estas ações disputam espaço político e recursos, sem muita força, com as ações (e não ações) que beneficiam o mercado, as grandes indústrias e multinacionais. Ainda que o próprio Estado, ao assinar o Pidesc [Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais] e outros documentos de direitos humanos, tenham se comprometido a utilizar o máximo de seus recursos para a realização destes direitos, na estrutura capitalista neoliberal estes compromissos acabam perdendo prioridade. Neste momento, salvo exceções muito pontuais, os Estados se esquivam ou diluem suas responsabilidades frente aos direitos econômicos, sociais e culturais e se abstêm de criar espaços de capacitação e participação em que toda a sociedade possa desenvolver seus próprios processos de conscientização política que lhes permita apropriar-se de seus direitos (FIAN Brasil, 2020, p. 46).

A luta pela garantia do Dhana tem seu marco legal na *Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)*, que, promulgada em 1948, representa a consolidação das conquistas resultantes da luta dos povos contra a opressão e o abuso de poder. Aprovado em um momento em que a humanidade ainda sentia fortemente o impacto das atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial, o documento serve como uma referência fundamental para a promoção e o respeito efetivo dos direitos humanos em todas as partes do mundo.

O Artigo 2º da *DUDH* afirma: “Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente *Declaração*”. Já no Artigo 25, consta que “todo homem

tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação (...)" (ONU, 1948).

A *DUDH* serviu de base para a criação de documentos mais específicos sobre direitos humanos, como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc), ambos adotados em 1966, além de várias outras convenções aprovadas pela ONU e por organizações regionais.

Após o fim da Guerra Fria, em 1991 e com o fortalecimento do movimento internacional pelos direitos humanos, foi realizada, em 1993, a Conferência Mundial de Direitos Humanos, na cidade de Viena, na Áustria. Nesse evento, os princípios fundamentais da *DUDH* e de outros instrumentos internacionais de proteção de direitos foram reafirmados, destacando que os direitos humanos são universais, indivisíveis, inalienáveis, interdependentes e inter-relacionados em sua aplicação.

Outra conquista do direito à alimentação se deu em 1999, quando o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU elaborou o Comentário Geral n.º 12, que interpreta e esmiúça o seu significado:

O direito à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção. O direito à alimentação adequada não deverá, portanto, ser interpretado em um sentido estrito ou restritivo, que o equaciona em termos de um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos. O direito à alimentação adequada terá de ser resolvido de maneira progressiva. No entanto, os estados têm a obrigação precípua de implementar as ações necessárias para mitigar e aliviar a fome, como estipulado no Parágrafo 2 do Artigo 11, mesmo em épocas de desastres, naturais ou não (ONU, 1999. p. 2).

Em 2002, o Relator Especial da ONU para o Direito à Alimentação avança um pouco mais na delimitação do que seria esse direito e define:

O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva (Ziegler, 2002 *apud* Abrandh, 2010, p.15).

Ao rememorar a busca por reconhecimento, no âmbito da ONU, a Declaração Universal dos Direitos Humanos admitiu o direito à alimentação, verificado nos Artigos 3.º e 25, que salientam que “toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, e, especialmente, a alimentação”. Já no preâmbulo da parte A da já citada Constituição da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), há a prerrogativa de que os Estados que adotam essa Constituição precisam estar decididos a promover o bem-estar geral, intensificando a ação individual e coletiva com o objetivo de aumentar os níveis de nutrição e de vida, e contribuir, assim, para libertar a humanidade da fome (FAO, 2014).

Conforme os tratados internacionais de direitos humanos, existem duas dimensões indivisíveis do Dhana: o direito de estar livre da fome e da má nutrição e o direito à alimentação adequada.

Isso significa que a realização do Dhana se inicia com a luta contra a fome, mas não pode se limitar a ela. Os seres humanos necessitam de muito mais que atender suas necessidades de energia ou de nutrientes. A alimentação é a forma como os seres humanos se constroem, não apenas materialmente, mas também simbolicamente, como seres sociais e culturais que são. Assim, o direito não pode ser reduzido a uma recomendação mínima de energia e nutrientes ou não será plenamente realizado (Abrandh, 2010).

A partir de 1996, quando aconteceu a Cúpula Mundial da Alimentação, promovida pela FAO, este organismo da ONU passou a envolver-se ativamente na promoção do Dhana. No *Plano de Ação da Cúpula*, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos foi convidado a definir o Artigo 11 do PIDESC e a propor formas para a realização do Dhana, levando em conta a possibilidade da formulação de diretrizes voluntárias sobre o tema.

Além de marcar o início de importantes discussões sobre as formas de se realizar o Dhana e, portanto, de sua relação com as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a Cúpula Mundial da Alimentação teve no Brasil o papel de mobilizar a sociedade civil em torno do tema, desde seu processo preparatório até a participação no evento paralelo realizado pela sociedade civil internacional. Os debates travados fortaleceram os grupos, indivíduos e movimentos sociais envolvidos com a temática, e desse processo nasceu o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), em 1998.

O Fórum exerceu um papel fundamental na articulação do movimento pela SAN, mantendo o tema na agenda política e influenciando o governo, que em 2003 decidiu reinstaurar

o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que havia sido extinto pelo governo Fernando Henrique Cardoso em 1995.

O FBSSAN foi um importante catalisador do processo de participação da sociedade civil nos níveis nacional e estaduais do Consea, além de atuar na preparação das Conferências Nacionais de SAN. Destaca-se também o papel do Fórum como principal elo entre as sociedades civis brasileira e global com atuação nas áreas de soberania e segurança alimentar e nutricional (Abrandh, 2010).

O FBSSAN congrega diferentes setores da sociedade civil, como grupos de indígenas e povos/comunidades tradicionais, organizações não governamentais, movimentos sociais, redes, pesquisadores e militantes que atuam nas diferentes dimensões de soberania, SAN e Dhana, quais sejam: reforma agrária e demarcação de terras, comércio internacional, produção de alimentos, métodos produtivos, abastecimento, economia solidária, educação popular, hábitos e culturas alimentares, nutrição, saúde etc.

Com a extinção do Consea Nacional pelo governo de Jair Bolsonaro, em 2019, o Fórum foi novamente foco de articulação da resistência e de construção por parte da sociedade civil. Em seus espaços, são organizadas e articuladas demandas e prioridades para as lutas pela SAN e o Dhana no país. Como o governo federal não exerceu seu papel de convocar a VI Conferência Nacional de SAN, prevista para julho de 2019, o Fórum lançou a *Carta Convocatória para a Conferência Nacional, Popular, Autônoma: por Direitos, Democracia e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional*, a ser realizada em 2020.

Em 2002, cinco anos após a primeira edição, a nova Cúpula Mundial da Alimentação foi realizada em Roma, na Itália, ocasião em que a promoção e a implementação do Dhana foram integralmente reconhecidas como obrigações do Estado.

Além do compromisso internacional, o Brasil conta com uma base legal própria, relativamente robusta no que diz respeito ao direito à alimentação. Um elemento fundamental neste cenário de conquistas foi a atuação da sociedade civil brasileira. Conforme já mencionado, o FBSSAN foi protagonista na história da SAN no Brasil, participando de forma ativa desde a construção da Estratégia Fome Zero, antes de 2003, até a reinstituição do Consea, que, por sua vez, encabeçou grande parte das lutas por direitos na temática, como a inclusão do direito à alimentação na *Constituição Federal* de 1988 e a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), em 2006.

A LOSAN amplia e consolida o arcabouço legal do Dhana no Brasil. Em seu Artigo 2º, propõe entendimento abrangente sobre o direito à alimentação, reafirma sua indivisibilidade e

considera a dimensão da dignidade humana, em consonância com os instrumentos internacionais de direitos humanos.

Em 2010, o Decreto n.º 7.272 regulamentou a LOSAN e instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo geral de promover a SAN e assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) em todo o território nacional. No mesmo ano, a alimentação passou a ser nominalmente citada entre os direitos sociais garantidos pela *Constituição Federal* em seu Artigo 6.º. A inserção aconteceu após intensa mobilização de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e do Consea junto à sociedade e ao Congresso Nacional.

A afirmação do direito à alimentação, explicitamente citado na Constituição, implica aumento da visibilidade, força política e, principalmente, do poder de exigibilidade do direito. No plano simbólico, significa maior peso à alimentação como direito em contraposição à ideia de favor, caridade ou concessão (FIAN, 2013, p. 25).

No Brasil, a pauta do Dhana está conceitual e historicamente ligada à luta pela segurança alimentar e nutricional, forma encontrada pela sociedade, sob responsabilidade do Estado, para garantir esse direito a todos os cidadãos (Valente, 1997). A SAN propõe políticas públicas intersetoriais que incidem sobre todas as etapas pelas quais passam os alimentos, desde sua produção até o consumo final, considerando suas dimensões culturais, sociais e ambientais. O conceito de SAN proposto pelo Artigo 3º da LOSAN é:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006, p. 1).

Esses progressos normativos nacionais e internacionais ancoraram uma política de SAN que produziu importantes avanços na superação da fome e da desnutrição no Brasil, como a saída do país do *Mapa da Fome* da FAO/ONU, em 2014. Este marco significa que, naquele momento, menos de 5% da população brasileira vivia em restrição alimentar severa, ou insegurança alimentar e nutricional grave. No mesmo ano, a FAO lançou um relatório de análise da experiência brasileira, apontada como referência internacional no combate à fome (FAO, 2014).

Segundo a FAO, os avanços decorreram da priorização da agenda da SAN a partir de 2003, com destaque ao lançamento da Estratégia Fome Zero, à recriação do Consea, à institucionalização da Política de SAN e à implementação, de forma articulada, de políticas de proteção social e de fomento à produção agrícola. O relatório aponta, ainda, o fortalecimento dos marcos legais e a criação de um ambiente institucional que facilitou a cooperação e a coordenação entre os ministérios e as diferentes esferas de governo, com responsabilidades definidas entre esses órgãos, além de maiores investimentos em áreas como agricultura familiar e do forte envolvimento da sociedade civil no processo político (FAO, 2014).

A partir de 2016, quando Michel Temer assumiu a Presidência da República, diversas medidas que agravam a violação de direitos sociais e, conseqüentemente, a realização do Dhana, foram adotadas e afetaram justamente os pilares que garantiram o combate à fome e à pobreza.

Houve aumento do desemprego e do número de desalentados – pessoas que desistiram de procurar trabalho; eliminação de empregos nos estabelecimentos agropecuários; o salário mínimo foi desvalorizado e teve seu poder de compra reduzido; houve o desmonte de órgãos públicos como a Funai [Fundação Nacional dos Povos Indígenas] e o Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária]; os programas sociais que foram implementados no Brasil sofreram graves cortes orçamentários, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (67%) e do Programa Água para Todos (94%). Houve ainda retrocessos na concepção de como se garantir o direito à alimentação, com o aumento da influência política das indústrias que produzem alimentos ultraprocessados e adotam práticas e políticas contrárias à realização desse direito (manifesto *Pela democracia e contra a fome*, 16 de outubro – Dia Mundial da Alimentação, 2018).

Com o governo Bolsonaro, a política de SAN, assim como todas as outras ações de promoção de direitos humanos, sofreu golpes mortais. No âmbito específico do direito à alimentação, já no primeiro dia de governo, a Medida Provisória n.º 870 alterou a LOSAN e extinguiu o Consea Nacional, desestruturando todo o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional e enfraquecendo a política em seu alicerce.

A extinção do Consea marca a violação do Estado brasileiro de todas as suas obrigações com relação ao Dhana. O Conselho figurava como o principal articulador das políticas, propostas e demandas relacionadas à SAN, responsável por receber e investigar denúncias de violações, além de atuar de forma intersetorial e participativa para a promoção do direito à alimentação no país.

Em 2021, tal conjuntura resultou em um cenário que mostrou, em rede nacional, filas formadas por pessoas recebendo carcaças e ossos para se alimentarem. Era o ápice do período

que marcou novamente a inserção do país no *Mapa da Fome*. Dito isto, depreende-se que estamos diante de um problema social que convida o jornalismo a pensar e a efetivar estratégias em sua práxis que corroborem com uma mobilização social em torno do direito à alimentação e à exigibilidade desse direito, sem naturalizar a pobreza e a insegurança alimentar ou tratá-las como questão de caridade, e não como um problema de justiça e direitos humanos. A seguir, apresentaremos o cenário atual da fome no país, expresso em números que assustam, mas que também nos instigam a expor uma realidade que precisa ser discutida de maneira propositiva, via jornalismo e também sob a égide da pesquisa acadêmica.

## 5.2 A CONSTRUÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE COMBATE À FOME NO BRASIL

A tentativa de resgatar as iniciativas de combate à fome no país engendra ainda a necessidade de relembrar o contexto político em que as estratégias foram sendo desenhadas. Para esse exercício, a obra *Fome Zero: uma história brasileira*, lançada em 2010 sob a chancela do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é utilizada como fio condutor para as discussões desta seção. Trata-se de um registro da trajetória e dos impactos do Fome Zero, iniciativa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva lançada em 2003. O programa foi parte de uma estratégia nacional para erradicar a fome e a insegurança alimentar no Brasil, articulando uma série de políticas públicas voltadas à inclusão social, distribuição de renda e desenvolvimento rural.

A obra, que congrega artigos e entrevistas de diferentes pesquisadores, relata o contexto histórico e social que levou à criação do Fome Zero, explicando como o combate à fome se tornou uma prioridade de governo. O livro descreve os principais eixos de atuação do programa, como o fortalecimento da agricultura familiar, a ampliação do acesso a alimentos e a criação de redes de segurança social. Ele também apresenta resultados e impactos do programa, como a redução da pobreza extrema e o avanço do Brasil em indicadores internacionais de segurança alimentar.

Em um dos artigos, intitulado *Desafios sociais no Brasil em 2003 – da exclusão à cidadania*, Tapajós, Rodrigues e Coelho (2010) rememoram que Luiz Inácio Lula da Silva, ao ser eleito presidente do Brasil em 2002, definiu a luta contra a fome como um dos principais objetivos de seu governo, influenciado por sua própria trajetória pessoal e familiar, bem como pela realidade de milhões de brasileiros pobres. Antes de sua ocupação da Presidência, Lula já havia construído uma carreira política marcada por sua atuação nas lutas sindicais, tendo sido líder

do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) – criado a partir das greves no ABC Paulista – e deputado federal por São Paulo durante a Assembleia Nacional Constituinte em 1986-1987.

As autoras lembram ainda que, ao entrar para a vida pública, Lula colocou as questões sociais como prioridade em sua agenda política, especialmente a questão da fome, que passou a ser amplamente discutida. Desde 1989, após sua derrota nas eleições presidenciais para Fernando Collor de Mello, começou a articular uma campanha nacional voltada ao combate à pobreza e à fome.

Conforme explicitado por Tapajós, Rodrigues e Coelho (2010), em 16 de outubro de 1991, em uma reunião no Instituto da Cidadania, Lula lançou oficialmente o programa de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que se tornaria a base para o programa Fome Zero. Nessa mobilização, Herbert de Sousa, conhecido como Betinho, liderou as ações de solidariedade para enfrentar a questão. Segundo as autoras, o Fome Zero não foi concebido como um programa assistencialista nem focado apenas em medidas emergenciais; sua essência era uma política de inclusão social que visava, além de distribuir alimentos, promover geração de renda, trabalho e o resgate da autoestima e cidadania.

No artigo, as autoras explicam que, quando Lula assumiu a Presidência em 2003, o programa Fome Zero foi implementado, colocando a questão da fome como prioridade central do governo. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que havia sido substituído pelo Conselho do Programa Comunidade Solidária durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi restabelecido e vinculado à Presidência da República. Sua missão era avaliar e debater com a sociedade a agenda de combate à fome no país. Novos estudos foram conduzidos para avaliar o número de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, público-alvo do programa e das políticas de transferência de renda. Posteriormente, essa população-alvo foi ampliada para incluir pessoas em situação de vulnerabilidade social, seja por idade, deficiência ou outras condições, ou em situação de violação de direitos.

Tapajós, Rodrigues e Coelho (2010) explicam ainda que o Fome Zero se consolidou como uma política de Estado, buscando restaurar a dignidade humana por meio de uma série de ações coordenadas entre governos regionais e locais, com o apoio da sociedade civil. A seguir, a filosofia do programa:

O combate à fome é uma condição essencial para a inserção dos indivíduos na sociedade. Uma pessoa que está passando fome não consegue participar plenamente da vida social, agir de forma política ou planejar o futuro, pois está constantemente focada em suprir suas necessidades alimentares (Nabuco; Souky, 2004 *apud* Tapajós; Rodrigues; Coelho, 2010, p.48).

O programa Fome Zero, conforme apontado pelas autoras, atua como uma estratégia integradora de ações conduzidas por diversas instâncias do governo federal, com o objetivo de garantir a SAN, buscando combater as raízes estruturais da pobreza. Suas iniciativas envolvem a participação de vários ministérios e incluem colaboração entre os níveis federal, estadual, municipal e a sociedade civil.

Em 2003, entre as metas estabelecidas pelo programa Fome Zero estavam: a criação de restaurantes populares; a organização de sacolões e a implementação de hortas e cozinhas comunitárias; a ampliação da oferta de merenda nas pré-escolas, creches e escolas indígenas; a distribuição de cestas básicas a grupos específicos, como acampados, quilombolas e indígenas; a implementação do serviço de registro civil gratuito em parceria com órgãos locais e nacionais; a criação de um programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar; convênios para o incentivo à distribuição de leite; a construção de cisternas e a criação de bancos de alimentos para reduzir o desperdício (Tapajós; Rodrigues; Coelho, 2010, p. 50).

Esse conjunto de medidas consolidou a política de SAN, enfrentando o desafio central das políticas públicas no governo Lula: combater as principais causas da insegurança alimentar entre as famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade, e também proteger os agricultores familiares e tradicionais dos efeitos negativos do mercado de preços e de desastres naturais, como secas, enchentes e pragas.

Em outro artigo da obra, *A importância do programa Fome Zero do governo Lula*, Maya Takagi explica que a iniciativa destacou a importância de ações em três níveis: políticas estruturais, específicas e locais, voltadas a combater as causas da fome e melhorar o acesso à alimentação de qualidade. Além disso, introduziu a noção de que a segurança alimentar é um direito humano, que deve ser garantido pelos Estados em cooperação com a sociedade civil. A imagem a seguir, adaptada a partir de Tagaki (2010), ilustra as principais políticas propostas nestes três níveis de ação.

Figura 6 – Esquema das propostas do programa Fome Zero



Fonte: adaptada pela autora a partir de Takagi (p. 56, 2010).

Em suma, Takagi (2010) destaca os grupos prioritários atendidos pelo programa Fome Zero em suas ações emergenciais, como as famílias acampadas à espera de reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas em situação de risco alimentar e famílias catadoras de lixo nas grandes cidades. Segundo ela, para as famílias acampadas, a partir de abril de 2003, o programa começou a distribuir cestas de alimentos emergenciais, beneficiando 60.756 famílias em 637 acampamentos. Essas cestas, com um custo médio de R\$ 50,00, eram de melhor qualidade e quantidade, resultado de discussões com movimentos sociais. Os alimentos incluíam itens básicos, como arroz, farinha, óleo e leite em pó. A compra dos alimentos foi realizada pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), e a distribuição, pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Em 2003, houve a entrega de 1,3 milhão de cestas, totalizando 32,5 mil toneladas de alimentos.

Já as comunidades indígenas e quilombolas receberam apoio por meio de distribuição de cestas alimentares adequadas às necessidades de cada etnia. O programa beneficiou 63 comunidades indígenas e 150 comunidades quilombolas. Além disso, foi elevado o valor *per capita* para a alimentação escolar indígena, possibilitando cardápios mais adequados. O programa financiou ainda ações estruturais para apoiar a agricultura de subsistência, criação de pequenos animais e desenvolvimento sustentável, por meio de parcerias com ministérios e governos estaduais.

Nas grandes cidades, o programa atuou junto às famílias catadoras de lixo, incentivando a criação de cooperativas de reciclagem e promovendo ações de saúde, educação e capacitação. Essas ações foram coordenadas por um comitê interministerial.

Mesmo com as conquistas visíveis, o programa enfrentou desafios significativos em sua implementação e execução. Nesse sentido, destaca-se o contexto de desigualdade estrutural do país. Segundo Aranha (2010), o diagnóstico inicial do programa identificava que o problema da fome estava intimamente relacionado à insuficiência de renda, e não à escassez de alimentos. Esse contexto exigia políticas públicas que combinassem ações estruturais de longo prazo, como a redistribuição de renda e a criação de empregos, com intervenções emergenciais. No entanto, essa dualidade de objetivos revelou-se um desafio complexo, pois o crescimento econômico necessário para aliviar a pobreza estrutural não poderia ser alcançado rapidamente. A tensão entre essas demandas estruturais e emergenciais marcou os primeiros anos do programa.

Outro obstáculo mencionado por Aranha (2010) consistiu na resistência política e institucional ao programa. O Fome Zero envolvia ampla articulação entre as esferas federal, estaduais e municipais do governo e a sociedade civil. Conforme detalhado na obra, a criação do Consea, que deveria desempenhar papel integrador entre os diferentes níveis de governo e representantes da sociedade, enfrentou dificuldades em garantir a participação efetiva e a coesão necessária para implementar as ações do programa. As divergências políticas entre os diferentes atores, além da burocracia administrativa, retardaram o ritmo das intervenções.

Adicionalmente, Aranha (2010) aponta que o Fome Zero sofreu com a dispersão de suas políticas e ações. O programa foi desenhado como uma rede de projetos e iniciativas que abarcavam desde o acesso à alimentação até a promoção da agricultura familiar, a criação de cisternas no Semiárido e o fomento de mercados locais de alimentos. Apesar da abrangência, a falta de uma coordenação centralizada e eficiente dificultou a execução uniforme em todo o país. Na obra, Aranha (2010) destaca que, em muitas localidades, houve dificuldades em adaptar as ações do Fome Zero às necessidades específicas das comunidades, o que resultou em desigualdades na sua implementação.

Outro importante desafio foi a própria questão da comunicação e da percepção pública do programa. Aranha (2010) evidencia que o Fome Zero, em seus primeiros anos, foi alvo de críticas tanto da oposição política quanto da mídia. A imagem de um programa assistencialista, focado apenas na distribuição de cestas básicas, contrastava com a proposta mais ampla de combate às causas estruturais da fome. Essa simplificação da proposta gerou desgaste na percepção pública, que levou, nos anos seguintes, à substituição gradual do Fome Zero por

políticas mais focalizadas, como o Programa Bolsa Família, que, embora inspirado pelos princípios do Fome Zero, foi mais bem recebido pela opinião pública.

Ainda assim, Aranha (2010) sublinha a importância do Fome Zero em colocar a segurança alimentar no centro da agenda política nacional. Apesar dos desafios enfrentados, o programa foi responsável por uma transformação na forma como o Estado brasileiro tratava o problema da fome, elevando-o à categoria de direito humano fundamental. A incorporação da noção de soberania alimentar e a articulação com organismos internacionais, como a FAO e o Programa Mundial de Alimentos, ajudaram a reposicionar o Brasil no cenário global de combate à fome.

### 5.3 O CONTEXTO DA FOME NO BRASIL EXPRESSO EM NÚMEROS

As iniciativas implementadas pelos programas de combate à fome no Brasil, como o Fome Zero e o Bolsa Família, são exemplos de políticas públicas que obtiveram êxito significativo na redução da insegurança alimentar e da pobreza extrema nas últimas décadas. Ao focar em ações emergenciais, como a distribuição de cestas básicas para grupos vulneráveis, e em medidas estruturantes, como o fortalecimento da agricultura familiar e a inclusão social de comunidades marginalizadas, esses programas ajudaram a reduzir a fome em diversas regiões do país. O programa Fome Zero, como visto na seção anterior, articulou múltiplas frentes de atuação que abrangiam acesso a alimentos, políticas de desenvolvimento sustentável e incentivo à produção local, promovendo a inclusão econômica e a dignidade de milhões de brasileiros.

No entanto, um grande contingente de brasileiros voltou a viver em situação de insegurança alimentar, evidenciando uma preocupante reversão desses avanços. Novos estudos apontam que, em 2022, o Brasil voltou ao *Mapa da Fome*, com mais de 33 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, um aumento expressivo em relação aos anos anteriores. Esse cenário revela o impacto devastador da pandemia de Covid-19 e das crises econômicas subsequentes, além da insuficiência de políticas públicas que enfrentem de maneira eficaz o agravamento da pobreza e da fome.

A lacuna entre as ações bem-sucedidas de outrora e a realidade atual ressalta a necessidade urgente de retomar e fortalecer as políticas de segurança alimentar, considerando os desafios contemporâneos e a complexidade das novas dinâmicas sociais, que exigem uma resposta igualmente multifacetada e abrangente.

Em 2022, quatro em cada dez domicílios brasileiros estavam em condição de insegurança alimentar – situação em que o indivíduo não tem acesso pleno e permanente a alimentos. Os outros seis lares se dividem numa escala, que vai dos que permanecem preocupados com a possibilidade de não ter alimentos no futuro até aqueles que, de fato, passam fome. Em números absolutos, são 125,2 milhões de pessoas que tiveram algum grau de insegurança alimentar, representando um aumento de 7,2% desde 2020 e de 60% em comparação com 2018. Essa realidade foi revelada no 2.º *Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil*, lançado em junho de 2022. A edição recente da pesquisa mostrou que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave (fome), o que rebaixa o país a um patamar equivalente ao da década de 1990.

O estudo foi realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) e contou com entrevistas em 12.745 domicílios, em áreas urbanas e rurais de 577 municípios, distribuídos nos 26 estados e no Distrito Federal, permitindo um novo retrato sobre a fome no país. Os níveis de segurança alimentar e de insegurança alimentar foram medidos pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), que também é utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento confirma o quadro de pobreza e suas consequências mediante as várias crises pelas quais passa o país. Segundo os dados, é muito baixo o rendimento da população brasileira, uma vez que 36,8% das famílias tinham renda *per capita* média de até meio salário mínimo. Entre essas famílias, cerca da metade vivia com, no máximo, um quarto do salário mínimo para atender às suas despesas. Em 14,3% dos domicílios havia pelo menos um(a) morador(a) procurando emprego, e em 8,2%, a pessoa responsável pela família estava desempregada. A Covid-19 ceifou vidas em 6,1% das famílias brasileiras, sendo que em 42,5% delas a pessoa vitimada pela doença contribuía para o atendimento às despesas domiciliares. A junção dessas condições (e possivelmente outras), de acordo com a pesquisa, levou ao endividamento de 38,2% das famílias e à necessidade de cortes em despesas essenciais em 57,1% dos domicílios. Tais indicadores de pobreza e suas consequências se mostraram ainda piores nas regiões Norte e Nordeste, nos domicílios rurais do país, bem como em moradias com a pessoa de referência autodeclarada de cor preta ou parda ou mulheres.

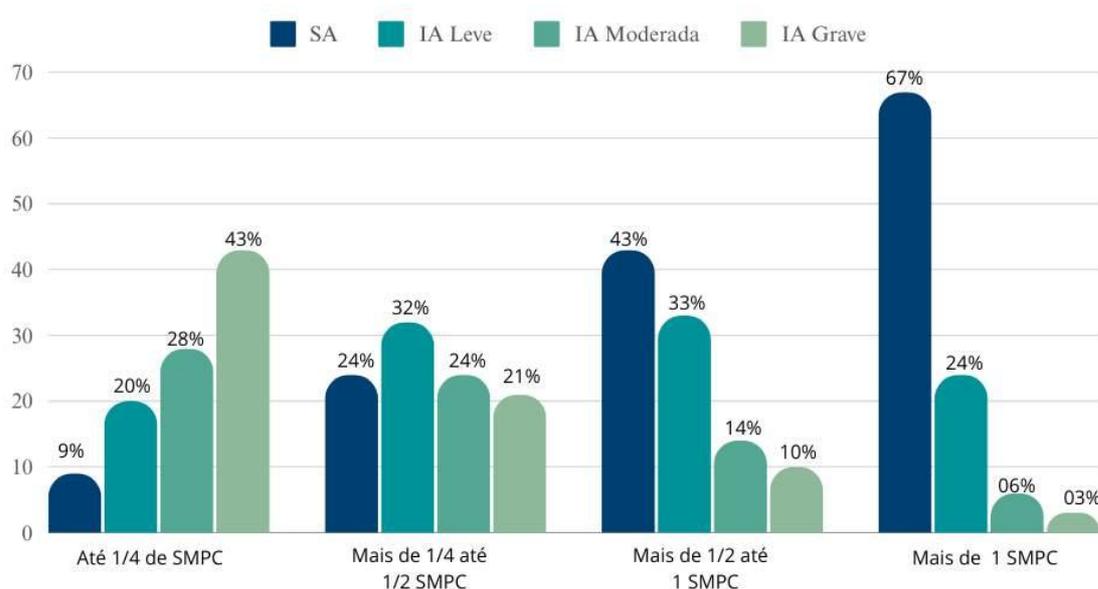
No período compreendido entre o final de 2021 e o início de 2022 os moradores de pouco mais de 40% dos domicílios tinham garantia de acesso pleno aos alimentos, ou seja, viviam em segurança alimentar. Em 28,0% deles havia referência à instabilidade na alimentação dos moradores – traduzida pela preocupação quanto à possível incapacidade de obter alimentos

no futuro próximo e comprometimento da qualidade da alimentação – ou experiência de insegurança alimentar leve. Em um terço dos domicílios (30,7%) já havia relatos de insuficiência de alimentos para atender às necessidades de seus moradores, ou seja, insegurança moderada ou grave, dos quais 15,5% conviviam com experiências de fome.

Segundo os dados, a quantidade de domicílios em situação de insegurança alimentar é preocupante, ao revelar a injustiça e o descaso a que são submetidos milhões de brasileiros. São 125,2 milhões de pessoas em insegurança alimentar e mais de 33 milhões em situação de fome.

Os indicadores sociodemográficos e suas relações com segurança e insegurança alimentar também foram evidenciados na segunda edição do inquérito. Assim, o estudo apontou que o acesso desigual e insuficiente à renda, aos bens e serviços e às políticas públicas são as condições que melhor explicam as desigualdades relativas à garantia do Dhana. Nesse sentido, podemos pensar que, em alguma medida, há uma relação inversa entre a renda familiar e a presença de insegurança alimentar, ou seja, nos lares com menor renda familiar *per capita* os moradores estão mais sujeitos à baixa capacidade de acesso aos alimentos e a níveis de insegurança alimentar mais severos. Os dados da pesquisa reforçam essa relação, uma vez que mais de 90% dos domicílios cuja renda *per capita* era inferior a um quarto do salário mínimo enfrentavam algum grau de insegurança alimentar; por outro lado, em domicílios com renda *per capita* maior do que um salário mínimo, a segurança alimentar esteve presente em 67% dos lares (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Distribuição percentual da Segurança Alimentar (SA) e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) segundo as categorias de renda familiar mensal per capita (múltiplos de salário mínimo per capita – SMPC)



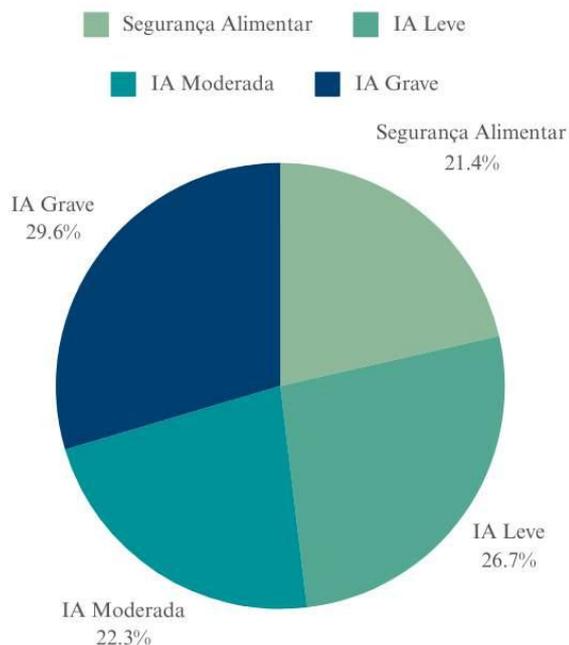
Fonte: adaptado pela autora a partir do II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Destaca-se que, nos domicílios de menor renda, a restrição na quantidade de alimentos ocorreu em 71% dos domicílios, e em 43% deles (em um a cada dois domicílios com renda *per capita* de até um quarto do salário mínimo) os moradores vivenciaram a fome.

Portanto, trata-se de um cenário a reforçar a necessidade de políticas públicas permanentes que possibilitem o aumento dos rendimentos familiares, sejam de melhor distribuição da renda, bem como de geração de emprego, aumento do poder de compra do salário mínimo e mais acesso à educação. Este último consiste em política pública fundamental para reverter a situação de vulnerabilidade social que muitas vezes se perpetua por gerações de uma mesma família.

Outro dado da pesquisa apresenta a relação indireta entre ocupação/emprego e a SA/IA, dado seu efeito sobre os rendimentos familiares. A SA estava presente em apenas 21,4% dos domicílios onde havia algum(a) morador(a) desempregado(a). Já a IA moderada e a IA grave, nestas condições, era realidade, respectivamente, para 22,3% e 29,6% das moradias, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 9 – Distribuição percentual de Segurança Alimentar (SA) e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) em domicílios com pelo menos um(a) morador(a) desempregado(a)



Fonte: adaptado pela autora a partir do II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Outras evidências do estudo mostram o perfil da pessoa de referência das famílias em relação à segurança/insegurança alimentar. Sob a perspectiva de gênero, em 2021/2022, as desigualdades conhecidas como condição social que impacta a segurança alimentar foram, mais uma vez, confirmadas na segunda edição do inquérito. Como apontado no Gráfico 10, a seguir, o acesso das famílias aos alimentos era reduzido em lares onde uma mulher era a pessoa de referência, ou seja, responsável pela família.

Gráfico 10 – Distribuição percentual da Segurança Alimentar (SA) e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo o sexo da pessoa de referência do domicílio

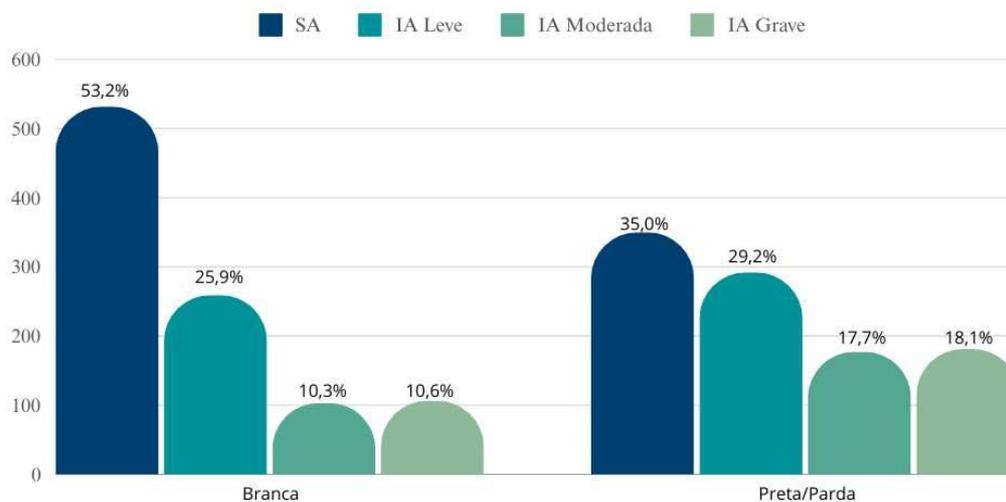


Fonte: adaptado pela autora a partir do II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Enquanto a SA foi encontrada em 46,4% dos domicílios com responsáveis homens, naqueles onde as mulheres eram a referência apenas 35,8% apresentaram a mesma classificação. Em outras palavras, cerca de seis em cada dez domicílios com responsáveis do sexo feminino estavam em algum nível de IA. Destes, quase 20% estão em situação de fome.

Outro dado que ganha destaque neste trabalho diz respeito à relação entre a raça/cor da pele autorreferida da pessoa responsável pelo domicílio e a mudança nos níveis de SA/IA de seus moradores. Nesse sentido, o estudo aponta que, no início de 2022, a proporção de insegurança alimentar foi maior nos lares cujos responsáveis se identificavam como pretos ou pardos, como explicitado a seguir.

Gráfico 11 – Distribuição percentual da Segurança Alimentar (SA) e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo a raça/cor da pele autorreferida

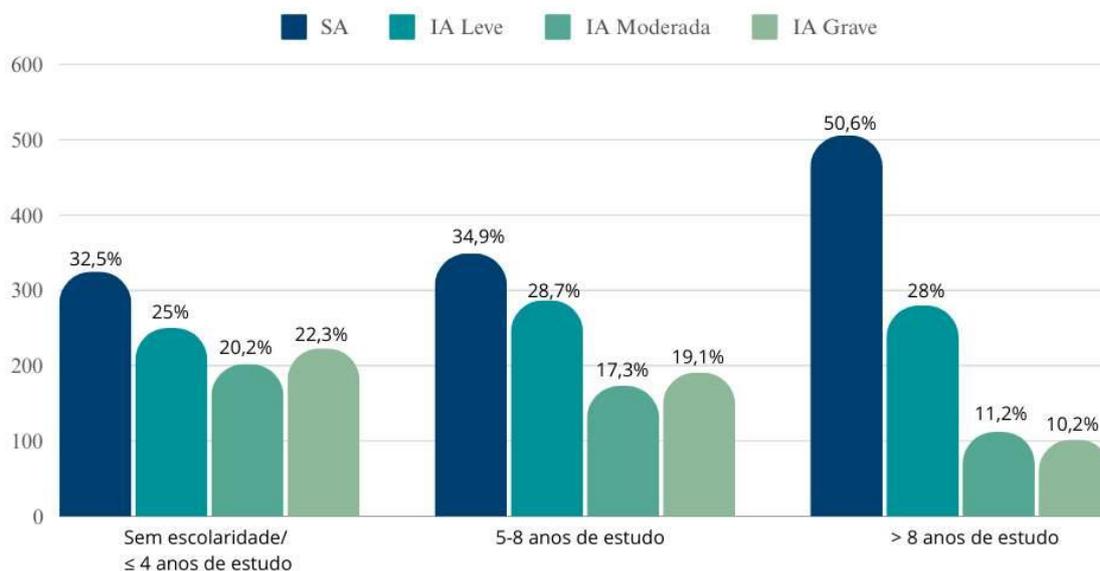


Fonte: adaptado pela autora a partir do II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

A presença do racismo no Brasil, em suas diferentes formas e contextos, está enraizada na sociedade e também se expressa no momento em que analisamos a garantia – ou a falta dela – ao direito humano a uma alimentação suficiente e de qualidade. Corrobora com esse pensamento a constatação de que seis em cada dez domicílios cujos responsáveis se identificavam como pretos ou pardos viviam em algum grau de IA, enquanto nos domicílios cujos responsáveis eram de raça/cor de pele branca autorreferida mais de 50% tinham SA garantida. Logo, olhar os dados pressupõe ainda a urgência do combate à insegurança alimentar nessas populações, algo a requerer abordagens multifacetadas que considerem a interseccionalidade de raça, classe e localidade, além de direcionamento para reduzir as desigualdades raciais sistêmicas e promover a equidade.

Outra condição que promoveu diferença na prevalência da segurança alimentar foi a escolaridade do responsável pelo domicílio, expressa no Gráfico 12, a seguir.

Gráfico 12 – Distribuição percentual da Segurança Alimentar (SA) e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo a escolaridade



Fonte: adaptado pela autora a partir do II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Em 42,5% dos domicílios com responsáveis de escolaridade até quatro anos de estudo, seus moradores estavam em insegurança alimentar moderada ou grave – havendo, portanto, comprometimento na quantidade de alimentos para consumo. Há fome em 22,3% dos domicílios com responsáveis de baixa escolaridade — quatro anos ou menos de estudo. Em 2020 esse percentual era de 14,9%. O maior índice de segurança alimentar se verifica em domicílios cujos responsáveis têm mais de oito anos de estudo: 50,6%.

A pesquisa apresenta ainda algumas estratégias de enfrentamento da insegurança alimentar diante da pandemia da Covid-19. Nesse cenário, buscou-se identificar as alterações financeiras sofridas nos lares com os impactos da pandemia e as respectivas relações com a segurança/insegurança alimentar. As mudanças ocorreram, em especial, nos domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave.

O endividamento, a venda de bens ou equipamentos de trabalho e a necessidade de algum(a) morador(a) parar de estudar para contribuir com a renda familiar atingiram mais de 40,0% dos domicílios com IA moderada ou grave (49,1%, 48,7% e 55,2%, respectivamente), conforme apontado no estudo. Tais fatos atestam as dificuldades enfrentadas pelas famílias em manterem padrão alimentar adequado, principalmente nos segmentos em situação de maior vulnerabilidade social da população. Nesse sentido, o inquérito avaliou também se um ou mais moradores dos domicílios tiveram a sensação de vergonha, tristeza ou constrangimento para conseguir alimentos nos três meses que antecederam a entrevista. Essa pergunta permitiu

identificar famílias que adotam estratégias socialmente inaceitáveis para garantirem a alimentação dos seus integrantes. Observou-se que 8,2% dos lares avaliados relataram essa sensação de vergonha/tristeza/constrangimento para terem os alimentos assegurados. Em cerca de um quarto (24,3%) dos domicílios brasileiros em situação de insegurança alimentar moderada ou grave, houve relato de algum morador passar por constrangimento ou vergonha para conseguir alimentos para a família. Em números absolutos, isso representa 15,9 milhões de brasileiros que viviam sob formas mais severas de insegurança alimentar e estavam sujeitos ao uso de estratégias social e humanamente inaceitáveis para obtenção de alimentos, situação que viola, portanto, a sua dignidade e seu direito humano à alimentação adequada.

A reunião dos dados da pesquisa, considerada a mais atual para guiar nossas discussões, é basilar para apresentar o retrato da fome no país e descortinar a sempre urgente necessidade de políticas públicas eficientes para um problema social dessa magnitude.

A fome, um fenômeno complexo que vai além da simples falta de alimentos, deve ser entendida como uma condição multidimensional que afeta substancialmente o corpo e ainda o bem-estar psicológico, social e econômico dos indivíduos. Tal condição implica uma série de privações que podem levar a situações de desnutrição, doença, estigmatização social e exclusão. Somam-se a isso as desigualdades estruturais que perpetuam esse estado. Fatores como raça, gênero, classe social e localização geográfica, como explicitado na segunda edição do inquérito nacional, influenciam significativamente quem sofre mais intensamente com a fome e a insegurança alimentar.

Outro aspecto problemático consiste na invisibilidade da “fome oculta” ou insegurança alimentar moderada, em que a quantidade de alimento pode ser suficiente, mas a qualidade nutricional é inadequada. Trata-se de uma forma que não se manifesta em magreza extrema, embora tenha efeitos devastadores em longo prazo.

Ao trazer os dados da pesquisa, pretendemos ampliar o conceito de fome, extrapolando a questão de ausência de alimentos, na medida em que também sugere a qualidade necessária e o consequente impacto de longo prazo dessa privação. Os números ainda ratificam o quanto as políticas públicas de combate à fome precisam ser desenhadas objetivando uma compreensão profunda das complexidades socioeconômicas e culturais que perpetuam a insegurança alimentar. Deduzimos, então, que em muitos casos as políticas, em vez de proativas e estruturais, são apenas reativas, voltadas a emergências ou crises imediatas, o que limita seu impacto a longo prazo. A implementação de políticas também enfrenta desafios, como falta de coordenação entre diferentes níveis de governo, corrupção e ineficiência administrativa. Outras ainda se mostram inadequadas ou até contraproducentes, uma vez que não consideram a

participação e o protagonismo das comunidades afetadas, ou seja, não as envolvem na criação e execução de soluções. São questões que podem levar a falhas em endereçar as necessidades reais e contextuais da população, resultando em programas de assistência alimentar que desrespeitam o Dhana.

Os números apontados no estudo ainda nos instigam a pensar no quanto as políticas de combate à fome são orientadas para o fornecimento direto de alimentos, sem abordar as causas estruturais, como a desigualdade de renda e o acesso aos recursos necessários.

Toda essa problematização é construída como forma de evocar o compromisso do jornalismo em retratar a fome no Brasil com vistas a sensibilizar o público, instigar mudanças sociais e políticas, e evidenciar iniciativas e possíveis soluções. Tal compromisso é constantemente tensionado por coberturas episódicas, em que a fome ganha destaque apenas em períodos de crise aguda ou efemérides, sem priorizá-la como um problema estrutural persistente. Isso pode levar à fadiga do público ou à percepção de que a fome é um problema intermitente, e não uma realidade contínua para milhões de pessoas.

Além disso, não é incomum a observação de narrativas jornalísticas que recaem em representações simplistas ou estereotipadas das populações afetadas, reforçando estigmas e ignorando complexidades e diversidades de experiências. A fome é frequentemente retratada por imagens chocantes ou histórias comoventes, mas sem um contexto adequado que explique as causas estruturais e sistêmicas. Isso pode levar à desumanização dos sujeitos da notícia, mostrando-os apenas como vítimas, e não como agentes capazes de resistir e buscar soluções.

Sem a ideia de elencar críticas sobre as práticas jornalísticas na cobertura da fome, destaca-se o seu papel na amplificação da temática e no comprometimento com a justiça social e os direitos humanos, devidamente evidenciado em reportagens consagradas historicamente. Há que se sublinhar a promessa do jornalismo em promover e participar do debate sobre soluções e estratégias que suscitem esperança, por meio de uma cobertura aprofundada, contextualizada e centrada na dignidade humana, capaz ainda de considerar as várias dimensões da insegurança alimentar e as complexidades sociais que perpetuam essa grave violação dos direitos humanos.

#### 5.4 A FOME NO PAÍS SOB AS LENTES DO JORNALISMO AUDIOVISUAL

Como salientado no segundo capítulo, o jornalismo é entendido como uma forma de conhecimento porque, em sua essência, desempenha a função de interpretar, organizar e

transmitir informações sobre a realidade social, proporcionando aos cidadãos uma compreensão mais ampla do mundo em que vivem. Genro Filho (2012) argumenta que o jornalismo tem papel crucial na mediação entre os fatos e a sociedade. Para ele, o jornalismo não é apenas um relato superficial dos acontecimentos, mas sim uma prática social que seleciona, organiza e interpreta a realidade. Ao fazer isso, cria uma forma de conhecimento ao possibilitar ao público a compreensão dos processos sociais em curso e contribuindo para o desenvolvimento da consciência crítica da sociedade.

Já Meditsch (1992), complementando essa visão, ressalta que o jornalismo, como uma forma de conhecimento, vai além da simples transmissão de dados ou fatos isolados. Ele propõe ao jornalismo a capacidade de construir narrativas que revelam os aspectos complexos da realidade, permitindo às pessoas interpretar e refletir sobre as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que moldam suas vidas. Meditsch (1992) defende que o jornalismo é uma forma específica de conhecimento porque combina a objetividade da notícia com a subjetividade inerente à mediação dos fatos, proporcionando ao público uma visão estruturada e compreensível da realidade.

Assim, o jornalismo, em especial o televisivo, é uma prática cognitiva e social, fundamental para a construção de um conhecimento coletivo sobre o mundo, possibilitando que as sociedades se informem e reflitam criticamente sobre si mesmas.

Este espaço central de visibilidade nos parece uma passagem obrigatória para os temas relacionados aos direitos humanos, otimizando a reflexão sobre o exercício de direitos e deveres, ainda que de forma normativa. A relação entre telejornalismo e direitos humanos foi retratada por Emerin (2021, p. 23) como um desafio instigante, tendo em vista que, em uma primeira mirada, a aproximação destes temas não parece ter caminho único.

Se, por um lado, o jornalismo, na sociedade atual, parece não mais ocupar seu lugar de importância e referência, sofrendo campanhas constantes de descredibilização por parte de grupos que são, por ele, investigados ou desvelados; por outro, as estatísticas nunca foram tão altas, demonstrando tanto desrespeito aos direitos básicos da humanidade (Emerin, 2021, p. 24).

A partir dessa tentativa de relacionar telejornalismo e direitos humanos, considerando as intersecções evidentes entre os seus pressupostos fundantes (Emerin, 2021), buscamos também relacionar o telejornalismo ao Dhana – com ênfase na fome como a expressão maior de violação desse direito. Sob essa perspectiva, a seção se dedica a analisar como a fome tem sido abordada nos telejornais brasileiros nos últimos 20 anos, com especial destaque à atuação do jornalista Marcelo Canellas e do cinegrafista Lúcio Alves, cujas trajetórias na TV são

marcadas por matérias históricas e premiadas, que contribuíram para a conscientização social sobre o tema.

Conforme será explicitado no próximo capítulo, nosso olhar de pesquisa se ateve à Rede Globo, emissora na qual são veiculados o *Jornal Nacional* e a revista eletrônica *Fantástico*, berço das reportagens a serem analisadas, além de se configurar como a empresa em que os profissionais trabalharam na maior parte do período em questão. Posto isso, salienta-se que, para a obtenção das informações disponibilizadas a seguir, lançamos mão do método da entrevista, seguindo a modalidade semiaberta (ou semiestruturada), apontada por Martino (2018) como aquela em que o pesquisador vale-se de um roteiro de perguntas, abrindo espaço para que o entrevistado acrescente elementos que não estavam previamente definidos. Essa nos pareceu a modalidade ideal para as conversas, considerando a possibilidade para o desenvolvimento de novas ideias e propostas de tópicos paralelos, aumentando, assim, a riqueza de informações. Segundo Martino (2018, p. 115), as entrevistas semiestruturadas podem ser utilizadas quando o objetivo é conhecer o pensamento do entrevistado sobre determinado assunto, dando uma margem de liberdade para suas próprias considerações e mudanças de rumo, mas sem perder o recorte específico da pesquisa.

Tendo em vista quem seriam os jornalistas a serem ouvidos, acionamos a rede de relacionamentos pessoais, acadêmicos e profissionais para encontrar os contatos via WhatsApp, ligação telefônica ou e-mail. Com a aquisição do contato do jornalista Marcelo Canellas, o passo seguinte consistiu em entrar fazer o pedido de entrevista via mensagem no WhatsApp e agendar a data. Na ocasião, ele estava fixado em Brasília (DF) e, por conta disso, o meio possível seria uma videochamada via Google Meet, programada para o dia 1.º de junho de 2022, às 16h.

Com duração de 53 minutos e 20 segundos, a entrevista seguiu um roteiro prévio com 14 perguntas. Antes, contudo, foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a partir do qual o jornalista concordou com o formato e os objetivos da conversa, e também com os demais termos estabelecidos no documento. Os resultados da conversa foram publicados no volume 20 da revista científica *Estudos em jornalismo e mídia*, publicada em agosto de 2024.

O mesmo processo foi proposto ao cinegrafista Lúcio Alves, cuja entrevista ocorreu em 25 de maio de 2023, às 10h. Ele foi submetido a um roteiro de perguntas com cinco questões elementares para a pesquisa qualitativa.

As informações obtidas nas entrevistas serão apresentadas na seção seguinte. Cabe ressaltar que as conversas foram realizadas em um momento no qual o foco central da tese ainda

abrangia o telejornalismo e sua relação com os direitos humanos de forma mais ampla. No entanto, com base nas considerações feitas pela banca durante a qualificação, tornou-se necessário delimitar o objeto de pesquisa, tornando-o mais conciso. Assim, o foco foi direcionado para o tema da fome, específico como uma violação grave e urgente do direito humano à alimentação.

#### **5.4.1 Marcelo Canellas e a atuação com os Direitos Humanos no telejornalismo brasileiro**

Marcelo Canellas nasceu em Passo Fundo (RS), em 16 de outubro de 1965. Atuou na Rede Globo entre 1990 e 2023, sobretudo nos programas *Jornal Nacional*, *Globo Repórter* e *Fantástico*. Com 35 anos de carreira, o jornalista se dedica a assuntos que, segundo ele, merecem o que denomina “existência pública”, além de questões que o incomodam como cidadão.

Produzida por ele, *Geografia da fome* tornou-se uma das séries de reportagens especiais mais premiadas do telejornalismo brasileiro. Entre outros prêmios, recebeu o Ayrton SennadeJornalismo,oBarbosaLimaSobrinho,o Imprensa Embratel, o Vladimir Herzog nacategoria Documentário e a medalha ao mérito da Organização das Nações Unidas (ONU). À frente da produção da série, o repórter Marcelo Canellas contabiliza outras premiações. Em 2005, uma reportagem sobre o Cerrado, exibida no *Jornal Nacional*, foi vencedora na categoria Telejornalismo. Três anos depois, a série *Terra do meio: Brasil invisível*, exibida no *Bom dia, Brasil*, ganhou na categoria Sustentabilidade. Entre os motivos que justificam tantas premiações está o apreço por pautas que priorizam a dimensão das desigualdades no Brasil e jogam luz sobre questões sensíveis, sobretudo relacionadas às violações de direitos humanos.

Figura 7 – Entrevista com o jornalista Marcelo Canellas



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Sua atuação, ao longo de mais de três décadas de carreira, reflete não apenas o compromisso ético com a profissão jornalística, mas também uma aguçada percepção das contradições sociais presentes no Brasil. Segundo Canellas, é revelado que um jornalista brasileiro se depara com as disparidades e desigualdades profundas que permeiam o país, uma nação que, apesar de suas vastas condições materiais, falha em garantir uma vida digna para sua população. Esse cenário conflituoso, segundo o repórter, é alimentado para sua insistente proposta de temas relacionados aos direitos sociais e aos direitos humanos visíveis, especialmente em um contexto onde esses visíveis são abundantes.

Sou um jornalista brasileiro e moro em um país como o Brasil. O jornalismo trata das contradições da vida, e não pode existir nada mais contraditório do que um país que tem todas as condições materiais de dar uma vida justa para a totalidade da sua população manter a maioria dela sem acesso a uma existência digna. Então, é natural que, tratando das contradições da vida – e eu sendo um jornalista brasileiro –, minha proposta seja tratar dos temas ligados às contradições no Brasil. Além do mais, tem uma dimensão ética na atividade jornalística, e eu sempre lembro daquela polêmica e controvertida discussão sobre a existência de uma ética específica para o jornalismo, ou se a nossa ética, como queria Cláudio Abramo, seria a ética do cidadão. De qualquer maneira, posso dizer que tudo aquilo que me incomoda como pessoa tem sido combustível para minhas proposições nas reuniões de pauta de que tenho participado ao longo da vida. No *Fantástico*, temos uma reunião de pauta toda terça-feira. É um terreno de disputa em que produtores, editores e repórteres lutam por um espaço dentro do cardápio do programa. E nós fazemos aquilo que os jornalistas fazem em todas as redações, o tempo todo, que é decidir o que é merecedor de existência pública. Isso é decidido nas reuniões de pauta: por que um fato é jornalístico e outro não? E por que um fato merece existência pública e outro não? Isso tem a ver, justamente, com essa compreensão do que é importante abordar ou não. O que tem balizado minhas propostas, respondendo mais objetivamente à pergunta, sobre lidar com temas referentes aos direitos sociais ou à falta ou ataques aos direitos, é porque estas questões são abundantes em um país como o Brasil. E eu sou brasileiro. É minha obrigação fazer isso (Canellas, 2024, p. 240).

Canellas destaca que o jornalismo, enquanto profissão, tem uma dimensão ética subjacente, frequentemente discutida no meio acadêmico. Ele menciona a controvérsia levantada por Cláudio Abramo sobre a existência ou não de uma ética específica para o jornalismo, defendendo que, independentemente dessa discussão, sua atuação profissional sempre foi guiada por aquilo que o incomoda como cidadão. Em suas palavras, é seu dever abordar temas que evidenciam as contradições e injustiças sociais do país, e essa reflexão ecoa diretamente nas pautas que propõe em reuniões editoriais, como as do *Fantástico*, programa semanal da Rede Globo.

A experiência de Canellas sugere que uma formação complementar em direitos humanos pode ser benéfica, mas não obrigatória para o jornalista que deseja abordar esse tema. Ele acredita que a compreensão das transparências dos direitos surge tanto da experiência de vida quanto de uma formação humanista, adquirida por múltiplos caminhos.

Eu nunca fiz um curso de Direitos Humanos. Fui até a graduação. Não tenho nenhuma formação em pós-graduação, mas posso dizer, por exemplo, que minha atuação no movimento estudantil, na política estudantil dentro da universidade, ajudou a me formar como jornalista. Estudei em uma universidade federal, já no final da ditadura, no último ano do governo Figueiredo; posteriormente veio o governo Sarney, eleito indiretamente. Participei como dirigente estudantil daquelas grandes mobilizações na campanha Diretas Já, em 1984, que resultou no fracasso da emenda Dante de Oliveira, em 1985. Este movimento efervescente do ressurgimento da democracia do Brasil ajudou a me formar como cidadão e a ter uma ideia sobre violação de direitos, durante a ditadura e, depois, no período de redemocratização do Brasil. É óbvio que essa experiência concreta, as leituras ao longo da vida e a própria atuação como jornalista, me deparando com temas ligados a violações de direitos humanos, robustece a reflexão sobre a importância de lidar com esse tema (Canellas, 2024, p. 240).

Ele entende a redação como uma arena de disputa em que, quanto maior a diversificação ideológica, mais saudável se torna. Nessa disputa de temas e de espaços nos telejornais, evidenciada nas reuniões de pauta, os profissionais precisam argumentar, negociar os assuntos julgados como relevantes e, muitas vezes, não conseguem transformá-los em notícia. Canellas lembra: “Ao longo da carreira, acreditei em pautas muito importantes, e elas foram derrotadas nas discussões naquele momento. Mas a insistência fez com que, em um determinado momento, aquele tema fosse considerado superado” (Canellas, 2024, p. 241). Para o jornalista, essa é a dinâmica de funcionamento de toda redação saudável.

Sobre o tipo de abordagem priorizada nas matérias relacionadas aos direitos humanos, ele explica que o primeiro passo é identificar que tipo de direito foi violado, saber porque e por

quem foi infringido, e o que aconteceu com a vítima. A partir daí, importa cumprir o beabá do jornalismo, buscando relação entre causa e consequência, identificando os personagens envolvidos no episódio e procurando ainda esgarçar o significado estrito daquela situação específica para uma significação mais universal. Referenciando a obra de Genro Filho (2012), Canellas enfatiza a potência do jornalismo quando o profissional busca, no específico, o alargamento da significação universal.

Por isso o personagem é tão importante; por isso investe-se na humanização de uma história, na especificidade da pessoa que você está ouvindo, justamente pela sua possibilidade de significação universal. O jornalismo é mais forte quando você parte do específico, quando você vai para o lado mais singular da história, mais miúda, mais pessoal. É isso que faz com que as pessoas se identifiquem com aquilo: outros milhares de pessoas são representados naquela história específica (Canellas, 2024, p. 241).

A presença de matérias sobre a fome em telejornais como o *Jornal Nacional* ou mesmo na revista eletrônica *Fantástico* ainda conduziu a entrevista para um debate sobre como emplacar uma temática tão sensível diante de tantas pautas factuais que permeiam as reuniões de pauta. Neste ponto, retomamos as discussões relacionadas à veiculação do problema da fome em contextos episódicos, e não como uma questão que assola milhões de brasileiros todos os dias. Segundo Canellas (2024), toda reportagem ou atividade jornalística exige um rigor de apuração e checagem que é regra para todos os tipos de assuntos – da reportagem esportiva à denúncia de um mal feito. A precisão da checagem, a rechechagem, a ideia de procurar por múltiplas fontes e vozes, de dar um contexto, de sempre estabelecer a relação de causa e consequência – tudo isso faz parte da dinâmica do processo de conhecimento que é ligado à produção de notícia. Logo, como apontado pelo jornalista, não há diferença no tratamento de questões de violação de direitos em relação a qualquer outro tema jornalístico. Ele afirma que as regras de apuração são as mesmas.

Já sobre a dinâmica do tempo na apuração de uma matéria sobre direitos humanos, ele concorda que exige mais tempo, embora isso não seja restrito apenas à temática da fome.

Toda reportagem de prospecção (aquilo que os castelhanos chamam de *largo aliento*, ou seja, temas de grande abrangência) necessita de um mergulho que exige tempo e investimento, de energia do jornalista e de dinheiro por parte da empresa. Neste sentido, há uma decisão editorial de apostar no aprofundamento de um caso e isso rende, talvez, aquele que é o maior patrimônio de uma empresa de comunicação, que é a credibilidade. Quando você consegue mergulhar em uma história, destrinchá-la com profundidade a ponto de impactar a sociedade, de suscitar uma discussão, isto rende prestígio (Canellas, 2024, p. 242).

Além da função inerente de aprofundar as histórias de violação de direitos, cabe ainda ao jornalista, segundo o entrevistado, o dever de esclarecer as ambiguidades conceituais relacionadas ao tema. Ele esclarece que nem sempre se trata de uma tarefa fácil, haja vista que o profissional precisa lutar contra clichês e aparências.

A Eliane Brum tem falado muito dessa tarefa extra dos jornalistas no sentido de recuperar a significação das palavras, de defender o significado das palavras. Lembro que alguns anos atrás (há 15 anos, mais ou menos) fui pegar um avião do Rio de Janeiro para Brasília e entrou um sujeito dentro do avião com a camiseta escrita: “Direitos Humanos, o estrume da sociedade”. Ele foi aplaudido por quatro ou cinco pessoas e eu fiquei muito encucado com aquilo. Quando olhei para o sujeito, era o então deputado Jair Bolsonaro. Isso explica porque há muito tempo o conceito de direitos humanos é distorcido e ressignificado como uma turma que defende os bandidos. Nós, jornalistas, precisamos recuperar o significado da expressão, que é uma conquista da civilização, um valor universal construído pela humanidade, com caráter profundamente civilizatório que diz respeito ao direito de existir, ao direito de ter dignidade, de ser bem tratado e amparado plenamente (Canellas, 2024, p. 244).

Sob essa perspectiva, Canellas (2024) defende que o conceito de direitos humanos precisa ser recuperado e defendido, e isso é papel também do jornalismo e do jornalista, de fazer o resgate tão potente dessa expressão, que é diariamente desconstruída, retocada e transformada, para desmistificar o discurso presente no senso comum, considerando que “o senso comum é difícil de a gente enfrentar” (Canellas, 2024, p. 244).

Outro questionamento ao jornalista resgata o seu artigo “Nem imparcial, nem engajado: o repórter como artífice da notícia”, publicado na obra *Políticas públicas sociais e os desafios do jornalismo*, no qual menciona que o jornalismo que se faz no Brasil não é pior nem melhor do que a sociedade brasileira – ele apenas reproduz a visão hegemônica do mundo. No referido texto, Canellas ressalta que, na melhor das hipóteses, o jornalismo exerceria o papel de fiscal do poder, de denunciador das anomalias que devem ser corrigidas pelas autoridades, de sentinela dos interesses dos públicos dos meios de comunicação.

A partir dessas proposições, na entrevista, ele é indagado sobre, para além das funções da profissão, em quais ações o jornalismo poderia investir para fortalecer a percepção social sobre a garantia e a efetivação de direitos. Novamente referenciando Genro Filho (2012), ele encabeça a resposta esclarecendo que o jornalismo é uma forma de conhecimento da realidade objetiva e reafirmando sua relação de conhecimento com a notícia. Para o jornalista, a notícia não surge diante do profissional como algo resolvido. “É a inteligência do jornalista que resolve

a notícia. Eu acredito que apenas jornalistas preparados, com instrumentos teóricos capazes de fazer essa elaboração que você menciona, é que são capazes de propor temas que realmente tenham a ver com a estrutura da sociedade brasileira” (Canellas, 2024, p. 244).

Talvez uma das tarefas mais importantes que a gente tenha é entender porque não conseguimos mexer na pirâmide social do Brasil. Passamos por dois governos do presidente Lula e dois da Dilma, em que uma série de políticas públicas foram implementadas no sentido de mitigar a desigualdade. Mas, ao mesmo tempo, foi um período em que as instituições financeiras, os grandes bancos, tiveram ganhos assombrosos, e não foi mexido na estrutura tributária, na estrutura de recolhimento de impostos. Você sabe muito bem que os ricos não pagam impostos – quem paga imposto é a classe média. São temas que dizem respeito à estrutura da pirâmide social do Brasil, que não foi enfrentada por nenhum governo da história do país, nem pelos governos petistas. O que eles fizeram, com muito mérito, foram as políticas públicas de mitigação da pobreza. Houve, inclusive, avanços que permitiram ao Brasil sair do *Mapa da Fome*. Evidentemente, isso é algo de extrema importância, mas não muda a pirâmide social brasileira e não toca nas causas relacionadas à desigualdade. Este é um tema pelo qual eu tenho uma verdadeira obsessão e que eu espero poder tratar de forma mais aprofundada, ou seja, a questão das raízes das desigualdades e porque é tão difícil para a elite brasileira abrir mão de privilégios. São temas que, jornalisticamente, precisam ser tratados de uma forma objetiva, que é uma característica do jornalismo de qualidade (Canellas, 2024, p. 244).

O desafio do jornalismo de avançar em prol da defesa e garantia de direitos é outro ponto destacado por Canellas. Essa questão entrou em debate no momento em que ele rememora seu estarrecimento ao saber sobre a morte da lavadeira Maria Rita, uma personagem emblemática na série de reportagens sobre a fome no Brasil. Segundo ele, a visibilidade dada via telejornal não deu conta de salvá-la. Nesse sentido, a reflexão crítica de Canellas sobre o papel do jornalismo na sociedade brasileira também se estende à análise das estruturas sociais do país. Ele acredita que o jornalismo de qualidade deve ir além da denúncia pontual, abordando de forma objetiva as raízes das desigualdades estruturais que perpetuam a exclusão social no Brasil. Para ele, o jornalismo tem a responsabilidade de esclarecer as questões que os poderosos tentam esconder e promover debates sobre temas como a tributação injusta e a concentração de riqueza nas mãos de poucos.

Precisamos entender qual é o nosso papel. Isso exige uma boa dose de humildade intelectual. Ao terminar de assistir a primeira matéria da série sobre a fome, da poltrona da minha casa, eu fiquei em euforia achando que talvez ali estivesse uma grande contribuição para que a sociedade começasse a pensar em enfrentar a questão da fome. Mas, no outro dia, recebi um banho de água gelada ao descobrir que a Maria Rita morreu. Isso foi um grande ensinamento, um grande aprendizado que me fez entender qual é o papel do jornalismo, que foi muito bem definido pela colega jornalista filipina Maria Ressa, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz em 2021. Ela diz que nosso papel é iluminar aquilo que os poderosos querem esconder ou obscurecer. É isso que a gente precisa fazer (Canellas, 2024, p. 245).

A fala do jornalista Marcelo Canellas reflete uma compreensão crítica sobre o papel do jornalismo na transformação social. Ele argumenta que o jornalismo não deve ser encarado com arrogância, e sim considerado um agente de mudança direto na sociedade. Ele enfatiza que, embora o papel da imprensa seja de grande importância, sua função primordial é iluminar aspectos que estão ocultos, especialmente sob a égide dos mais poderosos.

O jornalista destaca que a verdadeira mudança social depende de uma sociedade politicamente organizada, composta por movimentos sociais, partidos políticos e diversas formas de ativismo que confrontam os interesses de classe. Nesse contexto, ele observa que a disputa política é uma arena em que valores universais, como solidariedade e bem comum, precisam ser resgatados. Canellas argumenta ainda que a pressão da sociedade civil é fundamental para convencer a elite brasileira a abrir mão de privilégios e redirecionar parte de suas riquezas para financiar, por exemplo, a educação dos mais pobres. Isso seria, segundo ele, um mecanismo de empoderamento e de ascensão social, uma vez que os mais ricos têm uma “hipoteca social com os pobres e isso tem de ser pago com uma educação pública de qualidade. E isso deve ser objeto de reportagem, do interesse do jornalista, porque diz respeito aos problemas estruturais do Brasil” (Canellas, 2024, p. 245).

Ao ser questionado em relação ao seu conhecimento sobre o Jornalismo de Soluções, Marcelo Canellas admite não estar familiarizado com a teoria e prática dessa abordagem. No entanto, ele destaca a importância do jornalismo de denúncia no Brasil, um país onde as violações de direitos são frequentes e variadas. Ele enfatiza que, mesmo sem uma solução aparente, é importante denunciar violações flagrantes, sugerindo ainda que o jornalismo de denúncia, ao expor problemas, já aponta implicitamente para soluções.

Na entrevista, o jornalista reconhece que o telejornalismo, em algumas ocasiões, consegue promover a defesa dos direitos humanos, ajudando o público a compreender a importância desses direitos. No entanto, ele também admite que o jornalismo pode falhar, ressaltando a necessidade de autocritica contínua.

Na discussão sobre o direito à comunicação como um direito de quarta geração, ou seja, que dá acesso a outros direitos, o entrevistado ressalta o papel do jornalismo em relatar violações de direitos e, assim, informar a sociedade sobre seus direitos inalienáveis. Ele destaca a importância da interlocução genuína com a sociedade, em que o jornalista não apenas confirma ideias preconcebidas, mas está aberto a ouvir e processar novas informações para explicar contextos de violações de direitos.

Em conclusão, Marcelo Canellas vê o jornalismo como uma forma de conhecimento que não apenas informa, mas também oferece ferramentas para que a sociedade compreenda suas próprias contradições e lutas. Embora reconheça que o jornalismo, por si só, não tem o poder de transformar a sociedade, ele destaca o importante papel dos jornalistas em trazer à tona as injustiças e iluminar as questões que precisam ser debatidas e enfrentadas por uma sociedade politicamente organizada. O jornalismo, segundo Canellas, tem a capacidade de suscitar reflexões e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, desde que continue a desempenhar a sua função de sentinela de direitos e de promover a discussão de críticas sobre as estruturas de poder.

A entrevista foi capaz de refletir a riqueza das contribuições de Marcelo Canellas ao telejornalismo brasileiro, especialmente no que tange à defesa dos direitos humanos, e oferecer uma reflexão profunda sobre o papel do jornalismo no contexto de um país em constante luta por justiça e igualdade.

#### **5.4.2. Lúcio Alves e o papel da câmera ao documentar as desigualdades no telejornalismo**

No âmbito do telejornalismo, a cobertura de temas relacionados aos direitos humanos requer um olhar sensível e comprometido com a realidade vivenciada pelas pessoas. O cinegrafista Lúcio Alves, conhecido por seu trabalho ao lado do jornalista Marcelo Canellas, enfatiza o papel de documentar situações de injustiça social de forma autêntica, revelando as condições adversas das populações mais vulneráveis. Em suas palavras, a intenção não é causar impacto pelo choque, mas sim “mostrar com fidelidade a realidade” de quem vive à margem de direitos básicos como saúde, alimentação e educação.

Ao questionar a relação emocional presente na produção dessas imagens, Alves ressalta que, ao entrar na casa das pessoas para contar suas histórias, a equipe busca ser o mais respeitosa

possível com suas rotinas, mas também reconhece o quanto a realidade observada pode ser profundamente impactante.

Cada pessoa tem sua história, e procuro usar minha sensibilidade para documentar o dia a dia das personagens envolvidas, de uma forma real e natural. Às vezes, ficamos o dia todo na casa de um entrevistado. De certa forma, não deixa de ser uma interferência na rotina dele, mas isso é necessário. E muitas vezes nos chocamos ao ver, na prática, que não há nada para comer ou que há apenas um pedaço de osso. Documentar um cenário assim é extremamente impactante, e nossa intenção é justamente passar isso para o público (Alves, 2022, p. 02).

Como ressaltado pelo cinegrafista, a visão de uma casa sem alimentos, com “apenas um pedaço de osso” para o sustento de uma família, configura um cenário de extrema vulnerabilidade que, ao ser documentado, transmite a dureza da realidade ao público. Nesse sentido, a produção dessas imagens visa despertar empatia e promover a reflexão crítica sobre as desigualdades que ainda permeiam a sociedade brasileira.

Em termos de prática profissional, ele sublinha a importância de uma abordagem discreta e não invasiva. Para ele, a câmera deve capturar a essência do ambiente sem modificá-lo, mantendo a naturalidade das cenas. Ao trabalhar em regiões interioranas, por exemplo, ele aproveita a luz natural e a beleza dos cenários como forma de criar um contraste visual com a dura realidade enfrentada pelos personagens retratados. Essa escolha técnica e estética não é meramente estilística, mas carrega um significado profundo: evidenciar o abandono e a distância do Estado em relação a essas comunidades, cuja sobrevivência depende de um suporte que muitas vezes não chega.

A colaboração entre cinegrafista e repórter também é destacada como um elemento fundamental para a construção de uma narrativa fiel e humanizada.

O Marcelo é um mestre nessa arte. Não usamos microfone direcional, não usamos a canopla com o logo da emissora. O Marcelo conversa com as pessoas e vai criando uma certa intimidade. E eu vou registrando a conversa. Poucas pessoas com quem já trabalhei conseguem fazer o que ele faz, que é captar a emoção do entrevistado por meio da fala, sem intimidar (Alves, 2022, p. 02).

Marcelo Canellas, descrito por Alves como um “mestre” na arte da entrevista, conduz as conversas com os entrevistados de maneira a estabelecer uma relação de confiança. Sem o uso de microfones direcionais ou elementos formais que identifiquem a emissora, a abordagem visa criar um ambiente de intimidade, permitindo que os personagens compartilhem suas

histórias com espontaneidade e autenticidade. Nesse processo, a emoção captada pela fala das pessoas torna-se o fio condutor da matéria, enquanto a câmera registra, de forma sutil, as matizes do diálogo.

Apesar do impacto emocional que essas reportagens provocam no público, Alves enfatiza que o objetivo não é explorar a dor ou as dificuldades enfrentadas pelas comunidades, mas sim lançar luz sobre injustiças e desigualdades sociais. Para ele, a crítica que a equipe recebe ocasionalmente por expor de maneira intensa as mazelas sociais revela um incompreendido papel do jornalismo, que não é o de romantizar a pobreza, mas de sensibilizar a sociedade e os formuladores de políticas públicas sobre a urgência de intervenção. Ao narrar essas histórias, Alves e Canellas colocam em evidência não apenas a realidade visível, mas a falha sistêmica do Estado em garantir direitos fundamentais, fortalecendo assim o papel do telejornalismo como instrumento de denúncia e mobilização social.

Esse compromisso com a verdade, sem recorrer à manipulação de cenários ou à espetacularização da miséria, marca a diferença no jornalismo voltado aos direitos humanos. Alves conclui que o papel do telejornalismo nesse contexto é funcionar como uma ponte entre as histórias de vida e as políticas públicas, com o objetivo de promover mudanças e justiça social. Ao final, as imagens captadas e as histórias contadas se tornam um meio poderoso de visibilizar realidades ocultas e de fazer com que essas questões cheguem aos tomadores de decisão, alimentando o debate público e incentivando a formulação de soluções.

Embora o mote das entrevistas tenha sido a abordagem dos direitos humanos nos telejornais, conforme objetivo anterior de pesquisa, as considerações dos profissionais são importantes para situarmos o papel do telejornalismo na formulação de uma proposta focada em notícias mais propositivas em relação ao combate à fome. As falas ainda são essenciais para embasar o próximo capítulo – momento em que a pesquisa revisitará reportagens históricas sobre a fome exibidas nos principais telejornais brasileiros, como o *Jornal Nacional*, e a revista eletrônica *Fantástico* – Rede Globo. Serão destacadas as abordagens jornalísticas que, ao longo das últimas duas décadas, têm documentado o problema no país, revelando não apenas as condições de vida das populações mais afetadas, mas também o impacto dessas reportagens na conscientização pública, nas políticas governamentais e, sobretudo, na apresentação (ou não) de soluções.

## **6. POR UM JORNALISMO DE SOLUÇÕES EM TELA COMO ENFRENTAMENTO DA FOME NO BRASIL: ABORDAGEM E CAMINHOS POSSÍVEIS NA PESQUISA**

O presente capítulo tem por objetivo detalhar o percurso metodológico empreendido na pesquisa, com ênfase na coleta e análise dos dados empíricos. A investigação, que se propõe a examinar a materialidade audiovisual de reportagens sobre a fome no *Jornal Nacional* e *Fantástico*, demanda um cuidadoso planejamento e execução, dada a complexidade inerente ao acesso e organização de um corpus tão específico.

O primeiro percalço enfrentado refere-se ao acesso às reportagens. A ausência de um repositório completo no *Globoplay* exigiu uma busca minuciosa em busca de outros caminhos, o que exigiu um tempo considerável. A necessidade de organizar um conjunto de dados tão vasto também se mostrou um desafio, uma vez que a metodologia utilizada exige atenção especial a cada elemento constitutivo da reportagem: imagem, som, texto, paratexto e edição.

Para superar essas questões, a pesquisa adota uma abordagem organizada em etapas estruturadas, que inclui a criação de uma ficha de leitura sistemática e meticulosa, orientada pelas posições da Análise da Materialidade Audiovisual (AMA), proposta por Coutinho (2016). A ficha de leitura foi organizada para incluir não apenas as observações dos conteúdos e de suas características, mas também para contextualizar a representação da fome enquanto problema social em cada reportagem.

O desenvolvimento dessa etapa metodológica configura-se como um processo de articulação entre rigor analítico e flexibilidade para lidar com as limitações práticas da pesquisa. De antemão, esta etapa evidencia uma importante contribuição para o avanço epistemológico da comunicação, na medida em que se mostra potente para superar desafios metodológicos, aprofundar a metodologia, examinar a construção midiática de problemas sociais e estimular a reflexão ética e política sobre o papel da mídia na sociedade.

A seguir, serão descritos em detalhe os passos do processo de obtenção dos dados, os critérios de seleção das reportagens e as adaptações realizadas para responder à exigência da metodologia e dos objetivos de pesquisa.

## 6.1 PERCURSO ANALÍTICO: MAPEAMENTO DA FOME NO TELEJORNALISMO BRASILEIRO

O caminho teórico-metodológico da pesquisa, as entrevistas e os exercícios de análise apresentados até aqui já nos dão pistas de que a fome, no Brasil, não é uma condição recente; ao contrário, representa um desafio estrutural que atravessa décadas, refletindo a crônica desigualdade social e a fragilidade das políticas públicas de segurança alimentar.

A persistência do problema impõe um dilema ético ao jornalismo, especialmente ao televisivo, que tem o poder de tornar visível as vidas que se encontram socialmente à margem, além da potencialidade de promover discussões e apontar iniciativas que seguem dando certo, baseadas em soluções viáveis e factíveis. Nesse ponto da pesquisa, já é possível inferir que, mais do que apenas relatar o problema, o telejornalismo tem o potencial de projetar um papel transformador ao buscar caminhos que contribuam para enfrentar a fome, adotando uma perspectiva que transcende a denúncia e abarca um viés mais propositivo.

Nesse cenário, apontamos o quanto o Jornalismo de Soluções pode ser útil e relevante ao enfatizar a análise de respostas e estratégias bem-sucedidas em diferentes cenários. Sob as lentes da esperança e da busca por alternativas factíveis, este tipo de jornalismo oferece ao público a possibilidade de enxergar não apenas os problemas, mas também os caminhos possíveis para resolvê-los. No telejornalismo, em particular, o enfoque pode transformar a forma como o público compreende a fome, criando um espaço para discussão mais profunda e contextual.

Para atingir o objetivo geral de compreender as potencialidades do Jornalismo de Soluções como fatores para ampliar o conhecimento do público dos telejornais a respeito da temática da fome no Brasil, foi preciso estreitar o contato com os objetos empíricos, ou seja, nos debruçar sobre os produtos audiovisuais (*Jornal Nacional* e *Fantástico*) na tentativa de elencar as reportagens que nos serviriam como guias para a análise. Nessa perspectiva, valemos dos conhecimentos e funcionalidades da AMA (Coutinho, 2016) para compreender o jornalismo em telas.

Em pesquisa documental que toma como universo de investigação os trabalhos apresentados no Grupo de Pesquisa de Telejornalismo da Intercom entre 2009 e 2015, reunidos nos anais dos congressos nacionais da entidade, Coutinho (2016) encontrou um *corpus* de 224 artigos científicos, com foco na identificação dos métodos e técnicas de pesquisa utilizados

pelos autores para coleta, tratamento e análise dos dados. Na pesquisa destaca-se a fragilidade na descrição e na discussão metodológicas em muitos dos trabalhos analisados.

A partir desse cenário e das pesquisas realizadas no grupo de pesquisa Núcleo de Jornalismo e Audiovisual – PPGCOM/UFJF, a AMA foi sendo desenhada como resposta à necessidade de um método que considerasse as especificidades do telejornalismo como produto e experiência social. Essa abordagem foi desenvolvida a partir de reflexões sobre a metodologia de pesquisa em telejornalismo, destacando-se como um método possível para estudos científicos na área. A AMA busca integrar diferentes elementos do código televisual, como texto, som, imagem e edição, para uma compreensão mais abrangente das narrativas audiovisuais.

Portanto, a análise dos discursos telejornalísticos deve levar em conta o todo da materialidade audiovisual de forma simultânea, assegurando toda a sua complexidade de códigos, sentidos e símbolos. A metodologia congrega ainda o conceito de paratexto, que compreende dados como chamadas, vinhetas, a programação do canal, a escalada de abertura e mesmo o texto do apresentador.

Compreender o telejornal a partir da sua dimensão narrativa e, nesta, da forma de avanços dos conflitos e situações problema, permitiria uma leitura analítica mais próxima de sua experiência de consumo, associando instâncias racionais, descritivas e sensoriais (Coutinho, 2018, p. 187).

Para Coutinho (2016), longe de constituir-se em um método acima de qualquer suspeita, a proposta consiste em tensionar a análise da materialidade audiovisual como procedimento, em seus limites e potencialidades, a cada pesquisa realizada, e narrativa sobre ela ou, ainda, a cada edição de evento. Nesses espaços, assim como na circulação de produtos de jornalismo audiovisual, além dos resultados, é importante reconhecer quais as promessas e os laços que cada narrativa assume.

Na prática, o exercício inicial é a identificação do objeto empírico a ser investigado e o estabelecimento de eixos de avaliação, baseados nas questões de pesquisa, no referencial teórico e nos elementos paratextuais da materialidade audiovisual. Esses aspectos funcionam como moldura para a análise, permitindo que o pesquisador e os leitores compartilhem um contrato tácito de interpretação (Coutinho, 2016). Esse contrato pode ser comparado ao “contrato de leitura” de Eliseo Verón (2004) ou à “promessa audiovisual” de François Jost (2007).

Como próximo passo, Coutinho (2016) propõe a elaboração de uma ficha de leitura/avaliação. Como se trata de um método qualiquantitativo, a AMA pode incluir itens de

avaliação predefinidos, como temática, caracterização das fontes de informação (governo, oposição, setor privado, especialistas, cidadãos), presença de pontos de vista conflitantes e uso de arte. Esses marcadores podem ser quantificados e avaliados qualitativamente, dependendo dos objetivos da pesquisa. Além disso, pode-se incluir uma avaliação mais aberta, com a descrição de aspectos únicos da materialidade audiovisual ou de padrões típicos do telejornalismo.

Após a criação e o teste da ficha de leitura, com base em uma análise preliminar de uma parte do objeto empírico, a ideia é definir a amostra a ser investigada, seguido pela obtenção, digitalização e armazenamento do material audiovisual a ser analisado, partindo então para a etapa de análise. Além dos aspectos mencionados e da possível criação de um material de codificação para amostras maiores ou no caso de participação de vários analistas na pesquisa, é essencial também realizar registros que, ao analisar e descrever os resultados obtidos, tratem esses resultados como objeto de estudo.

Esse passo a passo baliza a próxima etapa da pesquisa, que consiste na análise das reportagens sobre a fome exibidas no *Jornal Nacional* e no *Fantástico* ao longo dos últimos 20 anos. O trabalho leva em conta as práticas de análises qualitativas, considerando o procedimento de coleta das reportagens realizado.

O primeiro desafio metodológico envolveu o acesso ao material audiovisual. Inicialmente, a pesquisa recorreu ao repositório *Globoplay*, plataforma oficial de *streaming* da Globo, que oferece o arquivo de edições anteriores do telejornal e da revista eletrônica. No entanto, o repositório não disponibiliza todas as edições completas de programas. Ao indagar uma das colaboradoras da emissora que atua no setor de acervo, as justificativas apresentadas para a ausência de material no repositório dizem respeito ao grande volume de dados de programas como o *JN* e o *Fantástico*, que produzem uma quantidade relevante de conteúdo ao longo dos anos; à inacessibilidade de alguns conteúdos mais antigos, tendo-se em vista que nem todos são digitalizados e disponibilizados online, e ainda às mudanças nos sistemas internos, já que os mecanismos de busca e os arquivos da emissora podem ter sido reorganizados ou atualizados ao longo dos anos, dificultando a pesquisa por conteúdos específicos de datas tão antigas.

Para suprir essa lacuna, considerando a imprescindibilidade dos materiais de tempos muito anteriores, contatamos o programa *Globo Universidade*, que, desde 1999, firma parcerias com o meio acadêmico, com o objetivo de auxiliar pesquisadores de pós-graduação e professores, regularmente vinculados a universidades. Para isso, ambos precisam ter como objeto de estudo a empresa, a marca Globo e/ou os produtos Globo, como telejornais,

programas de variedades, dramaturgia, jornalismo esportivo etc. O auxílio não se estende à produção de artigos acadêmicos, sendo priorizadas dissertações de mestrado e teses de doutorado.

O contato ocorreu via e-mail no dia 22 de dezembro de 2023, quando foram explicitados os objetivos da pesquisa e solicitado o acesso ou o envio das reportagens sobre a fome exibidas nos últimos 20 anos no *Fantástico* e no *Jornal Nacional*. Outras tentativas foram realizadas a partir de 2024: 15 de janeiro, 5 de fevereiro, 12 de março, 18 de março e 9 de abril. Finalmente, em 10 de abril obtivemos a resposta, que nos conduzia a responder um questionário via *Google Forms*, para, então, sermos direcionados ao setor responsável. Essa etapa corresponderia ao cadastro do projeto e, posteriormente, teria sequência a solicitação no referido setor, que avaliaria a possibilidade de auxílio à pesquisa.

O questionário é composto por sete etapas: 1) apresentação do programa *Globo Universidade* e explicação sobre o tipo de apoio ofertado; 2) anexação de um ofício assinado pelo orientador do projeto, em papel timbrado da universidade, confirmando o objetivo da pesquisa e o vínculo acadêmico – etapa imprescindível para a conclusão do formulário. Em seguida, além do ofício, a exigência de juntar um resumo do projeto de pesquisa, com no máximo 20 páginas, contendo os seguintes tópicos: *i)* Introdução; *ii)* Objetivo; *iii)* Justificativa; *iv)* Metodologia; *v)* Cronograma de atividades; *vi)* Referências bibliográficas. (O preenchimento desses requisitos ainda não garante a aprovação da solicitação, a ser analisada em até 30 dias); 3) nomeação de profissionais e envio prévio da lista de perguntas no caso de a solicitação incluir entrevistas, que, de acordo com a disponibilidade dos profissionais, podem ser realizadas por e-mail – algo preferível e muito mais ágil. (O programa *Globo Universidade* não atende a pedidos de estudantes de graduação sobre entrevistas com apresentadores e elencos, privilegiando o acesso a estes profissionais como fontes primárias em pesquisas de mestrado e doutorado. Caso o pedido se refira a vídeos, é necessário descrever o material: nome do programa, período em que foi exibido e episódio ou trecho a ser analisado. Solicitações de pesquisas de imagens sobre temas diversos não relacionados diretamente à Globo também não são atendidas); 4) inserção de dados do pesquisador, como nome completo, telefone, CEP, cidade, estado, e-mail, RG, CPF, nível acadêmico, instituição de ensino, tipo de instituição (federal, estadual, particular, outros) e curso; 5) inserção de dados sobre a pesquisa, como o nome do orientador e respectivo link do currículo Lattes, título do trabalho, resumo, indicação de cinco palavras-chave, objetivos, tipo de apoio requerido (entrevista online ao vivo ou por e-mail, material em vídeo e outros); 6) Indicação do profissional para entrevista e anexo do questionário completo com as perguntas (em formato Word, Excel ou PDF) e seleção do

formato da entrevista (online ou por escrito/e-mail); 7) anexo dos dois arquivos mencionados no item 2 do questionário (ofício assinado pelo orientador do projeto, em papel timbrado da universidade, confirmando o objetivo da pesquisa e o vínculo acadêmico e projeto de pesquisa).

Após a submissão do formulário é necessário informar, via e-mail, a conclusão da etapa e aguardar até 30 dias pelo parecer. No caso da presente pesquisa, a resposta favorável veio no dia 30 de abril. Contudo, a emissora informou que apenas 20 matérias exibidas no *Jornal Nacional* poderiam ser disponibilizadas. Assim, os links de acesso foram enviados no dia 12 de agosto e só poderiam ser acessados e baixados mediante a assinatura digital de um termo de autorização de uso. Para isso, foi necessário confirmar o título da pesquisa e informar o endereço residencial para cadastro no sistema de fornecedores na Globo Comunicação e Participações. Com todos os procedimentos realizados, os links foram enviados por e-mail.

Na busca pelas reportagens sobre a fome que foram ao ar no *Fantástico* (2003 – 2023), o procedimento de coleta aconteceu via *Globoplay* da seguinte forma: acesso ao ano de interesse, depois o mês e, em seguida, verificação de cada dia individualmente para identificar a ocorrência de alguma reportagem associada à temática. Elaboramos uma planilha no programa Microsoft Excel como forma de organizar e tabular os dados obtidos. Nessa planilha, identificamos a data de exibição, o tempo da reportagem, o título e o link de acesso para facilitar o trabalho de análise, realizado posteriormente. O levantamento resultou na Tabela 3, que será explorada e descrita posteriormente, na seção referente à análise.

Tabela 3 – Reportagens sobre a fome exibidas no Fantástico (2003-2023)

Exibição	Tempo	Título	Link de acesso
18.10.2015	13min9s	Família brasileira joga fora, em média, um quilo de alimentos por dia	<a href="https://globoplay.globo.com/v/4547080/">https://globoplay.globo.com/v/4547080/</a>
03.04.2017	10min35s	Quase um bilhão de pessoas passam fome no mundo	<a href="https://globoplay.globo.com/v/1966298/">https://globoplay.globo.com/v/1966298/</a>
11.10.2020	10min8s	"Não sei se vou comer amanhã". Veja relatos dos brasileiros que passam fome	<a href="https://globoplay.globo.com/v/8931609/">https://globoplay.globo.com/v/8931609/</a>
19.10.2021	3min50s	Natal Sem Fome!: clipe inédito tem Gil, Caetano, Anitta e mais 25 artistas	<a href="https://globoplay.globo.com/v/8950473/">https://globoplay.globo.com/v/8950473/</a>
04.04.2021	9min6s	Quase 117 milhões de brasileiros não se alimentam como deveriam, aponta pesquisa	<a href="https://globoplay.globo.com/v/9409508/">https://globoplay.globo.com/v/9409508/</a>
04.04.2021	4min29s	Entidades não-governamentais se unem em mobilização nacional para arrecadar alimentos	<a href="https://globoplay.globo.com/v/9409510/">https://globoplay.globo.com/v/9409510/</a>
25.07.2021	7min3s	Ossos e fragmentos de arroz e feijão entram no prato do brasileiro	<a href="https://globoplay.globo.com/v/9716163/">https://globoplay.globo.com/v/9716163/</a>

24.10.2021	6min41s	Face cruel da fome: mulheres relatam rotina de buscar comida em caminhão de lixo	<a href="https://globoplay.globo.com/v/9977411/">https://globoplay.globo.com/v/9977411/</a>
21.05.2023	5min4s	Criolo e vários artistas participam do Pacto Contra a Fome, campanha de combate à fome e ao desperdício	<a href="https://globoplay.globo.com/v/11635553/">https://globoplay.globo.com/v/11635553/</a>
29.01.2023	21min4s	Fome, desnutrição, malária, e contaminação por mercúrio: a tragédia Yanomami em Roraima	<a href="https://globoplay.globo.com/v/11322087/">https://globoplay.globo.com/v/11322087/</a>
23.01.2023	18min34s	Retirada do ar após polêmica com Canellas	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=R3iXZtvIFy0">https://www.youtube.com/watch?v=R3iXZtvIFy0</a>

Fonte: elaborada pela autora (2024).

Uma matéria, especificamente, nos chamou a atenção na busca via *Globoplay*. Em julho de 2023, tomamos como objeto de investigação uma reportagem exibida na revista eletrônica da Rede Globo em janeiro do mesmo ano. Nessa ocasião, o jornalista Marcelo Canellas e o cinegrafista Lúcio Alves retornaram aos mesmos locais em que estiveram quando produziram a série *Geografia da fome*, exibida no *Jornal Nacional* em 2003. Constataram que, após avanços e retrocessos nas políticas públicas voltadas à erradicação da fome e da pobreza no Brasil, o cenário apresentava uma situação ainda mais urgente. A nova reportagem, dessa vez veiculada no *Fantástico* (Rede Globo), mostrou que o país voltou novamente ao mapa da fome, com mais de 116 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar. A produção teve como ensejo a assinatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a retomada do Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), desativado no início da gestão anterior, em 2019. O objetivo do Consea é garantir a participação popular na formulação de políticas públicas. O órgão envolve 24 ministérios, sendo composto, principalmente, por representantes da sociedade, que não recebem salários. Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), o Conselho foi fundamental, por exemplo, para tirar o Brasil do Mapa da Fome em 2014.

No X, antigo Twitter, Canellas disse que recebeu xingamentos antes mesmo de a reportagem ser veiculada. Muitos perguntavam ao repórter o porquê de “filmar a pobreza” em vez de “entregar cestas básicas” aos que passam fome.

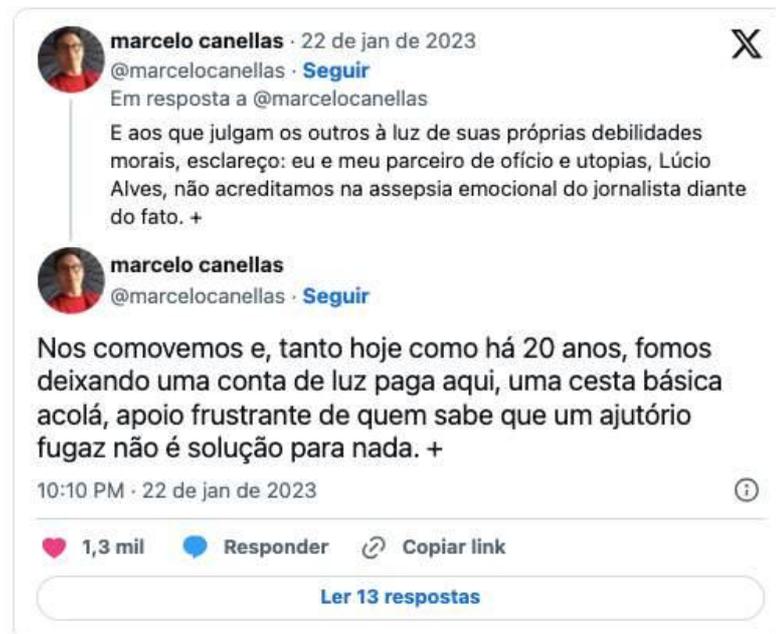
Figura 8 – Post do jornalista Marcelo Canellas sobre críticas à reportagem



Fonte: Plataforma X (2023).

Ele explicou que, assim como há 20 anos, ele e o cinegrafista Lúcio Alves ajudaram com “uma conta de luz paga aqui, uma cesta básica acolá”, mas isso não é o suficiente.

Figura 9 – Repost do jornalista Marcelo Canellas sobre críticas à reportagem



Fonte: Plataforma X (2023).

Verificamos que, após as críticas aos repórteres no X, antigo Twitter, a reportagem foi retirada do repositório *Globoplay*. Para a presente pesquisa, foi necessário acessá-la a partir de uma conta no *YouTube*, conforme link especificado na Tabela 3.

Nesse sentido, congregando os materiais audiovisuais coletados, contabilizamos um montante de 30 reportagens como nossa amostragem a serem submetidas à AMA. Como proposto por Lopes (2014), as técnicas de amostragem são utilizadas nas pesquisas empíricas para delimitar o universo de investigação, podendo ser definido como um conjunto de unidades (pessoas ou não) tornadas fontes de informação ou informantes da pesquisa. Ela explica as duas grandes técnicas de amostragem, conceituadas como “probabilística” e “não probabilística”. Neste caso, faremos o uso da segunda, explicada por Lopes (2014) da seguinte forma:

Na amostra não probabilística, a inferência estatística não pode ser legítima, uma vez que o pesquisador não conhece a probabilidade que cada unidade tem de ser selecionada para fazer parte da amostra. Neste caso, a amostra é dita significativa ou de representatividade social (não estatística), e os métodos de tratamento dos dados são qualitativos (Lopes, 2014, p. 145).

Portanto, a amostra não probabilística, como mencionada por Lopes (2014), é uma abordagem útil em pesquisas qualitativas, especialmente quando há limitações de tempo e recursos ou quando o universo de análise é específico e pequeno, como no caso das 31 reportagens que serão investigadas. Essa amostra, por ser significativa e representativa em termos sociais (embora não estatísticos), se encaixa consideravelmente em nosso estudo, tendo em vista que o objetivo é compreender a representação da fome no telejornalismo.

O número de reportagens, nesse contexto, não compromete a validade da análise, já que seu foco é qualitativo, centrando-se no modo como essas reportagens abordam o tema da fome e como a prática do Jornalismo de Soluções pode ser integrada. Isso permite uma análise detalhada da materialidade audiovisual, levando em consideração aspectos visuais, sonoros e narrativos.

A opção por uma amostragem não probabilística dialoga ainda com a necessidade de um olhar profundo sobre a abordagem da temática no telejornalismo, algo que não seria possível de maneira tão rica com um viés quantitativo, focado em grandes números, mas sem a mesma amplitude analítica.

## 6.2 A MATERIALIDADE AUDIOVISUAL DA FOME NO *JORNAL NACIONAL E FANTÁSTICO*

Como especificado anteriormente, a pesquisa empírica deste trabalho foi conduzida por meio da Análise da Materialidade Audiovisual, proposta por Coutinho (2016). O método foi desenvolvido a partir das pesquisas realizadas no Núcleo de Jornalismo e Audiovisual da Universidade Federal de Juiz de Fora, como forma de ampliar as possibilidades das análises de produtos audiovisuais, sem a necessidade de decomposições que, segundo Coutinho (2016), descaracterizam a experiência do consumo e o dar a conhecer dos telejornais.

A aplicação da metodologia para análise das reportagens, que correspondem à nossa amostragem, vale-se de uma ficha de leitura dos objetos, apresentada a seguir.

Tabela 4 – Ficha de leitura dos objetos (AMA)

<b>Informações Preliminares</b>	
Telejornal	<i>Fantástico</i> ( ) <i>Jornal Nacional</i> ( )
Data de exibição:	
Título:	
Acesso:	Repositório <i>Globoplay</i> ( ) Acervo Globo ( )
<b>Eixos de Análise</b>	
<b>Paratextos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quais legendas ou textos aparecem ao longo da matéria?</li> <li>- Eles reforçam ou explicam algum aspecto importante da fome ou das eventuais soluções?</li> <li>- Há legendas que indicam dados estatísticos ou informações contextuais?</li> <li>- Como os créditos e a assinatura da reportagem (repórter, cinegrafista) aparecem? <ul style="list-style-type: none"> <li>- A identidade da equipe de produção é destacada, sugerindo maior importância ao trabalho investigativo?</li> <li>- Qual o papel de gráficos e infográficos?</li> </ul> </li> <li>- Eles ajudam a esclarecer informações complexas sobre a fome (dados de insegurança alimentar, políticas públicas)?</li> <li>- Existe alguma interação com o público (chamada para comentários nas redes sociais, enquetes)?</li> </ul>
<b>Estrutura narrativa predominante</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A cobertura jornalística se concentra em uma abordagem que privilegia a denúncia da fome? <ul style="list-style-type: none"> <li>- Evidencia seus impactos negativos?</li> </ul> </li> <li>- Há alguma tentativa de apresentar soluções (iniciativas governamentais, programas sociais ou ações comunitárias)?</li> </ul>
<b>Geografia da fome</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A cobertura se concentra em determinadas regiões do Brasil, como o Nordeste, historicamente associado à fome?</li> <li>- Ou abrange outras áreas onde a insegurança alimentar também é grave, como as periferias dos grandes centros urbanos?</li> <li>- A cobertura apresenta o problema da fome em áreas rurais (um padrão possível seria a concentração de reportagens em áreas rurais e a negligência da fome urbana, o que limitaria a compreensão do problema em sua totalidade)?</li> </ul>

<b>Roteiro e textualidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Há uso de estatísticas ou pesquisas? Elas são destacadas de forma clara? <ul style="list-style-type: none"> <li>- Quais palavras ou expressões são usadas para descrever a fome?</li> </ul> </li> <li>- O texto enfatiza o papel de políticas públicas ou instituições no combate à fome? <ul style="list-style-type: none"> <li>- Há referências diretas aos direitos humanos ou à dignidade humana?</li> </ul> </li> <li>- Se sim, como as referências são apresentadas (no texto do repórter, na fala de especialistas ou de personagens?)</li> </ul>
<b>Elementos visuais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quais imagens predominam nas reportagens? (Ex.: filas para receber alimentos, pratos vazios, crianças subnutridas, ambientes urbanos ou rurais).</li> <li>- Como os planos são construídos? Há predominância de plano geral, plano médio, primeiro plano, close, plano detalhe etc?</li> <li>- Quais posições de câmera são utilizadas (câmera alta, câmera baixa, na altura do ombro)?</li> <li>- Quais papéis estão imbricados na narrativa a partir da posição da câmera?</li> <li>- As imagens reforçam uma perspectiva de esperança (como projetos de solução) ou de desesperança? <ul style="list-style-type: none"> <li>- Há uso de gráficos ou recursos visuais para apresentar dados?</li> <li>- O que predomina na edição (perspectiva mais documental ou telejornalística (nesse caso, com takes mais curtos, subordinados a uma dramaturgia do telejornalismo)?</li> </ul> </li> </ul>
<b>Elementos sonoros</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Há uso de trilhas sonoras? <ul style="list-style-type: none"> <li>- Qual o efeito delas sobre a percepção da matéria?</li> </ul> </li> <li>- Qual o tom utilizado pelo locutor: neutro, emotivo ou investigativo?</li> <li>- Há uso de depoimentos em áudio (testemunhos, entrevistas com especialistas)?</li> <li>- Os sons ambientes são utilizados para aumentar o impacto emocional da matéria (ruídos de rua, sons de cozinha etc.)?</li> </ul>
<b>Protagonismo e vozes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quais são as principais vozes ouvidas na reportagem (especialistas, políticos, pessoas afetadas pela fome)?</li> <li>- As pessoas afetadas pela fome são mostradas de forma ativa ou passiva?</li> <li>- Há equilíbrio entre falas de autoridades (governo, ONGs) e da população vulnerável?</li> <li>- Quem narra a história? O repórter assume a centralidade ou a reportagem dá espaço para que as pessoas falem por si mesmas?</li> </ul>
<b>Temporalidade e ciclos noticiosos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A cobertura da fome está ligada a ciclos noticiosos específicos, como eleições, crises econômicas ou eventos climáticos extremos (seca, enchentes)?</li> </ul>
<b>Jornalismo de Soluções</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A reportagem propõe ou discute possíveis soluções para a fome?</li> <li>- Há exemplos de ações comunitárias ou políticas públicas que estejam sendo implementadas?</li> <li>- O foco é apenas nos problemas ou há uma tentativa de inspirar esperança e ação?</li> <li>- As reportagens mostram colaborações entre diversos setores (governo, ONGs, comunidades)?</li> </ul>

Fonte: elaborada pela autora (2024).

Cada eixo de análise, elaborado com base na AMA, representa categorias que sistematizam a investigação das reportagens sobre a fome ao longo dos anos, levando em consideração tanto o conteúdo principal quanto os aspectos paratextuais. Essas categorias nos

ajudam a organizar a análise de maneira coerente e permitem identificar padrões e tendências na cobertura do tema no *Jornal Nacional* e na revista eletrônica *Fantástico*. Tais categorias são apresentadas nos capítulos subsequentes, a partir da observação e análise das reportagens veiculadas no *Fantástico* e, posteriormente, aquelas exibidas no *Jornal Nacional*.

## 7. A FOME NAS TELAS: UM MAPEAMENTO DA COBERTURA DO *FANTÁSTICO*

*Eu ando doído pra morrer, porque se eu morrer, eu descanso e não passo mais fome*  
(João da Conceição, 2023)

Este capítulo apresenta os resultados das análises realizadas a partir de matérias exibidas no *Fantástico*, na tentativa de produzir um mapeamento de como a fome vem sendo abordada na revista eletrônica e identificar padrões recorrentes na forma como o telejornalismo brasileiro tem abordado o tema. A análise sistemática dos conteúdos também desponta como perspectiva para detectar alguns parâmetros e variações em diferentes aspectos da cobertura jornalística, que podem revelar como o problema foi enquadrado e tratado ao longo do tempo.

Esses padrões, que posteriormente serão categorizados, podem incluir o foco narrativo predominante, identificando se a cobertura jornalística se concentra em uma abordagem que privilegia a denúncia da fome, evidenciando seus impactos negativos, ou se há uma tentativa de apresentar soluções, como iniciativas governamentais, programas sociais ou ações comunitárias. Entender a geografia da fome seria outro padrão a ser observado, por meio de um mapeamento para identificar a distribuição geográfica das matérias – ou seja, a cobertura se concentra em determinadas regiões do Brasil, como o Nordeste, historicamente associado à fome ou abrangência de outras áreas onde a insegurança alimentar também é grave, como as periferias dos grandes centros urbanos? Esse padrão geográfico pode revelar uma visão regionalizada do problema ou uma cobertura mais abrangente.

A análise pode mostrar o tom predominante das matérias, permitindo-nos entender se as reportagens são geralmente pessimistas – enfatizando a desesperança e a incapacidade de resolução do problema, ou se apresentam um tom de otimismo e progresso, focando em soluções e histórias de sucesso. Isso influenciaria a forma como o público percebe a questão da fome e seu possível combate. Relembremos, neste ponto, que o tom negativo pode gerar o fenômeno já apresentado da fadiga de notícias ou mesmo a evasão das notícias. Por outro lado, uma abordagem que inclua soluções é capaz de encorajar o público a acreditar em mudanças possíveis. Outros parâmetros poderão surgir no decorrer das análises.

O capítulo também apresenta as boas práticas jornalísticas identificadas na análise, bem como os desafios encontrados. Esses resultados servirão como base para discutir os eventuais caminhos para um telejornalismo mais comprometido com o enfrentamento da fome.

## 7.1 NARRATIVAS DA FOME NO *FANTÁSTICO*

As análises realizadas na revista eletrônica *Fantástico* congregaram nove reportagens sobre a temática da fome encontradas no repositório *Globoplay*, totalizando uma hora e vinte e seis minutos de tempo analisado. Embora o objetivo inicial fosse considerar 11 materiais, dispostos na Tabela 3 (relação das reportagens, no Capítulo 6), dois foram excluídos por não abarcarem integralmente o tema em questão, mas focarem no desperdício de alimentos e na fome em âmbito mundial. Dito isto, apresentam-se nesta seção os resultados evidenciados em cada eixo de análise e suas respectivas inferências, ressaltando a abordagem qualitativa do trabalho. Os eixos serão apresentados a partir da perspectiva de cada reportagem, e posteriormente apresentaremos alguns padrões encontrados nas matérias.

### 7.1.1. Elementos paratextuais

Em relação aos paratextos, a análise considerou legendas, créditos e assinaturas da equipe de reportagem; gráficos e infográficos; interações com o público e possíveis menções a reportagens anteriores. Esses elementos revelam uma variedade de estratégias visuais e textuais utilizadas para construir narrativas impactantes sobre a fome e informar o público sobre a complexidade do problema. Desempenham ainda um papel fundamental na compreensão das informações apresentadas.

Sobre isso, apresenta-se como resultados iniciais a utilização das legendas, que aparecem nas reportagens para fornecer dados específicos: números de pessoas afetadas pela fome, áreas geográficas e datas, contextualizando a narrativa e permitindo ao público fazer conexões entre diferentes elementos da reportagem.

O uso de legendas foi constatado nos nove conteúdos, de diferentes formas. Na reportagem exibida no dia 11 de outubro de 2020, intitulada '*Não sei se vou comer amanhã*'. *Veja relatos dos brasileiros que passam fome*, uma chama a atenção pela forma de apresentação ao público. O repórter Marcelo Canellas, enquanto fala da fome como um direito humano gravemente violado, exibe o fundo de uma panela vazia. Para ele, assim como descrito na *Constituição*, o texto deveria vir estampado também nas panelas vazias, para que as pessoas não normalizassem tal condição e soubessem que se trata de um direito a ser garantido pelo Estado. Uma inferência proposta refere-se ao apelo emocional e ao estímulo à reflexão crítica proporcionados pela imagem evocativa, como a da panela com os dizeres da *Constituição*.

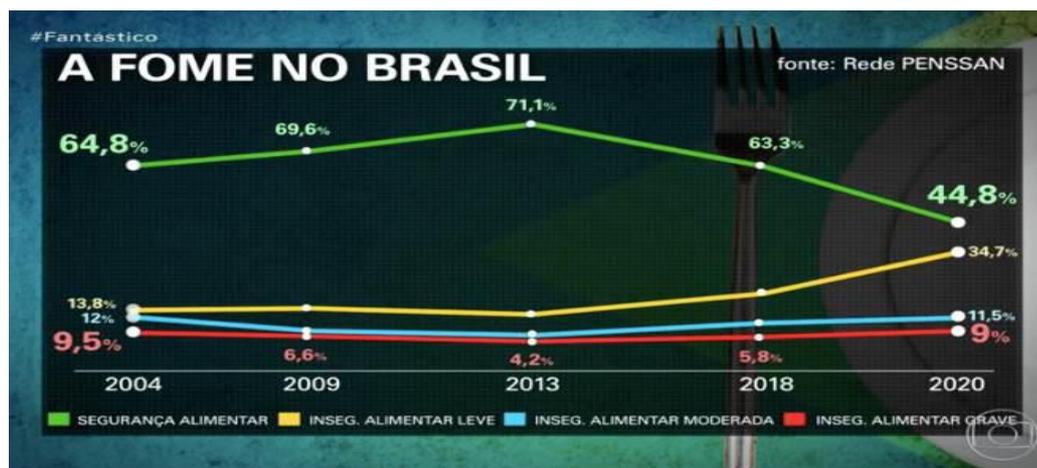
Figura 10 – Texto da Constituição estampado na panela sugere reflexão sobre o direito à alimentação



Fonte: *Globoplay* (2021).

As legendas com dados estatísticos são destaques nos elementos paratextuais. As estatísticas também estão presentes por meio de gráficos e infográficos. Na reportagem *Quase 117 milhões de brasileiros não se alimentam como deveriam, aponta pesquisa*, do dia 4 de abril de 2021, há imagens gráficas que apontam os principais dados do inquérito sobre insegurança alimentar promovido pela Rede Pennsan, além de um gráfico que mostra a evolução do problema ao longo dos anos.

Figura 11 – A evolução da insegurança alimentar no Brasil



Fonte: *Globoplay* (2021).

Um infográfico interativo apresenta as regiões Norte e Nordeste como as principais regiões afetadas, sobretudo devido ao alto índice de desemprego motivado pela pandemia de Covid-19. A estratégia gráfica utilizada pode reforçar a ideia de que a fome também é uma

questão regional, que requer atenção específica. Essa visualização pode facilitar uma compreensão mais profunda das desigualdades socioeconômicas existentes no Brasil.

Figura 12 – A evolução da insegurança alimentar no Brasil Infográfico sobre o aumento da insegurança alimentar em relação ao índice de desemprego



Fonte: *Globoplay* (2021).

Na segunda reportagem sobre a fome, exibida na mesma edição do dia 4 de abril de 2021 – *Entidades não-governamentais se unem em mobilização nacional para arrecadar alimentos* –, os dados estatísticos mostram o número de cestas básicas a serem arrecadadas (2 milhões) para suprir a necessidade de 8 milhões de família. A mesma matéria apresenta um infográfico com a constatação de que oito em cada dez famílias têm dificuldades de se alimentar, justificando a importância das arrecadações de alimentos ao longo da pandemia.

Figura 13 – Dados sobre a parcela de famílias brasileiras com dificuldades alimentares



Fonte: *Globoplay* (2021).

Legendas presentes na matéria para apresentar a personagem que irá receber as doações informa a quantidade de filhos, a cidade e estado de origem.

Figura 14 – Famílias ao redor do país que receberam doações de alimentos



Fonte: *Globoplay* (2021).

Em outra matéria – *Face cruel da fome: mulheres relatam rotina de buscar comida em caminhão de lixo* –, veiculada no dia 24 de outubro de 2021, dados do IBGE sobre o número de pessoas desempregadas no Brasil reforçam o impacto da falta de trabalho na segurança alimentar da população, além de outros números que ajudam a contextualizar e a compreender o problema da fome no Brasil.

Figura 15 – Legendas com o número de desempregos no Brasil em 2021



Fonte: *Globoplay* (2021).

Outro exemplo capaz de apresentar a estratégia do uso de legendas e recursos gráficos é evidenciado na matéria exibida em 23 de janeiro de 2023, na qual um infográfico exibe a linha do tempo da insegurança alimentar no país desde 2004 (governo Lula), até 2022 (Bolsonaro).

Nesse último estágio, a situação de fome atingiu 15,5% da população, o equivalente a 33 milhões de pessoas.

Figura 16 – Evolução da insegurança alimentar no Brasil



Fonte: *Globoplay* (2021).

O número de pessoas em situação de insegurança alimentar grave também aparece por meio de recurso gráfico, em forma de feijões, em alusão a um alimento tão simbólico na mesa do brasileiro, embora em falta. Outros gráficos apresentam a insegurança alimentar leve e moderada, demonstrando que quase 60% da população convive com essa ameaça em algum grau, ou seja, cerca 125 milhões de pessoas.

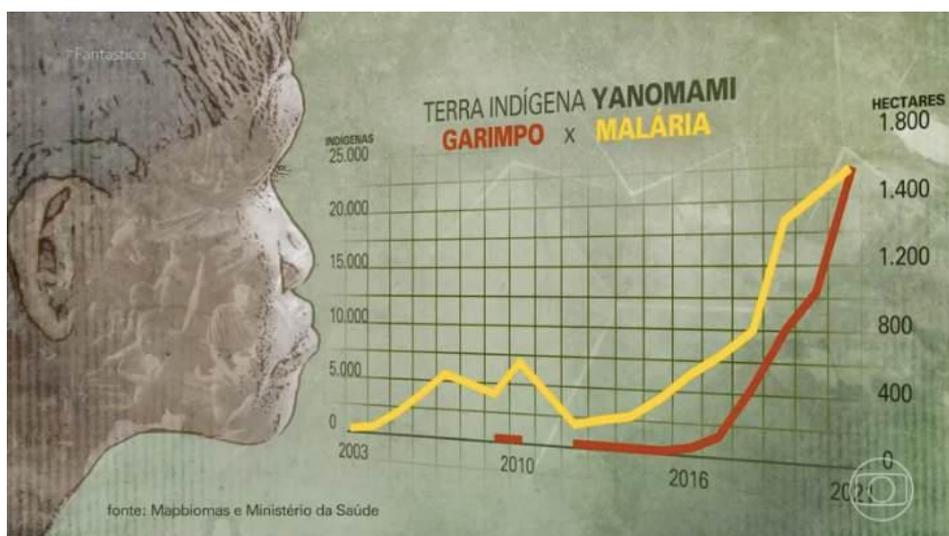
Figura 17 – Número de brasileiros em situação de fome



Fonte: *Globoplay* (2021).

Uma semana depois, em 29 de janeiro de 2021, o *Fantástico* exibiu uma reportagem sobre a tragédia humanitária em Roraima com os índios Yanomami. A matéria enfatiza a situação crítica de saúde enfrentada pela população indígena, com doenças como malária, pneumonia e desnutrição severa, além da contaminação por mercúrio, em consequência da invasão e atividade predatória de garimpeiros ilegais. O cenário é retratado como reflexo do abandono e negligência das autoridades responsáveis pela proteção dos povos indígenas e seus territórios, com relatos de falta de respostas do governo federal a inúmeros pedidos de ajuda. A crise foi exacerbada nos últimos anos com a escalada do garimpo ilegal, que resultou no aumento significativo de casos de malária e contaminação do meio ambiente, comprometendo ainda mais a saúde e a sobrevivência das comunidades Yanomami.

Figura 18 – Avanço do garimpo versus aumento de malária em terras Yanomami



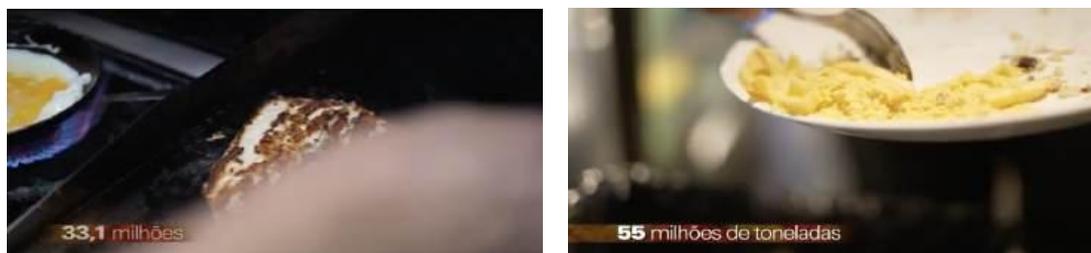
Fonte: *Globoplay* (2023).

Nesse caso, o recurso utilizado apresenta um gráfico que mostra a área ocupada pelo garimpo (5 mil hectares) em 2022 e o aumento de 309% em relação a 2018. De maneira interativa, o recurso elucidava o avanço da atividade garimpo na terra indígena, que acompanha a elevação dos índices de malária entre a população das aldeias.

A matéria do dia 21 de maio de 2023 também é emblemática para analisar a importância e a potência das legendas como paratexto no conteúdo audiovisual. A reportagem apresenta a música *Com fome não dá*, cantada por Criolo, em parceria com outros cantores. O refrão é persistente: Com fome não dá, com fome não dá, com fome não dá. Na entrevista, o cantor ressalta: “Eu já passei fome, né? Muita. Bastante. E é muito ruim, hein? É uma coisa que vai te

derrotando por dentro; não só a questão física, né? Você sente que a sua alma tá fraca. Quem tem fome tem que comer” (*Fantástico*, 0min14s, 2023).

Figura 19 – Legendas apresentam dados sobre o desperdício no Brasil



Fonte: *Globoplay* (2023).

Criolo e vários outros artistas foram voluntários na campanha *Com fome não dá*, do movimento social Pacto Contra a Fome, enfatizando a possibilidade de combater a fome evitando desperdício de alimentos. O movimento social fez os cálculos: para alimentar os 33 milhões de brasileiros que passam fome, por meio de uma dieta balanceada, rica em nutrientes, haveria necessidade de pouco mais de 7 milhões de toneladas de comida em um ano. Neste mesmo período, o Brasil costuma desperdiçar 55 milhões de toneladas de alimentos, o que corresponde a quase oito vezes o necessário. Para explicar de forma didática essa conta e reforçar a urgência de não desperdiçar alimentos, a reportagem apresenta legendas com esses dados, conforme expresso na figura a seguir:

Figura 20 – Recursos gráficos mostram aumento dos alimentos no país



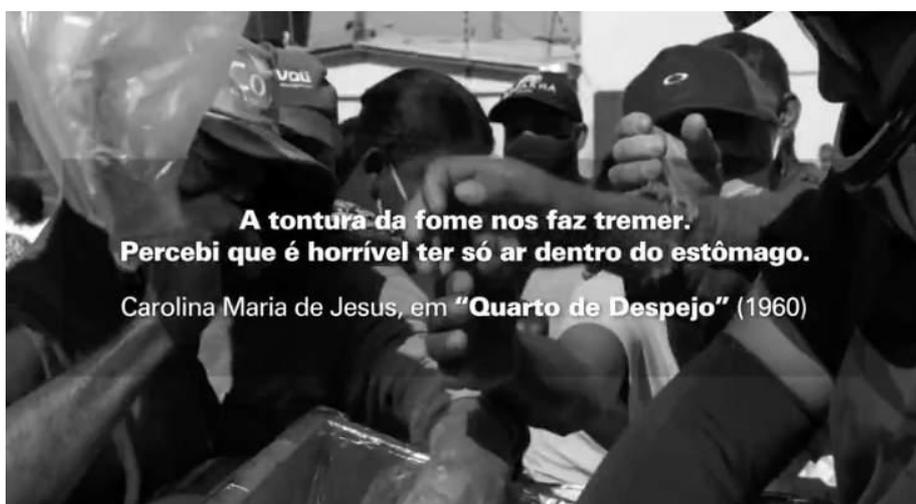
Fonte: *Globoplay* (2021).

Outros recursos visuais também usados nas legendas, como os números que expressam o aumento nos preços do feijão e do arroz, mostrados na reportagem do dia 25 de julho de 2021.

A partir disso, infere-se que esses elementos visuais reforçam as informações transmitidas pela repórter, tornando os dados mais tangíveis e de fácil compreensão para o público. A exibição permite ainda que o telespectador visualize de forma efetiva a escalada dos preços, o que potencializa o impacto da informação. Além disso, ajudam a traduzir estatísticas abstratas em uma linguagem visual acessível, aumentando o engajamento dos espectadores. Em uma situação como a da fome no Brasil, os números sozinhos podem parecer distantes ou difíceis de assimilar, mas, ao serem integrados à narrativa visual, tornam-se mais próximos da realidade cotidiana das pessoas. Isso também pode estimular uma reação emocional mais forte, o que contribui para uma maior conscientização e urgência em relação à gravidade do problema.

A mesma reportagem é iniciada com uma frase de Carolina Maria de Jesus, extraída da livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*.

Figura 21 – Legenda com trecho de livro exemplifica sensação provocada pela fome



Fonte: *Globoplay* (2021).

A estratégia visual combina a legenda com a frase de Carolina Maria de Jesus e imagens em preto e branco de pessoas em situações extremas de busca por comida, como filas para receber ossos e a procura de restos em caçambas. Observa-se o cumprimento de algumas funções importantes na construção da narrativa da reportagem. Ao usar a frase de uma escritora que viveu e documentou sua própria experiência de pobreza e fome, a reportagem faz uma ponte entre o passado e o presente, mostrando a fome como um problema histórico e persistente no Brasil. A frase, visceral e emocional, convida o público a sentir a angústia física e psicológica

da fome, humanizando aqueles que hoje enfrentam a mesma realidade. O preto e branco das imagens confere uma sensação de atemporalidade e gravidade, destacando a continuidade de um problema que atravessa gerações. A frase também reflete a indignidade da fome, um sentimento de desespero e desumanização. Ao associá-la a imagens de pessoas em situações extremas, a reportagem expõe visualmente essa violação de direitos humanos, reforçando o entendimento de que a fome não é apenas uma questão de carência material, mas uma condição que anula a dignidade e humanidade das pessoas. As imagens, unidas ao texto de *Quarto de despejo*, provocam no telespectador a reflexão crítica mais profunda sobre a fome. Datado da década de 1960, o desabafo da autora sobreposto a cenas atuais sugere que as condições pouco mudaram e evidencia a contínua negligência em relação a esse problema social. A inferência, nesse sentido, refere-se à maior conscientização e senso de urgência para a necessidade de soluções.

Para além da observação e análise das legendas, a pesquisa considerou os créditos e assinaturas apresentados nas reportagens. O conceito de créditos e assinaturas é aqui especificado como a identificação por escrito do nome dos repórteres e da equipe técnica – ao longo da matéria ou ao final. Sob essa perspectiva, todos os conteúdos analisados apresentam os devidos créditos das imagens, dos repórteres e da equipe técnica envolvida na produção do conteúdo audiovisual.

Figura 22 – Créditos conferidos aos cinegrafistas



Fonte: *Globoplay* (2020).

Depreendemos, a partir da utilização deste paratexto, que, embora pareça uma mera formalidade na prática jornalística, exibir os nomes dos profissionais envolvidos demonstra a

seriedade do trabalho jornalístico. A fome é um tema sensível e de grande relevância social, e a identificação dos repórteres e da equipe técnica serve para reforçar a credibilidade do telejornal, cria uma conexão de responsabilidade – os jornalistas e cinegrafistas que assinam a matéria garantem, por meio de sua *expertise* e reputação, a veracidade e a qualidade das informações apresentadas. Esse aspecto nos parece essencial, sobretudo em temas que envolvem direitos humanos, pois assegura ao público que a investigação foi conduzida com rigor e respeito.

A assinatura também pode ser vista como uma maneira de humanizar a própria produção jornalística.

Figura 23 – Créditos conferidos à equipe de edição



Fonte: *Globoplay* (2020).

Assim, a identificação explícita da equipe mostra que por trás da cobertura jornalística há indivíduos comprometidos com a narrativa e a denúncia do problema da fome. Esse comprometimento pessoal, quando revelado ao público, pode criar uma conexão emocional mais forte com o telespectador, que, conseqüentemente, percebe o envolvimento direto dos jornalistas com as histórias humanas retratadas na matéria.

Em uma matéria que denuncia a fome, os créditos funcionam ainda como um gesto de transparência, valor fundamental para o jornalismo profissional. A identificação dos profissionais que trabalharam na reportagem reafirma o compromisso da mídia com a clareza e a honestidade na produção de conteúdo. Quando isso se dá em um contexto de denúncia de grave violação de direitos humanos, como a fome, essa transparência é importante também para

demonstrar que a reportagem foi conduzida de forma ética, permitindo ao público confiar no que está sendo exibido e possibilitando a responsabilização dos profissionais e da emissora. Por fim, as assinaturas e créditos chancelam o prestígio e a autoridade da reportagem, características que, como já mencionado no trabalho, ajudam a criar confiança e distanciam o público dos fenômenos da fadiga e evasão de notícias.

A assinatura dos repórteres também pode ser vista como uma convocação ao diálogo social. Ao se identificarem, os jornalistas se colocam à disposição para o debate público sobre a fome, reforçando o papel do jornalismo como mediador social. Essa identificação fortalece a ideia de que o jornalismo de qualidade não é apenas um ato de informação, mas também uma ferramenta de ação, que chama a atenção das autoridades e da sociedade para problemas urgentes que necessitam de soluções imediatas. Ressalta-se que nem sempre o diálogo transcorre de forma amistosa. No caso da reportagem produzida por Marcelo Canellas exibida em janeiro de 2023, que apresenta claramente uma abordagem de denúncia de um cenário já mostrado 20 anos antes, o diálogo entre o profissional e usuários das redes sociais digitais, em especial do X, foi fundamentado em críticas de questionamento sobre o motivo de a reportagem mostrar as mazelas e não agir no sentido de ajudar e propor soluções para o cenário apresentado.

Há que se considerar também a utilização dos mapas nas reportagens analisadas, o que foi evidenciado em cinco das nove matérias. Na reportagem especial sobre a situação dos índios Yanomami, de janeiro de 2023, os mapas desempenham um importante papel ao salientarem a terra indígena em Roraima, onde ficam os Pelotões Especiais de Fronteira do Exército, principal ponto de apoio, resgate e cuidado dos índios, e também a maior concentração do garimpo no território Yanomami. O uso desse recurso é uma estratégia para contextualizar o telespectador tanto sobre a localização onde se dá a tragédia quanto sobre sua magnitude.

Figura 24 – Mapa contextualiza público sobre território Yanomami ameaçado



Fonte: *Globoplay* (2023).

A inclusão de mapas ajuda a situar o telespectador nos diferentes municípios brasileiros afetados pela fome. Isso pode ser constatado em grande parte das reportagens analisadas. Em *Quase 117 milhões de brasileiros não se alimentam como deveriam, aponta pesquisa*, de 2021, como a narrativa é construída a partir de vários municípios brasileiros, os mapas ajudam a situar geograficamente o público, contextualizando visualmente onde a história ocorre, algo especialmente importante em reportagens que abordam problemas de alcance nacional, como a fome no Brasil.

Figura 25 – Mapas apresentam estado a partir do qual a história é contada



Fonte: *Globoplay* (2023).

Trata-se também de um recurso capaz de construir uma ponte entre a situação vivida por personagens individuais e o espectador, facilitando a compreensão de que o problema é disperso e não restrito a uma única área.

Outra inferência diz respeito ao papel dos mapas como reforço da diversidade regional do Brasil, sublinhando que a fome afeta de forma desigual diferentes localidades. Isso colabora para ampliar a empatia do público, já que torna mais claro o cenário da distribuição espacial da fome no país. Esse tipo de paratexto também é uma ferramenta poderosa para estruturar a narrativa audiovisual, funcionando como uma transição visual entre histórias de diferentes personagens e locais, mantendo a coesão da reportagem.

A possibilidade de interação com o público a partir de enquetes, chamadas para comentários nas redes sociais digitais ou convite para acessar o *site* do programa a fim de efetivar doações foi outro elemento analisado no eixo dos paratextos. Embora ausente na maioria dos casos, o recurso de interação direta com o público foi utilizado na reportagem “Entidades não-governamentais se unem em mobilização nacional para arrecadar alimentos”,

de abril de 2021, e na matéria *Criolo e vários artistas participam do Pacto Contra a Fome, campanha de combate à fome e ao desperdício*, de maio de 2023. Ambas fazem chamadas para angariar doações e divulgam informações sobre como mobilizar o público para a causa do combate à fome.

Para citar um exemplo, na reportagem sobre a mobilização de entidades para arrecadar alimentos, a apresentadora Poliana Abritta convida o telespectador a participar do movimento *Panela Cheia Salva* e a fazer doações por intermédio do *site* do *Fantástico*. A legenda exibe o endereço eletrônico enquanto a jornalista fala da importância das doações.

Figura 26 – Apresentadora convida público a participar da campanha *Panela Cheia Salva*



Fonte: *Globoplay* (2023).

Esses paratextos ampliam a conexão entre o tema abordado e o espectador, tornando a questão social da fome não apenas um objeto de observação, mas uma oportunidade de ação. No caso das reportagens mencionadas, o uso de chamadas para angariar doações ou informações sobre como se engajar na causa da fome reforça o compromisso do jornalismo com uma cobertura que vai além da mera apresentação do problema. Esses recursos incentivam o público a se envolver diretamente com soluções, transformando a narrativa em uma ação coletiva.

Além disso, a inclusão desses elementos cria uma sensação de urgência e responsabilidade social, impulsionando o espectador a se mobilizar em prol da causa apresentada. Dessa forma, o *Fantástico* utiliza a interatividade para gerar impacto, mobilizar recursos e aumentar a conscientização, aproveitando as potencialidades das mídias digitais e sociais. Com o uso desses paratextos, o jornalismo passa a fazer mais do que apenas informar:

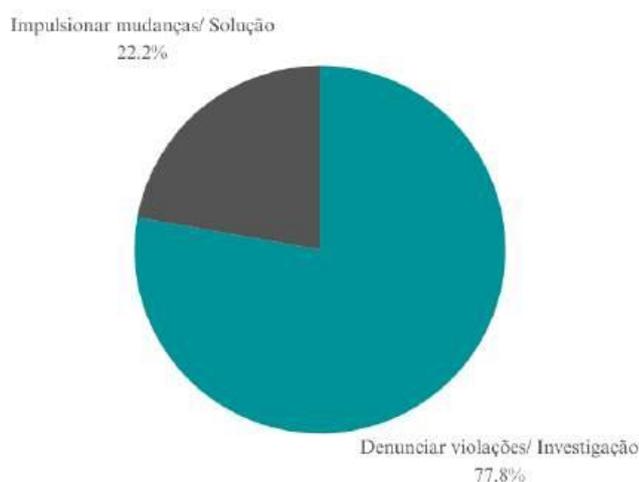
também inspira e capacita o público a participar ativamente na busca por soluções para o problema da fome, mesmo que de forma pontual.

### 7.1.2 Estrutura narrativa predominante

Neste eixo de análise, o principal objetivo consiste em determinar o equilíbrio entre cobertura baseada em denúncia e abordagem voltada a soluções, ao verificar como o *Fantástico* tem tratado a fome ao longo do tempo. A observação visa entender se o jornalismo está conseguindo cumprir seu papel de informar, sensibilizar e também impulsionar mudanças ao evidenciar possíveis caminhos para enfrentar o problema. Isso também dialoga com o potencial do Jornalismo de Soluções, que busca não só expor as crises, mas também apontar direções viáveis para a ação e a resolução de complexos problemas sociais.

A partir das perguntas constantes na ficha de leitura, dividimos a análise do presente eixo em algumas camadas. Na primeira, identificamos o foco narrativo predominante, ou seja, ao questionarmos se a cobertura jornalística privilegia a denúncia da fome, tentamos compreender se o *Fantástico* tem abordado a fome principalmente como problema a ser exposto, uma violação de direitos humanos que precisa ser colocada em evidência. Isso permite verificar se o foco está na denúncia, no alarme social e no papel de testemunha que o jornalismo tradicional costuma assumir ao expor situações de injustiça. Portanto, consideramos organizar as reportagens entre aquelas que denunciam violações (investigação) e as que buscam impulsionar mudanças (solução), chegando ao seguinte resultado:

Gráfico 13 – Objetivo das narrativas sobre a fome nas reportagens do Fantástico



Fonte: elaborado pela autora (2024).

A partir do dado apresentado, em que 77,8% das matérias priorizam a denúncia de violações do direito à alimentação e apenas 22,2% se concentram em impulsionar mudanças ou propor soluções, é possível inferir que há predominância de narrativa investigativa. Em outras palavras, a cobertura parece seguir uma tradição de exposição e denúncia, característica do jornalismo tradicional, que busca evidenciar problemas e injustiças, como no caso da fome. Isso indica que o programa traz à tona a gravidade da situação, mas sem propor, na maioria dos casos, ações ou caminhos concretos para resolver o problema.

A baixa porcentagem de matérias focadas em mudanças e soluções (22,2%) revela uma lacuna na cobertura que, como apontado no problema de pesquisa, poderia ser explorada pelo Jornalismo de Soluções. Outra consequente dedução refere-se ainda a esse enfoque investigativo. Embora relevante, pode gerar certo alarmismo, que, por si só, não proporciona ao público ferramentas para entender como combater o problema de maneira efetiva. A abordagem de soluções, por sua vez, busca apresentar possibilidades práticas e histórias de superação capazes de inspirar mudanças concretas.

A predominância da denúncia, sem a contraparte de soluções viáveis, também pode gerar no telespectador um sentimento de impotência, desânimo ou, em última instância, fadiga e evasão de notícias, o que impacta negativamente o engajamento com o tema em longo prazo. Como consequência, corre-se o risco de que o problema da fome continue sendo percebido como desafio sem solução, desestimulando a mobilização social.

Sob essa perspectiva, depreendemos que há um espaço significativo para que o *Fantástico* amplie suas abordagens, incluindo mais matérias que mostrem iniciativas bem-sucedidas no combate à fome, promovam debates sobre políticas públicas eficazes ou apresentem soluções locais e internacionais passíveis de adaptação ao contexto brasileiro. Isso enriqueceria a narrativa jornalística e fortaleceria a percepção do jornalismo como ferramenta de promoção de conhecimento e transformação social.

A segunda camada a ser considerada ao analisarmos a narrativa predominante nas matérias refere-se à necessidade de examinar se as reportagens evidenciam os impactos negativos da fome. O objetivo é entender até que ponto as matérias estão conseguindo conscientizar o público sobre as consequências humanas e sociais de tal crise. Isso envolve analisar se os efeitos da fome sobre a saúde, a dignidade e o desenvolvimento das pessoas e comunidades são destacados de forma clara e se as reportagens conseguem gerar empatia e compreensão sobre a profundidade do problema.

Por esse viés, a matéria *'Não sei se vou comer amanhã'*. *Veja relatos dos brasileiros que passam fome*, de 2020, é um claro exemplo com histórias individuais e cenários de extrema

carência alimentar. A narrativa foca na exposição da realidade vivida por milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar, evidenciando o retorno do Brasil ao Mapa da Fome. Os impactos negativos da fome são amplamente destacados na reportagem. As cenas e depoimentos mostram famílias que não têm o que comer, crianças que se alimentam enquanto os pais ficam sem comida e pessoas dependendo de ajuda comunitária ou vivendo de empréstimos. A fome aparece retratada não apenas como ausência de comida, mas também como um fator de desespero, tristeza e desumanização.

No caso da matéria *Face cruel da fome: mulheres relatam rotina de buscar comida em caminhão de lixo*, ao mostrar as cenas de mulheres vasculhando o lixo em busca de comida e apresentar as entrevistas realizadas com elas, há evidências da gravidade da situação e a vulnerabilidade dessas pessoas, destacando a fome como questão estrutural no Brasil. As imagens expõem os impactos negativos da fome de maneira direta. A realidade da personagem Jaqueline e de outras mulheres vasculhando caminhões de lixo para sobreviver, a privação de refeições e a necessidade de escolher entre dormir ou comer revelam a degradação da dignidade humana. O relato da mãe desempregada, Jocastra, sobre a primeira refeição da filha ser um iogurte retirado do lixo por crianças, também serve como claro exemplo do impacto devastador da fome na vida dessas famílias.

Figura 27 – Grupo de mulheres vasculham caminhão de lixo em busca de comida



Fonte: *Globoplay* (2021).

A terceira e última questão contemplada no eixo que analisa as estruturas narrativas predominantes nas reportagens explana as eventuais tentativas de apresentar soluções, seja por

meio de iniciativas governamentais, programas sociais ou ações comunitárias. A reportagem *‘Não sei se vou comer amanhã’*. *Veja relatos dos brasileiros que passam fome*, de 2020, destaca a importância do Bolsa Família e critica a redução de programas sociais e a dificuldade de acesso ao auxílio emergencial. Além disso, menciona que o Programa Mundial de Alimentação (WFP – *World Food Programme*), premiado com o Nobel da Paz, tem sido uma ferramenta fundamental no combate à fome mundial. Contudo, as soluções apresentadas são indiretas, e o foco maior recai sobre a falta de ação do governo brasileiro e os cortes em políticas públicas que agravam a fome no país. Logo, acredita-se que a matéria combina a denúncia das condições de fome com uma exposição de seus efeitos devastadores e, de forma limitada, menciona a necessidade de soluções, mas com destaque para a insuficiência ou ausência de políticas públicas adequadas.

Já a matéria *Quase 117 milhões de brasileiros não se alimentam como deveriam*, aponta pesquisa, que foi ao ar em abril de 2021, menciona algumas iniciativas governamentais e comunitárias, como o auxílio emergencial e doações de cestas de alimentos para famílias vulneráveis. No entanto, a reportagem também aponta a insuficiência das soluções oferecidas, como o valor reduzido do novo auxílio emergencial, para enfrentar a crise alimentar de forma eficaz. Por fim, destaca a postura solidária da sociedade civil e de indivíduos que têm contribuído para aliviar a fome, mas a ausência de uma resposta estrutural robusta é evidente.

No caso da reportagem *Entidades não-governamentais se unem em mobilização nacional para arrecadar alimentos*, a análise nos chancela a dizer que destaca o movimento Panela Cheia Salva, formado por várias organizações, como a Central Única das Favelas (Cufa) e Gerando Falcões, com o objetivo de arrecadar cestas básicas e distribuir alimentos para milhões de brasileiros. Embora a reportagem não mencione políticas públicas governamentais, dá ênfase às ações comunitárias e à mobilização da sociedade civil como forma de combate à fome. A mensagem de colaboração e o esforço de organizações não governamentais são apresentados como caminhos para mitigar o problema.

A reportagem *Ossos e fragmentos de arroz e feijão entram no prato do brasileiro*, também mostra alguns esforços comunitários e programas sociais, como a distribuição de ossos pela proprietária de um açougue e o auxílio emergencial do governo federal. A ênfase, porém, está mais na insuficiência de tais medidas do que em soluções efetivas. O auxílio emergencial, por exemplo, é retratado como insuficiente para cobrir as necessidades básicas das famílias. As falas de especialistas como Francisco Menezes, economista e analista de políticas da *ActionAid*, e Rodrigo Kikko Afonso, da ONG Ação e Cidadania, apontam a crise da fome como um problema estrutural, agravado pela pandemia, mas preexistente. Não há apresentação clara de

soluções abrangentes ou políticas públicas que estejam resolvendo o problema de forma significativa. Com isso, depreende-se que a reportagem se concentra na denúncia da fome e na exposição de seus impactos, mas apresenta poucas soluções práticas ou concretas para o problema.

A referida matéria menciona uma solução encontrada no município de Messias (AL), onde agricultores de um assentamento produziam alimentos para serem repassados à merenda escolar. Contudo, a reportagem critica a descontinuidade da iniciativa e denuncia o desmantelamento do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PNAD), que perdeu forças e potencializou o êxodo das famílias agricultoras para as favelas da capital, Maceió.

Destaca-se ainda a matéria *Face cruel da fome: mulheres relatam rotina de buscar comida em caminhão de lixo*, no ar em 24 de outubro de 2021. A narrativa comenta algumas iniciativas de solidariedade, como o projeto do publicitário André Mota, que criou uma loja temporária para arrecadar fundos destinados à compra de cestas básicas. Além disso, o envolvimento da Cufa é destacado, proporcionando pequenos auxílios às famílias. Não há, no entanto, menção a políticas públicas ou programas governamentais robustos, sugerindo que as soluções apresentadas são temporárias e insuficientes diante da magnitude do problema. Logo, a reportagem equilibra a denúncia da fome e seus efeitos negativos com a apresentação de iniciativas solidárias, mas carece de uma discussão mais ampla sobre soluções governamentais de longo prazo.

Outro destaque refere-se à reportagem sobre a tragédia humanitária nas terras Yanomami. O cenário é retratado como um reflexo do abandono e negligência das autoridades responsáveis pela proteção dos povos indígenas e seus territórios, com relatos de falta de respostas do governo federal a inúmeros pedidos de ajuda. A crise foi exacerbada nos últimos anos, com a escalada do garimpo ilegal, que resultou no aumento significativo de casos de fome, malária e contaminação do meio ambiente, comprometendo ainda mais a saúde e a sobrevivência daquela comunidade. Nesse sentido, a matéria apresenta as ações emergenciais de resgate e assistência, como a distribuição de alimentos e o atendimento médico, mas expõe a insuficiência dessas medidas para reverter a situação devastadora. A matéria, ao conectar esses eventos à responsabilidade política e legal, cita a inação do governo federal e a possibilidade de responsabilização por genocídio, dada a gravidade da crise e as evidências de violação dos direitos humanos dos Yanomami.

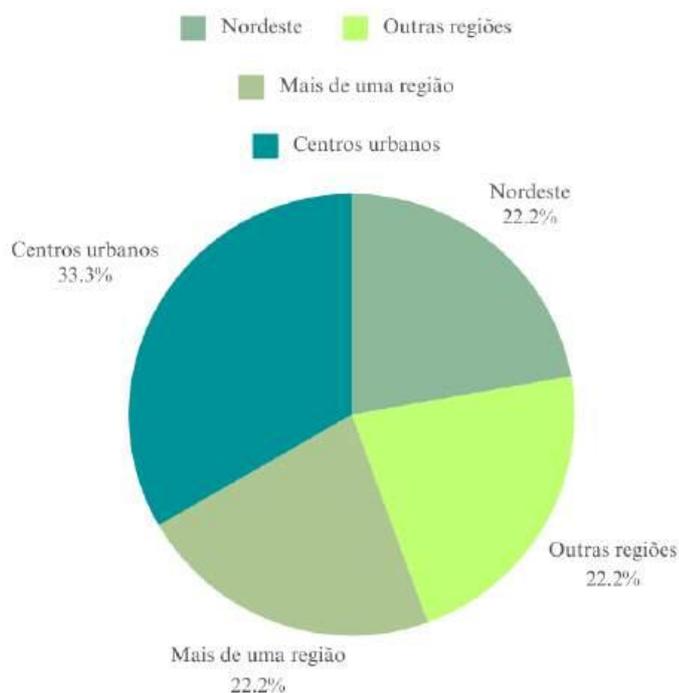
### 7.1.3 Geografia da fome

A análise do eixo “Geografia da fome” tem como foco compreender de que forma a cobertura telejornalística no *Fantástico* retrata a distribuição geográfica da fome no Brasil e como isso pode afetar a percepção do problema em sua amplitude e complexidade. Historicamente, a fome no país tem sido associada a regiões específicas, como o Nordeste, onde a escassez de recursos e as condições climáticas adversas corroboram com um imaginário social sobre o problema. Esse recorte, tradicionalmente vinculado à fome na zona rural e às dificuldades do Semiárido, se apresenta como um padrão recorrente no telejornalismo, concentrando a atenção em áreas já reconhecidas pela sociedade como impactadas pela insegurança alimentar.

Entretanto, as análises nos possibilitaram inferir que a fome no Brasil contemporâneo não se limita ao Nordeste e às áreas rurais. As periferias dos grandes centros urbanos emergem cada vez mais como espaços de expressiva insegurança alimentar, resultado das desigualdades econômicas, da falta de políticas públicas eficazes e do elevado custo de vida urbano, que dificultam o acesso à alimentação digna. Com isso, a análise se debruça sobre a seguinte questão: em que medida o telejornalismo aborda também essas regiões urbanas periféricas, que têm sido atingidas pela fome de modo alarmante?

Essa investigação se estende ainda para a avaliação de possíveis lacunas na cobertura, que, ao priorizar a fome no âmbito rural, acabaria por negligenciar o crescimento do problema nas áreas urbanas. Esse viés de abordagem, caso presente, limitaria a compreensão da fome como problema sistêmico e multidimensional, a exigir uma abordagem mais completa para que o telespectador possa entender suas causas e ramificações no país. Portanto, os resultados da análise deste eixo buscam identificar se a cobertura telejornalística contribui para uma percepção plena da crise alimentar no Brasil, abarcando tanto as áreas rurais quanto urbanas e ressaltando a presença do problema em diferentes contextos regionais.

Gráfico 14 – Regiões mais afetadas pela fome representadas nas reportagens



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Esses resultados indicam uma abordagem geograficamente diversificada na cobertura telejornalística sobre a fome no Brasil, embora com predominância relativa no contexto dos grandes centros urbanos, que correspondem a 33,3% das reportagens analisadas. Os números sugerem uma preocupação do jornalismo televisivo quanto à insegurança alimentar nas periferias dos grandes centros, o que reflete uma realidade em que o elevado custo de vida, o desemprego e a vulnerabilidade econômica afetam cada vez mais as populações urbanas.

A matéria produzida pelo repórter Marcelo Canellas exibida em 2020 enfoca uma área periférica do Rio de Janeiro, o segundo estado mais rico do país, demonstrando que a fome não se restringe ao Nordeste, mas impacta regiões urbanizadas e economicamente mais desenvolvidas, como a Baixada Fluminense. Ao incluir áreas urbanas periféricas, em que a insegurança alimentar é severa, a cobertura amplia a compreensão sobre o problema, igualmente grave nas cidades, e não apenas em áreas rurais ou historicamente marcadas pela pobreza.

Figura 28 – Repórter Marcelo Canellas aborda fome na periferia do Rio de Janeiro



Fonte: *Globoplay* (2020).

Embora o cenário transmita um aspecto de “interior”, como mencionado pelo repórter, representa uma área urbana periférica, e não rural. A cobertura, portanto, não se limita às áreas rurais, mas enfoca uma zona semiurbana que enfrenta problemas típicos dos grandes centros, como a pobreza e o acesso precário a recursos básicos.

Dessa forma, a matéria contribui para a compreensão da fome como um problema presente em várias regiões do país, incluindo as periferias urbanas do Sudeste, e não apenas em áreas rurais ou no Nordeste, de modo a ampliar a percepção pública sobre a extensão e complexidade dessa questão social.

A reportagem exibida em julho de 2021 é um exemplo de conteúdo que explora a fome em áreas urbanas, como em Cuiabá (MS), na ocupação onde vive Niniane, que trabalha no lixão. Para sustentar os filhos e assegurar o mínimo de proteínas na alimentação, ela recorre a ossos doados por um açougue da cidade.

Figura 29 – Catadora Niniane alimenta a família com ossos doados por açougue



Fonte: *Globoplay* (2021).

A predominância de reportagens sobre a fome nos centros urbanos ainda pode estar diretamente relacionada aos impactos da pandemia de Covid-19. Durante esse período, a crise econômica agravou-se, levando a um significativo aumento da insegurança alimentar nas periferias urbanas, nas quais muitos trabalhadores informais e pessoas em situação de vulnerabilidade viram suas rendas reduzidas ou eliminadas. A pandemia intensificou as disparidades sociais e jogou luz na precariedade de muitas redes de apoio, como o acesso a auxílios emergenciais, que passaram a ter importância fundamental para a subsistência de famílias em áreas urbanas.

Esse contexto pandêmico foi foco da cobertura dos telejornais, uma vez que, por conseguinte, a fome nos grandes centros urbanos tornou-se mais visível e urgente. A concentração de reportagens em regiões urbanas reflete, então, a amplitude do problema nesses locais, onde a pandemia expôs e ampliou problemas estruturais que antes poderiam estar em segundo plano.

Assim, a ênfase nas periferias sugere a tentativa do telejornalismo de acompanhar a realidade agravada pela pandemia, que revelou um novo perfil de insegurança alimentar nas cidades e levou o foco a uma fome que então transcende as regiões rurais e outras historicamente estigmatizadas, passando a intensamente atingir os grandes centros.

Tal cenário foi observado na reportagem “Quase 117 milhões de brasileiros não se alimentam como deveriam, aponta pesquisa”, que mostrou o drama das pessoas para receber o auxílio emergencial, a dificuldade das famílias em garantir o sustento dos filhos.

Figura 30 – Reportagem expõe problemática da fome no contexto da pandemia de Covid-19



Fonte: *Globoplay* (2021).

Outras considerações a respeito do impacto da pandemia de Covid-19 serão apresentadas nos eixos posteriores.

Além do ambiente urbano, a análise expõe ainda a paridade observada na cobertura do Nordeste (22,2%), em outras regiões, como o Norte e o Centro-Oeste (22,2%), e ainda reportagens que englobam mais de uma região (22,2%), o que aponta para um esforço em representar a fome como problema nacional, não restrito a áreas historicamente estigmatizadas. Ressalta-se, contudo, a distribuição equilibrada entre regiões como uma estratégia para abarcar a complexidade geográfica da fome, mostrando-a como uma questão presente em várias partes do Brasil, incluindo locais tradicionalmente menos retratados, como o Norte e o Centro-Oeste.

No entanto, a análise também propõe o debate sobre como essas porcentagens poderiam influenciar a percepção pública: com o maior destaque na cobertura dos centros urbanos, o telespectador pode ser levado a entender a fome principalmente como um problema urbano, possivelmente subestimando a realidade nas áreas rurais e regiões distantes dos grandes centros. Tal resultado, portanto, revela uma cobertura ampla, mas que, ao priorizar o contexto das cidades, pode beneficiar-se de um equilíbrio ainda maior para representar a fome como desafio verdadeiramente nacional e multifacetado.

Outro exemplo emblemático é a reportagem de Marcelo Canellas e Lúcio Alves de janeiro de 2023, em que os profissionais revisitam os personagens e locais que simbolizam diferentes faces da fome no Brasil, permitindo um mapeamento diversificado que desfaz estereótipos de que a insegurança alimentar ocorre apenas em regiões específicas.

Figura 31 – Duas décadas depois, Marcelo Canellas revisita personagens em situação de fome



Fonte: *Globoplay* (2023).

A escolha de Mesquita (RJ), Araçuaí (MG), Messias (AL), Santa Úrsula (BA) e Jurema (PI) traz uma visão integrada e heterogênea do problema, mostrando que a fome atinge tanto as periferias urbanas quanto áreas rurais e semiurbanas, do Sudeste ao Nordeste.

A abordagem também reforça a continuidade e persistência da fome como problema estrutural, sublinhando as transformações e retrocessos que ocorreram ao longo das últimas duas décadas. Revisitar personagens e locais reportados 20 anos antes, como em Santa Úrsula e Araçuaí, pode ser considerado uma forma de contextualizar as mudanças nas condições de vida das famílias e denuncia a falta de soluções definitivas. Além disso, a inclusão de iniciativas locais para mitigar a insegurança alimentar, como o assentamento em Messias, insere o Jornalismo de Soluções na narrativa, mesmo que de forma indireta, o que pode inspirar outras comunidades e fortalecer o debate sobre políticas públicas.

No conjunto, a variedade geográfica confere à cobertura uma profundidade que evidencia a fome como problema que transcende barreiras regionais.

#### **7.1.4 Roteiro e textualidade**

No eixo de análise “Roteiro e Textualidade”, busca-se compreender de que forma o texto e o roteiro das reportagens sobre a fome contribuem para a construção de significados e para a sensibilização do público. Nesse contexto, foram considerados quatro aspectos específicos, que, juntos, ajudam a delinear o tratamento do tema da fome nos telejornais.

Primeiramente, a investigação voltou-se às palavras e expressões utilizadas para descrever a fome. Este aspecto é fundamental, pois a escolha da nomenclatura influencia a percepção do espectador sobre a gravidade e as causas do problema, revelando se a fome é apresentada de forma objetiva, como um dado técnico, ou se há uma abordagem mais humanizada e sensível. Para isso, tomamos como base as falas dos repórteres e das personagens afetadas pela fome para criar uma nuvem de palavras que pudesse elucidar visualmente as principais formas de retratar o problema.

Figura 32 – Nuvem de palavras que conceituam a fome no Brasil



Fonte: elaborado pela autora via wordclouds.com (2024).

Essas expressões capturam e condensam o impacto emocional e a gravidade da fome, conforme representado nas reportagens do *Fantástico*, e destacam como o telejornalismo reflete e transmite a triste experiência de não ter o que comer no Brasil.

No eixo de análise da textualidade, essas palavras, utilizadas para sensibilizar o público sobre a fome, alinham-se com o conceito de dramaturgia no telejornalismo, conforme proposto por Iluska Coutinho. A dramaturgia telejornalística, segundo Coutinho (2012), envolve a criação de uma narrativa estruturada que vai além da simples transmissão de fatos, engajando o público emocionalmente e ampliando sua compreensão do problema. Expressões como “a barriga dói”, “miséria” e “sobreviver”, que aparecem com mais recorrências nas matérias, não são apenas informativos, mas operam em nível emocional, evocando imagens vívidas e despertando empatia no espectador. Essa escolha de palavras, de modo planejado, constrói uma narrativa impactante que transforma o sofrimento humano em uma experiência quase palpável para quem assiste.

Acredita-se ainda que a proximidade com a dramaturgia se dá porque essas expressões intensificam o caráter trágico e real da situação, com o objetivo de mobilizar uma resposta afetiva e de engajamento. Ao utilizar a dor e a precariedade dos sujeitos afetados pela fome, o telejornalismo desenha uma história com personagens e emoções que, ainda que representem uma realidade objetiva, trazem elementos narrativos que prendem a atenção e geram um

impacto duradouro. Assim, essas palavras compõem o que Coutinho (2012) chama de uma “narrativa dramática”.

Após a análise das principais expressões que descrevem a fome, examinou-se se o texto enfatiza o papel de políticas públicas ou de instituições no combate à fome. Como exemplo, citamos a reportagem veiculada em outubro de 2020, cujo texto faz referência ao papel das políticas públicas e instituições no combate à fome. Ele menciona a redução do acesso ao Bolsa Família e ao auxílio emergencial como fatores que contribuem para o aumento da fome no período. Também sublinha a importância de programas como o Programa Mundial de Alimentação (WFP), que recebeu o Prêmio Nobel da Paz no referido ano e atende milhões de pessoas no mundo. A reportagem também traz a fala de um especialista a reforçar a necessidade de intervenção estatal para que pessoas vulneráveis possam sair da situação de fome.

O auxílio emergencial também é citado como exemplo de política pública de combate à fome na matéria exibida em abril de 2021. É destacado ainda pelo seu papel fundamental para evitar caos social durante a pandemia, e a reportagem critica a redução de valor e abrangência no auxílio em 2021. Além disso, na mesma reportagem há uma menção ao Ministério da Cidadania, que afirma ter adotado medidas para doação de cestas básicas a famílias vulneráveis. Portanto, a importância das políticas públicas no combate à fome é enfatizada, tanto por meio da narrativa quanto das entrevistas com especialistas.

Há exemplo de reportagem que, embora mencione iniciativas de ONGs e a mobilização de movimentos sociais, não faz uma referência direta a políticas públicas governamentais específicas. Em vez disso, a ênfase está nas ações de mobilização da sociedade civil, como o Movimento Panela Cheia Salva. Isso sugere uma abordagem focada na ação comunitária e na solidariedade em resposta à crise da fome, sem abordar diretamente o papel do governo ou políticas públicas na resolução do problema.

Já na matéria *Ossos e fragmentos de arroz e feijão entram no prato do brasileiro*, o texto apresenta brevemente algumas políticas públicas, como o auxílio emergencial e o Bolsa Família, mas o tom é de que essas ações são insuficientes para resolver o problema.

Por fim, destaca-se também a reportagem sobre a grave situação dos Yanomami no Norte do país, que dedica grande parte do texto à análise do papel das políticas públicas e instituições na crise. É evidente a crítica ao descaso do Estado e a responsabilização de governos anteriores pelas condições de vida dos referidos povos indígenas, cobertos sobretudo por imagens chocantes de crianças em situação de fome e desnutrição.

Figura 33 – Criança Yanomami em situação de fome e desnutrição



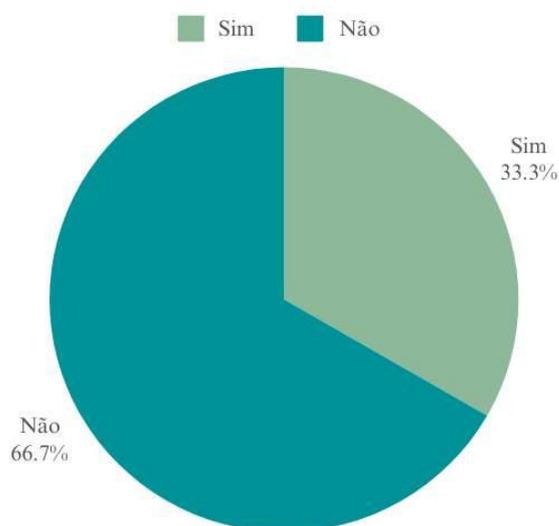
Fonte: *Globoplay* (2023).

Um exemplo positivo que evidencia a apresentação de políticas públicas em nossas análises é revelado na reportagem *Criolo e vários artistas participam do Pacto Contra a Fome, campanha de combate à fome e ao desperdício*. O texto menciona especificamente o projeto do governo do Estado do Ceará que transforma alimentos que seriam descartados em refeições para pessoas em situação de vulnerabilidade. A fala de Onélia Santana, secretária da Proteção Social do Ceará, destaca a quantidade de pessoas beneficiadas por essa iniciativa, ressaltando a importância de ações governamentais bem implementadas.

Ao analisar se e como as políticas são mencionadas, é possível identificar o posicionamento do telejornalismo em relação à ação governamental e institucional, seja em caráter crítico, propositivo ou neutro, o que impacta na formação da opinião pública e na cobrança por soluções.

Outro ponto fundamental: a identificação de referências diretas aos direitos humanos ou à dignidade humana.

Gráfico 15 – Menção direta à temática dos direitos humanos e da dignidade humana



Fonte: elaborado pela autora (2024).

A reportagem *'Não sei se vou comer amanhã'*. *Veja relatos dos brasileiros que passam fome*, para citar um exemplo, faz referência aos direitos humanos, mencionando explicitamente o direito à alimentação como um direito social garantido pela *Constituição* brasileira. A fome é, então, apresentada como violação desse direito. Além disso, a dignidade humana é evocada implicitamente ao mostrar as condições precárias em que vivem os personagens, como uma família que precisa pedir comida, o que atinge profundamente sua dignidade. As referências aos direitos humanos e à dignidade humana são apresentadas tanto no texto do repórter quanto nas falas dos especialistas. O jornalista aborda o direito à alimentação diretamente, ao mencionar sua inclusão no Artigo 6.º da *Constituição*. Especialistas reforçam ainda a importância de políticas públicas para garantir esse direito e permitir que pessoas saiam da miséria. O sofrimento dos personagens entrevistados também transmite implicitamente a violação da dignidade humana.

Na matéria de abril de 2021, embora não haja menção explícita a direitos humanos, há referência implícita à dignidade humana. Expressões como “a fome dói na alma” e a discussão sobre a responsabilidade do governo em garantir a segurança alimentar refletem essa preocupação com a dignidade das pessoas. A fala de um especialista critica a falsa dicotomia entre a economia e a saúde, apontando que a economia não pode existir sem as pessoas. A crítica reforça a ideia de que a gestão pública deve proteger as vidas humanas, que estão no cerne da dignidade e dos direitos humanos.

As referências à dignidade e aos direitos implícitos aparecem tanto no texto do repórter quanto nas falas dos especialistas e personagens. O jornalista apresenta os dados e a situação de vulnerabilidade das famílias, enquanto os personagens relatam suas experiências de fome e impotência. Outros especialistas complementam a narrativa com análises sobre a necessidade de políticas públicas eficazes e a crítica à gestão governamental durante a pandemia. Essas falas ajudam a dar voz aos que sofrem e a trazer à tona a responsabilidade pública na proteção de direitos básicos, como o direito à alimentação.

A partir dessas proposições, o que se deduz é que a menção a esses elementos pode ampliar a compreensão da fome para além de uma condição de carência, reforçando seu caráter de violação de direitos fundamentais e reforçando o discurso de justiça social.

Em casos em que foram identificadas tais referências, analisou-se como essas são apresentadas. Como brevemente ressaltado, verificou-se se surgem diretamente na narrativa do repórter, nas falas de especialistas ou de personagens, cada uma com potencial para imprimir diferentes nuances de legitimidade e proximidade emocional. As falas de especialistas podem conferir uma autoridade técnica ao tema, enquanto as vozes de personagens tendem a evocar uma conexão afetiva com o público.

Os resultados da análise permitem observar como os textos e roteiros expandem o caráter informativo e constroem uma narrativa sobre a fome, destacando ou obscurecendo responsabilidades e dimensões do problema que podem influenciar diretamente a percepção do telespectador.

### **7.1.5 Elementos visuais**

Na análise dos elementos visuais presentes nas reportagens do *Fantástico* sobre a fome, foram observados aspectos específicos que permitem compreender como as imagens são selecionadas e organizadas para construir significados e sentidos para o telespectador. Antes de adentrarmos nos resultados de pesquisa, é importante pontuar sobre os tipos de enquadramentos utilizados no fazer jornalístico em televisão, com vistas a situar o leitor, no momento em que se demonstra a predominância dos planos nas matéria analisadas.

Para isso, são precisas as considerações de Gutmann (2012):

Enquanto as convocações são explícitas via texto verbal, os dispositivos visuais de conformação de diferentes posições e ênfases no diálogo são mais tácitos. Ainda assim, a moldura visual pela qual se vê o corpo dos sujeitos é importante estratégia de construção de posições e, conseqüentemente, de sentidos para os atos de fala. Por essa razão, os enquadramentos de câmera são explorados como dispositivos expressivos para a interação proposta, produzindo, pelo menos, quatro tipos de efeitos que remetem a uma situação de conversa: 1. Distanciamento; 2. Aproximação entre os sujeitos do discurso (enunciador e enunciatários); 3. Ênfase argumentativa; e 4. Inclusão do interlocutor (enunciatário) na cena comunicativa. Nesse caso, os planos e movimentos de câmera, articulados ao texto verbal, funcionam como proficuas estratégias discursivas para os atos conversacionais (Gutmann, 2012, p. 68).

Ela explica ainda que a moldura visual promovida pelos enquadramentos de câmera, por meio da qual o público se relaciona com os jornalistas, tem sido explorada pelos telejornais de rede enquanto técnica de configuração de posições para os sujeitos enunciatários no processo dialógico proposto (Gutmann, 2012, p. 74). Pensando nessa perspectiva, tomamos os conceitos propostos pela autora, sintetizando-os na Tabela 5, como forma de apresentar os enquadramentos e planos utilizados nas análises das reportagens sobre a fome.

Tabela 5 – Síntese dos conceitos de planos e ângulos

Enquadramentos, planos e ângulos	Aplicação
Plano aberto ( <i>long shot</i> )	A câmera está distante do objeto, de modo que ele ocupa uma parte pequena do cenário. É um plano de ambientação.
Plano médio ( <i>medium shot</i> )	A câmera está a uma distância média do objeto, de modo que ele ocupa uma parte considerável do ambiente, mas ainda tem espaço à sua volta. É um plano de posicionamento e movimentação.
Plano fechado ( <i>close-up</i> )	A câmera está bem próxima do objeto, de modo que ele ocupa quase todo o cenário, sem deixar grandes espaços à sua volta. É um plano de intimidade e expressão.
Plano geral	Com um ângulo visual bem aberto, a câmera revela o cenário à sua frente. A figura humana ocupa espaço muito reduzido na tela. Plano para exteriores ou interiores de grandes proporções. Também chamado de “geralção”.
Plano conjunto	Com um ângulo visual aberto, a câmera revela uma parte significativa do cenário à sua frente. A figura humana ocupa um espaço relativamente maior na tela. É possível reconhecer os rostos das pessoas mais próximas à câmera. Também chamado de “geralzinho”.
Plano americano	A figura humana é enquadrada do joelho para cima.
Meio primeiro plano	A figura humana é enquadrada da cintura para cima.
Primeiro plano ( <i>close</i> )	A figura humana é enquadrada do peito para cima.
Plano detalhe	A câmera enquadra uma parte do rosto ou do corpo (um olho, uma mão, um pé etc.). Também usado para objetos pequenos, como uma caneta sobre a mesa, um copo, uma caixa de fósforos etc.
Ângulo normal	Quando a câmera está no nível dos olhos da pessoa que está sendo filmada.
<i>Plongée</i> (palavra francesa que significa “mergulho”)	Quando a câmera está acima do nível dos olhos, voltada para baixo. Também chamada de “câmera alta”.

Contra- <i>Plongée</i> (com o sentido de “contra-mergulho”)	Quando a câmera está abaixo do nível dos olhos, voltada para cima. Também chamada de “câmera baixa”.
---	--

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

A partir da questão central de quais imagens predominam, identificou-se recorrência de cenas que expõem filas para doação de alimentos, panelas e pratos vazios, e incontáveis retratos de crianças subnutridas, elementos que evocam uma narrativa visual de carência e urgência social.

Tomamos como exemplo a matéria sobre o retorno do país ao Mapa da Fome, exibida em janeiro de 2023. A escolha de um plano conjunto que mostra o fogão com poucos ingredientes e crianças ao fundo com olhares esperançosos realça o contraste entre a escassez e o desejo, criando uma narrativa visual que sublinha a falta de recursos básicos. As crianças, ao fundo, ganham uma presença simbólica na imagem, representando as vítimas mais vulneráveis dessa realidade.

Figura 34 – Imagem em plano conjunto apresenta dicotomia entre escassez e desejo



Fonte: *Globoplay* (2023).

Na mesma reportagem, quando o texto aborda as internações por desnutrição, com média de oito crianças por dia, são mostradas em primeiro plano, mas sem revelar seus rostos. Essa escolha sugere a ideia de anonimato da dor e sofrimento, além de trazer universalidade ao problema, indicando uma situação que afeta inúmeras crianças sem personalizar uma única face.

Figura 35 – Imagem em primeiro plano de criança com desnutrição



Fonte: *Globoplay* (2023).

Ao longo da entrevista com a personagem Uderlaine, o plano médio permite ver não só o rosto da dona de casa, mas também o espaço ao redor, revelando detalhes do ambiente em que vive com os seis filhos. Essa estratégia amplia a visão do espectador sobre a precariedade do cenário familiar, contextualizando visualmente as dificuldades enfrentadas e dando substância à narrativa pessoal.

Figura 36 – Plano médio preconizado para entrevistar personagem



Fonte: *Globoplay* (2023).

O *close* na geladeira quase vazia é outra imagem icônica e simbólica, destacada na pesquisa por sintetizar a situação de escassez sem a necessidade de explicações adicionais. É uma forma visual direta de comunicar a ausência de comida e reforça a mensagem da insegurança alimentar.

Figura 37 – *Close* na geladeira quase vazia evidencia cenário de escassez



Fonte: *Globoplay* (2023).

Entre as imagens da matéria, também se ressalta o uso da câmera baixa enquanto as crianças estão sentadas no chão, mostrando um ponto de vista que intensifica a percepção de vulnerabilidade e resignação. Essa escolha dá à imagem uma perspectiva quase infantil, permitindo ao espectador aproximar-se da experiência das crianças e perceber a insuficiência do alimento de maneira mais palpável.

Figura 38 – Câmera baixa mostra criança se alimentando no chão



Fonte: *Globoplay* (2023).

Ao analisar a edição da referida reportagem, percebe-se os cortes rápidos e imagens curtas, como Coutinho descreve na *Dramaturgia do Telejornalismo* (2012). Nesse caso, trata-

se de uma estratégia que guia o espectador por uma narrativa visual carregada de um tom de desesperança e uma crítica subentendida à ausência de políticas públicas eficazes. As imagens e os cortes reforçam o drama vivido pelas famílias, enfatizando o contraste entre o cotidiano dessas pessoas e a falta de resposta pública ao problema da fome.

A composição visual escolhida pelo *Fantástico* nesta e nas demais reportagens em questão dão conta de documentar a situação e ainda buscam gerar empatia e indignação, instigando o público a refletir sobre a profundidade e a gravidade desse problema social no Brasil.

A ambientação das cenas varia entre contextos regionais diversos, sugerindo que a fome é um problema amplo, não restrito a um único cenário ou grupo populacional. Para exemplificar essa inferência, retoma-se à matéria sobre a tragédia humanitária envolvendo os Yanomami. O uso de planos abertos para mostrar as aldeias cercadas pelo garimpo e o desmatamento enfatiza a ironia trágica de um lugar rico em recursos naturais que se transformou em palco de uma crise humanitária. A paisagem devastada contrasta com o potencial da região, ressaltando a contradição entre a riqueza ambiental e a extrema pobreza e fome sofrida pelos indígenas.

Figura 39 – Plano aberto mostra contraste entre a riqueza natural e a crise humanitária



Fonte: *Globoplay* (2023).

De forma geral, no que diz respeito à construção dos planos, nota-se a utilização de uma variedade de enquadramentos. Os planos gerais são empregados para contextualizar o ambiente, mostrando o espaço e a quantidade de pessoas afetadas; já os planos médios e *closes* são usados para destacar a individualidade e as expressões dos indígenas, intensificando a conexão emocional do espectador com a realidade apresentada.

Figura 40 – Plano médio mostra situação de Yanomami, com desfoque no rosto



Fonte: *Globoplay* (2023).

Planos detalhe, como imagens de crianças desnutridas com rostos desfocados, frequentemente, reforçam o impacto visual e a narrativa de escassez. A ênfase repetida nas imagens de crianças com fome, doentes e vulneráveis sugere uma estratégia de sensibilização. Crianças são símbolos universais de inocência e vulnerabilidade, e sua presença constante nas imagens amplifica o apelo emocional da reportagem, incentivando o espectador a empatizar com as vítimas. Ao mesmo tempo, as imagens desfocadas dos rostos indicam uma preocupação ética com a preservação da dignidade dos indivíduos retratados, equilibrando a exposição da vulnerabilidade com o respeito à privacidade.

Figura 41 – Plano detalhe mostra criança Yanomami com desnutrição



Fonte: *Globoplay* (2023).

Em termos de posicionamento da câmera, observam-se posições variadas, como câmera alta, que tende a representar as pessoas em situação de vulnerabilidade, e câmera na altura do ombro, proporcionando uma visão mais igualitária e próxima. Essas escolhas de ângulo reforçam papéis narrativos específicos, sugerindo, em alguns casos, relação de empatia e, em outros, possível distanciamento ou superioridade.

Figura 42 – Uso de câmera alta evidencia situação de vulnerabilidade



Fonte: *Globoplay* (2023).

A reportagem *Face cruel da fome: mulheres relatam rotina de buscar comida em caminhão de lixo* também propõe considerações importantes sob o ponto de vista imagético. O *close* nos pés da personagem Jaqueline em sua caminhada de chinelos pelas ruas da favela enfatiza a vulnerabilidade e a dura realidade enfrentada por ela. Essa aproximação ajuda a humanizar sua experiência, criando uma conexão emocional imediata com o espectador. A escolha visual pode simbolizar falta de recursos, ao mesmo tempo que destaca a resiliência da personagem ao navegar por essas condições.

Figura 43 – *Close* nos pés cria conexão emocional e aproximação com personagem



Fonte: *Globoplay* (2021).

O plano conjunto que mostra a casa de Jaqueline durante a entrevista fornece contexto físico e social para a história. A imagem da moradia contribui para a compreensão da situação da personagem, situando-a em um ambiente que reflete a realidade de muitas famílias que vivem em situação de vulnerabilidade. Esse recurso visual também reforça a ideia de que a fome e a insegurança alimentar não são problemas isolados, mas estão enraizados em realidades sociais e econômicas mais amplas.

Figura 44 – Plano conjunto contextualiza público e o situa na história



Fonte: *Globoplay* (2021).

O uso do ângulo de três quartos, de aproximadamente 45 graus com o nariz da personagem, é uma técnica que intensifica a expressão facial e as emoções. Esse tipo de enquadramento permite que o telespectador perceba o choro de Jaqueline, transmitindo a profundidade de seu sofrimento e a carga emocional de suas palavras.

Portanto, a principal inferência a partir da análise dos elementos visuais refere-se à combinação de diferentes planos e ângulos, o que contribui para uma narrativa que alterna entre a intimidade das experiências pessoais e a representação mais ampla do contexto social. Isso cria um fluxo narrativo que mantém o espectador engajado e investido na história.

Esses recursos visuais também ajudam a construir uma forte identidade visual para a reportagem, destacando a luta e a realidade das pessoas que enfrentam a fome de maneira visceral e impactante. Logo, as escolhas audiovisuais parecem intencionalmente alinhadas com a mensagem da reportagem sobre a urgência da fome. Ao usar recursos que mostram tanto a solidão quanto a força da comunidade, o *Fantástico* sugere que a solução deve ser coletiva, mas que a dor é pessoal e imediata. A conexão entre forma e conteúdo reforça a necessidade de ação e a importância de reconhecer a dignidade humana na luta contra a fome.

A forma de apresentação das também indica se a perspectiva visual aborda a fome sob uma ótica de esperança ou de desesperança. Imagens de projetos sociais e iniciativas de solução para o problema são utilizadas para sustentar uma narrativa de esperança.

Figura 45 – Imagem de projetos de combate à fome sugere esperança



Fonte: *Globoplay* (2021).

Por outro lado, cenas de sofrimento e privação sem contexto de resolução evidente reforçam o sentimento de desesperança.

Figura 46 – Imagem retrata desesperança diante da falta de solução para a fome



Fonte: *Globoplay* (2020).

Em *Entidades não-governamentais se unem em mobilização nacional para arrecadar alimentos*, observa-se uma estratégia visual que equilibra o drama da fome e algumas possíveis alternativas. Ao incluir imagens de panelas vazias, a reportagem intensifica a gravidade da fome

e provoca uma reflexão mais profunda sobre as condições de vulnerabilidade alimentar. Esses *closes* servem para evidenciar a realidade difícil, sugerindo ainda uma sensação de urgência.

Figura 47 – *Close* em panelas vazias intensifica gravidade da fome



Fonte: *Globoplay* (2021).

No entanto, o contraste com as imagens de entrega de alimentos aponta para uma luz, sugerindo que, apesar das dificuldades, há esforços concretos sendo feitos para mitigar o problema. Essa alternância entre falta e suprimento visualiza tanto o problema quanto a solução, reforçando a narrativa do *Fantástico* de que a mobilização pode gerar resultados positivos.

Figura 48 – Imagem apresenta doações de alimentos



Fonte: *Globoplay* (2021).

Na edição, a predominância de uma estética mais telejornalística, com *takes*<sup>22</sup> curtos e rápidos, busca manter a dinâmica típica do telejornal, embora, em algumas reportagens mais aprofundadas, haja a aproximação de uma edição documental, que oferece sequências mais longas e detalhadas para contextualização.

Essa análise demonstra a importância dos elementos visuais no telejornalismo em modular o impacto da narrativa para informar e sensibilizar o telespectador em face da problemática da fome.

### 7.1.6 Elementos sonoros

Nesse eixo foram analisados os recursos auditivos empregados para enriquecer a narrativa e potencializar o impacto da matéria. Os elementos sonoros em telejornais não apenas complementam as imagens, mas também desempenham papel central na construção de significados e na mediação emocional com o público. Esta análise contemplou cinco questões principais: a presença e o uso de trilhas sonoras, o efeito dessas trilhas sobre a percepção da matéria, o tom adotado pelo locutor, a inclusão de depoimentos em áudio e a utilização de sons ambientes.

A primeira questão buscou identificar se havia o uso de trilhas sonoras e examinar como contribuem para a ambientação da narrativa, criando um clima que pode variar entre tensão, esperança ou urgência e influenciando diretamente o engajamento do espectador. Nesse sentido, percebeu-se que em todas as reportagens em questão a sonoplastia foi bem explorada.

A análise do tom de voz do locutor também foi relevante para entender a postura do telejornal em relação ao tema abordado, seja adotando um tom neutro, que visa à objetividade; um tom emotivo, que procura despertar empatia, ou um tom investigativo, que sugere busca de respostas e profundidade no tratamento do tema.

A presença de depoimentos em áudio, como testemunhos de pessoas afetadas e entrevistas com especialistas, foi considerada para avaliar seu papel na legitimação da matéria, uma vez que esses elementos ampliam o horizonte informativo e oferecem perspectivas mais amplas ou técnicas. Contudo, nenhum dos conteúdos fez uso dessa estratégia.

Por fim, a presença de sons ambientes foi investigado em sua capacidade de elevar o impacto emocional da matéria, seja por meio de ruídos de ambientes externos, sons de locais

---

<sup>22</sup>Take ou tomada é uma cena feita pelo cinegrafista.

familiares (como cozinhas) ou outros ruídos incidentais que ajudam a criar uma conexão mais vívida e realista com o tema.

As análises nos permitem inferir que as trilhas sonoras nas reportagens sobre a fome revelam a intenção de conduzir emocionalmente o espectador, alinhando-o com as oscilações de tensão e esperança que estruturam a narrativa. Esse movimento, percebido na matéria '*Não sei se vou comer amanhã*'. *Veja relatos dos brasileiros que passam fome*, cria um efeito de imersão, levando o público a experimentar, em certa medida, as sensações de incerteza, sofrimento e dor que a fome provoca na vida das pessoas retratadas. A variação entre trilhas de tensão, tristeza e esperança acompanha o fluxo de informações, ajudando a enfatizar momentos específicos da reportagem e permitindo que o espectador transite emocionalmente junto com a narrativa.

Na matéria, o tom investigativo do repórter Marcelo Canellas indica um compromisso com a verdade dos fatos, mas sua mudança para uma postura de empatia e condescendência durante os depoimentos evidencia uma abordagem humanizadora, buscando aproximar o espectador das vivências dos afetados pela fome. Essa combinação reforça a mensagem de que a questão da fome vai além de números ou estatísticas; trata-se de uma violação de direitos que afeta diretamente a dignidade humana, ênfase que o tom de voz do repórter contribui para reforçar.

Além disso, o uso de sons ambientes, como o ruído de panelas vazias, acrescenta uma camada de realismo e simbolismo que potencializa o impacto emocional. Esse recurso sonoro sugere a ausência de comida e, ao mesmo tempo, torna tangível o sentimento de privação vivido por tantas famílias. Esse tipo de sonoplastia não apenas ratifica a narrativa visual, mas também colabora para um entendimento mais visceral do problema, intensificando a conscientização e a sensibilidade do público em relação à fome. Assim, a integração desses elementos sonoros fortalece a reportagem, informando e mobilizando o telespectador em torno da complexidade da questão.

A matéria "Natal Sem Fome: clipe inédito tem Gil, Caetano, Anitta e mais 25 artistas", que apresenta o lançamento do clipe sobre o combate à fome a partir da reunião de diversos artistas, também exemplifica a importância dos sons como forma de sensibilizar a audiência. Em ritmo de samba, a música convida o telespectador a se engajar e a realizar doações para a campanha:

Pergunte pro seu coração  
 Que ele vai te responder  
 Como faz bem fazer o bem  
 E ver o bem prevalecer  
 Venha ajudar a renovar  
 A esperança de alguém  
 O que é pouco pra você  
 Pode salvar quem nada tem.  
 (*Fantástico*, 1min41s, 2021).

Em outro conteúdo que apresenta mais uma campanha de combate à fome, intitulada *Criolo e vários artistas participam do Pacto Contra a Fome, campanha de combate à fome e ao desperdício*, a música tema também embala o público em torno da necessidade de ajudar aqueles que passam fome ou vivem em situação de insegurança alimentar em algum grau, estabelecendo uma conexão imediata com o tema central da reportagem. Essa escolha não apenas reforça a identidade da campanha, mas também provoca uma resposta emocional nos telespectadores, evocando a urgência e a gravidade da situação da fome.

Além da apresentação da campanha, a matéria mostra a realidade de pessoas afetadas pela insegurança alimentar em Fortaleza (CE). Nesse sentido, o telejornalismo ressalta a potencialidade dos sons ambientes e mostra, na central de abastecimento da cidade nordestina, os sons das frutas e verduras caindo nos cestos, junto com o ambiente movimentado da central, criando uma atmosfera de realismo e imersão. Esses sons ajudam a situar o público no contexto da reportagem, tornando a experiência mais sensível e inteligível.

A transição de uma trilha sonora mais tensa para uma mais leve e suave, no momento em que o foco da narrativa muda de denúncia para iniciativas de esperança, é uma estratégia eficaz. Essa mudança sonora reflete a transformação do tom da reportagem, passando da dor e do sofrimento para a esperança e a ação. A alteração na trilha pode criar também um alívio emocional para o público, sugerindo que, apesar das dificuldades, há esforços positivos sendo realizados.

Os sons ambientes ainda têm outros sentidos e significados. Durante as cenas em que Dona Maria recolhe alimentos que seriam descartados, na Ceasa de Fortaleza, os sons servem para enfatizar a realidade cotidiana enfrentada por muitos. Ao mesmo tempo, trazem um elemento de dignidade e resiliência ao retrato de pessoas lidando com a escassez.

A inclusão de sons naturais do ambiente, como o barulho das frutas sendo manuseadas, também dá voz às experiências das pessoas afetadas pela fome. Isso contribui para a narrativa de que a solução pode vir da própria comunidade.

Ao enfatizar ações positivas, a trilha sonora pode ajudar a transmitir a mensagem de que todos têm um papel a desempenhar na luta contra a fome, fomentando uma sensação de corresponsabilidade.

Outro exemplo de estratégia sonora é o visto na reportagem *Entidades não-governamentais se unem em mobilização nacional para arrecadar alimentos*. No conteúdo audiovisual, a trilha evoca esperança, combinada com o tom emotivo do repórter. Isso representa uma abordagem que busca destacar o aspecto positivo e inspirador da solidariedade em meio à crise da fome. A escolha narrativa reforça a mensagem de que, embora o problema da fome seja grave, há ações concretas e mobilizações coletivas que oferecem algum alento. Ao empregar música de fundo otimista durante as cenas de voluntários distribuindo cestas básicas, a reportagem enfatiza a importância e o impacto das ações solidárias, conduzindo o espectador a enxergar as possibilidades de mudança.

Há que se salientar o tom emotivo do repórter, capaz de aproximar a audiência dos sentimentos envolvidos nas cenas, estimulando a empatia e o reconhecimento das iniciativas de voluntariado como algo significativo e digno de valorização.

Na mesma reportagem, os sons ambientes que captam as vozes dos voluntários conversando com as famílias durante as entregas intensificam a sensação de proximidade e autenticidade. Esse elemento auditivo traz uma dimensão humana que aproxima o telespectador da cena, proporcionando um entendimento do vínculo criado entre voluntários e beneficiados. Assim, o efeito geral é o de sensibilizar o público e mostrar que, diante de um problema tão complexo, o envolvimento comunitário tem um papel importante no apoio imediato, reforçando a narrativa de que a solidariedade é uma resposta palpável e significativa para combater os impactos da fome.

Como último exemplo para corroborar com os resultados de análise, citamos a matéria sobre os povos Yanomami. O uso frequente de sons de helicópteros resgatando índios doentes reflete a ênfase dramática na emergência e na gravidade da situação de saúde enfrentada pela comunidade. Esse recurso sonoro reforça a sensação de urgência e caos, destacando a precariedade da assistência disponível e a necessidade de intervenções imediatas e externas para salvar vidas. A presença de helicópteros também simboliza isolamento, sugerindo que essas populações estão em locais de difícil acesso e fora do alcance de cuidados regulares.

A utilização de música de ação para acompanhar as operações da Polícia Federal, que destruíram máquinas de garimpo, intensifica a percepção de uma operação militarizada, de enfrentamento direto. A escolha desse tipo de música, comum em cenas de filmes de ação ou guerra, ajuda a construir a imagem de um conflito acirrado entre a lei e os garimpeiros ilegais,

como se a região estivesse em um verdadeiro estado de guerra. Isso sublinha a dimensão do problema e a resistência dos grupos criminosos que exploram ilegalmente o território indígena.

O fato de os garimpeiros terem incendiado um posto de saúde como forma de represália é ilustrado com imagens e sons que sugerem caos e destruição, reforçando a ideia de que a situação ultrapassa uma simples questão de conflito ambiental, sendo, na verdade, um campo de batalha em que a infraestrutura básica da comunidade é alvo de ataques. A música tensa aumenta a carga emocional e a ideia de vulnerabilidade tanto dos indígenas quanto dos próprios agentes do Estado.

A música tensa durante o resgate de famílias indígenas cercadas pelos garimpos reforça a narrativa de perigo constante. As equipes de resgate não estão apenas em uma missão humanitária; estão expostas a riscos físicos iminentes devido à presença dos garimpeiros, de maneira a sugerir que a ajuda é prestada em um ambiente hostil. Isso intensifica a percepção de que a crise humanitária na região está interligada com a insegurança causada pela exploração ilegal de recursos naturais.

Por fim, a estratégia de uso de imagens e sons constrói uma atmosfera de emergência e conflito, criando uma narrativa visual e auditiva que enfatiza a vulnerabilidade das comunidades indígenas e a gravidade da violência gerada pela exploração garimpeira. Isso convida o espectador a entender a questão como uma crise multifacetada — humanitária, ambiental e de segurança —, o que torna a reportagem uma experiência sensorial que amplifica a gravidade da situação.

### **7.1.7 Protagonismo e vozes**

Para explorar o eixo “Protagonismo e vozes” na análise das reportagens sobre a fome, foram observados aspectos que revelam como o telejornalismo constrói narrativas e concede espaço a diferentes atores sociais. Este eixo foca nas vozes ouvidas ao longo das matérias e no equilíbrio entre falas de autoridades, como especialistas, políticos e representantes de ONGs, e os depoimentos da própria população afetada pela fome. Buscamos identificar se as pessoas em situação de insegurança alimentar são apresentadas de forma ativa, com voz e presença significativas, ou se permanecem em uma posição passiva, em que seu sofrimento é descrito por outros, sem expressão própria.

Além disso, a análise investiga quem narra a história e como a figura do repórter é posicionada: ele assume um papel central na condução da narrativa ou a reportagem abre espaço

para que os indivíduos falem em primeira pessoa? Essas questões visam esclarecer se há um equilíbrio entre as falas de diferentes grupos, permitindo uma representação mais completa e plural da realidade, ou se certas vozes são privilegiadas, o que pode impactar a percepção do público sobre o problema social abordado.

Portanto, apresentamos, neste eixo, o exemplo da reportagem que aborda o aumento do índice de pessoas em situação de insegurança alimentar e o retorno do país ao Mapa da Fome. As principais vozes ouvidas na reportagem são: pessoas afetadas pela fome, como Andressa, Maria e Irapuã; especialistas, como o economista Francisco Menezes, ex-presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, que critica o corte de programas sociais; e representantes de organizações internacionais, como Daniel Balaban, diretor do Programa Mundial de Alimentação (WFP).

Figura 49 – Entrevista com Daniel Balaban, diretor do WFP



Fonte: *Globoplay* (2020).

O governo também é mencionado, com uma nota do Ministério da Cidadania respondendo sobre a situação da pobreza e políticas sociais.

As pessoas afetadas pela fome são mostradas de forma passiva na maior parte da reportagem. Elas compartilham suas histórias de privação e dificuldades, como a falta de comida e o sofrimento de ter que contar com a caridade, mas aparecem mais como vítimas das circunstâncias, dependentes de programas de assistência e do apoio de terceiros. Não há destaque para ações proativas ou iniciativas autônomas dessas pessoas para tentar superar a fome.

Figura 50 – Dona de casa, Andressa, fala sobre sensação de fome



Fonte: *Globoplay* (2020).

Infere-se ainda que há um equilíbrio moderado entre as falas de autoridades e da população vulnerável. As falas das pessoas que enfrentam a fome têm um peso emocional significativo e ocupam boa parte da narrativa. Contudo, especialistas e representantes de instituições, como o economista Francisco Menezes e o diretor do WFP Daniel Balaban, também têm espaço para comentar o cenário e explicar os fatores que agravam a fome, como a redução de programas sociais e a alta nos preços dos alimentos.

Na matéria, o repórter assume a centralidade na maior parte da narrativa, conduzindo a história e tecendo comentários que conectam as falas dos personagens e especialistas. No entanto, há momentos em que as pessoas afetadas pela fome têm espaço para falar por si mesmas, compartilhando suas realidades e sentimentos. Ainda assim, suas falas aparecem mais para ilustrar as condições descritas pelo repórter, com menos autonomia na construção da narrativa.

A crítica velada ao então presidente Jair Bolsonaro está presente no contraste entre sua declaração e os dados apresentados na reportagem. Bolsonaro afirmou que “falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira”, e minimizou a gravidade da situação, sugerindo que no país não há pessoas em estado de desnutrição severa, como “esqueletos visíveis”, que se vê em outras nações (*Fantástico*, 03min27seg, 2020).

Figura 51 – O então presidente Jair Bolsonaro, erroneamente, minimiza situação de fome no Brasil



Fonte: *Globoplay* (2020).

A reportagem, entretanto, contradiz essa fala ao apresentar evidências claras de que milhões de brasileiros enfrentam insegurança alimentar grave, incluindo estatísticas oficiais do IBGE que indicam que 10,3 milhões de pessoas estavam vivendo em situação de insegurança alimentar grave, ficando, pelo menos, um dia da semana sem comer. Além disso, especialistas como Francisco Menezes apontam que as políticas públicas e sociais estavam sendo desmanteladas, o que agravava o problema da fome.

Essa discrepância entre a fala de Bolsonaro e a realidade relatada pela reportagem exemplifica a crítica velada: ao apresentar dados, relatos de pessoas afetadas e a opinião de especialistas, a matéria mostra que a fome é um problema grave e real, sublinhando a desconexão da declaração presidencial com os fatos e o impacto social que as políticas do governo estavam tendo sobre a questão da fome.

Estratégia similar é apresentada na reportagem *Quase 117 milhões de brasileiros não se alimentam como deveriam, aponta pesquisa*, que foi ao ar em abril de 2021. Nela, as principais vozes ouvidas são as pessoas diretamente afetadas pela fome, como mulheres chefes de família, moradores das periferias e marisqueiras do Nordeste. Especialistas também têm espaço, oferecendo análises sobre a insegurança alimentar e as políticas públicas, como o auxílio emergencial. Há menção a uma nota do Ministério da Cidadania, mas não há presença direta de políticos na fala.

Quem vive a fome é mostrado de forma predominantemente ativa. Nesse sentido, os personagens relatam suas histórias, descrevem os esforços que fazem para sobreviver e falam

sobre o impacto emocional da fome em suas vidas e famílias. Por exemplo, uma mãe fala sobre a difícil decisão de priorizar os filhos mais novos na alimentação, enquanto outra conta como acorda cedo para pescar e colher mariscos para sustentar seus filhos. Essas narrativas destacam sua resiliência diante de circunstâncias adversas, dando-lhes voz e protagonismo.

A referida reportagem foca principalmente na população vulnerável, com um grande destaque para as falas de quem vive em insegurança alimentar. Embora a nota do Ministério da Cidadania seja mencionada, ela é breve e não tem o mesmo peso narrativo que os depoimentos das pessoas impactadas ou as análises dos especialistas.

A reportagem dá bastante espaço para que as pessoas falem por si mesmas. Embora o repórter organize e contextualize a narrativa, as histórias contadas pelos personagens ocupam a maior parte do tempo. Isso cria uma narrativa em que as vítimas da fome têm voz ativa, compartilhando suas experiências em primeira pessoa. O repórter serve mais como um facilitador da narrativa, guiando o espectador pelos relatos e dados, sem, no entanto, ofuscar os protagonistas da história.

Um terceiro exemplo é utilizado para inferir sobre as vozes evidentes em reportagens sobre a fome. Em *Face cruel da fome: mulheres relatam rotina de buscar comida em caminhão de lixo* há o predomínio das falas das mulheres apresentadas no vídeo que circulou nas redes sociais digitais semanas antes de ir ao ar no Fantástico. Jaqueline e sua filha Jocastra, ambas retratadas em situações de extrema vulnerabilidade, têm suas falas destacadas. Não há falas de especialistas ou políticos, o que limita a análise de causas e soluções estruturais para o problema.

Embora evidencie as mulheres em situação de fome, a matéria não confere um papel ativo para elas, que são retratadas como vítimas de uma situação desesperadora, em que a única opção é vasculhar o lixo em busca de comida. Essa representação reforça a vulnerabilidade dessas pessoas, sem, contudo, descrevê-las como protagonistas ativas em busca de soluções ou de mudança social. Suas falas são mais um reflexo da sobrevivência, não de uma ação organizada para resolver a questão.

Depreende-se ainda que não há um equilíbrio entre falas de autoridades e da população vulnerável. O governo não é representado, e o único destaque para uma ação de auxílio vem de iniciativas particulares e comunitárias, como a rede de doadores liderada pelo publicitário André Mota e a Central Única das Favelas (CUFA).

Assim como nas demais reportagens analisadas, a narrativa principal é conduzida pelo repórter, que apresenta a situação de fome e guia o telespectador pelos diferentes elementos da história, como a coleta de alimentos no lixo e as iniciativas de ajuda. O repórter faz perguntas

diretas e dá visibilidade aos depoimentos, mas ainda mantém a centralidade na condução da história, organizando os fatos e contextualizando os acontecimentos.

### **7.1.8 Temporalidade e ciclos noticiosos**

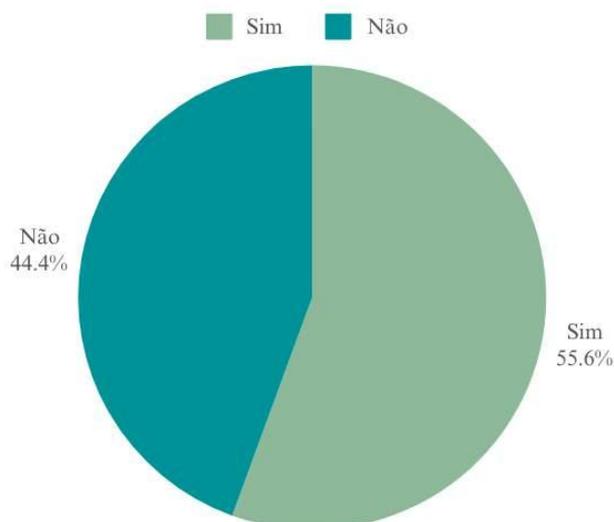
Para compreender como o telejornalismo brasileiro aborda a temática da fome, é fundamental analisar a relação entre a cobertura jornalística e os ciclos noticiosos. Sob essa perspectiva, este eixo permite identificar se a fome, enquanto problema estrutural e complexo, é abordada de forma contínua ou se surge apenas em momentos específicos, vinculados a eventos pontuais que capturam a atenção pública. Entre as questões centrais dessa análise, investiga-se se a cobertura da fome está condicionada a períodos de maior apelo noticioso, como eleições, crises econômicas, ou eventos climáticos extremos, como secas e enchentes.

Essa questão é relevante, pois destaca uma possível tendência do telejornalismo em priorizar a fome apenas em contextos que mobilizam o interesse social e político, o que pode limitar o entendimento profundo do problema e suas causas estruturais. Quando as matérias sobre a fome são pautadas por esses ciclos, existe o risco de o tema ser tratado de forma episódica, sem um acompanhamento constante que evidencie a gravidade contínua do problema e a necessidade de soluções sustentáveis.

Neste sentido, a análise dos ciclos noticiosos associados à fome nos telejornais busca revelar até que ponto a mídia age como um “termômetro” sensível a eventos de grande impacto ou como um “barômetro” capaz de monitorar questões crônicas. Avaliar essa dinâmica é essencial para compreender como o Jornalismo de Soluções poderia oferecer uma cobertura mais sistemática, promovendo uma percepção social ampliada sobre a temática e estimulando a implementação de políticas públicas e ações efetivas que respondam à complexidade do problema ao longo do tempo.

As análises sinalizam um certo equilíbrio relacionado à temporalidade das reportagens em questão, embora com predomínio de coberturas que seguem certa sazonalidade, conforme apontado no Gráfico 16.

Gráfico 16 – A cobertura está ligada a ciclos noticiosos específicos?



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Com base no resultado apresentado, em que 44,4% das reportagens sobre a fome não estão ligadas a ciclos noticiosos específicos e 55,6% estão, algumas inferências podem ser feitas. A primeira diz respeito à cobertura ainda sazonal, mas com uma presença constante. O fato de 55,6% das matérias se darem em contextos como eleições, crises econômicas, ou eventos climáticos indica que a fome tende a ganhar mais visibilidade em momentos de maior apelo público. Isso sugere que a mídia considera o tema quando ele pode estar mais relacionado a contextos de impacto imediato, provavelmente devido ao maior interesse da audiência nesses momentos.

Essa tendência foi observada na reportagem exibida em outubro de 2020, que retomou os dados do IBGE de 2018 – 10,3 milhões de pessoas passam fome no Brasil – para denunciar o problema, que foi agravado no período da pandemia de Covid-19. A referência direta ao risco do Brasil voltar ao Mapa da Fome da ONU, algo que havia sido evitado até 2013, na pandemia se torna uma possibilidade real, segundo especialistas ouvidos. O aumento do número de pessoas em situação de insegurança alimentar grave é apresentado, neste cenário, como um forte indício desse retrocesso. Além do impacto da pandemia, a crise econômica subsequente é mostrada como justificativa do agravamento da fome no Brasil. O aumento do desemprego, a diminuição da renda e a alta no preço dos alimentos também são mencionados como fatores que contribuem diretamente para a insegurança alimentar. Outra inferência aponta para a crise econômica global e suas repercussões no Brasil, que pode ter impulsionado a discussão sobre a fome em reportagens desse período.

A matéria em questão ainda faz referência ao anúncio do Prêmio Nobel da Paz para o Programa Mundial de Alimentação da ONU (WFP), conectando a fome no Brasil com o contexto internacional e o reconhecimento global da gravidade da insegurança alimentar. Além disso, o ciclo eleitoral pode ser indiretamente percebido pela crítica ao governo Bolsonaro, que estava em curso no momento, com menções às políticas públicas descontinuadas ou limitadas, como o Bolsa Família e o auxílio emergencial.

O caso da reportagem de outubro de 2021, que apresenta o lançamento da campanha *Natal Sem Fome*, é outro exemplo a ser explorado na discussão sobre o agendamento da fome nos telejornais em datas sazonais. Após o Fantástico abrir espaço para o lançamento da campanha, uma onda de solidariedade se formou. A análise dessa estratégia nos possibilitou inferir pontos fortes e fracos. Entre os aspectos positivos, destaca-se a mobilização rápida, tendo em vista que as campanhas concentradas em períodos específicos, como o Natal, podem gerar um grande impacto social em curto prazo, mobilizando um número significativo de pessoas para a doação de alimentos e recursos.

A cobertura intensa durante esses períodos também pode garantir que o problema seja amplamente divulgado, aumentando a conscientização da população sobre sua gravidade. É o momento em que a união de forças e a participação de artistas e celebridades contribuem para ampliar o alcance da mensagem e engajar diferentes públicos, além da possibilidade de fortalecimento de parcerias entre instituições governamentais, ONGs e empresas, otimizando a distribuição de recursos e o atendimento às pessoas em situação de insegurança alimentar.

Em contrapartida, observa-se que a abordagem episódica pode levar a uma visão superficial do problema da fome, reduzindo-o a uma questão pontual a ser resolvida em momentos específicos. A concentração em campanhas pontuais também pode limitar a análise das causas estruturais da fome e a discussão de políticas públicas de longo prazo para combater o problema. Cita-se ainda a falta de acompanhamento das ações realizadas durante as campanhas, o que pode dificultar a avaliação de seus resultados e a identificação de áreas que precisam de mais atenção.

Uma parcela significativa de reportagens fora dos ciclos indica sensibilidade ao tema: os 44,4% de matérias que não seguem momentos pontuais demonstram um esforço de cobertura contínua, sinalizando que o telejornalismo, em alguns casos, reconhece a fome como um problema constante que exige monitoramento e exposição independentemente da efeméride ou sazonalidade.

É o caso da matéria sobre as mulheres que vasculham os caminhões de lixo em busca de restos de alimentos, na qual não há uma ligação explícita entre a cobertura da fome e ciclos

noticiosos específicos como eleições, crises econômicas ou eventos climáticos extremos, como secas ou enchentes. Nela, a fome é abordada principalmente por meio de histórias individuais, sem conexões diretas com contextos políticos ou econômicos mais amplos que poderiam estar contribuindo para o aumento da insegurança alimentar.

Nesse ponto da análise, mais uma vez evidenciamos uma abertura para a abordagem baseada em soluções, que poderia estimular uma cobertura mais sistemática e contínua sobre a fome, afastando-se da sazonalidade e fortalecendo a percepção pública sobre a gravidade e persistência do problema. Um equilíbrio maior entre coberturas episódicas e permanentes poderia ainda promover um entendimento mais aprofundado do público sobre o tema, incentivando um engajamento social e político mais sólido.

Em alguma medida, cremos que a cobertura intermitente, associada principalmente a esses ciclos, pode limitar a profundidade da compreensão do problema da fome. No entanto, a presença de reportagens não vinculadas a efemérides já aponta para uma potencial transformação, em que o telejornalismo pode atuar de maneira mais ativa na construção do debate público sobre as causas estruturais e as possíveis soluções para a fome.

## 8. UMA ANÁLISE HISTÓRICA SOBRE INSEGURANÇA ALIMENTAR NO *JORNAL NACIONAL*

*Vivendo com R\$70, a gente compra um quilo de carne e um quilo de arroz. E o que sobra?*

*Nada.*

(Dona Marlene, 2011)

No capítulo anterior, aprofundamos a análise da cobertura da fome no programa *Fantástico*, desvendando as nuances de suas narrativas e estratégias telejornalísticas. Dando continuidade a essa investigação, neste capítulo voltamos nossos olhares ao *Jornal Nacional*, o principal telejornal brasileiro.

Com o objetivo de ampliar o escopo da pesquisa e aprofundar a compreensão da representação da fome na mídia televisiva brasileira, expandimos o *corpus* de análise, abrangendo agora as reportagens sobre o tema veiculadas no *Jornal Nacional* entre os anos de 2003 e 2023. Essa ampliação temporal, possibilitada pela colaboração da emissora Globo, via projeto Globo Universidade, nos permite analisar a evolução da cobertura da fome em um período de importantes transformações no Brasil. Ressalta-se, contudo, que, embora a solicitação tenha sido referente ao período dos últimos 20 anos, a emissora disponibilizou o material produzido até o ano de 2019. Logo, temos um *corpus* composto por 17 reportagens submetidas a análise.

### 8.1 NARRATIVAS DA FOME NO JORNAL NACIONAL

Ao longo do capítulo, buscamos identificar as principais narrativas construídas pelo *Jornal Nacional* sobre a fome, considerando os eixos de análise propostos na ficha de leitura, a mesma utilizada na investigação dos conteúdos do *Fantástico*, bem como as mudanças ocorridas na cobertura ao longo do tempo. A partir de uma abordagem multifacetada, exploramos os eixos analíticos para compreender como o principal telejornal brasileiro representa a temática da insegurança alimentar em suas edições.

Os eixos de análise, inspirados na ficha de leitura, incluem: análise dos paratextos (títulos, legendas, gráficos); identificação da estrutura narrativa predominante; análise da geografia da fome representada nas reportagens; estudo do roteiro e da textualidade; análise dos elementos visuais e sonoros; identificação dos protagonistas e das vozes presentes nas narrativas; e análise

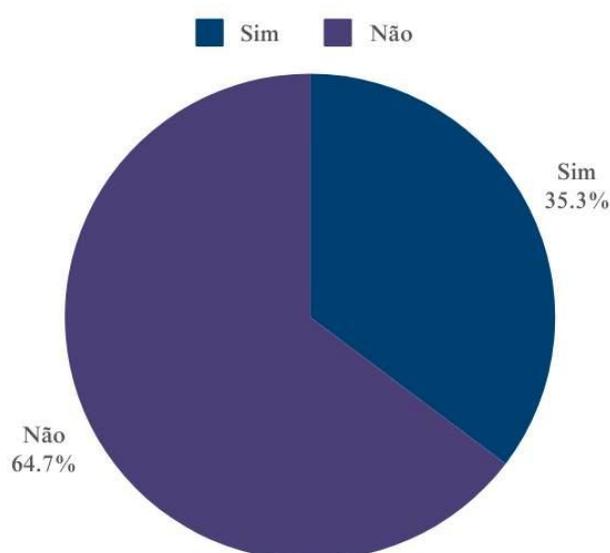
da temporalidade e dos ciclos noticiosos. Cada um desses eixos será explorado nas seções a seguir.

### 8.1.1 Elementos paratextuais

Antes de iniciar a análise dos paratextos nas reportagens do *Jornal Nacional*, é importante destacar que os arquivos de vídeos disponibilizados pela emissora Globo para a pesquisa, especificamente aqueles produzidos no período de 2003 a 2019, não apresentam as legendas e assinaturas características da versão final. A ausência desses elementos, essenciais para a análise paratextual, indica que se trata de um material de edição preliminar. Consequentemente, nesses vídeos não foi possível analisar alguns aspectos visuais e textuais que compõem os paratextos. Mesmo assim, o material é potente para observarmos outros elementos neste eixo de análise, proporcionando inferências valiosas para entendermos o papel dos paratextos na construção da narrativa da fome no telejornal.

Os gráficos e mapas, sobretudo, são unidades que nos fornecem informações importantes, utilizados em 35,3% das reportagens no *JN* no período analisado, conforme descrito no Gráfico 17.

Gráfico 17 – Gráficos e mapas utilizados nas reportagens



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Com apenas 35,3% das matérias incluindo paratextos, é possível inferir que o *Jornal Nacional* optou, em grande parte, por uma abordagem mais direta em suas reportagens, com um tom mais narrativo ao tratar de um tema socialmente delicado como a fome.

Como o período de 2003 a 2010 teve a menor utilização de paratextos, enquanto de 2010 em diante esse recurso parece ter sido mais intensamente usado, isso pode sugerir uma mudança na linguagem visual e informativa do jornalismo televisivo do *Jornal Nacional*. A transição pode refletir um interesse crescente em utilizar ferramentas para explicar melhor o contexto e os dados relacionados à fome ou, ainda, aumentar a complexidade dos dados envolvidos nas reportagens, exigindo novos recursos visuais para tornar a informação mais acessível e compreensível ao público. Tais considerações esbarram na evolução tecnológica e nas preferências de consumo de informação, em especial às expectativas dos espectadores em relação à apresentação de dados nas telas. Com o avanço das tecnologias de produção de gráficos e mapas, bem como a popularização da internet e dos gráficos interativos, depreende-se que o *Jornal Nacional* seguiu acompanhando essa tendência para tornar seus materiais mais informativos e visualmente compreensíveis. Tal constatação se alinha às proposições de Mello (2012) sobre as tendências de inovação no jornalismo audiovisual. Para ela, “a forma como as notícias são apresentadas pode influenciar a compreensão das notícias, e torna-se essencial promover discussões sobre o potencial informativo das narrativas produzidas num contexto de inovação de formatos e linguagens” (Mello, 2021, p. 2). A autora conceitua o caráter de inovação como as práticas que utilizam tecnologias emergentes no campo midiático e aquelas que, em certa medida, rompem com a tradição da cultura de produção do telejornalismo.

Essas inferências sugerem que o uso de paratextos reflete tanto decisões editoriais sobre como tratar temas sensíveis como a fome quanto uma adaptação às mudanças tecnológicas e às expectativas do público ao longo dos anos. O surgimento e a implementação gradual de infográficos, mapas e artes gráficas refletem avanços tecnológicos e a adaptação do jornalismo a novas ferramentas visuais, que permitiram uma comunicação mais rica e explicativa.

A introdução de elementos paratextuais também indica ampliação do compromisso do telejornalismo com a clareza e a precisão informativa. Por exemplo, mapas e gráficos podem fazer com que o público compreenda, de forma contextualizada e detalhada, o alcance e as dinâmicas de um problema social como esse. A evolução ainda sugere que o telejornalismo continua se consolidando como uma prática que não apenas relata eventos, mas também educa e produz conhecimento (Vizeu, 2009, p.78-79). Portanto, os elementos paratextuais fornecem uma camada adicional de interpretação e compreensão, permitindo que os telespectadores

vejam o jornalismo não apenas como uma transmissão de informações, mas como um meio que facilita o entendimento de questões sociais.

A partir de 2011, algumas reportagens apresentam outros recursos gráficos em suas edições. Na matéria sobre a fome do referido ano, há legendas que ressaltam o salário médio da população de Vargem Grande (MA), que é de R\$70, o que coloca as famílias que recebem esse valor em condição de extrema pobreza.

Figura 52 – Legenda mostra salário médio da população em Vargem Grande (MA)



Fonte: Acervo Globo (2011).

As legendas são um recurso eficaz de transmitir informações estatísticas de forma clara e direta, ajudando a enfatizar a gravidade da situação de pobreza extrema e permitindo que o público entenda rapidamente a magnitude do problema. Outro exemplo, na matéria de 2015, traz as estatísticas do desperdício de alimentos, que representa 625 mil caminhões, ou seja, 30% da produção nacional.

Figura 53 – Legenda apresenta dados sobre desperdício de alimentos



Fonte: Acervo Globo (2011).

Destaca-se também a utilização de um mapa com a distância entre Rio de Janeiro e São Luís (MA), percurso feito pela equipe de reportagem no avião do *Jornal Nacional*, além do mapa do Maranhão ressaltando a cidade Vargem Grande, onde a equipe produziu a matéria.

Figura 54 – Mapas apresentam locais onde equipe de reportagem produziu matéria



Fonte: Acervo Globo (2011).

Nesse mesmo sentido, os mapas auxiliam a situar a audiência quanto à localização de Vargem Grande, especialmente em um contexto nacional. Isso é particularmente importante para os telespectadores que podem não estar familiarizados com a cidade ou sua realidade.

Mostrando a distância entre o Rio de Janeiro e São Luís, o recurso fornece uma perspectiva sobre a disparidade entre centros urbanos e áreas mais empobrecidas do Brasil.

Os recursos gráficos, que aqui consideramos como elementos paratextuais, representam avanços significativos no formato dos telejornais, mantendo o interesse do telespectador e tornando a reportagem mais dinâmica. Eles podem servir como “ganchos” visuais que capturam a atenção e reforçam a mensagem central da notícia.

Outra inferência a partir da análise refere-se à inclusão de dados que destacam a extrema pobreza e a vulnerabilidade da população, cujo efeito é elucidar a urgência da questão. Isso pode aumentar a empatia do público e sensibilizá-lo para a necessidade de ação, seja por meio de reivindicação por políticas públicas, iniciativas sociais ou apoio a programas existentes.

Também servem como reforço narrativo – ou seja, com a inclusão dos paratextos, a reportagem enfatiza a narrativa apresentada nas imagens e depoimentos, criando uma coerência entre o que está sendo visto e dito. A inclusão de dados objetivos complementa as histórias pessoais e fortalece a argumentação sobre a realidade vivida pela população.

Em uma questão complexa como a fome, na qual os contextos socioeconômicos e geográficos desempenham papel preponderante, a visualização de dados facilita a compreensão do público sobre como e por que essa situação ocorre.

Os gráficos despontam como outros elementos fundamentais para contextualizar e apoiar a compreensão do tema nas reportagens, sobretudo quando se trata da complexidade imbricada na temática da fome no Brasil. Exemplificamos essa inferência com a Figura 52, que apresenta o recurso utilizado em matéria de 2014.

Figura 55 – Gráfico mostra evolução da segurança alimentar no Brasil entre 2009 e 2013



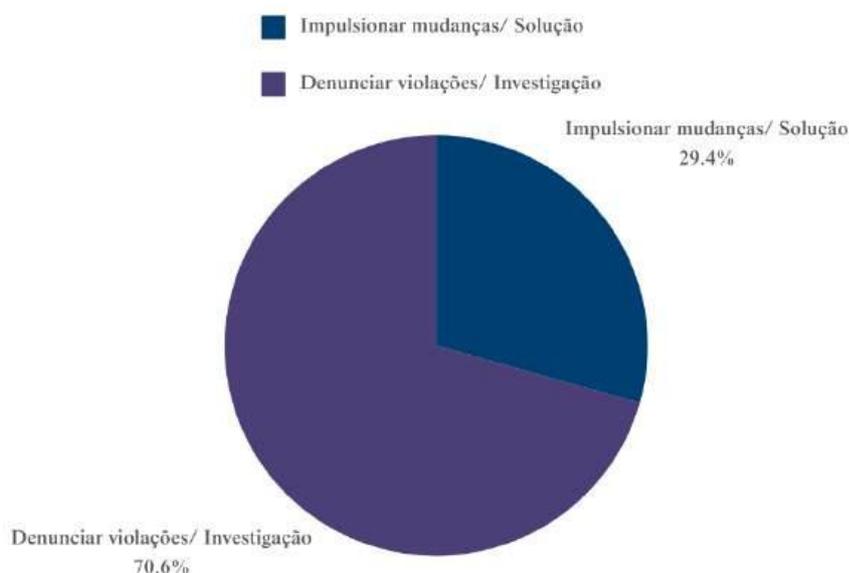
Fonte: Acervo Globo (2014).

O gráfico comparativo do aumento da segurança alimentar entre 2009 e 2013 permite visualizar rápida e claramente a evolução dos índices, ajudando o público a perceber o progresso no combate à fome em números concretos. Esses dados, quando apresentados de forma visual, tornam-se mais acessíveis e compreensíveis.

### 8.1.2 Estrutura narrativa predominante

Para jogar luz sobre uma questão tão complexa como a da fome no Brasil, é preciso entender o modo como o telejornal estrutura a narrativa, com o objetivo de compreender de que modo isso pode influenciar a percepção pública sobre o problema e suas soluções possíveis. Essa é a proposta deste eixo de análise, que visa identificar os elementos narrativos e estilísticos utilizados pelo *JN* ao longo dos anos. Parte-se da seguinte pergunta: a cobertura jornalística se concentra em uma abordagem que apenas privilegia a denúncia da fome ou apresenta algum tipo de solução? Assim, a partir das análises das matérias, encontramos a seguinte evidência.

Gráfico 18 – Objetivo das narrativas sobre a fome nas reportagens do JN



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Os dados revelam uma dicotomia entre denúncia e proposição de soluções, algo importante para entendermos como o telejornal molda a percepção pública sobre a fome. Dessa

forma, algumas inferências podem ser feitas a partir dos números encontrados. A primeira diz respeito à predominância do caráter denunciativo. A maior parte das matérias se concentra em apontar a existência da fome, apresentar dados alarmantes e mostrar os impactos da insegurança alimentar na vida das pessoas. Essa abordagem, embora necessária para chamar a atenção para o problema, pode gerar um sentimento de impotência e desânimo no público, ao não oferecer perspectivas concretas de mudança, ou ainda esbarrar nos fenômenos já mencionados de fadiga e evasão de notícias.

Neste ponto da pesquisa, vale ressaltar que o conceito de Jornalismo de Soluções ainda não estava consolidado nos anos iniciais, em que a maioria das notícias analisadas foi produzida. Portanto, o presente eixo considera iniciativas propositivas em prol do combate à fome, e não necessariamente uma cobertura baseada na abordagem de soluções em si.

Com 70,6% dos assuntos abordados para denúncia, é possível inferir que o *JN* prioritariamente destaca a gravidade e urgência da questão da fome, possivelmente para gerar comoção e pressão pública ou governamental por mudanças. Esse foco investigativo pode trazer visibilidade ao problema, mas, ao enfatizar mais uma denúncia, corre-se o risco de gerar a percepção de que o problema é intransponível ou está apenas nas mãos de governantes e autoridades.

A segunda questão a ser observada na dicotomia versa sobre a proposta de incentivo à mudança, encontrada em 29,4% das matérias analisadas. Apesar de menor, a proporção de materiais que traz perspectivas de solução sugere uma tentativa de abordar o problema de forma mais propositiva e construtiva. Essas reportagens podem fornecer à população uma visão de que a fome não é apenas um problema passivo, mas um desafio que pode ser enfrentado com políticas públicas, projetos sociais e outras ações específicas.

Uma estrutura narrativa, ao focar majoritariamente na denúncia, pode induzir o público a perceber a fome como problema grave, mas sem solução imediata ou viável, na dependência apenas de ações externas. A apresentação de soluções, ainda que minoritária, pode trazer esperança e uma visão mais prática do problema, incentivando o envolvimento da sociedade em possíveis resoluções.

O *JN*, como um influente formador de opinião, pode estar configurando uma narrativa que pressiona autoridades a responderem ao problema com urgência, o levaria a propostas de políticas públicas. No entanto, a menor presença de reportagens com soluções pode indicar uma oportunidade perdida para promover iniciativas práticas e inspirar ações coletivas.

Alguns exemplos práticos podem elucidar essas inferências. Em 2007, o *JN* exibiu uma reportagem que apresenta o drama de uma mulher indígena Kaiowá e dos dois filhos, que saem

da aldeia e andam diariamente 5 quilômetros para pedir ajuda e comida. A narrativa prefacia a situação da Reserva de Dourados (MS), onde as mortes de crianças indígenas é o mote para denúncias de uma situação precária, em que os índios não plantavam, os alimentos doados não eram suficientes e havia denúncias de que as cestas básicas fornecidas pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) estavam sendo vendidas.

Figura 56 – Família indígena caminha 5 km para pedir ajuda e comida, em Dourados (MS)



Fonte: Acervo Globo (2011).

A reportagem de 2011 é outro exemplo da abordagem com foco investigativo e de denúncia. Na ocasião, o telejornal apresentou uma série de evidências concretas que destacam a extrema pobreza vivida pela população de Vargem Grande (MA), como a renda extremamente baixa e a falta de acesso a alimentos básicos, saneamento, água potável e educação de qualidade. Ao mostrar as condições precárias, como pessoas vivendo com menos de R\$70 por mês e famílias que dependem de arroz ou pés de frango como única fonte de alimento, a matéria denuncia a gravidade da fome e da pobreza na região, além de evidenciar os impactos negativos da fome de maneira explícita, ao revelar famílias que, sem comida por vários dias, vivem apenas com arroz ou alimentos de baixo valor nutricional. Além disso, as crianças demonstravam preocupação com a merenda escolar, o que representa a insegurança alimentar e a fome a afetar diretamente o aprendizado e o desenvolvimento. As condições sanitárias inadequadas, a falta de saneamento básico e água potável agravam ainda mais a vulnerabilidade dessas populações, ressaltando os múltiplos impactos negativos da fome e da miséria.

Outra questão contemplada no eixo de análise das estruturas narrativas predominantes nas reportagens diz respeito às eventuais tentativas de apresentar soluções, tanto por meio de iniciativas governamentais e programas sociais quanto por ações comunitárias. Sob esse viés, a matéria de 2003 é tomada como exemplo de cobertura, ao mostrar o Brasil como um dos poucos países que conseguiram reduzir os índices da fome, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em relatório que considerou o período de 1992 a 2001. De acordo com a reportagem, um dos motivos para a redução da fome seria o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, criado em 1996. Além disso, citou a relevância dos programas assistenciais criados naquele período – ao longo dos dois anos de governo de Itamar Franco e oito de Fernando Henrique Cardoso. A matéria ainda elogia a manutenção dos programas e a criação do Fome Zero, já no governo Lula. Em entrevista, um agente do governo ainda fala sobre as iniciativas governamentais para o progresso na área social, como o Programa Saúde da Família, universalização do Ensino Fundamental e transferência de renda para pessoas em situação de vulnerabilidade.

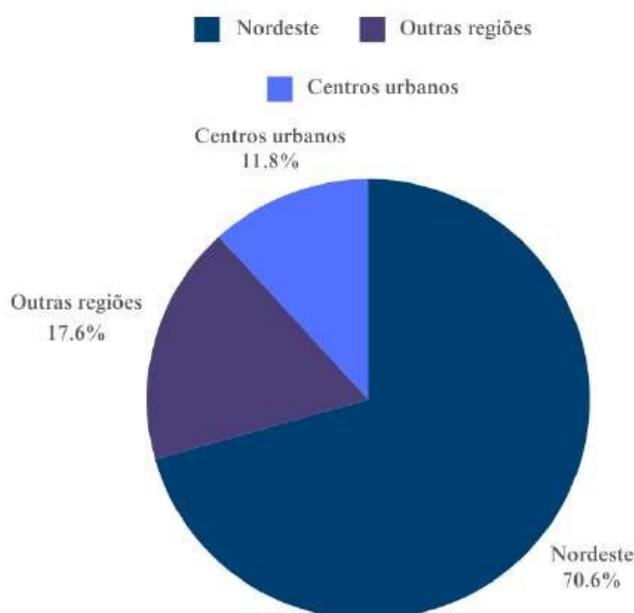
Em 2018, outra matéria destaca uma perspectiva propositiva, embora pontual. A cobertura foca em projetos que aproveitam alimentos que seriam descartados na Ceasa de Teresina (PI), como o banco de alimentos, responsável por armazenar, higienizar, processar e redistribuir os alimentos a quem precisa.

### **8.1.3 Geografia da fome**

A análise do eixo “Geografia da fome” revelou uma concentração das reportagens em regiões urbanas e rurais do país, evidenciando a desigualdade regional no acesso a alimentação. As imagens de comunidades carentes contrastam com as representações de abundância presentes em outras regiões, reforçando a ideia de que a fome é um problema localizado em determinadas áreas do território nacional. Essa concentração geográfica contribui para a invisibilização do problema em outras regiões e dificulta a compreensão de a sua complexidade.

No Gráfico 19 é possível verificar as regiões onde ocorrem os casos de insegurança alimentar, segundo as análises.

Gráfico 19 – Regiões mais afetadas pela fome representadas nas reportagens do JN



Fonte: elaborado pela autora (2024).

O gráfico revela um panorama interessante sobre a forma como o *Jornal Nacional* aborda a questão da fome no Brasil. Podemos fazer algumas inferências importantes, a começar pela evidente predominância do Nordeste na cobertura: depreendemos, assim, que a região se destaca como a mais frequentemente retratada em relação à fome, com 70,6% das reportagens se concentrando na área. Isso reforça a percepção histórica e socialmente construída de que a fome é um problema predominantemente nordestino, associado à seca, pobreza e desigualdade. Tal concentração pode reforçar estereótipos sobre a região, como a ideia de que a fome é um problema crônico e imutável no Nordeste.

As matérias que corroboram essa ideia foram exibidas em 2003, 2004, 2005, 2006, 2008, 2009, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2018. Na de 2005, os repórteres Marcelo Canellas e Franciso José revisitam os locais onde gravaram outras matérias sobre o tema anos antes. Canellas retorna ao município de Araçuaí, onde em 2001 gravou a situação da lavadeira Maria Rita. Em 2005, ele entrevista o filho da lavadeira, que relembra o cenário vivenciado pela mãe e mostra seus esforços para que os filhos, netos de Maria Rita, não tenham o mesmo destino. Embora tivessem se passado quatro anos, comer bofe de bode ainda era uma realidade para a nova geração. No Piauí, Francisco José revive a história de outra sertaneja, dona Maria das Mercês, que comoveu o país em 1985. Devido à seca, ela escalava mais de 100 metros nos paredões de um desfiladeiro em busca de água. Em 2005, após a incorporação do local ao Parque Nacional

Serra da Capivara e a retirada das famílias, a equipe encontrou a casa da sertaneja a 10 quilômetros dali, um ambiente sem energia elétrica e saneamento básico, mas, em 2005, já com um poço de água. Em entrevista, ela comemora e afirma ter vencido a batalha.

Figura 57 – Nordeste se destaca como a mais frequentemente retratada em relação à fome



Fonte: Acervo Globo (2005).

Na matéria de 2008, uma nova denúncia da crise causada pela seca, que afetou severamente a agricultura, o abastecimento de água e, conseqüentemente, a segurança alimentar. O impacto na produção de alimentos como feijão, arroz e mandioca evidencia a precariedade da situação, algo relacionado à fome e à miséria no estado do Maranhão. O conteúdo apresenta também os impactos da seca, ao mencionar a destruição das lavouras, o fogo que se espalha pela vegetação, as queimadas em diversos municípios e o gado que não sobreviveu aos incêndios. Além disso, há o relato de crianças que abandonam a escola para buscar água, a migração de moradores em busca de melhores condições e o sofrimento generalizado causado pela falta de água. Não há evidência clara de soluções imediatas na descrição fornecida, e a reportagem parece focar mais no cenário desolador e nas conseqüências devastadoras da seca do que em ações governamentais, programas sociais ou iniciativas comunitárias na tentativa de mitigar o problema.

A matéria de 2012, fruto de um trabalho coletivo de reportagens com a colaboração dos jornalistas Michele Rincon, Beatriz Castro e Amorim Neto, é mais um exemplo de conteúdo que denuncia a seca no Nordeste. Cada um dos jornalistas apresenta a situação crítica e os desafios das populações. Michele Rincon, em Dormentes (PE), aborda a escassez de água e a importância dos caminhões pipa; Beatriz Castro, em São José do Belmonte (PE), mostra o drama das famílias ao verem os reservatórios vazios; em Cedro (PE), Amorim Neto mostra a

dificuldade dos moradores e o alento por receberem água de poços artesianos. De acordo com a reportagem, a seca em Pernambuco foi a mais rigorosa em 83 anos. No Rio Grande no Norte, o problema afetou ainda a produção de caju, prejudicando a produção e venda de castanha. O estado, antes produtor de 50 mil toneladas de castanha por ano, quando havia chuvas, em 2012, chegou a apenas 10 mil toneladas com a seca.

No ano de 2013, o *JN* novamente apresentou os impactos da seca, dessa vez em municípios de Pernambuco e Paraíba, áreas onde a fome e a insegurança alimentar são agravadas pela falta de chuvas e pela crise na pecuária, com foco também voltado à falta de alimento para o gado.

Para além das inferências sobre o Nordeste, os dados trazidos neste eixo de análise ainda revelam uma espécie de sub-representação de outras regiões do país que, embora também sofram a insegurança alimentar, têm representação muito menor nas reportagens. Isso pode levar a uma visão limitada e distorcida do problema da fome no Brasil, de modo a sugerir concentração em determinadas áreas. Nesse ponto, mesmo com as críticas relacionadas à recorrência das matérias, há que se considerar a urgente necessidade de evidenciar a seca no Nordeste como problema social presente na agenda dos telejornais, tendo em vista o papel do jornalismo em jogar luz sobre temas obscurecidos pela sociedade.

Como exemplo de cobertura que, embora transcorra no Nordeste, não trata da seca, citamos a reportagem de 2014, que faz um trabalho de denúncia ao apresentar a presença de fome e insegurança alimentar em milhões de lares brasileiros. A referência a números alarmantes, como os mais de 7 milhões de pessoas em situação de fome ou insegurança alimentar grave, expõe uma realidade social que exige atenção. A reportagem menciona, por exemplo, a dificuldade do protagonista, Silvan, em garantir a alimentação regular para seus filhos, no Maranhão, ilustrando de maneira humana e concreta os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A escolha reforça a estratégia jornalística de denúncia ao apresentar histórias reais que demonstram a persistência da fome.

A abordagem jornalística ilustra o impacto da fome na vida de famílias que enfrentam restrições alimentares severas, como a de Silvan, que precisa escolher entre sua refeição e a dos filhos. Além disso, a reportagem destaca que, mesmo nas casas onde a comida está presente, persiste a insegurança sobre a disponibilidade futura, levando a práticas como o fiado, que indica uma solução temporária – e frágil – para a escassez de recursos. No entanto, embora aborde os efeitos da fome na rotina e no bem-estar de pessoas e famílias, a reportagem não explora profundamente outras consequências da insegurança alimentar, como problemas de saúde ou impactos psicológicos, que poderiam dar uma dimensão ainda mais crítica à situação.

A narrativa da referida matéria também menciona o papel dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, medida que contribuiu para reduzir a insegurança alimentar. Há referência indireta ao efeito positivo dessa política pública, indicando que o programa é um recurso importante para a segurança alimentar de muitas famílias. No entanto, a reportagem não explora de maneira aprofundada o funcionamento ou a expansão desses programas e tampouco apresenta outras possíveis soluções comunitárias ou iniciativas governamentais alternativas. Essa ausência de informação limita o entendimento do telespectador sobre o que está sendo feito e o que mais poderia ser feito para enfrentar o problema da fome de maneira sustentável e abrangente.

O fato de os centros urbanos representarem 11,8% da cobertura indica um crescente reconhecimento da importância de abordar a fome nessas áreas. Tal tendência pode refletir uma mudança na realidade da fome no Brasil, com a urbanização e a concentração de pobreza nas cidades. Além disso, a inclusão dos centros urbanos na cobertura demonstra maior compreensão da complexidade da fome, que não se limita às áreas rurais e regiões já estigmatizadas, mas também afeta as populações urbanas, especialmente as mais vulneráveis.

A reportagem veiculada em 2010 exemplifica esse dado ao apresentar os frutos do Natal Sem Fome, campanha que atingiu 18 anos no ano em que a matéria foi ao ar. O conteúdo aborda a evolução do projeto, que, mais que matar a fome de alimentos, a partir de 2006 passou a saciar a carência de leitura, saberes e brincadeiras, na medida em que passou a arrecadar também livros e brinquedos, além de contar com educadores voluntários. A narrativa, ambientada na zona oeste do Rio de Janeiro, conta a história de Douglas, rapaz de 18 anos que nasceu junto com a campanha e foi um dos milhares de beneficiados. Em 2010, também comemorava sua sexta participação no projeto como educador voluntário. A reportagem menciona ainda o impacto nacional da campanha ao mostrar imagens que exemplificam os mais de dois mil comitês espalhados pelo país, o que mostra a abrangência da iniciativa do telejornal. Assim, a cobertura destaca como a fome e a necessidade de solidariedade não se restringem a áreas do Nordeste.

Em resumo, depreende-se, a partir dessas evidências, que tanto a concentração da cobertura no Nordeste quanto a sub-representação da fome em outras regiões, sobretudo em centros urbanos, são consideradas como oportunidades de tematizar o problema social, com vistas a tensionar outros poderes em prol de políticas públicas de enfrentamento que sejam eficientes e perenes. Reconhecer a fome como algo a ser tratado em todo o país exige uma reflexão profunda na práxis jornalística sobre a necessidade de uma cobertura mais abrangente e equilibrada.

#### 8.1.4 Roteiro e textualidade

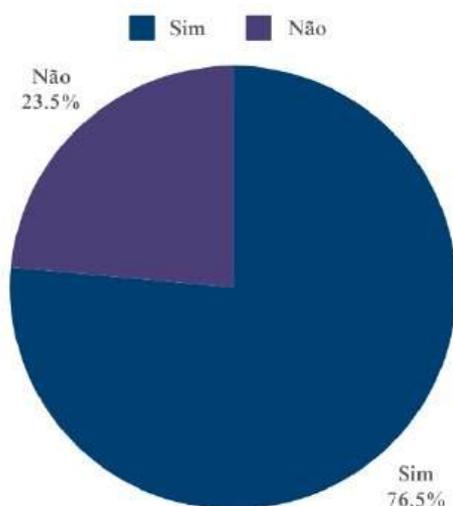
Este eixo de análise busca examinar a construção textual e as escolhas discursivas feitas pelo *Jornal Nacional* ao abordar a temática da fome ao longo dos anos. Nesta seção, analisamos a forma como as reportagens estruturam o discurso sobre a fome, observando como o tema é contextualizado e como os recursos textuais e narrativos são utilizados para sensibilizar, informar e engajar o público.

Para responder às questões fundamentais de pesquisa, verificamos o uso de dados estatísticos e pesquisas sobre a temática nas reportagens, investigando se e como esses elementos são destacados para fornecer uma base factual sólida ao público. Observamos também as palavras e expressões que descrevem a fome, visando compreender se a narrativa evoca conotações de urgência, indignação ou outras emoções que reforçam a gravidade da questão.

Outro ponto de atenção são as referências ao papel de políticas públicas e instituições no combate à fome, observando se há uma construção narrativa que enfatize responsabilidades específicas para mitigar o problema. Além disso, analisamos a presença de menções a direitos humanos e dignidade humana, explorando em que contextos e por quais vozes – jornalistas, especialistas ou personagens das reportagens – essas referências são apresentadas, para entender o papel de tais falas na sensibilização do público e no fortalecimento de uma percepção humanitária sobre a questão.

Ao analisar a utilização de pesquisas e estatísticas sobre o cenário da fome no país nas reportagens do *JN*, constata-se que o recurso é evidenciado em 76,5% dos casos, como descrito no Gráfico 20.

Gráfico 20 – Uso de estatísticas e pesquisas nas matérias sobre a fome



Fonte: elaborado pela autora (2024).

A partir da constatação de que o *Jornal Nacional* recorre frequentemente a dados de instituições como a FAO e o IBGE para fundamentar suas reportagens sobre a fome, algumas inferências podem ser feitas. A primeira diz respeito à chancela de uma instituição considerada como autoridade científica. Assim, o uso de dados referenciados por essas organizações reconhecidas sugere que o telejornal busca dar adicional peso ao tema, utilizando dados para legitimar a cobertura e reforçar a gravidade do problema. Essa abordagem permite que o programa se apoie em uma autoridade científica que confira seriedade e precisão ao conteúdo apresentado.

Sob outra perspectiva, a escolha de destacar o lançamento de novos dados estatísticos pode funcionar como uma estratégia para atrair a atenção do público, utilizando informações atualizadas e frequentemente alarmantes para despertar um senso de urgência. Esse recurso demonstra que o telejornal entende as estatísticas como uma maneira eficaz de sensibilizar a audiência, mostrando que a fome é uma questão mensurável, concreta e que exige ação imediata.

O fato de as coberturas serem desencadeadas pela divulgação de novas pesquisas pode indicar uma tendência de tratar a fome como um problema recorrente e estrutural, que necessita de monitoramento constante. A cada nova pesquisa, o *JN* revisita o tema, revelando que a fome é vista como uma questão que se mantém relevante e que precisa ser continuamente trazida ao debate público.

Essa estratégia implica ainda no debate de políticas públicas, uma vez que, ao se apoiar em dados de instituições que também orientam políticas internacionais e nacionais, o *Jornal Nacional* conecta implicitamente o tema da fome à necessidade de uma resposta política. Dados da FAO e do IBGE, por exemplo, são frequentemente utilizados para informar políticas públicas, o que pode oportunizar uma tentativa de incentivos a uma reflexão sobre a responsabilidade dos governos e das instituições em enfrentar a fome.

Um exemplo é a reportagem de 2014, que utiliza uma pesquisa realizada pelo IBGE em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social. São apresentados números importantes sobre a insegurança alimentar no Brasil, como os 7 milhões de pessoas que vivem sob ameaça de fome e o percentual de domicílios afetados pela insegurança alimentar ao longo dos anos. Esses dados são articulados ao longo da reportagem para reforçar a gravidade do problema e demonstrar alguma evolução na redução da fome. A partir da apresentação da pesquisa, a cobertura menciona a importância dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, apontando que uma parcela significativa da população depende desses recursos para a alimentação.

Embora o programa assistencial seja considerado um fator importante na melhoria da segurança alimentar em alguns aspectos, a matéria não se aprofunda em explicar o funcionamento, a abrangência ou as limitações de políticas como essa, o que restringe a compreensão do papel de cada uma como soluções eficazes ou suficientes para o combate à fome.

A utilização de estatísticas por parte do *Jornal Nacional* sugere ainda um papel de mediação, como uma ponte entre informações técnicas e o público. Isso aponta para a importância do jornalismo na tradução desses dados, facilitando o acesso da população a proposições que de outra forma poderiam ser mais difíceis de interpretar e contribuindo para que o tema da fome seja compreendido em sua complexidade e extensão.

No caso da matéria exibida em 2007, também se percebe a ênfase no papel de políticas públicas ou instituições no combate à fome. A reportagem, ao apresentar dados como o número de 400 índios na Reserva Indígena de Dourados (MS) no final da década de 1920 e a população de 12.500 em 2005, além do número de mortes por desnutrição infantil no local, que chegou a 13 em 2005, enfatiza a importância da atuação da Funasa e a força-tarefa interministerial criada naquele ano para combater a fome na localidade. No entanto, também critica a falta de continuidade dessas políticas e a ineficácia das ações no longo prazo, o que levou à retomada das mortes por desnutrição denunciadas no *JN* em 2007.

Importa-nos ainda ressaltar a constatação de que algumas reportagens optam por uma narrativa focada na história de pessoas afetadas pela fome – ou seja, em vez de dados estatísticos, revelam uma tentativa de humanizar o tema e criar uma conexão emocional mais profunda com o público. A escolha por uma linguagem poética, como a descrição do repórter Marcelo Canellas na matéria de 2005, abre espaço para algumas inferências sobre os objetivos e o impacto desse tipo de cobertura.

A linguagem poética e metafórica tem o potencial de aproximar o público da realidade da fome, despertando empatia e compaixão. Ao invés de tratar o tema como distante e abstrato, o uso de metáforas ajuda a criar uma imagem mais vívida e pessoal, permitindo ao público colocar-se no local das pessoas afetadas. Esse tipo de narrativa também oferece uma perspectiva simbólica da fome, retratando-a como uma questão de injustiça social que afeta parte da população brasileira. A expressão “o país que o povo todo carrega nem sempre é justo com todo mundo” (*Jornal Nacional*, 2005, 18s) traz uma crítica implícita às desigualdades estruturais que perpetuam a fome, indicando que o problema resulta de uma sociedade que não oferece oportunidades iguais para todos. Ao utilizar uma linguagem figurativa, a reportagem ajuda o público a compreender a fome não apenas como uma carência física, mas também como uma questão moral e social.

A narrativa centrada nas histórias e na subjetividade dos aspectos abordados oferece um contraponto ao uso predominante de dados e estatísticas, ocasionando ao público uma visão multifacetada do problema. Alternando entre dados concretos e relatos pessoais, o *Jornal Nacional* explora diferentes formas de comunicar a fome, buscando equilíbrio entre a objetividade dos números e profundidade das experiências humanas. Esse recurso amplia a compreensão do público, que pode ver o problema tanto em seu aspecto quantitativo quanto qualitativo.

O uso de uma linguagem poética para descrever a fome, problema tão brutal e concreto, também pode ser visto como uma forma de ressignificar o tema, dando-lhe um tratamento literário que talvez suavize, mas ao mesmo tempo aprofunde a reflexão.

Sobre a textualidade analisada nas reportagens, lançamos o olhar ainda nas expressões utilizadas para descrever a fome. Para isso, uma nuvem de palavras foi construída, representando os principais termos encontrados no conteúdo audiovisual.

Figura 58 – Nuvem de palavras que conceituam a fome no Brasil

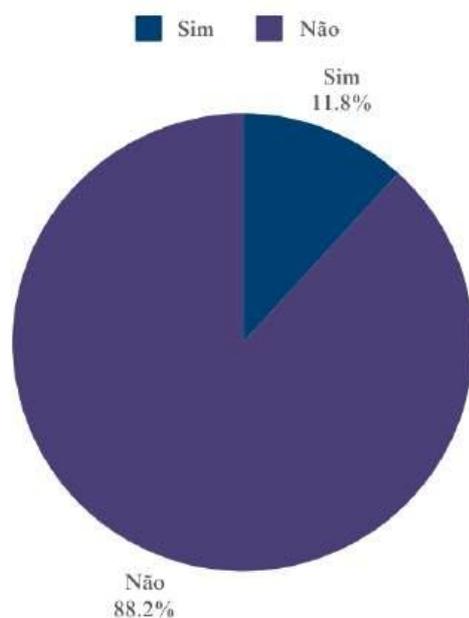


Fonte: elaborado pela autora via wordclouds.com (2024).

A presença destacada das palavras “seca” e “falta d’água” sugere que o *Jornal Nacional*, ao longo dos anos, tem relacionado a fome no Brasil, especialmente, a características naturais, como a seca no Nordeste. Essa associação reforça a visão de que o problema é, em grande parte, consequência de fatores ambientais específicos de certas regiões, como a falta de chuvas no Semiárido nordestino. Em certa medida, quando enfatiza expressões como essas, o telejornal pode estar deslocando o foco da responsabilidade pela fome para os fatores climáticos, o que reduz a visibilidade das falhas estruturais de políticas públicas e desigualdades econômicas. Embora a seca seja, de fato, uma causa importante de fome no Nordeste, privilegiar esses fatores naturais pode obscurecer a responsabilidade dos governos e das instituições em implementar políticas eficazes de combate à insegurança alimentar e cobertura de mitigação dos impactos da seca.

Por fim, este eixo de análise observou se há referências diretas aos direitos humanos e à dignidade humana e, se sim, como são apresentadas – no texto do repórter, na fala de especialistas ou de personagens?

Gráfico 21 – Há menção à violação de direitos humanos ou dignidade humana?



Fonte: elaborado pela autora (2024).

A observação de que 88,2% das matérias apresentadas no *Jornal Nacional* não mencionam diretamente os direitos humanos, enquanto apenas 11,8% fazem referência ao tema, indica algumas tendências e limitações na abordagem do telejornal em relação à fome. A primeira diz respeito à ausência de uma perspectiva de direitos, que não enxerga o problema como caso de violação de um direito fundamental, mas como questão de carência material ou desnutrição. A falta dessa dimensão pode contribuir para uma percepção do problema como uma questão temporária ou localizada, em vez de algo estrutural que demanda ações externas à garantia dos direitos básicos.

A falta de referência aos direitos humanos indica também uma tendência de despolitizar o problema, na medida em que o trata mais como uma condição social a ser noticiada do que como uma falha sistêmica que exige a responsabilização de governos e instituições. Sem uma conexão explícita com os direitos humanos, a cobertura pode perder o potencial de promover uma reflexão mais profunda sobre as responsabilidades do Estado e da sociedade no combate à fome, deixando de estimular um debate público sobre os direitos dos cidadãos.

Embora algumas reportagens utilizem linguagens mais sensíveis e poéticas para relatar o impacto da fome na vida das pessoas, a ausência de referências diretas à dignidade humana sugere que essas abordagens, por mais empáticas que possam ser, ainda não exploram plenamente o impacto da fome na dignidade e nos direitos dos indivíduos afetados. Um discurso explícito sobre a dignidade humana poderia fortalecer a ideia de que a fome não é apenas uma

carência de recursos, mas uma experiência que fere a humanidade e os direitos básicos das pessoas.

A falta de uma narrativa que enquadre a fome como violação dos direitos humanos pode resultar em uma cobertura mais superficial, que não explora o problema em sua complexidade e profundidade. Referências aos direitos humanos poderiam enriquecer o debate, apontando para a necessidade de políticas públicas que garantam a segurança alimentar como direito inalienável.

### 8.1.5 Elementos visuais

Assim como nas análises das reportagens sobre a fome exibidas no *Fantástico*, neste ponto buscamos compreender as estratégias e escolhas visuais nas matérias do *Jornal Nacional* ao abordar a questão da fome no Brasil. Para isso, a análise se debruça sobre as imagens predominantemente utilizadas no telejornal: cenas de filas para distribuição de alimentos, pratos vazios ou crianças subnutridas que mais aparecem, ou há uma tentativa de retratar regiões específicas? Com essas questões em mente, o objetivo é identificar os temas visuais mais recorrentes e os contextos priorizados na representação da fome.

Além disso, o estudo detalha a construção dos planos – seja com foco em planos gerais, que evidenciam o cenário como um todo; em planos médios ou fechados, que individualizam os personagens e situações, ou fechamentos e planos detalhe, que podem intensificar a carga emocional da narrativa. A posição da câmera (alta, baixa ou na altura do ombro) também é demonstrada para avaliar como ela posiciona o espectador em relação aos personagens e ao contexto.

Outro ponto é entender se as imagens visuais projetam uma narrativa de esperança, com foco em soluções possíveis, ou de desesperança, enfatizando o agravamento da situação.

Partimos da reportagem que foi ao ar em 2003 para expor algumas evidências encontradas também em outras edições do *JN*. A matéria aborda o fato de o Brasil ter sido um dos poucos países a reduzir os índices da fome, segundo relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que considerou o período de 1992 a 2001. A reportagem mostra, logo no início, a situação de uma família da periferia de Salvador, apresentando a casa de apenas um cômodo que abriga uma mãe solo e seis filhos. Há predominância de plano médio – ou seja, a câmera se mantém a uma distância média do objeto

(crianças e a mãe), que ocupa parte considerável do ambiente, mas ainda com espaço à sua volta. O plano privilegia a movimentação da família dentro da pequena casa.

Figura 59 – Plano médio mostra realidade de família na periferia de Salvador



Fonte: Acervo Globo (2003).

Observa-se ainda que a edição telejornalística utiliza as proposições da dramaturgia no telejornalismo (superação da fome, renda familiar que agora oportuniza a compra de sandália, corte de cabelo, roupas para as crianças e outros itens).

Na entrevista com a mãe usa-se a câmera baixa. Assim, o cinegrafista parece criar uma sensação de empoderamento para o entrevistado. Esse enquadramento pode sugerir que uma pessoa entrevistada está em posição de força ou superação, algo simbólico quando falamos de alguém que está saindo da situação de fome. O espectador, ao olhar para cima, pode perceber a personagem como resiliente, destacando sua dignidade e suas conquistas. A câmera baixa pode ser uma metáfora visual de ascensão social, reforçando a ideia de que essas pessoas estão “subindo” na vida após terem enfrentado a fome, o que se alinha com a temática da matéria, que trata da queda nos índices de fome e sugere uma mudança positiva na vida dos entrevistados.

Figura 60 – Câmera baixa sugere vulnerabilidade social



Fonte: Acervo Globo (2003).

Em outro momento, a matéria também exhibe crianças merendando na escola, com pratos que evidenciam alimentação equilibrada (proteínas, arroz, feijão e legumes). Primeiro plano e plano detalhe são utilizados para mostrar a comida nas panelas.

Figura 61 – Primeiro plano apresenta crianças merendando



Fonte: Acervo Globo (2003).

A reportagem do *JN* veiculada em 2008, com foco na seca que assolava o Nordeste, também é tomada como exemplo para explicitar a estratégia de enquadramento utilizada, servindo a várias finalidades essenciais para a construção narrativa e para a transmissão de emoções e informações ao público. O uso de imagens em plano geral para mostrar a imensidão

da área seca e a extensão do açude vazio permite ao espectador ter uma compreensão visual clara da gravidade da situação. Esse tipo de enquadramento enfatiza a vastidão do problema, ajudando a transmitir a ideia de desolação e a escala da crise hídrica.

O primeiro plano, que foca nas mãos do agricultor quebrando a lama seca e nas carcaças de gado, cria uma conexão emocional mais intensa com o telespectador. Essa técnica destaca os impactos diretos do problema nas vidas das pessoas e dos animais, tornando a situação mais tangível e intensa. As expressões e detalhes capturados nesse tipo de plano podem evocar empatia e indignação, reforçando a gravidade da crise.

Figura 62 – Primeiro plano usado para mostrar a terra seca



Fonte: Acervo Globo (2008).

A gravação da passagem do repórter em plano aberto, com o cinegrafista em cima da ponte e o repórter embaixo, ilustra a proporção do espaço antes ocupado pela água do açude. Esse enquadramento mostra a transformação do ambiente e simboliza a mudança drástica na vida local. Além disso, proporciona uma perspectiva que ajuda o público a entender melhor a magnitude da seca.

Figura 63 – Passagem gravada em plano aberto



Fonte: Acervo Globo (2008).

A utilização de primeiríssimo plano durante a entrevista com o agricultor, focando nos detalhes do rosto queimado pelo sol, personaliza a narrativa. Com essa técnica, o espectador pode ver marcas de luta e sofrimento, humanizando a situação e oferecendo uma visão íntima das consequências da seca.

Na entrevista com a moradora que leva o filho para se banhar em um poço, a câmera alta a mostrar a figura da mulher de cima para baixo pode transmitir a sua vulnerabilidade. Essa escolha de enquadramento pode evocar uma sensação de desamparo e fragilidade, destacando a difícil realidade enfrentada pelas pessoas que vivem em áreas afetadas pela seca.

Em suma, a estratégia de enquadramento utilizada pelo telejornal visa amplificar a mensagem sobre a crise da seca, enfatizando tanto a dimensão ambiental quanto as experiências humanas. Infere-se que os diferentes tipos de planos oportunizam à reportagem a criação de um relato mais envolvente e impactante.

Para apresentar uma abordagem no *JN* capaz de exprimir esperança, toma-se como exemplo a reportagem sobre a campanha Natal Sem Fome, de 2010. As imagens que predominam são de solidariedade e ação comunitária na apresentação dos 18 anos da campanha idealizada pelo sociólogo Betinho, exibindo uma grande mesa montada no meio da rua com comida sendo distribuída, um galpão com alimentos sendo organizados por voluntários na montagem de cestas básicas e crianças envolvidas em atividades de leitura e brincadeiras.

Em plano geral, o cinegrafista mostra o ambiente amplo, como a mesa na rua cheia de alimentos e voluntários em volta, além do galpão onde os alimentos são organizados.

Figura 64 – Plano aberto mostra extensão da mesa no aniversário da Campanha Natal Sem Fome



Fonte: Acervo Globo (2010).

O plano médio é utilizado para mostrar a distribuição de alimentos à população carente e para capturar a interação nas atividades. Já imagens em primeiro plano e *close* são recursos usados nas entrevistas, especialmente com o menino Douglas e as demais crianças envolvidas na contação de histórias. Esses planos destacam as emoções e o envolvimento pessoal.

Figura 65 – Personagem Douglas em primeiro plano



Fonte: Acervo Globo (2010).

A posição da câmera, muitas vezes na altura do ombro e focando em *close*s nas entrevistas, aproxima o espectador dos personagens e das suas experiências. Isso cria um papel

de empatia, em que o público é convidado à solidariedade e à transformação pessoal proporcionada pela campanha. A câmera reforça a ideia de comunidade e inclusão, sobretudo quando destaca os voluntários e as crianças.

A partir dessas observações, infere-se que as imagens reforçam uma perspectiva de esperança. O foco está em ações positivas, como a organização de cestas básicas, a educação das crianças e o impacto transformador da campanha. A narrativa visual sugere soluções e destaca a capacidade de superação, tanto individual quanto coletiva, ao invés de se concentrar em aspectos negativos.

Embora retrate o cenário triste de uma significativa parcela de pessoas que passam frio e fome no centro de São Paulo, a matéria de 2013 desponta como exemplo de perspectiva que sugere esperança. Imagens com planos abertos mostram áreas no centro da capital paulista em que homens, mulheres e crianças vivem em situação de rua. Predomina o plano detalhe mostrando as caixas de papelão usadas para dormir, com cobertores e roupas de cama desgastadas, e primeiro plano apresentando alimentos servidos em um antigo cinema por freis do Convento de São Francisco. A partir dessas observações é possível depreender que as imagens das pessoas em situação de rua e os locais onde dormem (caixas de papelão) ajudam a humanizar a questão da fome e da vulnerabilidade social. Ao retratar as condições de vida dessas pessoas, o telejornal promove a sensibilização do público para a realidade enfrentada por indivíduos marginalizados, o que contrasta, por exemplo, com uma abordagem puramente estatística ou analítica, mais distante.

Os planos abertos que mostram as ruas no centro de São Paulo servem para contextualizar a situação. Localizam a história em um espaço específico, de modo que o público entenda o ambiente urbano em que ocorre a situação de rua, o que ocasiona nos telespectadores a percepção de que não se trata de uma realidade isolada, mas integrada a uma cidade grande.

O uso de planos detalhados, como o que mostra onde as pessoas dormem e as condições de seus pertences, enfatiza a precariedade da vida nas ruas. Esses detalhes visuais são poderosos porque capturam a realidade da falta de recursos e do sofrimento.

Quando observamos a prevalência de tomadas curtas na edição da matéria, característica do telejornalismo, inferimos que essa técnica mantém a audiência engajada na narrativa, evitando a perda de interesse. Essa forma de edição estabelece um fluxo que é familiar ao público, tornando a reportagem mais acessível e compreensível.

A dramatização das experiências de vida dos afetados pela fome ou situação de rua, que incentiva a empatia do público, é outra evidência da análise. Quando os telespectadores veem o sofrimento e as lutas pessoais, como o relato de um pai que cuida de um filho abandonado, é

mais provável que se sintam motivados, preocupados, e passem a considerar ações de auxílio. Essa empatia pode ser uma prática para a mudança social.

Figura 66 – Drama do pai alimentando o filho, ambos em situação de rua



Fonte: Acervo Globo (2016).

Como último exemplo neste eixo de análise, abordamos a matéria de 2018, sobre o desperdício de alimentos e as iniciativas de aproveitamento de frutas e verduras na Ceasa de Teresina (PI). Nessa reportagem, predominam tomadas em primeiro plano de frutas e verduras desperdiçadas nas caçambas de lixo. Imagens em plano aberto mostram a extensão da Ceasa de Teresina. Em plano médio e detalhe, a matéria descreve o trajeto dos alimentos da central de abastecimento até o banco de alimentos, onde as frutas e verduras passam por uma triagem, higienização, processamento e embalagem.

Figura 67 – Plano médio mostra alimentos na triagem para serem reaproveitados



Fonte: Acervo Globo (2018).

Os alimentos já higienizados, a partir desse ponto da matéria, são mostrados em *close*, como forma de ressaltar que estão aptos para o consumo. As imagens focam na esperança e gratidão das pessoas que consomem os alimentos em instituições de caridade.

Figura 68 – *Close* de alimentos prontos para serem consumidos após higienização



Fonte: Acervo Globo (2018).

A escolha estratégica dos planos e imagens nesta reportagem visa construir uma narrativa visual didática e emocionalmente envolvente, orientando o público por toda a trajetória dos alimentos desde o descarte até o consumo final. A predominância de *closes* em frutas e verduras nas caçambas de lixo, por exemplo, enfatiza visualmente o desperdício alimentar, gerando um impacto inicial que sensibiliza o espectador sobre a dimensão do problema e a possibilidade de reaproveitamento. Em seguida, o uso de planos abertos da Ceasa de Teresina amplia a compreensão sobre a escala da operação e o potencial de recuperação de alimentos nesse ambiente.

Novamente, observamos um padrão no telejornalismo, com a predominância de tomadas curtas, que mantêm um ritmo dinâmico e ágil, essencial para prender a atenção em assuntos de breve duração, enquanto ainda fornece uma visão completa do processo. Com essa abordagem, o telespectador compreende, por imagens impactantes e sequenciais, como o problema do desperdício pode ser convertido em solução para a fome. Sumariamente, a construção visual enfatiza a transição de um cenário de desperdício para um de esperança, centralizando o valor social das ações mostradas.

### 8.1.6 Elementos sonoros

Os elementos sonoros são componentes essenciais na construção narrativa das reportagens, especialmente em temas sensíveis e de grande relevância social, como a fome. No caso das apresentações exibidas pelo *Jornal Nacional*, o uso de sons, trilhas e locuções colabora significativamente para moldar a percepção do público sobre o problema. Portanto, esta análise foca nos principais aspectos sonoros trabalhados nas reportagens sobre a fome, com o objetivo de compreender como cada elemento contribui para construir na tela uma narrativa sobre a temática.

Primeiramente, analisamos o uso de trilhas sonoras muitas vezes escolhidas para potencializar a empatia do telespectador ou criar uma atmosfera reflexiva. Com a potencial capacidade de influenciar a percepção do público, essas trilhas acrescentam um tom mais dramático ou urgente à abordagem, o que pode intensificar a gravidade do tema tratado. Como também a locução é aspecto importante, vamos analisar o tom adotado pelo locutor – neutro, emotivo ou investigativo –, uma vez que a maneira como se narra a notícia pode alterar a forma de o público reagir à informação. Por fim, o uso de sons ambientes – como ruídos de rua e sons de cozinha, por exemplo – integram a pesquisa, na medida em que são capazes de criar uma ambientação sonora que aproxima o telespectador da realidade retratada, reforçando o impacto emocional e fazendo com que a fome seja percebida de forma mais tangível.

Neste ponto, retomamos o papel do som no telejornalismo brasileiro. Em sua tese de mestrado, Luporini (2007) analisa como os sons passaram a ser utilizados nos telejornais da Rede Globo. Ele destaca o uso de ruídos, que podem aparecer no áudio das reportagens e, normalmente, são captados durante as próprias gravações das matérias. O chamado “BG” ou “sobe som” é o ruído de fundo. Luporini (2007) aponta que, nos jornais diários da Rede Globo, nas matérias factuais parece estar convencionado o uso de BG, recurso capaz de realçar o realismo e a autenticidade da notícia.

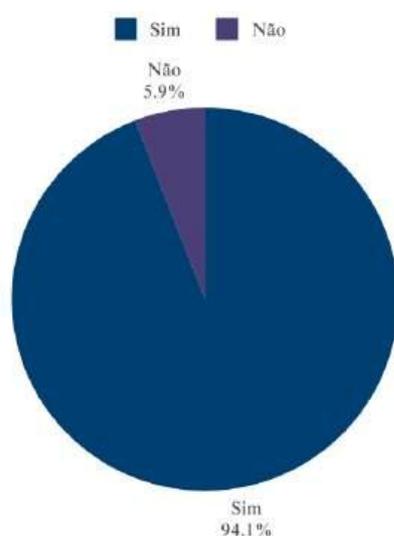
O tipo de recurso adotado pela edição de um telejornal, no entanto, pode mudar quando o produto jornalístico não está atrelado ao factual. Geralmente, isso acontece em matérias frias. O autor defende que, nesses casos, estabeleceu-se o uso de trilha musical como alternativa ou complemento ao som ambiente (BG). Para Rezende (2000, p. 150), nas matérias frias, a inserção de trilha musical pode gerar um “[...] efeito irônico, hilariante ou lírico para a matéria [...]”, diferentemente do que acontece nos produtos factuais, que, de acordo com o autor, devem transmitir ao público uma mensagem precisa e objetiva. Esse compromisso com a objetividade

pode ser prejudicado pela inserção de trilha sonora. Para Luporini (2007), a decisão de não usar trilha sonora pode ser motivada pela intenção de expressar a realidade retratada na matéria factual, que se distancia da ficção e, portanto, do uso de recursos de entretenimento, como a sonorização.

O livro *Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial* também aborda brevemente essa questão. Na obra, Rezende (2000) destaca o uso do BG, considerando-o como “[...] toda espécie de ruído, músicas e vozes existentes por trás da gravação de áudio que acompanham a fala do apresentador ou do repórter” (Rezende, 2000, p. 150). Segundo o autor, mais realismo e autenticidade podem ser conferidos à notícia pelo fundo sonoro, que vai além do som ambiente e particulariza a situação das matérias consideradas mais frias. De acordo com Rezende (2000), nesse tipo de matéria a música pode servir como alternativa ao som ambiente. Com a adoção desse recurso, é possível obter um efeito irônico, hilariante ou lírico em uma matéria, aproximando-a, em alguns casos, do gênero da crônica. Por isso, desaconselha-se sua utilização em matérias estritamente jornalísticas, em que a notícia obrigatoriamente deve transmitir uma mensagem precisa e objetiva de imediata compreensão pelo público. (Rezende, 2000, p. 150).

Essas proposições são trazidas neste ponto do trabalho para corroborar as descobertas das análises das reportagens sobre a fome no *JN*, nas quais se evidencia que em nenhuma das matérias do *corpus* de pesquisa se usaram trilhas sonoras. Essa constatação ratifica as considerações sobre a ausência de tal recurso em notícias factuais, como as analisadas. Quanto ao uso de sons ambientes e demais BGs, 94,1% das matérias os utilizam, enquanto em 100% dos casos se evitaram as trilhas sonoras.

Gráfico 22 – Notícias sobre a fome no JN utilizam BGs?



Fonte: elaborado pela autora (2024).

A ausência de música, portanto, sublinha o compromisso com a objetividade e a clareza na transmissão das informações em notícias factuais, em que a mensagem precisa ser direta e compreensível. Os sons ambientes, como o ruído de pés descalços sobre a terra seca, os rumores de crianças se alimentando ou brincando, o som de caminhões pipa, entre outros, levam o telespectador a uma imersão mais profunda na realidade do tema abordado, sem introduzir conotações subjetivas que poderiam surgir com o uso de trilhas musicais.

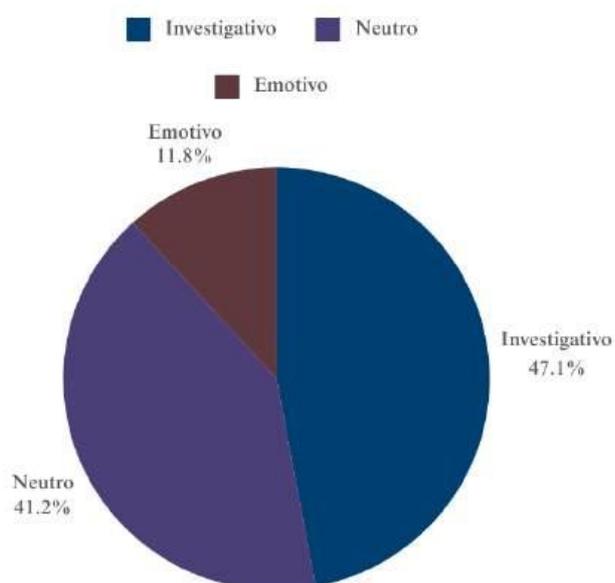
Os sons ambientes não são apenas detalhes auditivos, mas parte fundamental da construção da narrativa jornalística; servem para amplificar a percepção do público sobre a gravidade da situação, gerando um impacto emocional que vai além da imagem visual.

A combinação de imagens, sons e silêncios cria uma experiência sensorial completa, que convida o telespectador a sentir a fome, e não simplesmente vê-la. Nesse sentido, tomamos como exemplo a reportagem sobre o aumento dos índices da população em situação de insegurança alimentar no Brasil em 2005. O som metálico dos talheres em vasilhas vazias oportuniza ao telespectador uma experiência mais próxima da realidade daquela comunidade, sentindo as difíceis condições de vida impostas pelo ambiente árido e pela pobreza extrema. O latido dos cachorros pode evocar sentimentos de precariedade, ausência de recursos e abandono. Esses sons são símbolos sonoros que remetem à escassez e à luta diária pela sobrevivência. Da mesma forma, os rumores de crianças brincando em um contexto de fome contrastam com a dureza do cenário, acentuando a resiliência das famílias, mas também sugerindo a gravidade da situação dessas crianças.

Os sons ambientes ajudam ainda a dar ritmo à narrativa audiovisual. Em momentos de pouca ou nenhuma narração, tomam o lugar da palavra, oferecendo pausas reflexivas ao espectador, convidado a processar o que vê e ouve. O som pode, assim, marcar momentos de maior intensidade emocional ou criar contrastes sutis entre cenas.

Finalizando este eixo, lançamos ainda o olhar sobre o tom utilizado pelos repórteres nas matérias sob análise. Assim, ficou comprovado que 47,1% dos profissionais usaram tom investigativo; 41,2%, neutro, e 11,8%, emotivo.

Gráfico 23 – Tom utilizado pelo repórter nas matérias sobre a fome



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Esses dados refletem uma cuidadosa escolha de abordagem, de acordo com o objetivo de cada matéria e a natureza do conteúdo.

Em relação ao primeiro dado, no qual um tom investigativo se faz presente em 47,1% das reportagens, é possível inferir que o telejornal busca explorar causas, contextos e consequências dos fatos apresentados, ajudando a construir uma narrativa que busca responsabilizar, esclarecer ou informar de forma mais incisiva as questões relacionadas à fome.

O segundo dado, ao revelar que 41,2% dos jornalistas utilizam tom neutro, sugere que em quase metade das matérias o telejornal opta por um relato direto e imparcial. Adequado a reportagens que precisam apenas transmitir os acontecimentos de forma objetiva, sem adicionar interpretações ou emoções, esse tom respeita a neutralidade e a precisão jornalísticas.

Já em 11,8% das reportagens, há predomínio do tom emotivo. Embora menos comum, é eficaz em despertar empatia no público e gerar conexão afetiva.

Tais dados sugerem que o telejornal, ao combinar predominantemente os tons investigativo e neutro, procura fornecer uma cobertura que informe e esclareça as questões apresentadas, sem recorrer excessivamente ao apelo emocional. Isso contribui para uma imagem de jornalismo comprometido com a precisão e a responsabilidade, em que o tom emotivo é reservado para momentos que podem ser mais eficazes na sensibilização do público, sem comprometer a objetividade.

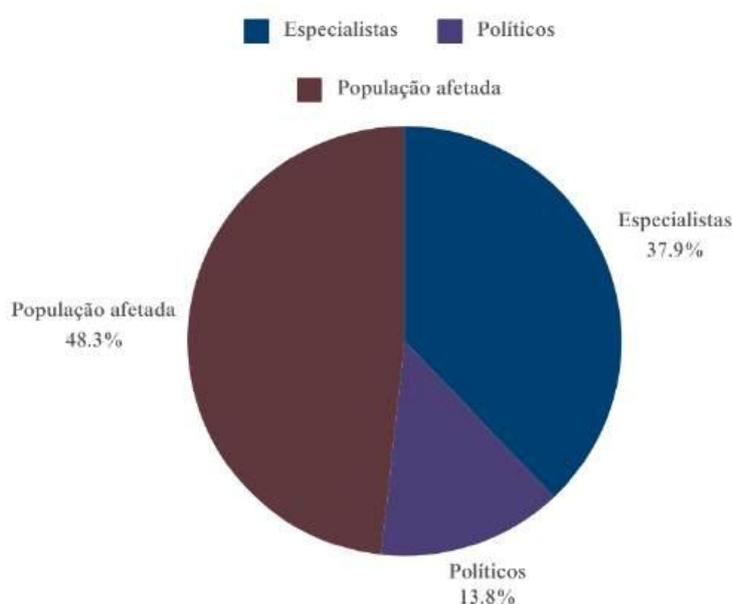
### 8.1.7 Protagonismo e vozes

A análise deste eixo nas reportagens do *Jornal Nacional* sobre a fome tem por objetivo compreender como diferentes atores sociais são representados e quais vozes ganham espaço para narrar essa realidade. Por meio de questões orientadoras, investigamos quais são as principais vozes ouvidas nas reportagens, como especialistas, políticos e, sobretudo, a população diretamente afetada. A análise busca identificar se essas pessoas são retratadas de forma ativa, ou seja, com voz própria e participação, ou aparecem de forma passiva, apenas ilustrando o problema.

Outro ponto central está no equilíbrio entre as falas de autoridades – representantes do governo e ONGs – e as da população vulnerável. Avaliamos se a narrativa se concentra nos repórteres, que conduzem a história, ou as reportagens oferecem espaço para que as pessoas em situação de fome compartilhem suas experiências e perspectivas. Logo, este eixo de análise permite explorar como o *Jornal Nacional* constrói o protagonismo nas reportagens sobre a fome e quais efeitos isso surte na percepção do problema pelo telespectador.

Em relação à predominância de vozes, elencamos como critérios de análise as falas de especialistas, políticos ou representantes do governo e da população afetada pela fome ou insegurança alimentar. Sob essa perspectiva, encontramos as seguintes proporções, destacadas no Gráfico XX.

Gráfico 24 – Vozes ouvidas nas matérias sobre a fome no JN

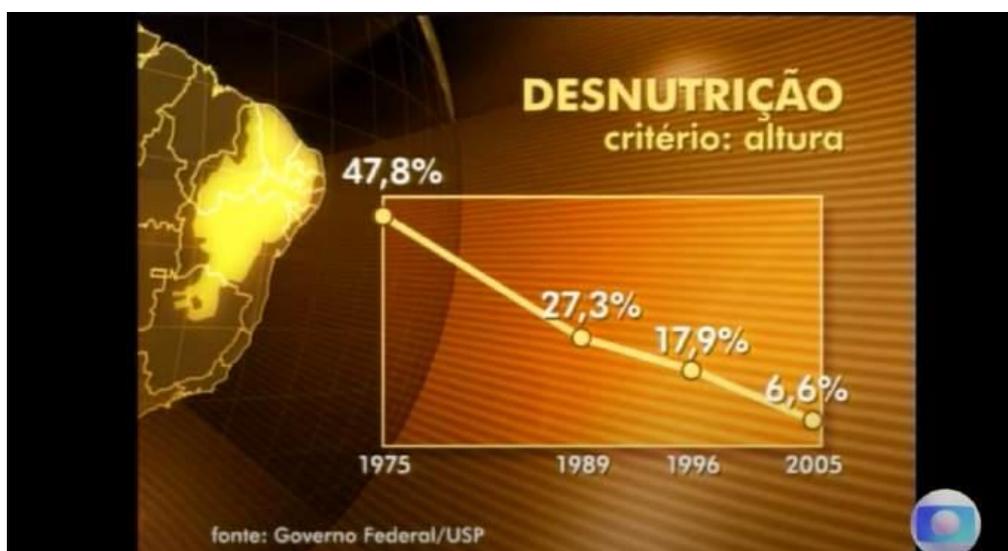


Fonte: elaborado pela autora (2024).

Esses dados indicam que o baixo percentual de representantes do governo e de políticos (13,8%) sinaliza um equilíbrio que, se por um lado reduz o protagonismo das autoridades, por outro limita a percepção de responsabilidades e de possíveis respostas políticas para o problema. A escassez de vozes governamentais pode sugerir uma abordagem mais crítica do telejornal, mas também ser interpretada como lacuna em termos de informações sobre as ações – ou inações – políticas voltadas ao combate à fome.

O fato de que 37,9% das vozes são de especialistas indica um esforço em contextualizar o tema, proporcionando uma análise técnica ou científica que ajude a audiência a entender as causas e possíveis soluções para a fome. A presença de especialistas contribui para validar a gravidade da situação e embasar a discussão com informações objetivas e análises mais aprofundadas. Como exemplo dessa inferência, a reportagem exibida em 2006, sobre o lançamento do “raio-X da nutrição” nas regiões mais pobres do Brasil, onde vivem 2,3 milhões de crianças. O exame concluiu que a fome e a desnutrição não são tão significativas como se imaginava na ocasião. A matéria traz os dados da pesquisa.

Figura 69 – Infográfico apresenta dados da pesquisa sobre desnutrição infantil



Fonte: Acervo Globo (2006).

A notícia apresenta outros dados, como a desnutrição aguda; a comparação entre o Brasil e países como Índia, Moçambique e Chile; a relação entre o problema e a quantidade de comida ingerida, classe social e escolaridade dos pais. Nesse sentido, os pesquisadores são acionados a explicar os números e relacionar a queda da desnutrição infantil ao Bolsa Família, programa de transferência de renda instaurado na ocasião.

Figura 70 – Especialista explica dados da pesquisa sobre desnutrição infantil



Fonte: Acervo Globo (2006).

A população diretamente afetada pela fome tem expressivo papel na narrativa, representando quase metade das vozes (48,3%). Isso sugere uma abordagem que visa humanizar o tema, destacando as experiências e dificuldades vividas por quem não tem o que comer de forma adequada. O protagonismo da população vulnerável pode ampliar a empatia do público, ao permitir que histórias pessoais se sobressaiam e deem rosto ao problema social.

Em resumo, os dados sugerem uma narrativa centrada na população vulnerável e respaldada por especialistas, com limitada representação das autoridades governamentais, o que pode impactar a compreensão do público sobre as causas estruturais e as responsabilidades envolvidas no combate à fome.

Mesmo desempenhando papel de protagonismo na narrativa sobre a fome, as pessoas nessa situação assumem, majoritariamente, uma voz passiva. Sobre esse panorama, a análise destaca um caráter passivo em 86,7% das falas, contra 13,3% de uma postura mais ativa. A prevalência de passividade na voz das pessoas afetadas pela fome sugere que, apesar de ocuparem um espaço significativo nas reportagens, são retratadas predominantemente como vítimas, e não agentes atuantes em suas próprias histórias. A abordagem tende a posicionar essas pessoas mais como objetos dignos de compaixão e indignação do que como sujeitos com perspectivas, conhecimentos ou alternativas a oferecer sobre a própria situação.

A passividade nas falas pode reforçar uma visão estigmatizante e limitadora, na qual as pessoas em situação de fome aparecem apenas como receptores de ajuda ou vítimas de uma

condição imposta, em vez de indivíduos capazes de expressar necessidades, desejos e sugestões para soluções. Esse tipo de representação pode ter como efeito a diminuição do senso de agência e autonomia, fazendo de suas vozes algo aparentemente sem profundidade ou poder de transformação social.

Por outro lado, a voz ativa, presente em apenas 13,3% dos casos, indica que há poucas oportunidades para que as pessoas afetadas falem por si mesmas, relatem suas próprias estratégias de superação ou indiquem formas de mudança. A ausência de um protagonismo mais ativo acaba por restringir o debate público e a compreensão mais ampla sobre a fome, ao subtrair da audiência a possibilidade de ouvir relatos de resiliência ou críticas diretas ao sistema que perpetua a fome.

Esse panorama revela, portanto, que, embora visíveis nas reportagens, as pessoas em situação de fome continuam a ser retratadas de uma forma que limita sua voz e agência, o que pode afetar a percepção social sobre o problema, persista a visão de que são apenas vítimas sem controle sobre a própria realidade.

Trazemos alguns exemplos para elucidar esses achados de análise. Na reportagem exibida em 2009, o *JN* fala sobre escolas públicas em diversos municípios que não estavam recebendo o dinheiro que seria destinado à merenda escolar, porque as prefeituras deviam informações ao Ministério da Educação. Em muitas dessas localidades, a merenda costumava ser a única refeição do dia das crianças. Em entrevista, dona Maria, mãe de duas alunas matriculadas na rede pública, fala sobre as consequências da falta de alimentação na escola para o desenvolvimento das filhas.

Figura 71 – Dona Maria fala sobre falta de merenda escolar para as filhas



Fonte: Acervo Globo (2009).

A fala da personagem reflete sua realidade e sofrimento, mas não há espaço significativo para que expresse sua opinião sobre como o problema poderia ser resolvido ou para que apresente suas próprias iniciativas.

A mesma matéria exemplifica o último ponto da análise, sobre o equilíbrio entre as falas de autoridades e da população vulnerável. A reportagem foca mais em experiências e relatos de pessoas afetadas pela fome, enquanto as vozes das autoridades são limitadas e não contextualizam nem explicam de modo aprofundado as medidas que estão sendo tomadas para resolver a questão. As autoridades são mencionadas, mas não há uma discussão substantiva sobre suas responsabilidades ou ações.

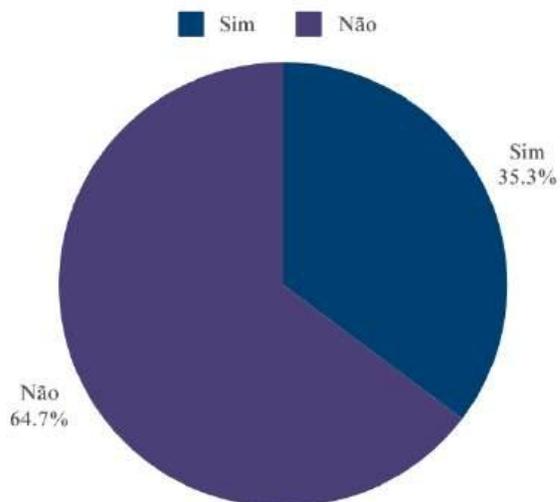
Assim como em outras reportagens analisadas, é o repórter quem narra a história, assumindo posição central na apresentação dos fatos. Embora a reportagem inclua falas de pessoas em situação de fome, a narrativa é dominada pelo contexto fornecido pelo repórter, que descreve a situação e as dificuldades. Daí se depreende que as vozes das pessoas são importantes, mas a estrutura da reportagem não permite que elas falem plenamente por si mesmas nem que a narrativa seja conduzida de forma mais colaborativa.

### **8.1.8 Temporalidade e ciclos noticiosos**

A análise deste último eixo busca compreender se a cobertura sobre a fome no *Jornal Nacional* sofre influência de diferentes momentos e contextos. O objetivo principal é identificar se e como o tema da fome surge vinculado a ciclos noticiosos específicos –períodos eleitorais, crises econômicas ou eventos climáticos extremos, como secas e enchentes.

A hipótese é a de que esses fatores desempenham um papel determinante na frequência e na profundidade da abordagem do tema, moldando o interesse jornalístico conforme a relevância social e política de cada contexto. Este eixo, portanto, examina a relação entre a temporalidade e a visibilidade dada à fome, avaliando se existe correlação entre a cobertura jornalística e os eventos externos que impactam a percepção pública e as prioridades editoriais do telejornal.

Gráfico 25 – A cobertura sobre a fome está atrelada a ciclos noticiosos?

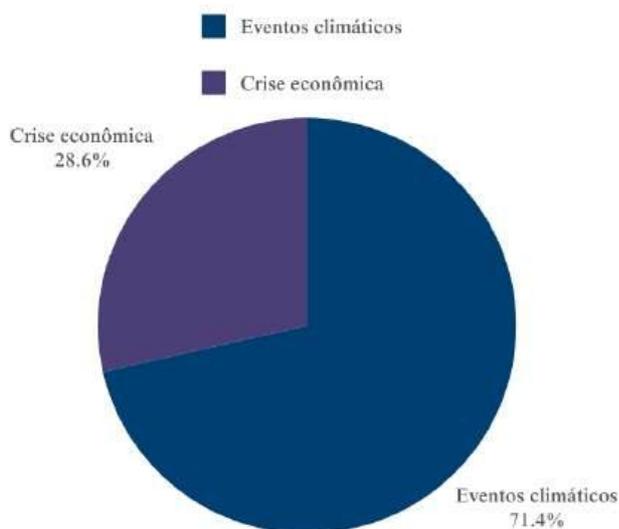


Fonte: elaborado pela autora (2024).

Os dados revelam que, embora seja um tema relevante, a cobertura da fome no *Jornal Nacional* não está exclusivamente atrelada a ciclos noticiosos específicos. Com 64,7% das matérias sobre o assunto aparecendo de forma independente de fatores externos, é possível inferir que a pauta consegue, em boa parte dos casos, manter-se visível e com certa constância no noticiário. Analisado de forma isolada, esse dado sugere o compromisso em pautar a fome enquanto problema contínuo e estrutural, e não apenas tema ocasional ou oportuno.

Por outro lado, os 35,3% das matérias associadas a períodos de eleições, crises econômicas ou eventos climáticos extremos indicam que esses ciclos podem intensificar a cobertura sobre o tema, provavelmente por aumentarem a relevância e o apelo público do assunto.

Gráfico 26 – Eventos episódicos predominantes nas matérias do JN



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Em momentos de crise ou de maior atenção política, a fome ganha visibilidade adicional, reforçando a ideia de que eventos de grande impacto social, econômico ou político ainda desempenham um importante papel para colocar o tema em evidência.

Assim, as inferências indicam uma dupla dinâmica: a fome é assunto que aparece tanto em contextos recorrentes, devido à sua constante relevância social, quanto em momentos críticos, quando esses eventos funcionam como ganchos que trazem o problema para o centro das atenções do noticiário. Exemplo disso é a reportagem veiculada em 2012, que denuncia a seca na região Nordeste, naquele ano a mais severa em quatro décadas. A matéria mostra o drama das famílias que ainda residem em locais antes fartos com água e então praticamente secos. Apresenta ainda outras partes de Pernambuco, onde a seca atingiu também a pecuária. Em 2017, outra reportagem corrobora a ideia de apresentar a temática em contextos específicos, revelando o drama de pessoas que vivem nas ruas de São Paulo, sobretudo sob um inverno rigoroso, o que as deixa em uma situação ainda mais vulnerável ao frio e à fome.

Embora essa estratégia seja capaz de intensificar a cobertura da fome, na medida em que humaniza a temática ao destacar os dramas das pessoas afetadas, gerar empatia no telespectador e, potencialmente, impulsionar ações solidárias ou políticas, é preciso pensar criticamente na limitação desse tipo de abordagem. Quando o telejornal apresenta a fome majoritariamente em contextos de grande apelo, como secas extremas ou invernos rigorosos, a cobertura jornalística pode ser vista como pontual e sazonal, de maneira a minimizar o caráter estrutural e constante do problema. Isso tende a enquadrar a fome como algo episódico e

reativo, em vez de colocá-la como questão contínua que precisa de visibilidade regular e políticas públicas persistentes.

A cobertura do tema apenas em momentos de crise climática ou econômica pode levar a um tom sensacionalista, que explora o sofrimento de curto prazo para chocar ou sensibilizar o público. Embora isso possa atrair a atenção, muitas vezes as reportagens não se aprofundam nas causas sistêmicas da fome, como a desigualdade socioeconômica, a falta de políticas de segurança alimentar e a ausência de infraestrutura em regiões vulneráveis.

A fome é uma realidade diária para milhões de pessoas, independentemente de eventos climáticos ou econômicos excepcionais. Quando o telejornalismo foca no tema apenas em momentos de crise, acaba deixando invisíveis as lutas cotidianas das comunidades vulneráveis, que enfrentam fome e insegurança alimentar mesmo fora dos ciclos de destaque.

Por fim, infere-se que, apesar de ser uma forma de retratar o problema em sua urgência, raramente dá espaço à apresentação de possíveis medidas de longo prazo para enfrentar as raízes profundas da insegurança alimentar. Ao focar em momentos pontuais, o *JN* geralmente não dá continuidade a discussões sobre políticas públicas, reforma agrária, programas sociais ou outras ações preventivas. Isso limita o debate público e reforça a ideia de que a fome só exige atenção imediata e paliativa, sem compromisso com soluções duradouras.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das primeiras falas do jornalista Marcelo Canellas, na ocasião da entrevista concedida em junho de 2022 para esta tese, referia-se a como o tema dos direitos humanos atravessava sua experiência pessoal e profissional. “Aquilo que me afeta como ser humano também me instiga no campo profissional” (Canellas, 2022). A frase soou como um alento, em especial quando os desafios da pesquisa se mostravam intransponíveis. A partir dali, entendi que não se tratava apenas de produzir um trabalho acadêmico para a obtenção do título de doutora, mas de investigar as raízes de um problema tão cruel e presente na realidade de milhares de brasileiros.

Os princípios de Paulo Freire sobre a esperança, como forma de esperar (ativamente) e não somente de esperar (passivamente), foram motores para que esta pesquisa tomasse forma. Me revesti dessa consciência freiriana na certeza de que este trabalho seria substancial para explorar a complexa relação entre telejornalismo, direitos humanos e Jornalismo de Soluções no contexto brasileiro, com foco específico na cobertura da fome pelos principais programas de jornalismo da Rede Globo: o *Jornal Nacional* e o *Fantástico*.

Tomando a fome como tema representativo da transparência dos direitos humanos, este trabalho se debruçou sobre a maneira como a questão é abordada e comunicada ao público, em especial em um país que lida historicamente com desigualdades estruturais e sociais profundas.

O estudo revela que o Jornalismo de Soluções, embora incipiente na prática televisiva brasileira, mostra um significativo potencial para transformar a maneira como os temas sensíveis são apresentados. Este tipo de abordagem tem um viés não apenas informativo, mas busca envolver o público em uma visão construtiva e esperançosa, evidenciando esforços e iniciativas que visam combater a fome e promover a dignidade humana.

Ao longo da pesquisa, procuramos apresentar a fome não apenas como um aspecto social, mas um direito fundamental que precisa ser garantido, enfatizando as possibilidades de atuação do jornalismo como veículo para a conscientização e a mobilização em torno dos direitos humanos. Nesse sentido, a pergunta que orientou este estudo foi a seguinte: de que maneira o Jornalismo de Soluções pode ampliar as narrativas tradicionais sobre a fome nos telejornais e promover um conhecimento mais aprofundado sobre o problema? Essa questão foi formulada mediante a hipótese de que o jornalismo televisivo atual, embora contribua para a conscientização pública, muitas vezes não ocasiona uma compreensão profunda e contínua dos contextos e das soluções para o problema da fome. Supõe-se que a adoção de narrativas

orientadas por soluções poderia enriquecer a abordagem jornalística, oferecendo ao público não apenas o relato dos problemas, mas também um caminho para o entendimento e a esperança de superação.

A análise das reportagens do *Jornal Nacional* e do *Fantástico* confirma parcialmente a proposta da pesquisa. Observamos que, apesar de esses telejornais oferecerem uma cobertura relevante sobre a fome ao longo dos anos, as narrativas frequentemente se concentram em aspectos dramáticos, que, embora impactantes, não conduzem necessariamente a um conhecimento crítico e transformador do tema. Ao integrar o Jornalismo de Soluções, entretanto, há potencial para reconfigurar essa abordagem, destacando não apenas as dificuldades, mas também iniciativas em andamento que buscam enfrentar a fome no país.

Além disso, a pesquisa aponta que a comunicação de soluções se alinha com as hipóteses do *Agenda Setting*, na medida em que a ênfase em soluções pode influenciar a percepção pública, reforçando a relevância do tema e promovendo uma agenda propositiva. Esse processo permite ao jornalismo exercer um papel de mediador entre a realidade social e a esfera pública, contribuindo para ampliar a compreensão pública sobre as causas complexas e as possíveis intervenções diante da fome.

O trabalho evidencia ainda que, em um contexto de crescente evasão e fadiga de notícias, como sugerido por estudos recentes, o Jornalismo de Soluções pode oferecer uma alternativa para reconectar o público com questões sociais relevantes. Em última análise, promover um jornalismo que combina informação e transformação não apenas reafirma o compromisso do jornalismo com os direitos humanos, mas também valoriza o papel do profissional de comunicação como agente de mudança e defensor da dignidade humana.

Neste último ponto da conversa, apresentamos alguns padrões encontrados nas abordagens do *Fantástico* e do *Jornal Nacional* sobre a fome no Brasil, utilizando os eixos de análise estabelecidos: paratextos (títulos, legendas, gráficos); estrutura narrativa predominante; geografia da fome; roteiro e textualidade; elementos visuais e sonoros; protagonistas e vozes presentes nas narrativas; e temporalidade e ciclos noticiosos. O objetivo é identificar como esses elementos são trabalhados nos dois telejornais, sem compará-los diretamente.

## 9.1 MUDANÇA NA PERCEPÇÃO POR MEIO DOS PARATEXTOS

Os paratextos considerados na pesquisa (legendas, créditos e assinaturas da equipe de reportagens, gráficos e mapas) desempenham um importante papel na forma como o público

percebe uma notícia. Na construção da narrativa sobre a fome nos telejornais analisados, eles fornecem subsídios que facilitam a compreensão do telespectador em relação à problemática. Títulos e legendas muitas vezes buscam sensibilizar o público, utilizando descrições diretas e elementos emocionais, enquanto os recursos gráficos, como infográficos e mapas, fornecem um contexto visual e apresentam dados de forma mais acessível.

A partir dessas evidências, alguns padrões foram identificados nos dois produtos audiovisuais analisados. As legendas explicativas servem para dar suporte à narrativa principal, fornecendo dados complementares que ajudam a contextualizar a situação apresentada. Em uma das reportagens, por exemplo, a legenda destaca que “30% da produção nacional de alimentos é desperdiçada”, o que ajuda o espectador a compreender a discrepância entre produção e acesso a alimentos.

Os gráficos, utilizados em grande parte das reportagens analisadas, têm como função ilustrar de forma clara e objetiva os índices de fome no país. Um deles, exibido em uma reportagem de 2014, mostra a evolução dos índices de segurança alimentar entre 2009 e 2013, o que contribui para o entendimento do progresso (ou retrocesso) na área.

Ao adotar os princípios do Jornalismo de Soluções, os paratextos podem ser reformulados para destacar as soluções, sem ignorar a gravidade da questão. Recursos que apresentem iniciativas sobre como as comunidades se unem para combater a fome ou dados e perspectivas inovadores de outras realidades para reduzir a fome podem sugerir que a reportagem não se limita à exposição do problema, mas também abre espaço para discutir possíveis saídas. Essa mudança de abordagem ainda seria capaz de redefinir a maneira como o público se engaja com o tema, motivando-o a participar mais ativamente de propostas.

## 9.2 DE UMA NARRATIVA DE DENÚNCIA PARA A DE ESPERANÇA

A partir das análises, observamos que a estrutura narrativa utilizada nos telejornais para tratar a fome pode ser dividida em duas principais abordagens: a humanização das histórias e a informação técnica. As reportagens alternam entre a apresentação de relatos pessoais, que visam criar um laço emocional com o público, e o uso de dados e informações técnicas, que buscam legitimar e dar credibilidade à narrativa.

Muitas reportagens destacam o drama pessoal de indivíduos e famílias que vivem em condições de extrema pobreza, como o caso de dona Marlene, que relatou sua dificuldade em sustentar a família com apenas R\$ 70 por mês. Essa abordagem humaniza o problema da fome

e gera empatia no telespectador, ao colocar uma “face” na estatística. Há, porém, outro lado que a análise revela: uma vez que a estrutura narrativa se concentra predominantemente em sintomas visíveis de fome (sofrimento individual e familiar), acaba falhando por não explorar as causas profundas e contextuais. Assim, o telejornalismo pode simplificar demais o problema e reduzir a capacidade da audiência de compreender as ligações entre a fome e as desigualdades estruturais, como a distribuição de terra, políticas de transferência de renda e infraestrutura básica.

A utilização de dados e estatísticas de instituições renomadas, como IBGE e FAO, contribui para revelar as circunstâncias da fome em âmbito nacional e internacional. Exemplo disso são as reportagens com dados de desperdício alimentar, que reforçam a gravidade do problema e a necessidade de políticas de combate à insegurança alimentar.

A maior parte das matérias adota um tom de denúncia, destacando a precariedade e os impactos negativos da fome. Contudo, há pouca exploração de soluções concretas, o que pode gerar um sentimento de impotência no público. Nesse sentido, apontam-se também as limitações de tempo e formato em telejornais como os analisados. A necessidade de transmitir a informação de forma objetiva e rápida muitas vezes impede uma abordagem mais profunda e complexa. O foco tende a ser mais na factualidade e no impacto imediato, como os números e os relatos de quem sofre com a fome, deixando de lado análises mais amplas que conectariam, por exemplo, o problema à violação de direitos humanos.

Nesse sentido, o Jornalismo de Soluções propõe o deslocamento dessa narrativa para uma estrutura que, além de reconhecer a gravidade da questão, acentue soluções em andamento, iniciativas locais e políticas públicas adotadas com a intenção de reduzir a insegurança alimentar e a consciência sobre os direitos humanos. Sob esse ponto de vista, futuras reportagens poderiam adotar uma narrativa híbrida, que combine a exposição do problema com a apresentação de ações concretas. Isso não apenas proporcionaria uma visão mais completa e equilibrada da situação, mas também despertaria no público uma sensação de esperança e agência. Ao incluir exemplos de políticas de sucesso, programas governamentais, ONGs e esforços comunitários, o telejornalismo pode incentivar participação social e pressão por mudanças políticas.

Outro padrão comum na análise consiste na simplificação da narrativa, na qual a fome é explicada por meio de uma causalidade linear e direta, geralmente conectada a crises econômicas, desemprego ou eventos climáticos. Embora esses fatores sejam relevantes, não capturam a complexidade do problema, como desigualdade social, políticas agrícolas, falta de acesso à educação e recursos de saúde.

Portanto, tem-se um reducionismo que prejudica a compreensão pública sobre a interconexão de fatores que perpetuam a fome. No mesmo sentido, a ausência de uma visão mais holística contribui para a percepção de que a fome é um problema temporário e episódico, e não uma questão estrutural que exige mudanças. A boa notícia deve-se a algumas reportagens mais recentes que já integram exemplos de iniciativas de combate à fome de maneira eficaz. Isso demonstra que um modelo narrativo com histórias de superação e ações positivas poderia fomentar uma visão mais propositiva e encorajadora sobre o papel de cada um para vencer a fome.

Observa-se também um padrão de dependência de estereótipos visuais e culturais, em que a insegurança alimentar é retratada em cenários conhecidos de pobreza, de indivíduos em ambientes desfavorecidos. Esse enquadramento pode fortalecer uma imagem estigmatizada de certas regiões e populações, muitas vezes retratando-as como “sempre necessitadas” ou deficientes de autonomia. Utilizada de forma recorrente, esse tipo de estrutura narrativa fortalece preconceitos e ignora a diversidade e complexidade das experiências. Por exemplo, a fome nas áreas urbanas e entre populações diversas, como indígenas e quilombolas, pode parecer menos visível, mas é igualmente relevante e necessita de atenção.

### 9.3 VISÃO GEOGRÁFICA DAS DISPARIDADES ALIMENTARES

Segundo a análise, a cobertura da fome geralmente se concentra em regiões específicas do país, notadamente o Nordeste e algumas áreas da Amazônia, onde os índices de insegurança alimentar são mais elevados. Essas regiões aparecem frequentemente em reportagens como símbolos de fome e de pobreza, destacando os desafios sociais e econômicos locais.

As matérias tendem a utilizar uma abordagem mais dramática para destacar a situação de fome nessas regiões, apelando para a emoção do público. Este estilo enfatiza a gravidade e a urgência da situação, mas, em alguns casos, pode obscurecer as complexidades subjacentes ao problema, apresentando a fome como um aspecto exclusivamente humanitário e emergencial.

Muitos conteúdos trazem histórias de vida de indivíduos e testemunhos de pessoas afetadas, permitindo uma conexão pessoal e empática do público com os casos apresentados. Esta abordagem facilita a identificação com o sofrimento alheio e destaca a realidade das vítimas, mas, ao mesmo tempo, limita a análise de fatores estruturais e políticas públicas envolvidas.

Entre as lacunas identificadas, ressalta-se a falta de contexto histórico e estrutural, ou seja, as reportagens frequentemente carecem de uma análise histórica mais profunda sobre a persistência da fome no Brasil. A fome é apresentada como situação atual, e raramente as matérias exploram desigualdades históricas, crises econômicas recorrentes e políticas públicas interrompidas ou mal-aventuradas.

Embora a temática seja mais prevalente em certas regiões rurais, a insegurança alimentar é uma realidade crescente nas periferias das grandes cidades brasileiras. Essas regiões, entretanto, recebem pouca atenção no telejornalismo tradicional. A cobertura urbana da fome pode ajudar a desfazer o estigma de que se trata de um problema exclusivamente rural e, ao mesmo tempo, revelar o impacto da urbanização e das políticas de habitação na insegurança alimentar.

Mesmo que a cobertura jornalística denuncie a fome, muitas vezes falta uma análise detalhada sobre as políticas públicas que poderiam mitigar ou, no mínimo, combater a insegurança alimentar. Há poucas reportagens que discutem, por exemplo, o impacto de programas como o Bolsa Família, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e outras políticas sociais que influenciam diretamente a segurança alimentar. Essa ausência de informações restringe a compreensão das alternativas e soluções em potencial.

#### 9.4 ASPECTO TEXTUAL NA ABORDAGEM SOBRE A FOME

O aspecto textual das reportagens varia entre uma abordagem descritiva e emocional e uma abordagem formal e informativa. As escolhas textuais são outros elementos capazes de influenciar a forma como o público percebe a problemática da fome, seja pela criação de um impacto emocional ou pela transmissão de informações objetivas.

Dessa forma, ao lançar o olhar sobre as matérias, percebemos que a utilização de descrições detalhadas e metáforas é uma característica comum em algumas reportagens, como na descrição de “panelas vazias” e “crianças famintas”, o que visa sensibilizar o público e criar um senso de urgência.

Em contraponto, algumas reportagens apresentam uma textualidade mais direta, utilizando termos técnicos e dados estatísticos para transmitir informações de forma clara e precisa. Essa abordagem busca dar credibilidade à narrativa e legitimar a denúncia posta.

Embora o foco seja predominantemente na denúncia, alguns conteúdos conseguem equilibrar solidariedade e informação, proporcionando uma narrativa mais completa sobre a fome.

A estrutura dos roteiros frequentemente inclui depoimentos de pessoas afetadas pelo problema, o que acrescenta uma dimensão de humanidade à narrativa. O uso de relatos pessoais permite que o público compreenda o impacto da fome na vida de indivíduos e famílias específicas, gerando uma conexão mais próxima com o tema.

Os testemunhos oferecem ainda uma perspectiva íntima e realista da situação, o que facilita a compreensão do público sobre as condições vividas por quem enfrenta a insegurança alimentar no cotidiano.

O roteiro segue uma estrutura linear e cronológica que ajuda a manter a narrativa coesa e fluida. A linearidade permite que o público acompanhe a história de maneira lógica e gradual, além de compreender as etapas do problema de forma progressiva.

## 9.5 EM BUSCA DE UMA ESTÉTICA DE TRANSFORMAÇÃO

De acordo com a análise, ao mostrar cenários de extrema vulnerabilidade, como comunidades em situação de pobreza, alimentos básicos escassos e condições de vida difíceis, os elementos previstos ajudam a criar uma conexão imediata com o espectador.

Essa estratégia imagética revela o apelo para que o público perceba a gravidade e a urgência do problema, sensibilizando-o sobre as condições extremas enfrentadas por pessoas em situação de insegurança alimentar.

Outro ponto positivo refere-se ao uso de enquadramentos que valorizam os rostos e as expressões dos entrevistados, mostrando detalhes de suas emoções e gestos. Tal recurso humaniza e promove uma proximidade maior com o público, além de jogar luz sobre a dignidade dos personagens.

O foco em expressões faciais e olhares cria uma conexão mais profunda entre o telespectador e os indivíduos retratados, transformando a fome de um problema abstrato para uma questão pessoal e real, que afeta pessoas com histórias e vivências únicas.

As reportagens utilizam contrastes visuais para evidenciar as desigualdades, muitas vezes mostrando cenas de luxo ou desperdício de alimentos ao lado de situações de escassez e pobreza. Essa técnica, eficaz para fortalecer as contradições sociais e econômicas que coexistem

na sociedade brasileira, amplia a percepção sobre as disparidades e injustiças que permeiam a questão da fome.

O contraste visual não só destaca as disparidades, mas também convida o público a refletir sobre as causas estruturais que admitem a existência de situações tão díspares em um mesmo país, capaz de gerar implicitamente uma crítica à desigualdade social.

O uso de cenários locais e de paisagens que representam a região ou o contexto das pessoas afetadas pela fome é outro padrão positivo. Quando incluem elementos do ambiente, como moradias simples, terrenos áridos ou locais de trabalho informais, as reportagens transmitem um sentido mais alargado do contexto socioeconômico e cultural dos personagens.

Essa contextualização visual ajuda o espectador a entender melhor a relação entre o meio ambiente e a situação de fome, tornando a narrativa mais completa e favorecendo uma compreensão mais profunda das condições e desafios específicos das áreas afetadas.

Sob a perspectiva do JS, as reportagens podem adotar uma *estética de transformação*, apresentando imagens que retratem as mudanças em andamento. A inclusão de planos que mostram projetos comunitários, hortas urbanas, centros de distribuição de alimentos e outras iniciativas concretas de combate à fome pode oferecer uma visão mais dinâmica, que vai além da documentação da miséria. A visualidade deve ser utilizada para comunicar o que está sendo feito para resolver o problema, destacando os aspectos positivos, mas sem ignorar os desafios.

## 9.6 OS SONS NAS HISTÓRIAS SOBRE A FOME

Em reportagens com uma abordagem narrativa mais emocional, a trilha sonora é utilizada para guiar as emoções do espectador, com variações entre tensão, tristeza e esperança. Essa trilha ajuda a conduzir o público por uma jornada emocional, alinhando o espectador com a intensidade dos momentos retratados na tela, como as dificuldades da fome e momentos de esperança.

Em alguns casos, o uso contínuo de trilhas melancólicas pode limitar a percepção do público sobre a possibilidade de mudança e de ação. Por outro lado, músicas com tons de esperança e dinamismo ajudam a transmitir uma sensação de possibilidade de mudança, promovendo uma visão mais construtiva e motivadora em torno do problema da fome.

Outro padrão observado neste eixo refere-se ao uso de sons ambientes, como o ruído de panelas vazias, o som de pés descalços na terra seca ou o barulho do arranque dos caminhões-pipa – elementos que conferem simbolismo à narrativa. Esses sons reforçam a ambientação e

trazem uma camada adicional de realismo, além de tornar tangível o sentimento de privação e conectar o público mais profundamente com a situação retratada.

Pausas e momentos de silêncio são utilizados para criar um espaço de reflexão no espectador, que passa a absorver o conteúdo da reportagem de forma mais introspectiva. Esse recurso sonoro é poderoso para marcar o peso emocional de momentos específicos, proporcionando uma experiência mais imersiva.

Por fim, a análise revela que a combinação de imagens, sons e silêncio criam uma experiência sensorial completa, que busca fazer o espectador “sentir a fome”, indo além da simples visualização. O efeito de participação é amplificado pelo uso de sons naturais e pela atenção cooperativa de cada elemento sonoro com a narrativa visual, criando um impacto emocional duradouro.

## 9.7 PROTAGONISTAS E VOZES PRESENTES NAS MATÉRIAS

As notícias dos telejornais sob análise apresentam diferentes tipos de vozes, refletindo a pluralidade de perspectivas sobre a fome. Indivíduos em situação de vulnerabilidade, retratados como protagonistas na maioria das reportagens, oferecem um relato em primeira pessoa sobre os desafios diários enfrentados. Essa abordagem humaniza a fome e facilita a identificação do público com a causa.

A presença de especialistas, como economistas e representantes de órgãos públicos, embora de forma não recorrente, contribui para a contextualização do problema e para a apresentação de dados objetivos que sustentam a narrativa. Nota-se também a ausência de lideranças comunitárias e indivíduos envolvidos em iniciativas de solução, o que diminui a perspectiva propositiva das reportagens.

Nesse contexto, apontamos as oportunidades trazidas pela abordagem de soluções, que propõe uma narrativa na qual as pessoas que enfrentam a fome também sejam agentes de transformação. Ao dar espaço para que indivíduos e comunidades mostrem como estão enfrentando o problema, a matéria atribui a essas pessoas um papel ativo, reconhecendo sua resiliência e criatividade na busca por soluções.

Além disso, ao equilibrar as falas de especialistas com os relatos de pessoas comuns, a notícia pode criar uma narrativa colaborativa, em que tanto o conhecimento técnico quanto as experiências cotidianas contribuem para a compreensão das soluções possíveis.

Um desafio no caminho consiste na carência de perspectivas locais e mais espaço para especialistas – isso porque a cobertura geralmente omite as vozes de especialistas locais e acadêmicos que poderiam fornecer uma análise mais robusta e soluções adaptadas à realidade regional. Especialistas em segurança alimentar, políticas públicas e economia local poderiam enriquecer o entendimento do público sobre as causas e respostas à fome.

## 9.8 COBERTURA AUMENTADA PELA RELEVÂNCIA PÚBLICA

Quando o tema da fome é abordado em meio a eventos de alto impacto, como crises econômicas, desastres naturais ou campanhas eleitorais, recebe maior visibilidade. Esses contextos específicos aumentam o apelo e o interesse do público porque trazem questões sociais para o centro de discussão, especialmente aquelas que afetam diretamente a vida das pessoas, como a insegurança alimentar.

A crítica em relação ao aumento da cobertura durante eventos de alto impacto, porém, é centrada na natureza episódica e reativa dessa abordagem. Apesar de elevarem a visibilidade do tema e aumentarem o engajamento público, esses momentos também podem ocasionar uma percepção reducionista e pontual do problema, revelando que a fome é uma questão temporária, e não uma realidade contínua e estrutural. Isso implica que, fora desses contextos, o tema pode ser superado ou receber menos atenção, de modo a dificultar a compreensão de que se trata de um problema persistente.

Com o foco em soluções, a abordagem pode se dar de forma mais contínua, capaz de transcender períodos de crise, situações de emergência ou em eleições, com vistas a explorar ações e políticas permanentes de combate à fome, independentemente do contexto crítico.

Ao mostrar exemplos de programas de segurança alimentar, políticas públicas sustentáveis e iniciativas comunitárias eficazes, o Jornalismo de Soluções ajuda a construir um discurso mais condizente com a realidade. Essa perspectiva pode transformar a fome de um tema sazonal em uma questão que exige atenção e ação constante, incentivando o público a se envolver em soluções rigorosas e a apoiar políticas de combate de forma estruturada.

Sumariamente, os padrões encontrados a partir das análises sinalizam algumas lacunas na abordagem sobre a fome no telejornalismo brasileiro, embora também destaquem os esforços e tendências que fazem do jornalismo de TV uma referência no país, inclusive com reportagens especiais e séries sobre as desigualdades e a fome premiadas internacionalmente.

Neste momento de término (não de conclusão) da pesquisa, chegamos ao parecer que, mesmo que as evidências revelem os desafios no potencial de transformação social da narrativa jornalística, incorporar mais histórias que busquem soluções para o problema da fome, além de fortalecer a prática do Jornalismo de Soluções, poderia ampliar a percepção do público sobre possíveis caminhos de ação e esperança, transformando a cobertura jornalística em um catalisador para mudanças concretas. Dessa forma, o jornalismo assumiria um papel ainda mais ativo na construção de uma sociedade comprometida com a erradicação da fome e com o fortalecimento dos direitos humanos no Brasil.

A fome, além de um drama humanitário, é uma violação dos direitos fundamentais que impacta milhões de brasileiros e escandaliza ao revelar as desigualdades sociais e estruturais do país. Logo, como evidenciado, ainda que desempenhem papel essencial ao trazer o tema para a agenda pública, as reportagens sobre o tema geralmente oferecem uma abordagem que se limita a expor o problema, sem avançar na construção de um entendimento mais profundo ou na proposição de caminhos possíveis para enfrentá-lo.

Sob essa perspectiva, a tese considera que as proposições do Jornalismo de Soluções ao telejornalismo são necessárias, e não apenas possíveis. O potencial da prática reside na ampliação da cobertura, conferindo-lhe maior profundidade e relevância ao engajar a sociedade na busca de alternativas viáveis e sustentáveis.

Contudo, há que se discutir sobre as críticas enfrentadas pelo Jornalismo de Soluções ao ser aplicado em contextos de profunda desigualdade e carência de políticas públicas, como no caso do Brasil. Uma das principais volta-se a essa abordagem, que inadvertidamente pode desviar o foco da responsabilidade dos poderes públicos ao focar em respostas individuais ou iniciativas comunitárias como alternativas viáveis para problemas tão sensíveis e complexos como a fome. Há, assim, o risco de o público encarar essas ações isoladas como suficientes, minimizando a necessidade de políticas públicas estruturais. Num cenário de extrema desigualdade, as soluções, embora valiosas, não substituem o papel essencial do Estado na formulação e implementação de políticas de longo prazo que enfrentam as causas sistêmicas da fome.

Outra crítica diz respeito ao risco de simplificação das causas dos problemas sociais. Ao focar em casos de sucesso ou histórias de superação, o Jornalismo de Soluções pode dar a impressão de que a fome pode ser resolvida apenas com a boa vontade individual ou com pequenas ações comunitárias, negligenciando as complexidades econômicas, políticas e sociais envolvidas. Esse tipo de narrativa pode acabar promovendo uma visão limitada da realidade,

obscurecendo as raízes estruturais tanto da pobreza quanto da fome e dificultando a pressão social por mudanças de grande impacto.

Indo além, a abordagem baseada em soluções pode não ser igualmente aplicável em todos os contextos, levando em conta nosso ordenamento geográfico tão diverso. Soluções que funcionam em determinada comunidade podem ser inviáveis em outras regiões, dotadas de menos recursos ou estrutura. Isso levanta a crítica de que a prática pode promover um ideal de soluções locais nem sempre escaláveis ou sustentáveis, gerando uma falsa sensação de progresso.

Essas questões, no entanto, não deslegitimam o valor do Jornalismo de Soluções, mas destacam a importância de um equilíbrio entre a denúncia e a solução. Em países como o Brasil, essa abordagem precisa ser aplicada com sensibilidade, ponderando tanto as iniciativas que geram impacto quanto a necessidade de políticas públicas estruturais. Ao fazer isso, o telejornalismo pode usar o potencial do Jornalismo de Soluções para inspirar e mobilizar a sociedade, sem perder de vista a crítica às desigualdades e a urgência de uma intervenção efetiva do Estado na garantia dos direitos fundamentais.

Ao final, esperamos também que o presente trabalho não apenas apresente as limitações das narrativas tradicionais, mas também inspire uma nova práxis, em que o telejornalismo brasileiro contribua ainda mais para o fortalecimento da cidadania, ao iluminar trajetórias de esperança e em face da fome.

Além de todo o exposto, os resultados desta tese sinalizam contribuições significativas para o avanço das pesquisas em Comunicação. Primeiramente, a análise das narrativas tradicionais nos principais telejornais brasileiros ocasiona uma compreensão mais profunda sobre como a cobertura jornalística pode, involuntariamente, naturalizar problemas sociais ao focar nos efeitos em detrimento das causas e possíveis soluções. Esse resultado abre espaço para novas investigações sobre os desafios da mídia em abordar problemas estruturais e sobre como diferentes abordagens editoriais impactam a percepção pública e a interação social.

A introdução do Jornalismo de Soluções como objeto de estudo destaca uma área emergente que oferece tanto uma nova perspectiva teórica quanto prática, orientada para a ação. Ao propor novas possibilidades para as narrativas tradicionais, esta tese contribui para o desenvolvimento de abordagens jornalísticas que fortalecem o compromisso do jornalismo com os direitos humanos e a justiça social, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Assim, promove uma reflexão sobre o papel dos meios de comunicação na sociedade contemporânea, apontando os esforços e a eficácia dos formatos informativos tradicionais e propondo um jornalismo mais engajado e participativo.

Além disso, a pesquisa fornece uma base empírica para explorar a efetividade do Jornalismo de Soluções na mobilização social e na promoção de políticas públicas. A metodologia aplicada e a análise dos padrões de cobertura abrem caminho para que estudos futuros investiguem como o público responde a coberturas focadas em soluções, quais são os impactos dessa abordagem na construção de conhecimento coletivo e de que forma pode ampliar a conscientização e fomentar a ação social. Dessa forma, o trabalho não só enriquece a literatura acadêmica de comunicação e telejornalismo, mas também incentiva uma práxis jornalística que, ao contemplar a complexidade das questões sociais, contribui para o fortalecimento da democracia, da cidadania e da esperança.

## REFERÊNCIAS

ABRANDH. Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos. Direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília, 2010.

AITAMURTO, T.; VARMA, A. **O papel construtivo do jornalismo: metadiscorso contencioso sobre Jornalismo Construtivo e Jornalismo de Soluções**, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17512786.2018.1473041> Acesso em: 05 mai. 2022.

ALVES, L. Entrevista concedida a Jemima Bispo. São Paulo, 16 jul. 2022. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "B" desta tese]

AMIEL, P.; POWERS, M. (2019). Um Cavalo de Troia para o marketing? Jornalismo de Soluções na imprensa regional francesa. **Revista Europeia de Comunicação**. 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/331151622\\_A\\_Trojan\\_Horse\\_for\\_marketing\\_Solutions\\_journalism\\_in\\_the\\_French\\_regional\\_press](https://www.researchgate.net/publication/331151622_A_Trojan_Horse_for_marketing_Solutions_journalism_in_the_French_regional_press). Acesso em: 14 jun. 2022.

ARANHA, A. V. **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília, DF: Ministério de Desenvolvimento Social, Brasil, 2010. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024.

ARISTÓTELES. **Éthique de Nicomaque**. Texte, traduction, préface et notes par Jean Voilquin. Paris: Ques Garnier, 1961.

BANSAL, S.; MARTIN, C. **The solutions journalism toolkit: The New York Times**, 2015. Disponível em: <https://reedkath.files.wordpress.com/2017/04/new-sjn-toolkit-20162.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2022.

BARROS FILHO, C. **Ética na comunicação: da informação ao receptor**. São Paulo: Moderna, 2001.

BEERS, D. The public sphere and online, independent journalism. **Canadian Journal of Education/Revue Canadienne de l'éducation**. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/20054149>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BENSON, R. **Shaping immigration news: a French-American comparison**. New York: Cambridge University Press, 2013.

BERGER, C. Otto Groth e a essência do jornalismo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 275-278, dez. 2011.

\_\_\_\_\_. **O conhecimento do jornalismo no círculo hermenêutico**: Revista BJR, Vol. 6, n 2, p. 17-25, 2010. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/14/14> Acesso em: 12 jun. 2023.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BESSA, B. **Poesia que transforma**. São Paulo: Sextante, 2018.

BICALHO, T. P. **Dramaturgia da alimentação**: nutrição, gastronomia e saúde como produtos de comunicação audiovisual. Dissertação de mestrado em Comunicação: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/12756> Acesso em: 12 ago. 2021.

BISPO, J. *News Fatigue* e Jornalismo de Soluções: o telejornalismo brasileiro sob novas lentes. **Anais do 21.º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. Disponível em: <https://proceedings.science/encontros-sbpjor/sbpjor-2023/trabalhos/news-fatigue-e-jornalismo-de-solucoes-o-telejornalismo-brasileiro-sob-novas-lent?lang=pt-br> Acesso em: 08 ago. 2024.

BISPO, J.; GOULART DE ANDRADE, A. P.; FALCÃO, L. F.; MARTINS, S. T. Saturação informacional e erosão de confiança no telejornalismo: reflexões sobre a veiculação de notícias audiovisuais. In: PEREIRA, A. (org.) *et al.* **Contra a desinformação, telejornalismo!** Estratégias de divulgação de notícias de qualidade. Florianópolis: Editora Insular, 2022.

BISPO, J.; MARTINS, S. T.; COUTINHO, I. **Ossos no prato**: a negação do Direito à Alimentação narrada no telejornal. GP Telejornalismo, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44.º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt1-te/jemima-bispo.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2024.

BISPO, J.; MATA, J. A. P. A morte no supermercado e o mercado de realidades nas telas: telejornalismo, racismo e direitos humanos no caso João de Freitas. *Interin (UTP)*, v. 26, p. 137-153, 2021. Disponível em: <https://interin.utp.br/index.php/i/article/view/2580> Acesso em: 10 set. 2022.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho, nova ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.

BONAVIDES. P. **Curso de Direito Constitucional**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

BORNSTEIN, D. **How to change the world**: social entrepreneurs and the power of new ideas. New York: Oxford University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. Up for debate: why we need solutions journalism. **Forbes**, 29. nov. 2012. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/skollworldforum/2012/11/29/up-for-debate-why-we-need-solutions-journalism/#2b02a9745b75>. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-lei n.º 2.848, de 7. dez. 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 13 set. 2021.

BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. 53. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Seção 1, Brasília, DF, p.1, 18 set. 2006.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. 53. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 02 jan. 2022.

CANELLAS, M. Marcelo Canellas: “Relatar as violações de direitos é exercer o nosso papel de jornalista”. [Entrevista concedida a Jemima Bispo]. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**. v. 20, n. 2, p. 239-246, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/94616/55616>. Acesso em: 19 set. 2024.

CARLSON, M. Discurso metajornalístico e o significado do jornalismo: controle de definição, trabalho de fronteira e legitimação. **Teoria da Comunicação**. [s. l.], v. 26, n. 4, p. 349–368, 2016.

CARPENTIER, N. **Media and participation**. Chicago: Intellect, 2005.

CERQUEIRA, L.; VIZEU, A. **Os saberes da pedagogia no telejornalismo**: Paulo Freire e a prática jornalística. *Famecos*, v.26, n.1, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/31212/18535>. Acesso em: 12 fev. 2021.

CHALMERS, D. **The social and political ideas of the muckrakers**. Citadel Press: Van Nostrand, 1974. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=gs92AAAAMAAJ>. Acesso em: 10 ago. 2024.

COURTNEY, M. **What makes a successful solutions journalism story?** 2018. Disponível em: <https://ijnet.org/en/story/what-makes-successful-solutions-journalism-story>. Acesso em: 15 jun. 2022.

COUTINHO, I; PEREIRA, A. A dor da gente agora sai no jornal: o discurso de poder na dramaturgia do telejornalismo. *In*: EMERIM, C; PEREIRA, A.; COUTINHO, I. **Telejornalismo 70 anos**: o sentido das e nas telas. Florianópolis, SC: Insular, 2020.

COUTINHO, I. **Dramaturgia do telejornalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

\_\_\_\_\_. O papel e as telas do jornalismo. *In*: **Jornalismo em tempos de pandemia**: reconfigurações na TV e na internet / Fabiana Siqueira, Patrícia Monteiro (org.). João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

COUTINHO, I.; MATA, J. Dos personagens à incorporação do público: uma análise sobre o lugar do cidadão no telejornalismo. *In*: VIZEU, A.; PORCELLO, F.; F.; COUTINHO, I. (org.). **60 anos de telejornalismo no Brasil**: história, análise e crítica. Florianópolis: Insular, 2010.

COUTINHO, I. **O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade**: a análise da materialidade audiovisual como método possível. Disponível em:

<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3118-1.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2021.

CURRY, A.; HAMMONDS, K. **O poder do Jornalismo de Soluções**. Projeto: Notícias envolventes, 2014. Disponível em: [https://mediaengagement.org/wp-content/uploads/2014/06/ENP\\_SJN-report.pdf](https://mediaengagement.org/wp-content/uploads/2014/06/ENP_SJN-report.pdf). Acesso em: 10 jun. 2022.

CURRY, A.; STROUD, N. J. **Escrevendo manchetes de soluções**. Projeto: Notícias envolventes, 2016. Disponível em: <https://mediaengagement.org/wp-content/uploads/2016/06/Engaging-News-Project-Writing-Solutions-Headlines.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Declaração de princípios sobre a liberdade de expressão**, 2000. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/oea/dec\\_express.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/oea/dec_express.html). Acesso em: 02 jan. 2022.

DODD, B. **Jornalismo de Soluções**: notícias na intersecção de esperança, liderança e expertise. Lanham: Lexington Books, 2021.

ESTEVES, J. P. Espaço Público. *In*: RUBIM, A. A. C. (org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004.

FANTÁSTICO. Criolo e vários artistas participam do Pacto Contra a Fome, campanha de combate à fome e ao desperdício. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão 21. mai. 2023. Programa de TV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11635553/>. Acesso em: 18 set. 2024.

FANTÁSTICO. Entidades não-governamentais se unem em mobilização nacional para arrecadar alimentos. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão 04. abr.2021. Programa de TV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9409510/>. Acesso em: 17 set. 2024.

FANTÁSTICO. Face cruel da fome: mulheres relatam rotina de buscar comida em caminhão de lixo. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão 24.out.2021. Programa de TV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9977411/>. Acesso em: 22 set. 2024.

FANTÁSTICO. Família brasileira joga fora, em média, um quilo de alimentos por dia. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão 18.out.2015. Programa de TV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4547080/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

FANTÁSTICO. Fome, desnutrição, malária, e contaminação por mercúrio: a tragédia Yanomami em Roraima. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão 29. jan. 2023. Programa de TV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11322087/>. Acesso em: 02 out. 2024.

FANTÁSTICO. “Não sei se vou comer amanhã”. Veja relatos dos brasileiros que passam fome. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão 11. out. 2020. Programa de TV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8931609/>. Acesso em: 09 set. 2024.

FANTÁSTICO. Natal Sem Fome': clipe inédito tem Gil, Caetano, Anitta e mais 25 artistas. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão 19.out.2021. Programa de TV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8950473/>. Acesso em: 09 set. 2024.

FANTÁSTICO. Ossos e fragmentos de arroz e feijão entram no prato do brasileiro. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão 25. jul. 2021. Programa de TV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9716163/>. Acesso em: 13 ago. 2024.

FANTÁSTICO. Quase 117 milhões de brasileiros não se alimentam como deveriam, aponta pesquisa. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão 04.abr.2021. Programa de TV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9409508/>. Acesso em: 16 set. 2024.

FANTÁSTICO. Quase um bilhão de pessoas passam fome no mundo. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão 03.abr.2017. Programa de TV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/1966298/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

FANTÁSTICO. Retirada do ar após polêmica com Canellas. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão 23. jan. 2023. Programa de TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R3iXZtvIFy0>. Acesso em: 29 set. 2024.

FAUS BELAU, A. **La Ciencia Periodística de Otto Groth**. Pamplona: Instituto de Periodismo de La Universidad de Navarra, 1966.

FERNANDES, M. **Jornalismo Cívico: haverá um modelo brasileiro?** Guarapuava: Unicentro, 2008.

FIAN COLOMBIA. Foodfirst Information and Action Network. Proceso alimentario y escalas de realización social del derecho a la alimentación *In: Informe sobre la situación del Derecho a la Alimentación em Colombia: Colombia con hambre: Estado Indolente y Comunidades Resistentes*, Bogotá, 2013.

FONTANA, A. Entrevista concedida a Jemima Bispo. São Paulo, 19. jul. 2022. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "D" desta tese]

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO) - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional: relatório 2014**. Brasília, DF, 70 Módulo 1, Curso básico de Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas, 2014.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO) - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Diretrizes voluntárias em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional**, Roma, 2004. Disponível em: <https://FIANbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Diretrizes-Volunt%C3%A1rias.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2019.

FRANÇA, V.; LOPES, S. Análise do acontecimento: possibilidades metodológicas. **MATRIZES**, p. 71-87, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v11i3p71-87>. Acesso em: 25 jul. 2021.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREITE GUTMANN, J. O que dizem os enquadramentos de câmera no telejornal? Um olhar sobre formas audiovisuais contemporâneas do jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, v. 8, n. 2, p. 64-79, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.25200/BJR.v8n2.2012.422>  
Acesso em: 10 out. 2024

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo.** Florianópolis: Insular, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GLEICH, M. Entrevista concedida a Jemima Bispo. São Paulo, 16. jul. 2022. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "B" desta tese]

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, W.; MAIA, R. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas.** São Paulo: Paulus, 2008.

GROSS, L. **Jornalismo de soluções se espalha na América Latina com foco em como cidadãos podem resolver seus problemas.** Entrevista concedida a Teresa Mioli, 2019. Disponível em: <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-21019-jornalismo-de-solucoes-se-espalha-na-america-latina-com-foco-de-reporteres-em-como-cid>. Acesso em: 12 mar. 2024.

GROTH, O. **O poder cultural desconhecido: fundamento da Ciência dos Jornais.** Tradução de LiriamSponholz. Petrópolis: Vozes, 2011.

HAAGERUP, U. **Jornalismo Construtivo: por que a negatividade destrói a mídia e a democracia – E como melhorar o jornalismo de amanhã.** Rapperswil: InnoVatio Publishing, 2014.

HAAS, T. **The practice of public journalism worldwide: a comprehensive overview.** *International Journal of Communication*. v.16. n. 1-2, p. 5-20. Books and Publications: Peer Reviewed Article, 2006.

HAAS, T; STEINER, L. **Public journalism: a reply to critics journalism** v. 7, n. 2, p. 238-254, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1464884906062607>. Acesso em: 13 jun. 2022.

HABERMAS, J. O papel da sociedade civil e da esfera pública política. *In: Direito e Democracia: entre faticidade e validade.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HERRERA FLORES, J. **Los derechos humanos como productos culturales: crítica del humanismo abstracto.** Madrid: Libros de la Catarata, 2009.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 9. ed. São Paulo: Ática, 2007.

JORNAL NACIONAL. Especialistas em segurança pública condenam operação na favela do Jacarezinho. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão, 6. mai. 2021. Programa de TV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9495235/>. Acesso em: 05 set. 2021.

JORNAL NACIONAL. Operação policial com 25 mortes no Jacarezinho é a mais violenta da história do RJ. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão, 6. mai. 2021. Programa de TV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9495198/>. Acesso em: 05 set. 2021.

JORNAL NACIONAL. Sobe para 28 o número de mortos na operação policial no Jacarezinho, no Rio. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão, 7. mai. 2021. Programa de TV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9498555/> . Acesso em: 05 set. 2021.

JORNAL NACIONAL. Matéria sobre a fome de 2003. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1323R85qRZUp7uxpVYoPEPf\\_vrkCottQc/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1323R85qRZUp7uxpVYoPEPf_vrkCottQc/view?usp=drive_link). Acesso em: 05 ago. 2024.

JORNAL NACIONAL. Matéria sobre a fome de 2004. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1g8xOlarbzX8b25tPEblARen28yKyOAt-/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1g8xOlarbzX8b25tPEblARen28yKyOAt-/view?usp=drive_link). Acesso em: 12 set. 2024.

JORNAL NACIONAL. Matéria sobre a fome de 2005. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1D7G9jzvrE-dhpd9KfedrBr8GxGB70VXC/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1D7G9jzvrE-dhpd9KfedrBr8GxGB70VXC/view?usp=drive_link). Acesso em: 20 ago. 2024.

JORNAL NACIONAL. Matéria sobre a fome de 2006. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1s5MdbtgVSBnmvx7F7vt5tQAsCW7s2S3a/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1s5MdbtgVSBnmvx7F7vt5tQAsCW7s2S3a/view?usp=drive_link). Acesso em: 27 ago. 2024.

JORNAL NACIONAL. Matéria sobre a fome de 2007. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1Z8KSJWGk3e2sQp4ODyMSh7oiObV-angiG/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1Z8KSJWGk3e2sQp4ODyMSh7oiObV-angiG/view?usp=drive_link) . Acesso em: 25 ago. 2024.

JORNAL NACIONAL. Matéria sobre a fome de 2008. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/10tnd9j-YyQknpRh39kljGGJLVN8GaKPs/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/10tnd9j-YyQknpRh39kljGGJLVN8GaKPs/view?usp=drive_link). Acesso em: 25 ago. 2024.

JORNAL NACIONAL. Matéria sobre a fome de 2009. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1pSWSZd0IbBEIJOmu6QFWeroPsFe8\\_DN/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1pSWSZd0IbBEIJOmu6QFWeroPsFe8_DN/view?usp=drive_link). Acesso em: 03 set. 2024.

JORNAL NACIONAL. Matéria sobre a fome de 2010. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em:

[https://drive.google.com/file/d/1UpUX1yyeLDz\\_8\\_A4bp4vf-Z7pknDy34e/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1UpUX1yyeLDz_8_A4bp4vf-Z7pknDy34e/view?usp=drive_link). Acesso em: 03 set. 2024.

JORNAL NACIONAL. Matéria sobre a fome de 2011. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em:

[https://drive.google.com/file/d/1guiu7pU5Iz30RX5x8YecRS7cATxjdMIO/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1guiu7pU5Iz30RX5x8YecRS7cATxjdMIO/view?usp=drive_link). Acesso em: 12 set. 2024.

JORNAL NACIONAL. Matéria sobre a fome de 2012. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em:

[https://drive.google.com/file/d/1eo\\_DKFbhYeYVbIq1aUciCnqR7w0STToJ/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1eo_DKFbhYeYVbIq1aUciCnqR7w0STToJ/view?usp=drive_link). Acesso em: 10 set. 2024.

JORNAL NACIONAL. Matéria sobre a fome de 2013. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em:

[https://drive.google.com/file/d/1eOe-DZjA8Uwwcq4\\_ucwgLbGTrARFemQ8/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1eOe-DZjA8Uwwcq4_ucwgLbGTrARFemQ8/view?usp=drive_link). Acesso em: 22 set. 2024.

JORNAL NACIONAL. Matéria sobre a fome de 2014. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em:

[https://drive.google.com/file/d/1lyPop7J1HTicGhGcmGEH4QFhxmFyiBRw/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1lyPop7J1HTicGhGcmGEH4QFhxmFyiBRw/view?usp=drive_link). Acesso em: 21 set. 2024.

JORNAL NACIONAL. Matéria sobre a fome de 2015. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em:

[https://drive.google.com/file/d/1yz5ail7FtReaO1euKgvssqZ6fDfLiW3I/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1yz5ail7FtReaO1euKgvssqZ6fDfLiW3I/view?usp=drive_link). Acesso em: 25 set. 2024

JORNAL NACIONAL. Matéria sobre a fome de 2016. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em:

[https://drive.google.com/file/d/1yKfkdChSn-fSLADdGECWZs9yFXQNEf/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1yKfkdChSn-fSLADdGECWZs9yFXQNEf/view?usp=drive_link). Acesso em: 11 out. 2024

JORNAL NACIONAL. Matéria sobre a fome de 2017. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em:

[https://drive.google.com/file/d/1323R85qRZUp7uxpVYyPEPf\\_vrkCottQc/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1323R85qRZUp7uxpVYyPEPf_vrkCottQc/view?usp=drive_link). Acesso em: 17 out. 2024.

JORNAL NACIONAL. Matéria sobre a fome de 2018. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em:

[https://drive.google.com/file/d/1W5bd0EsbgAc9ail4Vcd8npaLYkEfDiGc/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1W5bd0EsbgAc9ail4Vcd8npaLYkEfDiGc/view?usp=drive_link). Acesso em: 22 out. 2024.

JORNAL NACIONAL. Matéria sobre a fome de 2019. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em:

[https://drive.google.com/file/d/18Wk37CysWoq0d6R4l7LoJC-ohN\\_dYwuU/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/18Wk37CysWoq0d6R4l7LoJC-ohN_dYwuU/view?usp=drive_link). Acesso em: 22 out. 2024.

JOST, F. **Compreender a televisão**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

KANTAR IBOPE MEDIA. Pesquisa por audiência em TV. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/conteudo/dados-rankings/audiencia-tv-15-mercados> Acesso em: 10 jun. 2023.

KELLNER, D. **A cultura da mídia**: – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP, Edusc, 2001.

KITCHENHAM, B.; CHARTERS, S. **Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering**. Technical Report EBSE 2007-001, Keele University and Durham University Joint Report, 2007.

KRÜGER, U. Notícias construtivas: um novo gênero jornalístico surgindo em tempos de múltiplas crises. *In*: HOFKIRCHNER W.; BURGIM M. **A sociedade da informação do futuro: problemas sociais e tecnológicos**. Nova Jersey: World Scientific, p. 403-422, 2017.

LIESEN, M. **Comunicação e direitos humanos**: elementos para um jornalismo responsável. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2020.

LIPPMAN, W. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2010.

LOPES, M. I. V. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LYNCH, J; MCGOLDRICK, A. **Peace Journalism**: What is it? How to do it?, 2000. Disponível em: [https://www.transcend.org/tri/downloads/McGoldrick\\_Lynch\\_Peace-Journalism.pdf](https://www.transcend.org/tri/downloads/McGoldrick_Lynch_Peace-Journalism.pdf) . Acesso em: 16 jun. 2023.

LOUGH, K; MCINTYRE, K. **Transição para o Jornalismo de Soluções**: mudança da redação para notícias focadas em soluções. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1461670X.2020.1843065>. Acesso em: 05 mai. 2022.

LOUGH, K.; MCINTYRE, K.. Percepções dos jornalistas sobre o jornalismo de soluções e seu lugar no campo. **Revista de Pesquisa do Simpósio Internacional de Jornalismo Online**. 2018. Disponível em: <http://isoj.org/research/journalists-perceptions-of-solutions-journalism-and-its-place-inthefield/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

LUPORINI, M. P. **O uso de música no telejornalismo**: análise dos quatro telejornais transmitidos em rede pela TV Globo. 2007. Dissertação (mestrado em Multimeios) – Instituto de Artes Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MACBRIDE, S. Prólogo. *In*: **UNESCO – Um mundo e muitas vozes**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1983.

MACHADO, E. O pioneirismo de Robert Park na pesquisa em jornalismo. *In*: **Revista Estudos de Jornalismo e Mídia**. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e Mídia/Insular. v. 2, n. 1, p. 23-34, 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARHENKE, K.-U. O poder dos jornais, segundo Otto Groth. *In*: MAROCCO, B.; BERGER, C. **A Era Glacial do jornalismo**: Teorias Sociais da Imprensa. Porto Alegre: Sulina, v. I, 2006.

MARQUES DE MELO, J. **História social da imprensa**: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2003a. [Reedição revista de Sociologia da imprensa brasileira. Petrópolis: Vozes, 1973].

MARTINO, L. M. S. **Métodos de pesquisa em Comunicação**: projetos, ideias, práticas. Petrópolis: Vozes, 2018.

MCCOMBS, M. **A teoria da agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2004.

MCGREGOR, S. C.; STROUD, N. J. **Como uma comunidade respondeu ao Jornalismo de Soluções**. Disponível em: <https://mediaengagement.org/research/how-one-community-responded-to-solutions-journalism>. Acesso em: 02 jun. 2022.

MCINTYRE, K. **Jornalismo de Soluções**. Prática de jornalismo, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17512786.2017.1409647>. Acesso 10 jun. 2021.

MCINTYRE, K.; SOBEL, M. 2017. **Motivar o público de notícias**: chocar ou fornecer a eles soluções? Comunicação e Sociedade. Rede de Jornalismo de Soluções. 2017. Relatório Anual 2016. v. 30, n. 1, p. 39-56. Disponível em: <https://dadun.unav.edu/handle/10171/43917>. Acesso em: 11 jun. 2022.

MEDITSCH, E. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1992.

MEDITSCH, E.; SPONHOLZ, L. Bases para uma Teoria do Jornalismo 2.0. **Observatório da Imprensa**. 2011. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/bases-para-uma-teoria-do-jornalismo-20/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MELLO, E. Inovação no jornalismo audiovisual: cenários da notícia. *In*: **Anais do 44.º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, 2021. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt1-te/edna-de-mello-silva.pdf>. Acesso em: 31 out. 2024.

MERRITT, D. Jr. **Public journalism and public life**: why telling the news is not enough. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1996.

MIDBERRY, J.; DAHMEN, N. S. **Visual Solutions Journalism**: a theoretical framework. JournalismPractice, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17512786.2019.1689371>. Acesso em: 11 ago. 2022.

MORAGAS, M. **Sociologia de la comunicación de masas**: propaganda política y opinión pública. Barcelona: Gustavo Gili, 1985.

MOTTA, C. L.; PORCELLO, F. A.C.; VIZEU, A. (org.). **Telejornalismo**: a nova praça pública. Florianópolis: Insular, 2006.

NABUCO, M. R.; SOUKI, L. Mais aquém do Programa Fome Zero. *In*: In: BETTO, F. (org.). **Fome Zero: textos fundamentais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

NEWMAN, N.; FLETCHER, R., ROBERTSON, C. T.; EDDY, K. e NIELSEN, R. K. **Relatório de notícias digitais**. Oxford: 2024.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo, mídia e tendências tecnológicas: Previsões para 2024**. Oxford: 2024. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2024-01/Newman%20-%20Trends%20and%20Predictions%202024%20FINAL.pdf>. Acesso em: 05 set. 2024.

NOVELINO, M. **Manual de Direito Constitucional**. São Paulo: Método, 2014.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ONDE vamos invadir agora? Direção: Michael Moore. Produção: Michael Moore, Carl Deal e Tia Lessin. Estados Unidos: Neon, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: [http://www.onu-brasil.org.br/documentos\\_direitoshumanos.php](http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php). Acesso em: 01 mai. 2022.

OSTERTAG, B. **People's movements, people's press: the journalism of social justice movements**. Boston: Beacon Press, 2006.

PARK, R. A notícia como forma de conhecimento. *In*: STEINBERG. **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1976.

PATERNOSTRO, V. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

POWERS, E.; CURRY, A. **No quick fix: how journalists assess the impact and define the boundaries of Solutions Journalism**. *Journalism Studies*, 2019. Disponível em: DOI:10.1080/1461670X.2019.1586565. Acesso em: 10 jun. 2022.

QUÉRÉ, L. **Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento**. *Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, Lisboa, 2005.

RAMOS, A. C. **Curso de Direitos Humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

REDE DE JORNALISMO DE SOLUÇÕES. **“Impostadores do Jornalismo de Soluções”**. Disponível em: <https://thewholestory.solutionsjournalism.org/solutions-journalism-imposters-c4cf72a9354b>. Rede de Jornalismo de Soluções, 2016. “Kit de Ferramentas de Engajamento”. Disponível em: <https://learninglab.solutionsjournalism.org/en/courses/engagement-toolkit>. Acesso em: 15 jun. 2022.

REDE DE JORNALISMO DE SOLUÇÕES. Home. Disponível em: <https://www.solutionsjournalism.org>. Acesso em: 11 jun. 2022.

REDE DE JORNALISMO DE SOLUÇÕES. Laboratório de Aprendizagem. Disponível em:

<https://learninglab.solutionsjournalism.org/en/courses/basic-toolkit/introduction/welcome>. Acesso em: 11 jun. 2022.

REDE DE JORNALISMO DE SOLUÇÕES. Nosso Impacto. Disponível em: <https://www.solutionsjournalism.org/impact>. Acesso em: 11 jun. 2022.

RESENDE, F. O jornal e o jornalista: atores sociais no espaço público contemporâneo. In: SOUSA, M. W. (org.). **Recepção mediática e espaço público: novos olhares**. São Paulo: Paulinas, 2006.

REZENDE, G. J. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000.

ROCHA, N. **Curso básico de Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas**. Gestão da FIAN Brasil 2017-2020. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Curso-Dhana-M%C3%B3dulo-I-FIAN-Brasil.pdf> Acesso em: 10 ago. 2021.

ROSENBERG, T. “**É Jornalismo Construtivo ou Jornalismo de Soluções?**”. Rede de Jornalismo de Soluções, 2016. Disponível em: <http://solutionsjournalism.org/constructive-journalism-solutions-journalism>. Acesso em: 13 jun. 2022.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **Filosofia e circunstâncias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SIMÕES, A. **Jornalismo de soluções**. Appris: Curitiba, 2022.

TAKAGI, M. A implantação do Programa Fome Zero do Governo Lula. In: **Fome Zero: uma História Brasileira**. Veiga Aranha, Adriana (org). Brasília, DF: Ministério de Desenvolvimento social, Brasil, 2010. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf> Acesso em: 27 ago. 2024.

VERÓN, E. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

VIZEU, A. **Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2005.

\_\_\_\_\_. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. **Revista FAMECOS**, n. 40, p. 77–83, 2009.

VIZEU, A.; CORREIA, J. C. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In VIZEU, A. (org.). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

VOAKES, P. **A brief history of public journalism**. National Civic Review 93 (3): 25-35, 2004.

WENZEL, A.; GERSON, D.; MORENO, E. **Engaging communities through Solutions**

**Journalism**. 2016. Disponível em:

[https://www.cjr.org/tow\\_center\\_reports/engaging\\_communities\\_through\\_solutions\\_journalism.php](https://www.cjr.org/tow_center_reports/engaging_communities_through_solutions_journalism.php). Acesso em: 10 set. 2022.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Lisboa (Portugal): Editorial Presença, 1987.

\_\_\_\_\_. **Teorias das comunicações de massa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WOLTON, D. **Elogio ao grande público**. São Paulo: Ática, 2006.

ZAMITH, R. **News Avoidance and Fatigue**. Disponível em:

<https://ijh.rodrigozamith.com/media-effects/news-avoidance-and-fatigue> Acesso em: 22 set. 2022.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Entrevista Marcelo Canellas - Ex-repórter especial da Rede Globo

01 de Junho de 2022 – 16h

Plataforma: Google Meet

**Jemima Bispo: Ao longo da sua carreira, a temática dos direitos humanos tem sido marcante. A que você atribui essa constância? Qual sua relação com os direitos humanos?**

Marcelo Canellas: Sou um jornalista brasileiro e moro em um país como o Brasil. O jornalismo trata das contradições da vida e não pode existir nada mais contraditório do que um país que tem todas as condições materiais de dar uma vida digna para a totalidade da sua população manter a maioria da população sem acesso a uma existência digna. Então, é natural que, tratando das contradições da vida, e eu sendo um jornalista brasileiro, minha proposta seja os temas ligados às contradições no Brasil. Além do mais, tem um imperativo ético, uma dimensão ética na atividade jornalística e eu sempre me lembro daquela polêmica e a controvertida discussão sobre a existência de uma ética específica para o jornalismo ou se a nossa ética, como queria Cláudio Abramo, seria a ética do cidadão. De qualquer maneira, posso dizer que tudo aquilo que me incomoda como pessoa tem sido combustível para as minhas proposições nas reuniões de pauta pelas quais tenho participado ao longo da vida. No Fantástico, temos uma reunião de pauta toda terça-feira e essa reunião é um terreno de disputa, em que os produtores, editores e repórteres disputam um espaço dentro do cardápio do programa. E nós fazemos aquilo que os jornalistas fazem em todas as redações, o tempo todo, que é decidir o que é merecedor de existência pública. Isso é decidido nas reuniões de pauta: por que um fato é jornalístico e outro não. E por que um fato merece existência pública e outro não. Isso tem a ver, justamente, com essa compreensão do que é importante abordar ou não. O que tem balizado minhas propostas, respondendo mais objetivamente à pergunta, sobre por quê lidar com temas referentes aos direitos sociais ou na falta ou ataques aos direitos, é justamente porque essas questões são abundantes em um país como o Brasil. E eu sou brasileiro. É minha obrigação fazer isso.

**Para jogar luz na agenda social, você acredita que o jornalista precise de alguma formação complementar em Direitos Humanos? Que tipo de conhecimento seria necessário para a produção de uma pauta sobre o tema?**

Isso diz respeito à experiência de vida, à maneira como você olha para o mundo, à sua compreensão da organização da sociedade e à uma formação humanista, evidentemente, que você adquire de múltiplas maneiras. Eu nunca fiz um curso de direitos humanos, fui até a graduação, não tenho nenhuma formação em pós-graduação. Mas, posso dizer, por exemplo, que minha atuação no movimento estudantil, na política estudantil dentro da universidade, me ajudou a me formar como jornalista. Estudei em uma universidade federal, já no final da ditadura, no último ano do governo Figueiredo, posteriormente veio o governo Sarney, eleito indiretamente. Participei como dirigente estudantil daquelas grandes mobilizações na campanha Diretas Já, em 1984, que resultou no fracasso da emenda Dante de Oliveira, em 1985. Esse movimento efervescente do ressurgimento da democracia do Brasil ajudou a me formar como cidadão e a ter uma ideia sobre violação de direitos, durante a ditadura e depois, no período de redemocratização do Brasil. É óbvio que essa experiência concreta, as leituras ao

longo da vida e a própria atuação como jornalista, me deparando com temas ligados a violações de direitos humanos, robusteceu essa reflexão sobre a importância de lidar com esse tema.

**Em sua avaliação, essa preocupação também é recorrente e compartilhada por outros colegas atuantes no telejornalismo?**

Sim, outros colegas compartilham essa reflexão. Sabemos que uma redação jornalística é uma fauna ideológica e diversificada. Eu acho que tanto mais saudável é uma redação quanto maior for a diversificação ideológica em sua formação. É evidente que com alguns colegas eu tenha uma afinidade maior e outros, menor, mas eu posso dizer que minha experiência pessoal é uma experiência de muita discussão dentro das redações, em que a gente entende a redação como uma arena de disputa de temas, de espaços nos telejornais na televisão. E a gente precisa argumentar e, muitas vezes, somos derrotados. Muitas vezes, ao longo da carreira, eu acreditei em pautas muito importantes e elas foram derrotadas nas discussões naquele momento. Mas, a insistência fez com que, em um determinado momento, aquele tema fosse considerado superado, sob o ponto de vista jornalístico e em um tempo depois, você convence com mais e melhores argumentos de que o fato é realmente importante e ele vira matéria. Essa é a dinâmica de funcionamento de toda redação saudável.

**Qual tipo de abordagem é priorizada nas matérias relacionadas aos direitos humanos?**

A primeira coisa que me vem à cabeça é identificar que tipo de direito foi violado, saber por quê e por quem foi violado, e o que aconteceu com aquela pessoa que teve o seu direito violado. A partir daí você cumpre o beabá do jornalismo, buscando relação entre causa e consequência, identificando os personagens que estão envolvidos no episódio e procurando ainda esgarçar o significado estrito daquela situação específica para uma significação mais universal. Essa é a grande força do jornalismo – quando você busca, no específico, o alargamento da significação universal. Por isso, o personagem é tão importante, por isso, na humanização de uma história, na especificidade daquela pessoa que você está ouvindo, é tão importante. Justamente pela sua possibilidade de significação universal. O jornalismo é mais forte quando você parte do específico, quando você vai para o lado mais singular da história, mais miúda, mais pessoal. É isso que faz com que as pessoas se identifiquem com aquilo, muitas outras milhares de pessoas são representadas naquela história específica.

**Como emplacar uma matéria sobre direitos humanos no telejornal?**

Toda a reportagem ou atividade jornalística exige um rigor de apuração e checagem que é uma regra para todos os tipos de assuntos, da reportagem esportiva até a denúncia de um mal feito. O rigor, a checagem, a recheagem, a ideia de procurar por múltiplas fontes e vozes, de dar um contexto, de sempre estabelecer a relação de causa e consequência, isso tudo faz parte da dinâmica do processo de conhecimento que é ligado à produção de notícia. Então, não vejo diferença no tratamento de um tema ligado a questões de violação de direitos em relação a qualquer outro tema jornalístico. As regras de apuração são as mesmas.

**E se a gente pensasse na dinâmica do tempo? A apuração de uma matéria sobre direitos humanos exige mais tempo, para dar conta de uma escuta mais diferenciada?**

Não só a temas ligados a direitos humanos, mas toda reportagem de prospecção, aquilo que os castelhanos chamam de “*largo aliento*”, ou seja, temas de grande abrangência, necessitam de um mergulho que exige tempo e investimento, de tempo e energia para o jornalista, e de

dinheiro, por parte da empresa. Nesse sentido, há uma decisão editorial de apostar no aprofundamento de um caso e isso rende, talvez, aquele que é o maior patrimônio de uma empresa de comunicação, que é prestígio, credibilidade. Quando você consegue mergulhar em uma história, destrinchar com profundidade uma história, a ponto de impactar a sociedade, de suscitar uma discussão, isso rende prestígio e credibilidade. Vocês, na universidade, certamente estão se debruçando sobre isso: estamos testemunhando uma profunda transformação nos processos de funcionamento das empresas de comunicação, de jornalismo. Vemos o rejuvenescimento das redações, um achatamento dos salários, a precarização dos processos e as empresas estão vivendo um dilema. Ao mesmo tempo em que precisam se adequar a uma nova realidade financeira, de um novo estágio do capitalismo que diz respeito às empresas de comunicação, por outro lado, elas não podem abdicar daquilo que a sustenta, ou seja, a credibilidade. Como alcançar isso sem profissionais de talento, experientes e que produzem notícias capazes de fazer a sociedade refletir? Então, neste momento, estamos vivendo, precisamente, uma transformação em que a gente não sabe o que vai acontecer com as plataformas. O que eu tenho certeza é que haverá necessidade da presença de um jornalista na rua para elucidar o caos que a gente vive hoje no Brasil. Isso é absolutamente imprescindível. Acabamos de passar por uma pandemia, um período em que tivemos de fazer jornalismo com as maiores dificuldades possíveis, fazendo jornalismo remoto, com um governo democraticamente eleito, mas extremamente autoritário, que elege o jornalismo como inimigo, que ameaça as instituições democráticas, coloca a democracia em risco. É nesse momento, em que a gente vê todas essas dificuldades e limitações, de restrições de processos de produção de notícias, que a gente percebe como o jornalismo é capaz de se agigantar, como o jornalismo profissional cumpre um papel de porto seguro de informação confiável, neste mar de mentiras que a gente vive. É uma situação tremendamente ambígua, porque, justamente na sua maior crise, seja do ponto de vista econômico, tecnológico, da perenização das plataformas, o jornalismo se vê diante do maior desafio da sua existência. Ninguém que esteja vivo hoje passou por uma pandemia anteriormente, ou seja, é uma situação para ser estudada pelos historiadores, com certo distanciamento, daqui a 30 ou 40 anos, por exemplo. O jornalismo vem cumprindo um papel importante, inclusive, na confrontação do poder. O sonho de consumo do presidente Bolsonaro é nos agendar, dizer o que a gente tem de falar, sobre o que tratamos. E não apenas do Bolsonaro, o poder tem essa queixa dos jornalistas desde sempre. A grande diferença deste governo em relação aos demais, e olha que eu cobri Sarney, Collor, Itamar, Fernando Henrique, Lula, Dilma, Temer, e é a primeira vez que eu vejo um presidente da república eleger o jornalismo como inimigo. Poderia haver algum presidente que reclamava eventualmente de um determinado jornalista ou meio, mas a ideia do jornalismo como uma entidade diabólica, que é parte do sistema, que é contra o presidente, isso é novidade. E o que é o sistema tão falado? São as instituições democráticas, ou seja, a própria democracia. É isso que está em jogo e é isso que temos que defender nesse momento.

**Você ministrou uma palestra na disciplina de telejornalismo do professor Alfredo Vizeu, na UFPE, há alguns meses e mencionou sobre a relativização dos direitos humanos. E deu um exemplo: “Se a polícia aborda um homem branco, em um bairro nobre, portando 10g de cocaína, ele não sofrerá possivelmente nenhuma penalidade. Por outro lado, se for um homem negro, em uma comunidade, provavelmente ele será preso por tráfico de drogas.” O que o jornalismo faz em casos como este?**

Eu estive à frente de um quadro no Fantástico, que ainda está ativo, chamado “Projeto Inocência”, que trata de casos de pessoas presas, julgadas e condenadas injustamente, por crimes que não cometeram. 100% dos casos que tratamos foram de pessoas negras. E o que acontece em uma sociedade racista como a nossa? É o mesmo que aconteceu com o Genivaldo.

O [então] presidente Bolsonaro, ao andar de motocicleta sem capacidade, não se tem notícia de que ele tenha sido abordado, advertido, pela autoridade policial e nem que tenha pago uma multa de R\$297,43 que deveria pagar. O que a gente viu com o Genivaldo é o que acontece com a população preta e pobre neste país. A violência policial é absolutamente seletiva, a gente sabe disso, é uma questão de classe, de raça. O jornalismo precisa mostrar, denunciar, explicar, dizer quando acontece, por quem, como, enfim, cumprir seu papel.

**Diante das confusões conceituais sobre os direitos humanos e da coexistência de discursos às vezes contraditórios, o jornalismo tem sido capaz de trazer esclarecimentos?**

Essa é uma tarefa difícil, porque você precisa lutar contra o clichê, contra a aparência. A Eliane Brum tem falado muito dessa tarefa extra dos jornalistas no sentido de recuperar a significação das palavras, de defender o significado das palavras. Eu me lembro que alguns anos atrás, há 15 anos, mais ou menos, fui pegar um avião do Rio de Janeiro para Brasília e entrou um sujeito dentro do avião com a camiseta escrita: “Direitos Humanos, o estrume da sociedade”. Ele foi aplaudido por quatro ou cinco pessoas, e eu fiquei muito encucado com aquilo. Quando olhei para o sujeito, era o então deputado Jair Bolsonaro. Isso explica que há muito tempo o conceito de direitos humanos é distorcido e ressignificado como uma turma que defende os bandidos. Nós, jornalistas, precisamos recuperar o significado da expressão, que é uma conquista da civilização, um valor universal construído pela humanidade, com caráter profundamente civilizatório que diz respeito ao direito de existir, ao direito de ter dignidade, de ser bem tratado e amparado plenamente. Esse conceito de direitos humanos precisa ser recuperado e defendido, e isso é papel também do jornalismo e do jornalista, de fazer esse resgate tão potente dessa expressão, que é diariamente desconstruída, retocada e transformada, para desmistificar essa coisa tacanha, rasa, que gruda no senso comum. E o senso comum é difícil da gente enfrentar.

**Em seu artigo: “Nem imparcial, nem engajado: o repórter como artífice da notícia”, publicado na obra: Políticas públicas sociais e os desafios do jornalismo, você menciona que o jornalismo que se faz no Brasil não é pior nem melhor do que a sociedade brasileira. Ele apenas reproduz a visão hegemônica de mundo. Na melhor das hipóteses, o jornalismo exerceria o papel de fiscal do poder, de denunciador das anomalias que devem ser corrigidas pelas autoridades, de sentinela dos interesses dos públicos dos meios de comunicação. Para além das funções da profissão, em quais ações o jornalismo poderia investir para fortalecer a percepção social sobre a garantia e a efetivação de direitos?**

O jornalismo é uma forma de conhecimento da realidade objetiva. A relação que eu tenho com a notícia é uma relação de conhecimento. A notícia não aparece diante da gente como algo resolvido. É a inteligência do jornalista que resolve a notícia. Eu acredito que apenas jornalistas preparados, com instrumentos teóricos capazes de fazer essa elaboração que você menciona, é que são capazes de propor temas que realmente tenham a ver com a estrutura da sociedade brasileira. Talvez, uma das tarefas mais importantes que a gente tenha é entender porque não conseguimos mexer na pirâmide social do Brasil. Passamos por dois governos do presidente Lula e dois da Dilma, em que uma série de políticas públicas foram implementadas no sentido de mitigar a desigualdade. Mas, ao mesmo tempo, foi um período em que as instituições financeiras, os grandes bancos, tiveram ganhos assombrosos e não foi mexido na estrutura tributária, na estrutura de recolhimento de impostos. Você sabe muito bem que os ricos não pagam impostos, quem paga imposto é a classe média. São temas que dizem respeito à estrutura da pirâmide social do Brasil, que não foi enfrentada por nenhum governo da história do país, nem os governos petistas. O que eles fizeram, com muito mérito, foram as políticas públicas de mitigação da pobreza. Houve, inclusive, avanços que permitiram ao Brasil sair do mapa da

fome. Evidentemente, isso é algo de extrema importância, mas não muda a pirâmide social brasileira e não toca nas causas relacionadas à desigualdade. Esse é um tema pelo qual eu tenho uma verdadeira obsessão e que eu espero poder tratar de uma forma mais aprofundada, ou seja, a questão das raízes das desigualdades e do porquê é tão difícil para a elite brasileira abrir mão de privilégios. São temas que jornalisticamente precisam ser tratados de uma forma objetiva, que é uma característica do jornalismo de qualidade.

**No mesmo artigo, você fala sobre seu estarcimento ao saber sobre a morte da lavadeira Maria Rita, que foi uma personagem emblemática na série de reportagens sobre a fome no Brasil. A visibilidade dada via telejornal não deu conta de salvá-la. Nesse sentido, até onde o jornalismo consegue avançar em prol da defesa e garantia dos direitos humanos?**

Precisamos entender qual é o nosso papel. Isso exige uma boa dose de humildade intelectual para entender. Ao terminar de assistir a primeira matéria da série sobre a fome, da poltrona da minha casa, eu fiquei em euforia achando que talvez ali estivesse uma grande contribuição para que a sociedade começasse a pensar em enfrentar a questão da fome. Mas, no outro dia, recebi um banho de água gelada ao descobrir que a Maria Rita morreu. Isso foi um grande ensinamento, um grande aprendizado que me fez entender qual é o papel do jornalismo, que foi muito bem definido pela colega jornalista Filipina Maria Ressa, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz em 2021. Ela diz que nosso papel é iluminar aquilo que os poderosos querem esconder ou obscurecer. É isso que a gente precisa fazer. E eu acredito que esse seja o nosso papel. Não podemos ter a arrogância de acreditar que o jornalismo vai transformar a sociedade. Nós não vamos. E isso não diminui a importância do nosso papel, que é grandioso, que é justamente jogar o farol naquilo que está escondido, que o poder quer ocultar da gente e da sociedade. O que muda a realidade é a sociedade politicamente organizada, os movimentos sociais, os partidos políticos, os movimentos dinâmicos de confronto da sociedade. Nós estamos em uma arena de interesses de classes, em que há uma disputa política. E a sociedade politicamente organizada, que resgata esses valores universais de bem comum, de solidariedade, da ideia de que os bens materiais servem para o bem-estar de todas as pessoas, é que vai convencer a elite brasileira a abrir mão dos privilégios e transferir parte de suas riquezas para financiar, por exemplo, a educação dos mais pobres. Isso seria um mecanismo de empoderamento e de ascensão social. Os ricos têm uma hipoteca social com os pobres e isso tem que ser pago com uma educação pública de qualidade. E isso deve ser objeto de reportagem, do interesse do jornalista, porque diz respeito aos problemas estruturais do Brasil.

**Na nossa pesquisa, a proposta é articular os conceitos do Jornalismo de Soluções, prática que vem ganhando considerável atenção no jornalismo impresso estadunidense a partir de 2013, como um campo potencial para o telejornalismo. Você conhece essa abordagem? Acha que ela teria espaço no telejornalismo brasileiro, que ainda é a principal forma de informação no país?**

Eu não conheço essa discussão e a formulação teórica que encerra o Jornalismo de Soluções, eu precisaria ler a respeito, entender melhor. Mas, o que posso te dizer é que de modo algum a gente pode abrir mão de um jornalismo meramente de denúncia em um país em que todos os dias todos os tipos de direitos são violados. Às vezes, não existe uma solução aparente, mas há uma violação flagrante que precisa ser denunciada. Por exemplo, o Fantástico tem feito muitas matérias sobre a situação dos Yanomamis. É preciso denunciar a invasão do território, o extermínio, o genocídio em curso. A solução, neste caso, é óbvia: é retirar aquelas pessoas de lá, garantir a proteção ao território. Essa é a solução. Ou seja, o jornalismo de denúncia que a gente faz já aponta a solução.

**Para além da denúncia, o telejornalismo tem conseguido se constituir como um lugar para o exercício dos direitos humanos?**

Às vezes consegue. Há casos em que o jornalismo consegue se situar em uma perspectiva muito favorável, fazendo com que as pessoas entendam o significado da defesa dos direitos humanos. Em outras vezes, a gente erra, como tantas vezes nós erramos, perdemos a mão, não tocamos no fundamental. Essa autocrítica é importante. Acho que uma das características do jornalismo saudável é justamente sua capacidade de fazer autocrítica, de criticar os seus pares também. Talvez, hoje, o olhar que se faça sobre a cobertura da Lava-Jato seja diferente da maneira como olhávamos à época, apesar de que já tinha muita gente que pensava ao contrário da maioria. Me lembro do Caco [Barcellos], em um programa de debate na Globonews, criticar duramente a cobertura da Lava-Jato naquele momento e ele era como uma voz isolada entre os colegas. Mas, esse exercício da crítica e da autocrítica nos faz crescer como meios e como jornalistas.

**Na academia, falamos muito em direito à comunicação e do direito de as pessoas serem representadas, pensando no direito à comunicação e informação como um direito de quarta geração, ou seja, um direito que dá acesso a outros direitos. Nesse sentido, você acredita, por meio das suas reportagens, que a gente possa pensar no jornalismo como um espaço capaz de permitir às pessoas tomarem conhecimento sobre outros direitos que elas têm e que não exercem?**

Quando a gente relata uma violação de direito, a gente está exercendo o nosso papel de jornalista e está colocando para a sociedade um tema que diz respeito ao acesso a algum direito. Às vezes, conseguimos isso de uma forma eficiente em outras, não. Depende das circunstâncias. É muito importante que o jornalista tenha sempre presente a ideia de interlocução com a sociedade, de que não faz a ratificação de uma tese ou a simples confirmação de uma ideia pré-concebida. Mas, que está disposto a, de fato, abrir uma interlocução com o entrevistado, disposto a ouvir o que a pessoa tem a dizer e, a partir dessa escuta, processar e tentar explicar o contexto dessa violação. E, assim, é possível discutir temas correlatos.

**Nesse desafio de denunciar violações de direitos e, por meio das denúncias, conseguir que a sociedade se dê conta e se mobilize (por exemplo, a exibição da série sobre a fome gerou uma ação pública no governo Fernando Henrique), há alguma área que seja mais sensível em termos de desrespeito aos direitos humanos?**

As violações são tantas e tão diversificadas que a gente pode, basicamente, dizer que são expressões da falta de acesso à uma vida digna da maioria da população brasileira. Por isso, eu acho que essa questão da desigualdade entre as classes é uma questão prioritária do jornalismo, na medida em que precisa explicar as raízes das desigualdades no Brasil. E a desigualdade é a mãe de muitas violações de direitos. Acredito que não há nenhum tema tão relevante atualmente quanto a questão da desigualdade.

## **APÊNDICE B – Entrevista Lúcio Alves - Cinegrafista de Rede Globo**

25 de Maio de 2023 – 10h

Plataforma: Google Meet

### **Jemima Bispo: Como você descreveria sua trajetória como cinegrafista?**

Lúcio Alves: Sou de família pobre, me casei muito jovem e precisei trabalhar logo cedo. Meu primeiro emprego foi no Jornal de Brasília e minha função era entregar jornais nas casas das pessoas pela madrugada, aos 13 anos. Logo cedo, comecei a namorar com uma moça cujo irmão trabalhava no SBT. E lá foi meu segundo emprego, ainda muito menino, aos 16 anos. Na emissora, eu trabalhava como office boy no escritório e um dia fui convidado para conhecer a TV. Havia uma promessa de estágio na TV para os próximos meses. Nesse intervalo, conheci o diretor e pedi para fazer um teste. Ele concordou, desde que fosse aos fins de semana, para não comprometer o trabalho. E assim comecei e me apaixonei. Após oito meses, surgiu uma vaga e fui convidado. O salário era melhor e comecei a trabalhar. Aprendi muito rápido e naquela época a gente aprendia na raça, com a experiência de outras pessoas. Eu cheguei para o repórter cinematográfico e perguntei se poderia aprender a filmar. E ele disse que não, pois já havia ensinado outras pessoas e foi traído. Não era a resposta que eu esperava, mas, pedi a ele que me deixasse ao menos pegar a câmera e olhar. Insistindo que não me ensinaria, ele me deixou pegar a câmera. A partir daí, começamos a trabalhar juntos, cobrindo política. Eu era muito curioso e sempre que podia, mexia na câmera. Foi assim que aprendi muitas coisas. Um dia, em uma reunião ministerial, ele passou mal. Nessa hora, a assessoria de imprensa do Presidente da República nos chamou para fazer as imagens. Olhei para um lado e para o outro. Pensei: e agora? Peguei a câmera e fui. Fiz as imagens morrendo de medo. Voltamos para a redação e o chefe de redação gritou bem alto sobre quem tinha feito as imagens. Esperando uma bronca, eu confessei. Mas, inesperadamente, ele me deu os parabéns e, depois disso, passou a confiar em mim para fazer outras imagens. Naquela época, há mais de 30 anos, só se creditava o nome do repórter cinematográfico quando as imagens rendiam boas reportagens. Eu passei a trabalhar com outra equipe e o cinegrafista me dava a câmera para filmar. Os créditos vinham no nome dele, mas depois de um tempo as pessoas passaram a perceber que eram minhas imagens. Fiquei lá de 1985 a 1989. Mas, em 1987, surgiu uma vaga na TV Bandeirantes. Lá, havia uma diretora muito competente, mas brava, Antonieta Goulart. Era época da seca e fiquei uma semana filmando imagens daquele cenário. As imagens renderam créditos em todas as reportagens. Assim, após uma semana, ela me pediu os documentos e disse que iria me contratar. Fiquei trabalhando nos dois empregos por dois anos e depois me firmei na Band. Na emissora, fiz várias viagens internacionais e posso dizer que minha carreira foi estabelecida lá. E muitas pessoas me perguntavam se eu não iria para a Rede Globo. E por três vezes eu recebi o convite, mas a Band negociava um salário melhor e eu permanecia. Viajamos pelo mundo, sobretudo na cobertura da história do PC Farias. Depois de muitas mudanças na Band, eu fui para a Globo em 1996.

### **Fome, pobreza e outras mazelas do país são temas recorrentes ao longo da sua carreira. Quando você olha para as questões sobre injustiças, qual a imagem e o som da injustiça? Há uma relação emocional ao produzir essas imagens, e se elas buscam gerar empatia?**

Chegamos na casa das pessoas para trabalhar, para contar suas histórias e mostrar as dificuldades pelas quais estão passando. O objetivo não é causar impacto, mas mostrar com fidelidade a realidade. E mostrar bem. Cada pessoa tem sua história e procuro usar minha sensibilidade para documentar o dia a dia das personagens envolvidas, de uma forma real e

natural. Às vezes, ficamos o dia todo na casa de um entrevistado. De certa forma, não deixa de ser uma interferência na rotina dele, mas isso é necessário. E muitas vezes nos chocamos ao ver, na prática, que não há nada para comer, ou que há apenas um pedaço de osso. Documentar um cenário assim é extremamente impactante e nossa intenção é justamente passar isso para o público.

**Como é a rotina produtiva de um cinegrafista que precisa jogar luz em questões tão sensíveis como aquelas relacionadas aos direitos humanos? Para onde lançar o olhar quando a câmera está empunhada?**

Quando se trata de uma produção grande, tudo é feito com bastante antecedência. No caso do trabalho com o Marcelo [Canellas], nos deslocamos para os lugares onde o fato acontece. Levo os equipamentos necessários, mas sem a intenção de mexer muito no ambiente, não modificá-lo a fim de produzir um cenário. Fico ali observando, filmando, tentando ao máximo não interferir na rotina. Eu uso um formato de captação de imagem que leva em conta o aproveitamento de tudo o que o ambiente já proporciona, como alguma luz natural, por exemplo. Quando nos deparamos com uma casinha no interior, com um por-do-sol marcante, nos maravilhamos com o poder e a beleza das imagens, que contrastam, muitas das vezes, com a triste realidade vivenciada pelas pessoas. Quando mostramos uma imagem assim, queremos também, de forma subjetiva, denunciar o quanto o Estado está distante daquele contexto. É um lugar que se distancia de direitos como saúde, educação, alimentação adequada.

**Qual tipo de abordagem é priorizada nas matérias relacionadas aos direitos humanos? Como é o diálogo com o repórter para contar essa história?**

Priorizamos a simplicidade até na escolha do que vamos levar. O Marcelo é um mestre nessa arte. Não usamos microfone direcional, não usamos a canopla com o logo da emissora. O Marcelo conversa com as pessoas e vai criando uma certa intimidade. E eu vou registrando a conversa. Poucas pessoas com quem já trabalhei conseguem fazer o que ele faz, que é captar a emoção do entrevistado por meio da fala, sem intimidar. Ele chega, pergunta sobre o cotidiano, de forma amigável, e as pessoas ficam à vontade para relatar. Isso é muito louvável, até porque não são histórias fáceis de serem contadas. Recebemos muitas críticas nas redes sociais, que dizem que a Globo exagera. Mas, não há como fazermos um trabalho tão árduo desse sem mostrar a realidade e as desigualdades contidas nas histórias que contamos. É o nosso papel. Vivemos em um país repleto de mazelas e miséria e trabalhamos não para explorar isso, mas na tentativa de fazer com que as políticas públicas enxerguem esse cenário.

**No dia a dia da profissão, como se dá o alinhamento entre a pauta, as percepções do jornalista e sua visão enquanto cinegrafista?**

Eu e o Marcelo temos uma sintonia muito grande na produção das reportagens. Ele já chega no local microfonado e eu, já gravando. É preciso estar atento ao que o personagem está falando.

## **APÊNDICE C – Entrevista Marta Gleich | Diretora de Jornalismo e Esporte do Grupo RBS**

16 de julho de 2022 – 15h30

Plataforma: Teams

### **Jemima Bispo: Como foi sua trajetória e atuação profissional até a chegada no grupo RBS?**

Marta Gleich: Sou formada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Me graduei em 1985 e já trabalhava na RBS nessa época como revisora. Fui repórter durante sete anos e, depois, me tornei a editora da área de Geral, fui Editora Executiva e editora chefe do Jornal Zero Hora durante 10 anos. Implementei os jornais online da empresa, inaugurando os sites de oito jornais e, posteriormente, me tornei diretora de internet, cuidando de toda a parte digital, além dos jornais, televisão e rádio. Em 2012, me tornei diretora de redação da Zero Hora, depois da Rádio Gaúcha e, hoje, sou responsável pela Diretoria de Jornalismo e Esporte do Grupo RBS, que congrega televisão, rádios, jornais e veículos digitais. Tenho dois MBAs: Transformação Digital e Novos Negócios, realizado na PUC, e outro recente, xBA | Exponential Business Administration, pela Startse University. Finalizei ainda dois mestrados profissionalizantes em Gestão de Jornalismo e Jornalismo Digital, pelo IICS, de SP.

### **Quando e como se deu a iniciativa de aderir à prática do Jornalismo de Soluções no grupo RBS?**

Todos os anos, nós fazemos uma discussão, no fim do ano, sobre como nós podemos melhorar a qualidade do nosso jornalismo. Trata-se de uma discussão bastante aberta, com vários repórteres, colunistas, comunicadores, editores, em que a gente pensa no estágio em que estamos e vislumbramos a possibilidade de melhorias. Isso pode ser feito por meio de projetos, melhorias de produto, treinamentos e de várias outras possibilidades em prol da melhoria da qualidade do jornalismo e da atualização constante. Em um desses encontros, há três anos, nós mencionamos o Jornalismo de Soluções. Não fui eu quem trouxe o tema, mas dois colegas o apresentaram de forma genérica. Nós topamos entender melhor o que seria e eu me apaixonei pela temática e comecei a estudar a fundo. Busquei conteúdos desenvolvidos nos Estados Unidos, na Escandinávia, especialmente, e na Europa. Os dois primeiros são locais em que a temática segue mais desenvolvida. Eu diria que é um avanço importante do jornalismo em relação a uma visão antiga e talvez de menos comprometimento com a sociedade que nos cerca. Aqui, me refiro a quem não faz Jornalismo de Soluções. Começamos, então, o treinamento nas redações a partir daquilo que eu havia aprendido, com estudos, sem nenhum curso formal. Apesar de que, hoje, há muito material disponível. Mas, na ocasião, eu dei início a esse projeto de Jornalismo de Soluções nas redações da RBS, começando pelos jornais. Oportunamente, apresentamos duas pessoas bem importantes no segmento, em nível internacional, por meio de uma iniciativa do Constructive Institute, na Dinamarca, e do Solutions Journalism Network, em Nova Iorque. Eles nos deram aulas sobre a temática e foi muito motivador. Nessa altura, já estávamos fazendo Jornalismo de Soluções em todos os nossos veículos: na televisão, na rádio, nos jornais e no digital. Temos uma página em GZH, nosso site, no G1 RS, chamada Jornalismo de Soluções, com todas as matérias publicadas a partir dessa abordagem. Não importa se saíram na rádio, TV ou jornal, é possível acessá-las nesses dois grandes repositórios. De lá para cá, isso se tornou uma questão cultural nas redações. A prática de Jornalismo de Soluções se tornou nossa prática. Depois que você começa a fazer e a iniciativa dá certo, vemos o poder

transformador, de uma forma positiva para a sociedade e tudo se dá naturalmente. Então, hoje, esse reforço do Jornalismo de Soluções, em termos de linha editorial, está presente em todas as nossas redações e segue engajando todos os nossos jornalistas. A implementação, ao longo desse tempo, foi muito interessante, e veio para ficar.

### **Na prática, como ocorreu a implementação?**

Toda mudança cultural, em qualquer empresa ou grupo, é feita com construção conjunta, eu acredito nisso. Além disso, comunicação é primordial. O fato de os jornalistas, principais repórteres, editores, se engajarem nesse tema, terem a responsabilidade de discutir o termo e participar conjuntamente do projeto foi muito importante. O treinamento integra esse processo de comunicação, pois explicamos o porquê fazemos isso. Não é por ser bonito, mas por ser nobre e ter um poder transformador e positivo para a sociedade que nos cerca. A missão do Grupo RBS é fazer jornalismo, esporte e entretenimento capaz de conectar os gaúchos e contribuir para uma vida melhor. Nesse sentido, o Jornalismo de Soluções se encaixa como uma luva no nosso propósito. Estamos aqui para fazer jornalismo que conecte as pessoas e contribua para uma vida melhor. Não acreditamos na possibilidade de crescer, florescer, cumprir nosso papel e deixar nosso legado se não estivermos comprometidos com a melhoria da sociedade em que estamos inseridos. Isso é básico, simples, mas, na prática, vira algo gigante, que nos mobiliza a acordar, levantar e ir trabalhar todos os dias. O Jornalismo de Soluções faz o nosso propósito se tornar ainda mais poderoso e verdadeiro. É motivador e nos mostra o porquê fazemos jornalismo.

### **No caso dos jornalistas que receberam os treinamentos, como foi o engajamento? Eles abraçaram a iniciativa de forma positiva?**

Sim e não. Eu acho que quem participou mais ativamente do projeto, assistiu às palestras internacionais sobre o tema e esteve presente desde o início, entendeu de forma muito rápida. Os que estiveram mais distantes olharam com um certo ceticismo, pois existe uma tendência a não entender o conceito. Por isso, digo que o engajamento, por meio da participação e comunicação ativas, é essencial.

### **Você mencionou sobre o conceito dessa abordagem. De fato, o que é e o que não é Jornalismo de Soluções?**

O Jornalismo de Soluções não desconhece o problema. Tomamos como exemplo um problema corriqueiro: o atendimento a mulheres nos postos de saúde da periferia. Digamos que a cidade tenha um problema assim. Uma coisa é você, enquanto jornalista, ir lá e apresentar o cenário, mostrando a dimensão do problema, as reclamações da comunidade em relação à falta de dinheiro, à falta de saída, às condições estruturais do posto de saúde etc. Essas são as informações que serão retratadas em relação ao problema. O Jornalismo de Soluções foca nesse problema real, mas não fica apenas nisso, dedicando muito mais espaço, tempo e energia para o debate da solução ou para mostrar e colocar um holofote em quem já resolveu esse problema. Continuando neste mesmo exemplo do posto de saúde, o jornalista, por meio da abordagem de soluções, falaria que há um problema sério em relação ao atendimento de mulheres na periferia. Esse é o retrato do problema, mas ele dedica grande parte da matéria para que os diferentes atores da comunidade, que de fato entendem o contexto, debatam sobre as possibilidades de como sair do problema. Ao jornalista, cabe ainda o dever de procurar exemplos em outras cidades, estados e países de quem já resolveu algo semelhante. Assim, essa história baseada em solução é contada, inspirando a comunidade que, eventualmente, esteja vivendo o mesmo

embate. É como se o jornalista desse a receita do que deu certo, para que outros se inspirem a fazer igual em seu bairro, cidade etc. Portanto, o Jornalismo de Soluções é feito de duas maneiras: debatendo em profundidade a solução, acompanhando a questão até ser resolvida, ou apresentando quem já resolveu o problema existente na comunidade e que pode, portanto, ser resolvido a partir da receita de outra localidade. Embora não seja, o Jornalismo de Soluções é confundido com as seguintes situações: um eventual jornalismo ‘fru-fru’, bobo, meio Pollyanna, cor-de-rosa, em um contexto em que esteja tudo bem; ou pode ser confundido com um jornalismo bajulador, de adesismos a governos, que bate palmas e só mostra o que é bom. E não é nada disso. O jornalismo não deixa de ser o ‘watchdog’ do governo, fiscalizador. É preciso criticar, mostrar o que dá errado etc. Ao mostrar a solução, essa abordagem, às vezes, é confundida com esse tipo de jornalismo bajulador. Esse tipo de pensamento e entendimento justifica, inclusive, a falta de engajamento dos jornalistas no início da implantação do projeto. Felizmente, o destaque que o Jornalismo de Soluções começou a ter na redação acabou incentivando as pessoas a entenderem mais rápido e praticarem de forma natural.

### **O Jornalismo de Soluções pode ser comparado a outras formas de abordagens, como o Jornalismo Cívico, Jornalismo para a Paz ou Jornalismo Comunitário, por exemplo?**

Bom, eu diria que poderíamos compará-lo ao Jornalismo Construtivo. Inclusive, na Dinamarca, eles chamam de Jornalismo Construtivo. Nós adotamos Jornalismo de Soluções, pois o Construtivo nos deu uma impressão de mostrar apenas o que é bom, um jornalismo meramente positivo. E não é. Jornalismo de Soluções comunica melhor, pois o objetivo é encontrar solução mediante tantos problemas que enfrentamos no país. O contrário de problema é solução, portanto, trata-se de uma nomenclatura mais condizente com nossa realidade.

### **Atualmente, quantos profissionais estão envolvidos com a prática no Grupo RBS?**

É o mesmo que você me perguntasse quantos estão seguindo nossa linha editorial ou nosso Guia de Ética e Autorregulamentação Jornalística, ou seja, todos. Temos grandes redações em rádio, TV, jornais e digitais e eu diria que todos os nossos jornalistas e comunicadores foram treinados e, de alguma maneira, praticam o Jornalismo de Soluções. E nós falamos muito sobre isso. Eu posso te enviar matérias e cartas da editora em que explicamos o conceito, inclusive para o público.

### **É o jornalista quem aponta a solução do problema?**

Não. Citamos o exemplo dos métodos de educação pós-pandemia. O jornalista não é especialista em educação. O papel do jornalismo é abrir espaço e ser uma arena ampla onde todas as vozes, de maneira plural, possam se manifestar e debater a melhor solução para a comunidade. Quem aponta a solução é quem entende do assunto, quem vive na comunidade. E, mesmo que haja opiniões divergentes, o ouvinte, leitor ou telespectador vai ouvir esses pontos de vista e tomar a decisão que julgar pertinente.

### **De que forma ocorreu a comunicação com o público para que entendesse essa mudança de abordagem?**

Cada vez que a gente publica uma matéria maior sob o viés do Jornalismo de Soluções, a gente explica do que se trata. Na verdade, a abordagem pode estar em uma notinha, em um boletim de rádio curto ou mesmo em uma série de reportagem extensa. Ela não se limita a grandes peças jornalísticas, que demanda tempo de produção, apuração etc. Por isso, é muito importante

comunicar ao público o que estamos fazendo e por quê. Tomemos como exemplo os fenômenos news avoidance e news fatigue. São dois fenômenos ocorridos em nível mundial, em que as pessoas desligam o noticiário, porque não aguentam mais notícias ruins, ou mesmo evitam temas relacionados às desgraças ou problemas. Elas estão cansadas da quantidade de notícias negativas disponíveis e passam a evitá-las deliberadamente. O Jornalismo de Soluções combate esse tipo de fenômeno, pois dá esperança, é transformador e motiva as pessoas a se engajarem nos problemas de suas comunidades, ou seja, ele dá poder às pessoas e elas percebem que têm capacidade de resolver os problemas ou de, no mínimo, debatê-los. Por fim, esse tipo de jornalismo dá argumento à sociedade para que discutam os temas de suas comunidades.

### **É possível inserir o Jornalismo de Soluções em todas as editorias?**

Sim. Até mesmo na editoria de esporte. Isso é algo que, inclusive, fazia parte do nosso treinamento. Todas as editorias, e até mesmo os colunistas, que dão opinião sobre algum tema, se engajam no Jornalismo de Soluções. Trata-se apenas de uma pergunta a mais. Exemplo: eu sou uma colunista e estou entrevistando um político. Daí, eu faço apenas uma pergunta a mais. Em vez de enfatizar o problema trazido, eu faço a pergunta: como é possível sair dessa situação? Ou ainda: no seu entender, qual é a saída para esta situação? Como o senhor acha que os políticos, ou economistas, podem contribuir para a resolução dessa situação? Às vezes, isso, mesmo em uma pequena nota, faz toda a diferença no tom, no equilíbrio, na medida em que apresenta o lado bom e a esperança. Portanto, não existe tema que não possa ser abordado por esse viés. Não são em todas as matérias que fazemos Jornalismo de Soluções, mas todos os temas podem ter essa linha.

### **Quais são os desafios percebidos e enfrentados no dia a dia quando se trabalha com o Jornalismo de Soluções nas redações?**

Acredito que sejam dois desafios maiores. O primeiro é que as fontes, muitas vezes, não estão preparadas para essas perguntas, porque estão sempre aptas e preparadas para dizer claramente e a discorrer longamente sobre o problema. Elas esclarecem com muita naturalidade o que é o problema. Mas, quando são questionadas sobre como sair dessa, elas não têm isso pronto na cabeça. Nesse caso, a conversa fica mais complicada. Outro desafio é encontrar aqueles que resolveram determinado problema. A gente procura, procura, procura e não acha. Nós fizemos algo bem interessante, criando uma interface com todas as universidades do estado do Rio Grande do Sul e contando sobre nosso projeto de implementação do Jornalismo de Soluções. Isso porque, as universidades são importantes celeiros de projetos ligados às suas comunidades, sobretudo projetos focados em solução de problemas. É uma mina de ouro para o Jornalismo de Soluções. Então, vamos às universidades e conseguimos encontrar algum pesquisador que está fazendo um projeto sensacional para resolver o problema da alfabetização de crianças carentes, por exemplo. Foi sensacional o momento em que começamos a dar visibilidade para essas iniciativas. E, felizmente, o mundo está repleto de exemplos espetaculares, mas nem sempre estamos com o olhar voltado a eles. Começar a dar vazão a essas iniciativas e mostrar essas soluções são pontos muito motivadores.

Há ainda uma outra dificuldade encontrada, relacionada a tornar charmosas ou atrativas algumas matérias focadas em soluções, pois, em uma sociedade marcada pela atenção fragmentada, nós disputamos a atenção das pessoas que nem sempre param por uma hora para prestar atenção em algo mais aprofundado, em uma matéria de fôlego. É mais comum clicarem em uma matéria sobre a rotina de uma celebridade, por exemplo. Portanto, tornar uma matéria de solução interessante, considerando que são temas, às vezes, áridos e menos chamativos, torna-se um grande desafio.

**Há algum tema que seja mais enfatizado nas matérias focadas em soluções?**

No Grupo RBS, o tema educação é bem expressivo. Há muitos anos apresentamos esse tema com especial atenção, pois acreditamos, realmente, que é por meio da educação que muitos problemas serão solucionados no país. Nem é preciso citar tantas coisas que retrocederam nesse período de pandemia, em termos de educação. Nem sabemos quanto tempo irá demorar para voltarmos aos patamares anteriores. Enfim, não é possível entrarmos aqui nesta entrevista nesse tema com tanta profundidade, mas, a educação é um assunto amplamente abordado sob o viés do Jornalismo de Soluções, que trabalhamos com especial interesse. Sim, há temas que privilegiamos porque acreditamos que, por eles, a transformação pode acontecer. Destacamos ainda assuntos ligados ao desenvolvimento social, econômico, temas ligados à inovação, empreendedorismo e uma série de áreas que julgamos importantes para abarcar possíveis soluções.

**Retomando a questão dos desafios, como foi a implantação do Jornalismo de Soluções no telejornalismo, considerando a rotina mais dinâmica para a produção das notícias, de um lado, e a necessidade de aprofundamento que é tão caro à prática de soluções?**

Vou abrir uma matéria no nosso portal e ler um título aleatório: “Modelos internacionais de volta às aulas presenciais indicam caminhos para o Rio Grande do Sul”. Isso é uma matéria que olha para os modelos internacionais para trazer soluções ao Rio Grande do Sul. Não há desculpa para não produzi-la em televisão. Justamente porque, em uma matéria curta, como geralmente ocorre em TV, é possível pegar a pauta e apurar normalmente. Não é necessário falar com mais gente, nem é preciso mais tempo. É possível fazer a apuração normalmente, sendo que o que muda é o tipo de abordagem, focada na solução do problema. Repito: não é uma questão de meio, mas uma frase a mais é crucial para encontrar a saída.

**Os fundamentos dessa prática dão conta também de promover um aprofundamento sobre temas relacionados aos direitos humanos?**

Eu acredito que sim. Mais que isso, acho que isso tem a ver com o serviço que prestamos enquanto jornalistas, para além do Jornalismo de Soluções. Por exemplo, em nossas matérias sobre feminicídio, apresentamos um serviço de ajuda, para que as vítimas saibam onde procurar um auxílio. Essa perspectiva de apontar os serviços já é uma praxe no jornalismo, mas quando o assunto é direitos humanos, isso se mostra como uma ferramenta eficiente que pode ser usada por meio do Jornalismo de Soluções.

## **APÊNDICE D – Entrevista Andreia Fontana | Gerente de Produto da operação multimídia em Caxias do Sul – Grupo RBS**

19 de julho de 2022 – 15h30

Plataforma: Teams

### **Jemima Bispo: Como foi sua trajetória e atuação profissional até a chegada no Grupo RBS?**

Andreia Fontana: Eu sou jornalista formada pela Universidade de Caxias do Sul. Tenho duas especializações em Gestão de Comunicação, uma pela ESPM e outra pela Universidade de Navarra, e no Instituto de Ensino Superior, em São Paulo. Trabalho na RBS desde 1994, ou seja, há 28 anos, e entrei no jornalismo porque era uma boa aluna de matemática, um caso diferente. Eu comecei como diagramadora em um jornal que a RBS havia comprado recentemente em Caxias, ainda no Ensino Médio. Nesse período, eu fazia magistério e, no contraturno, estudava português e matemática. Foi uma professora de matemática, que me achava muito comunicativa, que me convidou para trabalhar na diagramação do jornal. Naquela época, muitos cálculos ainda eram feitos, diagramávamos no papel. Depois disso, fiz jornalismo e me tornei editora de arte do jornal, fazendo a secretaria gráfica, ou seja, a revisão das páginas enviadas pela redação no Jornal Industrial. Posteriormente, como gostava muito de tecnologia, participei de mudanças em diversos jornais da RBS e atuei treinando equipes em softwares de diagramação, redação e edição. Após trabalhar nos jornais da RBS em Santa Catarina, fui para um jornal do Grupo adquirido em 2012, em Santa Maria. Passei a atuar em algo que eu tinha muita vontade, o jornalismo não gráfico, o jornalismo de texto, de apuração. Comecei a fazer isso há 20 anos. Antes, eu até fazia trabalhos pontuais, como colunista de moda, mas era praticamente um hobby. Mas, meu foco, até então, era mesmo o jornalismo gráfico. Em 2002, virei diretora executiva deste jornal em Santa Maria, uma espécie de subeditora chefe, ao lado de Nilson Vargas, um dos nomes mencionados pela Marta Gleich. Em 2006, eu passei a ser editora-chefe do Diário de Santa Maria, a cidade onde ocorreu a tragédia na Boate Kiss, em 2013. Trabalhei lá até 2015, retornando para a minha cidade, em Caxias do Sul e continuando com o trabalho de editora-chefe do jornal O Pioneiro. Em 2018, fui promovida à gerente de jornalismo na RBS, cuidando de rádio, TV, jornal impresso e digital, em todas as redações, que hoje são integradas. No período em que fiquei em Santa Maria, entre 2008 e 2015, dei aula de jornalismo, algo que eu gostava muito de fazer, por ser algo que nos instiga a estudar mais. Quando estamos na redação, muitas das vezes não conseguimos estudar tanto, e a academia nos estimula a isso. Foi bem interessante estudar e entender mais sobre jornalismo especializado, além de outras áreas. Isso é um pouco do que sou profissionalmente.

### **Em que momento você conheceu ou se interessou pelo conceito de Jornalismo de Soluções?**

Eu conheci com este nome, Jornalismo de Soluções, a partir das discussões realizadas nos comitês editoriais no Grupo RBS. Há um debate muito recorrente sobre a qualidade do jornalismo. Eu me dei conta de que fazíamos isso, mesmo sem saber do conceito. Foi uma descoberta muito empolgante, porque acredito muito que vai nos ajudar futuramente no jornalismo, em como somos percebidos no mundo.

### **Como foi a implementação do Jornalismo de Soluções no Grupo RBS?**

Bom, a mídia em todo mundo, de alguma forma, vinha percebendo uma tendência crescente de distanciamento de notícias negativas, do afastamento do público, a falta de engajamento e a ausência de um diálogo construtivo. De alguma forma, o público vinha nos dizendo que, ao abrir o jornal, havia a sensação de sair sangue, que ficava desesperançoso. Começamos a perceber que o Jornalismo de Soluções poderiam ser um antídoto para esses fenômenos. Observamos que, em alguns lugares, isso era uma prática que vinha dando resultados, elevando o diálogo, trazendo as pessoas para perto. Foi assim que começamos a nos interessar e a praticar essa abordagem.

### **De que forma os profissionais foram treinados para atuar com essa abordagem no dia a dia?**

Como fazemos parte do Grupo RBS, inicialmente, participamos de workshops que abordaram como era a prática, as experiências que tiveram em relação ao Jornalismo de Soluções, as iniciativas ao redor do mundo e os motivos que os fazem acreditar nessa abordagem. Apresentaram ainda como se faz e por que se faz Jornalismo de Soluções. Todos os nossos jornalistas participaram. A partir disso, criamos um guia, que foi explicado para todas as redações. Vivemos isso durante a pandemia, portanto, tínhamos um momento online para vivenciar e participar dos workshops. E era justamente um período em que percebíamos essa repulsa à quantidade exagerada de notícias que eram basicamente sobre o mesmo assunto, o tempo todo. Ou seja, a possibilidade de conhecer uma nova prática foi como um sopro de esperança, pois aprendemos a como falar de outras coisas, ou falar da mesma temática, mas de um jeito diferente. Então, começamos a incentivar essa prática em todos os níveis hierárquicos, nas lideranças da redação, nas chefias de reportagens, repórteres, colunistas, comunicadores etc., valorizando quando havia um equilíbrio maior na cobertura na rádio, em um programa específico, em uma capa no jornal impresso, em um destaque no digital. Criamos uma corrente que valorizava essa prática e nos orgulhávamos ao apresentar os números diários de matérias de soluções. É importante destacar que tivemos bastante dificuldade inicialmente, porque imaginamos que uma abordagem baseada em soluções deveria ser como uma tese de doutorado, como se cada reportagem nos exigisse muito esforço e tempo. Nós fazíamos, mas achávamos que não estava certo. Então, refazíamos. Apesar de termos um guia, que nos dizia o que era e o que não era JS, ficávamos inseguros porque todos os demais veículos investiam seus esforços nas notícias de última hora, que olham para o agora, que informam com a máxima agilidade, seguindo um lead. Nós estamos muito acostumados com a lógica do jornalismo investigativo, que olha para o passado, que tenta encontrar o culpado, como um juiz. E percebemos que o JS inspirava melhor e apontava para o futuro, sem que a gente tivesse vontade de cortar os pulsos por não encontrar nenhuma solução para as demandas que surgiam nas pautas. O JS tem um papel de facilitador, e não de juiz ou polícia. Enxergamos que ele promovia um nível maior de diálogo, não apenas apontava o problema. Mas, também tínhamos o receio de parecer adesismo ao governo, de ser um jornalismo fofo, fútil, capaz de endeusar heróis. Foi uma construção difícil de ser implementada por conta dessas questões.

### **Falando sobre desafio, no caso dos telejornais, como foi a implementação do JS, considerando a rotina mais dinâmica de produção de notícias, de um lado, e o aprofundamento exigido pelo JS, de outro?**

Eu acho que é difícil em qualquer redação. Na TV, talvez, seja mais difícil, pois falamos muito do futuro. É mais fácil falarmos do passado ou do presente na TV. Vamos pensar em alguns exemplos práticos. Olhar para os números da pandemia, nos leva a pensar nas vítimas, na falta de leitos, eram sempre coisas muito ruins. Mas, por meio da nova abordagem, a pergunta era:

o que as cidades do tamanho da nossa estão fazendo e que podem servir de exemplos para Caxias do Sul? Elas estão performando melhor ou pior. Ou seja, com o JS, a gente pode ensinar e aprender com outras cidades. Nos demos conta de que nossa cidade performava melhor que qualquer outra cidade do mesmo porte. Por isso, lançamos o olhar sobre as soluções que Caxias havia implementado que poderiam servir para outras localidades. Também observamos as soluções de outras cidades que poderiam nos ajudar a melhorar os nossos números. Outro exemplo: temos um problema sério de transporte público em Porto Alegre. Normalmente, pensaríamos em matérias grandes sobre o problema, publicadas em rádio, TV, digital. Mas, entendemos que, com o JS, não precisamos de grandes esforços, podemos observar as iniciativas de outras localidades que foram capazes de mitigar a questão problemática do transporte público. Um pequeno exemplo de uma professora do bairro Kayser, em Caxias, que conseguiu diminuir a evasão escolar por meio de uma atividade realizada. Uma cidadezinha próxima pode ter conseguido exterminar o problema relacionado à marcação de consultas e a evasão de pacientes nas consultas que faz o médico ficar ocioso. Esses exemplos escaláveis e pequenos provaram que a prática do JS não exigia nada tão grandioso, não exigia um importante especialista como fonte, às vezes, a solução está no exemplo. Aprendemos que quanto mais a gente fala de soluções, mais soluções vão surgindo. Nesse sentido, um bom exemplo é a questão da pobreza menstrual. A partir da veiculação de matérias sobre a temática, encontramos duas alunas de graduação que criaram absorventes com material reciclado de uma praia do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma ação que serviu para aquela comunidade e custa apenas R\$0,02. A questão da pobreza menstrual é um problema real em quase todo o país e essa iniciativa pode servir para outras localidades. O telejornal também pode fazer conteúdos assim, sem nenhuma restrição. Não é um tipo de matéria inviável para TV.

**David Bornstein, um dos fundadores da Rede de Jornalismo de Soluções, nos EUA, chamou a atenção para o que denominou de “empreendedores sociais”, ou seja, aquelas pessoas diretamente envolvidas em algum projeto inovador com vista à solução de um problema social. Trazendo esse conceito para o dia a dia na redação, como vocês encontram esses empreendedores?**

Nós chamamos essa prática de círculo virtuoso. Quanto mais a gente tenta mostrá-los, mais eles aparecem. Um dos nossos trabalhos iniciais ao lidar com a prática foi manter um diálogo frequente com todas as universidades do Rio Grande do Sul. Apresentávamos ao reitor, por exemplo, a prática do Jornalismo de Soluções, informando como ela funciona e quais são os benefícios. A partir daí, manifestávamos nosso desejo de conhecer iniciativas desenvolvidas por professores, programas de extensão, projetos realizados em grupos de pesquisa, entre outras. Não significa que tudo o que for abordado irá virar uma pauta, mas serão subsídios para analisarmos. A partir daí, recebemos centenas de ideias fantásticas. Exemplo: descobrimos uma produção de flores que não existem no Brasil, a partir de sementes importadas. A pessoa possui um lote pequeno e é capaz de produzir flores caras para serem vendidas. Esse é apenas um exemplo, mas podemos citar diversos outros. E foi assim que começamos a encontrar as iniciativas. Nós treinamos o olhar para encontrar essas pautas. Sabemos que é mais trabalhoso debater solução em vez do problema. É um viés diferente. Nós, jornalistas, temos o olhar treinado para enxergar o problema, mas começamos a incentivar nossos profissionais para que agucem o olhar para encontrar onde está a solução de determinada questão, ou mesmo encontrar alguém que tenha descoberto possibilidades. Durante a pandemia de Covid-19, encontramos iniciativas que apoiavam a distribuição de alimentos, destinavam ajuda financeira ou outros tipos de suporte, inclusive, por meio de projetos nas universidades. As universidades são celeiros ideias.

**Há demandas por soluções vindas das comunidades? Se sim, como elas chegam até a redação?**

Isso é o que sempre acontece. As pessoas recorrem ao jornalismo quando têm problema, especialmente, quando já tentaram outras vias de resolução e não tiveram êxito. Um exemplo são as filas de espera no SUS aqui no estado. Na prática, como se resolve? Nem sempre há uma grande solução, ou alguma ideia melhor que a outra. Mas, possivelmente, alguma iniciativa viável para aquele contexto que se assemelha ao que estamos vivendo.

**Quando falamos em temáticas voltadas aos direitos humanos, essa abordagem de soluções pode ser uma alternativa viável? Ou há algum limite? Até onde é possível chegar na tentativa de aprofundar mais os casos de violações ou ausência de direitos apresentados?**

Existe uma dificuldade evidenciada no jornalismo, especialmente aquele feito na TV, que é tornar interessante aquilo que é importante. No caso do JS, temos a preocupação de que não se transforme em algo chato. Além disso, vivemos sob o deadline de fechar vários conteúdos. Assim, o desafio é buscar a eficiência operacional, que nos permita ter fôlego para produzir histórias mais aprofundadas, tornando aquilo que é importante em uma notícia igualmente interessante. Temos muita dificuldade em dar espaço para as soluções ou para temas mais áridos. O jornalista é treinado para falar sobre o que já sabe, mas precisamos de novas ideias. Alguns temas são mais sensíveis que outros e ainda lidamos com os desafios do tempo, do tamanho da redação, da possibilidade de geração de debate. Se falamos sobre a dor da fome, isso também nos impacta. Equilibrar tudo isso é sempre um desafio no telejornalismo.

**Tratar sobre temas mais sensíveis seria um bom exercício para os jornalistas que abordam soluções?**

Certamente, sim. Algo que a gente exercita é a busca por proposições vindas de quem está sofrendo o problema. Temos caminhos ainda que nos direcionam aos bons exemplos de quem também conseguiu resolver ou minimizar o problema. Buscar soluções e inovações em outras cidades e regiões pode ser uma ótima forma de inspiração para melhorar a realidade local. A troca de experiências e ideias pode ser enriquecedora e ajudar a encontrar novos caminhos para resolver problemas específicos.

## ANEXOS

### ANEXO A – Textos dos artigos baseados em soluções e sem soluções

#### **On Trauma in Schools (NON-SOLUTIONS VERSION)**

Over the past 15 years, researchers have learned that highly stressful — and potentially traumatic — childhood experiences are more prevalent than previously understood. Now scientists are shedding light on the mechanisms by which they change the brain and body. These insights have far-reaching implications for schools, where it's still standard practice to punish children for misbehavior that they often do not know how to control. This is comparable to punishing a child for having a seizure; it adds to the suffering and makes matters worse. In a study of 2,100 elementary students in 10 schools in Spokane, Wash., for example, researchers from Washington State University found that more than 20 percent had two or more “adverse childhood experiences” (having been homeless, witnessing domestic violence or having a parent who uses drugs or is incarcerated). Compared with children with no known stresses, these kids are two to four times more likely to have problems with attendance, behavior, academics and health. As the number of adverse experiences increase, the students fare considerably worse on all counts. When a child violates rules or expectations, the standard response is to try to reason with the child or use punishment, explained Chris Blodgett, clinical psychologist at Washington State University. “What the science tells us about how stressed brains react to change, loss or threat is that children will often violate rules because they feel profoundly out of control. It's a survival reaction and it may actually be intended to control the situation.”

What good are the best teachers or schools if the most vulnerable kids feel so unsafe that they are unavailable to learn? How far can education reforms take us when schools can't manage the behavior problems of many early graders or preschoolers — as indicated by the crisis of school suspensions? (Suspension rates have risen dramatically since the 1970s, particularly among minority children.) “We serve a high impact population with lots of needs,” explained Beverly Lund, Whitman Elementary School's principal in Spokane, Wash. “We started dabbling with the idea of learning about trauma, and the more we got into it, the more we realized we had to significantly change the way we're relating to kids.” In Brockton, Mass., Angelo Elementary Principal Ryan Powers organized a Saturday workshop so the school staff could learn about childhood trauma. One of the presenters was Edward G. Jacobs, from the Plymouth County district attorney's office. “There was a jaw-dropping moment when Ed overlaid the map of the Brockton School District with maps of gun violence and drug offenses,” recalled Powers. “Everyone realized, ‘Wow, this is what our kids are seeing,’ and the staff asked, ‘What can we do?’”

#### **On Trauma in Schools (SOLUTIONS VERSION)**

Over the past 15 years, researchers have learned that highly stressful — and potentially traumatic — childhood experiences are more prevalent than previously understood. Now scientists are shedding light on the mechanisms by which they change the brain and body. These insights have far-reaching implications for schools, where it's still standard practice to punish children for misbehavior that they often do not know how to control. This is comparable to punishing a child for having a seizure; it adds to the suffering and makes matters worse. In a study of 2,100 elementary students in 10 schools in Spokane, Wash., for example, researchers from Washington State University found that more than 20 percent had two or more “adverse childhood experiences” (having been homeless, witnessing domestic violence or having a parent who uses drugs or is incarcerated). Compared with children with no known stresses,

these kids are two to four times more likely to have problems with attendance, behavior, academics and health. As the number of adverse experiences increase, the students fare considerably worse on all counts. When a child violates rules or expectations, the standard response is to try to reason with the child or use punishment, explained Chris Blodgett, clinical psychologist at Washington State University. “What the science tells us about how stressed brains react to change, loss or threat is that children will often violate rules because they feel profoundly out of control. It’s a survival reaction and it may actually be intended to control the situation.” What good are the best teachers or schools if the most vulnerable kids feel so unsafe that they are unavailable to learn? How far can education reforms take us when schools can’t manage the behavior problems of many early graders or preschoolers — as indicated by the crisis of school suspensions? (Suspension rates have risen dramatically since the 1970s, particularly among minority children.) Blodgett and his colleagues have been helping educators in 20 schools across Washington to make use of the emerging research on trauma. One of their partners is the Whitman Elementary School, in Spokane. “We serve a high impact population with lots of needs,” explained Beverly Lund, the school’s principal. “We started dabbling with the idea of learning about trauma, and the more we got into it, the more we realized we had to significantly change the way we’re relating to kids.” To do it well meant making sure that everyone in the school community — teachers, cafeteria workers, playground monitors, office staff, even bus drivers — understood the effects of trauma on children, Lund said. It meant helping teachers move away from reflexive discipline and toward responses that help kids learn how to calm themselves. In Brockton, Mass., Angelo Elementary Principal Ryan Powers organized a Saturday workshop so the school staff could learn about childhood trauma. One of the presenters was Edward G. Jacobs, from the Plymouth County district attorney’s office. “There was a jaw dropping moment when Ed overlaid the map of the Brockton School District with maps of gun violence and drug offenses,” recalled Powers. “Everyone realized, ‘Wow, this is what our kids are seeing,’ and the staff asked, ‘What can we do?’ “This is about changing the whole school environment,” explained Susan Cole, a former special education teacher who directs the Trauma and Learning Policy Initiative. “You can have a great trauma-sensitive classroom, but if the child goes into the hall or cafeteria and gets yelled at, he can get retriggered. It’s about creating a common context that keeps kids feeling safe.” Elizabeth Barry, who is now the executive director of K-8 learning and teaching for the Brockton school district, says the changes have significantly improved learning time and school climate. At the Baker school, after two years, office referrals are down 75 percent from the baseline. “That’s the number that I find most meaningful,” she said. “When teachers are less inclined to send a child to the office, it speaks to their capacity and commitment to support all children socially, emotionally, behaviorally and academically.”

### **Homeless Families in New York City (NON-SOLUTIONS VERSION)**

The population in New York’s homeless shelters has soared. In 2002, Mayor Michael R. Bloomberg entered office with an aggressive plan to combat homelessness. However, during his tenure the number of homeless families in the city increased by 80 percent, with the nightly shelter population peaking at more than 53,000 this past November, up from 31,000 12 years ago. The city has lagged behind the nation when it comes to acting rapidly to get families out of shelters and providing them with the help they need to remain stable in their own housing (this requires more than short-term rental subsidies). Over the past four years, the average shelter stay for families in the city has increased from about 250 days to over 400. (The federal government’s standard is that shelter stays should be limited to 30 days.) This isn’t a problem unique to New York City. In 2011, some 8.5 million low-income families across the country were paying more than half their income on housing, a severe cost burden. Some families experience recurrent episodes of homelessness; they need considerably more help. These

families are not representative of the city's shelter population. It's estimated that only 5 to 8 percent of homeless families are "multi-systeminvolved" — contending with a variety of problems such as substance abuse, foster care, depression, disabilities and so forth. Homelessness is a symptom of deeper problems. "What is wrong with the picture of the most troubled multi-system involved families, with children with disabilities, being sheltered in the worst run facility for years?" asks Rosanne Haggerty, president of Community Solutions. "They should have gotten the highest quality help, in the most stable place. How are we matching resources?" Dennis Culhane, a professor at the University of Pennsylvania, explains, "Whatever the problems are — addictions, bad financial management, mental health — none of those things are helped by being in a shelter. It just multiplies the problems at tremendous expense."

### **Homeless Families in New York City (SOLUTIONS VERSION)**

The population in New York's homeless shelters has soared. In 2002, Mayor Michael R. Bloomberg entered office with an aggressive plan to combat homelessness. However, during his tenure the number of homeless families in the city increased by 80 percent, with the nightly shelter population peaking at more than 53,000 this past November, up from 31,000 12 years ago. In the past few years, cities have been moving away from long-term shelter and focusing, instead, on developing better ways to identify and prioritize chronically homeless individuals and families, prevent crises, and rapidly re-house people, using short- or long-term assistance as needed. Amid these changes, New York City has remained an outlier — in some areas, an innovator, in others, a laggard. The city's homelessness prevention program, Homebase, served as a model for other cities. This July, an evaluation reported that the program reduced the proportion of families entering shelter from 14.5 percent to 8 percent. Surprisingly, Homebase-served families who entered shelter exited much sooner, too — staying, on average, 120 nights as opposed to 233 nights for the control group. With better targeting, experts believe the program could have significantly more impact.

But the city has lagged behind the nation when it comes to acting rapidly to get families out of shelters and providing them with the help they need to remain stable in their own housing (this requires more than short-term rental subsidies). Over the past four years, the average shelter stay for families in the city has increased from about 250 days to over 400. (The federal government's standard is that shelter stays should be limited to 30 days.) There's no solution to homelessness without building or preserving more affordable housing and simultaneously attacking poverty. This isn't a problem unique to New York City. In 2011, some 8.5 million low-income families across the country were paying more than half their income on housing, a severe cost burden. However, the city could make significant advances in the near-term if it improves the way it assesses families and matches them with services. Homeless families are not all alike. Nationally, some 70 to 80 percent of families escape homelessness within three to six months and do not return to shelters. The rapid re-housing approach has shown that these families primarily need help finding housing, short-term rental subsidies and job assistance. But some families experience recurrent episodes of homelessness; they need considerably more help. These families are not representative of the city's shelter population. It's estimated that only 5 to 8 percent of homeless families are "multi-systeminvolved" — contending with a variety of problems such as substance abuse, foster care, depression, disabilities and so forth. For them, homelessness is a symptom of deeper problems. "What is wrong with the picture of the most troubled multi-system involved families, with children with disabilities, being sheltered in the worst run facility for years?" asks Rosanne Haggerty, president of Community Solutions. "They should have gotten the highest quality help, in the most stable place. How are we matching resources?" Dennis Culhane, a professor at the University of Pennsylvania, explains, "Whatever the problems are — addictions, bad financial management, mental health.

None of those things are helped by being in a shelter. It just multiplies the problems at tremendous expense.” What could help is expanding a program like Home to Stay, which seeks to move families that repeatedly lose their housing into permanent housing. Home to Stay uses an evidence-based protocol designed to motivate heads of families over nine months to build problem solving skills and strengthen their networks. The program also helps heads of families take advantage of programs to manage things like addiction or mental health issues, mediate family conflicts, or improve their job prospects. It’s problem-solving conversations like these that need to become the rule rather than the exception. “We need to identify by name those multi-system-involved families who are experiencing regular crises, prioritize them, and match them with the right kind and amount of help they need to get back on their feet for good,” says Haggerty of Community Solutions.

### **The Bridge between Clothing and Dignity (NON-SOLUTIONS VERSION)**

The sign on the cart read: “Disposer of Dead Bodies.” The cart owner, a man named Habib, was paid about 50 cents per body. Habib respectfully wrapped the bodies in the white cloth he was issued by the police. Most were of migrants wearing tattered rags who had likely come to Delhi to find work. Habib said that in summer he collected four or five bodies a night. In winter, it was a different story. When a cold wave hits Delhi, temperatures can drop below freezing. “In winter,” Habib said, “I have so much work. I can’t handle it.” One of the most glaring oversights in the field of development is the lack of attention to clothing. Despite the explosion of growth in recent decades, hundreds of millions of Indians still live in conditions of extreme material deprivation. Somewhere between 40 percent and 80 percent of the population subsist on 50 or 60 cents a day, according to government estimates. For very poor people, clothing is shelter. “In earthquakes, the shake kills people; in a tsunami, the water kills people; but in winter, the cold does not kill people. It’s the lack of proper clothing,” says journalist Anshu Gupta. “Why don’t we consider lack of clothing a disaster?” Torn, threadbare cloth is the most visible sign of poverty. “In India, for a woman, the first priority is to cover herself,” says Gupta. “Even more than eating.” It’s hard for Westerners or middle-class Indians to relate to this level of material existence.

Many Indians possess only one or two items of clothing, notes Gupta. A woman with one sari must conceal herself while it dries after washing. And many women stay hidden indoors during their menstrual cycles because of orthodox religious beliefs and because they have no proper undergarments and only a piece of cloth to serve as a sanitary napkin. “Everyone in the world has a right to a dignified life, not just the chance to survive,” Gupta adds. “Clothing and dignity go hand in hand.”

### **The Bridge between Clothing and Dignity (SOLUTIONS VERSION)**

The sign on the cart read: “Disposer of Dead Bodies.” The cart owner, a man named Habib, was paid about 50 cents per body. Habib respectfully wrapped the bodies in the white cloth he was issued by the police. Most were of migrants wearing tattered rags who had likely come to Delhi to find work. Habib said that in summer he collected four or five bodies a night. In winter, it was a different story. When a cold wave hits Delhi, temperatures can drop below freezing. “In winter,” Habib said, “I have so much work. I can’t handle it.” One of the most glaring oversights in the field of development is the lack of attention to clothing. Despite the explosion of growth in recent decades, hundreds of millions of Indians still live in conditions of extreme material deprivation. Somewhere between 40 percent and 80 percent of the population subsist on 50 or 60 cents a day, according to government estimates. For very poor people, clothing is shelter. “In earthquakes, the shake kills people; in a tsunami, the water kills people; but in winter, the cold does not kill people. It’s the lack of proper clothing,” says journalist Anshu Gupta. “Why don’t we consider lack of clothing a disaster?” Torn, threadbare cloth is the most

visible sign of poverty. “In India, for a woman, the first priority is to cover herself,” says Gupta. “Even more than eating.” It’s hard for Westerners or middle-class Indians to relate to this level of material existence. Many Indians possess only one or two items of clothing, notes Gupta. A woman with one sari must conceal herself while it dries after washing. And many women stay hidden indoors during their menstrual cycles because of orthodox religious beliefs and because they have no proper undergarments and only a piece of cloth to serve as a sanitary napkin. So, in 1998, the Guptas started an organization, Goonj (meaning “echo”), to redistribute clothing to where it was most needed. Today, Goonj operates collection centers in nine Indian cities and provides about two million pounds of materials, mostly clothes, but also utensils, school supplies, footwear, toys and many other items. It has an annual budget of \$550,000, 150 employees, and hundreds of volunteers. However, with more than 250 N.G.O. partner agencies, it will assist about a half a million people in 21 states this year. Goonj is bringing efficiency and integrity to work that is often handled carelessly and without consideration for the lasting effects on communities. It is getting middle-class Indians to recognize the tremendous value of material reuse and recycling in the context of their country’s poverty. It makes optimal use of the materials it receives. And it has found a way to assist villagers that moves beyond the stigma of charity, through a program called “Cloth for Work” — which links clothes to self-organized development activities in villages. Local organizations contact Goonj to participate in the Cloth for Work program. They propose a development activity — building a bridge, repairing a road, digging a well, building a school. In exchange, each laborer receives a family pack — a kind of currency in cloth: two full outfits for four people, roughly 600 rupees worth of clothes (\$12 value today). “Unfortunately, the biggest problem with donation is you give what you have,” Gupta says. “You often don’t give what people need. Somewhere we need to dignify giving by shifting the focus from donor’s pride to receiver’s dignity.” “Everyone in the world has a right to a dignified life, not just the chance to survive,” Gupta adds. “Clothing and dignity go hand in hand.”

## ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa: **“A vida nas telas: desafios e novos olhares para um telejornalismo pautado na garantia dos Direitos Humanos”**. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa diz respeito à tentativa de pensar como as potencialidades do chamado Jornalismo de Soluções poderiam ser atreladas à linguagem audiovisual e à produção jornalística na televisão no Brasil. Pretendemos compreender de que maneira o telejornalismo brasileiro pode atuar no sentido de apresentar alternativas para temas que abordam a perspectiva dos direitos humanos, sobretudo o direito à vida, sob a justificativa de impulsionar o debate sobre a temática e garantir a efetivação desses direitos.

Caso você concorde em participar, propomos a seguinte atividade: realizar uma entrevista segundo sua disponibilidade, no formato presencial ou remoto (via Google Meet); a conversa será gravada e posteriormente transcrita. A partir da transcrição, o material será apresentado a você para apreciação, quando poderá indicar a necessidade de eventuais ajustes em sua fala, considerando um prazo compatível estipulado pela equipe de pesquisa, para que o andamento do trabalho não seja comprometido. A entrevista semiestruturada será a modalidade escolhida. Assim, vamos seguir um roteiro de perguntas, para não perder o foco, mas abrindo espaço para que você acrescente elementos que não estejam previamente definidos.

Os riscos desta pesquisa são do tipo mínimo e podem envolver possível desconforto ou constrangimento ao responder a alguma questão, a intromissão na vida e na rotina ou mesmo o comprometimento de seu tempo. Como medidas e cautelas frente aos riscos, mesmo que involuntários e não intencionais, o objetivo é minimizar possíveis desconfortos, garantindo a você liberdade e bem-estar durante todo o processo. Para isso, a conversa se dará em local preestabelecido, segundo a sua disponibilidade. Você ainda pode interromper a entrevista a todo e qualquer momento. Caso necessário, haverá a prerrogativa para que o tempo da conversa seja reduzido.

A pesquisa oferece a você, como benefício indireto, a possibilidade de contribuir para a produção e disseminação de conhecimento. Além disso, a entrevista pode projetar relevância e visibilidade pela importância da pesquisa na esfera sócio humanitária, atrelando diretamente o nome dos participantes a resultados que serão amplamente divulgados e publicizados no âmbito acadêmico.

Para participar desta pesquisa você não vai ter nenhum custo, nem receberá nenhuma vantagem financeira. Apesar disso, mediante algum dano devido às atividades realizadas nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você, em caso de entrevista presencial, ou será gravada no caso de entrevista remota. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, conforme a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira e utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 .

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Pesquisador (a)

**Jemima Bispo de Jesus**

Campus Universitário da UFJF

Programa de Pós-graduação em Comunicação

CEP: 36036-900

(11)91479 – 4284

Jemimabispo0@gmail.com

Rubrica do Participante de pesquisa ou responsável: \_\_\_\_\_

Rubrica do pesquisador: \_\_\_\_\_

## ANEXO C – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** A vida nas telas: desafios e novos olhares para um telejornalismo pautado na garantia dos Direitos Humanos

**Pesquisador:** JEMIMA BISPO DE JESUS

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 57804022.3.0000.5147

**Instituição Proponente:** Programa de Pós Graduação em Comunicação

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 5.389.420

**Apresentação do Projeto:**

\*As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas dos arquivos "Informações Básicas do Projeto" e "Projeto Detalhado" e por isto estão entre aspas.\*

Trata-se da 1ª versão do projeto em tramitação no CEP. A proposta do projeto é "compreender de que maneira o telejornalismo brasileiro pode atuar no sentido de apresentar soluções para temas que abordam a perspectiva dos direitos humanos, sobretudo o direito à vida, sob a justificativa de impulsionar o debate sobre a temática e garantir a efetivação desses direitos. Para isso, a ideia é, inicialmente, observar como o assunto emerge nas telas, tomando como objeto de pesquisa empírica os telejornais Jornal Nacional (Rede Globo) e o Jornal da Cultura (TV Cultura), que serão submetidos à metodologia da Análise da Materialidade Audiovisual. Pretende-se também compreender as potencialidades e limites para o jornalismo como direito humano, a partir da experiência de profissionais que serão os participantes da pesquisa. O chamado Jornalismo de Soluções é um dos eixos teóricos e de investigação, sendo a realização de entrevista com participantes especialistas nessa prática outro procedimento do projeto que justifica a submissão ao Comitê de Ética".

**Endereço:** JOSE LOURENCO KELMER S/N

**Bairro:** SAO PEDRO

**CEP:** 36.036-900

**UF:** MG

**Município:** JUIZ DE FORA

**Telefone:** (32)2102-3788

**E-mail:** cep.propp@ufjf.edu.br



Continuação do Parecer: 5.388-420

#### **Objetivo da Pesquisa:**

O projeto apresenta como objetivo primário "compreender como o telejornalismo pode atuar no sentido de apresentar soluções para temas que abordam a perspectiva dos direitos humanos, sobretudo o direito à vida".

Como objetivos secundários, o estudo tenciona:

- "Aprofundar os estudos sobre Direitos Humanos e Telejornalismo e sobre o conceito e experiências de Jornalismo de Solução;
- Nos telejornais, analisar a recorrência na cobertura de notícias sobre direitos humanos e direito à vida, e ainda sua abordagem qualitativa considerando os princípios descritos na metodologia;
- Investigar por meio da Análise da Materialidade Audiovisual marcas existentes na cobertura que indiquem limites e desafios para o aprofundamento das temáticas relativas aos direitos humanos nos telejornais analisados, tendo em vista a proposta de oferta de um conhecimento mais ampliado sobre o direito à vida;
- Identificar a partir das entrevistas com jornalistas, produtores e diretores de jornalismo, de que forma os assuntos relacionados ao direito à vida emergem na produção dos telejornais investigados".

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Em relação aos riscos, o projeto avalia que "a possibilidade de ocorrência de danos resultantes da pesquisa é muito reduzida, caracterizando-se como risco mínimo. Por se tratar de uma investigação que inclui contato com seres humanos, os eventuais riscos estão relacionados a algum desconforto ou constrangimento do participante ao responder a alguma questão ao longo da entrevista, a intromissão na vida e na rotina dos sujeitos ou mesmo o comprometimento do tempo do entrevistado. Como medidas e cautelas frente aos riscos, mesmo que involuntários e não intencionais, o objetivo é minimizar, ou mesmo eliminar, possíveis desconfortos, garantindo liberdade e bem-estar aos participantes. Para isso, a conversa se dará em local preestabelecido, segundo a disponibilidade do entrevistado, que pode ainda interromper a entrevista a todo e qualquer momento. Caso necessário, haverá a prerrogativa para que o tempo da conversa seja reduzido. Está previsto, após a entrevista, o envio do material transcrito para que o participante tenha ciência de todo o conteúdo, podendo apontar eventuais ajustes em sua fala. Por fim, assumimos inteiramente a responsabilidade de dar assistência integral às complicações e danos decorrentes dos riscos previstos". Já em relação aos benefícios da pesquisa, o projeto não prevê nenhum benefício direto, contudo,

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N  
 Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900  
 UF: MG Município: JUIZ DE FORA  
 Telefone: (32)2102-3788 E-mail: cep.propp@ufjf.edu.br



Continuação do Parecer: 5.389.420

destaca "como benefício indireto, a possibilidade de os participantes contribuírem para a produção e disseminação de conhecimento, subsídios caros ao jornalismo em seu campo de atuação e necessários no cenário social. Além disso, as entrevistas podem projetar relevância e visibilidade aos profissionais entrevistados, considerando a importância da pesquisa na esfera sócio humanitária, atrelando diretamente os nomes dos envolvidos a um trabalho expressivo, com resultados que serão amplamente divulgados e publicizados no âmbito acadêmico".

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto está bem estruturado, apresenta o tipo de estudo, a forma de recrutamento e coleta de dados, a metodologia de análise dos dados e os critérios de inclusão. As referências bibliográficas são atuais, sustentam os objetivos do estudo e seguem uma normatização. O cronograma mostra as diversas etapas da pesquisa, além de mostrar que a coleta de dados ocorrerá após aprovação do projeto pelo CEP. O orçamento lista a relação detalhada dos custos da pesquisa que serão financiados com recursos próprios conforme consta no campo apoio financeiro. A pesquisa proposta está de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466 de 2012, itens IV.6, II.11 e XI.2; com a Norma Operacional CNS 001 de 2013, itens: 3.4.1-6, 8, 9, 10 e 11; 3.3 - f; com o Manual Operacional para CEPs Item: VI - c.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O protocolo de pesquisa está em configuração adequada, apresenta FOLHA DE ROSTO devidamente preenchida, com o título em português, identifica o patrocinador pela pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra a; e 3.4.1 item 16. Apresenta o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO em linguagem clara para compreensão dos participantes, apresenta justificativa e objetivo, campo para identificação do participante, descreve de forma suficiente os procedimentos, informa que uma das vias do TCLE será entregue aos participantes, assegura a liberdade do participante recusar ou retirar o consentimento sem penalidades, garante sigilo e anonimato, explicita riscos e desconfortos esperados, indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, contato do pesquisador e do CEP e informa que os dados da pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador pelo período de cinco anos, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466 de 2012, itens: IV letra b; IV.3 letras a, b, d, e, f, g e h; IV. 5 letra d e XI.2 letra f. Apresenta o INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS de forma pertinente aos objetivos delineados e preserva os participantes da pesquisa. O Pesquisador apresenta titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas no Manual Operacional para CEP's.

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N  
 Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900  
 UF: MG Município: JUIZ DE FORA  
 Telefone: (32)2102-3788 E-mail: cep.propp@ufjf.edu.br



Continuação do Parecer: 5.389.420

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecido na Res. 466/12 CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS. Data prevista para o término da pesquisa: março de 2024.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional Nº001/2013 CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. Vale lembrar ao pesquisador responsável pelo projeto, o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1899585.pdf	11/04/2022 16:55:49		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado_CEP_6.docx	11/04/2022 16:50:02	JEMIMA BISPO DE JESUS	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	07/04/2022 10:37:35	JEMIMA BISPO DE JESUS	Aceito
Outros	Roteiro_Enrevistas.docx	06/04/2022 17:13:53	JEMIMA BISPO DE JESUS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	06/04/2022 17:10:53	JEMIMA BISPO DE JESUS	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N  
 Bairro: SAO PEDRO  
 UF: MG Município: JUIZ DE FORA  
 Telefone: (32)2102-3788

CEP: 36.038-900

E-mail: cep.propp@ufjf.edu.br



Continuação do Parecer: 5.389/420

JUIZ DE FORA, 05 de Maio de 2022.

---

**Assinado por:**  
**Jubel Barreto**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** JOSE LOURENCO KELMER S/N  
**Bairro:** SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900  
**UF:** MG **Município:** JUIZ DE FORA  
**Telefone:** (32)2102-3788 **E-mail:** cep.propp@ufjf.edu.br